

# Estudo Técnico Preliminar 12/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08500.005068/2024-31

## 2. Descrição da necessidade

Contratação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, **SOB DEMANDA**, de **coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A** (não recicláveis), todos resultantes do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP), **com disposição final em aterro controlado e licenciado pelo órgão competente**, com fornecimento de mão de obra e todo material necessário, de acordo com as leis e decretos estaduais e municipais relacionadas ao assunto, dentre as quais, **Lei Municipal n.º 13.478/2002**, a **Lei Municipal n.º 13.522/2003**, a **Lei Municipal n.º 14.973/2009**, o **Decreto n.º 63.113/2024**, **Decreto n.º 58.701/2019**, o **Decreto n.º 60.941/2021**, a resolução **SP-REGULA N.º 22 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024**, a resolução **n.º 107/AMLURB/2017 de 09/06/17** e posteriores alterações, Normas Técnicas (ABNT NBR 10004, ABNT NBR 13221 e ABNT NBR 13463) e normas de segurança e saúde editadas pelos órgãos competentes, **com disposição final em aterro controlado e licenciado pelo órgão competente**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Justifica-se a contratação em função da necessidade do serviço em função da obrigatoriedade do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (classificado como grande gerador de resíduos sólidos) atender às exigências das Leis Municipais da Cidade de São Paulo, no que tange à coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, não recicláveis, de Classe II-A, de acordo com os requisitos estabelecidos na **Lei Municipal n.º 13.478/2002**, na **Lei Municipal n.º 13.522/2003**, na **Lei Municipal n.º 14.973/2009**, no **Decreto Municipal n.º 45.668/2004**, no **Decreto Municipal n.º 48.251/2007** e em suas posteriores alterações.

Da mesma forma que cumprir a Lei da **Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n.º 12.305/2010**, veio complementar lacuna da Lei n.º 11.445/07, Lei da Política Nacional de Saneamento Básico quanto a detalhar o gerenciamento dos resíduos sólidos. A Lei da PNRS traz, como o marco legal dos resíduos sólidos, os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão integrada dos resíduos sólidos, inclusive os perigosos, e estabelece as responsabilidades dos geradores e do poder público, bem como regulamenta os instrumentos econômicos aplicáveis.

Por conseguinte contratar empresa que proceda a logística reversa, instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimento e meios destinado a viabilizar a coleta e a restituição de resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Destacamos que são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e suas embalagens, lâmpadas e produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Ao longo do Estudo Técnico Preliminar, ficou estabelecido que o serviço é enquadrado como continuado. Bem como também se concluiu que os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 82;

- II) Data de publicação no PNCP: 22.04.2024;
- III) Id do item no PCA: 38/2023;
- IV) Classe/Grupo: 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA;
- V) Identificador da Futura Contratação: Lixo SR/SP.

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável              |
|-------------------|--------------------------|
| UAEDI/SR/PF/SP    | LINARIO JOSE LEAL JUNIOR |

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A descrição dos Requisitos da Contratação serão subdivididos nos seguintes itens:

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados **da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Pois assim teremos maior controle do cumprimento do objeto do contrato, bem como de seus desdobramentos legais, e quando e como cabível em Lei a troca do fornecedor.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 5. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, **SOB DEMANDA**, de **coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A** (não

recicláveis), todos resultantes do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP), **com disposição final em aterro controlado e licenciado pelo órgão competente**, com fornecimento de mão de obra e todo material necessário, de acordo com as leis e decretos estaduais e municipais relacionadas ao assunto, dentre as quais, **Lei Municipal n.º 13.478/2002**, a **Lei Municipal n.º 13.522/2003**, a **Lei Municipal n.º 14.973/2009**, o **Decreto n.º 63.113/2024**, **Decreto n.º 58.701/2019**, o **Decreto n.º 60.941/2021**, a resolução **SP-REGULA N.º 22 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024**, a resolução **n.º 107/AMLURB/2017 de 09/06/17** e posteriores alterações, Normas Técnicas (ABNT NBR 10004, ABNT NBR 13221 e ABNT NBR 13463) e normas de segurança e saúde editadas pelos órgãos competentes, **com disposição final em aterro controlado e licenciado pelo órgão competente**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados **da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

O serviço é enquadrado como continuado, sendo certo que o contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Efetuamos análise do levantamento e análise da situação dos planos de resíduos sólidos no estado de SÃO PAULO (REGIÃO DA CAPITAL E ENTORNO) elaborado pelo MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MM sob a coordenação da SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO, com o objetivo de melhoria da gestão ambiental urbana no BRASIL.

Efetuamos estudo e análise da **INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008 (Revogada pela IN n.º 5, de 26 de maio de 2017)**, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não. Que após análise entendemos ser, o objeto a ser contrato de **coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A** (não recicláveis), serviços cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

Bem como ao final chegamos a conclusão de sejam **SERVIÇOS CONTÍNUOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**, pois os serviços realizados de forma contínua mas sem a necessidade da Contratada manter, em período integral e de forma exclusiva, os funcionários à disposição da Administração para que executem tarefas pertinentes ao objeto do contrato.

## 6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 82;
- II) Data de publicação no PNCP: 22.04.2024;
- III) Id do item no PCA: 38/2023;
- IV) Classe/Grupo: 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA;
- V) Identificador da Futura Contratação: Lixo SR/SP.

Após análise dos contratos anteriores **Contrato n.º 60/2016-SR/PF/SP** (Processo 08500.304961/2016-37; Termo de Referência: SEI 0552418); e **Contrato n.º 10/2019-SR/PF/SP** (Processo 08500.050863/2018-36; Termo de Referência: SEI 10904339), adequados a legislação vigente e a continuidade da necessidade de manutenção do serviço tanto de direito como de fato.

Bem com em virtude de obrigação legal a empresa CONTRATADA ficará responsável por cadastrar no sistema eletrônico independente do porte ou ramo de atividade, desde que fisicamente instalada e com geração de resíduos, objetivando o mapeamento e rastreamento desses resíduos. Se gerar acima de 200 litros/dia é considerado pela legislação como Grande Gerador de Resíduos. Conforme exigido por lei, bem como em todos os entes municipais, estaduais e federais correlatos ao serviço ora contrato.

Destacamos como exemplo a AMLURB é a autoridade municipal de limpeza urbana que monitora as questões sobre resíduos urbanos. Conforme a Lei nº 14.973/09 define que os grandes geradores de resíduos são responsáveis pela contratação de empresas particulares de coleta para realização desse serviço, devidamente cadastradas na AMLURB.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSID

A descrição da solução como um todo, conforme minuciosamente estudo tendo por referencia os contratos anteriores **Contrato nº 60/2016-SR/PF/SP** (Processo 08500.304961/2016-37; Termo de Referência: SEI 0552418); e **Contrato nº 10/2019-SR/PF/SP** (Processo 08500.050863/2018-36; Termo de Referência: SEI 10904339), levaram ao entendimento que abrange a prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, visando **SOB DEMANDA**, a coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A (não recicláveis), todos resultantes do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP), com disposição final em aterro controlado e licenciado pelo órgão competente, com fornecimento de mão de obra e todo material necessário, para atender às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Os serviços serão prestados de acordo com a necessidade específica do Prédio da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, conforme acharem pertinentes a execução do presente objeto (no que tange à coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, não recicláveis, de Classe II-A).

Os serviços deverão ser executados de imediato a partir da assinatura do contrato, quando a contratada deverá disponibilizar os contêineres, na forma que segue, observando a necessidade do local.

A CONTRATADA cederá ao Edifício Sede da SR/PF/SP, para utilização durante o prazo de vigência contratual, os equipamentos necessários à prestação dos serviços, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração; bem como todos os cadastros necessários no órgãos de fiscalização pertinentes ao objeto.

Instalar e manter durante a vigência do contrato e em local pré-determinado pela fiscalização, contêineres de 1,20 m<sup>3</sup>, conforme demanda. Inicialmente foram estimados 2 (dois) contêineres por dia, três vezes por semana (às segundas, quartas e sextas-feiras), devendo disponibilizar no mínimo 2(dois) contêineres.

Para todos os itens objeto deste Termo de Referência, serão consideradas as características técnicas gerais indicadas, bem como especificações técnicas similares, compatíveis ou superiores às apresentadas.

Os serviços de coleta e transporte serão executados na Rua Hugo D'Antola, 95 – Lapa de Baixo – São Paulo /SP, às segundas, quartas e sextas-feiras, entre 07:00h e 09:00h da manhã, haverá tolerância de 30 (trinta) minutos, que, se excedidos, ensejarão documento justificado por parte da CONTRATADA, independentemente de solicitação da CONTRATANTE, no prazo de até 3 (três) dias.

Para entrar e permanecer nas dependências das unidades, os funcionários da Contratada deverão estar devidamente uniformizados e identificados com crachás; e com antecedência identificados, conforme regras de segurança orgânica do prédio.



A realização dos serviços e acesso da Contratada às dependências das unidades ficam condicionados à autorização de servidor responsável.

A Contratada deverá realizar a coleta e o transporte, bem como o tratamento e a destinação final da totalidade dos resíduos que se encontrem armazenados no local especificado.

Os horários de coletas poderão sofrer mudança, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e em função das normas e posturas municipais de trânsito, respectivamente através de solicitação prévia do fiscal do contrato ou justificativa da CONTRATADA nos termos da lei, com antecedência de, no mínimo, 03 (três) dias.

Nos feriados nacionais e nos exclusivos da Polícia Federal, caso não haja expediente, não haverá coleta; assim como nos finais de semana. De qualquer maneira, a Contratada deverá entrar em contato com o fiscal do contrato, pelo menos dois dias antes do feriado, para obter a informação sobre a necessidade ou não de coleta no dia do feriado.

Havendo necessidade de Coleta Extra, deverá a Contratante solicitar a Contratada com antecedência mínima de 12 (doze) horas do serviço a ser prestado. 3.14. O transporte deverá ser realizado por, no mínimo, equipamentos de contêineres metálicos Lici. Termo de Referência da Licitação de 2019 (35756151) SEI 08500.024867/2024-15 / pg. 2 de 1,20 m³ e caminhão coletor compactador, pois os resíduos serão removidos e transportados e acondicionados em aterro, conforme determinações da legislação. 3.15. Na coleta extra, será garantido, no mínimo, 1(um) container de 1,20 m³.

Mensalmente, as coletas realizadas deverão ser comprovadas por meio de “Relatório de Coleta” ou outro documento equivalente fornecido pela Contratada, contendo a quantidade coleta e a destinação dada aos resíduos.

A contratada deverá comprovar as descargas no aterro sanitário (em até dois meses após a coleta) e as descontaminações (em até três meses após a coleta) através dos Manifestos de Carga e de Transporte de Resíduos, ambos com carimbo e assinatura dos destinos finais, conforme legislação específica, documentos que ficarão sob a guarda do fiscal do contrato.

A coleta deverá ser realizada com atenção, de forma a evitar prejuízo para a limpeza de passeios, vias e logradouros públicos e dos ralos e caixas receptoras de águas pluviais.

As embalagens de resíduos não devem ser arrastadas nem jogadas no veículo de carga para evitar o seu rompimento.

A coleta deverá ser efetuada, estacionando-se o veículo em local mais próximo possível do local indicado para colocação das caçambas para o armazenamento de resíduos e em condições seguras, sendo que o derramamento de resíduos no pavimento e calçadas deve ser imediatamente removido, providenciando-se a limpeza do local.

O pagamento será feito pela quantidade efetivamente coletada, transportada, gerenciada e finalmente destinada de containeres/caçambas utilizados.

Os serviços deverão ser realizados em estrita concordância e obediência às Normas Técnicas, Decretos, Portarias e Leis, em especial:

Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, atualizada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003

Lei Municipal nº 14.973 de 11 de setembro de 2009.

Decreto nº 45.668, de 29 de dezembro de 2004.

Decreto nº 46.594, de 03 de novembro de 2005.

Decreto nº 48.251, de 04 de abril de 2007.

ABNT NRB 1004-, ABNT NBR 13221 e ABNT NBR 13463.

**NR 38 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NAS ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS** Publicação D.O.U. Portaria MTP n.º 4.101, 16 de dezembro de 2022.

Os resíduos deverão ser descartados em aterro sanitário licenciado pelos órgãos competentes, atendendo as exigências definidas pela Lei Municipal nº 13.478, de 12/2002 e pelo Decreto Municipal nº 45.668, de 12/2004 e demais Leis, Normas, Decretos e suas atualizações, que regulamentam a prestação de serviços, objeto deste Termo de Referência.

A empresa deve possuir todos os registros legais para funcionamento e para prestação dos serviços solicitados neste termo, bem como deve ser cadastrada e certificada nos órgãos de fiscalização competentes, tais como AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo, sem qualquer tipo de impedimento, conforme Decreto nº 46.594, de 03 de novembro de 2005, e Secretaria Estadual /Municipal de Saúde. Serão exigidos, no mínimo, os seguintes documentos: cartão de inscrição CNPJ, alvará de funcionamento perante a vigilância sanitária, A.R.T. do responsável técnico.

Serão suspensas as atividades que apresentarem qualquer irregularidade, sujeitando-se a Contratada às penalidades referentes às inexecuções dos serviços, conforme o edital e seus anexos.

Transportar os resíduos de modo a não ferir e prejudicar quem os manipula ou terceiros.

A coleta deverá ser realizada por equipamentos adequados ao manuseio, bem como pessoal qualificado para o serviço destinado.

Os funcionários deverão estar treinados e especializados, bem como usarem equipamento de proteção individual (EPI). Lici. Termo de Referência da Licitação de 2019 (35756151) SEI 08500.024867/2024-15 / pg. 3

Os funcionários ao adentrarem a Sede da Superintendência deverão estar com crachás de identificação. Os funcionários em momento algum poderão ausentar-se das imediações do veículo da empresa.

A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios, necessários à perfeita execução contratual, conforme legislação trabalhista e o que for disposto no Termo de Referência.

## 8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA terá que cumprir os requisitos legais específicos do objeto, bem como a legislação de administrativa vinculada a execução do objeto do contrato. Faz-se necessário adequação normativa de imediato de todos os documentos subsequentes, tendo em vista a PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024, SEI (34757651). Bem como o cumprimento das diretrizes constantes do caderno de logística PESQUISA DE PREÇOS, versão 1.0; março de 2024. SEI (08500.010526/2024-54).

A devida instrução processual, em respeito aos artigos 29 e 35 da IN nº. 05/2017, serão utilizados os Modelos da Lei nº 14.133/21, conforme Advocacia Geral da União preconiza, para pregão e concorrência, **SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**, que são os seguintes:

- Termo de Referência Serviços Sem Mão de Obra Lei 14.133 (maio/2023)
- Modelo Contrato Serviços Sem Mão de Obra Lei 14.133 (maio/2023)

- Lista de Verificação Compras e Serviços sem Mão de Obra exclusiva - Lei 14.133 (dezembro /2022).

Conforme Link, fonte: : Modelos da Lei nº 14.133/21 para pregão e concorrência — Advocacia-Geral da União ([www.gov.br](http://www.gov.br)), <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrenca> acesso efetuado no dia 24 de novembro de 2023.

A empresa contratada deverá comprovar a experiência por meio de atestados e Certificados Técnicos, conforme exigências dos Modelos de Edital da AGU/CJU ([http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/244958](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/244958), item 8.6 e s.s.); Comprovação de patrimônio líquido suficiente para execução dos serviços, com percentuais a serem definidos pela Equipe de Planejamento; Cadastro no SICAF;

Quanto à qualificação técnica, devem ser atendidos os normativos correlatos ao serviço pretendido, destacando-se Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), Lei dos Agrotóxicos e afins (Lei 7.802/1989) e seu regulamento através do Decreto 4.074/2002, Resolução ANVISA 52/2009 referente a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os modelos de execução do Objeto serão de acordo com os contratos anteriores **Contrato nº 60/2016-SR/PF/SP** (Processo 08500.304961/2016-37; Termo de Referência: SEI 0552418); e **Contrato nº 10/2019-SR/PF/SP** (Processo 08500.050863/2018-36; Termo de Referência: SEI 10904339), adequados a legislação vigente.

O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

Após estudo nas Planilhas de controle do serviço dos contratos nº 60/2016-SR/PF/SP (Processo 08500.304961/2016-37; Termo de Referência: SEI 0552418) e; nº 10/2019-SR/PF/SP (Processo 08500.050863/2018-36; Termo de Referência: SEI 10904339), onde constatamos em razão das necessidades futuras de um possível aumento de até 44%, estimado ao longo do tempo, logo acreditamos que a média mensal poderá ir a **40 contêineres mês**, ou em progressão acima deste valor. Para um prazo de vigência da contratação que é de **24 (vinte e quatro) meses** contados **da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Face ao exposto o total estimado de contêineres a serem coletados nos **24 meses de contratação** serão, por estimativa, **960 contêineres**.

## 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A Gestão do Contrato esta descrito na **PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024** que estabelece regras para padronizar os procedimentos relativos ao fluxo documental necessário ao pagamento de bens e serviços contratados pela Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo, em especial aos prazos de entrega de faturas e notas fiscais, em todas as etapas até a emissão das ordens de pagamento, via Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI-WEB).

Aos moldes do **DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022**, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

## 11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Instrumento de Medição de Resultado-IMR, conforme modelo previsto no Anexo V-B da **IN nº 05/2017-MPDG**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto nos Anexos a este Termo de Referência **OU** outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços **OU o disposto neste item.**

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

não produzir os resultados acordados;

deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

A fiscalização contabilizará, ao final do mês, o quantitativo de contêineres coletados;

O pagamento será feito pela quantidade efetivamente coletada, transportada, gerenciada e finalmente destinada de containers/caçambas utilizados.

### Do recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante forma estabelecida no termo de referencia ou contrato.

### Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Atrasos de pagamento

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) / 365 I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### Reajuste

Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **índice IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECED**

A Equipe de contratação deverão seguir os dispostos no **DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022**, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Bem como será seguida a **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017** (Atualizada) Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Também cumprir as diretrizes constantes no **CADERNO DE LOGISTICA PESQUISA DE PREÇOS, versão 1.0; março de 2024.**



E de acordo com o **Manual Técnico Operacional dos Sistema de Congratos.gov.br, versão 3.1.0, março de 2024.**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### **Regime de execução**

O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

### **Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**Ato de autorização** para o exercício da atividade de **coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A** (não recicláveis), expedido pelo órgão competente nos termos da legislação municipal/estadual.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual* ou *Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Atestado de Capacidade Técnico-Operacional em nome da licitante, emitido por órgão ou empresa de direito público ou privado, que comprove a execução de atividade de coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A (não recicláveis) por parte da proponente, no percentual de, no mínimo, 100% (cem por cento) do quantitativo mensal ESTIMADO para a contratação, considerando-se ainda as características do objeto e dos prazos de execução do contrato; demonstrando detalhadamente os serviços já executados pela contratada que sejam semelhantes ao objeto a ser contratado, como forma de assegurar, uma garantia de qualidade dos serviços a serem realizados;

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### 13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

As estimativas obtidas levaram em consideração as planilhas de controle dos contratos anteriores, **Contrato nº 60/2016-SR/PF/SP** (Processo 08500.304961/2016-37; Termo de Referência: SEI 0552418); e **Contrato nº 10/2019-SR/PF/SP** (Processo 08500.050863/2018-36; Termo de Referência: SEI 10904339), assim como as planilhas de controle de custos, ora anexas:

Anexo VIII, Memoria de custos de contratos até fevereiro de 2024.

Anexo V, Contabilização de Lixo Comum ao longo dos anos.

Para o cumprimento do objeto do contrato Coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II- A (não recicláveis), Contêiner com 1,20 m³ de capacidade volumétrica a unidade, estimamos, conforme descrição e especificações, de que quantidade anual estimada de contêineres a serem coletados é de **40 contêineres mês**, ou em progressão acima deste valor. Para um prazo de vigência da contratação que é de **24 (vinte e quatro) meses** contados **da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Face ao exposto o total estimado de contêineres a serem coletados nos **24 meses de contratação** serão, por estimativa, **960 contêineres**.

### 14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade:0001/200360;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 06.122.2112.2000.0001;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39;

V) Plano Interno: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (PF99900AGXX) - Onde XX corresponde a última dezena do ano corrente, por exemplo "24";

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 15. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi feito conforme determinado pelo Caderno de Logística, cujos resultados obtidos são:

Anexo XX, pesquisa de preços conforme caderno de logística;

Anexo XXI, pesquisa unificada do comprasnet.

Levamos em consideração, para formulação do levantamento de mercado, também a posição do Sindicato das **Empresas de Limpeza Urbana no Estado de SP**, SELUR, sindicato patronal, que foi criado no ano de 1992. Cristalizava-se ali o esforço das empresas de limpeza urbana no propósito de instituírem uma entidade capaz de executar a representação da categoria econômica como também de responder aos desafios enfrentados por um setor de relevante importância estratégica quanto às questões de natureza social, ambiental, econômica e de saúde pública.

Esses desafios são decorrentes da natureza inquestionável da essencialidade dos serviços ambientais que são realizados pelo setor:

1. Coleta e transporte de resíduos sólidos oriundos de domicílios, logradouros públicos, estabelecimentos industriais, públicos, comerciais e de serviços;
2. Varrição de ruas, passeios e demais espaços públicos;
3. Coleta e transporte de resíduos originados nos serviços de saúde;
4. Tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos tipos de resíduos coletados e transportados.
5. Outros serviços complementares à limpeza urbana.

Alguns desses serviços devem ter caráter de execução obrigatória em todos os municípios brasileiros; outros possuem exigências de diferentes graus em acordo com características específicas a cada município e a cada região.

As diferenças regionais são reconhecidas e devem assim ser tratadas, em conjunto com as características gerais desses serviços e que estão presentes em todo território nacional. Em virtude desta característica, entendemos que os registros obrigatórios deverão ser executados pela CONTRATADA.

E atender Coleta e transporte de resíduos sólidos de Grandes Geradores (RGG), que corresponde ao caso concreto, ora CONTRATANTE.

Que caberá, em razão da especificidade, a CONTRATADA a cumprir o que determina o artigo 141 da **Lei 13.478, de 2002**, todos os Grandes Geradores de Resíduos Sólidos (RGG), ou seja, estabelecimentos comerciais que geram mais de 200 litros de lixo por dia, deverão contratar uma empresa responsável para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos gerados, mantendo via original do contrato à disposição da fiscalização. Pois na cidade de São Paula, há a SP Regula que disponibiliza um sistema eletrônico auto declaratório no qual permite que todos os estabelecimentos comerciais, possam se cadastrar e se autodeclarar um grande gerador. A autodeclaração é obrigatória para todos os CNPJ's inscritos no município de São Paulo, que geram **resíduos acima de 200 litros/dia**, através do link <https://cadastros-spregula.coletas.online>

Cabe ao SELUR, que deverá ser orientador para toda a decisão, neste contexto, a efetivação de ações que agreguem valor a esses serviços, buscando respostas a questões a eles inerentes e que deverão ser traduzidas em ganhos às comunidades atendidas pelas empresas que formam o setor. Esse conjunto de ações deve abrigar proposições que colaborem com políticas públicas que objetivem melhorar a qualidade de vida dessas comunidades, que tragam aportes de natureza técnica às empresas e que incrementem o reconhecimento e o fortalecimento das categorias profissionais envolvidas. Para isso, os ditames da **Lei 12.305/2010**, e o respectivo **Decreto da regulamentação nº 7.404/2010**, contém bases estruturantes para ações que serão desenvolvidas em todo o território nacional.

A busca sistemática de dados do setor que expressem qualitativa e quantitativamente as realidades brasileira e regionais e dar publicidade a eles, de forma que possam ser utilizados por qualquer tipo de instituição, pública ou privada, e de que esfera for, assegurados por procedimentos técnicos que lhes afirmem a confiabilidade.

Faz-se mister ainda que a CONTRATADA, tenha o SELUR abalizador de projetos inovadores, das novas técnicas de trabalho e da mais moderna tecnologia que atendara às exigências dos serviços; como corolário cabe-lhe o estímulo à prática da ética em todas as ações que venham a ser desenvolvidas. Que serão observados ao longo do contrato.

São quase duas centenas de empresas atuando em todo o território nacional, abrigando milhares de pessoas que executam as funções das mais humildes até as de grande complexidade, todas elas entretanto de grande valia, e cuja importância somente pode ser reconhecida quando observado no conjunto que forma a atividade.

## 16. Descrição da solução como um todo

Constatamos, após planilhas de contratos anteriores, em razão de necessidades futuras um possível aumento de 44%, estimado ao longo do tempo, logo acreditamos que a média mensal poderá ir a 40 contêineres mês, ou em progressão acima deste valor. Para um prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados **da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 17. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O contêineres destacado em nossos estudos é de unidade média seria de **1,2 M³**.

A requisição mínima no período semanal a estiva é de **10 (dez) contêineres**.

Bem como a requisição mínima por pedido semanal estimada é de por média de **40 (quarenta)**.

Constatamos em razão de necessidades futuras um possível aumento de 44%, estimado ao longo do tempo, logo acreditamos que a média mensal poderá ir a 40 contêineres mês, ou em progressão acima deste valor. Para um prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados **da assinatura do contrato**, total estimado de contêineres a serem coletado no período de vigência do contrato é 960 contêineres.

## 18. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 150.268,80

Após estudos e análises dos documentos de controle anterior, e a respectiva consulta de preços na comprasnet, obtivemos que a unidade média seria de **1,2 M³**; cuja valor unitário vencedor da licitação anterior de **R\$ 156,53 (cento e cinquenta e seis reais, e cinquenta e três centavos)**.

A requisição mínima por pedido semanal **R\$ 1.565,30 (hum mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos)**.

A requisição máxima por pedido mensal estimada no valor de **R\$ 6.261,20 (seis mil, duzentos e sessenta e um e reais, e vinte centavos)**.

A requisição estimada ao longo do contrato de 24 (vinte e quatro) meses, com um estimativa de 960 (novecentos e sessenta) contêineres no valor de **R\$ 150.268,80 (cento e cinquenta mil, duzentos e sessenta e oito reais, e oitenta centavos)**.

## 19. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução **NÃO** pode ser parcelada, pois o interesse da administração pública é a aquisição no menor valor,

A presente contratação em um único grupo com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final, com o intuito de manter as características dos locais de execução, pois são áreas restritas, em ambientes de trabalhos sigilosos. Tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU no que se refere à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global.

SÚMULA Nº 247 “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

A despeito da sobredita orientação, ou seja, forma conjunta ou que possibilite maiores vantagens econômicas em função da escala, foi neste nosso entendimento.

## 20. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As empresas anteriormente contratadas atenderam, satisfatoriamente, às necessidades da SR/PF/SP e suas Unidades de Apoio, bem como Delegacias Descentralizadas. O objeto do contrato anterior, tal qual a presente demanda, foi plenamente alcançado, não havendo incidentes nem relatos de ineficácia das medidas de controle e combate a pragas urbanas. O procedimento licitatório anterior não está vigente.

Efetuamos análise de contratações anteriores, e foram aproveitados entendimentos e resultados correlatos a execução dos Termos de Referência dos contratos anteriores:

- Contrato nº **60/2016-SR/PF/SP** (Processo 08500.304961/2016-37; Termo de Referência: SEI 0552418), Anexo III deste ETP, e;
- Contrato nº **10/2019-SR/PF/SP** (Processo 08500.050863/2018-36; Termo de Referência: SEI 10904339), Anexo IV deste ETP.

Ou seja, avaliamos a execução de contratos por 12 (doze) anos, todos que cumpriram seu objeto. E a para esta última licitação para estudo de preços, em virtude do princípio da economicidade, e novamente da continuidade administrativa, comparamos o contrato anterior e o estudo de preço atual, realizado mediante pesquisas investigativas no site [compras.gov.br](http://compras.gov.br), conforme planilha Anexo V deste ETP, que faz referência a Contabilização do Lixo Comum desde o ano de 2011.

E a estudo de custos, ou seja, execução do contrato, até fevereiro de 2024, conforme planilha ANEXO VIII deste ETP.

## 21. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 82;
- II) Data de publicação no PNCP: 22.04.2024;
- III) Id do item no PCA: 38/2023;
- IV) Classe/Grupo: 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA;
- V) Identificador da Futura Contratação: Lixo SR/SP.

## 22. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Faz-se necessário o equilíbrio, não podendo a Administração se descuidar da competitividade e economicidade, buscando, sempre que possível o equilíbrio destas com a redução de impacto ambiental e benefícios sociais desejados

Coadunar esta licitação com o Plano Nacional de Sustentabilidade.



Sem deixar de levar em consideração de que a melhor proposta não é simplesmente a de menor preço, mas é aquela que melhor atende ao interesse público, considerando-se inclusive seus aspectos ambientais.

## 23. Providências a serem Adotadas

Exigir a apresentação de Atestados de Capacidade Técnica no momento da Habilitação. Comprovação por meio de atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, registrado(s) no conselho da categoria, em nome da licitante e do responsável técnico, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível a prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 de **coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A** (não recicláveis), todos resultantes do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP), de acordo com a **Lei Municipal nº 13.478/2002**, a **Lei Municipal nº 13.522/2003**, a **Lei Municipal nº 14.973/2009**, o **Decreto Municipal nº 45.668/2004**, o **Decreto Municipal nº 48.251/2007** e posteriores alterações, Normas Técnicas (ABNT NBR 10004, ABNT NBR 13221 e ABNT NBR 13463) e normas de segurança e saúde editadas pelos órgãos competentes, com disposição final em aterro controlado e licenciado pelo órgão competente.

No Termo de Referência deverão constar itens claros e definições exatas dos prazos para realização do serviço, bem como os procedimentos pré e pós aplicação. As sanções pelo descumprimento ou desrespeito às cláusulas contratuais referentes aos prazos deverão ser explícitas.

## 24. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais são os previstos em razão da execução, com a de mitigação mediante a aplicação da legislação de prevenção e de contenção de acidentes ambientais, conforme órgãos de fiscalização com atribuição específica que serão cumpridas.

## 25. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Será iniciada no processo SEI 08500.005068/2024-31 para contratação.

**LINARIO JOSE LEAL JUNIOR**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/10/2024 às 17:55:21.

## 26. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 26.1. Justificativa da Viabilidade

Como dito anteriormente, justifica-se a contratação em função da necessidade do serviço em função da obrigatoriedade do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (classificado como grande gerador de resíduos sólidos) atender às exigências das Leis Municipais da Cidade de São Paulo, no que tange à coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, não recicláveis, de Classe II-A, de acordo com os requisitos estabelecidos na **Lei Municipal n.º 13.478/2002**, na **Lei Municipal n.º 13.522/2003**, na **Lei Municipal n.º 14.973/2009**, no **Decreto Municipal n.º 45.668/2004**, no **Decreto Municipal n.º 48.251/2007** e em suas posteriores alterações.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PORTARIA SRPFSP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024 PDF 08500.022860\_2023-70.pdf (74.28 KB)
- Anexo II - caderno\_de\_pesquisa\_de\_precos\_2024\_final.pdf (1.03 MB)
- Anexo III - TERMO DE REFERENCIA LIXO 2016 05524182016.pdf (106.34 KB)
- Anexo IV - TERMO DE REFERENCIA LIXO 2019.pdf (172.12 KB)
- Anexo V - 01 - Contabilização do Lixo Comum.ods (324.83 KB)
- Anexo VI - COMUNICAÇÃO DA ECONTRANS NÃO RENOVAÇÃO DE CONTRATO COM INVIABILIDADE ECONOMICA.pdf (57.81 KB)
- Anexo VII - SEI\_PF - 35413811 - Apostilamento de Contrato.pdf (185.43 KB)
- Anexo VIII - MEMORIA DE CUSTO ATÉ FEVEREIRO DE 2024.xlsx (77.58 KB)
- Anexo IX - GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS VERSÃO SETEMBRO DE 2023.pdf (3.56 MB)
- Anexo X - SUMULA 247 Pesquisa textual \_ Tribunal de Contas da União.pdf (385.59 KB)
- Anexo XI - manual-contratos-gov-br-nova-versao março de 2024.pdf (5.96 MB)
- Anexo XII - Modelo Contrato Serviços Sem Mão de Obra Lei 14.133 maio 2023.pdf (330.0 KB)
- Anexo XIII - Lista de Verificação Compras e Serviços sem Mão de Obra exclusiva - Lei 14.133 dezembro2022.pdf (163.93 KB)
- Anexo XIV - TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO DETERMINADO PELA AGU.pdf (508.43 KB)
- Anexo XV - Decreto do Presidente da Republica n 11246, dispoe sobre as regras de atuação das equipes de contratação. pdf (305.46 KB)
- Anexo XVI - Relatorio do Ministerio do Meio Ambiente a respeito da situação dos planos de residuos solidos no estado de São Paulo.pdf (9.12 MB)
- Anexo XVII - NBR Microsoft Word - 10004.doc (431.81 KB)
- Anexo XVIII - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008 (Revogada pela IN nº 5, de 26 de maio de 2017) — Portal de Compras do Governo Federal.pdf (2.5 MB)
- Anexo XIX - DECRETO Nº 58.701, DE 04 DE ABRIL DE 2019.pdf (292.44 KB)
- Anexo XX - PESQUISA DE PREÇOS CADERNO DE LOGISTICA.pdf (998.28 KB)
- Anexo XXI - UNIFICADOS COMPRASNET.pdf (228.82 KB)

**Anexo I - PORTARIA SRPFSP N° 3329, DE 28 DE  
FEVEREIRO DE 2024 PDF 08500.022860\_2023-70.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO - SR/PF/SP

PORTARIA SR/PF/SP Nº 3329, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024

*Estabelece regras para padronizar os procedimentos relativos ao fluxo documental necessário ao pagamento de bens e serviços contratados pela Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo, em especial aos prazos de entrega de faturas e notas fiscais, em todas as etapas até a emissão das ordens de pagamento, via Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI-WEB).*

**O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA FEDERAL em SÃO PAULO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 27, incisos II e VII, e o art. 50, incisos I e V, do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União, edição 200, seção 1, de 17 de outubro de 2018; resolve:

Art. 1º Regulamentar os procedimentos e prazos máximos relativos ao recebimento de notas fiscais/faturas e respectiva elaboração e encaminhamento dos processos de pagamento de competência dos fiscais, gestores de contrato e ao Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF, de forma a garantir o pagamento das obrigações da SR/PF/SP dentro dos prazos estipulados.

**SEÇÃO I**  
**DAS DEFINIÇÕES E ATRIBUIÇÕES**

Art. 2º Na aplicação desta Portaria, ficam estabelecidas as seguintes definições e competências:

I. Instrumento de Medição de Resultado-IMR, conforme modelo previsto no Anexo V-B da IN nº 05/2017-MPDG, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

II. Termo de Recebimento Provisório-TRP, conforme previsto no art. 50 inciso I da IN nº 05/2017-MPDG;

III. Termo de Recebimento Definitivo-TRD, conforme previsto no art. 50 inciso II da IN nº 05/2017-MPDG;

IV. Material Permanente: aquele que, como regra geral mas havendo exceções, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos, cujos exemplos são mobiliário em geral, notebooks, desktops, veículos automotores, equipamentos de comunicação, armamentos, máquinas e equipamentos em geral, etc. Possuem classificação de natureza de despesa 449052;

V. Material de Consumo: aquele que não é classificado como material permanente, cujos exemplos são canetas, papel, ração, toners de impressora, embalagens, itens de limpeza e higiene, etc. Possuem classificação de natureza de despesa 339030;

VI. Fiscal Técnico: servidor designado em portaria para este encargo, para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, aferindo se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com o estipulado no edital e termo de referência, conforme preconizado no art. 40 inciso II da IN nº 05/2017-MPDG;

VII. Fiscal Administrativo: servidor designado em portaria para este encargo, para avaliar nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra o cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, conforme preconizado no art. 40 inciso III da IN nº 05/2017-MPDG;

VIII. Gestor de Contrato: servidor lotado na GESCON/SELOG, designado em portaria para

este encargo, para coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, como a formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, conforme preconizado no art. 40 inciso I da IN nº 05/2017-MPDG;

Parágrafo Único. No âmbito da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo e suas Descentralizadas a fiscalização técnica e administrativa serão exercidas pelos mesmos servidores designados em portaria.

IX. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF: responsável por apropriar as despesas, analisando previamente toda documentação suporte para pagamento, tais como a nota fiscal/fatura, atesto, documentos de recebimento provisório e definitivo e a regularidade do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

X. Gestor Financeiro e Ordenador de Despesas: responsável por aprovar as Ordens de Pagamento - OP e emitir as ordens bancárias, relativas aos pagamentos das notas fiscais/faturas.

## **SEÇÃO II DO RECEBIMENTO E ATESTO**

Art. 3º Todos os documentos envolvendo o recebimento e pagamento de nota fiscal/fatura devem ser emitidos via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, incluindo os modelos padronizados de TRP e TRD nele existentes.

Art. 4º O protocolo da SR/PF/SP - NAD/SELOG/SR/PF/SP, ao receber nota fiscal/fatura/documentação prévia por quaisquer meios, físico ou eletrônico, deve incluir, no SEI, todos os documentos recebidos e encaminhar, em até 1 (um) dia útil, para o Setor/Descentralizada onde está lotado o fiscal do respectivo caso, assim como para a GESCON.

I. Outra unidade que não aquela elencada no caput, que por ventura receba nota fiscal/fatura por meio físico e não seja o demandante ou fiscal responsável pela emissão dos recebimentos, deve incluir, no SEI, todos os documentos recebidos e encaminhar, em até 1 (um) dia útil, para o protocolo NAD/SELOG/SR/PF/SP para o devido direcionamento;

II. A GESCON ao receber nota fiscal/fatura na qual não tenha sido emitido o TRP/TRD deve encaminhar, em até 1 (um) dia útil, para o Setor/Descentralizada onde está lotado o fiscal do respectivo caso;

III. O Setor/Descentralizada ao receber nota fiscal/fatura deve, em até 1 (um) dia útil, encaminhar à subunidade no SEI na qual o demandante ou fiscal tenha acesso, inclusive efetuando a respectiva atribuição ao seu usuário.

Parágrafo 1º As empresas devem enviar a nota fiscal/fatura via e-mail, através da caixa eletrônica "*protocoloeletronico.sp@pf.gov.br*", podendo inclusive conter links para arquivos armazenados na nuvem, os quais o NAD será responsável por extrair e fazer a devida carga no protocolo SEI a ser criado.

Parágrafo 2º Após a criação do protocolo SEI contendo todos os arquivos relativos à nota fiscal/fatura, o NAD deverá retornar o e-mail para o remetente informando o protocolo criado.

Art. 5º Quando do recebimento da nota fiscal/fatura, o demandante ou fiscal tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para efetuar a conferência e emitir o TRP/TRD conforme casos elencados neste artigo:

I. Caso material de consumo ou permanente: emitir os recebimentos provisório e definitivo e remeter o processo SEI ao NUMAT para demais providências;

II. Caso obra/reforma: emitir o recebimento/atesto e remeter o processo SEI à GESCON e NEOF para demais providências, observando o preconizado na Seção V - Do Pagamento de Obras e Reformas da presente portaria;

III. Demais contratos: emitir o recebimento provisório e remeter o processo SEI à GESCON para demais providências.

Parágrafo 1º. Para os contratos de concessionárias públicas de água, energia e telefonia, o fiscal deve ter cadastro ativo no portal/aplicativo da respectiva concessionária de forma a obter de forma proativa a nota fiscal, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência do vencimento da fatura, devendo fazer a devida inclusão no SEI e emissão do TRP e TRD.

Parágrafo 2º Caso o recebimento fique condicionado a alguma providência, como a verificação da conformidade, que necessite mais de 05 (cinco) dias úteis para sua conclusão, o demandante

deverá solicitar que o fornecedor cancele a nota fiscal/fatura, emitindo uma nova quando da resolução da pendência ou da inconformidade ou, alternativamente, indicar a suspensão do prazo de pagamento previsto no edital e termo de referência até a devida resolução.

Parágrafo 3º A notificação de irregularidades ou inconformidades a serem sanadas, bem como a devolução de qualquer documentação, inclusive da nota fiscal/fatura, deverá ser sempre via Ofício ou e-mail, registrados no mesmo protocolo da referida nota fiscal/fatura.

Art. 6º Quando do recebimento da nota fiscal/fatura contendo o respectivo TRP, emitido pelo demandante ou fiscal, a GESCON tem o prazo de 03 (três) dias úteis para efetuar a conferência, emitir o TRD e remeter o processo ao NEOF.

Parágrafo 1º Após a emissão do TRD o gestor do contrato deve efetuar o devido registro da liquidação da respectiva nota fiscal/fatura no sistema ComprasGov - Módulo de Contratos.

Parágrafo 2º Caso a GESCON verifique alguma inconsistência no processo que impeça a emissão do TRD, deverá retornar as fases diligenciando para que as pendências sejam resolvidas com a maior brevidade possível.

Art. 7º Quando do recebimento da nota fiscal/fatura contendo o respectivo TRP e TRD, emitido pelo demandante ou fiscal, o NUMAT tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para efetuar a conferência e demais registros no e-Log e outros sistemas pertinentes, quando aplicável e remeter o processo:

I. À GESCON para que, se houver contrato celebrado, proceda ao devido registro da liquidação da respectiva nota fiscal/fatura no sistema ComprasGov - Módulo de Contratos;

II. Ao NEOF.

### **SEÇÃO III**

#### **DO PAGAMENTO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

Art. 8º Ao receber os documentos prévios e necessários para posterior efetiva emissão da nota fiscal pela contratada de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o fiscal deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis:

I. Conferir se toda a documentação pertinente ao contrato, inclusive de ordem fiscal, trabalhista e previdenciária, foram devidamente inseridas pela empresa contratada em seu relatório de pagamento, devendo analisá-las a fim de verificar se estão de acordo com os normativos que regem o assunto, bem como com as previsões contratuais;

II. Aferir e, se for o caso, aplicar as devidas glosas, comunicando a empresa para que emita a nota fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

Parágrafo 1º Caso seja recebida fisicamente a documentação prévia, o fiscal deve inseri-la integralmente no SEI, informando o protocolo à contratada, e quaisquer devoluções para ajustes devem ser formalizadas através do mesmo protocolo, quer por Ofício ou e-mail, assim como atualizações/novas documentações correlatas.

Parágrafo 2º No caso de devolução da documentação para ajustes pela contratada, o novo prazo para reanálise da posterior nova documentação enviada passa a ser de 5 (cinco) dias úteis.

### **SEÇÃO IV**

#### **DO PAGAMENTO DE OBRAS E REFORMAS**

Art. 9º Ao receber os documentos prévios e necessários para posterior efetiva emissão da nota fiscal pela contratada de serviços de engenharia, o fiscal deverá, no prazo de 15 (quinze) dias corridos:

I. Conferir se toda a documentação pertinente ao contrato, incluindo a planilha de medição e fotos da execução, foram devidamente inseridas pela empresa contratada em seu relatório de pagamento, devendo analisá-las a fim de verificar se estão de acordo com os normativos que regem o assunto, bem como com as previsões contratuais;

II. Aferir e, se for o caso, aplicar as devidas glosas, comunicando a empresa para que emita a nota fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Art. 10 Após término da última etapa da obra/reforma, em até 30 (trinta) dias corridos, ou previsto em prazo contratual, ou em normativo vigente, a equipe de fiscalização deverá realizar a emissão do TRP.

I. O TRP deverá incluir, pelo menos:

a) As pendências finais a serem resolvidas pela empresa contratada, assim como os respectivos prazos máximos.

b) O prazo final para emissão do TRD.

II. Após a resolução, pela empresa contratada, das pendências finais, aferir e, se for o caso, aplicar as devidas glosas, comunicando a empresa para que emita a nota fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

III. O TRD deverá ser emitido por comissão de fiscalização a ser tempestivamente formada.

IV. Após emitido o TRD o processo SEI deve ser encaminhado à GESCON, NUMAT e NEOF para demais providências.

## **SEÇÃO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11 Após o início da vigência desta Portaria, todos os fiscais de contratos de concessionárias públicas de água, energia e telefonia deverão providenciar o acesso aos sistemas de emissão de faturas das concessionárias, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Único Para os casos em que uma mesma concessionária atenda várias unidades distintas, mas permita apenas 1 (um) único acesso ao seu portal, este acesso será concedido à unidade que apresentar o maior valor de nota fiscal mensal média, cabendo a esta unidade fazer a inclusão no SEI de todas as notas fiscais e encaminhar às demais unidades.

Art. 12 Eventuais prejuízos de qualquer natureza causados por servidor, em decorrência de descumprimento do previsto nesta Portaria, poderão ensejar processos de indenização ao erário.

Art. 13 As atribuições e obrigações definidas nesta Portaria não excluem outras estabelecidas na legislação e normativos que regem a matéria, bem como o que for previsto nos editais e termos de referência dos respectivos contratos.

Art. 14 Após publicação, o GAB/SR procederá à ampla divulgação desta Portaria a todas as chefias de unidade, fiscais e gestores de contrato, mediante Ofício Circular e publicação na Intranet.

Art. 15 Casos omissos ou exceções serão dirimidos pelo Ordenador de Despesas.

Art. 16 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor em 29 de março de 2024.

**PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**ROGÉRIO GIAMPAOLI**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO GIAMPAOLI**, Superintendente Regional, em 04/03/2024, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=34144002&crc=2E57F47C](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34144002&crc=2E57F47C).

Código verificador: **34144002** e Código CRC: **2E57F47C**.

**Anexo II - caderno\_de\_pesquisa\_de\_precos\_2024\_final.pdf**



# 2024

Março | Versão 1.0

CADERNO DE LOGÍSTICA

# PESQUISA DE PREÇOS



MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

### Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

### Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

### Secretaria de Gestão e Inovação

Roberto Seara Machado Pojo Rego (Secretário)

Kathyana Dantas Machado Buonafina (Secretária Adjunta)

### Diretoria de Normas e Sistemas de Logística

Everton Batista dos Santos

### Coordenação de Acompanhamento Normativo

Kadu Freire de Abreu

### Elaboradores:

Priscila Rayane de Menezes Silva Machado

Thaís Sabará Vieira Goes

### Colaboradores:

Kadu Freire de Abreu

Leila Szczecinski Cotica

Manuela Deolinda dos Santos da Silva Pires

Marina do Bé Nascentes Marcondes de França Ferreira

Mateus Silva Teixeira

Scheyla Cristina de Souza Belmiro do Amaral

## Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

B823p

Brasil. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Gestão e Inovação. Diretoria de Normas e Sistemas de Logísticas.

Pesquisa de preços / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Secretaria de Gestão e Inovação, Diretoria de Normas e Sistemas de Logísticas. – Versão 1.0 -- Brasília : DELOG/SEGES/MGI, 2024.

41 p. : il. -- (Caderno de logística)

Contém anexos.

1. Preços – Pesquisa. 2. Licitação pública. 3. Contratos administrativos. 4. Valor estimado. 5. Brasil. Lei de licitações e contratos (2021). I. Título.

CDU – 351.712.2

CDD – 341.35273

## Histórico de versões

| DATA    | VERSÃO | DESCRIÇÃO       |
|---------|--------|-----------------|
| 03/2024 | 1.0    | Versão original |



## Sumário

|  |    |
|--|----|
| BASE LEGAL.....  | 4  |
| ORIENTAÇÕES GERAIS .....   | 5  |
| O QUE É UMA PESQUISA DE PREÇOS .....   | 5  |
| POR QUE FAZER UMA PESQUISA DE PREÇOS .....   | 5  |
| QUANDO DEVE SER FEITA A PESQUISA DE PREÇOS .....   | 6  |
| QUEM DEVE FAZER A PESQUISA DE PREÇOS .....   | 8  |
| A ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NO PCA E NO ETP .....   | 10 |
| DIFERENÇA ENTRE SOBREPREÇO E SUPERFATURAMENTO .....  | 12 |
| PREÇO ESTIMADO OU PREÇO DE REFERÊNCIA.....   | 12 |
| ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS .....   | 14 |
| FORMALIZAÇÃO E CONTEÚDO MÍNIMO .....   | 14 |
| CRITÉRIOS PARA PESQUISA DE PREÇOS.....   | 14 |
| PARÂMETROS DE PESQUISA .....   | 15 |
| a) Sistemas oficiais de governo .....  | 17 |
| b) Contratações similares em execução ou concluídas no período de um ano .....                             | 19 |
| c) Mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo ..... | 20 |
| d) Pesquisa direta com fornecedores .....  | 22 |
| e) Base nacional de notas fiscais eletrônicas.....   | 23 |
| VALIDADE DA PESQUISA DE PREÇOS E ESCOPO TEMPORAL DE COLETA DE DADOS .....                                  | 24 |
| MÉTODOS PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO .....  | 25 |
| VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS .....                                       | 26 |
| O USO DE TRÊS PREÇOS .....   | 27 |
| TAXA DE RISCO NO VALOR ESTIMADO .....  | 27 |
| REGRAS ESPECÍFICAS .....   | 28 |
| CONTRATAÇÃO DIRETA.....  | 28 |
| CONTRATAÇÕES DE TIC.....   | 30 |
| CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA.....                                       | 30 |
| ANEXO I - Modelo de documento de formalização da pesquisa de preços.....                                   | 31 |
| ANEXO II - Lista de verificação.....   | 34 |

## BASE LEGAL

As diretrizes contidas neste caderno têm como base a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, que, por sua vez, se fundamenta no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – a atual Lei de Licitações e Contratos –, além de estudos e boas práticas administrativas sobre o tema. Sendo assim, esta publicação se destina somente aos processos elaborados com base na nova lei e não àqueles sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Conforme prevê o § 1º do art. 23 supramencionado, no processo licitatório para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, deve haver a definição do valor estimado e este deve ser definido com base no melhor preço aferido por meio de parâmetros e procedimentos, que serão apresentados e discutidos neste caderno.

A definição do valor estimado de uma contratação é essencial para qualquer processo de compra, pois norteará a tomada de decisão em diversas ocasiões do processo, por exemplo, para indicar o valor dos recursos necessários, analisar a exequibilidade da proposta, determinar o valor da garantia, aplicar eventual margem de preferências, como será visto logo adiante.



## ORIENTAÇÕES GERAIS

### O QUE É UMA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços consiste em um procedimento prévio à licitação que tem como objetivo principal determinar o custo estimado da contratação pretendida, isso é, **aferir o valor de mercado de determinado bem ou serviço**. Para tanto, utiliza-se da coleta de dados por amostragem com posterior tratamento.

O procedimento envolve também o trabalho de conhecer o mercado, pois é preciso verificar as condições do mercado fornecedor para o objeto que se pretende contratar e a compatibilidade entre as especificações definidas pela área demandante, em especial no que diz respeito a: quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, entrega/frete, desempenho esperado e proposto, garantias, manutenção, possíveis fornecedores, entre outros aspectos.

### POR QUE FAZER UMA PESQUISA DE PREÇOS

Um dos objetivos do processo licitatório, definido pela Lei nº 14.133, de 2021, é evitar contratações com sobrepreços ou com preços manifestamente inexequíveis e o superfaturamento na execução dos contratos. Assim, a referida lei estabelece que, na fase preparatória da contratação, a determinação do orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação, deve fazer parte da instrução do processo licitatório, visto que baliza os valores oferecidos nos certames e aqueles executados nas respectivas contratações.

A pesquisa de preço, portanto, relaciona-se intimamente com o **princípio da economicidade** – atualmente posto entre os princípios que devem orientar a atividade administrativa de licitações e contratos –, vez que busca garantir que a Administração Pública pague o preço justo e compatível com os valores praticados no mercado. Além disso, auxilia o agente público na tomada de decisão em diversas situações previstas na Lei nº 14.133, de 2021, tais como:

- (i) avaliar a existência de recursos orçamentários suficientes para custeio da despesa (art. 40, V, “c”; art. 72, IV; art. 105, caput, II e III; e art. 150);
- (ii) definir o preço de referência para julgamento e seleção da proposta mais vantajosa (art. 59, III);
- (iii) fundamentar a justificativa de preços na contratação direta por dispensa (art. 75, I e II);

#### Princípio da economicidade

É a obtenção do resultado esperado com o menor custo possível, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.



- (iv) analisar a exequibilidade das propostas, servindo de fundamento para desclassificação (art. 11, III e art. 59, III);
- (v) evitar sobrepreços (art. 11, III);
- (vi) combater contratações acima do preço praticado no mercado (art. 11, III; art. 59, III);
- (vii) mitigar a ocorrência de licitações desertas em razão de preços abaixo da realidade do mercado (art. 75, III, a);
- (viii) definir sobre a aplicação ou não de margem de preferência a bens e produtos em que o valor pode influenciar (art. 26, § 1º, II);
- (ix) enquadrar a contratação no escopo de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto (art. 6º, XXII);
- (x) aferir a vantagem econômica da contratação ou da prorrogação de ata de registro de preço (art. 82, § 2º; art. 84);
- (xi) determinar o valor da garantia de proposta (art. 58, § 1º);
- (xii) definir o critério de julgamento nas licitações para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021 (art. 37, § 2º);
- (xiii) avaliar a exigência de atestados de capacidade técnica quanto à parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação (art. 67, § 1º); e
- (xiv) avaliar a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços (art. 69, § 4º), entre outras.

Do exposto, verifica-se a grande importância de se realizar uma pesquisa de preço idônea, vez que uma estimativa falha ou imprecisa pode ocasionar um efeito contrário à economia pretendida, ou seja, causar prejuízos aos cofres públicos.

**ATENÇÃO!** Com a nova lei, a definição da modalidade licitatória deixou de ser baseada no valor estimado da contratação, sendo agora em razão da complexidade do objeto.

#### QUANDO DEVE SER FEITA A PESQUISA DE PREÇOS

**Sempre que se adquirir um bem ou contratar um serviço**, seja por licitação ou por contratação direta, a pesquisa de preços deve ser realizada para se determinar o preço de referência, inclusive para aferir se há vantagem econômica em aderir a uma ata de registro de preço ou para justificar a contratação de um item específico constante de um grupo de itens em ata de registro de preço.

Destaca-se que **as regras da IN nº 65, de 2021, apenas se aplicam à aquisição de bens e à contratação de serviços em geral**, seguindo, as contratações de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva e de obras e serviços de engenharia, normativos próprios, tendo em vista que necessitam de uma metodologia diferenciada, que atenda às particularidades dessas contratações.

No que tange às **contratações de obras e serviços**, a Instrução Normativa nº 91, de 16 de dezembro de 2022, autorizou a aplicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, no que couber, para a definição do valor estimado, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Quanto às contratações de serviços com **dedicação de mão de obra exclusiva**, a fim de atender às especificidades da elaboração da planilha de custos e formação preços, que leva em consideração, por exemplo, despesas relativas às verbas trabalhistas e previdenciárias, a própria IN nº 65, de 2021, em seu art. 9º, orientou a aplicação das regras da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la.

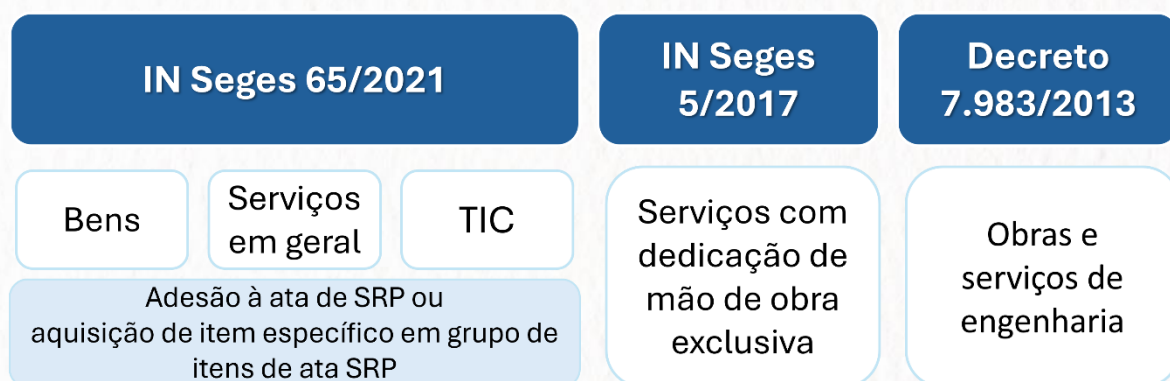


Figura 1 - Escopo de aplicação da IN Seges nº 65, de 2021.

- ☐ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

**IN nº 91, de 2022**

*Art. 1º Fica autorizada a aplicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, no que couber, para a definição do valor estimado nos processos de contratação direta de obras e serviços de engenharia, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.*



**IN nº 65, de 2021**

***Contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva***

*Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.*

## QUEM DEVE FAZER A PESQUISA DE PREÇOS

Embora a lei de licitações não defina de quem é a responsabilidade pela elaboração da pesquisa de preços, verifica-se, como boa prática administrativa, que a área demandante da contratação (requisitante) ou área técnica, a depender, por terem mais conhecimento sobre o objeto a ser licitado e o mercado fornecedor, possuem melhores condições de avaliar a compatibilidade do orçamento com os preços de mercado.

É importante destacar que o Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, ao regulamentar a atuação do **agente de contratação** na fase preparatória, estabelece que este deverá **se ater ao acompanhamento das eventuais diligências** para o fluxo regular da instrução processual. Assim, o agente de contratação fica desobrigado da elaboração de pesquisa de preços, entre outros documentos da fase preparatória, tais como estudos preliminares, projetos e anteprojetos, termos de referência e minutas de editais.

A jurisprudência do TCU também corrobora o entendimento acima de que a pesquisa de preços **não** constitui competência obrigatória dos servidores que atuam na fase externa da licitação (pregoeiros ou comissão de licitação) nem mesmo da autoridade superior competente pela homologação do certame, embora devam verificar se a pesquisa foi realizada de forma adequada, podendo ser responsabilizados solidariamente.

***Acórdão 2147/2014-Plenário***

*“É da competência da comissão permanente de licitação, do pregoeiro e da autoridade superior verificar se houve recente pesquisa de preço junto a fornecedores do bem a ser licitado e se essa pesquisa observou critérios aceitáveis.”*

***Acórdão 594/2020-Plenário***

*“Não cabe à comissão de licitação avaliar o conteúdo da pesquisa de preços realizada pelo setor competente do órgão, pois são de sua responsabilidade, em regra, apenas os atos relacionados à condução do procedimento licitatório.”*

Entende-se que cabe à governança de cada órgão e entidade definir, dentro de sua conveniência e oportunidade, considerando o exposto acima, que unidade ou quais unidades serão responsáveis pela elaboração da pesquisa de preços, inclusive sobre a designação de equipes de planejamento da contratação, as quais poderão assumir tal função.

### ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA NORMA

Quanto ao âmbito de aplicação da IN Seges nº 65, de 2021, seus procedimentos de pesquisa de preços devem ser seguidos pelos:

- (i) órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, os quais constituem o sistema de serviços gerais, segundo o Decreto nº 1.094, de 1994; e
- (ii) órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias.

☐ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

#### ***Lei nº 14.133/2021***

*Art. 23. (...)*

*§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde **que não envolvam recursos da União**, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.*

#### ***Decreto nº 1.094, de 1994***

*Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Serviços Gerais (SISG), as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação.*

*§ 1º Integram o SISG os órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, incumbidos especificamente da execução das atividades de que trata este artigo.*



**IN Seges/ME nº 65, de 2021**

*Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da **Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional**.*

*(...)*

*§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, **quando executarem recursos da União** decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar os procedimentos de que trata esta Instrução Normativa.*

**A ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NO PCA E NO ETP**

A estimativa do valor da contratação, para fins de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) e dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), não precisa seguir os procedimentos definidos pela IN nº 65, de 2021.

Tanto a norma do Plano de Contratações Anual (Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022) quanto do Estudos Técnicos Preliminares (art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e IN nº 58, de 8 de agosto de 2022) falam em estimativa do valor da contratação, o que, por vezes, pode ser confundido com o procedimento de pesquisa de preço de que trata a IN nº 65, de 2021.

Considerando que o Plano de Contratações Anual é elaborado no ano anterior, cumprir todo o detalhamento procedimental que a IN nº 65, de 2021, estabelece não se mostra necessário, razoável ou mesmo viável. Por exemplo, a norma de pesquisa de preços estabelece um prazo de validade para os dados coletados que varia de 6 meses a 1 ano de antecedência da divulgação do ato convocatório. Assim, uma pesquisa de preço realizada durante a elaboração do PAC (de janeiro a abril<sup>1</sup>) provavelmente estará vencida quando da efetivação do processo licitatório no ano seguinte.

Nesse sentido, o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, estabeleceu que a estimativa preliminar do valor da contratação, no âmbito do PCA, seria realizada por meio de um **procedimento simplificado**, o qual pode ser encontrado no Portal de Compras do Governo Federal, na seção [“Orientações e procedimentos”, tópico 35](#).

Semelhantemente, no momento da elaboração dos estudos técnicos preliminares, busca-se conhecer o mercado, por meio do **levantamento das alternativas de soluções**, as quais serão avaliadas e comparadas economicamente, podendo-se concluir pela inviabilidade da contratação ou que a necessidade da Administração será mais bem atendida por outros meios, ou ainda, que não será efetivada no momento. Assim, **não é obrigatório que a**

---

<sup>1</sup> Decreto nº 10.947, de 2022: Art. 10. As informações de que trata o art. 8º serão formalizadas no PGC até 1º de abril do ano de elaboração do plano de contratações anual.

**estimativa do valor da contratação, para fins de ETP, siga os procedimentos da IN nº 65, de 2021. Não obstante, o órgão ou entidade pode optar por sua utilização no referido momento, se for o caso.**

Destaca-se que a própria Lei nº 14.133, de 2021, diferenciou a redação do art. 6º, XXIII, que trata do valor estimado no termo de referência, e do art. 18, § 1º, que trata do valor estimado no ETP, de modo que, apenas no primeiro, foi referenciada a necessidade de se apresentar os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

❑ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

***Lei nº 14.133, de 2021***

*Art. 6º (...)*

*XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:*

*(...)*

*i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, **com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços** e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;*

*(...)*

*Art. 18. (...)*

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

*(...)*

*IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala*



**Decreto nº 10.947, de 2021**

Art. 8º (...)

*IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de **procedimento simplificado**, de acordo com as orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;*

## DIFERENÇA ENTRE SOBREPREÇO E SUPERFATURAMENTO

A Lei nº 14.133, de 2021, trouxe expressamente em seu art. 6º, incisos LVI e LVII, os conceitos de sobrepreço e superfaturamento, conferindo segurança jurídica aos gestores de compra na aplicação da lei.

Resumidamente, o **sobrepreço** ocorre quando o preço licitado ou contratado é expressivamente superior aos preços do mercado, podendo decorrer de uma pesquisa de preços mal elaborada. O **sobrepreço** pode ocorrer **para apenas um item**, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, **ou para o valor global do objeto** se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral. Destaca-se que, para que seja considerado sobrepreço, deve haver uma diferença expressiva, significativa.

O **superfaturamento**, por sua vez, está mais relacionado a obras e serviços de engenharia. Ocorre quando, durante a execução do contrato, a gestão e a fiscalização não são realizadas corretamente, resultando em danos ao patrimônio público, a exemplo de:

- a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
- b) deficiência na execução do serviço ou no fornecimento do bem que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança; e
- c) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços.

## PREÇO ESTIMADO OU PREÇO DE REFERÊNCIA

O preço estimado é o resultado da pesquisa de preço, isso é, o **valor obtido a partir de método matemático/estatístico aplicado** a uma série de preços coletados, após terem sido desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e excessivamente elevados, **ou ainda**, segundo o §2º do art. 6º da IN nº 65, de 2021, a esse valor obtido, **poderá ser acrescentado ou subtraído um determinado percentual**, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

De acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas com preços acima do valor estimado serão desclassificadas, limitando-as. Confira:

**Lei nº 14.133/2021**

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que: (...)

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;



## ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

### FORMALIZAÇÃO E CONTEÚDO MÍNIMO

O procedimento administrativo da pesquisa de preço poderá ser elaborado diretamente no sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br e formalizado em um documento com as informações mínimas definidas no art. 3º da IN nº 65, de 2021:

- descrição do objeto a ser contratado;
- identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;
- caracterização das fontes consultadas;
- série de preços coletados;
- método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;
- justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
- memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e
- justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.

O Anexo I deste caderno é o modelo de documento pesquisa de preço (nota técnica) utilizado no sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br.

Destaca-se que a memória de cálculo do valor estimado com os critérios e parâmetros utilizados e os documentos que lhe dão suporte (planilhas, pesquisas na internet, *prints* de tela, e-mails etc.) devem ser anexados ao processo, servindo de prova documental.

### CRITÉRIOS PARA PESQUISA DE PREÇOS

Na pesquisa de preços, é necessário que o gestor tenha atenção ao coletar um preço, **avaliando se as condições de negociação** praticadas na contratação que está sendo consultada se assemelham ao seu caso, pois há vários fatores que podem influenciar o preço do produto ou serviço, deixando-o abaixo ou acima daqueles praticados no mercado e impactando o preço de referência.

A comparação de itens com especificações diferentes ou em condições diferentes pode ocasionar distorções nos resultados, consequentemente contribuindo para que a aquisição ou contratação não se revele economicamente vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, o art. 4º da IN nº 65, de 2021, descreve alguns critérios que devem ser observados durante a pesquisa de preços, pois podem afetá-los. São eles:

- prazos e locais de entrega;
- instalação e montagem do bem ou execução do serviço;
- quantidade contratada;
- formas e prazos de pagamento;
- fretes;
- garantias exigidas;
- marcas e modelos, quando for o caso;
- potencial economia de escala; e
- as peculiaridades do local de execução do objeto.

Caso se identifique que a variação de valor decorre da descrição do produto, a área responsável pela elaboração da pesquisa de preço deve reavaliar, junto ao requisitante ou área técnica, se a especificação do produto solicitado está adequada e atende ao interesse público, de modo que a cotação do preço reflita a qualidade necessária.

Em análise detida do art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, verifica-se que o comando do dispositivo estabelece que “o valor estimado será definido com base no **melhor preço aferido** por meio da utilização dos seguintes parâmetros”. Ou seja, deve ser realizada uma **análise crítica dos preços coletados**, em especial quando houver grande variação de valores, seguido do tratamento estatístico adequado para eliminação de valores distorcidos e obtenção do melhor preço.

### PARÂMETROS DE PESQUISA

De acordo com a IN nº 65, de 2021, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização de **cinco** parâmetros:

Sistemas oficiais de governo

Contratações similares realizadas pela Administração Pública

Mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos

Pesquisa direta com fornecedores

Base nacional de notas fiscais eletrônicas



Esses parâmetros podem ser usados de forma combinada ou não, sendo que os dois primeiros (que se referem a sistemas oficiais de governo e contratações públicas similares) **devem ser priorizados**, evitando que a pesquisa fique restrita a cotações junto a potenciais fornecedores devido ao risco de esse parâmetro, quando usado sozinho, levar a estimativas de preços superiores aos referenciais de mercado. Esse entendimento encontra-se amplamente assentado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

### **Acórdão 1875/2021-Plenário**

*“As pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma ‘cesta de preços’, devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cestas de preços referenciais (Instrução Normativa Seges-ME 73/2020).”*

Nesse cenário, os sistemas de governo são considerados a melhor fonte para pesquisa de preços, devendo ter precedência em relação aos demais. De igual modo, a Lei nº 14.133, de 2021, também orienta que o valor estimado da contratação considere os preços constantes no banco de dados públicos, sendo que a IN nº 65, de 2021, **determina** que sejam priorizados.

- ☐ Confira os principais dispositivos sobre o assunto:

### **Lei nº 14.133/2021**

*Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, **considerados os preços constantes de bancos de dados públicos** e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

### **IN Seges/ME 65, de 2021**

*Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos **sistemas oficiais de governo**, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*(...)*

*§ 1º Deverão ser **priorizados** os **parâmetros** estabelecidos nos **incisos I e II**, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.*

É importante destacar que, conforme dispõe o § 1º do art. 5º da IN nº 65, de 2021, **quando não for possível o emprego desses dois parâmetros prioritários, é preciso justificar nos autos do processo tal impossibilidade**. Isso pode ser feito apresentando-se documentos que comprovem que houve tentativa do emprego deles.

### a) Sistemas oficiais de governo

Atualmente, o sistema de compras absorveu as funções do painel de preços em um módulo integrado para pesquisa de preços, tornando o processo mais fácil, prático e ágil. Dessa forma, a **pesquisa de preços** feita anteriormente no Painel de Preços agora pode ser realizada diretamente dentro do sistema Compras.gov.br.

A ferramenta Pesquisa de Preços do sistema Compras.gov.br foi construída com base nas diretrizes da IN nº 65, de 2021, e da Lei nº 14.133, de 2021. As principais funcionalidades, disponíveis até o momento, da ferramenta são:

- preços praticados nos últimos 12 meses;
- cálculo da média e da mediana e reporte do menor preço dos dados extraídos do sistema;
- valor total da pesquisa pela multiplicação da quantidade informada no momento da escolha do item com o método de cálculo selecionado;
- busca de preços com base na localização da contratação, em valores unitários homologados e em intervalos de quantidade; e
- relatórios completos e simplificados das pesquisas realizadas, que podem fazer parte das instruções do processo administrativo de contratação.

O acesso ao sistema Pesquisa de Preços é feito por meio da página gov.br/compras, por dentro da área de trabalho do usuário governo.

As informações advindas de outros sistemas oficiais de governo, como o banco de preços em saúde, ou ainda resultante de outros parâmetros, como preços coletados de contratações anteriores de outros entes públicos, pesquisa direta com fornecedores ou em mídia especializadas, tabelas de referências e sítios eletrônicos, também podem ser



inseridas no sistema Pesquisa de Preços, por meio de cadastramento manual de informações.

Convém frisar que cabe ao gestor público examinar os resultados encontrados na pesquisa do sistema e, a partir de uma análise crítica, coletar uma série de preços aceitáveis, condizentes com sua realidade. Ou seja, para o correto balizamento de preços, é essencial realizar a análise qualitativa dos dados obtidos na pesquisa.

O preço de referência deve refletir o preço de mercado, levando em consideração todos os fatores que influenciam na formação dos custos. Sobre isso, veja orientações do tópico [Critérios para pesquisa de preços](#) deste caderno.

Apesar de a base de dados do sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br utilizar as contratações homologadas nos últimos 12 meses, é interessante que seja avaliada a necessidade de **atualização do preço** por um índice correspondente ao objeto, pois pode haver variação significativa em função da inflação, ou por outros parâmetros mercadológicos. Para isso, verifique indexadores específicos para a correção dos valores, justificando-se a escolha. Veja alguns exemplos de índices:

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPCA-E – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado

IPA – Índice de Preços ao Produtor Amplo

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IGP – Índice Geral de Preços

VCMH – Índice de Variação de Custo Médico-Hospitalar

IPP – Índice de Preços ao Produtor

Para minimizar a distorção de preços registrados no Compras.gov.br e excluir a visualização de compras diferentes do esperado, o módulo Pesquisa de Preços apresenta a funcionalidade “Compor”, em que o usuário pode escolher se aquele resultado deve ou não entrar no cálculo do valor estimado.

Alertar-se que a base de dados do módulo Pesquisa de Preços não está livre de preenchimentos equivocados pelo usuário como, por exemplo, erros de digitação na especificação do item, na indicação da unidade de fornecimento, no preço e na quantidade. Portanto, é preciso realizar uma análise crítica dos dados obtidos para evitar o uso de dados

inconsistentes. A utilização inadequada de dados não caracteriza responsabilidade da Seges/MGI.

Para conhecer melhor a ferramenta, confira, na [apresentação](#) disponível na seção “Capacite-se” do Portal de Compras<sup>2</sup>, o passo a passo (telas explicativas) de como utilizar o módulo Pesquisa de Preços, ou ainda o [tutorial](#) disponível na seção “Agente Público” > “Materiais de apoio” > “Manuais” > “Pesquisa de Preços”.

Também é **importante destacar que, no uso desse parâmetro, os preços coletados deverão ser sempre menores ou iguais à mediana do item encontrado nos sistemas oficiais**. Saiba mais no tópico [Métodos para obtenção do preço estimado](#) deste caderno.

Outros portais de compras – a exemplo do Portal Licitações-e, do Banco do Brasil e do Portal Licitações Caixa, da Caixa Econômica Federal –, por representarem preços praticados junto ao poder público, também poderão ser utilizados como fontes de pesquisa.

#### b) Contratações similares em execução ou concluídas no período de um ano

Por esse método, a pesquisa de preços é viabilizada pela utilização de documentos físicos que comprovem que a contratação foi realizada por entes públicos (de quaisquer esferas – estadual, distrital ou municipal – ou de outros poderes – legislativo e judiciário).

**A condição é que a contratação esteja em execução ou que tenha sido concluída no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, conforme exemplo abaixo:**

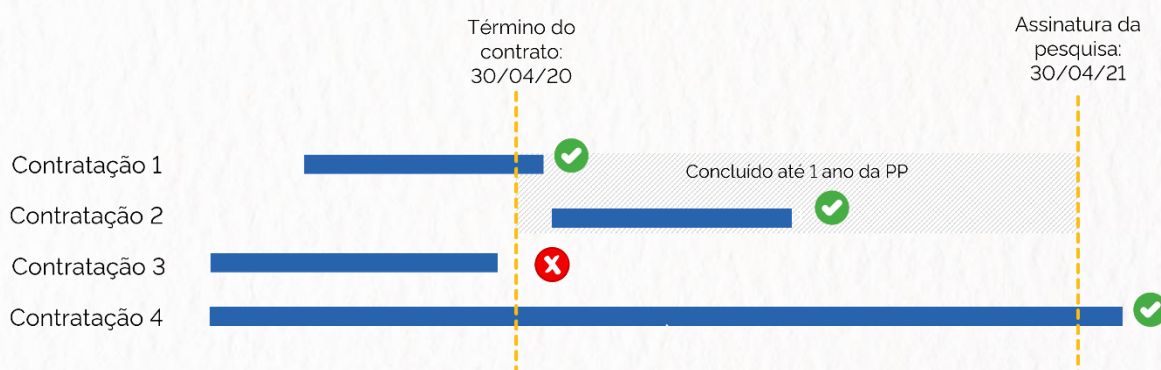


Figura 2 - Escopo temporal das contratações válido para coleta de dados com base no parâmetro do inciso II.

**ATENÇÃO!** Entende-se por data da pesquisa de preços a data de encerramento da pesquisa e assinatura do documento.

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/cursos-e-capitacoes/#PESQUISAPRECO>



**EXCEÇÃO!** Diante de situações excepcionais, em que há escassez de fontes e parâmetros de dados a serem empregados, a norma trouxe exceção para o uso de dado fora da validade, de modo que, por diferença de um dia (ou poucos dias), a abertura do processo licitatório não seja prejudicada em razão da dificuldade de identificar contratações similares. Essa medida visa conferir agilidade e eficácia administrativa sem prejuízo da efetividade e legalidade da pesquisa. Ressalta-se que **a situação deve ser justificada** pelo agente responsável nos autos do processo e a **atualização monetária** realizada. Essa exceção **aplica-se somente a este parâmetro de pesquisa** (inciso II da IN nº 65, de 2021).

As contratações realizadas por meio de **sistema de registro de preços também podem ser utilizadas**, lembrando que, quando ultrapassado um ano da proposta, deve-se realizar a atualização de preços com a aplicação de índice correspondente.

### Acórdão 868/2013-Plenário

*“A deflagração de procedimentos licitatórios exige estimativa de preços que pode ser realizada a partir de consultas a fontes variadas, como fornecedores, licitações similares, **atas de registros de preço**, contratações realizadas por entes privados em condições semelhantes, entre outras. No entanto, os valores obtidos por meio dessas consultas que sejam incapazes de refletir a realidade de mercado devem ser desprezados.”*

### c) **Mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**

Esse parâmetro se refere à coleta de preços em diversos meios de comunicação, abrangendo mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

O termo “**mídia especializada**” se refere a jornais, revistas, estudos, entre outros meios de comunicação, desde que haja um notório e amplo reconhecimento no âmbito em que atua, não estando vinculado necessariamente a um portal na internet.

Exemplos:

- Tabela de Preço Médio de Veículos, popularmente conhecida como Tabela Fipe, derivada de estudos realizados em todo o país pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe<sup>3</sup>.
- Tabela de Preços Agropecuários, divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> <https://veiculos.fipe.org.br/>

<sup>4</sup> <https://www.conab.gov.br/info-agro/precos>

- Tabela de Preços Médios Ponderados ao Consumidor Final (PMPF) de combustíveis, publicada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)<sup>5</sup>.

Por outro lado, o “**sítio especializado**” se caracteriza pelo fato de estar vinculado a um portal na internet com a utilização de ferramentas de busca de preços ou tabela com listas de preços, atuando de forma exclusiva ou preponderante na análise de preços de mercado e com notório e amplo reconhecimento no âmbito de sua atuação.

Exemplos:

- Site especializado em pesquisa de preço de veículos:

[www.webmotors.com.br](http://www.webmotors.com.br)

- Site especializado em pesquisa de preço de imóveis:

[www.wimoveis.com.br](http://www.wimoveis.com.br)

[www.imovelweb.com.br](http://www.imovelweb.com.br)

Já o “**sítio de domínio amplo**” se refere a portais de comércio eletrônico ou do fabricante do produto, detentor de boa credibilidade no ramo de atuação, desde que seja uma empresa legalmente estabelecida. Sempre que possível, a pesquisa deve recair em *sites* seguros, detentores de certificados que venham a garantir que são confiáveis e legítimos.

Exemplo:

[www.americanas.com.br](http://www.americanas.com.br)

[www.submarino.com.br](http://www.submarino.com.br)

Por fim, a “**Tabela de referência**” diz respeito a preços estimados de transação formalmente aprovados pelo Poder Executivo federal, a exemplo dos preços de itens constantes nos [Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas](#), publicados pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Trata-se de novidade trazida pela lei nº 14.133, de 2021, a possibilidade da existência de preços estimados tabelados validados pelo Poder Executivo federal a serem utilizados como mais uma fonte para o cálculo da estimativa de preço. Até o momento não há outras

---

<sup>5</sup> <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/atos-pmpf/2022>



tabelas de referência publicadas, além dos preços padronizados de TIC mencionados anteriormente.

Resumindo, o uso desse parâmetro deve observar **três requisitos** básicos:

1. preço atualizado no momento da pesquisa;
2. intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; e
3. apresentar data e hora de acesso.

Na internet, podem-se encontrar preços referentes a saldos de estoques ou promoções que não estão mais vigentes. Logo, deve-se atentar, no momento da pesquisa, para o fato de que o preço coletado deve se referir a um valor atual. Além disso, essa pesquisa deve indicar a data e a hora de acesso, pois ela será válida apenas se compreendida no intervalo de até seis meses de antecedência do edital.

Destaca-se aqui a diferença entre este parâmetro e o do tópico anterior quanto ao **marco de referência para coleta dos preços**. Enquanto no parâmetro anterior (contratações similares) a validade do preço coletado tem como referência sua antecedência em relação à data da pesquisa de preços (isso é, um ano anterior à data da pesquisa de preços), **a validade dos preços neste parâmetro deve ser contada em relação à data de divulgação do edital** (até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital). Para melhor compreensão, consulte a figura 3 deste caderno, na página 21.

#### d) Pesquisa direta com fornecedores

Como dito anteriormente, esse parâmetro deve ser adotado como última opção, na impossibilidade gerencial ou fática de se realizar a pesquisa de outra forma. Nesse caso, a pesquisa com fornecedores deverá ser feita com, **no mínimo, 3 (três) fornecedores**, por meio de solicitação formal de cotação, que pode ser por ofício ou e-mail.

**ATENÇÃO!** Telefonema não é considerado solicitação formal.

Ao solicitar uma proposta formal, **é necessário que seja conferido ao fornecedor um prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto** a ser licitado a fim de que ele tenha tempo hábil para responder. Orienta-se que a definição desse prazo seja analisada pela área que detém o conhecimento necessário e suficiente para informar se o produto possui complexidade para a formação de preços ou se este é de fácil mensuração. Em geral, o detentor de tal conhecimento é o responsável pela pesquisa e/ou pelo Termo de Referência (requisitante).

Visando à segurança jurídica dos responsáveis pela realização da pesquisa, bem como à escorreita instrução processual, caso esse prazo se esgote sem o retorno de uma ou mais

solicitações, deve-se fazer o **registro, nos autos do processo, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram resposta.**

**ATENÇÃO!** A falta da formalização enseja uma instrução processual deficiente, impossibilitando a conferência de informações posteriormente. Assim, a exigência de formalização, além de atribuir maior transparência às pesquisas junto a fornecedores, facilita o exercício do controle interno e externo da Administração.

Deve-se atentar para o fato de que, para a pesquisa direta com fornecedores, a norma exige algumas **informações mínimas** a serem apresentadas no orçamento enviado, quais sejam:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do proponente;
- c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d) data de emissão; e
- e) nome completo e identificação do responsável.

Para melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto que está sendo orçado, é importante que sejam **informadas ao fornecedor as particularidades da contratação que podem influenciar no preço**, como prazos e locais de entrega, quantidade a ser contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, entre outros critérios já discutidos no tópico “Critérios para pesquisa de preços” deste caderno.

Destaca-se que a Lei nº 14.133, de 2021, exige que **a escolha desses fornecedores seja justificada**, assegurando mais transparência e imparcialidade à decisão. Além disso, o orçamento somente será **válido se obtido com 6 (seis) meses de antecedência da divulgação do edital.**

e) **Base nacional de notas fiscais eletrônicas**

Esse parâmetro somente poderá ser utilizado após definição da metodologia pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Trata-se, portanto, de dispositivo com eficácia limitada, devendo aguardar sua regulamentação para implementação.



**IN nº 65, de 2021.**

Art. 5º (...)

*V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.*

### VALIDADE DA PESQUISA DE PREÇOS E ESCOPO TEMPORAL DE COLETA DE DADOS

Cada parâmetro definido no art. 5º da IN nº 65, de 2021, apresenta um escopo temporal diferente a ser considerado para coleta de dados, conforme ilustrado na figura abaixo:

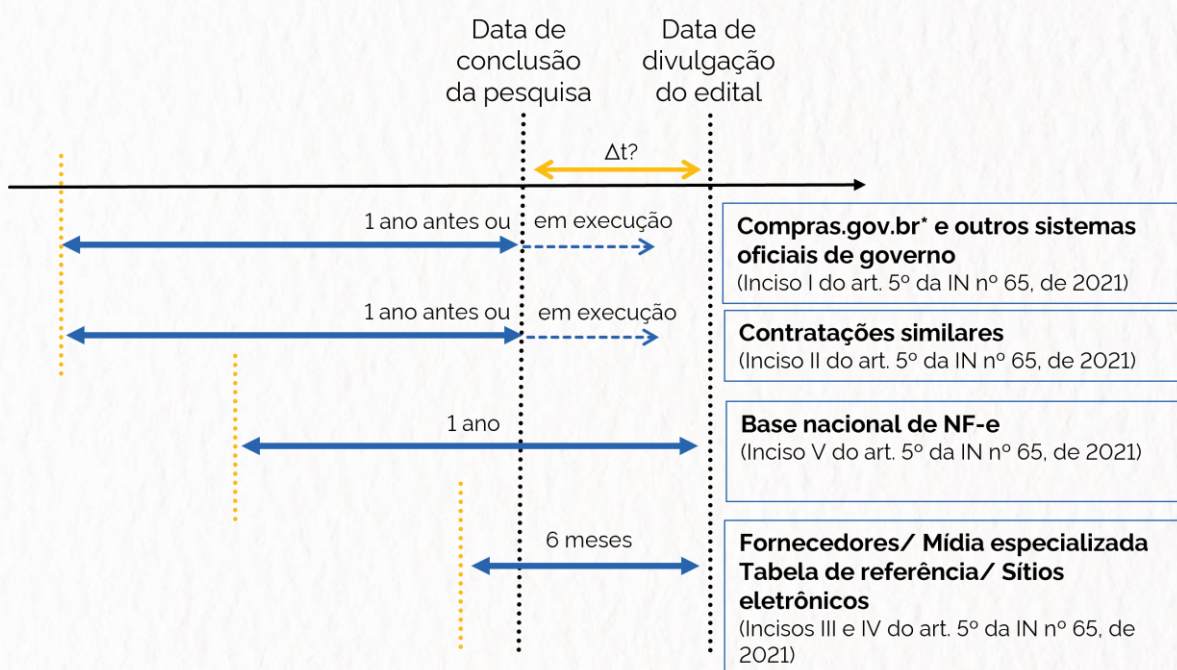


Figura 3 - Prazos de validade dos preços coletados, segundo cada parâmetro.

É importante que, no momento da divulgação do edital, o preço estimado continue atendendo aos parâmetros acima. Assim, ao realizar a coleta de preços, é importante considerar a data prevista para a publicação do edital de licitação. Ou seja, para que o preço estimado continue válido, **deve ser considerado o intervalo de tempo entre o término da pesquisa de preços e a divulgação do edital ( $\Delta t$ )**, evitando-se retrabalhos. Caso contrário, antes da divulgação do edital, a pesquisa deverá ser atualizada.

## MÉTODOS PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

Aos dados levantados pelos parâmetros citados acima, já desconsiderados os valores inexecutáveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados, deve-se aplicar um dos métodos estatísticos estabelecidos no caput do art. 6º da IN 65, de 2021: a média, mediana ou o menor dos preços obtidos.

A **média** é a soma da série de preços coletados dividida pela quantidade de preços desse conjunto. Em razão de ser suscetível aos valores extremos, a média normalmente é utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.

A **mediana** é o valor do meio (central), que separa a metade maior da metade menor no conjunto de dados, quando a quantidade é ímpar. É encontrada colocando-se os valores em ordem crescente ou decrescente. Se a quantidade de dados for par, deve ser realizada a média dos valores centrais.

A vantagem da mediana é que é menos influenciada por valores muito altos ou muito baixos (ou seja, valores extremos), sendo indicada em casos em que os dados são apresentados de forma mais heterogênea e com um número pequeno de observações.

O **menor preço** deve ser utilizado apenas quando, por motivo justificável, não for mais vantajoso fazer uso da média ou da mediana, como, por exemplo, em um mercado restrito com único fabricante.

**Outros métodos ou critérios podem ser utilizados**, mas é preciso que o gestor responsável pela pesquisa os justifique e submeta à aprovação da autoridade competente, é o que prediz o § 1º do art. 6º da IN nº 65, de 2021. Dessa forma, a definição do método para estabelecer o preço de referência para a aquisição/contratação é tarefa discricionária do gestor público.

É importante destacar que o art. 6º, § 2º da IN nº 65, de 2021, permite que o preço estimado também seja obtido **acrescentando-se ou subtraindo-se determinado percentual** ao valor encontrado na pesquisa de preço.

O objetivo desse dispositivo é permitir uma conformação do valor de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço. Isso pode ser útil, por exemplo, em cenários atípicos, em que o resultado da pesquisa, mesmo com a atualização monetária, está muito abaixo dos preços de mercado, em razão de uma crise econômica (como a decorrente da pandemia da covid-19) que motive o aumento dos preços repentinamente. Do mesmo modo, tais contratações, se utilizadas como parâmetro futuramente, quando o preço voltar à normalidade, poderão ensejar sobrepreços, sendo necessária a subtração de um determinado percentual.



## VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS

Como dito reiteradamente acima, é imprescindível uma avaliação crítica dos resultados encontrados na coleta de preços, especialmente quando houver uma grande variação entre os valores apresentados. Assim, para se evitar distorções no resultado do cálculo do valor estimado, deve-se proceder o tratamento dos dados, excluindo-se eventuais valores que se mostrem fora da realidade do mercado, seja por serem manifestadamente inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

### **Acórdão 868/2013-Plenário**

*“A deflagração de procedimentos licitatórios exige estimativa de preços que pode ser realizada a partir de consultas a fontes variadas, como fornecedores, licitações similares, atas de registros de preço, contratações realizadas por entes privados em condições semelhantes, entre outras. No entanto, **os valores obtidos por meio dessas consultas que sejam incapazes de refletir a realidade de mercado devem ser desprezados.**”*

### **Acórdão 2943/2013-Plenário**

*“Na elaboração de orçamentos destinados às licitações, deve a Administração **desconsiderar**, para fins de elaboração do mapa de cotações, as informações relativas a empresas cujos **preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado**, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, consequentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado.”*

A Lei nº 14.133, de 2021, e a IN 65, de 2021, deixam a **critério do gestor público a definição da metodologia para desconsideração desses valores**. Logo, internamente, os órgãos e entidades podem editar normativos próprios regulamentando o assunto, a exemplo do Ministério da Justiça, que, por meio da [Portaria nº 804, de 13 de novembro de 2018](#), definiu que serão desconsiderados os preços inexecutáveis e os excessivamente elevados utilizando-se preferencialmente o método desvio padrão:

### **Portaria nº 804, de 13 de novembro de 2018**

*“§ 1º Para definição do preço de referência, serão desconsiderados os preços inexecutáveis e os excessivamente elevados, devendo a unidade requisitante responsável pela pesquisa utilizar, preferencialmente, o método desvio padrão, conforme Anexo II-D e os seguintes critérios:*

*I - excessivamente elevado: preço maior que o resultado da média das propostas somado ao desvio padrão; e*

*II - inexequível: preço menor que o resultado da média das propostas subtraído do desvio padrão.”*

Para visualização dos valores que destoam, deve-se, primeiramente, realizar a ordenação numérica da série de preços coletados. Em alguns casos, com essa ordenação numérica, já é possível visualizar claramente os preços que estão muito fora da média, sendo caso de aplicação da mediana.

De outro modo, para saber de forma objetiva se o conjunto de dados coletados está disposto de forma homogênea ou heterogênea, pode-se calcular o coeficiente de variação como parâmetro de homogeneidade para se analisar o nível de dispersão dos dados coletados. O sistema Pesquisa de Preços calcula o desvio padrão e o coeficiente de variação de forma automática, facilitando a análise.

### O USO DE TRÊS PREÇOS

A IN nº 65, de 2021, no seu art. 6º, estabelece que, para se obter o preço estimado, **é preciso usar um conjunto de três ou mais preços, já desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados**, pois, quanto maior a quantidade de preços aceitáveis coletados, melhor será a representatividade da amostra e, conseqüentemente, a qualidade da pesquisa. O uso de menos de três preços caracteriza situação excepcional, que somente é admitida mediante justificativa do gestor responsável e com a aprovação da autoridade competente.

O conjunto de preços coletados pode ser oriundo de um ou mais parâmetros, lembrando que há dois parâmetros que são **prioritários** (preços públicos disponíveis em sistemas oficiais de governo – inciso I do art. 5º – e preços de contratações similares praticados pela Administração Pública – inciso II do art. 5º), o que nos leva às seguintes possibilidades:

- a) **parâmetro único:** utilizar somente um dos dois parâmetros prioritários (inciso I ou do inciso II do art. 5º), sendo os demais aceitos somente em caso de impossibilidade e devidamente justificada e comprovada a situação.
- b) **combinação de parâmetros:** ao utilizar mais de um parâmetro, sendo que ao menos um deles precisa ser prioritário, caso contrário, deve-se justificar a impossibilidade, comprovando-se a tentativa de utilização.

### TAXA DE RISCO NO VALOR ESTIMADO

O cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, mas, para isso, o edital



precisa prever matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, conforme prevê o art. 22 da Lei nº 14.133/2021:

*“Art. 22. O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.”*

A metodologia para quantificação financeira da alocação de riscos será regulamentada posteriormente pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Trata-se de regra com eficácia limitada, devendo aguardar sua regulamentação para implementação.

### **IN nº 65, de 2021**

*“Art. 4º (...)*

*Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.”*

## REGRAS ESPECÍFICAS

### CONTRATAÇÃO DIRETA

Nas contratações diretas, seja por inexigibilidade ou dispensa, a pesquisa de preços segue o mesmo rito acima apresentado, mas, quando não for possível (e com devida justificação), a comprovação da compatibilidade dos preços **poderá ser feita diretamente pela futura contratada**, observando-se as seguintes condições:

- a. notas fiscais emitidas para outros contratantes, em contratações de objetos idênticos;
- b. podem ser contratantes de natureza pública ou privada;
- c. a contratação deve ter sido realizada dentro do período de um ano anterior à data da contratação que está sendo realizada; ou
- d. outros métodos idôneos.

**EXCEÇÃO:** Caso a contratada não tenha comercializado o mesmo objeto anteriormente, excepcionalmente, a justificativa do preço poderá ser realizada com outros objetos de mesma natureza, cabendo à contratada demonstrar a similaridade das especificações técnicas com o objeto pretendido.

**ATENÇÃO!** Sempre que possível, deve-se apresentar, ao menos, três notas fiscais, seguindo a mesma lógica da norma.

No caso das dispensas por baixo valor (incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/21), a estimativa de preços poderá ser feita durante a seleção da proposta mais vantajosa, entre os valores ofertados pelos concorrentes, agilizando o processo.

- ❑ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

**IN Seges nº 65, de 2021**

*Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.*

*(...)*

*§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente** à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.*

*§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de **solicitação formal de cotações a fornecedores**.*

**IN Seges nº 67, de 2021**

*“Art. 16. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas.*

*§ 1º Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do § 4º do art. 7º da Instrução Normativa nº 65, de 2021, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e **deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.**”*



### CONTRATAÇÕES DE TIC

As estimativas de preços constantes em **modelos de contratações** de soluções de TIC, publicados pela Secretaria de Governo Digital, poderão ser utilizadas como preço estimado, descartando-se a necessidade de elaborar pesquisa de preço para esses itens.

Nos demais casos, após realizar a pesquisa de preços, deve-se comparar o resultado encontrado com o preço do item nos [Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas](#) publicadas pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Se o resultado da sua pesquisa resultar em valor superior, devem-se considerar as estimativas constantes dos catálogos como preço estimado.

### CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

A formação de preços de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva possui regras e procedimentos diferenciados, como a observância de legislação trabalhista e previdenciária. Nesse caso, aplica-se o disposto na IN Seges/ME nº 5, de 2017, ou outra que venha a substituí-la, sendo a IN nº 65, de 2021, apenas aplicada de forma subsidiária.

## ANEXO I - Modelo de documento de formalização da pesquisa de preços

### I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação é **xxxxxxxxxxxx**.

### II - PARÂMETROS CONSULTADOS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros previstos na IN Seges/ME nº 65/2021, conforme discriminado na tabela abaixo:

*Observação: no caso de mais de um item, especificar por item ou pelo conjunto de itens que utilizem o mesmo parâmetro. Exemplo:*

| Nº do item(ns) | Parâmetros utilizados  | Justificativa para escolha                    |
|----------------|--|---|
| 1, 2 e 7       | [Indicar o parâmetro ou a combinação de parâmetros utilizados] | [Apresentar justificativas para a escolha...] |
| 3, 4, 5 e 6    | [Indicar o parâmetro ou a combinação de parâmetros utilizados] | [Apresentar justificativas para a escolha...] |
| ...            | ...  | ...   |

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021.

OU

2.2. Não foram priorizados os parâmetros do artigo 5º, incisos I e II da IN Seges/ME nº 65/2021, porque [apresentar as justificativas tais quais: não foram encontrados resultados suficientes etc.]

*Atenção! No caso de contratações diretas - dispensas ou inexigibilidades de licitação:*

- justificar quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º
- em caso de estimativa de preço realizada junto à futura contratada, justificar quando a futura contratada não tiver comercializado o objeto anteriormente

2.3. Na consulta direta com fornecedores, foi enviada comunicação às seguintes empresas:

| Fornecedor           | Apresentou resposta?                                  | Justificativa para escolha                 |
|----------------------|---|--|
| [Nome do fornecedor] | S / N<br>(em caso positivo, indicar sequencial/folha) | [Apresentar justificativas para a escolha] |
| [Nome do fornecedor] | S / N<br>(em caso positivo, indicar sequencial/folha) | [Apresentar justificativas para a escolha] |
| ...                  | ...   | ...  |



2.4. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN Seges/ME nº 65/2021.

OU

2.4. Não foi possível a obtenção do mínimo de três preços para estimativa do preço da contratação, pois *[apresentar justificativas]*.

### III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

*Observação: Relatar a série de preços coletados para obtenção do valor estimado, podendo anexá-la a este documento em processo eletrônico.*

### IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

*Observação: especificar por item ou conjunto de itens, se o for caso, quando utilizado o mesmo método.*

4.1. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme abaixo:

| Nº do item | Fonte                                  | Preço                                   | Caracterização  | Justificativa  |
|------------|--|---|---|--|
| 1          | <i>[Especificar a origem do preço]</i> | <i>[Especificar o valor encontrado]</i> | <i>Inexequível/<br/>Inconsistente/<br/>Excessivamente elevado</i> | <i>[Apresentar a razão pela qual o preço foi desconsiderado]</i> |
| 2          |  |   |   |  |
| 3          |  |   |   |  |
| ...        | ...                                    | ...                                     | ...   | ...  |

4.2. A obtenção do preço estimado deu-se com base na *média/mediana/menor/outro* dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de *[justificativa para a escolha da metodologia]*.

| Nº do item | Método utilizado                 | Justificativa para escolha                        |
|------------|----------------------------------|---|
| 1          | <i>média/mediana/menor/outro</i> | <i>[Apresentar justificativas para a escolha]</i> |
| 2, 3 e 4   | <i>média/mediana/menor/outro</i> | <i>[Apresentar justificativas para a escolha]</i> |
| ...        | ...                              | ...   |

## V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é de R\$ .... *[escrever por extenso]*, conforme memória de cálculo abaixo:

*(reproduzir a planilha contendo a memória de cálculo dos preços obtidos pela Administração, podendo ainda anexá-la a este documento em processo eletrônico)*

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN Seges/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado *[ou é vantajoso para a Administração, se for caso de dispensa ou inexigibilidade]*.

## VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: *[nome do agente público]*, matrícula nº *[xxxx]*.

*[Cidade], [data].*

Nome e assinatura

Cargo

Nome e assinatura

Cargo

Nome e assinatura

Cargo

## ANEXO II - Lista de verificação

| Item                            | Questionário  | Sim/ Não/ NA | Obs. |
|---------------------------------|---|--------------|------|
| <b>Formalização<sup>6</sup></b> |   |              |      |
| 1.                              | A pesquisa foi materializada em documento e acostada aos autos do processo, inclusive com a memória de cálculo?                             |              |      |
| 2.                              | A formalização da pesquisa apresenta descrição suficiente do objeto a ser contratado?   |              |      |
| 3.                              | Há identificação dos agentes responsáveis pela pesquisa?  |              |      |
| <b>Parâmetros<sup>7</sup></b>   |   |              |      |
| 4.                              | Há indicação das fontes/parâmetros consultados?   |              |      |
| 4.1                             | <i>Foram usados preferencialmente os parâmetros I e II do art. 5º da IN nº 65, de 2021?</i>   |              |      |
| 4.2                             | <i>Na ausência de uso dos parâmetros prioritários, foi apresentada justificativa técnica com a comprovação da tentativa de seu emprego?</i> |              |      |
| 4.3                             | <i>A justificativa do item anterior foi aprovada pela autoridade competente?</i>  |              |      |
| 5.                              | No caso de uso de <b>sistemas oficiais de governo (inciso I)</b> :  |              |      |
| 5.1                             | <i>A composição de custos unitários considerou apenas os valores menores ou iguais à mediana do item correspondente?</i>                    |              |      |
| 5.2                             | <i>Foi observado o índice de atualização de preços correspondente?</i>  |              |      |

<sup>6</sup> Na pesquisa de preços realizada no sistema Compras.gov.br, é gerado um Relatório que contém, entre outras, as informações do objeto, memória de cálculo, agente responsável pela pesquisa, fontes e parâmetros consultados.

<sup>7</sup> De igual modo, não foi abordado o parâmetro da base nacional de notas fiscais eletrônicas, pois se aguarda regulamentação.



|      |   |  |  |
|------|---|--|--|
| 5.3  | No caso de o valor estimado ter sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, o valor foi igual ou menor à mediana?   |  |  |
| 6.   | No caso de <b>contratações similares</b> (inciso II) da Administração Pública:  |  |  |
| 6.1  | Os preços coletados referem-se a contratações ainda em execução ou que foram concluídas em até um ano antes da pesquisa?  |  |  |
| 6.2  | Foi observado o índice de atualização de preços correspondente?   |  |  |
| 7.   | No caso de pesquisa em <b>mídia especializada, tabela de referência, sítios eletrônicos</b> (inciso III):   |  |  |
| 7.1  | Os preços coletados são atuais?   |  |  |
| 7.2  | Os dados estão compreendidos no intervalo de até seis meses antes da data de divulgação do edital?  |  |  |
| 7.3  | A pesquisa possui data e hora de acesso?  |  |  |
| 8.   | No caso de <b>pesquisa direta</b> (inciso IV):  |  |  |
| 8.1. | Foi justificada a escolha dos fornecedores?   |  |  |
| 8.2. | Houve algum fornecedor consultado que não enviou proposta?  |  |  |
| 8.3. | Se houve fornecedor que não respondeu, o fato foi registrado nos autos?   |  |  |
| 8.4. | Foi dado prazo de resposta ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto?   |  |  |
| 8.5. | A proposta encaminhada apresentou todos os elementos necessários: descrição do objeto, valor unitário e total, CPF ou CNPJ, endereço físico ou eletrônico, telefone de contato, data de emissão e nome completo do responsável com identificação? |  |  |

| Critérios <sup>8</sup> |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|
| 9.                     | Durante a coleta dos preços, foram consideradas as condições comerciais praticadas, como prazo, local de entrega, frete, necessidade de instalação e montagem, forma de pagamento, entre outros descritos no art. 4º da IN nº 65, de 2021? |  |  |
| Metodologia            |  |  |  |
| 10.                    | A série de preços coletados possui no mínimo três valores aceitáveis, desconsiderados os inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados?   |  |  |
| 10.1                   | <i>No caso de pesquisa com menos de três preços, foi apresentada justificativa técnica e autorização da autoridade competente?</i>   |  |  |
| 11.                    | Os preços coletados passaram por uma análise crítica quanto às condições comerciais praticadas?  |  |  |
| 11.1                   | <i>Os preços coletados foram retirados de contratos que possuem objetos semelhantes aos que pretendem contratar?</i>   |  |  |
| 11.2                   | <i>Houve desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis e excessivamente elevados?</i>  |  |  |
| 11.3                   | <i>Foi apresentada justificativa da metodologia usada para desconsiderar os valores?</i>   |  |  |
| 12.                    | Foi indicado e justificado o método estatístico aplicado para definição do valor estimado?   |  |  |
| 13.                    | A memória de cálculo e os documentos que dão suporte foram acostados aos autos?  |  |  |
| Contratações diretas   |  |  |  |
| 14.                    | Foi possível aplicar os parâmetros do art. 5º da IN nº 65, de 2021?  |  |  |

<sup>8</sup> Não foi abordada a previsão de taxa de risco, tendo em vista que ainda não há regulamentação, tratando-se, portanto, de regra de eficácia contida.



|               |  |  |  |
|---------------|--|--|--|
| <b>14.1</b>   | <i>Em caso negativo, a justificativa do preço foi realizada por meio da apresentação de NFs que a futura contratada emitiu para outros contratantes?</i>                                 |  |  |
| <b>14.2</b>   | <i>A NF apresentada refere-se a objeto idêntico contratado no período de até um ano anterior à data da contratação pela Administração?</i>   |  |  |
| <b>14.3</b>   | <i>No caso de o objeto não ser idêntico, a futura contratada comprovou que as especificações técnicas são similares ou compatíveis com o objeto pretendido?</i>                          |  |  |
| <b>14.4</b>   | <i>Algum outro método idôneo foi utilizado em substituição aos descritos nos itens 15.1 e 15.3?</i>  |  |  |
| <b>14.5</b>   | <i>A pesquisa de preços demonstrou possibilidade de competição no mercado?<sup>9</sup></i>   |  |  |
| <b>15.</b>    | No caso de dispensa baseada nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a cotação junto a fornecedores foi formalizada no processo?                          |  |  |
| <b>15.1</b>   | <i>A pesquisa considerou, no mínimo, o número de concorrentes participantes do procedimento de dispensa e os valores por eles ofertados, conforme § 1º do art. 16 da IN nº 67, 2021?</i> |  |  |
| <b>Sigilo</b> |  |  |  |
| <b>16.</b>    | O orçamento precisou ser classificado como sigiloso?   |  |  |
| <b>16.1</b>   | <i>Se sim, foi apresentada justificativa para a classificação?</i>   |  |  |

<sup>9</sup> Segundo art. 7º, § 3º, da IN nº 65, de 2021, é vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.





**Anexo III - TERMO DE REFERENCIA LIXO 2016  
05524182016.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - POLÍCIA FEDERAL  
ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - AEDI/SELOG/SR/PF/SP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0552418/2016-AEDI/SELOG/SR/PF/SP

Processo nº 08500.024867/2024-15

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO

**PREGÃO Nº ...../20...**

(Processo Administrativo n.º .....)

## 1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, **SOB DEMANDA**, de **coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A** (não recicláveis), todos resultantes do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP), de acordo com a **Lei Municipal nº 13.478/2002**, a **Lei Municipal nº 13.522/2003**, a **Lei Municipal nº 14.973/2009**, o **Decreto Municipal nº 45.668/2004**, o **Decreto Municipal nº 48.251/2007** e posteriores alterações, Normas Técnicas (ABNT NBR 10004, ABNT NBR 13221 e ABNT NBR 13463) e normas de segurança e saúde editadas pelos órgãos competentes, com disposição final em aterro controlado e licenciado pelo órgão competente;

1.2 O período inicial da presente contratação será de 12 (doze) meses, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

1.3 Contratação da prestação de serviços continuados de coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A (não recicláveis), provenientes da SR/PF/SP, às segundas, quartas e sextas-feiras, com execução mediante regime indireto, sob forma de empreitada por preço global, para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| Item | Descrição/<br>Especificação | Quantidade anual<br><b>estimada</b> de<br>contêineres a<br>serem coletados | Valor máximo | Código no Catálogo<br>de Serviços do<br>MPOG |
|------|-----------------------------|--|--------------|--|
|      |                             |  |              |  |

|   |   |  |   |       |
|---|---|--|---|-------|
| 1 | Coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II- A (não recicláveis), de acordo com os requisitos estabelecidos. | 365 (trezentos e sessenta e cinco) contêineres metálicos de 1,20 m³ de capacidade a unidade. | R\$ 26.280,00 (vinte e seis mil e duzentos e oitenta reais) | 14265 |
|---|---|--|---|-------|

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A necessidade de contratação do serviço se dá em função da obrigatoriedade do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (classificado como grande gerador de resíduos sólidos) atender às exigências das Leis Municipais da Cidade de São Paulo, no que tange à coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, não recicláveis, de Classe II-A, de acordo com os requisitos estabelecidos na **Lei Municipal n.º 13.478/2002**, na **Lei Municipal n.º 13.522/2003**, na **Lei Municipal n.º 14.973/2009**, no **Decreto Municipal n.º 45.668/2004**, no **Decreto Municipal n.º 48.251/2007** e em suas posteriores alterações.

2.2 A Lei Municipal n.º 13.478 de 30 de dezembro de 2002, no inciso I de seu artigo 139, considera como grandes geradores de resíduos sólidos: os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, geradores de resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2, pela NBR 10004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em volume superior a 200 (duzentos) litros diários.

2.3 O Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo gerou, nos últimos 12 meses (de junho de 2015 à maio de 2016), um total de 333 (trezentos e trinta e três) contêineres de lixo comum coletados de nossas instalações. Isso resulta numa média diária de 0,912 (333 contêineres / 365 dias do ano) contêineres coletados no local. Como cada contêiner possui um volume de 1.200 litros (1,2 metros cúbicos), o volume de lixo sólido não reciclável gerado pela edificação diariamente é de cerca de 1.074,8 litros (0,912 contêineres x 1.200 litros). Esse volume classifica o Edifício Sede em São Paulo como grande gerador de resíduos sólidos não recicláveis.

2.4 A Lei Municipal n.º 13.478, de 30 de dezembro de 2002, em seu artigo 141, determina que os grandes geradores deverão contratar os autorizatórios dos serviços prestados em regime privado de que trata esta lei para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos referidos no capítulo do artigo.

2.5 Considerando que os consumos anuais dos últimos 36 meses registraram: 365 contêineres do período de junho de 2013 à maio de 2014; 338 contêineres do período de junho de 2014 à maio de 2015; e 333 contêineres de junho de 2015 à maio de 2016), optou-se por contratar, sob demanda (ou seja, pagando-se apenas pela quantidade de contêineres realmente coletados), o quantitativo estimativo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) contêineres.

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei n.º 10.520 de 2002, do Decreto n.º 3.555 de 2000, do Decreto 5.450 de 2005 e da Lei n.º 14.973 de 2009.



3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 O serviço deverá ter início em 19 de dezembro de 2016 (segunda-feira), data na qual a contratada deverá disponibilizar os contêineres já no local da prestação dos serviços.

4.2 A empresa cederá ao Edifício Sede da SR/PF/SP, para utilização durante o prazo de vigência contratual, os equipamentos necessários à prestação dos serviços, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.

4.3 O serviço contratado será de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A (não recicláveis), todos resultantes da SR/PF/SP.

4.4 A contratada deverá coletar, gerenciar, transportar e dar tratamento e disposição final aos resíduos, gerados pela Superintendência de Polícia Federal em São Paulo, empregando métodos adequados à preservação ambiental e da saúde pública, consoante a legislação pertinente.

4.5 Instalar e manter durante a vigência do contrato e em local pré-determinado pela fiscalização, contêineres de 1,20 m<sup>3</sup>, conforme demanda. Inicialmente foram estimados 2 (dois) contêineres por dia, três vezes por semana (às segundas, quartas e sextas-feiras), devendo disponibilizar no mínimo 2(dois) containers.

4.6 Os serviços de coleta e transporte serão executados na Rua Hugo D'Antola, 95 – Lapa de Baixo – São Paulo/SP, às segundas, quartas e sextas-feiras, **entre 07:00h e 09:00h da manhã**.

4.7 Haverá tolerância de 30 (trinta) minutos, que, se excedidos, ensejarão documento justificatório por parte da CONTRATADA, independentemente de solicitação da CONTRATANTE, no prazo de até 3 (três) dias.

4.8 A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

4.9 A Contratada deverá realizar a coleta e o transporte, bem como o tratamento e a destinação final da totalidade dos resíduos que se encontrem armazenados no local especificado, no **item 4.5**.

4.10 Os horários de coletas poderão sofrer mudança, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e em função das normas e posturas municipais de trânsito, respectivamente através de solicitação prévia do fiscal do contrato ou justificativa da CONTRATADA nos termos da lei, com antecedência de, no mínimo, 03 (três) dias.

4.11 Nos feriados nacionais e nos exclusivos da Polícia Federal, caso não haja expediente, não haverá coleta; assim como nos finais de semana. De qualquer maneira, a Contratada deverá entrar em contato com o fiscal do contrato, pelo menos dois dias antes do feriado, para obter a informação sobre a necessidade ou não de coleta no dia do feriado.

4.12 Havendo necessidade de Coleta Extra, deverá a Contratante solicitar a Contratada com antecedência mínima de 12 (doze) horas do serviço a ser prestado.

4.13 O transporte deverá ser realizado por, no mínimo, equipamentos de containers metálicos de 1,20 m<sup>3</sup> e caminhão coletor compactador, pois os resíduos serão removidos e transportados e acondicionados em aterro, conforme determinações da legislação.

4.14 Na coleta extra, será garantido, no mínimo, 1 (um) container de 1,20m<sup>3</sup>.

- 4.15 Mensalmente, as coletas realizadas deverão ser comprovadas por meio de “Relatório de Coleta” ou outro documento equivalente fornecido pela Contratada, contendo a quantidade coleta e a destinação dada aos resíduos.
- 4.16 A contratada deverá comprovar as descargas no aterro sanitário (em até dois meses após a coleta) e as descontaminações (em até três meses após a coleta) através dos Manifestos de Carga e de Transporte de Resíduos, ambos com carimbo e assinatura dos destinos finais, conforme legislação específica, documentos que ficarão sob a guarda do fiscal do contrato.
- 4.17 A coleta deverá ser realizada com atenção, de forma a evitar prejuízo para a limpeza de passeios, vias e logradouros públicos e dos ralos e caixas receptoras de águas pluviais.
- 4.18 As embalagens de resíduos não devem ser arrastadas nem jogadas no veículo de carga para evitar o seu rompimento.
- 4.19 A coleta deverá ser efetuada, estacionando-se o veículo em local mais próximo possível do local indicado para colocação das caçambas para o armazenamento de resíduos e em condições seguras, sendo que o derramamento de resíduos deve ser imediatamente removido, providenciando-se a limpeza do local.
- 4.20 O pagamento será feito pela quantidade efetivamente coletada, transportada, gerenciada e finalmente destinada de containers/caçambas utilizados.
- 4.21 Os serviços deverão ser realizados em estrita concordância e obediência às Normas Técnicas, Decretos, Portarias e Leis, em especial:
- 4.21.1 Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, atualizada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003
- 4.21.2 Lei Municipal nº 14.973 de 11 de setembro de 2009.
- 4.21.3 Decreto nº 45.668, de 29 de dezembro de 2004.
- 4.21.4 Decreto nº 46.594, de 03 de novembro de 2005.
- 4.21.5 Decreto nº 48.251, de 04 de abril de 2007.
- 4.21.6 NRB 1004- ABNT.
- 4.22 Os resíduos deverão ser descartados em aterro sanitário licenciado pelos órgãos competentes, atendendo as exigências definidas pela Lei Municipal nº 13.478, de 12/2002 e pelo Decreto Municipal nº 45.668, de 12/2004 e demais Leis, Normas, Decretos e suas atualizações, que regulamentam a prestação de serviços, objeto deste Termo de Referência.
- 4.23 A futura contratada deve estar devidamente cadastrada junto a AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo, sem qualquer tipo de impedimento, conforme Decreto nº 46.594, de 03 de novembro de 2005.
- 4.24 Serão suspensas as atividades que apresentarem qualquer irregularidade, sujeitando-se a Contratada às penalidades referentes às inexecuções dos serviços, conforme o edital e seus anexos.
- 4.25 Transportar os resíduos de modo a não ferir e prejudicar quem os manipula ou terceiros.
- 4.26 A coleta deverá ser realizada por equipamentos adequados ao manuseio, bem como pessoal qualificado para o serviço destinado.

- 4.27 Os funcionários deverão estar treinados e especializados, bem como usarem equipamento de proteção individual (EPI);
- 4.28 Os funcionários ao adentrarem a Sede da Superintendência deverão estar com crachás de identificação;
- 4.29 Os funcionários em momento algum poderão ausentar-se das imediações do veículo da empresa.

## 5. DEMANDA DO ÓRGÃO

- 5.1 A demanda anual ESTIMADA do órgão é de coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, não recicláveis, de Classe II-A, de 365 (trezentos e sessenta e cinco) contêineres/caçambas de 1,20m<sup>3</sup> de capacidade volumétrica cada contêiner/caçamba.
- 5.2 O órgão é um grande gerador de resíduos sólidos, caracterizados como resíduos da classe II, pela NBR 10004 e tem como população fixa mais de 1000 (um mil) usuários.
- 5.3 O horário de funcionamento do órgão é 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.4 A coleta deverá ser efetuada, estacionando-se o veículo o mais próximo possível do local de armazenamento de resíduos e em condições seguras, sendo que o derramamento de resíduos deve ser imediatamente removido, providenciando-se a limpeza do local.

## 6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 6.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar e manter durante a vigência do contrato e em local pré-determinado pela fiscalização, contêineres de 1,20 m<sup>3</sup>, conforme demanda. Inicialmente foram estimados 2 (dois) contêineres por dia, três vezes por semana (às segundas, quartas e sextas-feiras), devendo disponibilizar no mínimo 2 (dois) contêineres, promovendo sua substituição quando necessário.

## 7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 7.1 O serviço deverá ter início no dia 19 de dezembro de 2016 (segunda-feira), quando a contratada deverá disponibilizar os contêineres, na forma que segue:
- 7.1.1 A Contratada deverá disponibilizar os contêineres no dia 16 de dezembro de 2016 (sexta-feira); para que no dia de início dos serviços (segunda-feira seguinte) os contêineres já estejam disponibilizados desde as primeiras horas da manhã;
- 7.1.2 A Contratada deverá disponibilizar os contêineres com as dimensões contratadas, estando com a pintura em perfeito estado de conservação e totalmente limpos e higienizados;
- 7.1.3 A Contratada deverá enviar para o fiscal do contrato, no prazo desses 05 (cinco dias) úteis, através de e-mail institucional da empresa, as fichas cadastrais dos funcionários que participarão da coleta dos contêineres no Edifício Sede, assim como os dados dos veículos que realização o transporte;
- 7.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 8. DA VISTORIA

8.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13:00 horas às 15:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (11) 3538-5775;

8.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

8.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

10.2 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

10.3 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;



10.4 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

10.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

10.6 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

10.7 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

10.8 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.11 Emitir comprovantes de coleta de lixo e de Manifesto de Carga que sejam impressos em tinta preta, para que sejam digitalizáveis em conformidade com as regulamentações do Sistema Eletrônico de Informações SEI da Polícia Federal;

10.12 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.14 Nomear proposto para representá-las perante a Administração da Contratante;

10.15 Responsabilizar-se inteiramente pelo destino dos resíduos coletados, bem como pelas taxas dos destinos finais e quaisquer outras necessárias;

10.16 Descarregar os resíduos da Classe II-A (não recicláveis) que não foram reciclados em destinos finais, devidamente autorizados pela CETESB, devendo comprovar essa providência quando solicitado pela Contratante;

10.17 Manter em dia a autorização exigida pela legislação vigente pela prestação dos serviços;

10.18 Fornecer e responsabilizar-se pelos veículos, equipamentos, contêiner e mão de obra necessários à execução dos serviços, bem como transporte desses equipamentos e mão de obra;

10.19 Transmitir, por escrito, ao fiscal do contrato as instruções sobre eventuais modificações no transporte de resíduos sólidos da classe II-A (não recicláveis), especialmente quando em obediência à legislação vigente;

10.20 Transportar todos os resíduos sólidos da classe II-A (não recicláveis), respeitando a legislação de trânsito;

10.21 Fornecer e observar o uso obrigatório de EPI pelos seus empregados durante a manipulação e coleta

dos resíduos das classe II-A (não recicláveis), cumprindo o disposto nas normas brasileiras de segurança, com ênfase às NR's 06, 15 e 18, reservando-se à Contratante o direito de suspensão imediata da prestação do trabalho até que sejam fornecidos e utilizados os equipamentos, ficando a Contratada sujeita às penalidades pela inexecução dos serviços;

10.22 Obedecer às posturas da Prefeitura Municipal de São Paulo, referentes ao objeto do contrato, de modo especial às normas concernentes à autorização municipal para prestação de serviços de limpeza urbana no regime privado, constantes do Decreto nº 45.668/2004, alterado pelos Decretos de nºs 46.004/2005 e 48.251/2007, submetendo-se a eventuais penalidades decorrentes da não observância desta postura;

10.23 Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

10.23.1 Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado;

10.23.2 São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

10.23.2.1 lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

10.23.2.2 lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

10.23.2.3 queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

10.23.2.4 outras formas vedadas pelo poder público.

10.23.3 Também são proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

10.23.3.1 deposição inadequada no solo;

10.23.3.2 utilização para alimentação humana.

10.23.3.3 utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

10.23.3.4 infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;

10.23.3.5 lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

10.23.3.6 deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

10.23.4 A contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

- 10.24 Responsabilizar-se pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho na prestação de serviço, devendo atender à legislação vigente, em especial às NR' 07 e 09, emitidas pelo Ministério do Trabalho;
- 10.25 Utilizar veículos devidamente equipados, adequados e cadastrados nos órgãos competentes;
- 10.26 Providenciar, imediata substituição do veículo titular em caso de acidente ou defeito que impossibilite o seu funcionamento, sem ônus para a Contratante;
- 10.27 Respeitar as normas internas de operação, de segurança, de tráfego e de sinalização do aterro sanitário e dos outros destinos finais, quando for o caso, bem como o seu horário de funcionamento;
- 10.28 Acompanhar, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação dos condutores para a direção dos veículos, destinados à coleta dos resíduos da classe II-A (não recicláveis), conforme as posturas municipais, estaduais e federais;
- 10.29 Possuir responsável técnico inscrito regularmente no CREA e com a carteira profissional registrada em nome da Contratada, o qual responderá pela qualidade, eficácia, segurança do serviço prestado;
- 10.30 Classificar e destinar os resíduos gerados conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- 10.31 Os veículos deverão estar com a documentação em dia, o que se comprova mediante a exibição do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV, atualizado;
- 10.32 Apresentar à SR/PF/SP, depois de cada coleta, a 2ª (segunda) via do Manifesto de Transporte de Resíduo – MTR, emitido e carimbado pelo funcionário do aterro sanitário, correspondente a coleta do dia anterior, comprovando assim a regular disposição de tais resíduos;
- 10.33 Controlar a carteira de vacinação dos funcionários que prestarão os serviços ora contratados, contra as doenças Hepatite B e antitetânica, conforme calendário de vacinas do Ministério da Saúde;
- 10.34 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.35 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.36 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.37 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.38 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 10.39 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 10.40 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.41 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.42 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.43 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.44 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.45 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.46 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.47 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.48 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1 Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, o DPF, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental.

11.1.1 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

11.1.2 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

11.2 A comprovação do disposto no subitem 9.1 e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

11.3 Todos os descartes de entulhos, sobras de materiais, ferramentas e peças deverá atender os critérios estabelecidos na legislação ambiental vigente.

11.4 Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º ao 30º, do Decreto nº 4.704, de 2002, e legislação correlata.

11.5 A contratada deverá efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a



cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33º, inciso I, da Lei nº 12.035, artigo 53º do Decreto nº4.074, de 2002, e legislação correlata.

## 12. AVALIAÇÃO DO CUSTO

12.1 O valor mensal estimado da contratação é de **R\$ 2.160,00** (maior média mensal de 30 containeres, vide demonstrativo de consumo de exercícios anteriores). O valor máximo global estimado da contratação para o período de 12 meses é de **R\$ 26.280,00** (maior consumo anual de 365 containeres, vide demonstrativo de consumo de exercícios anteriores).

12.2 Foi estimado o valor de **R\$ 72,00** por container contendo 1,2 m<sup>3</sup>;

12.3 O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares.

## 13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle,

que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

16.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.9 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3 fraudar na execução do contrato;

17.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5 cometer fraude fiscal;

17.1.6 não mantiver a proposta.

17.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2 multa moratória de 0,05 % (ponto zero cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.2.3 multa moratória de 0,07 % (ponto zero sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia;

17.2.4 multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.5 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.6 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.7 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.8 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

São Paulo, 26 outubro de 2016

EDUARDO ARAUJO PRADO

AEDI/SELOG/SR/PF/SP





## **Anexo IV - TERMO DE REFERENCIA LIXO 2019.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - AEDI/SELOG/SR/PF/SP

**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 08500.024867/2024-15

TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2019

(Processo Administrativo n.º 08500.050863/2018-36)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, visando SOB DEMANDA, a coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A (não recicláveis), todos resultantes do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP), com disposição final em aterro controlado e licenciado pelo órgão competente, com fornecimento de mão de obra e todo material necessário, para atender às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum 339039-78 – limpeza e conservação.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução de Empreitada por Preço Unitário.

1.4. A licitação será formada por um item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação, devendo oferecer proposta ao item que o compõem.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

1.6. Quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela a seguir.

1.7. TABELA:

| Item | Descrição/ Especificação  | Quantidade anual <u>estimada</u> de contêineres a serem coletados                        | Valor máximo por unidade | Preço total global | Código no Catálogo de Serviços do MPDG |
|------|---|--|--------------------------|--------------------|--|
| 1    | Coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II- A (não recicláveis) | 417 (quatrocentos e dezessete) contêineres metálicos de 1,20 m³ de capacidade a unidade. | R\$ 152,00               | R\$ 63.384,00      | 14265                                  |

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, visando SOB DEMANDA, a coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A (não recicláveis), todos resultantes do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP), com disposição final em aterro controlado e licenciado pelo órgão competente, com fornecimento de mão de obra e todo material necessário, para atender às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3.2. Os serviços serão prestados de acordo com a necessidade específica do Prédio da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, conforme acharem pertinentes a execução do presente objeto (no que tange à coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, não recicláveis, de Classe II-A).

3.3. Os serviços deverão ser executados no 5º dia a partir da assinatura do contrato, quando a contratada deverá disponibilizar os contêineres, na forma que segue, observando a necessidade do local.

3.4. A empresa cederá ao Edifício Sede da SR/PF/SP, para utilização durante o prazo de vigência contratual, os equipamentos necessários à prestação dos serviços, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.

3.5. Instalar e manter durante a vigência do contrato e em local pré-determinado pela fiscalização, contêineres de 1,20 m³, conforme demanda. Inicialmente foram estimados 2 (dois) contêineres por dia, três vezes por semana (às segundas, quartas e sextas-feiras), devendo disponibilizar no mínimo 2(dois) contêineres.

3.6. Para todos os itens objeto deste Termo de Referência, serão consideradas as características técnicas gerais indicadas, bem como especificações técnicas similares, compatíveis ou superiores às apresentadas.

3.7. Os serviços de coleta e transporte serão executados na Rua Hugo D'Antola, 95 – Lapa de Baixo – São Paulo/SP, às segundas, quartas e sextas-feiras, entre 07:00h e 09:00h da manhã, haverá tolerância de 30 (trinta) minutos, que, se excedidos, ensejarão documento justificado por parte da CONTRATADA, independentemente de solicitação da CONTRATANTE, no prazo de até 3 (três) dias.

3.8. Para entrar e permanecer nas dependências das unidades, os funcionários da Contratada deverão estar devidamente uniformizados e identificados com crachás;

3.9. A realização dos serviços e acesso da Contratada às dependências das unidades ficam condicionados à autorização de servidor responsável.

3.10. A Contratada deverá realizar a coleta e o transporte, bem como o tratamento e a destinação final da totalidade dos resíduos que se encontrem armazenados no local especificado.

3.11. Os horários de coletas poderão sofrer mudança, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e em função das normas e posturas municipais de trânsito, respectivamente através de solicitação prévia do fiscal do contrato ou justificativa da CONTRATADA nos termos da lei, com antecedência de, no mínimo, 03 (três) dias.

3.12. Nos feriados nacionais e nos exclusivos da Polícia Federal, caso não haja expediente, não haverá coleta; assim como nos finais de semana. De qualquer maneira, a Contratada deverá entrar em contato com o fiscal do contrato, pelo menos dois dias antes do feriado, para obter a informação sobre a necessidade ou não de coleta no dia do feriado.

3.13. Havendo necessidade de Coleta Extra, deverá a Contratante solicitar a Contratada com antecedência mínima de 12 (doze) horas do serviço a ser prestado.

3.14. O transporte deverá ser realizado por, no mínimo, equipamentos de contêineres metálicos

de 1,20 m<sup>3</sup> e caminhão coletor compactador, pois os resíduos serão removidos e transportados e acondicionados em aterro, conforme determinações da legislação.

3.15. Na coleta extra, será garantido, no mínimo, 1(um) container de 1,20 m<sup>3</sup>.

3.16. Mensalmente, as coletas realizadas deverão ser comprovadas por meio de “Relatório de Coleta” ou outro documento equivalente fornecido pela Contratada, contendo a quantidade coleta e a destinação dada aos resíduos.

3.17. A contratada deverá comprovar as descargas no aterro sanitário (em até dois meses após a coleta) e as descontaminações (em até três meses após a coleta) através dos Manifestos de Carga e de Transporte de Resíduos, ambos com carimbo e assinatura dos destinos finais, conforme legislação específica, documentos que ficarão sob a guarda do fiscal do contrato.

3.18. A coleta deverá ser realizada com atenção, de forma a evitar prejuízo para a limpeza de passeios, vias e logradouros públicos e dos ralos e caixas receptoras de águas pluviais.

3.19. As embalagens de resíduos não devem ser arrastadas nem jogadas no veículo de carga para evitar o seu rompimento.

3.20. A coleta deverá ser efetuada, estacionando-se o veículo em local mais próximo possível do local indicado para colocação das caçambas para o armazenamento de resíduos e em condições seguras, sendo que o derramamento de resíduos no pavimento e calçadas deve ser imediatamente removido, providenciando-se a limpeza do local.

3.21. O pagamento será feito pela quantidade efetivamente coletada, transportada, gerenciada e finalmente destinada de containeres/caçambas utilizados.

3.22. Os serviços deverão ser realizados em estrita concordância e obediência às Normas Técnicas, Decretos, Portarias e Leis, em especial:

3.22.1. Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, atualizada pela Lei nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003

3.22.2. Lei Municipal nº 14.973 de 11 de setembro de 2009.

3.22.3. Decreto nº 45.668, de 29 de dezembro de 2004.

3.22.4. Decreto nº 46.594, de 03 de novembro de 2005.

3.22.5. Decreto nº 48.251, de 04 de abril de 2007.

3.22.6. ABNT NRB 1004-, ABNT NBR 13221 e ABNT NBR 13463

3.23. Os resíduos deverão ser descartados em aterro sanitário licenciado pelos órgãos competentes, atendendo as exigências definidas pela Lei Municipal nº 13.478, de 12/2002 e pelo Decreto Municipal nº 45.668, de 12/2004 e demais Leis, Normas, Decretos e suas atualizações, que regulamentam a prestação de serviços, objeto deste Termo de Referência.

3.24. A empresa deve possuir todos os registros legais para funcionamento e para prestação dos serviços solicitados neste termo, bem como deve ser cadastrada e certificada nos órgãos de fiscalização competentes, tais como AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo, sem qualquer tipo de impedimento, conforme Decreto nº 46.594, de 03 de novembro de 2005, e Secretaria Estadual/Municipal de Saúde. Serão exigidos, no mínimo, os seguintes documentos: cartão de inscrição CNPJ, alvará de funcionamento perante a vigilância sanitária, A.R.T. do responsável técnico.

3.25. Serão suspensas as atividades que apresentarem qualquer irregularidade, sujeitando-se a Contratada às penalidades referentes às inexecuções dos serviços, conforme o edital e seus anexos.

3.26. Transportar os resíduos de modo a não ferir e prejudicar quem os manipula ou terceiros.

3.27. A coleta deverá ser realizada por equipamentos adequados ao manuseio, bem como pessoal qualificado para o serviço destinado.

3.28. Os funcionários deverão estar treinados e especializados, bem como usarem equipamento de proteção individual (EPI).



- 3.29. Os funcionários ao adentrarem a Sede da Superintendência deverão estar com crachás de identificação
- 3.30. Os funcionários em momento algum poderão ausentar-se das imediações do veículo da empresa.
- 3.31. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios, necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte

5.1.1. A empresa contratada deverá comprovar a experiência por meio de atestados e Certificados Técnicos, conforme exigências dos Modelos de Edital da AGU/CJU ([http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/244958](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/244958), item 8.6 e s.s.);

5.1.2. Quanto à qualificação técnica, devem ser atendidos os normativos correlatos ao serviço pretendido, destacando-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), Lei dos Agrotóxicos e afins (Lei 7.802/1989) e seu regulamento através do Decreto 4.074/2002, Resolução ANVISA 52/2009 referente a prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;

5.1.3. O serviço deverá ser prestado por empresa especializada, com o devido Alvará e licenciada de funcionamento pela Autoridade Sanitária do Estado e/ou do Município.

5.1.4. O serviço a ser contratado possui critério em relação ao material (contêiner) a serem utilizados na coleta do lixo, que deverá ser efetuada 03 (três) vezes por semana, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

5.1.5. Os serviços pretendidos são de natureza continuada, conforme preceituado no art. 15, da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 05 de 25/05/2017:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

- 5.2. A Contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos; deverá substituir as

substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; os materiais empregados pela empresa contratada deverão atender a melhor relação entre custos-benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

5.3. Responsável Técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes a coleta de lixo devidamente registrado e habilitado pelo respectivo conselho profissional.

5.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

5.5. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.6. A quantidade estimada de deslocamentos é de 03 (três) vezes por semana: segundas, quartas e sextas-feiras. Não há a necessidade de hospedagem.

5.7. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência nos itens 11 e 12.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones:

| ITEM | LOCAL   | TELEFONE                 |
|------|---|--------------------------|
| 1    | Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo | (11) 3538-5576/3538-6192 |

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.4. De forma a garantir o correto dimensionamento, identificar as necessidades, verificar as condições do local e entendimento da forma com que o serviço deverá ser prestado, a vistoria é recomendável.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. **A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

7.1.1. Os serviços deverão ser executados no 5º dia a partir da assinatura do contrato, com base nos parâmetros mínimos a seguir, quando a contratada deverá disponibilizar os contêineres, na forma que segue, observando a necessidade de do local:

7.1.2. A Contratada deverá disponibilizar os contêineres para que no dia de início dos serviços os contêineres já estejam disponibilizados desde as primeiras horas da

manhã.

7.1.3. Instalar e manter durante a vigência do contrato e em local pré-determinado pela fiscalização 2 (dois) contêineres de capacidade de 1,20m³, 3 (três) vezes por semana (às segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira).

7.1.4. A Contratada deverá disponibilizar os contêineres com as dimensões contratadas, estando com a pintura em perfeito estado de conservação e totalmente limpos e higienizados.

7.1.5. A Contratada deverá enviar ao fiscal do contrato, no prazo 05 (cinco dias) útil antes do início da 1ª (primeira) coleta, através do e-mail institucional (aedi.srsp@dpf.gov.br), as fichas cadastrais dos funcionários que participarão da coleta dos contêineres no Edifício Sede, assim como os dados dos veículos que realizarão o transporte.

7.1.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.1.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.1.8. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.1.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.2. A execução dos serviços será iniciada 07:00h e 09:00h da manhã, na forma que segue:

7.2.1. A Contratada deverá realizar vistoria preliminar nas dependências das unidades em que foi vencedora do pregão, para a perfeita execução dos serviços, manter durante a vigência do contrato e em local pré-determinado pela fiscalização, contêineres de 1,20 m³, conforme demanda.

7.2.2. Após a vistoria preliminar, a Contratada deverá iniciar os serviços sob demanda da Contratante, em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos. Prazo este, que poderá ser estendido a critério da Contratante.

7.2.3. Os resíduos somente serão coletados mediante recibo/relatório de retirada, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário e quantidade de volume recolhido.

7.2.4. A coleta deverá ser feita em veículo do tipo coletor compactador contendo dispositivo mecânico ou hidráulico que possibilite a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria e sua posterior descarga, conforme especificações da NBR 12980/1993 da ABNT, dotado de sistema coletor de “chorume” e sinalização traseira tipo giroflex, ou do tipo “rollon/roll-off”.

7.2.5. Discriminação do local onde os serviços devem ser executados:

a) Os serviços de coleta e transporte serão executados na Rua Hugo D'Antola, 95 – Lapa de Baixo – São Paulo/SP, às segundas, quartas e sextas-feiras, entre 07:00h e 09:00h da manhã.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da

conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

8.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

8.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. A contratada deverá disponibilizar e manter durante a vigência do contrato e em local pré-determinado pela fiscalização, contêineres de 1,20 m³, conforme demanda. Inicialmente foram estimados 2 (dois) contêineres por dia, três vezes por semana (às segundas, quartas e sextas-feiras), devendo disponibilizar no mínimo 2 (dois) contêineres.

9.3. Os materiais a serem utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela empresa contratada, sem ônus à contratante, pois a contratação é de serviço com fornecimento de materiais e mão de obra qualificada.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA



10.1. Para efeito de julgamento, classificação e aceitação das propostas, será considerado o MENOR PREÇO, representado pelo menor valor. Este formato de contratação minimiza os custos dos serviços contratados, proporcionando uma maior economicidade para a Administração.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do contrato, do edital e seus anexos, em especial o termo de referência.

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SLTI/MPOG N. 05/2017;

11.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.7.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.13. Cientificar a CONTRATADA sobre as normas internas vigentes relativas à segurança, inclusive aquelas atinentes ao controle de acesso de pessoas e veículos, bem assim sobre a Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE.

11.14. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Apresentar o Alvará e licença de funcionamento da empresa emitido pelo órgão competente do Estado ou do Município;

12.3. Arcar com a responsabilidade civil, culposa ou dolosa à União ou a terceiros, por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes;

12.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.5. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

12.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 à 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.9. A Contratada obriga-se a fornecer todos os insumos e os equipamentos de proteção individual (EPI), conforme as descrições e quantidades indicadas no Termo de Referência. Os equipamentos e materiais deverão ser de excelente qualidade, e só serão aceitos após vistoria da contratante representada pelo fiscal do contrato ou seu substituto;

12.10. Fornecer e observar o uso obrigatório de EPI's pelos seus empregados durante a manipulação e coleta dos resíduos da Classe II-A (não recicláveis), cumprindo o disposto nas normas brasileiras de segurança, com ênfase às NR's 06, 15 e 18: Luvas de proteção, Botina de segurança, Máscara de proteção, Protetor auricular e Uniforme com o logo tipo da empresa. Reservando-se à Contratante o direito de suspensão imediata da prestação do trabalho até que sejam fornecidos e utilizados os equipamentos, ficando a Contratada sujeita às penalidades pela inexecução dos serviços;

12.11. Apresentar à Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, contendo: n.º do RG e CPF; cópia da carteira profissional com o registro de trabalho, cópia do atestado de saúde ocupacional, cópia da carteira de vacinação atualizada e cópia do comprovante de endereço;

12.12. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.13. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

12.14. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.15. Controlar a carteira de vacinação dos funcionários que prestarão os serviços ora contratados, contra as doenças Hepatite B e antitetânica, conforme calendário de vacinas do Ministério da Saúde;

12.16. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

- 12.17. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho na prestação de serviço, devendo atender à legislação vigente, em especial às NR' 07 e 09, emitidas pelo Ministério do Trabalho.
- 12.19. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.21. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência ou minuta do contrato;
- 12.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.25. Adotar boas práticas de otimizações de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico poluentes;
  - b) Instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme
  - c) Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
  - d) Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.
- 12.26. Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que possui instalação física próxima aos municípios que compõem o Grupo, de modo a comprovar que dispõe de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à execução dos serviços.
- 12.27. Emitir comprovantes de coleta de lixo e de Manifesto de Carga que sejam impressos em tinta preta, para que sejam digitalizáveis em conformidade com as regulamentações do Sistema Eletrônico de Informações SEI da Polícia Federal;
- 12.28. Nomear preposto para representá-la perante a Administração da Contratante no prazo de até 03 (três) dias úteis da assinatura do contrato;
- 12.29. Responsabilizar-se inteiramente pelo destino dos resíduos coletados, bem como pelas taxas dos destinos finais e quaisquer outras necessárias.
- 12.30. **Descarregar os resíduos da Classe II-A (não recicláveis) que não foram reciclados em destinos finais, devidamente autorizados pela CETESB, devendo comprovar essa providência quando solicitado pela Contratante.**
- 12.31. Manter em dia a autorização exigida pela legislação vigente pela prestação dos serviços;
- 12.32. Fornecer e responsabilizarem-se pelos veículos, equipamentos, contêiner e mão de obras

necessárias à execução dos serviços, bem como transporte desses equipamentos e mão de obra;

12.33. Transmitir, por escrito, ao fiscal do contrato as instruções sobre eventuais modificações no transporte de resíduos sólidos da classe II-A (não recicláveis), especialmente quando em obediência à legislação vigente.

12.34. Transportar todos os resíduos sólidos da classe II-A (não recicláveis), respeitando a legislação de trânsito;

12.35. Obedecer às posturas da Prefeitura Municipal de São Paulo, referentes ao objeto do contrato, de modo especial às normas concernentes à autorização municipal para prestação de serviços de limpeza urbana no regime privado, constantes do Decreto nº 45.668/2004, alterado pelos Decretos de nº(s) 46.004/2005 e 48.251/2007, submetendo-se a eventuais penalidades decorrentes da não observância desta postura;

12.36. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

12.37. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado;

12.38. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

12.38.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

12.38.2. Queimar a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

12.38.3. Outras formas vedadas pelo poder público.

12.39. Também é proibida, à contratada, as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

12.39.1. Deposição inadequada no solo;

12.39.2. Utilização para alimentação humana.

12.39.3. Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

12.39.4. Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente

12.39.5. Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

12.39.6. Deposição em áreas sob-regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

12.40. A Contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

12.41. Utilizar veículos devidamente equipados, adequados e cadastrados nos órgãos competentes;

12.42. Providenciar, imediata substituição do veículo titular em caso de acidente ou defeito que impossibilite o seu funcionamento, sem ônus para a Contratante;

12.43. Respeitar as normas internas de operação, de segurança, de tráfego e de sinalização do aterro sanitário e dos outros destinos finais, quando for o caso, bem como o seu horário de funcionamento;

12.44. Acompanhar, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação dos condutores para a direção dos veículos, destinados à coleta dos resíduos da classe II-A (não recicláveis), conforme as posturas municipais, estaduais e federais;

12.45. Possuir responsável técnico inscrito regularmente no CREA e com a carteira profissional



registrada em nome da Contratada, o qual responderá pela qualidade, eficácia, segurança do serviço prestado;

12.46. Classificar e destinar os resíduos gerados conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

12.47. Os veículos deverão estar com a documentação em dia, o que se comprova mediante a exibição do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV, atualizado;

12.48. Apresentar à SR/PF/SP, depois de cada coleta, a 2ª (segunda) via do Manifesto de Transporte de Resíduo – MTR, emitido e carimbado pelo funcionário do aterro sanitário, correspondente a coleta do dia anterior, comprovando assim a regular disposição de tais resíduos;

12.49. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.50. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

### 13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela

Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensinará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Prestação dos serviços de coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A (não recicláveis), na IN nº. 05/17-SLTI-MPOG, pontualidade e qualidade do fornecimento de materiais e equipamentos, cumprimento das obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme consta do Termo de Referência devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços. de coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A (não recicláveis).

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 30 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 30(trinta) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da

despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:



- 17.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP, sendo:**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela a ser paga.**

**I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:**

**I = (TX) I = ( 6 / 100 )/365 I = 0,00016438**

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevoluáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

19.1. **Não haverá exigência de garantia contratual da execução.**

20. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução

total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,2% (dois décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,2% (dois décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA                              |
|------|--|
| 1    | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2    | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3    | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4    | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5    | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

**Tabela 2**

| INFRAÇÃO |   |      |
|----------|---|------|
| ITEM     | DESCRIÇÃO   | GRAU |
| 1        | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;             | 05   |
| 2        | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04   |
| 3        | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;                                   | 03   |

|                                    |  |    |
|------------------------------------|--|----|
| 4                                  | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;  | 02 |
| 5                                  | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;   | 03 |
| Para os itens a seguir, deixar de: |  |    |
| 6                                  | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;  | 01 |
| 7                                  | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;   | 02 |
| 8                                  | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;   | 01 |
| 9                                  | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 10                                 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;   | 01 |
| 11                                 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA   | 01 |

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.
- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 21.3.1. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional em nome da licitante, emitido por órgão ou empresa de direito público ou privado, que comprove a execução de atividade de coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A (não recicláveis) por parte da proponente, no percentual de, no mínimo, 100% (cem por cento) do quantitativo estimado para a contratação deste Estudo Preliminar, considerando-se ainda as características do objeto e dos prazos de execução do contrato; demonstrando detalhadamente os serviços já executados pela CONTRATADA que sejam semelhantes ao objeto a ser contratado, como forma de assegurar, uma garantia de qualidade dos serviços a serem realizados;
- 21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 21.4.1. Valor Global: R\$ 63.384,00 (Sessenta e três mil e trezentos e oitenta e quatro reais)
- 21.4.2. Valores unitários: conforme tabela no item 1.8 do Termo de Referência.
- 21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.
- 22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
- 22.1.1. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e orçamentos de empresas especializadas na prestação de serviço.
23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
- 23.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:
- 23.2. Gestão/Unidade: 200360/00001
- Fonte: 0100000000
- Programa de Trabalho: 06.122.2112.2000.0001
- Elemento de Despesa: 339039
- PI: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - GERAL PF99900AG19

São Paulo, 22 de março de 2019.

Jorge Firmino de Souza  
Administrativo ( Cedido Infraero)  
Mt 96921-70

---

Claudia Toyotani  
Papiloscopista de Policia Federal  
Mt 13.029

---

**Referência:** Processo nº 08500.024867/2024-15

SEI nº 35756151

**Anexo VI - COMUNICAÇÃO DA ECONTRANS NÃO  
RENOVAÇÃO DE CONTRATO COM INVIABILIDADE  
ECONOMICA.pdf**

São Paulo, 05 de junho de 2024.

À

**Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo**

Sr. Luciano Costa Vale  
Gestor de Contrato

**Assunto: Contrato nº 10/2019-SR/PF/SP**

Prezados Senhores,

Em razão dos consideráveis aumentos nos nossos custos (aterro sanitário, combustível, pneus, veículos/equipamentos, dissídios) para a realização dos serviços prestados de coleta, transporte e destinação de resíduos Classe II A, que causaram um grande desequilíbrio econômico-financeiro no **contrato nº10/2019-SR/PF/SP** e cujo percentual de reajuste não será suficiente para o reequilíbrio financeiro, a empresa **ECOTRANS AMBIENTAL SISTEMA DE COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA.**, vem por meio desta, **já manifestar a intenção da não prorrogação do contrato para um novo período.** Porém, manifestamos nosso interesse em participar de nova licitação.

Colocamo-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

**ANDREA  
SALGADO  
FERNANDES  
:27131749885**

Assinado digitalmente por ANDREA  
SALGADO FERNANDES:27131749885  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=  
000001010495617, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3,  
OU=AC SERASA RFB v5, OU=  
29017121000128, OU=PRESENCIAL, CN=  
ANDREA SALGADO  
FERNANDES:27131749885  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2024.06.05 17:00:35-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

**ECOTRANS AMBIENTAL SISTEMA DE COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA.**



**Anexo VII - SEI\_PF - 35413811 - Apostilamento de  
Contrato.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/SP

**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2024 AO CONTRATO Nº 10/2019 – SR/PF/SP**

A **UNIÃO**, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO - SR/PF/SP, sediada na Rua Hugo D'Antola, 95 -- Lapa de Baixo, no Município de São Paulo/SP, CEP 05038-090, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.394.494/0040-42, Órgão específico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, neste ato representado pelo Superintendente Regional, Delegado de Polícia Federal, Dr. **ROGERIO GIAMPAOLI**, nomeado pela Portaria DG/PF nº 17.525, de 13 de fevereiro de 2023, publicada no D.O.U. Edição: 13-A, seção 2, de 18 de janeiro de 2023, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria DG/PF nº 17.525, de 13 de fevereiro de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 032, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, conforme informações contidas no Processo nº 08500.050863/2018-63, resolve reajustar o Contrato em epígrafe, celebrado com a empresa **Ecotrans Ambiental Sistemas de Coleta e Destinação de Resíduos Ltda.** para a prestação de serviços continuados, sob demanda, de coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos da Classe II-A (não recicláveis), CNPJ 08.624.842/0001-26:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Promover o registro do reajuste do valor contratual, com base na variação anual do índice IPCA (Índice Preços ao Consumidor Amplo), com base no índice acumulado de nov./2021 a out./2022; nov./2022 a out./2023, com efeito retroativo a novembro de 2022.

1.2. Este Termo de Apostilamento **não altera a vigência contratual, que permanece de 12 de novembro de 2023 até 11 de novembro de 2024** ou até o término de novo procedimento licitatório.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1. A concessão do reajuste contratual está fundamentada no Termo de Referência 10904339, anexo ao Edital nº 09/2019 (11329394) e na Cláusula Sexta do Contrato 12700720, na Lei nº 8.666/93 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 05 de 16 de maio de 2017

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E VIGÊNCIA**

3.1. O valor anual estimado do contrato passará de **R\$ 35.704,13** (trinta e cinco mil setecentos e quatro reais e treze centavos) para o valor anual de **R\$ 39.988,84** (trinta e nove mil, novecentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

3.2. Assim, o **valor mensal estimado** do contrato passará de **R\$ 2.975,34** (dois mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) para o valor mensal de **R\$ 3.332,40** (três mil trezentos e

trinta e dois reais e quarenta centavos). Diferença, portanto, de R\$ 357,06 (trezentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).

3.2.1. Há o valor de **R\$ 3.041,47 (três mil e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos)** a ser pago reatrativamente, pelos serviços já prestados pela Contratada até o mês de Abril de 2024.

3.3. Este Termo de Apostilamento **não altera a vigência contratual, que permanece** de **12 de novembro de 2023 até 11 de novembro de 2024** ou até o término de novo procedimento licitatório.

#### 4. **CLÁUSULA QUARTA– DO DOCUMENTO INTEGRANTE DO TERMO DE APOSTILAMENTO**

4.1. A análise detalhada da solicitação de reajuste consta da Informação 35413716 - GESCON/SELOG/SR/PF/SP.

#### 5. **CLÁUSULA QUINTA– DA RATIFICAÇÃO**

5.1. Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato Original que por este Apostilamento não foram alteradas e ou modificadas.

São Paulo (datado eletronicamente)

GESCON/SR/PF/SP  
(Assinatura Eletrônica)

1. De acordo.

2. Ao Senhor Superintendente Regional.

**Chefe do SELOG/SR/PF/SP**  
(Assinado Eletronicamente)

1. Considere-se Apostilamento para efeitos contratuais.

2. Notifique-se a empresa Contratada.

**ORDENADOR DE DESPESAS**  
**Superintendência Regional de Polícia Federal de São Paulo**  
(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE BENTES PESSOA, Chefe de Setor - Substituto(a)**, em 27/05/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Mendes Branquinho, Agente de Polícia Federal**, em 27/05/2024, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO GIAMPAOLI, Superintendente Regional**, em 29/05/2024, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=35413811&crc=261889BE](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35413811&crc=261889BE).

Código verificador: **35413811** e Código CRC: **261889BE**.

---

**Anexo IX - GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES  
SUSTENTÁVEIS VERSÃO SETEMBRO DE 2023.pdf**



# GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

6ª EDIÇÃO, REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

Câmara Nacional de  
**Sustentabilidade**

**CNS**

Departamento de  
Coordenação e Orientação de  
Órgãos Jurídicos

Consultoria-Geral  
da União

**AGU**  
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

SETEMBRO 2023

6ª EDIÇÃO, REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

EDIÇÃO APROVADA PELA CÂMARA NACIONAL DE  
SUSTENTABILIDADE E PELA CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO



**ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

Jorge Messias

**CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO**

André Augusto Dantas Motta Amaral

**DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS**

Priscila Cunha do Nascimento

*Este é um trabalho da*

*Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS)*

**AUTORES DA 6ª EDIÇÃO:**

Celso Verdini Clare

Flávio Garcia Cabral

Gabriela da Silva Brandão

Marcos Weiss Bliacheris

Maria Letícia Brandão Guimarães Barth

Murillo Giordan Santos

Rodrigo Magalhães Pereira

Teresa Villac

Viviane Vieira da Silva Fernandes

**CONTRIBUIÇÕES TÉCNICAS NA 6ª EDIÇÃO:**

(levantamento sobre a atualidade da legislação da Parte Específica)

Douglas Souza Marinho

Larissa Moura Domiciano

Isabela Goes Provenzano Friedrichs Pinheiro

Thais Barbosa Pereira

(Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo – CJU SP AGU)

### DIAGRAMAÇÃO:

Caio Castelliano de Vasconcelos – CGEST/CGU

Caroline da Silva Sá - ASCOM

Gustavo Moreno de Freitas – ASCOM

Lucelia Inácio Neto – DGA/CGU

Waldemir Ferrarez da Cunha – DGA/CGU

### Advocacia-Geral da União

Edifício Sede AGU I - SAS Quadra 3 Lotes 5/6 CEP: 70070-030

Brasília-DF

Telefone: (61) 2026-8545

Permitida a reprodução parcial ou total desta publicação, desde que citada a fonte.

Brasil. Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 6ª ed.** Barth, Maria Leticia B.G; Bliacheris, Marcos W.; Brandão, Gabriela da S.; Cabral, Flávio. G.; Clare, Celso V.; Fernandes, Viviane V. S.; Paz e Silva Filho, Pereira, Rodrigo M.; Santos, Murillo Giordan; Villac, Teresa.

Brasília: AGU, setembro 2023

Contratações públicas sustentáveis. Legislação e normas.  
Direito Ambiental. Direito Administrativo

CDU: 351.712(81)

**SUMÁRIO – PARTE GERAL**

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....  | 9  |
| 1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA 6ª EDIÇÃO .....   | 9  |
| 2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....  | 11 |
| 2.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO INTERNACIONAL– ODS/ONU E OCDE   | 13 |
| 3. CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL.....  | 17 |
| 3.1. LEI Nº 14.133/2021 E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL .....   | 18 |
| 3.2. REGIME DE TRANSIÇÃO: LEIS 8.666/93 e 14.133/21.....   | 19 |
| 4. FUNDAMENTOS JURÍDICOS .....   | 21 |
| 4.1. PARECER 01/2021/CNA/CGU/AGU: OBRIGATORIEDADE DA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE ..... | 26 |
| 4.2. TRATAMENTO JURÍDICO DA SUSTENTABILIDADE NA LEI 14.133/2021 .....  | 27 |
| 5. PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (PASSO A PASSO) .....   | 30 |
| 5.1. 1º PASSO: Necessidade da Contratação e a Possibilidade de Reuso/Redimensionamento ou Aquisição pelo Processo de Desfazimento .....          | 30 |
| 5.2. 2º PASSO: Planejamento da Contratação com Parâmetros de Sustentabilidade .....  | 31 |
| 5.2.1 COMO SE MANIFESTAR NO ETP DE ACORDO COM OS INCISOS II E XII DO ART. 9º DA IN/ME Nº 58/2022 .....   | 41 |
| 5.3. 3º PASSO: Análise do Equilíbrio entre os Princípios Licitatórios da Isonomia, da Vantajosidade e da Sustentabilidade .....                  | 42 |
| 5.4. 4º PASSO: Sustentabilidade na Gestão e Fiscalização do Contrato, bem como Gestão de Resíduos .....  | 44 |
| 6. O CICLO DE VIDA: A SUSTENTABILIDADE NA AQUISIÇÃO DE BENS E PRODUTOS.....  | 47 |
| 6.1. EXEMPLOS DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM CADA FASE DO CICLO DE VIDA: .....  | 48 |
| PRODUÇÃO.....  | 48 |
| DISTRIBUIÇÃO .....   | 48 |
| USO.....   | 48 |
| DESTINAÇÃO FINAL .....   | 49 |



|  |     |
|--|-----|
| 7. SERVIÇOS - ASPECTOS GERAIS ATINENTES À SUSTENTABILIDADE EM SERVIÇOS .....   | 50  |
| 7.1. SUSTENTABILIDADE EM QUAIS SERVIÇOS? .....   | 53  |
| 8. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....   | 54  |
| 8.1. A SUSTENTABILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....   | 54  |
| 8.2. A ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....   | 56  |
| 9. SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO .....   | 58  |
| 10. A DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....   | 60  |
| 10.1. PREVISÕES EXPRESSAS SOBRE A DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE NA LEI 14.133/21 .....                               | 64  |
| 11. A SUSTENTABILIDADE NOS CONVÊNIOS E DEMAIS PARCERIAS .....  | 65  |
| 11.1. PREVISÕES EXPRESSAS SOBRE CONVÊNIOS NA LEI 14.133/21 E A PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU 33, DE 30 DE AGOSTO DE 2023..... | 73  |
| 12. A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE (AMPLITUDE DO CONCEITO ATUAL DE ACESSIBILIDADE) .  | 77  |
| 13. A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA .....   | 78  |
| 14. AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROGRAMA A3P.....  | 96  |
| 15. PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL .....   | 99  |
| 16. CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA PARTE ESPECÍFICA .....  | 100 |
| ANEXOS .....   | 290 |
| PARECER n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU .....  | 290 |
| dESPACHO n. 00002/2021/CNS/CGU/AGU.....  | 290 |
| DESPACHO n. 00334/2021/DECOR/CGU/AGU .....   | 290 |
| DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU .....   | 290 |

**SUMÁRIO – PARTE ESPECÍFICA**

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 1.  | ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA .....   | 101 |
| 2.  | ACESSIBILIDADE EM LOCAÇÕES .....   | 103 |
| 3.  | AGROTÓXICOS – SEGURANÇA E REGRAMENTOS PARA USO .....   | 104 |
| 4.  | APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL .....   | 110 |
| 5.  | APARELHOS ELÉTRODOMÉSTICOS .....   | 118 |
| 6.  | AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – Gêneros Alimentícios – Licitação .....  | 122 |
| 7.  | AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) Modalidade<br>Compra Institucional – Dispensa de Licitação .....               | 128 |
| 8.  | AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES, MATERIAIS DA ÁREA DA SAÚDE,<br>MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E COSMÉTICOS.....                   | 135 |
| 9.  | CADASTRO TÉCNICO FEDERAL .....   | 143 |
| 10. | INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL .....   | 152 |
| 11. | COLETA SELETIVA CIDADÃ .....   | 155 |
| 12. | COLETA SELETIVA – CONTRATAÇÃO DA COLETA, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE<br>RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS .....       | 156 |
| 13. | CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS – SEGURANÇA REGRAMENTOS PARA A<br>CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO.....   | 159 |
| 14. | CREDENCIAMENTO NA ÁREA DE SAÚDE.....   | 169 |
| 15. | DETERGENTE EM PÓ .....   | 171 |
| 16. | ENERGIA LIMPA (FOTOVOLTAICA) .....   | 177 |
| 17. | FRASCOS DE AEROSSOL EM GERAL.....  | 179 |
| 18. | LÂMPADAS EFICIENTES .....  | 181 |
| 19. | LIMPEZA E CONSERVAÇÃO – Serviços de limpeza e conservação .....  | 188 |
| 20. | LIXO TECNOLÓGICO .....   | 192 |
| 21. | MERCÚRIO METÁLICO.....   | 195 |
| 22. | MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MULHERES TRANS, TRAVESTIS, OUTRAS<br>POSSIBILIDADES DO GÊNERO FEMININO, E MULHERES PRETAS E PARDAS..... | 199 |
| 23. | OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – Resíduos .....  | 201 |
| 24. | OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA .....  | 206 |
| 25. | ÓLEO LUBRIFICANTE .....  | 208 |

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| 26. | PILHAS OU BATERIAS .....  | 214 |
| 27. | PNEUS.....  | 222 |
| 28. | PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS .....  | 227 |
| 29. | PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS - aquisição de madeira, de lenha e de outros produtos florestais .....             | 232 |
| 30. | PRODUTOS PRESERVADOS DE MADEIRA.....  | 238 |
| 31. | RESÍDUOS ORGÂNICOS - COMPOSTAGEM INSTITUCIONAL .....  | 242 |
| 32. | RESÍDUOS – Serviços de saúde .....  | 243 |
| 33. | RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS .....   | 247 |
| 34. | RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS – Resíduos perigosos.....   | 251 |
| 35. | SANEAMENTO BÁSICO .....   | 256 |
| 36. | SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO .....   | 260 |
| 37. | SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR .....  | 262 |
| 38. | SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO .....   | 265 |
| 39. | SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO – Serviços de manutenção.....   | 269 |
| 40. | TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO– AQUISIÇÃO DE (OU SERVIÇOS QUE UTILIZEM) BENS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO ..... | 273 |
| 41. | VEÍCULOS.....   | 282 |

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA 6ª EDIÇÃO

Apresenta-se a 6ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, de atualização anual e com aperfeiçoamentos constantes.

Na presente edição foi detalhada a Lei 14.133/2021, abordado o regime de transição entre essa e a Lei 8.666/93. Na parte específica, constam orientação para a inclusão de mulheres vítimas de violência doméstica e atualização da legislação e normas infralegais mencionadas.

Registre-se que não constam do Guia legislação estadual e municipal, sendo de responsabilidade dos gestores públicos a sua consulta. Igualmente, é de zelo que seja verificada a atualidade da legislação e normas referidas no Guia antes da inserção nas minutas de edital ou anexos, bem como se existem leis, decretos ou normas infralegais supervenientes às citadas neste Guia.

Relembramos que este Guia constitui um documento em permanente reformulação e, nesse sentido, as contribuições escritas para sua melhoria devem ser encaminhadas para o e-mail: [cgu.gncs@agu.gov.br](mailto:cgu.gncs@agu.gov.br)

(não enviar consultas de casos práticos para este e-mail)

Destaque-se que a utilização do Guia é recomendada pela Consultoria-Geral da União:

A atuação consultiva na análise de processos de contratação pública deve fomentar a utilização das listas de verificação documental (checklists), do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e das minutas de editais, contratos, convênios e congêneres, disponibilizadas nos sítios eletrônicos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(Boa Prática Consultiva n. 6 - Manual de Boas Práticas Consultivas)

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União manifestou-se no sentido de que o Guia *"tem como objetivo oferecer segurança aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais"* ([Acórdão nº 1056/2017 - Plenário](#)).

Em outra oportunidade, a Corte de Contas entendeu pela licitude de cláusulas editalícias relativas à habilitação e à certificação dos licitantes, desenhadas com base em recomendações constantes do Guia, admitindo sua reprodução para certames futuros ([Acórdão nº 2661/2017-Plenário](#)).



## 2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde 1972, época da Conferência de Estocolmo, a Organização das Nações Unidas - ONU - ocupa-se de refletir, discutir e disseminar a ideia de desenvolvimento sustentável.

O Relatório Brundtland, de 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, representa um marco histórico na evolução do tema.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a necessidade de desenvolvimento e o dever de proteger o meio ambiente e fomentar a sustentabilidade são valores que se complementam. Não há a menor viabilidade, nos tempos que correm, de pensarmos o desenvolvimento apenas como fator econômico. O desenvolvimento há de vir sempre acompanhado e orientado por necessidades socioambientais e com fundamento na sustentabilidade constitucionalmente prevista ([artigo 225, caput, CF](#)). Sendo assim, todo desenvolvimento deve ser qualificado e entendido como desenvolvimento sustentável.

Historicamente, a partir do enfoque tripartite (social, ambiental e econômico), que constituiu o seu núcleo mínimo, reconhece-se que o desenvolvimento sustentável envolve outras dimensões, tais como a ética e a jurídico-política.

A sustentabilidade multidimensional é um princípio e valor constitucional, conforme bem desenvolvido na doutrina nacional por Juarez Freitas (Sustentabilidade, Direito ao Futuro). A dimensão cultural vem sendo reconhecida, gradativamente, como integrante do desenvolvimento sustentável.

Em detalhamento, o **BEM-ESTAR SOCIAL** relaciona-se com a efetivação de direitos sociais, como saúde, educação e segurança, entre outros, assim como a garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores, tais como proibição do trabalho do menor, fixação de salário mínimo, medidas relacionadas à fixação da jornada de trabalho e medidas de proteção à segurança e à saúde no ambiente de trabalho, a título de mera exemplificação.

O **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** não é um fim em si mesmo e diz respeito à implementação de medidas estatais que contribuam para a efetivação de garantias dignas de vida e desenvolvimento das potencialidades humanas.

A **PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE** constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem-estar social quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual em benefício próprio e das futuras gerações.

As dimensões ética e jurídico-política reforçam a multidimensionalidade e transversalidade da sustentabilidade, princípio jurídico para a concretização do bem-estar social e da solidariedade intergeracional.

É um avanço, principalmente porque a dimensão ética da sustentabilidade, assim como as demais, como demonstra Freitas (2014), tem assento constitucional e, nessa toada, não pode mais ser desconsiderada pelos operadores no campo do Direito.

Pela **DIMENSÃO ÉTICA**, o agir humano não é predatório, esvaindo-se a contraposição rígida entre sujeito e natureza e “o outro, em seu devido apreço, jamais pode ser coisificável, convertido em commodity” (FREITAS, Juarez, Sustentabilidade: Direito ao Futuro, 2019, p. 68). O cuidado intergeracional aqui também se apresenta no pensamento desse autor que enfatiza a “solidariedade empática” que não se aparta da racionalidade, mas de uma racionalidade não mecanicista e sem prepotência que se norteia por uma “vontade ética” (p. 66), que tem por norte o bem-estar de todos constitucionalmente previsto ([artigo 3º, Constituição](#)) e o reconhecimento da dignidade humana.

Verifica-se que a racionalidade empregada na perspectiva da sustentabilidade como valor e princípio constitucional supera a visão antropocentrista e uma racionalidade meramente operativa e instrumental rumo a uma racionalidade que, atenta a valores, confira dignidade humana ao agir.

A **DIMENSÃO JURÍDICO-POLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE** refere-se à sua eficácia imediata, não dependente de regulamentação e a todos vinculante. Não há faculdade ou possibilidade de transigência do direito garantido pela sustentabilidade, seja para o presente, seja para o futuro. A sustentabilidade, além de seu conteúdo ético, é também juridicamente vinculante como um princípio constitucional implícito decorrente da incorporação como norma geral ([artigo 5º, parágrafo 2º, CF](#)). Especificamente sobre a **dimensão cultural** da sustentabilidade nas contratações públicas, consultar o tópico específico sobre o tema.

Pela Constituição Federal de 1988 ao direito ao meio ambiente corresponde o dever estatal de preservação e efetivação de ações para tanto. Neste contexto, entre diversas outras medidas a cargo do Poder Público, destaca-se a adoção de uma política de contratações públicas sustentáveis.

## 2.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ÂMBITO INTERNACIONAL– ODS/ONU E OCDE

As contratações sustentáveis se inserem em um contexto internacional, como um compromisso de Direito Internacional Público, confirmado perante a Organizações das Nações Unidas (ONU), em Nova York, no ano de 2015.

Trata-se de uma nova agenda de desenvolvimento mundial, que fixou 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) até 2030. Verificamos que houve uma ampliação do desenvolvimento sustentável para além do clássico tripé ambiental, social e econômico.

## São Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- a. acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- b. acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- c. assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- d. assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- e. alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- f. assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- g. assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- h. promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- i. construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- j. reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- k. tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- l. assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- m. tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- n. conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- o. proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- p. promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- q. fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os 17 ODS são implementados através do estabelecimento de metas e de estratégias por parte de cada país.

Sobre o tema, ressalte-se:

**EMENTA: AGENDA 2030. RESOLUÇÃO APROVADA PELA ASSEMBLEIA-GERAL DA ONU. QUESTIONAMENTO SOBRE A EXISTÊNCIA OU NÃO DE FORÇA VINCULANTE.**

1. Dificuldades inerentes ao processo de ratificação, bem como a reiterada oposição de reservas ao conteúdo dos mesmos pelos países signatários, têm levado os organismos internacionais a deliberarem sobre propostas de resoluções, de caráter meramente recomendatória.
2. A Resolução n. 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que aprovou a Agenda 2030, por não ser um tratado, não preenche o antecedente lógico para o processo de internalização estabelecido pelos arts. 84, VIII e 49, I, ambos da Constituição.
3. A Agenda 2030 reconheceu ser despida de efeitos vinculantes, reconhecendo e respeitando a soberania dos países em identificar as prioridades e as melhores alternativas para a persecução daquelas metas.
4. As metas e objetivos insertos na Agenda 2030 não irradiam eficácia normativa vinculante.

(**PARECER n. 00067/2019/DECOR/CGU/AGU**, aprovado pelo Excelentíssimo Advogado-Geral da União pelo r. **DESPACHO n. 00801/2019/GAB/CGU/AGU**, de 09/09/19, nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 00801/2019/GAB/CGU/AGU e do Despacho nº 00564/2019/DECOR/CGU/AGU).



Mais informações sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável podem ser obtidas no site <https://odsbrasil.gov.br/>, que apresenta os Indicadores Brasileiros, em iniciativa do IBGE.

As contratações públicas sustentáveis previstas nas Leis [nº 8.666, de 1993](#), e [nº 14.133, de 2021](#), tem relação com o ODS 12 – “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”, em sua meta nº 7, que é a de “promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.”

No Brasil, a promoção de práticas de contratações públicas sustentáveis vem sendo feita, gradativamente, mediante alterações na legislação (Ex.: [Lei nº 12.349, de 2010](#), que alterou o art. 3º da [Lei nº 8666, de 1993](#), e [Decreto nº 7.746, de 2012](#), que regulamentou o mesmo artigo).

Neste sentido, ressalte-se, por oportuno que, consoante voto do i. Min. Dias Toffoli na ADI 2946, houve o reconhecimento expresso de que antes mesmo da alteração trazida pela Lei nº 12.349/2010, as licitações sustentáveis já eram constitucionais e legais, uma vez que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado já se encontrava consagrado no art. 225 da Constituição muito antes da edição da Lei que introduziu no art. 3º da Lei nº 8.666/93 a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

### 3. CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. Sendo assim, as contratações públicas serão promovidas, em regra, por meio de licitação.

Licitação é, portanto, o procedimento administrativo formal utilizado no âmbito da Administração Pública que visa a escolher, entre os diversos interessados, aquele que apresentar a proposta mais vantajosa para a celebração de determinado contrato (fornecimento, serviços, obras), de acordo com critérios objetivos de julgamento previamente estabelecidos em edital.

**CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL**, por sua vez, é aquela que integra considerações socioambientais, culturais e de acessibilidade em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos.

Trata-se de uma expressão abrangente, uma vez que não está delimitada pelo procedimento licitatório em si, mas perpassa todas as fases da contratação pública, desde o planejamento, a elaboração do edital, fiscalização da execução contratual e gestão dos resíduos.

**A CONTRATAÇÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL DEVERÁ CONSIDERAR, NO MÍNIMO, OS SEGUINTE ASPECTOS:**

- questionamento inicial quanto à necessidade do consumo;
- redução do consumo;
- análise do ciclo de vida do produto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade econômica da oferta;
- estímulo para que os fornecedores assimilem a necessidade premente de oferecer ao mercado, cada vez mais, obras, produtos e serviços sustentáveis;
- fomento da inovação, tanto na criação de produtos com menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais;
- fomento a soluções mais sustentáveis, as quais foquem na função que se almeja com a contratação e que gerem menor custo e redução de resíduos;
- fomento à contratação pública compartilhada entre órgãos, por intenção de registro de preço (contratações compartilhadas sustentáveis)

**3.1. LEI Nº 14.133/2021 E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

A Lei Geral de Licitações e Contratos ([Lei nº 14.133, de 2021](#)) seguiu nessa mesma trilha e também definiu o desenvolvimento nacional sustentável como princípio a ser observado na aplicação da lei e reforça essa orientação dispondo que o incentivo à inovação e o desenvolvimento nacional sustentável são objetivos do processo licitatório. Ainda em reforço a essa diretriz, a [Lei nº 14.133, de 2021](#), dispõe que a alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos nela estabelecidos.

Em outros termos, podemos afirmar que a contratação sustentável não pode mais ser considerada como exceção no cotidiano da Administração Pública. Ao contrário, ainda que sua implantação esteja ocorrendo de uma maneira gradativa, a realização da contratação sustentável pela Administração Pública, na forma descrita nos parágrafos anteriores, deixou de ser medida excepcional para ser a regra geral.

Por outro lado, não se pode olvidar do dever de motivação do gestor. Todo ato administrativo deve ser motivado. Assim, a não adoção de critérios e práticas de sustentabilidade na contratação pública enseja a necessidade de motivação administrativa.

Se a contratação sustentável é a regra, em princípio, a não adoção dela passa a demandar do gestor uma motivação mais robusta.

Além disso, ressaltamos que, do mesmo modo em que se observa a inserção de critérios de sustentabilidade nas licitações, assim também devem ser observadas nas contratações diretas, sem licitação, nos casos de inexigibilidade e dispensa, bem como nos convênios e instrumentos congêneres.

Pondere-se, a se considerar as previsões acerca de integridade na Lei 14.133/21, que o combate à corrupção é uma externalidade que a contratação sustentável deve considerar e aperfeiçoar na operacionalização da nova lei.

### **3.2. REGIME DE TRANSIÇÃO: LEIS 8.666/93 e 14.133/21**

A Lei 14.133/2021 trouxe uma regra inovadora para a revogação dos regimes jurídicos licitatórios que serão substituídos. A novidade consiste na fixação de um período de transição para a substituição das leis que serão revogadas. De acordo com a redação original do art. 193, II, da nova Lei, a Lei 8.666/1993, a Lei 10.520/2002 e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/ 2011, somente seriam revogados após decorridos dois anos da sua publicação, ocorrida em 01/04/2021. Portanto, até 31/03/2023, haveria a vigência simultânea de ambos os regimes jurídicos de contratação.

A Medida Provisória 1.167, de 31 de março de 2023, no entanto, promoveu alterações na Lei 14.133/2021 para prorrogar o prazo de vigência da legislação pretérita sobre licitações e contratos públicos até 30/12/2023, além de estabelecer um prazo limite para a publicação dos editais fundados na legislação que será revogada. Tal sistemática foi corroborada pela [Lei Complementar 198](#), de 28 de junho de 2023, que deu nova redação ao inciso II do art. 193.

Ficou estabelecido que a opção administrativa acerca do regime licitatório deverá ser feita até o término do período de transição estendido até 30/12/2023, nos termos da redação conferida ao art. 191. Agora, a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta deverá ocorrer até 29/12/2023 e a opção pelo regime jurídico escolhido deverá constar expressamente no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.

Além de ter prorrogado o prazo de vigência da legislação pretérita, a nova redação dada aos arts. 191 e 193 da Lei 14.133/2021, definiu, objetivamente, um prazo limite para a conclusão do processo de contratação que permanecerá regido pela legislação que será revogada em 31/12/2023. Se não houver a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta, com opção expressa pela aplicação da Lei 8.666/1993, da Lei 10.520/2002 ou dos arts. 1º a 47-A Lei 12.462/2011, até 29/12/2023, todo o procedimento licitatório deverá ser refeito nos termos da Lei 14.133/1993, pois estará precluso o prazo para se utilizar a legislação pretérita.



## 4. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A [Constituição da República Federativa do Brasil](#) em vigor, promulgada em 05 de outubro de 1988, foi a primeira constituição brasileira a afirmar expressamente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

É indiscutível que a Constituição Federal conferiu tratamento especial aos direitos fundamentais. Para além de lhe creditar um título específico (Título II), que, inclusive, ostenta primazia topográfica em relação a outros temas estruturantes da Federação (organização do Estado, organização dos poderes, defesa, tributação, etc.), a Constituição contempla uma série de enunciados normativos esparsos que consagram direitos e garantias fundamentais os mais diversos.

O ["caput" do art. 225](#) é norma central para a compreensão inicial do tema, razão pela qual segue transcrito:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O enunciado acima transcrito é expresso ao consignar: (i) que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito subjetivo ("Todos têm direito"); (ii) que o meio ambiente é um bem jurídico da categoria "de uso comum do povo"; (iii) que o meio ambiente é dotado de fundamentalidade material, na medida em que serve de base para o exercício de outros direitos, nomeadamente a vida ("essencial à sadia qualidade de vida"); (iv) que a tutela e preservação ao meio ambiente são deveres do Poder Público e da coletividade; (v) que o meio ambiente é um direito titularizado pelas presentes e futuras gerações.

Destarte, não restam dúvidas de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental, que ostenta fundamentalidade<sup>1</sup>, nas perspectivas tanto material - pois, segundo Ingo Sarlet, “dizem com o reconhecimento e proteção de certos valores, bens jurídicos e reivindicações” (SARLET, Ingo Wolfgang Sarlet. Os direitos fundamentais sociais na Constituição de 1988. Revista Diálogo Jurídico – Ano I – Vol. I – Nº 1º, abril de 2001, Salvador, Bahia. p. 11.) - quanto formal - visto que positivado por nossa ordem constitucional - que é subjetivamente exigível pelo povo e cuja tutela compete ao Poder Público e à coletividade, em favor das presentes e futuras gerações.

Nas palavras de Frederico Amado, “o bem ambiental é autônomo, imaterial e de natureza difusa, transcendendo à tradicional classificação dos bens em públicos (das pessoas jurídicas de direito público) e privados, pois toda a coletividade é titular desse direito (bem de uso comum do povo)” (AMADO, F. Direito Ambiental Esquematizado. 3ª ed. São Paulo: Método, 2012, p. 24). No mesmo sentido, pronunciou-se o Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: [...] O direito à integridade do meio ambiente – típico direito de terceira geração – constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social. Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais – realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades

---

<sup>1</sup> SARLET. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional, pp. 74-75.

positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade. ([MS 22.164, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, j. 30-10-1995, P, DJ de 17-11-1995](#)).

Assim, a ordem constitucional brasileira incorpora, no pós Conferência de Estocolmo, a proteção ambiental eficaz como meta a ser perseguida pelo Poder Público. Inaugura, pois, um modelo de Estado que Canotilho nomina de “Estado constitucional ecológico”, comprometido que é, interna e mundialmente, com a proteção ambiental e com o desenvolvimento sustentável (CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estado constitucional ecológico e democracia sustentada. In: GRAU, Eros Roberto; CUNHA, Sérgio Sérulo (coord.). Estudos de Direito Constitucional em homenagem a José Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros; 2003, p. 101 e ss.)

Deveras, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito subjetivamente exercitável perante o Estado, a quem cabe prover-lhe tutela efetiva. Por outro lado, convém enfatizar a não menos importante dimensão objetiva do direito fundamental ao meio ambiente. Quer esta significar que os direitos fundamentais participam da essência do Estado de Direito Democrático, operando como limite do poder e como diretriz para sua ação.

Com efeito, os Poderes constituídos devem pautar sua atuação tendo em vista os valores consubstanciados pelos direitos fundamentais. Logo, a promoção e preservação de tais direitos objetivamente considerados (inclusive e especialmente, o meio ambiente), de um lado, impõem ao Estado deveres de proteção suficiente e, por outro, legitimam restrições a direitos subjetivos individuais.

Outrossim, cumpre frisar que Constituição não outorga proteção ao meio ambiente tão somente no âmbito da “Ordem Social”. Muito ao revés, mesmo quando cuida da “Ordem Econômica e Financeira” (Título VII), o texto constitucional dedica atenção especial ao meio ambiente.

Entre os princípios informadores da ordem econômica (em sentido deontológico (GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica). São Paulo, Malheiros Editores. 2012. p. 66), insere-se a “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” ([art. 170, VI, da Constituição](#)). Quando dispõe sobre a atividade garimpeira, a Constituição realça a necessidade de proteção ambiental ([art. 174, § 3º](#)). Quando versa a função social da propriedade rural, elenca a preservação do meio ambiente como requisito necessário a seu cumprimento ([art. 186, II](#)). Ademais, o fim declarado da ordem econômica é assegurar a todos existência digna ([art. 170, caput](#)), que naturalmente supõe um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Portanto, tais disposições demonstram que a preservação ambiental subjaz todas as relações econômicas travadas no país (fabricação, prestação, comercialização, regulação de bens e serviço etc.). Revelam, ainda, o claro intento do constituinte de buscar, garantir e promover o desenvolvimento nacional sustentável ([arts. 1º, III e IV, 3º, 170, 225, Constituição](#)).

A partir destes comandos, editou-se caudalosa legislação ambiental e estruturou-se o sistema nacional do meio ambiente, incumbido de realizar diversificadas políticas públicas, tendo em vista a necessidade de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado.

No que diz respeito especificamente às contratações sustentáveis, destaca-se a força vinculante das normas produzidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Com efeito, além da Constituição Federal, de leis e decretos, existem diversas normas cogentes emanadas das entidades acima citadas. Essas normas tratam da segurança para o usuário de produtos e serviços, assim como tratam de exigências de critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, na prestação de serviços e na execução de obras.

**O Enunciado nº 11 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (4ª Edição), determina:**

As licitações e contratações sustentáveis constituem política pública relevante para a Administração, cabendo aos Órgãos Consultivos, mediante suas práticas e manifestações nos processos submetidos a seu exame, fomentar e sedimentar a sua instrumentalização para a construção de um meio ambiente sustentável.

Ao lado dos fundamentos jurídicos gerais, acima sugeridos, deverão ser utilizados outros instrumentos normativos originários de diversificados órgãos públicos (Ibama, CONAMA, Inmetro e outros), de acordo com o objeto licitado.

Para consulta à legislação ambiental, sugerimos verificar o Painel de Legislação Ambiental, na página do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no endereço: [Painel Legislação](#)

O Painel de Legislação Ambiental abrange leis, medidas provisórias, e diversos atos normativos, tais como decretos, portarias, instruções normativas, relacionados à temática Meio Ambiente.



#### **4.1. PARECER 01/2021/CNA/CGU/AGU: OBRIGATORIEDADE DA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE**

O PARECER n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU foi elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade com o objetivo de orientar a atuação consultiva no que toca à adoção de critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade em todas as fases das contratações públicas.

Consta de sua ementa:

I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

O parecer foi aprovado pelo Diretor do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos (DESPACHO n. 00334/2021/DECOR/CGU/AGU) e pelo Subconsultor-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU).

Em acréscimo, de acordo com o art. 18 da Portaria CGU nº 3, de 2019:

Art. 18. As manifestações jurídicas, as orientações normativas, os manuais, os enunciados, os atos normativos, os modelos e listas de verificação e demais trabalhos elaborados pelas Câmaras Nacionais, quando aprovados pelo órgão supervisor e pelo Consultor-Geral da União, devem ser observadas pela CGU e seus órgãos de execução.

Para ampla divulgação, o inteiro teor do PARECER n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU, DESPACHO 00002/2021/CNS/CGU/AGU, DESPACHO 00334/2021/DECOR/CGU/AGU e DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU constam como [Anexos](#) ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

## 4.2. TRATAMENTO JURÍDICO DA SUSTENTABILIDADE NA LEI 14.133/2021

A [Lei nº 14.133/21](#) demonstra a preocupação do legislador com o impacto das contratações promovidas pela Administração Pública. Em razão disso, observa-se um aprimoramento no tratamento dos aspectos relacionados à sustentabilidade.

O tema vem regulado em diversos artigos esparsos, tendo havido bastante destaque principalmente quanto à dimensão ambiental. Confira-se, dentre outros, os dispositivos abaixo:

- [Art. 5º](#): ratifica o desenvolvimento nacional sustentável como princípio nas licitações e contratações públicas;
- [Art. 6º](#), incisos XII, XVIII, alínea "h", XXIII, alínea "c", XXIV, alínea "e", XXV e XXV, alínea "a" que incorporam o tema em diversas conceituações essenciais;
- [Art. 11](#), inciso IV e parágrafo único impondo o desenvolvimento nacional sustentável como finalidade a ser buscada;
- [Art. 18](#), §1º, inciso XII, que, já na fase preparatória, estabelece a necessidade de avaliação prévia dos aspectos de sustentabilidade ali relacionados;

- [Art. 25](#), §5º, inciso I e §6º e 115, §4º, que tratam do licenciamento ambiental;
- [Art. 26](#), inciso II, que admite o estabelecimento de margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- [Art. 34](#), §1º, que permite a inclusão de custos decorrentes dos impactos ambientais na precificação do objeto, sempre que objetivamente mensuráveis, embora isso ainda precise ser regulamentado;
- [Art. 42](#), inciso III, que inclui a avaliação do aspecto ambiental na comprovação da qualidade e conformidade do produto ofertado;
- [Art. 45](#), incisos I a VI, contendo um rol amplo de requisitos de sustentabilidade a serem observados nas contratações de obras e serviços de engenharia;
- [Art. 74](#), inciso III, alínea "h", que estabelece a inexigibilidade de licitação para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com interessados que realizem "controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente".;
- [Art. 75](#), inciso III, alínea "j" que assegura a dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas catadores de materiais recicláveis;
- [Art. 75](#), inciso XVII, que assegura a dispensa de licitação para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos;
- [Art. 92](#), XVII, e [116](#), dando efetividade a políticas públicas de inclusão social;
- [Art. 124](#), §2º e [137](#), inciso VI e §2º, inciso V, que permitem o reequilíbrio do contrato devido ao atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental por circunstâncias alheias ao contratado bem como a extinção contratual;

- [Art. 144](#), caput, contendo incentivos à competitividade mediante o estabelecimento de remuneração variável com base em critérios de sustentabilidade ambiental vinculada ao desempenho do contratado;

- [Art. 147](#), incisos II e III, que condicionam a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato à avaliação, entre outros motivos, de aspectos de sustentabilidade socioambiental;

- [Art. 178](#) que introduz crime específico de Omissão grave de dado ou de informação por projetista, por meio do Art. 337-O no qual seu §1º resta assim qualificado: “Consideram-se condição de contorno as informações e os levantamentos suficientes e necessários para a definição da solução de projeto e dos respectivos preços pelo licitante, incluídos sondagens, topografia, estudos de demanda, condições ambientais e demais elementos ambientais impactantes, considerados requisitos mínimos ou obrigatórios em normas técnicas que orientam a elaboração de projetos.”

## 5. PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (PASSO A PASSO)

### REGRAS GERAIS

|                  |   |
|------------------|---|
| <b>1º PASSO:</b> | Necessidade da contratação e a possibilidade de reuso/redimensionamento ou aquisição pelo processo de desfazimento; |
| <b>2º PASSO:</b> | Planejamento da contratação com parâmetros de sustentabilidade;   |
| <b>3ºPASSO:</b>  | Análise do equilíbrio entre os princípios licitatórios da isonomia, da vantajosidade e da sustentabilidade;         |
| <b>4º PASSO:</b> | Gestão e fiscalização do contrato, bem como gestão de resíduos;   |

### 5.1. 1º PASSO: Necessidade da Contratação e a Possibilidade de Reuso/Redimensionamento ou Aquisição pelo Processo de Desfazimento

**Verificar a necessidade de contratar/adquirir;**

**Possibilidade de reutilizar bem ou redimensionar serviço já existente;**

**Possibilidade de adquirir bem proveniente do desfazimento;**

O gestor público deve ser bastante criterioso e cauteloso acerca da necessidade de contratação ou aquisição de novos bens ou serviços.

Ainda assim, mesmo diante da necessidade de um bem ou serviço, o gestor deve analisar com cuidado a possibilidade de reuso dos seus bens ou redimensionamento dos serviços já existentes.



Esta ordem de prioridade está em conformidade com o disposto no [art.9º da Lei nº 12.305/2010](#) (Política Nacional de Resíduos Sólidos):

Art. 9º. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: **não geração, redução, reutilização**, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição ambientalmente adequada dos rejeitos.

Além disso, existe a possibilidade de adquirir bens provenientes de outro órgão público pelo processo de **desfazimento**, em conformidade especialmente com o [Decreto nº 9.373, de 2018](#) (Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal) e a [Lei nº 12.305, de 2010](#).

Recomendamos, por fim, consulta prévia à página governamental do [Doações](#) que substituiu o Reuse, mantendo o mesmo propósito de desburocratizar e garantir a transparência aos processos de incorporação e transferência de patrimônio da União, desenvolvida pelo Ministério da Economia, que oferta bens móveis e serviços para a administração pública, disponibilizados pelos próprios órgãos de governo ou oferecidos por particulares de forma não onerosa, otimizando a gestão do recurso público com consumo consciente e sustentável.

## 5.2. 2º PASSO: Planejamento da Contratação com Parâmetros de Sustentabilidade

- a) **Escolher e inserir no instrumento convocatório critérios e práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto contratado com objetividade e clareza;**
- b) **Verificar a possibilidade de comprovação desses parâmetros e a sua disponibilidade no mercado**

Após constatada a necessidade de contratar, o gestor público irá escolher o objeto (bem, serviço ou obra) a ser contratado.

Neste momento da escolha do objeto a ser contratado se dá a inserção de critérios de sustentabilidade nas especificações dos bens, serviços ou obras, no estudo técnico preliminar, no termo de referência/projeto básico, no projeto executivo, no anteprojeto e/ou na minuta do contrato (especificação técnica do objeto e/ou obrigação da contratada). No edital os critérios de sustentabilidade podem ser exigidos como requisito de aceitabilidade da proposta ou como requisito de habilitação.

**Atente-se que as exigências de sustentabilidade não devem ser genéricas. Deve-se evitar a transcrição literal e automática das previsões legais ou normativas, sem efetuar o exame da incidência real e efetiva delas na contratação em apreço. Os critérios de sustentabilidade devem ser objetivamente exigidos, para que possam ser objetivamente comprovados.**

Esta inclusão de critérios de sustentabilidade deve ser feita de **modo claro e objetivo**. Portanto, não é permitido incluir critérios genéricos de sustentabilidade ou exigir declarações abstratas de cumprimento indistinto da legislação pertinente.

O estabelecimento de requisitos de sustentabilidade precisos, além de viabilizar sua exigibilidade pelo pregoeiro/comissão de licitação ou pela fiscalização/gestão do contrato, também permitem sua comprovação concreta pelas licitantes.

Cumpra observar o que o mercado pode ofertar e as **possibilidades de comprovação e verificação** dos critérios inseridos pelo órgão público, através de **certificações, documentos comprobatórios, amostra, laudos técnicos, etc.**

Essas exigências devem ser respaldadas em justificativa fundamentada, ressaltando-se que não podem comprometer a competitividade do certame e devem ser vistas com cautela, no caso de imposição de custos.

Destaque-se que, em licitações com critério de julgamento do tipo **melhor técnica ou técnica e preço**, os critérios de sustentabilidade poderão ser considerados na avaliação e classificação das propostas técnicas.

A avaliação do objeto contratual engloba a pesquisa de boas práticas na especificação técnica de bens e serviços, como a consulta aos Cadernos de Logística, Catálogo de Materiais e de Serviços dos Sistemas de Compras dos Governos. Em âmbito Federal existe o CATMAT e o CATSER sustentáveis.

Promovendo-se compras compartilhadas, além de poder aproveitar a expertise de órgãos ou entidades que se encontram mais avançados em termos de contratações públicas sustentáveis, ganha-se em escala, reduzindo o preço dos bens e serviços com critérios de sustentabilidade. A expertise de uma entidade passa para a outra e assim por diante. Sem dúvida que isso acelera o processo de incremento da aplicação dos critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações do Setor Público. Para tanto, pode-se usar o Sistema de Registro de Preços, que vem prestigiando a Intenção de Registro de Preços (IRP), para angariar cada vez mais órgãos e entidades participantes, em detrimento dos caronas.

Com efeito, o planejamento da contratação é o momento em que os critérios e práticas de sustentabilidade devem ser considerados, através da inclusão das contratações sustentáveis no contexto mais amplo da gestão estratégica e da pesquisa de inovações em serviços, bens e obras.

## DIRETRIZES PARA ELABORAR OS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Os estudos técnicos preliminares irão delimitar toda a contratação. A efetividade do planejamento da contratação depende da análise da necessidade, formas de contratar, dos riscos envolvidos e das medidas que devem ser adotadas para sua viabilidade, sendo relevante que sejam previstos os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto contratual, o alinhamento com o Plano de Logística Sustentável - PLS do próprio órgão e o Plano de Contratações Anual, a eventual existência de impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

A Lei nº 14.133/2021 assim define o estudo técnico preliminar: “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”

A IN SEGES/ME nº 58/2022 regulamentou a Lei 14.133/2021 para dispor sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Até o final de 2023, caso o órgão faça a opção por contratar conforme a Lei nº 8.666/1993, que teve sua vigência estendida até 30 de dezembro de 2023, deverá utilizar a IN/ME nº 40/2020.

No art. 9º da IN/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022 estão previstos os elementos que devem constar dos Estudos Técnicos Preliminares, dentre os quais destacam-se **os incisos II e XII** que abrangem o tema da sustentabilidade.

INCISO II - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, OBSERVADAS AS LEIS OU REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS, BEM COMO PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO (Art. 9º da IN 58/2022)

## GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA AGU

É necessário que nos estudos técnicos preliminares, que irão delimitar toda a contratação, sejam previstos os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto contratual.

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU se revela como instrumento muito útil para a pesquisa de critérios de sustentabilidade e que pode auxiliar no planejamento da contratação.

Assim, a primeira providência seria a consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, para verificar se o objeto contratual está previsto entre aqueles que constam da parte específica do Guia.

Identificado o objeto e os respectivos critérios de sustentabilidade no Guia Nacional, cabe a menção nos estudos preliminares do que irá constar nas minutas.

**Deve-se ter em mente que o Guia não prevê todas as situações, nem poderia, tendo em vista que são muito amplas as possibilidades de contratação, nem é possível prever todas as necessidades da Administração, portanto, quando um tema não constar do Guia caberá ao órgão contratante fazer pesquisa em busca de legislação específica sobre o objeto da contratação, bem como verificar a existência de bens e serviços com critérios de sustentabilidade no mercado**



Os requisitos técnicos, que comumente são previstos em Leis, Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, Portarias e normas da ANVISA, do INMETRO, do Ibama, do CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e outros órgãos se constituem em critérios de sustentabilidade. Os critérios de sustentabilidade devem ser estabelecidos com base em previsão normativa específica nas minutas.

Assim, caso o objeto contratual não se encontre no Guia Nacional, a pesquisa sobre o tema é a providência a ser tomada. Deve ser esclarecido que parte do objeto contratado pode constar do Guia, cabendo a pesquisa para o que não for previsto.

Uma boa fonte de pesquisa é o Painel de Legislação Ambiental, na página do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no endereço: [Painel de Legislação Ambiental](#)

Caso seja encontrada legislação sobre o tema não previsto no Guia o órgão poderá formular critério de sustentabilidade com base no dispositivo legal que se aplique ao objeto da contratação, de forma específica, com a inserção nas minutas, evitando-se a elaboração de critério de sustentabilidade de forma genérica, apenas citando a legislação porventura incidente. Nos estudos preliminares basta indicar o que será previsto nas minutas.

Se a Administração entender que os bens objeto da contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

Quanto a padrões mínimos de qualidade e desempenho nas aquisições, a finalidade é evitar uma caracterização excessiva e muito pormenorizada do material de modo a evitar que seja direcionada a compra para determinados fabricantes/marcas, causando restrição na competitividade do certame. O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos serviços, na sua especificação, evitando-se que haja direcionamento.

## PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS

O Plano de Logística Sustentável é uma ferramenta de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos nos processos administrativos. O compromisso com a sustentabilidade melhora a qualidade do gasto público, combate o desperdício e promove a redução de consumo.

A Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, um dos atos normativos que regulamentam a Lei nº 14.133/2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e no seu art. 8º, § 1º estabelece que o Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS deverá nortear a elaboração do Plano de Contratações Anual, dos estudos técnicos preliminares e dos anteprojetos, dos projetos básicos ou dos termos de referência de cada contratação.

Destaca-se que o Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) está em fase de elaboração e irá estabelecer o modelo de referência para elaborar e implementar o PLS.

Portanto, é fundamental que o órgão no planejamento de suas contratações esteja alinhado com o seu próprio Plano de Gestão de Logística Sustentável, caso não tenha PLS, deve providenciar a sua elaboração.

Há necessidade de se indicar nos ETP que a contratação está alinhada ao Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS do órgão e com o Plano de Contratações Anual.

INCISO XII – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO. (Art. 7º da IN 40/2020)

XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (Art. 9º da IN 58/2022)

Em relação a este inciso cabe a verificação dos impactos ambientais da contratação e das medidas de tratamento para estes impactos, caso existentes.

### **IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

Impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras são fatores que apresentam significativa importância no planejamento de uma contratação.

Havendo impactos ambientais podem existir medidas de tratamento no sentido de mitigar ou reparar os impactos negativos. No planejamento da contratação esta questão pode ser avaliada com antecedência, de modo a visualizar medidas que possam, também, ter caráter preventivo.

Por outro ângulo, quando se pensa em impactos ambientais sempre vem à mente os impactos negativos ou adversos. Podem existir impactos ambientais positivos ou benéficos numa contratação.

Assim, ao elaborar os estudos técnicos preliminares, no planejamento da contratação, torna-se possível declarar os benefícios diretos e indiretos que o órgão ou entidade almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (por exemplo, diminuição do consumo de papel ou de energia elétrica), bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

### **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

No tocante ao licenciamento ambiental, instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/1981, artigos 9º, VI e 10) como boa prática de gestão administrativa é fundamental que, nos casos em que exigido, o órgão assessorado diligencie previamente perante os órgãos competentes para análise do tempo estimado para sua obtenção.

A “prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA” e “celeridade” que constaram do artigo 25, 2º, da Lei 14.133/2021 não implicam em adoção de medidas que resultem em prejuízos ao dever de preservação ambiental, devendo ser observados todos os regramentos específicos para o licenciamento ambiental.

Registre-se que sempre que a responsabilidade pelo licenciamento for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital (art. 115, 4º, Lei 14.133/2021)

Nas hipóteses nas quais a responsabilidade pelo licenciamento for da contratada, o órgão assessorado deverá considerá-lo no estudo técnico preliminar, na avaliação de riscos e estabelecer um cronograma físico-financeiro compatível, a fim de que seja inserido prazo adequado, evitando-se atrasos na execução contratual e futuras necessidades de prorrogação.

Os impactos ambientais podem ser negativos, exigindo maior cuidado, medidas de mitigação ou de prevenção. Quando positivos, são benéficos para a contratação pretendida. Portanto, cabe ao órgão licitante informar sobre os impactos ambientais nos estudos preliminares, bem como sobre medidas de tratamento, caso aplicáveis.

Um ponto que sempre deve ser abordado nos Estudos Técnicos Preliminares é a necessidade de licenciamento ambiental. Nos ETP deve ser indicado se haverá ou não tal exigência na contratação. Vide [Lei nº 6938, de 1981](#) e para maior aprofundamento no tema verificar as Resoluções do CONAMA vigentes e atualizadas sobre o assunto.

## LOGÍSTICA REVERSA

A Logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, pelos seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos.

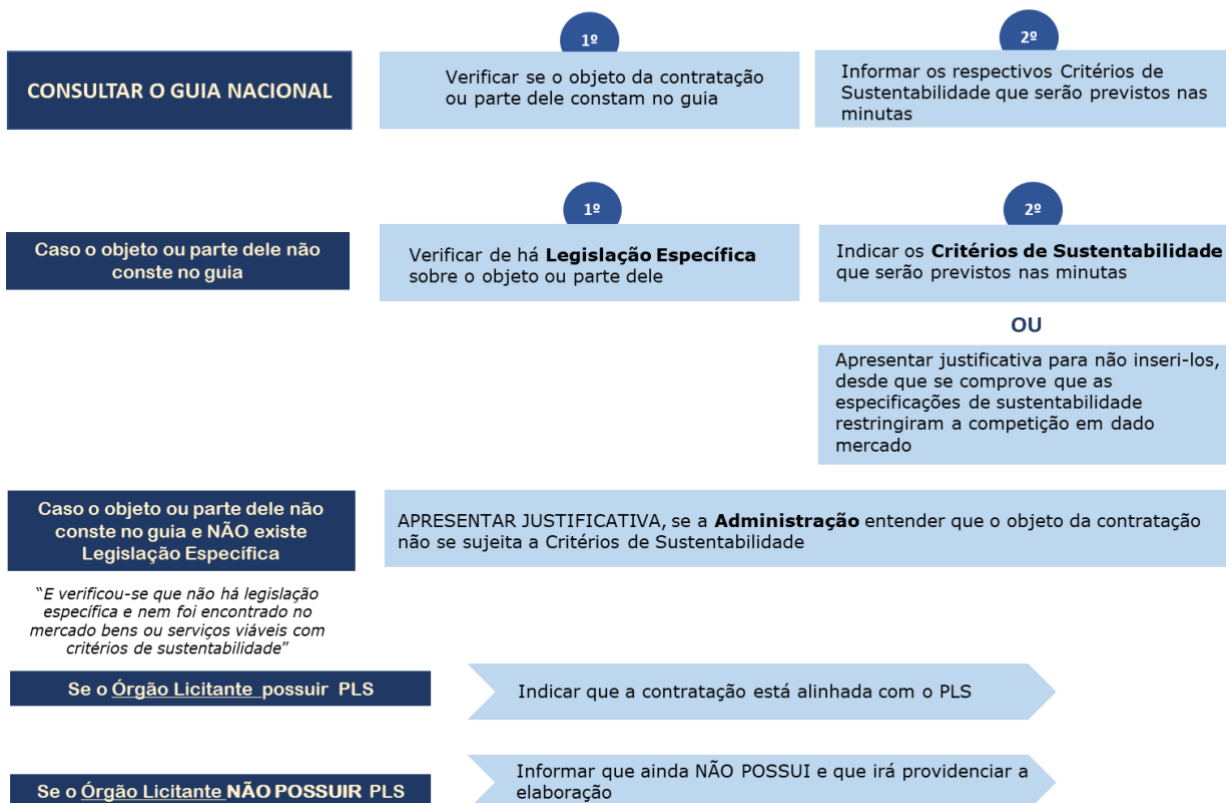
Como primeira cautela, o órgão deve verificar se, para aquele produto ou embalagem, já existe regulamentação editada pelo Poder Público – seja na esfera federal, estadual ou municipal –, ou acordo setorial ou termo de compromisso celebrado pelo Poder Público com o setor produtivo.

Sobre logística reversa, consultar o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos ([SINIR](#)), plataforma digital com o objetivo de coletar, armazenar, organizar e disponibilizar informações sobre a geração, destinação, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos.

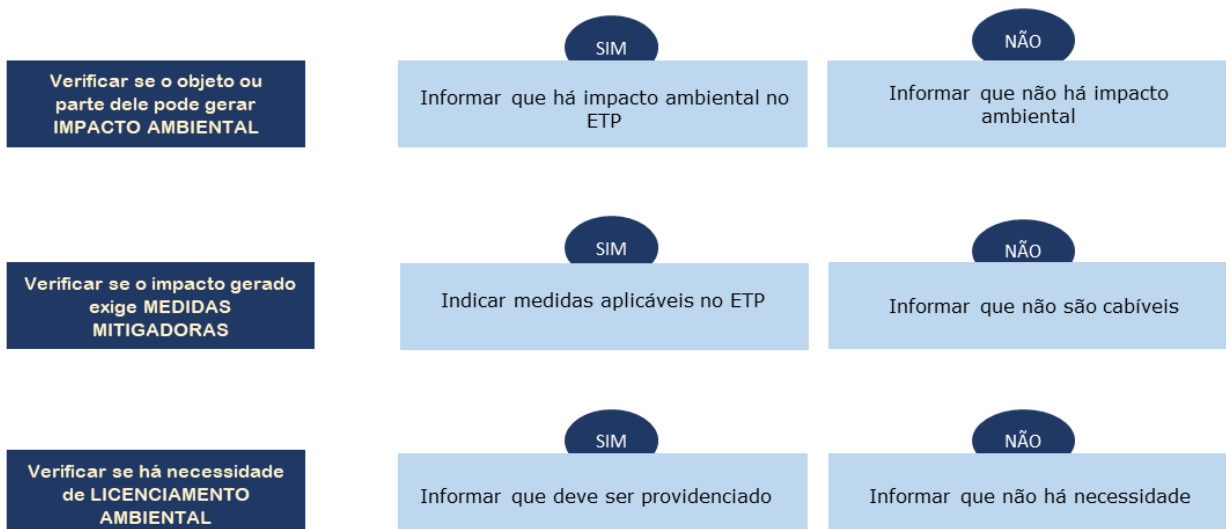


## 5.2.1 COMO SE MANIFESTAR NO ETP DE ACORDO COM OS INCISOS II E XII DO ART. 9º DA IN/ME Nº 58/2022

### INCISO II



### INCISO XII



### 5.3. 3º PASSO: Análise do Equilíbrio entre os Princípios Licitatórios da Isonomia, da Vantajosidade e da Sustentabilidade

O gestor público deve buscar o equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: **desenvolvimento nacional sustentável**, **economicidade** e **competitividade**.



Fonte: [Manual Implementando Licitações Sustentáveis na Administração Pública Federal. PARTE II, Marcos Bliacheris. Cadernos da Consultoria-Geral da União](#)

(..) faz-se necessário o equilíbrio, não podendo a Administração se descuidar da competitividade e economicidade, buscando, sempre que possível o equilíbrio destas com a redução de impacto ambiental e benefícios sociais desejados.

A melhor proposta não é simplesmente a de menor preço, mas é aquela que melhor atende ao interesse público, considerando-se inclusive seus aspectos ambientais.

(Fonte: [Manual Implementando Licitações Sustentáveis na Administração Pública Federal. PARTE II, Marcos Bliacheris. Cadernos da Consultoria-Geral da União](#))

É o que se chama de “melhor preço”, que será proposta de menor preço que atende as especificações com critérios de sustentabilidade (conforme o 2º passo). A ideia do melhor preço foi positivada no [art. 23, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021](#). Esse dispositivo orienta que “O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto”. Complementa dizendo ainda que, no processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no **melhor preço** aferido por meio da utilização dos parâmetros previstos na lei, adotados de forma combinada ou não.

Tem-se então o equilíbrio entre a economicidade e a redução do impacto ambiental.

Quanto ao equilíbrio entre a competitividade e a redução do impacto ambiental, de maneira geral é reconhecido que, caso existam três fornecedores diferentes, a competitividade está preservada.

Entretanto, a **sustentabilidade pode, de modo justificado, se sobrepor aos outros princípios**, tanto a economicidade, quanto a competitividade. Ressalte-se que, nesses casos, a **justificativa do gestor é necessária**. Ele pode, por exemplo, optar por um produto mais caro do que o similar, fazendo disso parte de uma medida de gestão mais ampla, que, no final, reduz o custo em outros produtos ou até no próprio produto em tese mais caro, em razão da economia gerada.

Nesse ponto, vale citar mais uma vez a [Lei nº 14.133, de 2021](#), que, ao dispor sobre os critérios de julgamento, determina que “O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará **o menor dispêndio** para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação” (art. 34). Logo em seguida a lei explica que “Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e **impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio**, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento” (§1º do art. 34).

A compra de um produto mais caro pode ainda, por exemplo, estar relacionada com o objetivo de fomento a novos mercados para produtos sustentáveis, fomento esse necessário à Administração em ações ligadas à sustentabilidade ou outras ações igualmente relevantes. É o uso das contratações públicas como instrumento de viabilização de políticas públicas.

#### **5.4. 4º PASSO: Sustentabilidade na Gestão e Fiscalização do Contrato, bem como Gestão de Resíduos**

Observados os passos anteriormente citados, é fundamental que o gestor público não descuide da sustentabilidade na execução dos contratos, do início ao fim de cada contratação, seja para aquisição de bens, prestação de serviços ou realização de obras públicas.

Vamos refletir: podemos considerar sustentável uma aquisição de papéis que estabeleça critérios sustentáveis na descrição do objeto, mas que o servidor responsável pela conferência do produto seja negligente? E se tudo funcionar bem no almoxarifado, o servidor atestar que os papéis entregues atendem os requisitos de sustentabilidade previstos no edital, mas houver desperdício no uso dos papéis por parte dos servidores da entidade ou órgão público? Podemos considerar que estamos diante de uma contratação sustentável?

A resposta correta é não. Por quê? Porque a sustentabilidade deve perpassar todos os passos da contratação: do início (planejamento) ao fim (uso, consumo, fiscalização e destinação ambientalmente adequados), e estes momentos não são estanques; eles estão interligados.

Alerta sobre recebimento do objeto, seja ele produto, serviço ou obra:

---

**É fundamental que a área responsável verifique, no momento do recebimento efetivo do objeto contratado, se ele cumpre todos os requisitos de sustentabilidade exigidos no Edital.**

---

A fiscalização é a atuação da Administração Pública, mais especificamente do fiscal do contrato, que visa a verificação do adequado cumprimento das obrigações pela empresa contratada. Trata-se de um poder dever imposto pelo art. 58, III, c/c art. 67, ambos da Lei nº 8.666, de 1993 e artigo 104, III, c/c artigo 117, ambos da Lei nº 14.133, de 2021.

A fiscalização deve ser proativa e fazer um acompanhamento pormenorizado do contrato, informando ao gestor sobre a sua fiel execução ou sobre eventuais irregularidades detectadas.



A fiscalização é um passo obrigatório em **qualquer contratação pública**.

Na contratação pública sustentável, além de obrigatório, é também fundamental.

Na prática, não existe outro meio para aferir se a empresa contratada está observando fielmente todas as especificações do objeto e cumprindo cada uma das cláusulas contratuais que contemplem os requisitos de sustentabilidade previamente exigidos no edital, seja no termo de referência/projeto básico, como especificação técnica do produto ou serviço, ou no contrato, como obrigação da contratada.

Nessa linha, desde o planejamento da contratação, deve-se dar preferência a critérios de sustentabilidade que sejam mais facilmente verificáveis, ou seja, passíveis de comprovar o seu cumprimento.

Finalmente, a gestão dos resíduos decorrentes da contratação pública também deve ser considerada desde a fase de planejamento, em atenção à [Lei nº 12.305, 2010](#), e normas específicas.

Caso seja detectada alguma irregularidade pelo fiscal do contrato, a empresa contratada deverá ser notificada para regularização da execução contratual, que, no caso, corresponde à observância dos requisitos de sustentabilidade, sob pena de abertura de procedimento administrativo punitivo, na forma da lei.

## 6. O CICLO DE VIDA: A SUSTENTABILIDADE NA AQUISIÇÃO DE BENS E PRODUTOS

Os quatro passos gerais acima descritos serão seguidos na aquisição de bens e produtos, com destaque para a análise do ciclo de vida do produto que deve ser inserida no segundo passo, no momento da escolha do critério de sustentabilidade.



Fonte: [Embrapa](#)

Através da análise do ciclo de vida verifica-se a inserção de critérios de sustentabilidade nos vários momentos do ciclo, com vistas à seleção do resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

Assim, para que seja possível definir a vantajosidade da contratação a partir da análise do ciclo de vida, deve ser considerada a vida útil do bem e todas as fases do processo produtivo, desde os materiais utilizados e o modo de produção, passando pela distribuição, embalagem, transporte, utilização, manutenção, produção de eventuais resíduos, até chegar na disposição final.

## 6.1. EXEMPLOS DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE EM CADA FASE DO CICLO DE VIDA:

### PRODUÇÃO

Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.

Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.

### DISTRIBUIÇÃO

Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.

### USO

Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental, produtos que geram menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.

## DESTINAÇÃO FINAL

Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso ou para remanufatura.

Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas acima, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

- I. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## 7. SERVIÇOS - ASPECTOS GERAIS ATINENTES À SUSTENTABILIDADE EM SERVIÇOS

Nos termos do [Decreto nº 7.746/12](#), a inserção da sustentabilidade em serviços contratados pela Administração Pública, tem como possibilidades:

- obrigação da contratada;
- especificação técnica do objeto (na descrição do serviço em si);
- requisito previsto em lei especial (Lei nº 8.666/1993, art. 30, IV e Lei nº 14.133/2021, art. 67, IV);

Acrescente-se ainda a hipótese de inserção da sustentabilidade em serviços na condição de requisito de habilitação jurídica. ([inciso V, do art. 28, da Lei nº 8.666, de 1993](#) e [art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Assim, no tocante à primeira hipótese, as previsões de sustentabilidade referem-se às condições em que prestado o serviço. As obrigações da contratada devem estar relacionadas ao objeto contratual e podem decorrer da **inserção de normas ambientais, sociais ou de acessibilidade, bem como de outras obrigações estabelecidas, motivadamente, pela Administração**, para a consecução do serviço.

Ao inserir a obrigação, o órgão deve atentar para que se preveja o correspondente mecanismo/rotina/ação de fiscalização.

Com relação à segunda possibilidade, de a sustentabilidade estar inserida na própria descrição do serviço a ser contratado, cita-se como exemplo a contratação de empresa de gerenciamento de resíduos sólidos por órgão público que, nos termos de legislação municipal, configure-se como grande gerador de resíduos.



Outra situação é a viabilidade de serem firmados termos de compromisso por órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, com associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis cadastradas no SINIR ou contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres com pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, para destinação ambiental dos resíduos recicláveis e/ou reutilizáveis ([Decreto nº 10.936/2022, artigos 39, § único, e 41](#)).

No que tange à terceira previsão, a de inserção da sustentabilidade como requisito de habilitação, essa é a hipótese que mais demanda atenção por parte do gestor, tendo em vista o tratamento rigoroso que a doutrina e a jurisprudência (judicial e administrativa) dão às exigências de habilitação.

Defende-se, com toda razão, que não se pode inventar requisito de habilitação que não esteja previsto nos [artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993](#), e [artigos 62 a 69 da nova Lei Geral de Licitações e Contratos, nº 14.133, de 2021](#).

Contudo, não é correta a afirmativa de que a relação de documentos dos supracitados artigos enumere um rol exaustivo.

Pelo menos dois dos dispositivos citados ([art. 28, V, segunda parte](#), e o [art. 30, IV da Lei nº 8.666, de 1993](#), bem como a parte final do [art. 66 e o art. 67, IV da Lei nº 14.133, de 2021](#)) dão abertura para inclusão de diversos documentos e comprovações, **desde que essas exigências sejam previstas em lei especial, tenham pertinência com a contratação a ser realizada e não frustrem desarrazoadamente a isonomia e o caráter competitivo do certame.**

Ou seja, não pode o edital inovar nos requisitos de habilitação, quando essa exigência não encontrar suporte em lei.

Assim, uma vez prevista em lei, é possível cobrar determinada exigência de sustentabilidade por meio dos dispositivos citados. Para um melhor entendimento, vale transcrever os referidos dispositivos:

Lei nº 8.666, de 1993

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

[...]

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, **e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.** (grifo nosso)

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa **e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.** (grifo nosso)

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...]

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

São exemplos concretos de requisitos de sustentabilidade para fins de habilitação a exigência de autorização do órgão ambiental competente para funcionamento de imunizadoras e prestadores de serviços de controle de pragas, bem como a necessidade de a empresa ter em seu quadro um responsável técnico para manusear agrotóxicos e afins.

## 7.1. SUSTENTABILIDADE EM QUAIS SERVIÇOS?

- 1) serviços em geral
- 2) serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão-de-obra
- 3) serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra

Em cada caso concreto, o órgão público deve verificar se o objeto a ser licitado comporta a inserção de aspectos de sustentabilidade.

Nas contratações de serviços, a Advocacia-Geral da União disponibiliza em seu site modelos de editais, no link: Modelos [de](#) Licitações [e Contratos – AGU](#).

## 8. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

### 8.1. A SUSTENTABILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A inserção da sustentabilidade em obras e serviços de engenharia configura-se em:

- 1) Aspectos técnicos constantes do projeto básico/termo de referência (aqui para serviços comuns de engenharia) ou do projeto executivo;
- 2) Observância da legislação e normas.

---

*Obras e serviços de engenharia geram resíduos e rejeitos e a fase de planejamento da contratação deve considerar: medidas para a minimizar sua geração e prever sua destinação ambiental adequada*

---



- **PREVENÇÃO DE RESÍDUOS** é pensar em não gerar resíduos, ou, pelo menos, em como reduzir a quantidade de resíduos que serão gerados.
- **GESTÃO DE RESÍDUOS** é o que fazer com os resíduos já existentes.

## COMPREENDENDO A PREVENÇÃO DE RESÍDUOS

A licitação sustentável deve associar-se à prevenção na geração de resíduos, procurando-se, na fase de planejamento contratual, reduzir a quantidade de resíduos que serão gerados.

Destaque-se que o [Plano Nacional de Resíduos Sólidos](#) (documento em anexo ao Decreto 11.043/22), estabelece como orientação:

**“4.3.2. REDUÇÃO DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS E REJEITOS ENCAMINHADOS PARA DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA.**

Diretriz 2A: Reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos e aumentar a reutilização de produtos

Estratégia 12: Incentivar a inserção de critérios ambientais nas licitações públicas, orientando, quando viável técnica e economicamente, a aquisição de produtos reutilizáveis.”

## COMPREENDENDO A GESTÃO DE RESÍDUOS

A gestão de resíduos de engenharia possui regramentos próprios, constantes dos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil, detalhado em tópico próprio.

A respeito do tema, sugere-se consulta a uma publicação do Senado denominada [“Projeto de edifícios públicos sustentáveis: uma abordagem cultural, econômica, ambiental e arquitetônica”](#) como subsídios técnicos (VIGGIANO, 2019).

## 8.2. A ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

### QUAIS AS RELAÇÕES ENTRE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE EM OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA?

As obras e serviços de engenharia deverão estar atentos aos requisitos de acessibilidade, possibilitando que todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, frequentem os espaços e prédios públicos e possam usar de forma segura e autônoma ou seus equipamentos e instalações.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece:

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.



#### EM SERVIÇOS PÚBLICOS:

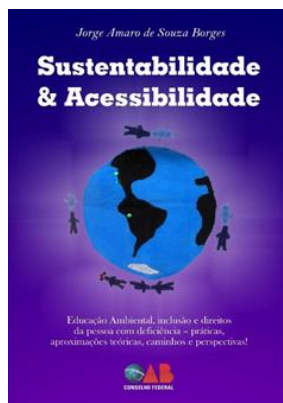
[Lei nº 10.048, de 2000](#)  
[Lei nº 10.436, de 2002](#)  
[Lei nº 11.126, de 2005](#)  
[Decreto nº 5.296, de 2004](#)  
[Decreto nº 5.904, de 2006](#)

#### ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS:

[CF](#)  
[Lei nº 13.146, de 2015](#)  
[Lei nº 10.098, de 2000](#)  
[Lei nº 8.160, de 1991](#)  
[Lei nº 7.405, de 1985](#)  
[Decreto nº 5.296, de 2004](#)  
[NBR 9.050, de 2004](#)



*Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo. fonte: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/>*



Livro Sustentabilidade & Acessibilidade – de Jorge Amaro de Souza Borges, disponível para download no site da OAB : [Sustentabilidade & Acessibilidade](https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=sustentabilidade)  
<https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=sustentabilidade>

#### PRINCÍPIOS DO DESENHO UNIVERSAL

- ▶ Igualitário
- ▶ Adaptável
- ▶ Óbvio
- ▶ Conhecido
- ▶ Seguro
- ▶ Sem esforço

Nesse sentido, reformas e construções públicas devem:

- Na fase de planejamento: observar os princípios do desenho universal, concebendo os ambientes de forma a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico.
- Observar os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos – NBR 9050/2004.

## 9. SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO<sup>2</sup>

“A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE considera o tema *sustentabilidade* como diretriz do desenvolvimento econômico e social, e assim, adotou a denominação de *Crescimento Verde* para esse assunto e definiu indicadores para a correlata avaliação.

A Declaração sobre Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável (Declaração OCDE/LEGAL/0320, que teve a adesão do Brasil em 28/6/2020) reafirmou o compromisso diretivo da OCDE na promoção do desenvolvimento sustentável “por meio da aplicação de ciência e tecnologia, fortalecendo as políticas e programas de inovação nacionais e melhorando as redes colaborativas globais existentes”.

Pela aludida declaração, os Estados aderentes se comprometem a adotar as medidas necessárias em seus ordenamentos jurídicos e práticas internas, assim como em atos internacionais, com o objetivo de fortalecer a produção de CT&I interna de forma alinhada e colaborativa com as práticas de CT&I internacionais, sempre focadas no desenvolvimento sustentável.

Destarte, tais medidas devem ser dirigidas, de um lado, às ações voltadas à educação cidadã e sensibilização do público sobre aspectos de segurança e preocupações éticas da aplicação científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável, e de outro lado, ao fortalecimento do ciclo de inovação e produção de conhecimento nos países em desenvolvimento e economias em transição, a fim de consolidar as práticas internas de CT&I, também, como ferramenta de desenvolvimento sustentável.

---

<sup>2</sup> Texto “Sustentabilidade e Inovação” redigido por *Carlos Freire Longato. Advogado da União, Coordenador da Câmara Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.*

A adesão do Brasil à Declaração nº 320 da OCDE representa um avanço relevante no plano da sustentabilidade porquanto direciona os compromissos anteriores assumidos junto à OCDE no campo da inovação com o desenvolvimento sustentável, a exemplo da Declaração de Daejeon sobre Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Era Global e Digital – (OCDE/LEGAL/0416, adotada pelo Brasil em 20/10/2015); Declaração sobre o fortalecimento das PMEs e o empreendedorismo para a produtividade e o crescimento inclusivo (OCDE/LEGAL/0439, adotada pelo Brasil em 22/02/2018); Declaração sobre Inovação no setor público (Declaração OCDE/LEGAL/0450, adotada pelo Brasil em 22/5/2019); Declaração Ministerial de Istambul sobre a Promoção do Crescimento de PMEs inovadoras e internacionalmente competitivas (OCDE/LEGAL/ 0328, adotada pelo Brasil em 04/06/2004); entre outros instrumentos normativos da OCDE que o Brasil tenha aderido.

**Sob a ótica do direito interno, o inciso IV do art. 11 da Lei nº 14.133/21, prescreve “o incentivo à inovação e o desenvolvimento nacional sustentável” como objetivo do processo licitatório.**

Portanto, é possível consignar que o nosso ordenamento jurídico vem se estruturando num processo de alinhamento normativo global que associa as práticas científicas, tecnológicas e de inovação como instrumentos de efetivação do desenvolvimento econômico e social sustentável. E nesse sentido o profissional do direito deve interpretar e aplicar a norma jurídica.”

## 10. A DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS<sup>3</sup>

“O [art. 2º, § 1º, do Decreto nº 10.024/2019](#) – que regulamenta o pregão eletrônico<sup>4</sup> – inovou ao expressamente inserir a perspectiva da *cultura* como uma das dimensões do princípio do desenvolvimento sustentável.

Nos termos da legislação em vigor ([art. 3º da lei 8.666/93](#) e [art. 5º da lei 14.133/21](#)), o desenvolvimento sustentável consiste em um dos objetivos a serem perseguidos pela contratação pública. Por conseguinte, tem-se um comando legal no sentido de que gestores públicos não se furtem em exercer um juízo de ponderação quanto à possibilidade, em concreto, de introdução de critérios de sustentabilidade também em sua vertente *cultural* nos processos de formação dos contratos públicos.

Vale registrar que, mesmo antes do advento da referida inovação normativa, a doutrina majoritária já entendia que a tutela do patrimônio histórico-cultural já estaria abrangida pela proteção genérica conferida pelo ordenamento jurídico ao meio-ambiente. Isso porque a expressão meio-ambiente (*lato sensu*) constituir-se-ia em macro conceito, o qual se subdividiria em quatro facetas, ou dimensões, interdependentes: meio-ambiente *natural*, meio-ambiente *laboral*, meio-ambiente *artificial* e meio-ambiente *cultural*.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Texto “A Dimensão Cultural da Sustentabilidade” redigido por Dr. Daniel Lin Santos. Advogado da União, integrante da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos.

<sup>4</sup> Obs da Câmara Nacional de Sustentabilidade para a edição 2023 do Guia: o Decreto 10.024/2019 aplica-se aos pregões eletrônicos sob fundamento da Lei 8.666/93, vigente em razão do regime de transição.

<sup>5</sup> FENSTERSEIFER, Tiago. *Direitos fundamentais e proteção do ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 164.

De todo modo, a partir da edição do Decreto nº 10.024/2019, esta questão tornou-se mais clara: ao lado das já conhecidas dimensões econômica, social e ambiental (*stricto sensu*), a preservação do patrimônio *cultural* brasileiro passa – agora do ponto de vista do direito positivado –, a fazer parte, também, da perspectiva da contratação pública como instrumento privilegiado de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Antes de prosseguirmos, é preciso compreender a abrangência da expressão “cultura” no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. Os artigos 215 e seguintes da Constituição da República fornecem uma direção nesse sentido. À luz dos referidos dispositivos constitucionais, tem-se classificado os bens que constituem o patrimônio cultural sob duas dimensões distintas:<sup>6</sup>

3) Dimensão material ou concreta: trata-se da parte estática do patrimônio cultural. Exemplos: construções, lugares, obras de arte, objetos e documentos de importância para a cultura;

4) Dimensão imaterial ou intangível: trata-se da parte dinâmica do patrimônio cultural. Exemplos: manifestações de folclore, música e dança; mitos; atividades, padrões, valores e criações que conferem um sentido de identidade social; respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais; preservação da memória etc.

---

<sup>6</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. pp. 1092-1094.

Portanto, à luz dos ditames constitucionais, qualquer procedimento licitatório ou contrato propriamente dito que, a par de satisfazer as necessidades da Administração Pública por bens, serviços e obras, tenham o condão de promover a difusão dos referidos valores (materiais e imateriais), pode ser considerada uma contratação pública que promove o desenvolvimento sustentável em sua dimensão *cultural*.

A título de exemplo, cite-se uma interessante experiência internacional que lançou mão da contratação pública como meio de promoção e preservação da dimensão material do patrimônio histórico-arqueológico da cidade de Roma/Itália. Referimo-nos a uma das mais modernas obras de infraestrutura que Roma já executou – a construção da terceira linha de sua rede de metrô (a “Linha C”). Através do projeto das “estações-museu” ou “estações arqueológicas”, a solução encontrada para a destinação e preservação das estruturas arqueológicas encontradas durante as escavações realizadas ao longo do traçado da nova linha do metrô foi sua musealização *in loco*. Usuários e transeuntes que ascendem às novas estações metropolitanas têm a oportunidade de admirar o patrimônio arqueológico como parte integrante do meio-ambiente urbanístico.<sup>7</sup>

O projeto é louvável e demonstra, no contexto da construção da nova linha do metrô de Roma, a preocupação estatal em lançar mão da contratação pública não somente para viabilizar mais uma opção de transporte coletivo, mas também como um instrumento de valorização do patrimônio histórico da cidade.

---

<sup>7</sup> SANTOS, D. L. *Romanities claiming sustainability: the challenge of preserving urban and archaeological environment in the context of public procurement process*. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 18, n. 40, p. 411-430, jan./apr. 2021. Available from: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1741>. Acesso em 06.05.2021.



No Brasil, o desafio está posto e a amplitude da matéria e das possibilidades que ela enseja é campo fértil para novas iniciativas e soluções inovadoras. A questão que se coloca é saber de que maneira inserir, no domínio das contratações públicas, essa concepção de cultura contida na Constituição Federal de 1988? Como fomentar de forma prática a promoção da dimensão cultural da sustentabilidade e, principalmente, encorajar a inserção de aspectos culturais em processos licitatórios com segurança jurídica e sem prejuízo dos tradicionais princípios da isonomia e da competitividade?

Em um país de dimensão continental, com uma infinidade de manifestações culturais, diversidade étnica e regional, a efetiva concretização da dimensão cultural da sustentabilidade nas contratações públicas demanda uma postura mais proativa de gestores públicos e também dos órgãos de consultoria e assessoramento jurídico. Aos primeiros, compete refletir e efetivamente ponderar sobre de que maneira podem viabilizar uma contratação que valorize, por exemplo, algum fornecedor ou bem jurídico que represente uma manifestação da dimensão cultural da sustentabilidade.

A seu turno, aos órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos compete, precipuamente, conferir os subsídios necessários para que a decisão do gestor em inserir critérios de sustentabilidade cultural em certames públicos não implique em fragilização dos demais princípios da contratação pública. Isso perpassa, primeiramente, pela disseminação da ideia da dimensão cultural do desenvolvimento sustentável entre os órgãos assessorados, bem como pelo trabalho de levantamento e categorização das normas que conferem legitimidade à aplicação do fator cultural da sustentabilidade nas contratações públicas. Tudo isso de modo a conferir suporte e balizas ao gestor público, fazendo com que a decisão de contratação que eventualmente leve em consideração algum aspecto da sustentabilidade cultural seja uma decisão devidamente motivada, juridicamente segura e que não restrinja indevidamente o caráter competitivo *do certame licitatório*."

## 10.1. PREVISÕES EXPRESSAS SOBRE A DIMENSÃO CULTURAL DA SUSTENTABILIDADE NA LEI 14.133/21

Apresentada a contextualização do tema da dimensão cultural da sustentabilidade, destacamos as previsões expressas constantes da Lei 14.133/21:

As obras e serviços de engenharia deverão respeitar as normas relativas à proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas (artigo 45, V).

Conforme artigo 76, parágrafo 3º, II, nas alienações, a Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel, admitida a dispensa de licitação, quando o uso destinar-se a pessoa natural que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, de ocupação mansa e pacífica e de exploração direta sobre área rural, observado o limite de que trata o parágrafo 1º do artigo 6º. da Lei 11.952/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

A dimensão cultural não se limita a estes dois artigos e, em outras situações, identificado que a contratação pública pode ter objeto condizente com o fomento à cultura, é viável e deve ser incentivada, enfatizando-se aqui a relevância da motivação administrativa.

## 11. A SUSTENTABILIDADE NOS CONVÊNIOS E DEMAIS PARCERIAS <sup>8</sup>

“Levando em consideração o importante papel exercido na atividade de assessoramento e consultoria jurídica pela Advocacia-Geral da União, conforme disposição expressa no [art. 1º da Lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993](#), tonar-se relevante considerar que o fomento na adoção de critérios e práticas de sustentabilidade pelos entes públicos deve ser diligenciado no âmbito das unidades de Consultoria jurídicas.

Para além disso, o [artigo 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), assentou como um dos princípios de observância obrigatória o desenvolvimento nacional sustentável, ainda, o artigo 11, em seus incisos I e IV estabeleceu como objetivos do processo licitatório assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto e ao incentivo a inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.

À vista do exposto, forçoso reconhecer que a adoção de critérios de sustentabilidade pela Administração Pública deve ser reconhecida como regra geral, já que a Constituição da República o definiu como dever da sociedade em seu artigo 225.

Pois bem, inserido no âmbito do macrossistema normativo federal vigente está o [Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007](#), que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, o qual regulamenta o [art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967](#), o [art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e o [art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#). A [Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016](#), instituiu normas para execução do estabelecido no decreto referido.

---

<sup>8</sup> Texto “A Sustentabilidade nos Convênios e demais parcerias” escrito pela Dra Michelle Marry Marques da Silva Advogada da União, ex-Coordenadora da Câmara Nacional de Convênios e Instrumentos Congêneres

No que concerne à temática relacionada aos instrumentos convencionais a [Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000](#), dispõem em seus artigos 25 e 26 sobre duas formas de transferência dos recursos do orçamento da União, quais sejam: para os entes da Federação e para o setor privado.

Nesse diapasão, o artigo 25 considerou que para os efeitos da Lei complementar precitada haverá transferência voluntária quando houver a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Portanto, a primeira conclusão que se chega é que para a Lei Complementar nº 101/2000 é considerada transferência voluntária aquela destinada a outro ente da Federação.

Dessa forma, o artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 tratando, especificamente, sobre a destinação de recursos para o setor privado esclarece que a “destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou défits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.”

Ademais, o parágrafo 1º do mesmo artigo suprarreferido na busca de dimensionar o âmbito de aplicação da disposição constante do **caput** informa que toda a Administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, devem obediência ao que determinou o **caput**, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

Logo, outra conclusão possível é que para ser feita transferência de recursos para o setor privado é necessário ter lei específica autorizando esse repasse, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Nessa lógica, foi publicada a [Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#), a qual trouxe previsão expressa no art. 84-A para que "A partir da vigência desta Lei, somente serão celebrados convênios nas hipóteses do parágrafo único do art. 84" sendo as seguintes hipóteses referidas:

**Art. 84. Não se aplica às parcerias regidas por esta Lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.**

Parágrafo único. São regidos pelo art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, convênios:

**I - entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;**

**II - decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º.**

Art. 3º Não se aplicam as exigências desta Lei:

IV – aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins

lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal ;  
(grifei e sublinhei)

Disso decorre que os convênios *estricto sensu* também são regidos pelo [art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) e celebrados entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas e no caso de entidades filantrópicas e sem fins lucrativos enquadradas no [§ 1º do art.199 da Constituição Federal](#) com repasse de recursos, portanto.

Em linhas gerais, no convênio *estrito sensu* há transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União tendo, de um lado, órgão ou entidade da Administração Pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos enquadradas no [§ 1º do art. 199 da Constituição Federal](#).

De acordo com o que já foi mencionado linhas acima no âmbito federal é a Portaria 424/2016 que estabelece as normas para execução das transferências voluntárias de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Referida norma regulamentar em seu art. 49 e art. 51 dispôs o seguinte:

**Art. 49. Os órgãos e entidades públicas que receberem recursos da União por meio dos instrumentos regulamentados por esta Portaria estão obrigados a observar as disposições contidas na Lei nº8.666, de 1993, na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002 e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros** (Alterado pela PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/CGU Nº 4.481, DE 23 DE MAIO DE 2022)<sup>9</sup>

**§ 1º Será obrigatório, para a aquisição de bens e serviços comuns pelos entes federativos, incluídos os serviços comuns de engenharia, o uso da modalidade pregão, na forma eletrônica e em conformidade com as normas editadas pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520, de 2002, e no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. (Alterado pela PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 414, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020)**

<sup>9</sup> art. 49: redação com atualização normativa efetuada pela Câmara Nacional de Sustentabilidade. A Portaria Interministerial ME/CGU n. 4.481/22 acrescentou a menção à Lei 14.133/21 no caput e alterou redações dos parágrafos 1o e 2o pela Portaria Interministerial 414/2020.



§ 2º A utilização da forma de pregão presencial será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente do conveniente, nas licitações de que trata o § 1º, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica. (Alterado pela PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 414, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020)

§ 3º As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas no SICONV.

§ 4º A comprovação do cumprimento dos §§ 1º e 2º do art.16 do Decreto nº 7.983, de 2013, será realizada mediante declaração do representante legal do órgão ou entidade responsável pela licitação, que deverá ser inserida no SICONV após a homologação da licitação.

**Art. 51. Nos instrumentos celebrados pela União com estados, Distrito Federal e municípios deverá ser observado o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e pelas normas estaduais, distritais ou municipais, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil.** (grifei e sublinhei)

Desse modo, forçoso reconhecer pela leitura das disposições precitadas que a norma federal obrigou expressamente que os órgãos e entidades públicas que receberem recursos da União por meio dos instrumentos regulamentados pela [Portaria nº 424/2016](#) observem as disposições contidas na [Lei nº 8.666, de 1993](#), Lei 14.133/21<sup>10</sup> na [Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002](#) e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros, o que resulta na utilização obrigatória por parte dos Estados e Municípios das normas federais utilizadas nas contratações públicas.

<sup>10</sup> Lei 14.133/21 acrescida pela CNS em face da nova redação ao artigo 49 pela Portaria Interministerial ME/CGU n. 4.481/22

Ainda, o [art. 49, § 1º da Portaria nº 424/2016](#) definiu que para aquisição de bens e serviços comuns é obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da [Lei nº 10.520, de 2002](#), e do vigente regulamento previsto no [Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019](#), que “regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

O Decreto sobredito em seu art. 1º, § 3º, também determinou que “para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.”

De fato, a implementação das políticas públicas hoje não deve depender apenas dos governos constituídos, mas, de toda a sociedade civil organizada funcionando, assim, como auxiliar do Estado na realização do interesse coletivo.

Sobre o tema, Maria Paula Dallari Bucci<sup>11</sup> bem pontuou que pensar em política pública é pensar na coordenação dos seguintes setores:

- 5) na atuação dos poderes executivos, legislativos e judiciário;
- 6) seja entre os níveis federativos;
- 7) seja no interior do governo (entre as suas pastas);
- 8) interação entre os organismos da sociedade civil e o Estado (Convênios, Consórcios etc).

---

<sup>11</sup> BUCCI, Maria Paula Dallari. Organizadora. *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-49.

Dessa forma, é imperioso concluir que as contratações públicas são meio para efetivação de políticas públicas através das transferências de recursos da União devendo obediência ao mandamento constitucional que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Portanto, para além da definição dos instrumentos convenientes *lato sensu* como sendo utilizados para execução de objetos que possuam interesse em comum, o que, em tese, os diferenciaria dos contratos, por serem esses entendidos pela doutrina clássica como acordos de interesses opostos não há como ser ignorado o fato de que também através dos convênios as práticas de sustentabilidade nas contratações públicas devem obrigatoriamente ser observadas, sendo considerado, então, importante vetor para sua disseminação.

Outrossim, importante, ainda, considerar que há autorização para criação de instrumentos diferentes dos convênios *estrito sensu* expressa no [artigo 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), nos seguintes termos:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

Verifica-se, então, que a utilização das expressões “no que couber” e “outros instrumentos congêneres” nos levam as seguintes conclusões possíveis: 1) podem existir outros instrumentos utilizados para repassar recursos ou não; 2) de acordo com o objeto que constar do instrumento hábil devem-se verificar as disposições que deverão ser aplicadas ou não, e; 3) para saber quais informações obrigatoriamente devem constar do ajuste a ser firmado é importante saber se vai existir transferência de recursos ou não.

Nessa toada, pode-se citar o acordo de cooperação técnica, que é o ajuste utilizado geralmente para viabilizar a cooperação entre entidades da Administração Pública para a consecução de um objetivo que congregue um interesse público e recíproco entre as partes.

Outro instrumento a ser tratado diz respeito ao acordo de cooperação, que foi definido no [art. 2º, VIII-A, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#), como sendo o "instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros."

Por último, tem-se o termo de execução descentralizada com previsão no [Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020](#), mais precisamente, no art. 2º, inciso I, que o estipulou como sendo "instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática".

Nesses termos, em contraposição aos ajustes supracitados, no caso do termo de execução descentralizada claro está que há transferência de recursos, sendo ajustado entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União para execução de programas, de projetos e de atividades previamente estabelecidas no plano de trabalho.

Ante o exposto, levando em conta que a sustentabilidade busca suprir necessidades não só da geração atual, como também, da futura de maneira que o sustento das mencionadas gerações seja garantido, conclui-se que independentemente se o instrumento a ser firmado pelo ente público irá realizar repasse ou não e, no caso desses últimos, importante considerar também que são utilizados para viabilizar a cooperação entre entidades da Administração Pública para a consecução de um objetivo que congregue interesse público, o qual deve ser considerado em sua acepção ampla, a inclusão dos critérios de sustentabilidade nos convênios e demais parcerias firmadas pelos entes públicos é medida salutar a ser amplamente difundida e utilizada por toda a Administração Pública.”

### **11.1. PREVISÕES EXPRESSAS SOBRE CONVÊNIOS NA LEI 14.133/21 E A PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU 33, DE 30 DE AGOSTO DE 2023**

Apresentada a contextualização do tema da sustentabilidade nos convênios e instrumentos congêneres, destacamos a previsão expressa constante da Lei 14.133/21:

Art. 184. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal.

Neste sentido, o princípio do desenvolvimento nacional sustentável deve ser observado nos convênios e outros instrumentos congêneres, certo que é também um objetivo a ser atingido.

O Decreto 11.531/23 regulamentou o artigo 184 da Lei 14.133/21 e dispôs sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.

Nos termos de seu artigo 13, a apresentação de um plano de sustentabilidade pelos proponentes é obrigatória previamente à celebração dos convênios ou contratos de repasse:

Art. 13. O proponente apresentará os seguintes documentos previamente à celebração dos convênios e dos contratos de repasse:

**I - para a execução de obras e serviços de engenharia:**

a) o anteprojeto, na hipótese de ser adotado o regime de contratação integrada, ou o projeto básico, para os demais regimes de contratação;

b) a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ressalvadas as hipóteses em que a responsabilidade pela desapropriação seja delegada ao contratado, nos termos do disposto no inciso II do [§ 5º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);

**c) a comprovação da instauração de procedimento de licenciamento ambiental, o comprovante de dispensa do licenciamento ambiental ou a declaração de que a responsabilidade pela obtenção do licenciamento ambiental será delegada ao contratado, nos termos do disposto no inciso I do § [5º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e**

**d) o plano de sustentabilidade;**

**II - para a execução dos demais objetos:**

a) o termo de referência;

**b) a comprovação da instauração de procedimento de licenciamento ambiental, o comprovante de dispensa do licenciamento ambiental ou a declaração de que a responsabilidade pela obtenção do licenciamento ambiental será delegada ao contratado, nos termos do disposto no inciso I do § [5º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e**

**c) o plano de sustentabilidade do equipamento a ser adquirido.**

§ 1º Os documentos poderão ser apresentados após a data de celebração do convênio ou do contrato de repasse, desde que sejam submetidos previamente à liberação da primeira parcela dos recursos.



§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o prazo para apresentação dos documentos será estabelecido em cláusula específica e não poderá exceder ao prazo de nove meses, contado da data de assinatura do convênio ou do contrato de repasse.

§ 3º Excepcionalmente, o prazo de que trata o § 2º poderá ser prorrogado por até nove meses, desde que o prazo total para o cumprimento da condição suspensiva não exceda a dezoito meses e que o conveniente comprove ter iniciado os procedimentos para o saneamento da referida condição suspensiva.

§ 4º Após o cumprimento da condição suspensiva pelo conveniente, o concedente ou a mandatária da União analisará a documentação encaminhada e, se for o caso, solicitará complementação, com vistas à retirada posterior da condição suspensiva.

**§ 5º A transferência dos recursos da União não será realizada enquanto não houver a retirada da condição suspensiva pelo concedente ou pela mandatária, exceto nas hipóteses de haver a liberação de recursos para:**

**I - a elaboração de:**

- a) estudos de viabilidade técnica, econômica ou ambiental; e**
- b) anteprojetos, projetos básicos ou executivos; ou**

**II - o custeio das despesas necessárias à obtenção do licenciamento ambiental.**

§ 6º Os custos para a elaboração das peças previstas no inciso I do § 5º não poderão exceder a cinco por cento do valor total do convênio ou do contrato de repasse e a liberação desses recursos não configurará a retirada da condição suspensiva.

**§ 7º Na hipótese de a administração ser responsável pela obtenção do licenciamento ambiental, a manifestação ou a licença prévia será obtida anteriormente à divulgação do edital de contratação para a execução do objeto.**

Neste contexto, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis é subsídio ao gestor público para conhecimento da legislação e normas infralegais de conteúdo geral e obrigatório a serem consideradas nos convênios e instrumentos congêneres.

Registre-se o início de vigência do Decreto 11.531/2023:

Art. 31. Este Decreto entra em vigor em:

I - 1º de janeiro de 2024, quanto ao art. 10; e

II - 1º de setembro de 2023, quanto aos demais dispositivos.

[A Portaria Conjunta MGI/MF/CGU 33, de 30 de agosto de 2023](#), estabeleceu normas complementares ao Decreto 11.531/2023, revogou a Portaria Interministerial 424/2016 e estabeleceu, em seu art. 10, XXVI:

XXVI - plano de sustentabilidade: documento em que o conveniente detalha os aspectos orçamentários, técnicos e de recursos humanos necessários à garantia do pleno funcionamento do objeto pactuado, incluindo aqueles afetos à operação e à manutenção;

Conforme previsto no art. 24, o proponente deverá apresentar o plano de sustentabilidade, importante a observância da legislação e normas infralegais acima referidas:

Art. 24. O proponente deverá apresentar as seguintes peças documentais antes da celebração do instrumento, sendo facultado ao concedente ou à mandatária exigi-los posteriormente, desde que antes da liberação da primeira parcela dos recursos:

I - para execução de obras e serviços de engenharia:

c) o plano de sustentabilidade;

II - para os demais objetos:

(...)

c) o plano de sustentabilidade do equipamento a ser adquirido, salvo nos casos em que ficar comprovada a desnecessidade de apresentação do referido documento.

## 12. A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE (AMPLITUDE DO CONCEITO ATUAL DE ACESSIBILIDADE)

### A ACESSIBILIDADE COMO EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL

A [Constituição Federal](#) também contempla uma série de enunciados normativos dirigidos à proteção de pessoas com deficiência. Em particular, destacam-se os arts. 227, § 2º, e 244 que prescrevem que a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência.

Por sua vez, o Decreto nº 6.979, de 2009, promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que foram aprovados pelo Congresso Nacional, o que conferiu status de norma constitucional a suas disposições.

Tal Convenção definiu a acessibilidade como um de seus princípios gerais (art. 3º, "f"), bem como estabeleceu medidas obrigatórias endereçadas a sua promoção, entre outros, em instalações, edifícios e serviços abertos ao público ou de uso público (art. 9º).

Por conseguinte, as medidas de acessibilidade voltadas ao Estado derivam de normas constitucionais e sua realização está inevitavelmente atrelada as contratações públicas.

O objetivo que a atuação do Poder Público tem quando se fala em pessoas com deficiência é a sua inclusão social em condições de igualdade com as demais pessoas de nossa sociedade, conforme o art. 1º da Lei Brasileira de Inclusão.

## 13. A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA

### O QUE É E PARA QUE SERVE

O Cadastro Técnico Federal do Ibama (CTF-Ibama) é um grande banco de dados para registro de pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades que demandam interesse de controle e fiscalização pelo Ibama, órgão ambiental encarregado dessa missão, pela [Lei nº 6.938, de 1981](#), que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente. Ou seja, é um instrumento utilizado pelo Ibama para controle e fiscalização de atividades que possam de alguma forma afetar o meio ambiente. É o controle ambiental sobre as etapas da cadeia produtiva, que vai desde a extração e mineração, passando pela indústria, e vai até a importação, o transporte, o armazenamento e a comercialização de diversos produtos e serviços, sem perder de vista a o necessário tratamento e destinação de resíduos, efluentes e descontaminação. É também por meio do CTF-Ibama que se faz o controle e fiscalização da exploração econômica da fauna e da flora, bem como grandes obras de infraestrutura. Essa é a importância do CTF-Ibama.

Existem dois tipos de Cadastro Técnico Federal:

- a) **As pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem as atividades listadas no Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021** são obrigadas ao registro no **Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA)**, instituído pelo art. 17, inciso I, da Lei nº 6.938/81;
- b) **As pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021**, são obrigadas ao registro no **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)**, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

A **FORMALIZAÇÃO DO REGISTRO** se dá mediante a emissão do Comprovante de Registro, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou a razão social, o porte e as atividades declaradas.

A **COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DO REGISTRO** se dá mediante a emissão do Certificado de Regularidade, com validade de três meses, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou razão social, as atividades declaradas que estão ativas, a data de emissão, a data de validade e chave de identificação eletrônica.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal **NÃO DESOBRIGA** as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.

## CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

### ATIVIDADES E INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL

Em relação ao CTF/AIDA é importante destacar:

#### Pessoa Física

São obrigadas à inscrição no CTF/AIDA, as pessoas físicas que exerçam referentes à:

- responsabilidade técnica por projeto, industrialização, comércio, instalação e manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades poluidoras;
- responsabilidade técnica por pessoa jurídica que preste consultoria na solução de problemas ecológicos e ambientais;
- consultoria técnica na solução de problemas ecológicos e ambientais, qualquer que seja a forma de contratação;
- responsabilidade técnica pelo gerenciamento dos resíduos sólidos.

**Pessoa Jurídica**

São obrigadas à inscrição no CTF/AIDA as pessoas jurídicas que:

- exerçam atividade de elaboração do projeto, fabricação, comercialização, instalação ou manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- prestem de serviços de consultoria sobre problemas ecológicos e ambientais;
- devam comprovar capacidade e responsabilidade técnicas por dados declarados no Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, por dados declarados em relatório de controle ambiental e no gerenciamento de resíduos sólidos.

**PESQUISA PÚBLICA DO CTF/AIDA**

Conforme art. 7º, Parágrafo único, da [Resolução Conama nº 1/1988](#), as inscrições no CTF/AIDA devem ser acessíveis aos interessados.

O Ibama disponibiliza a Pesquisa Pública de inscrições válidas no CTF/AIDA, tanto de pessoas físicas, como de pessoas jurídicas.

Nos resultados, o interessado pode consultar os Certificados de Regularidade das pessoas físicas e jurídicas pesquisadas.

No caso de pessoa física, o resultado da pesquisa apresenta a declaração de Conselho de Fiscalização Profissional a que se subordina o profissional, bem como o *link* de acesso ao respectivo currículo na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



A Pesquisa Pública é um importante auxílio na busca de pessoas físicas e jurídicas que, obrigadas à inscrição no CTF/AIDA, declaram habilitação técnico-legal na prestação de serviços de consultoria ambiental, como por exemplo: auditorias ambientais, certificações ambientais de terceira parte, estudos técnicos, laudos técnicos, pareceres técnicos, perícias ambientais, ou planos, programas e projetos técnicos na área ambiental.

[Acesse a pesquisa pública de pessoas físicas e jurídicas inscritas no CTF/AIDA no site do IBAMA.](#)

### CTF/AIDA e POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- **O gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade técnica é atividade de defesa ambiental integrada à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).**
- A exigência de plano de gerenciamento de resíduos sólidos ou de plano de gerenciamento de resíduos perigosos é determinada no processo de licenciamento ambiental de empreendimento ou de atividade.
- A pessoa jurídica obrigada à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos ou de plano de gerenciamento de resíduos perigosos deve se inscrever no CTF/AIDA, para identificação de responsável técnico devidamente habilitado para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento, incluindo o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme categorias cód. 0004 ou 0005 do Anexo I da [Instrução Normativa Ibama nº 12/2021.](#)

Em caso de dúvidas e outras informações sobre o CTF/AIDA, utilize os canais de atendimento e formulários eletrônicos do Ibama, acessando o [Fale com o Ibama.](#)

**CADASTRO TÉCNICO FEDERAL****ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE  
RECURSOS AMBIENTAIS**

Já em relação ao CTF/APP, é importante destacar:

- O CTF/APP identifica as pessoas físicas e jurídicas sob controle ambiental e fiscalização ambiental, conforme previsto em legislação federal ou de âmbito nacional, gerando informações para a gestão ambiental no Brasil.
- As pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades sob controle ambiental têm obrigação de se inscrever no CTF/APP conforme [Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021](#).

O Ibama recomenda que os gestores de licitações públicas consultem detidamente as Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) no CTF/APP, disponíveis no site, antes de exigir a inscrição do fornecedor nesse Cadastro. Elas são um guia juridicamente seguro para identificação correta da atividade a ser declarada no formulário de inscrição do CTF/APP. Maiores informações técnicas sobre o CTF/APP, orientações para o passo a passo do enquadramento, as classificações das fichas técnicas por categorias e temas, bem como a listagem de todas as fichas técnicas encontram-se no site do IBAMA e indicamos sua consulta:

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros>

As orientações técnicas do IBAMA referentes ao CTF/AIDA encontram-se em:

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros/ctf/ctf-aida>

## RELAÇÃO COM AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

- CF/88 - art. 37, inciso XXI;
- Lei nº 8.666, de 1993 – art. 3º (instituiu o princípio do desenvolvimento nacional sustentável);
- Lei nº 14.133, de 2021 (entre diversos outros artigos que tratam diretamente da sustentabilidade nas contratações públicas, destaque para o art. 5º, que define o desenvolvimento nacional sustentável como princípio a ser perseguido pela licitação, e o art. 11, que afirma ser objetivo da licitação incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, bem como determina que a alta administração deve zelar pelo cumprimento desse objetivo);
- Decreto nº 7.746, de 2012 (regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993);
- Decreto nº 10.024, de 2019 – (desenvolvimento sustentável será observado em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades);
- Instrução Normativa nº 1, de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (orientações e exemplos para exigências de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas);
- Lei nº 12.187/09 (Política Nacional sobre Mudança do Clima);
- Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- compromissos internacionais.

**ENTENDIMENTO DA CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO:**

O [PARECER Nº 26/2016/DECOR/CGU/AGU](#), aprovado pelo Consultor-Geral da União ([DESPACHO n. 00212/2017/GAB/CGU/AGU](#)), uniformizou entendimento no âmbito da AGU no sentido da legalidade e obrigatoriedade de exigência do CTF-Ibama:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO AMBIENTAL. DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. EXIGÊNCIA DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO E REGULARIDADE. DESTINATÁRIOS. FABRICANTES E FORNECEDORES.

1. A dimensão objetiva do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto na Constituição Federal (art. 225, *caput*) e em tratados internacionais, bem como a natureza *propter rem* das relações jurídico-ambientais atinentes à transferência de titularidade de coisas, permitem concluir que a Administração tem o dever constitucional de exigir os critérios de sustentabilidade socioambiental nas contratações públicas, entre eles o registro no Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade, nos termos da Lei nº 6.938/81 e da Instrução Normativa nº 6/2013, do IBAMA.

2. Os critérios e práticas de sustentabilidade podem ser exigidos como critério de aceitabilidade da proposta (v.g. especificação técnica do objeto, obrigação contratual) ou enquanto requisito de habilitação, a depender da situação jurídica. Nesta última hipótese, com espeque na Lei nº 8.666/93, devem contar com previsão normativa em leis esparsas, consoante os arts. 30, IV, e 28, V, constatada a ligação com o objeto contratado e, ainda, observar os princípios da isonomia, proporcionalidade e competitividade;

**3. Nessa ordem de ideias, é constitucionalmente adequado exigir dos licitantes que apresentem a comprovação da inscrição e da regularidade dos fabricantes junto ao CTF do IBAMA, observados os atos normativos que impõem o cadastro no referido banco de dados, com todas as consequências correspondentes.**

4. O Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP é relevante instrumento acerca da matéria, apto a orientar o público acerca da exigência de inscrição e regularidade no CTF do IBAMA, especialmente acerca do seu enquadramento como critério de aceitabilidade de proposta ou, em outro viés, enquanto requisito de habilitação.

5. Os argumentos contrários a exigências dessa natureza em face não só de fabricantes, mas igualmente dos licitantes, devem ser submetidos ao crivo do princípio da proibição do retrocesso ambiental, à luz do caso concreto, porquanto a mitigação da proteção ambiental induz presunção de inconstitucionalidade, salvante as justificativas técnicas e jurídicas que se coadunem com os discursos constitucional e internacional, observado o postulado normativo da proporcionalidade e, eventualmente, a concordância prática.

[\(PARECER Nº 26/2016/DECOR/CGU/AGU\)](#)

## JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Tem sido muito citado o [Acórdão TCU 1666/2019-P](#), que tratou da compra de papel toalha pelo TRT-2ª Região, como exemplo da jurisprudência negativa pela exigência do CTF-Ibama. Esse certame previu no instrumento convocatório entre outras diversas exigências, comprovação de registro do fabricante do material acabado no CTF/APP-Ibama e comprovação da certificação florestal válida (referência: FSC, Cerflor), em nome do fabricante do material acabado.

O TCU decidiu nesse caso concreto no seguinte sentido:

9.6.1. avalie a conveniência e a oportunidade de rever as exigências contidas no item 7.2.1 do edital do Pregão 7/2019, quando da ocorrência de outras licitações promovidas pelo órgão para aquisição de objeto similar, tendo em vista o número excessivo de desclassificações ocorridas no certame, de forma a adotar requisitos técnicos e exigências que o mercado está preparado para atender, sem prejuízo de fomentar a sustentabilidade ambiental e buscar garantir a qualidade dos produtos licitados;

Sobre esse acórdão do TCU, sugere-se a leitura do artigo **O TCU não acabou com as licitações sustentáveis** (disponível em:

<https://bliacheris.jusbrasil.com.br/artigos/745595382/o-tcu-nao-acabou-com-as-licitacoes-sustentaveis>)

Em breve resumo, o artigo desmistifica a crítica à exigência do CTF-Ibama, trazendo as seguintes conclusões sobre o tema:

- O TCU considerou corretas as obrigações ambientais do edital;
- Todavia o TCU apontou que a licitação não atingiu seus objetivos por não estar adequada ao mercado que demonstrou seu despreparo para entregar o produto desejado;
- É indispensável que os **Estudos Preliminares** observem se as exigências de sustentabilidade estão adequadas ao mercado/se o mercado está preparado para prover aquele produto com aqueles requisitos de sustentabilidade;
- A certificação florestal, como qualquer processo de certificação, é **voluntária**;
- Já a inscrição no Cadastro Técnico Federal é **obrigatória** para quem exerce atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais e a atividade de fabricação de papel consta da Tabela de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.



**QUANDO COBRAR E FORMAS DE EXIGÊNCIA**

A primeira providência é identificar em qual etapa da cadeia produtiva haverá a contratação. São exemplos de etapas da cadeia produtiva:

- Etapa de Extração e mineração e Exploração econômica de fauna e flora;
- Etapa fabril: Indústria – Beneficiamento, fabricação de matéria-prima para outras indústrias, fabricação de produtos;
- Etapa de tratamento e destinação de resíduos e efluentes, descontaminação;
- Etapa Logística: Depósitos, Transporte e Comércio;
- Etapa de Infraestrutura – Obras Civas;
- Etapa do Consumo

Depois é preciso identificar se a exigência será feita como especificação técnica do objeto (da qual normalmente decorrerá um requisito de aceitabilidade da proposta no Edital), como obrigações da contratada ou como requisito de habilitação previsto em lei especial.

Por fim, é preciso consultar as [Fichas Técnicas de Enquadramento](#) (FTEs) do CTF/APP.

## QUADRO RESUMO

## COMPRA – LOCAÇÃO – SERVIÇO - OBRA

1. Identificar o momento do ciclo de vida do produto ou do serviço

2. Identificar em qual etapa da cadeia produtiva é feita a contratação

- Extração e Tratamento de minerais
- Indústria
- Serviços de Utilidade
- Turismo
- Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio
- Uso de recursos naturais
- Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981
- Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras Cíveis

Especificação Técnica

Requisitos de Habilitação

Obrigações da Contratada

Como regra, é necessário verificar se o fornecedor é o FABRICANTE ou o DISTRIBUIDOR/COMERCIANTE e consultar as correspondente fichas técnicas: INDÚSTRIA, DISTRIBUIDOR/COMERCIANTE E IMPORTADOR. Os detalhamentos e orientações técnicas encontram-se no site do IBAMA.

**A QUESTÃO DA EXIGÊNCIA DO CTF COMO REQUISITO DE HABILITAÇÃO**

Sobre o tema, confira-se:

“A afirmação de que os artigos 27 a 31 da Lei Geral de Licitações e Contratos enumeram um rol exaustivo de documentos que poderão ser exigidos na etapa de habilitação das candidatas à contratação não é de todo correta. Pelo menos dois dos dispositivos citados dão abertura para inclusão de diversos documentos e comprovações, desde que essas exigências sejam previstas em lei especial, tenham pertinência com a contratação a ser realizada e não frustrem desarrazoada mente a isonomia e o caráter competitivo do certame. Os dispositivos são o art. 30, IV e o art. 28, V, da Lei nº 8.666, de 1993.<sup>12</sup>

(...)

A exigência de inscrição no CTF é um requisito previsto em lei especial e é também ato de registro para funcionamento expedido pelo órgão competente. Se tem registro regular, muito bem. Nada acontece. Se não tem registro regular, a empresa deve ser autuada pelo IBAMA.

A empresa que esteja obrigada pela legislação e não se cadastra no CTF está funcionando irregularmente. Não se pode dar interpretação tão restritiva ao inciso V do art. 28 da Lei nº 8.666, de 1993. Também não se está dando interpretação ampliativa. O que se pretende é apenas interpretar o referido dispositivo diante do novo e atual contexto de necessidade de cumprir o princípio insculpido no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

---

<sup>12</sup> Na Nova Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133, de 2021) o correspondente são os art. 66 e 67.

Assim, mais uma vez afirma-se que, diante de todas as normas de defesa do meio ambiente citadas, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de somente contratar com pessoas físicas ou jurídicas (que se dedicam a atividade, potencialmente poluidora e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora) ambientalmente regulares. Uma das formas de comprovação da regularidade ambiental dessas empresas é a comprovação de seu registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do art. 17, incisos I e II, da Lei nº 6.938, de 1981 e da regulamentação pelo IBAMA (atualmente o tema é regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013 [...]), sob pena de não serem habilitadas nos certames promovidos pela Administração Pública.

Importante deixar consignado que não se trata de exigência de "regularidade ambiental" genérica. Trata-se de exigência de regularidade ambiental específica, exigida por norma legal específica." (PARECER 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU)

Reitera-se que todo requisito de sustentabilidade deve ser objetivamente definido nas peças editalícias, para que seja objetivamente exigido pela Administração (seja no momento do certame ou no momento da execução do objeto), para que seja objetivamente comprovável pela licitante/contratada. A exigência deverá vir na forma de:

- Especificação técnica do objeto (critério de aceitabilidade da proposta);
- Obrigações da Contratada;
- Requisito de habilitação.

Portanto, conclui-se que a exigência de inscrição e regularidade no CTF-Ibama como requisito de habilitação é legal para aqueles casos em que a legislação obriga (quando o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal - CTF do IBAMA); e não viola os artigos 27 a 31 da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 1993), desde que a exigência tenha total pertinência com o objeto licitado.

### OBRAS CIVIS

Não é qualquer obra civil que demanda registro no CTF-Ibama. Apenas grandes obras de infraestrutura trazem a exigência. A construção de um edifício, por exemplo, não é uma atividade que obriga a empresa a se cadastrar, pois não está prevista como atividade sujeita a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis.

Considerando que diversos órgãos estavam exigindo a inscrição das licitantes no CTF-Ibama nas contratações de obras e serviços de engenharia, o Ibama estava recebendo muitas demandas, em todo o País, de empresas para as quais estava sendo exigido o cadastramento, e que procuravam as unidades do Ibama para saber qual atividade deviam declarar, ou para solicitar a **Certidão de Dispensa. Não existe tal documento** - Certidão de Dispensa - uma vez que a própria Ficha Técnica de Enquadramento é documento hábil para que seja verificada a necessidade ou não de registro.

Com base nessa demanda do Ibama, foram elaborados os seguintes destaque e observação na Parte Específica do Guia:

#### CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Serviços de Utilidade; Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Turismo; Uso de recursos naturais; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981-Obras civis;

- construtor de obras civis (apenas grandes obras civis de infraestrutura, tais como implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura);

OBS: A construção de edifícios, por exemplo, não é uma atividade que obriga a empresa a se cadastrar, pois não está prevista como atividade sujeita a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis. O mesmo se diga de serviços comuns de engenharia.

Há também uma Nota Explicativa no modelo de Edital da AGU de serviço comum de engenharia e no modelo das demais modalidades convencionais, que explica muito bem essa questão, para que não haja exigência indevida de inscrição no CTF-Ibama.



**BENS IMPORTADOS**

No tocante aos bens importados, não há como exigir a inscrição no CTF do fabricante de produtos importados, porque a legislação nacional não faz essa exigência. A legislação nacional afeta única e exclusivamente os fabricantes sediados nacionalmente.

Por outro lado, não se pode fazer licitação exclusiva para bens nacionais, pois tal conduta viola o teor do §1º do art. 3º, da Lei nº 8.666, de 1993, o qual veda tratamento diferenciado de qualquer natureza entre empresas brasileiras e estrangeiras, ressalvados os critérios de desempate previstos no próprio dispositivo citado.

Mas existem casos em que o Ibama entende ser relevante controlar e fiscalizar a atividade de importação, pelo seu potencial de causar danos ao meio ambiente. Nesses casos, a legislação faz a exigência do cadastro, como, por exemplo, a importação de óleo lubrificante acabado, de pilhas, baterias, fauna e flora nativa brasileira e fauna silvestre exótica, lâmpadas fluorescentes, eletrodomésticos que geram ruído (Resolução CONAMA nº 20/1994), veículos automotores e pneus.

**DIFICULDADE DE ENCONTRAR NO MERCADO EMPRESAS QUE TENHAM  
INSCRIÇÃO NO CTF - COMO PROCEDER**

Em relação a essa questão a Parte Específica do Guia traz a seguinte observação:

Conforme ressaltamos na primeira parte deste Guia, cabe ao gestor, na fase do planejamento da contratação, verificar a possibilidade de comprovação dos critérios de sustentabilidade e a sua disponibilidade no mercado. Neste caso, por se tratar de registro do fabricante, deve-se atentar para essas cautelas, e, caso não seja possível a obtenção do produto com o cumprimento da exigência do registro no CTF-APP do seu fabricante (licitação deserta ou fracassada), deve-se acostar a justificativa ao processo e proceder à licitação sem a referida exigência.

O que se quer dizer com essa observação é que não basta verificar na fase de planejamento da contratação se os fabricantes de determinado produto possuem ou não CTF do Ibama. É preciso tentar fazer a licitação com a exigência, caso constatado no planejamento da contratação que ela é devida.

O fato de encontrar produtos que não cumprem tal exigência no momento do planejamento da contratação já liga um alerta para o Gestor. Todavia, somente se poderá dizer que não há disponibilidade no mercado de fabricantes registrados no CTF do Ibama se a equipe de planejamento da contratação conseguir esgotar o mercado com a pesquisa. Ou seja, não basta pesquisar um ou outro fabricante e afirmar categoricamente que não há disponibilidade no mercado de fabricantes registrados no CTF-Ibama. Salvo se o mercado for extremamente restrito e a Administração puder dizer que esgotou a pesquisa e pode afirmar categoricamente que não há disponibilidade no mercado de fabricantes registrados no CTF-Ibama para aquele determinado produto. Aí sim, excepcionalmente se pode pensar em excluir a exigência de registro do fabricante do CTF do Ibama antes mesmo de tentar fazer a licitação.

Fora isso, a orientação é incluir a exigência e tentar licitar. Caso a licitação seja deserta ou fracassada, dependendo das circunstâncias em que essa licitação aconteceu, aí pode a Administração acostar a justificativa ao processo e proceder à licitação sem a referida exigência.

Nessas situações, sugere-se oficial o Ibama informando que isso está acontecendo, para que sejam adotadas providências de sua alçada, no sentido de promover diligência nesses fabricantes para verificar o motivo da ausência de inscrição ou de regularidade.

Enfim, nesses casos, a culpa não será da exigência e si, mas sim da falta de zelo dos fabricantes nacionais com o cumprimento da exigência legal de inscrição e regularidade no CTF-Ibama.

## SUBSÍDIOS COMPLEMENTARES

Sugere-se consulta:

- [PARECER Nº 26/2016/DECOR/CGU/AGU](#) – Uniformizou entendimento no sentido da legalidade e obrigatoriedade de exigência do CTF-Ibama, inclusive para fins de habilitação.
- PARECER Nº 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU – 17/11/2014

Por fim, para reafirmar a importância do CTF-Ibama, é preciso reiterar que se está a falar do que se denomina a "cadeia do bem" ou "o rastreamento da legalidade ambiental da cadeia produtiva do bem/serviço que será adquirido pela Administração Pública". A Administração Pública contratante exige do licitante/fornecedor, o licitante exige do fabricante do produto/prestador de serviço (ou, por vezes, do próprio licitante) e toda a sociedade ganha com isso.

Somente assim, com a "cadeia do bem" ou "o rastreamento da legalidade ambiental da cadeia produtiva do bem/serviço que será adquirido pela Administração Pública", será possível cumprir o desiderato de promover o desenvolvimento nacional sustentável, erigido a princípio da licitação.

## 14. AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROGRAMA A3P

Ideia concebida ainda no final do século passado (1999) e premiada poucos anos depois pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente (2002), e hodiernamente, referência de sustentabilidade nas atividades públicas, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) consiste em um programa cuja finalidade é fomentar e estimular os órgãos públicos a implementarem procedimentos de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público.

Institucionalizada por meio da [Portaria MMA nº 326](#), de 23 de julho de 2020, a A3P integra o Departamento de Educação e Cidadania Ambiental (DEC) que, por sua vez, faz parte da Secretaria de Biodiversidade (SBio) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Dentre os seus objetivos destacam-se: a) apoiar os órgãos públicos na criação e implementação de ações de responsabilidade socioambiental; b) sensibilizar os servidores para a necessidade de preservação dos bens naturais; c) estimular a construção de uma cultura institucional que agregue valores, atitudes e comportamentos consoantes com a responsabilidade socioambiental; d) incentivar os órgãos públicos a adotarem medidas que visem à redução de impactos socioambientais negativos decorrentes de suas atividades; e) aumentar a eficiência da gestão, promovendo a economia de recursos naturais e de gastos institucionais; f) garantir a acessibilidade nos órgãos públicos às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; g) facilitar o acesso das instituições públicas ao Programa A3P, dentre outros (art. 2º).

Ao tomar conhecimento da amplitude dos objetivos da A3P, conclui-se que a implementação das contratações públicas sustentáveis é apenas uma das práticas necessárias para a conciliação da atuação estatal com a proteção e preservação do meio ambiente, cabendo aos gestores públicos envidar esforços para adotar uma agenda ambiental nos respectivos órgãos públicos.

Além das contratações públicas sustentáveis, outras ações foram sistematizadas pela A3P como Eixos Temáticos que devem nortear as ações dos órgãos públicos na busca da implementação de uma cultura sustentável e de responsabilidade socioambiental na administração pública.

Os seis Eixos Temáticos prioritários, a seguir listados, são fundamentados na política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos significativos, e estão previstos no art. 5º da Portaria MMA nº 326, de 23 de julho de 2020, são eles:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Gestão adequada dos resíduos gerados;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Compras públicas sustentáveis;
- Construções sustentáveis; e,
- Sensibilização e capacitação de servidores.

É preciso destacar que a A3P, nada obstante ser um Programa criado pelo Governo Federal, permite a adesão por qualquer instituição pública federal, distrital, estadual e municipal, como por exemplo: escolas, institutos, universidades, bancos, autarquias, economias mistas, postos de saúde, hospitais, secretarias de governos, ministérios e outros. A Advocacia-Geral da União é uma das entidades parceiras, tendo assinado o Termo de Adesão com o Ministério do Meio Ambiente para implementação da A3P em suas unidades.

Dentre os diversos instrumentos da A3P, destaca-se o Termo de Adesão, documento que formaliza a parceria estabelecida entre o Ministério do Meio Ambiente e o órgão público e será assinado por representante do Ministério do Meio Ambiente e do órgão que firma a parceria (art. 7º da Portaria MMA nº 326, de 23 de julho de 2020).

Todo o procedimento de adesão encontra-se descrito, de forma detalhada, no “passo a passo” constante do sítio <http://a3p.mma.gov.br/adesao-a-a3p/>. Outras informações relevantes sobre o Programa A3P também podem ser obtidas no sítio <http://a3p.mma.gov.br/#>, como histórico, balanços, eixos temáticos, instrumentos, eventos, instituições parceiras, prêmios, entre outras.



## 15. PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

A elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) é obrigatória para órgãos na Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e nas empresas estatais dependentes, conforme disposições previstas na Instrução Normativa 10/2012, SLTI/MPOG.

O PLS é uma ferramenta de planejamento que permite o estabelecimento de práticas e sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, devendo conter, no mínimo:

- a. atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- b. práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- c. responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- d. ações de divulgação, conscientização e capacitação.

As orientações e detalhamentos para implementação constam da Instrução Normativa n. 10/2012, registrando-se que as contratações por pregão previstas no Decreto 10.024/2019 deverão observar o princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

Registre-se que há previsão de instituição do Plano de Logística Sustentável nos órgãos do Poder Judiciário, com fundamento na Resolução 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

## 16. CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DA PARTE ESPECÍFICA

O conteúdo textual, de caráter mais geral deste GNCS, que se encerra aqui, é complementado pela parte específica, a seguir apresentada em tabelas, que traz diversos itens de bens especificados, serviços e obras, com a legislação incidente, determinações, providências e precauções.

Registre-se, por oportuno, que a parte específica deste Guia, que vem a seguir, já pode ser utilizada com a aplicação da Nova Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 2021). Essa afirmativa parte do pressuposto de que a nova lei de licitações não muda a sistemática normativa de como os critérios de sustentabilidade devem ser exigidos nas contratações públicas.

Consoante foi explicado no decorrer deste Guia, os critérios de sustentabilidade devem ser objetivamente definidos nas peças editalícias como especificação do objeto, ou como obrigações da contratada, ou como requisito de habilitação previsto em lei especial. Esse raciocínio foi mantido com a nova lei de licitações e contratos. Assim, é possível afirmar que a parte específica do Guia já está preparada para esse novo desafio da aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, com toda a segurança jurídica que lhe é inerente.

| 1. ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA |  |
|---|--|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>                                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)</a></li> <li>- <a href="#">Lei nº 10.098, de 2000 (Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida)</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 5.296, de 2004 (Regulamenta Lei nº 10.098, de 2000)</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 6.949, de 2009 (Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007)</a></li> <li>- <a href="#">NBR 9050/ABNT (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos)</a></li> </ul> |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b>                     | <p>Necessidade de que obras e serviços de engenharia sejam executados de modo que as edificações se tornem acessíveis a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.</p> <p>Necessidade de criação e reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência.</p>   |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b>                     | <p>Na elaboração do projeto básico deverão ser considerados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) se o objeto está de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;</li> <li>b) se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.</li> </ol>   |
| <b>PRECAUÇÕES</b>                                   | <p>São requisitos de acessibilidade:</p> <p>I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;</p>  |

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <p>II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;</p> <p>III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata a Lei; e</p> <p>IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.</p> |
|-------------------|--|

**2. ACESSIBILIDADE EM LOCAÇÕES**

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"><li>- <a href="#">Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)</a></li><li>- <a href="#">Lei nº 10.098, de 2000 (Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida)</a></li><li>- <a href="#">Decreto nº 5.296, de 2004 (Regulamenta Lei nº 10.098, de 2000)</a></li><li>- <a href="#">Decreto nº 6.949, de 2009 (Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007)</a></li><li>- <a href="#">NBR 9050/ABNT (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos)</a></li></ul> |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | Necessidade de que os imóveis locados pelos órgãos públicos sejam acessíveis a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida   |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | Na escolha do imóvel a ser locado deverão ser considerados os padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296, de 2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.  |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | As mesmas indicadas acima.   |

**3. AGROTÓXICOS – SEGURANÇA E REGRAMENTOS PARA USO**

Aquisição ou serviços que envolvam a aplicação de agrotóxicos e afins, definidos como:

“produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;”

(Decreto nº 4.074/2002, art. 1º, IV)

Exemplos:

Controle de pragas em lavoura – Jardinagem com uso de agrotóxicos- Etc.

OBS: Para serviço de controle de vetores e pragas urbanas, atividade que se utiliza de saneantes domissanitários (e não agrotóxicos), vide item específico deste Guia.

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <p>- <a href="#">Lei nº 7.802, de 1989 (Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências)</a><br/> <a href="#">(destaque para leitura do artigo 3º, parágrafo 6º)</a></p> <p>- <a href="#">Decreto nº 4.074, de 2002 (Regulamenta a Lei nº 7.802, de 1989)</a></p> <p>- <a href="#">Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)</a></p> <p>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.</a></p> |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os agrotóxicos, para serem produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados devem ser previamente registrados em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.</li> <li>• O Ibama realiza a avaliação do potencial de periculosidade ambiental de todos os agrotóxicos registrados no Brasil.</li> <li>• O sistema de logística reversa das embalagens de agrotóxicos já está implementado no Brasil, pelas normas referidas. Em subsídio, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)/MMA:</li> </ul>   |



|  |  |
|--|--|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <a href="http://www.sinir.gov.br/web/guest/embalagens-de-agrotoxicos">http://www.sinir.gov.br/web/guest/embalagens-de-agrotoxicos</a></li> <li>• Os agrotóxicos e afins só podem ser produzidos, comercializados e utilizados se estiverem previamente registrados no órgão federal competente, qual seja:             <ul style="list-style-type: none"> <li>a) o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para os agrotóxicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas florestas plantadas e nas pastagens;</li> <li>b) o Ministério da Saúde, para os agrotóxicos destinados ao uso em ambientes urbanos, industriais, domiciliares, públicos ou coletivos, ao tratamento de água e ao uso em campanhas de saúde pública;</li> <li>c) o Ministério do Meio Ambiente, para os agrotóxicos destinados ao uso em ambientes hídricos, na proteção de florestas nativas e de outros ecossistemas.</li> </ul> </li> <li>• A empresa que produz, comercializa ou presta serviços que envolvam a aplicação de agrotóxicos e afins:             <ul style="list-style-type: none"> <li>a) deve possuir registro junto ao órgão competente municipal ou estadual, para fins de autorização de funcionamento;</li> <li>b) não pode funcionar sem a assistência e responsabilidade de técnico legalmente habilitado.</li> </ul> </li> <li>• O usuário de agrotóxicos e afins deve efetuar tempestivamente a devolução das embalagens vazias, e respectivas tampas, aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, mediante comprovante, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, para destinação final ambientalmente adequada, a cargo das respectivas empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras.</li> </ul> |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>EM QUALQUER CASO:</b></p> <p><b>1) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</b></p> <p>"x) Para o exercício de atividade que envolva produção, comercialização ou aplicação de agrotóxicos e afins: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal ou do Município, nos termos do artigo 4º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLI, e 37 a 42, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação e normatização correlata.</p>   |

**PROVIDÊNCIA A SER  
TOMADA****2) Inserir no EDITAL - item de qualificação técnica da empresa:**

"X) As pessoas físicas e jurídicas que sejam prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos, seus componentes e afins, ou que os produzam, formulem, manipulem, exportem, importem ou comercializem, deverão comprovar possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, responsável técnico legalmente habilitado, nos termos do art. 37, §2º, do Decreto nº 4.074, de 2002 combinado com art. 3º da Lei nº 7.802, de 1989."

**3) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:**

"a) A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.

b) Os empregados da contratadas destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital/Contrato."

**NA AQUISIÇÃO:**

1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:

"Só será admitida a oferta de agrotóxicos, seus componentes e afins que estejam previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas."

2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p>"x) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o documento comprobatório do registro do agrotóxico, seus componentes e afins no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.</p> <p style="text-align: center;"><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>"Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de agrotóxicos, seus componentes e afins previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas."</p> <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>"Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas."</p> <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>"x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação dos produtos que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> |
|-------------------------------------|---|

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o documento comprobatório do registro do agrotóxico, seus componentes e afins no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.</p>  |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | <p>Lembramos que o fabricante de agroquímicos também deve estar registrado e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Indústria Química; Código 15-11; Descrição Fabricação de fertilizantes e agroquímicos B41</p> <p>Lembramos ainda que tanto o comerciante quanto a empresa que aplica agrotóxicos e afins devem estar registrados e regulares no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide respectivamente (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Transporte, Terminais Depósitos e Comércio; Código: 18-66; Descrição: Agrotóxicos. Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Lei nº 7.802/1989) e (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código 21-47; Descrição: Aplicação de agrotóxicos e afins – Lei nº 7.802/1989).</p> <p><b>Decreto nº 10.936, de 2022:</b></p> <p>Art. 16. A fiscalização do cumprimento das obrigações previstas em instrumentos de logística reversa caberá aos órgãos executores, seccionais e locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e pelos seus regulamentos, sem prejuízo do exercício das competências de outros órgãos e entidades públicos.</p> |

|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <p>Art. 17. O sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e suas embalagens, observará o disposto em legislação específica sobre a matéria.</p> <p>(...)</p> <p>Art. 28. Os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de produtos, de seus resíduos e de suas embalagens aos quais se refere o caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e de outros produtos, de seus resíduos ou de suas embalagens que sejam objeto de logística reversa na forma prevista no § 1º do referido artigo, não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial ou ao termo de compromisso firmado com a União.</p> <p>§ 1º As obrigações a que se refere o caput incluem os dispositivos referentes:</p> <p>I - à operacionalização, aos prazos, às metas, aos controles e aos registros da operacionalização dos sistemas de logística reversa;</p> <p>II – aos planos de comunicação, às avaliações e ao monitoramento dos sistemas de logística reversa; e</p> <p>III - às penalidades e às obrigações específicas imputáveis aos fabricantes, aos importadores, aos distribuidores e aos comerciantes.</p> <p>§ 2º Eventual revisão dos termos e das condições previstos em acordo setorial ou em termo de compromisso firmado com a União, consubstanciada em termos aditivos e que altere as obrigações de que trata este artigo, será atendida pelos fabricantes, pelos importadores, pelos distribuidores e pelos comerciantes a que se refere o caput.</p> <p>Art. 29. Na hipótese de descumprimento das obrigações previstas em acordo setorial ou em termo de compromisso de que trata o art. 18, inclusive daquelas decorrentes do disposto no art. 28, serão aplicadas aos signatários, aos aderentes e aos não signatários as penalidades previstas na legislação ambiental.</p> |
|-------------------|---|

**4. APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL****LEGISLAÇÃO**

- [Decreto nº 7.746, de 2012 \(Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993\)](#)
- [Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG \(Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal\)](#)
- [Lei nº 10.295, de 2001 \(Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.\)](#)
- [Decreto nº 9.864, de 2019 \(Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001\)](#)
- [Decreto nº 4.508, de 2002 – art. 2º \(Dispõe sobre a regulamentação específica que define os níveis mínimos de eficiência energética de motores elétricos trifásicos de indução rotor gaiola de esquilo, de fabricação nacional ou importados, para comercialização ou uso no Brasil, e dá outras providências.\)](#)
- [Lei nº 14.479, de 2022 - Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão\)](#)

**Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC****Aquecedores de água a gás, dos tipos instantâneo e de acumulação:**

Portaria INMETRO nº 119, de 30/03/2007

Portaria INMETRO nº 182, de 13/04/2012 alterada pela Portaria INMETRO n.º 390, de 06/08/2013 e Portaria INMETRO n 186, 14/04/2014

**Bombas e Motobombas Centrífugas:**

Portaria INMETRO nº 455, de 01/12/2010

**Condicionadores de ar:**

Portaria INMETRO nº 7, de 04/01/2011

Portaria INMETRO n.º 643, de 30/11/ 2012

Portaria INMETRO n.º 410, de 16/08/2013.

**Fornos de Micro-ondas:**

Portaria INMETRO n.º 497, de 28/12/2011 alterada pela Portaria INMETRO n.º 600, de 09/11/2012

**Fogões e fornos a Gás de Uso Doméstico:**

Portaria INMETRO nº 18, de 15/01/2008



|            |  |
|------------|--|
| LEGISLAÇÃO | <p>Portaria INMETRO nº 400, de 01/08/2012 alterada pela Portaria INMETRO n.º 496, de 10/10/2013</p> <p><b>Lâmpadas a Vapor de Sódio a Alta Pressão:</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 483, de 07/12/2010 alterada pela Portaria INMETRO/MDIC n.º 124, de 15/03/2011</p> <p><b>Lâmpadas de uso doméstico – linha Incandescente:</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 283, de 11/08/2008</p> <p><b>Lâmpadas fluorescentes compactas com reator integrado:</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 289, de 16/11/2006</p> <p>Portaria INMETRO nº 489, de 08/12/10</p> <p><b>Lâmpadas LED com dispositivo integrado à base:</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 144, de 13/03/2015</p> <p><b>Máquinas de lavar roupas de uso doméstico:</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 185, de 15/09/2005</p> <p><b>Motores elétricos trifásicos de indução:</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 488, de 08/12/2010</p> <p><b>Reatores Eletromagnéticos para Lâmpadas à vapor de sódio e Lâmpadas à vapor metálico (Halogenetos):</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 454, de 01/12/2010 alterada pela Portaria INMETRO n.º 517, de 29/10/2013</p> <p><b>Refrigeradores e seus assemelhados, de uso doméstico:</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 20, de 01/02/2006</p> <p><b>Sistemas e equipamentos para energia Fotovoltaica (Módulo, controlador de carga, Inversor e bateria):</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 4, de 04/01/2011</p> <p><b>Televisores com tubos de raios catódicos (Cinescópio):</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 267, de 01/08/2008</p> <p>Portaria INMETRO nº 563, de 23/12/2014</p> <p><b>Televisores do tipo plasma, LCD e de projeção:</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 85, de 24/03/2009</p> <p>Portaria INMETRO nº 563, de 23/12/2014</p> <p><b>Ventiladores de Mesa, Coluna e Circuladores de Ar:</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 20, de 18/01/2012</p> <p><b>Ventiladores de teto de uso residencial:</b></p> <p>Portaria INMETRO nº 113, de 07/04/2008</p> |
|------------|--|

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

Com vistas à alocação eficiente de recursos energéticos e à preservação do meio ambiente, o Poder Executivo estabelecerá, no âmbito da Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, os níveis máximos de consumo de energia, ou mínimos de eficiência energética, para máquinas e aparelhos fabricados ou comercializados no País.

Tais parâmetros serão fixados através de portaria interministerial dos Ministérios de Minas e Energia - MME, da Ciência e Tecnologia - MCT e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

Os fabricantes e os importadores de máquinas e aparelhos consumidores de energia são obrigados a adotar as medidas necessárias para que sejam obedecidos os níveis máximos de consumo de energia e mínimos de eficiência energética, constantes da regulamentação específica estabelecida para cada tipo de produto.

As máquinas e aparelhos encontrados no mercado sem as especificações legais, quando da vigência da regulamentação específica, deverão ser recolhidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pelos respectivos fabricantes e importadores, sob pena de multa, por unidade, de até 100% (cem por cento) do preço de venda por eles praticados.

Os dados relativos ao índice de eficiência energética e ao nível de consumo de energia de cada máquina ou aparelho são informados na respectiva Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, que deve ser aposta em todos os produtos sujeitos à etiquetagem compulsória, a cargo do INMETRO.

Para cada tipo de máquina ou aparelho, o INMETRO elabora Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC específicos, fixando os respectivos índices de eficiência energética e de consumo e a escala de classes correspondentes – sendo “A” a mais eficiente, “B” a segunda mais eficiente, e assim sucessivamente, até normalmente “E”, “F” ou “G”, as menos eficientes.

A princípio, a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE serve como importante elemento de convencimento no processo de escolha do produto pelo consumidor. Todavia, o ordenamento jurídico vem evoluindo no sentido de impor como mandatória a preocupação com a eficiência energética dos produtos adquiridos pela Administração Pública.

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PRINCIPAIS<br/>DETERMINAÇÕES</b> | <p>O Decreto nº 7.746/2012, que estabelece a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações realizadas pela administração pública federal, destaca, entre outros, os seguintes critérios e práticas sustentáveis: baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra (art. 4º, I, III e V).</p> <p>Assim, há forte embasamento normativo para que a Administração deixe de adquirir bens de baixa eficiência energética, acrescentando como requisito obrigatório da especificação técnica do objeto que o produto ofertado pelos licitantes possua ENCE da(s) classe(s) de maior eficiência. Conforme premissa do art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 7.746/2012 ("A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame"), é necessário que o órgão licitante adote os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- consultar as tabelas divulgadas no site do INMETRO (<a href="https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/avaliacao-da-conformidade/programa-brasileiro-de-etiquetagem/tabelas-de-eficiencia-energetica">https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/avaliacao-da-conformidade/programa-brasileiro-de-etiquetagem/tabelas-de-eficiencia-energetica</a>), para pesquisar as condições médias do mercado – isto é, a divisão e proporcionalidade das classes de ENCE entre os produtos e fabricantes analisados;</li><li>- a partir de tal pesquisa, o órgão definirá qual ou quais classes de ENCE serão admitidas no certame</li><li>- por exemplo, apenas produtos da classe mais econômica, a classe A (caso haja número razoável de produtos e fabricantes em tal classe); ou das classes A e B, ou A e B e C, etc.</li></ul> <p>O objetivo essencial é assegurar a aquisição pela Administração do produto de maior eficiência energética, sem prejuízo relevante da competitividade.</p> |
|-------------------------------------|---|

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

Não por outro motivo que a então SLTI/MPOG editou a Instrução Normativa nº 2, de 2014, determinando, em seu art. 3º, que “Nas aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia, que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), conforme publicação no sítio eletrônico <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/avaliacao-da-conformidade/programa-brasileiro-de-etiquetagem/tabelas-de-eficiencia-energetica>, **deverá ser exigido**, nos instrumentos convocatórios, que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência “A” na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição.”

Quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com a ENCE classe “A” para a sua categoria, devem ser admitidos produtos etiquetados com as ENCEs nas duas classes mais eficientes que possuam um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados, admitida a complementação de números de fornecedores de uma classe com a de outra.

- [Lei nº 14.479, de 2022 - Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão](#)

Art. 6º Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional informarão ao Poder Executivo federal, mediante ofício ou meio eletrônico, a existência de microcomputadores de mesa, monitores de vídeo, impressoras e demais equipamentos de informática, eletroeletrônicos, peças-parte ou componentes, classificados como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis, disponíveis para reaproveitamento.

Art. 7º Presentes razões de interesse social, a doação poderá ser efetuada pelos órgãos integrantes da administração pública federal direta, pelas autarquias e pelas fundações, após a avaliação de oportunidade e conveniência relativamente à escolha de outra forma de alienação, quando se tratar de material:

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

I - ocioso, recuperável, antieconômico e irrecuperável, podendo ocorrer em favor dos órgãos e entidades de Estados, Municípios, Distrito Federal, empresas públicas, sociedades de economia mista, instituições filantrópicas, organizações da sociedade civil reconhecidas de utilidade pública federal, estadual ou municipal e organizações da sociedade civil de interesse público;

II - adquirido com recursos de convênio celebrado com Estado, Território, Distrito Federal ou Município e que, a critério do Ministro de Estado, do dirigente da autarquia ou fundação, seja necessário à continuação de programa governamental após a extinção do convênio, podendo ocorrer em favor da respectiva entidade conveniente;

III - destinado à execução descentralizada de programa federal, podendo ocorrer em favor dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos consórcios intermunicipais, para utilização pelo órgão ou entidade executora do programa, hipótese em que se poderá fazer o tombamento do bem diretamente no patrimônio do donatário, no caso de material permanente, lavrado, em todos os casos, registro no processo administrativo competente.

Art. 11. Para fins da Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos, serão reconhecidas como CRC as iniciativas que priorizem:

I - o reúso de computadores e equipamentos de informática recondicionados;

II - o descarte adequado de equipamentos de informática e dos resíduos eletroeletrônicos;

III - o acesso gratuito às tecnologias da informação e comunicação;

IV - o estímulo ao empreendedorismo e à geração de trabalho e renda;

V - a promoção do uso de aplicativos, programas e sistemas operacionais livres e de domínio público;

VI - a valorização da infância, adolescência e juventude por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação.

Parágrafo único. É vedada a habilitação como PID e CRC de pessoas físicas e de instituições com fins lucrativos.

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p style="text-align: center;"><b>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>"Só será admitida a oferta do <b>produto XXXX</b> que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, <b>na(s) classe(s) XXXX</b>, nos termos da Portaria INMETRO nº <b>XXXX</b>, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória."</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>"O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) no Termo de Referência."</p> <p style="text-align: center;"><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>"Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de produto XXXX com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, <b>na(s) classe(s) XXXX</b>, nos termos da Portaria INMETRO nº <b>XXXX</b>, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória."</p> <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>"O <b>produto XXXX</b> a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, <b>na(s) classe(s) XXXX</b>, nos termos da Portaria INMETRO nº <b>XXXX</b>, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória."</p> |
|---------------------------------|---|



|  |  |
|--|--|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação das máquinas e aparelhos cujo funcionamento consuma energia elétrica que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto que será usado na execução dos serviços, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) no Termo de Referência.”</p>   |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <p>O cumprimento dos níveis de eficiência energética fixados pelo Poder Público é requisito para a comercialização do aparelho no Brasil. A lógica é que tais níveis correspondam à classe de menor eficiência da ENCE. Assim, a partir do momento em que se exige ENCE na(s) classe(s) mais eficientes, já é pressuposto o cumprimento dos índices mínimos de eficiência energética eventualmente incidentes para aquele aparelho.</p> <p>Lembramos que o fabricante de aparelhos elétricos também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Indústria Mecânica; Código: 4-1; Descrição: Fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície) e Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Códigos 5-2 a 5-4; Descrição: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos; Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio, de luz mista. Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática – Lei nº 12.305/2010: art. 33, V)</p> <p>O Decreto nº 10.240, de 2020, que estabeleceu sistema de logística reversa para produtos eletrônicos de uso doméstico, não se aplica a produtos eletrônicos de uso governamental (art. 1º c/c art. 3º, inciso XVIII)</p> |

**5. APARELHOS ELÉTRODOMÉSTICOS**

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização dos seguintes aparelhos eletrodomésticos: liquidificadores, secadores de cabelo e aspiradores de pó.

Exemplos:

Limpeza - Preparação de refeições - Etc.

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94 (Dispõe sobre a instituição do Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento)</a></li> </ul> <p><b>Liquidificadores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Instrução Normativa MMA nº 3, de 07/02/2000</a></li> <li>- <a href="#">Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO</a></li> </ul> <p><b>Secadores de cabelo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Instrução Normativa MMA nº 5, de 04/08/2000</a></li> <li>- <a href="#">Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO</a></li> </ul> <p><b>Aspiradores de pó:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 18/02/2004</a></li> <li>- <a href="#">Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO</a></li> <li>- <a href="#">INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 04 DE JUNHO DE 2014, SLTI /MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal)</a></li> </ul> |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <p>O INMETRO, em decorrência de uma parceria com o Ibama, institui o Selo Ruído, que indica o nível de potência sonora, medido em decibel - dB(A), de aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento.</p> <p>Atualmente, a aposição do Selo Ruído é obrigatória para liquidificadores, secadores de cabelo e aspiradores de pó comercializados no país, nacionais ou importados.</p> <p>Adotando-se o mesmo raciocínio da Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal), é possível justificar a exigência do Selo que indique o menor ruído, "Nível 1".</p>  |

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>Quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com o Selo de menor ruído "Nível 1" para determinado eletrodoméstico, devem ser admitidos produtos etiquetados com os Selos nas duas classes seguintes que possuam um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados, admitida a complementação de números de fornecedores de uma classe com a de outra.</p>  |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>- "Só será admitida a oferta de (liquidificador ou secador de cabelo ou aspirador de pó) que possua Selo Ruído indicativo do nível XX de potência sonora, nos termos da Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO, da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata."</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>- "O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia do Selo Ruído do produto ofertado, nos termos da Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO, da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata, para comprovação de que possui o nível máximo de ruído exigido no Termo de Referência."</p> <p><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>- "Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de (liquidificadores ou secadores de cabelo ou aspiradores de pó) com Selo Ruído, indicativo do nível XX de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata."</p> |

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>- Os (liquidificadores ou secadores de cabelo ou aspiradores de pó) utilizados na prestação dos serviços deverão possuir Selo Ruído, indicativo do nível XX de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO e da Instrução Normativa nº XXXX, e legislação correlata.</p> <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>"x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação dos produtos (liquidificadores ou secadores de cabelo ou aspiradores de pó) que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia do Selo Ruído do produto que será usado na execução dos serviços, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) no Termo de Referência."</p> |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <p>Lembramos que o fabricante e o importador dos aparelhos eletrodomésticos de que trata este item (liquidificadores, secadores de cabelo e aspiradores de pó) também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide respectivamente (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos) e (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código: 2142; Descrição: Importação de eletrodomésticos – Resolução CONAMA nº 20/1994).</p>   |

|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <p>No tocante à ENCE:</p> <p>Deve ser verificado se o eletrodoméstico possui a obrigatoriedade de apresentação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE). Caso positivo, deverão ter a classe de eficiência energética "A" inserida na especificação do objeto:</p> <p>IN nº 2, de 2014, SLTI/MPOG. Art.3º Nas aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia, que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), conforme publicação no sítio eletrônico <a href="http://www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp">www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp</a>, deverá ser exigido, nos instrumentos convocatórios, que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição. (IN n. 2/14 da SLTI/MPOG)</p> <p>Consulte-se também site do INMETRO e o Regulamento Específico para uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE.: <a href="http://www.inmetro.gov.br/consumidor/regEspecifico.asp">http://www.inmetro.gov.br/consumidor/regEspecifico.asp</a></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- O Decreto nº 10.240, de 2020, que estabeleceu sistema de logística reversa para produtos eletrônicos de uso doméstico, não se aplica a produtos eletrônicos de uso governamental (art. 1º c/c art. 3º, inciso XVIII)</li></ul> |
|-------------------|---|

## 6. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – Gêneros Alimentícios – Licitação

Aquisição de gêneros alimentícios por licitação. Desde que cumprido o percentual de 30% do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, para atendimento ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que deve ser cumprido mediante dispensa de licitação, será possível adquirir produtos provenientes de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Ex.: Café, açúcar, frutas, verduras, legumes, etc.

No setor de alimentos, a Anvisa coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, inspeção, fiscalização e controle de riscos, sendo responsável por estabelecer normas e padrões de qualidade e identidade a serem observados.

**O ALIMENTO PRECISA DE REGISTRO?** Consulte o site da Anvisa para verificação técnica se o alimento a ser adquirido precisa de registro ou está dispensado:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/alimentos>

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/alimentos/registro-unico>

**EMBALAGENS**, consulte:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/alimentos/embalagens>

**BIBLIOTECA DE ALIMENTOS:** Importante subsídio técnico, com menção às normas da Anvisa, periodicamente atualizado, disponível neste link (atualização até: 07/07/23):

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas/arquivos/biblioteca-de-alimentos>

**ATOS NORMATIVOS:** Consulte a página de legislação da Anvisa, na qual é possível busca temática e também baixar uma planilha com a lista de atos normativos (atualizada periodicamente):

<http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#>

**PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL:** Os produtos de origem animal devem atender a Lei 1.283/1950, regulamentada pelo Decreto 9.013/2017.

Subsídios no Ministério da Agricultura e Pecuária. Consulte:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/registro-de-estabelecimentos>



**PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL:** Os estabelecimentos que trabalhem no processo de classificação de produtos de origem vegetal devem estar registrados no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Consulte:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-de-produtos-origem-vegetal/legislacaoPOV>

|  |   |
|--|---|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 14.628, de 2023 - Institui o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Cozinha Solidária; Decreto n. 11.476, de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos</a></li> <li>- <a href="#">Lei n. 11.326, de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.</a></li> <li>- <a href="#">Decreto n. 9.064, de 2017 - Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 2006.</a></li> <li>- <a href="#">Lei 9.782/99 (define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Anvisa e dá outras providências).</a></li> <li>- <a href="#">Decreto 3029/1999 (aprova o Regulamento da Anvisa)</a></li> <li>- <a href="#">RDC 27/2010 ANVISA (Estabelece as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário).</a></li> </ul> |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>A Lei nº 14.628, de 2023 instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e definiu suas finalidades.</p> <p>A seu turno, a Lei nº 14.628/2023 (art. 8º) e Decreto 11.476/2023 estabeleceram o percentual mínimo de 30% do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei 11.326, de 2006, pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista.</p>  |

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PRINCIPAIS<br/>DETERMINAÇÕES</b> | <p>Se já foi cumprido o percentual mínimo na modalidade compra institucional, o órgão poderá realizar licitação para adquirir gêneros alimentícios, desde que não seja com a finalidade de atendimento ao PAA, para estes casos, mesmo adotando-se percentual acima do mínimo de 30 por cento, utiliza-se a compra institucional por dispensa de licitação.</p> <p>Nas licitações destinadas a aquisição de gêneros alimentícios, para agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas, que comprovem os requisitos para qualificação como tal, deve ser dado o mesmo tratamento favorecido, diferenciado e simplificado que é dado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal (Decreto 8.538/2015).</p> |
|-------------------------------------|--|

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p>Na fase de planejamento da contratação, observar se já foi cumprido o percentual mínimo de aquisição em relação ao orçamento previsto para o exercício financeiro (Decreto 11.476/2023), para atendimento ao PAA. Juntar aos autos a comprovação de que foi cumprido o percentual, sendo possível a aquisição de todo tipo de gêneros alimentícios, inclusive os que são oferecidos pela agricultura familiar.</p> <p style="text-align: center;"><b>NA AQUISIÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>"Só será admitida a oferta dos itens/grupos XXX, XXX e XXX originados da produção de agricultores familiares, das suas organizações, de empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários da Lei n. 11.326, de 2006."</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>a) Declaração por parte do fornecedor, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais do art. 3º da Lei n. 11.326, de 2006, para se qualificar como agricultor familiar, ou como empreendedor familiar rural, ou como os demais beneficiários dessa lei."</p> <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</b></p> <p>a) No caso de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei n.11.326, de 24 de julho de 2006: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF; e outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA.</p> <p>A depender dos gêneros alimentícios que serão licitados, recomenda-se a área técnica verificar se haveria a incidência dos requisitos a seguir transcritos (identificando para qual ou quais itens deve(m) ser feita(s) a(s) exigência(s):</p> |
|-------------------------------------|--|

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p><b>4) Após consulta ao site da ANVISA, verificando-se que o alimento precisa de registro na Agência e/ou há normas referentes às embalagens e rótulos, inserir como requisitos de aceitação do produto:</b></p> <p>a) Registro na ANVISA nos termos da RDC 27/2010</p> <p>b) Para os produtos embalados e rótulos devem ser observadas as regras constantes de .... (inserir normas correspondentes da Anvisa, se aplicáveis ao caso concreto).</p> <p><b>5) Para os produtos de origem animal, inserir como requisito de aceitação do produto:</b></p> <p>a) o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA)</p> |
|-------------------------------------|--|

**PRECAUÇÕES**

Nos termos do artigo 4º, § 2º, do Decreto n. 11.476, de 2023, os órgãos e entidades compradores poderão deixar de observar o percentual mínimo nos seguintes casos:

I. não recebimento do objeto, em razão de desconformidade do produto com as especificações demandadas;

II. insuficiência de oferta na região, por parte agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei n. 11.326, de 2006, para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; ou

III. Necessidade de aquisições especiais, esporádicas ou emergenciais, que deverão ser justificadas.

Observar as disposições específicas deste Guia sobre Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura familiar, da pesca artesanal, da aquicultura, da carcinicultura e da piscicultura na modalidade Compra Institucional, com dispensa de licitação e seus requisitos, antes de escolher a forma de aquisição.

O item seguinte deste Guia trata da aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura familiar, da pesca artesanal, da aquicultura, da carcinicultura e da piscicultura, com dispensa de licitação, pelo Poder Executivo federal.

## 7. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) Modalidade Compra Institucional – Dispensa de Licitação

Percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da [Lei n. 11.326](#), de 24 de julho de 2006

Ex.: Café, açúcar, frutas, verduras, legumes, etc.

O art. 4º, § 2º, da Lei 14.628/2023 estabelece os produtos que podem ser adquiridos por meio do PAA:

§ 2º São considerados de produção própria os seguintes produtos resultantes das atividades dos beneficiários de que trata o art. 5º desta Lei, na forma estabelecida pelo Grupo Gestor do PAA:

I - *in natura*;

II - processados;

III - artesanais;

IV - beneficiados; ou

V - industrializados.

No setor de alimentos, a Anvisa coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, inspeção, fiscalização e controle de riscos, sendo responsável por estabelecer normas e padrões de qualidade e identidade a serem observados.

**O ALIMENTO PRECISA DE REGISTRO?** Consulte o site da Anvisa para verificação técnica se o alimento a ser adquirido precisa de registro ou está dispensado:

[https://www.gov.br/anvisa/pt-](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/alimentos)

[br/sectorregulado/regularizacao/alimentos](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/alimentos)

[https://www.gov.br/anvisa/pt-](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/alimentos)

[br/sectorregulado/regularizacao/alimentos/registro-unico](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/alimentos/registro-unico)

**EMBALAGENS.** consulte:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/sectorregulado/regularizacao/alimentos/embalagens>

**BIBLIOTECA DE ALIMENTOS:** Importante subsídio técnico, com menção às normas da Anvisa, periodicamente atualizado, disponível neste link (atualização até: 07/07/23):

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas/arquivos/biblioteca-de-alimentos>



**ATOS NORMATIVOS.** Consulte a página de legislação da Anvisa, na qual é possível busca temática e também baixar uma planilha com a lista de atos normativos da Anvisa (atualizada periodicamente):

<http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#>

**PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL:** Os produtos de origem animal devem atender a Lei 1.283/1950, regulamentada pelo Decreto 9.013/2017.

Subsídios no Ministério da Agricultura e Pecuária. Consulte:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/registro-de-estabelecimentos>

**PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL:** Os estabelecimentos que trabalhem no processo de classificação de produtos de origem vegetal devem estar registrados no Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Consulte:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-de-produtos-origem-vegetal/legislacaoPOV>

## LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, institui o Programa de Aquisição de Alimentos \(PAA\) e o Programa Cozinha Solidária](#)
- [Lei n. 11.326, de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.](#)
- [Decreto n. 9.064, de 2017 - Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 2006.](#)
- [Decreto n. 11.476, de 2023 - Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA;](#)
- [Lei 9.782/99 \(define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Anvisa e dá outras providências\).](#)
- [Decreto 3029/1999 \(aprova o Regulamento da Anvisa\)](#)
- [RDC 27/2010 ANVISA \(Estabelece as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário\).](#)

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PRINCIPAIS<br/>DETERMINAÇÕES</b> | <p>A Lei n. 14.628 , de 20 de julho de 2023, nos termos do art. 2º e seguintes, instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e definiu suas finalidades.</p> <p>A seu turno, o Decreto 11.476, de 2023, , estabeleceu o percentual mínimo a ser destinado pela Administração Pública Federal à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei n. 11.326, de 2006 em seu art. 4º.</p> <p>Sendo assim, na fase de planejamento da contratação, considerar que, do total de recursos previstos, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, pelo menos 30% (trinta por cento) devem ser destinados à aquisição da produção de agricultores familiares, das suas organizações, de empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários da Lei n. 11.326, de 2006.</p> <p>O art. 4º do Decreto 11.476, de 2023 estabelece, in verbis:</p> <p>“Art. 4º Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, no mínimo trinta por cento serão destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares enquadrados no disposto na Lei nº 11.362, de 19 de outubro de 2006, e de suas organizações, por meio da modalidade prevista no inciso V do caput do art. 3º, conforme o disposto no art. 6º da Medida Provisória nº 1.166, de 2023.</p> <p>§ 1º O disposto no caput será aplicado nas aquisições ou no fornecimento de alimentos por empresas contratadas pela administração pública, conforme critérios previstos no edital de licitação.</p> <p>§ 2º Os órgãos e as entidades compradores poderão deixar de observar o percentual previsto no caput nas seguintes hipóteses:</p> <p>I – não recebimento do objeto, em razão de desconformidade do produto com as especificações demandadas;</p> |
|-------------------------------------|--|

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <p>II - insuficiência de oferta na região, por parte dos agricultores familiares e das suas organizações, dos empreendedores familiares rurais e dos demais beneficiários que se enquadrem no disposto na Lei nº 11.326, de 2006, para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; ou</p> <p>III - necessidade de aquisições especiais, esporádicas ou emergenciais, que deverão ser justificadas”.</p> <p>É importante esclarecer que a reserva mínima de 30% não necessita ser feita a cada novo procedimento licitatório, mas sim por exercício financeiro. Dessa forma, é interessante que o consulente faça um planejamento anual para a aquisição de gêneros alimentícios e separe no mínimo 30% dos recursos para aquisição de alimentos face aos agricultores familiares e suas organizações.</p> <p>Para cumprimento do percentual mínimo, a Administração terá liberdade de escolha dos produtos e quantitativos a serem adquiridos que deverá atender às aptidões locais/regionais do mercado produtor, às necessidades da Administração e à economicidade da contratação.</p> <p>Este item do Guia orienta que seja adotada a dispensa de licitação para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).</p> <p>Foi aprovado o Parecer Referencial nº 00005/2023/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU aplicável à dispensa para atendimento ao PAA, assim ementado:</p> <p>EMENTA: MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL – MJR. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. COMPRA INSTITUCIONAL. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA. Compra Institucional no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.</p> |
|---------------------------------|---|

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PRINCIPAIS<br/>DETERMINAÇÕES</b> | <p>I – Manifestação Jurídica Referencial elaborada com fundamento na Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014 e Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022;</p> <p>II - Relativização do envio obrigatório para controle prévio de legalidade. Aplicação da prerrogativa definida pelo § 5º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021;</p> <p>III - Órgão de destino da MJR: Todas as unidades assessoradas pela e-CJU/Aquisições;</p> <p>IV - Dispensa de análise individualizada pela e-CJU/Aquisições para casos idênticos e recorrentes, desde que o órgão assessorado ateste nos autos que a manifestação referencial se amolda à situação concreta, salvo caso de dúvida jurídica suscitada pelo órgão;</p> <p>V – Aplicável às contratações direta, mediante dispensa de licitação, objetivando aquisições de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares e demais beneficiários fornecedores enquadrados na Lei nº 11.326/2006, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei nº 14.628/2023, e regulamentado pelo Decreto nº 11.476/2023, na modalidade de execução Compra Institucional, precedida de Chamamento Público, na forma disciplinada na Resolução nº GGALIMENTA 3, de 14/06/2022;</p> <p>VI - Processo administrativo nº 00688.000917/2020-84;</p> <p>VII - Validade: 12 (dose) meses, a partir de sua aprovação.</p> |
|-------------------------------------|---|

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NA AQUISIÇÃO:</b></p> <p><b>1) Após consulta ao site da ANVISA, verificando-se que o alimento precisa de registro na Agência e/ou há normas referentes às embalagens e rótulos, inserir como requisitos de aceitação do produto:</b></p> <p>a) Registro na ANVISA nos termos da RDC 27/2010</p> <p>b) Para os produtos embalados e rótulos devem ser observadas as regras constantes de ..... (inserir normas correspondentes da Anvisa, se aplicáveis ao caso concreto).</p> <p><b>2) Para os produtos de origem animal, inserir como requisito de aceitação do produto:</b></p> <p>a) o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA)</p>  |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <p>Nos termos do artigo 4º, § 1º do <u>Decreto 11.476/2023</u>, os órgãos e entidades compradores poderão deixar de observar o percentual mínimo nos seguintes casos:</p> <p>I – não recebimento do objeto, em virtude de desconformidade do produto com as especificações demandadas;</p> <p>II – insuficiência de oferta na região, por parte agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na <u>Lei n. 11.326, de 2006</u>, para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; ou</p> <p>III – necessidade de aquisições especiais, esporádicas ou emergenciais que deverão ser justificadas...</p> <p>Conforme o art. 5º da Lei nº 14.628/2023, os beneficiários fornecedores do PAA, que são os agricultores familiares, os pescadores artesanais, os aquicultores, os carcinicultores e os piscicultores que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n. 11.326, de 2006 bem como os demais públicos beneficiários que produzam em áreas rurais, urbanas e periurbanas, conforme regulamento. Conforme o § 1º do art. 5º da Lei nº 14.628/2023, as aquisições dos produtos para o PAA poderão</p> |

**PRECAUÇÕES**

ser efetuadas diretamente dos beneficiários individuais ou indiretamente, por meio de suas cooperativas, associações de produtores e demais organizações, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Conforme art. 4º, § 1º da Lei 14.628, de 2023, na hipótese de impossibilidade de cotação de preços no mercado local ou regional, produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais.

O art. 6º da Lei nº 14.628/2023 estabelece que o Grupo Gestor do PAA estabelecerá critérios de acesso ao Programa dos seguintes grupos prioritários: I - as famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); II - povos indígenas; III - povos e comunidades tradicionais; IV - assentados da reforma agrária; V - pescadores; VI - negros; VII - mulheres; VIII - juventude rural; IX - pessoas idosas; X - pessoas com deficiência; e XI - famílias que tenham pessoas com deficiência como dependentes.

Ressalta-se que a aquisição de alimentos para atendimento ao PAA apresenta entre as suas finalidades, contribuir para o acesso à alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável e se destina a incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, pela pesca artesanal, pela aquicultura, pela carcinicultura e pela piscicultura nacionais e a produção por povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, negros, mulheres, juventude rural e agricultores familiares urbanos e periurbanos.



## 8. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES, MATERIAIS DA ÁREA DA SAÚDE, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E COSMÉTICOS.

Na compra de medicamentos, insumos hospitalares, materiais e equipamentos da área de saúde (medicina, enfermagem, odontologia e fisioterapia)

OBS: abrange saneantes, cosméticos, produtos de higiene, como, por exemplo, o álcool em gel.

OBS2: Verificar no site do INMETRO se o produto adquirido exige certificação compulsória. Não constando da lista, será voluntária ou voluntária:

<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>

<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>

A certificação compulsória deve ser exigida. No caso de certificação voluntária, o órgão deverá permitir que se comprove que os requisitos são cumpridos por outros meios.

### LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 6.360, de 1976 \(Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.\)](#)
- [Decreto nº 8.077, de 2013 \(Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências\)](#)
- [Lei nº 5.991, de 1973 \(Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências\)](#)
- [RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 da ANVISA \(Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento \(AFE\) e Autorização Especial \(AE\) de Empresas\)](#)
- [RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, da ANVISA \(Dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão de Certificação de Boas Práticas de Fabricação e de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem\).](#)
- [RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008, da ANVISA \(Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Bens e Produtos Importados para fins de Vigilância Sanitária\)](#)

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">RDC n. 203, de 26 de dezembro de 2017 (Dispõe sobre os critérios e procedimentos para importação, em caráter de excepcionalidade, de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa)</a></li> <li>- <a href="#">Portaria nº 384, de 18 de dezembro de 2020 do INMETRO (Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado)</a></li> <li>- <a href="#">RDC Anvisa nº 549, de 30 de agosto 2021 (Dispõe sobre os procedimentos para certificação compulsória dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária).</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa ANVISA nº 116, de 21 de dezembro de 2021 (Aprova a lista de Normas Técnicas, conforme Anexo I, cujos parâmetros devem ser adotados para a certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC ANVISA no 549, de 30 de agosto de 2021).</a></li> <li>- RDC 752, de 19 de setembro de 2022 (Dispõe sobre a definição, a classificação, os requisitos técnicos para rotulagem e embalagem, os parâmetros para controle microbiológico, bem como os requisitos técnicos e procedimentos para a regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes)</li> </ul> |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>Conforme o art. 1º da Lei nº 6360/1976 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros.</p> <p>Pelo teor do art. 2º desta mesma lei, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º - as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.</p> <p>Nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.077/2013 O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão</p>  |

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PRINCIPAIS<br/>DETERMINAÇÕES</b> | <p>competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.</p> <p>O art.7º do Decreto nº 8.077/2013 determina que os produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 1976, devem ser registrados na ANVISA.</p> <p>O controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em todo o território nacional, rege-se pela Lei nº 5.991/1973 que em seu art. 2º prevê que as suas disposições abrangem as unidades congêneres que integram o serviço público civil e militar da administração direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios e demais entidades paraestatais, no que concerne aos conceitos, definições e responsabilidade técnica.</p> <p>De acordo com o art. 2º, II e III, da RDC nº 16/2014 da ANVISA, a Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da ANVISA, contendo autorização para o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, concedido mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC 16 e a Autorização Especial (AE) é o ato de competência da ANVISA que autoriza o exercício de atividades que envolvem insumos farmacêuticos, medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial, bem como o cultivo de plantas que possam originar substâncias sujeitas a controle especial, mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos, constantes da RDC 16.</p> <p>A RDC nº 497, de 20 de maio de 2021 da ANVISA estabelece em seu art. 3º, inciso III, que a certificado de boas práticas de fabricação (CBPF) é o documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação dispostas na legislação em vigor;</p> <p>Conforme a RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008 - Detentor do Documento de Regularização do Produto na Anvisa é a designação dada ao titular do registro, do cadastro, da autorização de modelo, do comunicado, da notificação ou do protocolo pertinente do bem ou produto perante a ANVISA.</p> |
|-------------------------------------|--|

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PRINCIPAIS<br/>DETERMINAÇÕES</b> | <p>Pela Portaria nº 384, de 18 de dezembro de 2020, do INMETRO, art. 1º, ficam aprovados os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II.</p> <p>Consoante o art. 1º, § 2º da Portaria 384/2020 os Requisitos são aplicáveis a equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e a equipamentos com finalidade de embelezamento e estética.</p> <p>Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. (§ 3º da Portaria 384)</p> <p>Nos termos do §4º do art. 1º da Portaria 384, de 2020, cabe à ANVISA a definição quanto à exigência de caráter compulsório da certificação.</p> <p>A IN ANVISA Nº 116, de 2021, lista, no seu Anexo I, normas técnicas a serem adotadas na certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária. Essas normas definem requisitos gerais para segurança básica e desempenho essencial, e serão compulsórias a todos os equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária que estejam dentro dos seus campos de aplicação.</p> <p>Portanto, trata-se de requisito compulsório, que exigirá que os equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária (com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos) estejam todos com a etiqueta compulsória do INMETRO (Selo de Identificação da Conformidade). Esses produtos não podem ser comercializados sem a etiqueta do INMETRO. Ou seja, a etiqueta do INMETRO no produto será obrigatória.</p> |
|-------------------------------------|---|

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p>A depender dos materiais que serão licitados, recomenda-se à área técnica verificar se haveria a incidência dos requisitos a seguir transcritos (identificando para qual ou quais itens deve(m) ser feita(s) a(s) exigência(s):</p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>a) Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.</p> <p>b) Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <a href="http://www.inmetro.gov.br/legislacao">http://www.inmetro.gov.br/legislacao</a>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento)</p> <p>(Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes).</p> <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>a) A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021”.</p> |
|-------------------------------------|---|

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:</p> <p>a.1) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013</p> <p>a.2) Comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado nele.</p> <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de Habilitação jurídica:</b></p> <p><b>No caso de exercício de atividade de xxxx:</b></p> <p><b>Prova de atendimento aos seguintes requisitos:</b></p> <p>a.1) a Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;</p> <p>a.2) a Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;</p> <p>a3) A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente (verificar e indicar a legislação estadual ou municipal incidente).”</p> <p><b>Inserir no EDITAL - item de Qualificação Técnica:</b></p> <p>a) A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.</p> <p>OBS: É possível realizar consulta à situação da AFE ou AE das empresas no portal eletrônico da ANVISA: <a href="https://consultas.anvisa.gov.br/#/">https://consultas.anvisa.gov.br/#/</a>.</p> |
|---------------------------------|---|

**PRECAUÇÕES**

Verificar no objeto licitado, conforme o art. 4º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, se existiriam produtos que exigem a AE (Autorização Especial) para as atividades descritas no art. 3º da citada Resolução ou qualquer outra, para qualquer fim, com substâncias sujeitas a controle especial ou com os medicamentos que as contenham, segundo o disposto na Portaria SVS/MS nº 344, de 1998 e na Portaria SVS/MS nº 6, de 29 de janeiro de 1999.

Como é muito ampla a quantidade e variedade de produtos e materiais classificáveis como medicamentos, insumos hospitalares e materiais da área de saúde, recomenda-se ao órgão assessorado verificar se o objeto da licitação, ou parte dele, necessitaria de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP (tópico do CADASTRO TÉCNICO FEDERAL) também devem ser seguidas.

Nos casos de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa, além da exigência do AFE, é necessária a Declaração do Detentor de Registro – DDR. Por meio dessa declaração, a empresa detentora da regularização do produto autoriza uma outra empresa a realizar a atividade exclusiva de importação terceirizada (RDC 81/2008).

Na importação de medicamento, a RDC 203/2017, com destaque aos arts. 3º a 5º, dispõe sobre a excepcionalidade de importar produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa nas hipóteses que especifica. Efetuar verificação técnica em relação à participação de empresas estrangeiras sem registro na Anvisa nos termos da RDC 203/2017. (ACÓRDÃO nº 242/2023 - Plenário - TCU). Como se trata de hipótese reconhecida como excepcional na referida RDC e depende de análise técnica e não jurídica para sua configuração, optou-se por não incluir previsão genérica no tópico “Providência a ser adotada”

O TCU não admite a exigência do Certificado de Boas Práticas de Fabricação por linha de produção/produtos CBPF nem do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem (CBPDA) como critério de habilitação. O Acórdão 4788/2016 – TCU – 1ª Câmara definiu que a sua exigência deve ocorrer como obrigação contratual da empresa fornecedora e que o CBPF é indispensável para o registro de medicamentos.



|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <p>Também não é admitida a exigência de Declaração de Credenciamento Junto às Empresas Detentoras do Registro do Produto, (que não se confunde com a DDR) como critério de habilitação jurídica.</p> <p>Conforme o site do INMETRO as certificações voluntárias são aquelas em que a empresa define se deve ou não certificar o seu produto, e acordo com o disposto em uma norma técnica, partir dos benefícios que identifique que essa certificação pode trazer ao seu negócio.</p> <p>As certificações compulsórias são aquelas em que um regulamento determina que a empresa só pode produzir/comercializar um produto depois que ele estiver certificado.</p> <p>Nesse caso, uma portaria do Inmetro define os requisitos obrigatórios a serem seguidos por todas as empresas que produzam um determinado produto, bem como os prazos que a empresa terá para se adequar ao regulamento.</p> <p>Nos casos em que a certificação é voluntária, não havendo obrigatoriedade, o TCU tem entendido que não pode ser exigida a certificação do INMETRO, sendo possível a comprovação dos requisitos técnicos por outros meios (Acórdão 445/2016-TCU-Plenário) e que podem ser aceitas certificações equivalentes, emitidas por entidades que possuam acordo de reconhecimento mútuo com o INMETRO (Acórdão 337/2021- TCU- Plenário).</p> <p>Para os produtos de higiene, cosméticos e perfumes o art. 34 da RDC 752, de 19 de setembro de 2022 estabelece quais os grupos de produtos sujeitos a registro na ANVISA.</p> |
|-------------------|---|

**9. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL****ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS****AMBIENTAIS - Fabricação ou industrialização de produtos em geral**

Aquisição, locação ou utilização na prestação do serviço de produto cuja fabricação ou industrialização envolva atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais (art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

Citam-se, exemplificativamente, as seguintes categorias de FABRICANTES Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021):

- estruturas de madeira e de móveis
- veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios
- aparelhos elétricos e eletrodomésticos
- material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática
- pilhas, baterias e outros acumuladores
- papel, papelão, cartolina, cartão
- preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas
- sabões, detergentes e velas
- tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes
- fertilizantes e agroquímicos

Etc.

No site <https://dadosabertos.ibama.gov.br>, constam dados sobre pessoas jurídicas inscritas no CTF de acordo com a atividade (ao pesquisar, atentar para a data de atualização dos dados)

Fichas Técnicas de Enquadramento - disponíveis em:

<https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/fes>

**LEGISLAÇÃO**

- [Lei nº 6.938, de 1981 \(Política Nacional do Meio Ambiente\)](#)
- [Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 \(Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais\)](#)
- [Instrução Normativa nº 6, de 27 de janeiro de 2022 \(Consolida o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021\).](#)
- [Instrução Normativa nº 13 de abril de 2018 \(Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais\).](#)

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PRINCIPAIS<br/>DETERMINAÇÕES</b> | <p>As atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais estão elencadas no ANEXO I da IN 13/2021 IBAMA, consolidado pela IN 6/2022.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Há uma diferenciação importante: há o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CTF DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS (certidão emitida pelo sistema que demonstra a inscrição cadastral) e o CERTIFICADO DE REGULARIDADE (certidão que atesta a conformidade dos dados da pessoa inscrita para com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas que estão sob controle e fiscalização do IBAMA).</li><li>• As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.</li><li>• A inscrição no Cadastro Técnico Federal não desobriga as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.</li><li>• A Instrução Normativa nº 11 12, de 13 de abril de 2018, instituiu o regulamento de Enquadramento no CTF/APP e deverá ser consultada na fase de planejamento da contratação para identificação pelo órgão público se o objeto a ser licitado consta como atividade de alguma Ficha Técnica de Enquadramento..</li><li>• As Fichas Técnicas de Enquadramento no CTF/APP deverão ser consultadas ANTES de ser exigida, a inscrição do fornecedor nesse Cadastro. Elas são um guia juridicamente seguro para identificação correta da atividade a ser declarada no formulário de inscrição do CTF/APP.</li><li>• As tabelas de atividades com Fichas Técnicas de Enquadramento estão disponíveis no site do IBAMA, com orientações quanto ao enquadramento, classificação por Categorias, por Temas e Lista de todas as FTEs.</li></ul> |
|-------------------------------------|---|

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>As Fichas Técnicas de Enquadramento estão disponíveis em:<br/> <a href="https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/fte">https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/fte</a><br/> <a href="https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/servicos/cadastros/cadastro-tecnico-federal-ctf/cadastro-tecnico-federal-de-atividades-potencialmente-poluidoras-e-ou-utilizadoras-de-recursos-ambientais-ctf-app/fichas-tecnicas-de-enquadramento-ftes-1">https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/servicos/cadastros/cadastro-tecnico-federal-ctf/cadastro-tecnico-federal-de-atividades-potencialmente-poluidoras-e-ou-utilizadoras-de-recursos-ambientais-ctf-app/fichas-tecnicas-de-enquadramento-ftes-1</a> </li> </ul> <p>Evite inserções nas minutas de exigências SEM que se tenha verificado a obrigatoriedade, conforme acima.</p>   |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>"Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:</p> <p>a) especificar os itens (sugestão: a) listar os itens do termo de referência (exemplos: itens 1 a 4, 23 e 40 ou todos os itens)</p> <p>a) I(...)"</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>"a) Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021e normas supervenientes e a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;"</p> |

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p style="text-align: center;"><b>NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - especificação técnica do serviço:</b></p> <p>"Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/202, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>"a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração da licitante em que conste a descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13/2021 e normas supervenientes.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p> <p>Obs.: Conforme ressaltamos na primeira parte deste Guia, cabe ao gestor, na fase do planejamento da contratação, verificar a possibilidade de comprovação dos critérios de sustentabilidade e a sua disponibilidade no mercado. Neste caso, por se tratar de registro do fabricante, deve-se atentar para essas cautelas, e, caso não seja possível a obtenção do produto com o cumprimento da exigência do registro no CTFAPP do seu fabricante (licitação deserta ou fracassada), deve-se acostar a justificativa ao processo e proceder à licitação sem a referida exigência. Trata-se de situação excepcional.</p> |
|-------------------------------------|---|

**PRECAUÇÕES**

- O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.
- Todavia, normalmente quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral – os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.
- Portanto, a fim de não introduzir distinções entre os licitantes, entendemos que a forma mais adequada de dar cumprimento à determinação legal é inseri-la na especificação do produto a ser adquirido.
- Nessa hipótese, o licitante deverá comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP. A exigência de registro no CTF não se dirige ao próprio licitante.

**ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS – Serviços de Utilidade; Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Turismo; Uso de recursos naturais; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981-Obras civis;**

Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora (art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

**OBS:** Nos termos do §§ 1º e 2º, do art. 3º, da IN Ibama nº 5, de 2018: Não são considerados usuários de substâncias controladas citadas no caput desse artigo, os prestadores de serviços em refrigeração e consumidores. As pessoas físicas e jurídicas que atuam na reparação de aparelhos de refrigeração ficam desobrigadas de registro no CTF/APP.

- comerciante de:
- motosserras;
- combustíveis;
- derivados de petróleo;
- mercúrio metálico;
- produtos químicos e perigosos;

**OBS:** A Ficha Técnica de Enquadramento 18-7 traz as definições de produto perigoso. A expressão produtos químicos e perigosos abrange apenas produtos perigosos, conforme o Art. 17, inciso II da Lei nº 6938, de 1981. Ainda conforme a Ficha Técnica citada, o comerciante de produtos perigosos somente é obrigado a se inscrever no CTF/APP, se obrigado a autorização ou licença ambiental por órgão competente.

- de madeira, de lenha e de outros produtos florestais;
- construtor de obras civis (apenas grandes obras civis de infraestrutura, tais como implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura);

OBS: A construção de edifícios, por exemplo, não é uma atividade que obriga a empresa a se cadastrar, pois não está prevista como atividade sujeita a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis. O mesmo se diga de serviços comuns de engenharia.

- importador de baterias para comercialização de forma direta ou indireta;
- importador de pneus e similares;
- transportador de cargas perigosas;
- Transporte de produtos florestais
- consumo industrial de madeira, de lenha ou de carvão vegetal;

**OBS.:** O consumo de madeira que não seja em processo produtivo industrial não obriga à inscrição no CTF/APP.



|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 6.938, de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa IBAMA nº06, de 15/03/2013 (Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 (Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais).</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal)</a></li> </ul>   |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• As atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais estão elencadas no ANEXO I da IN 13/2021 IBAMA.</li> <li>• Há uma diferenciação importante: há o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CTF DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS (certidão emitida pelo sistema que demonstra a inscrição cadastral) e o CERTIFICADO DE REGULARIDADE (certidão que atesta a conformidade dos dados da pessoa inscrita para com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas que estão sob controle e fiscalização do IBAMA).</li> <li>• As pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.</li> <li>• A inscrição no Cadastro Técnico Federal não desobriga as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.</li> <li>• A Instrução Normativa nº 11, 12, de 13 de abril de 2018, instituiu o regulamento de Enquadramento no CTF/APP e deverá ser consultada na fase de planejamento da contratação para identificação pelo órgão público se o objeto a ser licitado consta como atividade de alguma Ficha Técnica de Enquadramento.</li> </ul> |

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• As Fichas Técnicas de Enquadramento no CTF/APP deverão ser consultadas ANTES de ser exigida, a inscrição do fornecedor nesse Cadastro. Elas são um guia juridicamente seguro para identificação correta da atividade a ser declarada no formulário de inscrição do CTF/APP.</li> <li>• As tabelas de atividades com Fichas Técnicas de Enquadramento estão disponíveis no site do IBAMA, com orientações quanto ao enquadramento, classificação por Categorias, por Temas e Lista de todas as FTEs.</li> <li>• As Fichas Técnicas de Enquadramento estão disponíveis em:<br/> <a href="https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/fte">https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/fte</a><br/> <a href="https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/servicos/cadastros/cadastro-tecnico-federal-ctf/cadastro-tecnico-federal-de-atividades-potencialmente-poluidoras-e-ou-utilizadoras-de-recursos-ambientais-ctf-app/fichas-tecnicas-de-enquadramento-ftes-1">https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/servicos/cadastros/cadastro-tecnico-federal-ctf/cadastro-tecnico-federal-de-atividades-potencialmente-poluidoras-e-ou-utilizadoras-de-recursos-ambientais-ctf-app/fichas-tecnicas-de-enquadramento-ftes-1</a> </li> </ul> <p>Evite inserções nas minutas de exigências SEM que se tenha verificado a obrigatoriedade, conforme acima.</p> |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</b></p> <p>“a) Para o exercício de atividade de XXXX, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n. 13/2021 e normas supervenientes</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;”</p>  |

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p style="text-align: center;"><b>NA AQUISIÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</b></p> <p>"a) Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p> |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | <ul style="list-style-type: none"><li>- Nesse caso, o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA.</li><li>- Assim, o registro no CTF deve ser exigido como requisito de habilitação jurídica do licitante, conforme art. 28, V, da Lei nº 8.666/93.</li></ul>  |

**10. INSTRUMENTOS DE DEFESA AMBIENTAL**

Contratação de consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais, ou contratação de aquisição, instalação ou manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (art. 17, I, da Lei nº 6.938/81)

Ex: - Elaboração de projeto, fabricação ou comercialização (incluindo locação, importação e exportação e instalação de máquinas e equipamento industriais) de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

- Manutenção de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle – calibração;
- Instalação de máquinas e equipamentos industriais
- Consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais;
- Responsabilidade técnica pelas atividades classificadas como instrumento de defesa ambiental;
- Gerenciamento de resíduos sólidos e perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final);

**LEGISLAÇÃO**

- Lei nº 6.938, de 1981
- Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013 (Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental - CTF/AINDA)
- RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 13 de junho de 1988 Publicada no DOU, de 15 de junho de 1988, Seção 1, páginas 10845 (Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental)

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

- As pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem as atividades listadas no Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, instituído pelo art. 17, inciso I, da Lei nº 6.938/81.
- A formalização do registro se dá mediante a emissão do Comprovante de Registro, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou a razão social, o porte e as atividades declaradas.

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A comprovação da regularidade do registro se dá mediante a emissão do Certificado de Regularidade, com validade de três meses, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou razão social, as atividades declaradas que estão ativas, a data de emissão, a data de validade e chave de identificação eletrônica.</li> <li>• A inscrição no Cadastro Técnico Federal não desobriga as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.</li> </ul>   |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica (da pessoa jurídica ou pessoa física):</b></p> <p>“a) Para o exercício de atividade de XXXX, classificada como instrumento de defesa ambiental, conforme Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013, e legislação correlata.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p> <p><b>NA AQUISIÇÃO (comercialização, incluindo locação, importação e exportação e instalação de máquinas e equipamento industriais):</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“Para a aquisição de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, classificados como instrumento de defesa ambiental, conforme Anexo I Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.938, de 1981.</p> |

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“a) Para a aquisição de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, classificados como instrumento de defesa ambiental, conforme Anexo I Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.938, de 1981.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p> <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica:</b></p> <p>“a) Para a aquisição de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, cujo comércio seja classificado como instrumento de defesa ambiental, conforme Anexo I Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013, e legislação correlata.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p> |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <p>No gerenciamento de resíduos sólidos, observar conjuntamente a Lei 12.305/10: Política Nacional de Resíduos Sólidos</p>  |

**11. COLETA SELETIVA CIDADÃ**

Trata-se do cumprimento do Decreto nº 10.936/2022, que instituiu a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis pelos órgãos e as entidades da administração pública federal, direta e indireta e a sua destinação prioritária às associações e às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | - <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 (art. 40 a 43)</a>   |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os órgãos e as entidades da administração pública federal, direta e indireta, deverão separar os resíduos reutilizáveis e recicláveis e destiná-los, prioritariamente, às associações e às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.</li> <li>• Caberá aos órgãos e às entidades da administração pública federal, direta e indireta, realizar os procedimentos necessários para a seleção de associações e de cooperativas cadastradas no Sinir, observado o disposto na legislação, com vistas a firmar termo de compromisso.</li> <li>• Deverão ser observadas as medidas complementares adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente, necessárias à execução do Programa Coleta Seletiva Cidadã, sobretudo com relação à formalização da contratação.</li> <li>• Alertamos que o cumprimento do citado Decreto requer necessariamente a participação dos servidores e demais colaboradores dos órgãos públicos, para que a separação dos resíduos possa ser efetuada, para posterior destinação. Para tanto, faz-se necessário um plano de gestão de resíduos que inclua ações de educação Ambiental dos servidores e demais colaboradores.</li> </ul> |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | Utilizar modelo de edital Coleta Seletiva, disponibilizado pela AGU em seu site:<br>Link:  |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | Enquanto não implementado o sistema de cadastro e habilitação de cooperativas e associações de catadores perante o SINIR, recomenda-se que os órgãos públicos assessorados pela AGU divulguem o edital perante as cooperativas e associações de catadores da municipalidade e que examinem, no momento da sessão pública, se as mesmas preenchem os requisitos do artigo 40, parágrafo único, incisos I, II e III do Decreto 10.936/2022. Tão logo implementado o sistema previsto no inciso IV do referido artigo, a exigência deverá ser feita pelos órgãos públicos nos novos editais sobre o tema”.  |



## 12. COLETA SELETIVA – CONTRATAÇÃO DA COLETA, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS REICLÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS

Conforme preceitua o artigo 24, inciso XXVII, da Lei nº 8.666/06, é dispensável a licitação na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei nº 8.666, de 1993 (Lei Geral de Licitações e Contratos)</li> <li>- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)</li> <li>- Lei nº 11.445, de 2007 (Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico)</li> <li>- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 (Capítulo II)</li> </ul>   |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando não for possível proceder à coleta seletiva cidadã de que trata o artigo 40 do Decreto nº 10.936, de 2022, é possível proceder à contratação de cooperativas ou de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio de dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso XXVII, da Lei nº 8.666, de 1993, enquanto estiver em vigor, e na alínea “j” do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (inciso I do art. 39 do Dec. nº 10.936/2022). Há, ainda, a possibilidade de serem firmados contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres com pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, observada a legislação aplicável (§ ún. do art. 39 do Dec. nº 10.936/2022).</li> <li>• A Administração contratante deve zelar para que os catadores alocados aos serviços façam uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.</li> </ul> |

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Justificar robusta e consistentemente a razão da impossibilidade de proceder à implantação da separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva cidadã, com a adoção das medidas necessárias ao cumprimento do disposto no Decreto nº 10.936, de 2022.</li> <li>• Sugere-se que o órgão ou entidade que não priorizar a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, ao menos promova chamamento público, para possibilitar a mesma oportunidade para as diversas pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis porventura disponíveis e aptas a serem contratadas.</li> <li>• Observar, no que couber, o Guia de Atuação Ministerial (Encerramento dos lixões e a inclusão social e produtiva das catadoras e catadores de materiais recicláveis). Disponível em: <a href="http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/245-cartilhas-e-manuais/6195-guia-de-atuacao-ministerial">http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/245-cartilhas-e-manuais/6195-guia-de-atuacao-ministerial</a>. Acesso em: 8 de agosto de 2018.</li> </ul> |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- A contratação direta prevista no inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993 é prevista eminentemente para permitir que municípios e o Distrito Federal se desincumbam dos seus misteres de executar a parte que lhe é imputada no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com observância das diretrizes nacionais para o saneamento básico estabelecidas na legislação. Avaliar se essa afirmação é pertinente, diante das novas diretrizes trazidas pelo inciso I do artigo 39 do Decreto nº 10.936/2022.</li> <li>- No entanto, é possível vislumbrar também a hipótese excepcional de contratação direta fundamentada nesse mesmo dispositivo por outros entes públicos que tenham uma justificativa muito robusta e consistente a respeito da impossibilidade de adoção do modelo disponível de Coleta Seletiva Solidária de que trata do Decreto nº 5.940, de 2006, atendendo-se, mesmo que de forma mais onerosa para o ente, os princípios sociais insculpidos na legislação nacional</li> </ul>  |

**PRECAUÇÕES**

que trata da gestão de resíduos sólidos. Avaliar se essa afirmação é pertinente, diante das novas diretrizes trazidas pelo inciso I do artigo 39 do Decreto nº 10.936/2022.

- Deve ser priorizada a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.
- A contratação de pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deve ser excepcional e devidamente justificada.

### 13. CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS – SEGURANÇA REGRAMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

Serviço de controle de vetores e pragas urbanas com uso de saneantes domissanitários (desinfetantes), definidos como:

“substâncias ou preparações destinadas à higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

- a) inseticidas - destinados ao combate, à prevenção e ao controle dos insetos em habitações, recintos e lugares de uso público e suas cercanias;
- b) raticidas - destinados ao combate a ratos, camundongos e outros roedores, em domicílios, embarcações, recintos e lugares de uso público, contendo substâncias ativas, isoladas ou em associação, que não ofereçam risco à vida ou à saúde do homem e dos animais úteis de sangue quente, quando aplicados em conformidade com as recomendações contidas em sua apresentação;
- c) desinfetantes - destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;
- d) detergentes - destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico.”

(art. 3º, VII, da Lei nº 6.360, de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências)

Exemplos: Serviço de desinfestação para controle de espécies sinantrópicas nocivas, tais como rato, barata, formiga, cupim, etc.

**OBS: O serviço de controle de vetores e pragas urbanas utiliza saneantes domissanitários e não agrotóxicos.**

#### LEGISLAÇÃO

- [Lei federal nº 6.360, de 1976 \(Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.\)](#)
- [Decreto nº 8.077, de 2013 \(Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências\)](#)

|  |  |
|--|--|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">RDC ANVISA nº 52, de 22 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências)</a></li> <li>- <a href="#">RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014 (Dispõe sobre Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006 – art. 5º e 9º (Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.)</a></li> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.</a></li> </ul>   |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.</li> <li>• A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.</li> <li>• A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.</li> <li>• Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.</li> <li>• A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.</li> <li>• A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.</li> <li>• Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA.</li> </ul> |

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PRINCIPAIS<br/>DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>• No que se refere à logística reversa:<ul style="list-style-type: none"><li>a) a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.</li><li>b) o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/ importador.</li><li>c) a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.<ul style="list-style-type: none"><li>c.1) caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação.</li><li>c.2) o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.</li></ul></li></ul></li><li>• A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfetantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.</li><li>• As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríplex lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.</li><li>• As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríplex lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.</li><li>• A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009.</li></ul> |
|-------------------------------------|--|

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental</li> </ul>  |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>1) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>"x) Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma RELAÇÃO DOS PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES que pretende utilizar no controle de pragas e vetores urbanos, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x.1). O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro na ANVISA dos produtos saneantes domissanitários/desinfetantes que se fazem necessários, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.</p> <p>x.2) Para os produtos, cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.</p> |



|                             |   |
|-----------------------------|---|
| PROVIDÊNCIA A SER<br>TOMADA | <p>x.2.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.”</p> <p>OBS: Não se está exigindo comprovação de inscrição e regularidade no Cadastro Técnico Federal/APP-Ibama do licitante, mas sim do fabricante do produto que será utilizado pelo licitante na prestação do serviço. Nessa linha, deverá o licitante diligenciar para a obtenção do comprovante do registro no CTF/APP-Ibama e do respectivo Certificado de Regularidade do fabricante do produto ofertado, sob pena de não-aceitação, caso o Pregoeiro não logre êxito em obtê-lo.</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</b></p> <p>“x) Para o exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006, da RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 e legislação e normatização correlata (citar também a legislação estadual e municipal pertinente).”</p> <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de qualificação técnica da empresa:</b></p> <p>“X) No caso de exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: Registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 (citar também a legislação estadual e municipal pertinente, quando houver essa exigência instituída em âmbito regional ou local).</p> <p>X) Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 (citar também a legislação estadual e municipal pertinente, quando houver essa exigência instituída em âmbito estadual, distrital ou municipal).</p> |
|-----------------------------|---|

|                          |   |
|--------------------------|---|
| PROVIDÊNCIA A SER TOMADA | <p>X.1) Em princípio, poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional.”</p> <p><b>4) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>“Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009.”</p> <p><b>5) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do fabricante no CTF;</li><li>- Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009;</li><li>- A CONTRATADA deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte;</li><li>- O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo distribuidor/fabricante/importador;</li><li>- A CONTRATADA fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimentos por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente;</li></ul> |
|--------------------------|---|

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da CONTRATADA, que deve guardar os comprovantes da referida destinação;</li><li>- O estabelecimento que as receber deve fornecer, à CONTRATADA, documento comprobatório de recebimento das embalagens;</li><li>- As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríple lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente;</li><li>- As embalagens vazias de produtos, que não apresentem solubilidade em água, não devem passar por tríple lavagem, devendo a CONTRATADA seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes;</li><li>- A Contratada fornecerá mão de obra especializada, material, produtos, equipamentos e supervisão técnica necessários à execução dos serviços;</li><li>- Os empregados da contratada destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital;</li><li>- A CONTRATADA deve fornecer, ao cliente, o comprovante de execução de serviço, contendo, no mínimo, as seguintes informações:<ul style="list-style-type: none"><li>I. Nome do cliente;</li><li>II. Endereço do imóvel;</li><li>III. Praga(s) alvo;</li><li>IV. Data de execução dos serviços;</li><li>V. Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;</li><li>VI. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);</li><li>VII. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);</li><li>VIII. Orientações pertinentes ao serviço executado;</li></ul></li></ul> |
|-------------------------------------|--|

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>IX. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;</p> <p>X. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;</p> <p>XI. Identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licença do INEA;</p> <p>XII. Do Certificado de garantia deverá constar identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.</p> <p>- A CONTRATADA deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença dada pelo órgão estadual/municipal competente;</p> <p>- Toda e qualquer nota fiscal de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas só terá validade se for emitida pela CONTRATADA, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias (ou órgãos semelhantes) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação da execução dos serviços;</p> <p>- A CONTRATADA deverá observar, no que couber, a Lei n.º 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993) e a IN n.º 1/2010 da SLTI/MPOG, na execução dos serviços.”</p> |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | <p>- Lembramos que o fabricante de desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas também deve estar registrado e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas). Observar que tais disposições já foram incluídas neste item do Guia.</p>   |

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <p>- É preciso registrar ainda que o item do Cadastro Técnico Federal que exigia o registro da empresa de prestação de serviços de controle de pragas domésticas com aplicação de produtos químicos (Categoria: Serviços de Utilidade; Código 17 – 15; Descrição:- Prestação de serviços de controle de pragas domésticas com aplicação de produtos químicos.) não se encontra mais no Anexo I da Instrução Normativa Ibama nº 6, de 15 de março de 2013 (Regulamenta o CTF-Ibama). O Anexo I da IN nº 6, de 2013 em vigor é aquele estabelecido pela IN Ibama nº 11, de 2018, no qual não consta mais o código 17-15 acima referido. Ou seja, a referida atividade não demanda mais inscrição pelas empresas no CTF/APP-Ibama.</p> <p><b>Decreto nº 10.936, de 2022:</b></p> <p>Art. 16. A fiscalização do cumprimento das obrigações previstas em instrumentos de logística reversa caberá aos órgãos executores, seccionais e locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, estabelecidos pela Erro! A referência de hiperlink não é válida., e pelos seus regulamentos, sem prejuízo do exercício das competências de outros órgãos e entidades públicos.</p> <p>Art. 17. O sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e suas embalagens, observará o disposto em legislação específica sobre a matéria.</p> <p>(...)</p> <p>Art. 28. Os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de produtos, de seus resíduos e de suas embalagens aos quais se refere o caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e de outros produtos, de seus resíduos ou de suas embalagens que sejam objeto de logística reversa na forma prevista no § 1º do referido artigo, não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial ou ao termo de compromisso firmado com a União.</p> <p>§ 1º As obrigações a que se refere o caput incluem os dispositivos referentes:</p> <p>I - à operacionalização, aos prazos, às metas, aos controles e aos registros da operacionalização dos sistemas de logística reversa;</p> |
|-------------------|--|

|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <p>II – aos planos de comunicação, às avaliações e ao monitoramento dos sistemas de logística reversa; e</p> <p>III - às penalidades e às obrigações específicas imputáveis aos fabricantes, aos importadores, aos distribuidores e aos comerciantes.</p> <p>§ 2º Eventual revisão dos termos e das condições previstos em acordo setorial ou em termo de compromisso firmado com a União, consubstanciada em termos aditivos e que altere as obrigações de que trata este artigo, será atendida pelos fabricantes, pelos importadores, pelos distribuidores e pelos comerciantes a que se refere o caput.</p> <p>Art. 29. Na hipótese de descumprimento das obrigações previstas em acordo setorial ou em termo de compromisso de que trata o art. 18, inclusive daquelas decorrentes do disposto no art. 28, serão aplicadas aos signatários, aos aderentes e aos não signatários as penalidades previstas na legislação ambiental.</p> |
|-------------------|---|

**14. CREDENCIAMENTO NA ÁREA DE SAÚDE**

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.</a></li> <li>- <a href="#">Norma Regulamentadora NR 32/ABNT</a></li> <li>- <a href="#">Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa (Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.)</a></li> <li>- <a href="#">Resolução n. 358/2005 – CONAMA (Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.)</a></li> <li>- <a href="#">Resolução –RDC nº 222, de 28 de março de 2018 (Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências)</a></li> </ul> |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | Aspectos de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores, processamento de produtos de saúde e destinação ambiental de resíduos de saúde.   |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>Inserir como obrigação da contratada no termo de referência:<br/>A contratada observará:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;</li> <li>2. boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa)</li> <li>3. destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA). (vide disposições detalhadas no item que trata dos RESÍDUOS- Serviços de saúde deste Guia)</li> <li>4. Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes.</li> </ol>   |



|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Lembramos que as exigências de adequado gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde também incidem na contratação de Organizações Cíveis de Saúde (OCS) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) pelas Forças Armadas.</li></ul> <p>Assim, cabe inserir as disposições pertinentes nos editais de credenciamento lançados para tal fim.</p> <p>Pesquisa de normas da Anvisa está disponível no site:<br/><a href="https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas">https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas</a>, na qual destacamos o manual Biblioteca de Serviços de Saúde</p> |
|-------------------|---|

**15.DETERGENTE EM PÓ**

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de detergente em pó.

Exemplo:

Limpeza – Lavanderia - Etc.

Para Serviços de Limpeza e Conservação acrescentar as orientações/normas do tópico específico.

|  |  |
|--|--|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005 (dispõe sobre a regulamentação do teor de fósforo em detergentes em pó para uso em todo o território nacional e dá outras providências)</a></li> <li>- <a href="#">Lei nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.)</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências)</a></li> <li>- <a href="#">RDC ANVISA Nº 40, de 2008 (Aprova o Regulamento Técnico para Produtos de Limpeza e Afins harmonizado no âmbito do Mercosul através da Resolução GMC nº 47/07.)</a></li> <li>- <a href="#">RDC ANVISA Nº 42, de 2009 (Dispõe sobre procedimento, totalmente eletrônico, para a notificação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de Produtos Saneantes de Risco I, em substituição ao disposto na Resolução RDC nº 184, de 22 de outubro de 2001 e dá outras providências.)</a></li> <li>- <a href="#">RDC ANVISA Nº 59, DE 2010, (Dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes e dá outras providências.)</a></li> </ul> |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os detergentes em pó utilizados no país, ainda que importados, devem respeitar limites de concentração máxima de fósforo;</li> <li>• Os saneantes devem ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme sua respectiva classificação como de risco I ou risco II;</li> </ul>   |

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>O fabricante de detergentes deve ser registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas).</li> </ul>   |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p style="text-align: center;"><b>NA AQUISIÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>"X) Só será admitida a oferta de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.</p> <p>X2) Só será admitida a oferta de detergente em pó previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010.</p> <p>x3) Por se tratar de produto cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, somente será aceita a oferta de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata."</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> |

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p>"X) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação:</p> <p>X.1 comprovação de que o produto ofertado respeita os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata;</p> <p>X.2) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010."</p> <p>x.3) o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.</p> <p>x.3.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta <i>on line</i> ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;"</p> <p style="text-align: center;"><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>"1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>"x) Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de <b>detergente em pó</b>, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata."</p> <p>"x2) Os produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente notificados/registrados na ANVISA, conforme Lei nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010.</p> |
|--|---|

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>X3) Por se tratar de produto cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, somente será aceito na execução do serviço o uso de produto, cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.”</p> <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>a) A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, e as respectivas comprovações a ele pertinentes exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico;</li><li>- O detergente em pó a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir composição que respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata;</li><li>- Os produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente notificados/registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010;</li><li>- O fabricante dos produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.”</li></ul> |
|---------------------------------|--|

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma declaração com a descrição do <b>detergente em pó</b>, indicando a marca e o fabricante, que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação:</p> <p>a) comprovação de que a composição do <b>detergente em pó</b> a ser usado na prestação dos serviços respeita os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.”</p> <p>b) o documento comprobatório da notificação/registro do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 40, de 2008 e RDC ANVISA Nº 59, DE 2010.</p> <p>X2) Para os produtos, cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata.</p> <p>x.2.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta <i>on line</i> ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.”</p> |
|-------------------------------------|---|

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>OBS: Não se está exigindo comprovação de inscrição e regularidade no Cadastro Técnico Federal/APP-Ibama do licitante, mas sim do fabricante do produto que será utilizado pelo licitante na prestação do serviço. Nessa linha, deverá o licitante diligenciar para a obtenção do comprovante do registro no CTF/APP-Ibama e do respectivo Certificado de Regularidade do fabricante do produto ofertado, sob pena de não-aceitação, caso o Pregoeiro não logre êxito em obtê-lo.</p>   |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | <p>- Lembramos que o fabricante de detergentes também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (FTE-Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas)</p> <p>Pesquisa de normas da Anvisa está disponível no site <a href="https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas">https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas</a>, na qual destacamos o manual Biblioteca de Saneantes</p> |



**16. ENERGIA LIMPA (FOTOVOLTAICA)**

Este item é uma inovação na 2ª edição do Guia. Trata-se de indicação de Boa Prática de Gestão Pública Sustentável, com a apresentação dos normativos correspondentes para os órgãos públicos que pretendam implementar painéis fotovoltaicos.

Neste sentido, é obrigatória a aplicação de recursos, pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, em Programas de Eficiência Energética, de acordo com o regulamento estabelecido pela ANEEL.

**LEGISLAÇÃO**

- [Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022](#), institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS).
- [Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000](#), dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.
- [Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015](#), dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga; e altera diversas leis.
- [Resolução Normativa ANEEL nº 920, 23 de fevereiro de 2021](#), aprova os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE e revoga a Resolução Normativa nº 556, de 18 de junho de 2013, o art. 1º da Resolução Normativa nº 830, de 23 de outubro de 2018, e a Resolução Normativa nº 892, de 11 de agosto de 2020.
- [Resolução Normativa ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020](#), alterada pela [Resolução Normativa ANEEL nº 954, de 30 de novembro de 2021](#), estabelece os requisitos e procedimentos necessários à obtenção de outorga de autorização para exploração e à alteração da capacidade instalada de centrais geradoras Eólicas, Fotovoltaicas, Termelétricas, Híbridas e outras fontes alternativas e à comunicação de implantação de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida.
- [Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023](#), aprimora as regras para a conexão e o faturamento de centrais de microgeração e minigeração distribuída em sistemas de distribuição de energia elétrica, bem como as regras do Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- As concessionárias e as permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica poderão aplicar recursos de eficiência energética para instalar sistemas de geração de energia renovável em edificações utilizadas pela administração pública, quando tecnicamente viável e previamente autorizado pelo ente proprietário do prédio – Art. 1º, VI, da Lei nº 9.991, de 2000, com a redação da Lei nº 14.120, de 2021.</li> <li>- Pela Resolução Normativa ANEEL nº 920, de 2021, as concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica deverão realizar Chamada Pública para seleção de projetos de eficiência energética, nos termos do art. 9º.</li> </ul>  |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar a legislação e normativos citados.</li> <li>• Verificar junto à concessionária de energia elétrica as informações e a programação para a Chamada Pública referida na Resolução ANEEL 556/2013.</li> </ul> <p>A Advocacia-Geral da União adotou a sistemática e conta com uma miniusina fotovoltaica no Edifício Sede II da Advocacia-Geral da União em Brasília. O equipamento, capaz de gerar energia solar para a sede, representa uma iniciativa pioneira de sustentabilidade no setor público. A usina, que produz energia elétrica a partir da absorção de luz solar, tem capacidade de geração de energia de 280,8 kW-pico – o que permitirá uma economia de R\$ 300 mil por ano nas despesas da AGU com energia, além de uma redução de 230 toneladas/ano na emissão dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>), o equivalente ao plantio de 1.848 árvores.</p> <p>(fonte: <a href="https://antigo.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/721619">https://antigo.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/721619</a>)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Registrar o requerimento de outorga de autorização para exploração de Central Geradora Fotovoltaica com potência superior a 5.000 kW ou comunicar à ANEEL a implantação de Central Geradora Fotovoltaica, com capacidade instalada reduzida (igual ou inferior a 5.000 kW) nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 876, de 10 de março de 2020.</li> </ul> |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <p>Boa Prática de Gestão Pública Sustentável em consonância com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável n. 7.</p>   |

**17.FRASCOS DE AEROSSOL EM GERAL**

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de frascos de aerossol

Os passos estão descritos na coluna “PROVIDENCIA A SER TOMADA”

Exemplo:

Limpeza – Pintura - Manutenção predial - Obras e serviços de engenharia - Etc.

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.</a></li> <li>- <a href="#">Portaria INMETRO nº 329, de 29 de julho de 2021 (Dispõe sobre as mercadorias pré-embaladas comercializadas sob a forma de aerossol)</a></li> </ul>  |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não existe, até a data de 29 de março de 2022, acordo setorial específico para frasco de aerossol.</li> </ul>  |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>Logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, pelos seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos.</p> <p>Como primeira cautela, o órgão deve verificar se, para aquele produto ou embalagem, já existe regulamentação editada pelo Poder Público – seja na esfera federal, estadual ou municipal –, ou acordo setorial ou termo de compromisso celebrado pelo Poder Público com o setor produtivo.</p> <p>No caso dos frascos de aerossol, não há regulamentação ou acordo em âmbito nacional. Assim, é recomendável que o órgão consulte os fornecedores do ramo para conhecer suas práticas de destinação final dos produtos ou embalagens comercializados. Desta forma, poderá avaliar se há condições médias no mercado de exigir, como obrigação contratual, que a empresa contratada efetue o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos produtos ou embalagens por ela utilizados ou fornecidos.</p> |

|                          |  |
|--------------------------|--|
| PROVIDÊNCIA A SER TOMADA | <p>De todo modo, o pressuposto para a inserção de tal obrigação contratual, quando ainda não houver acordo setorial ou termo de compromisso, é assegurar que não represente fator de restrição à competitividade ou custo desarrazoável para o órgão contratante.</p> <p><b>VERIFICAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a. SE O ACORDO SETORIAL FOI IMPLEMENTADADO, EM CONSULTA AO SITE <a href="https://sinir.gov.br/logistica-reversa/sistemas-implantados">https://sinir.gov.br/logistica-reversa/sistemas-implantados</a>, OU</li><li>b. SE HÁ PREVISÃO ESTADUAL PARA A LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS DE FRASCOS DE AEROSSOL OU</li><li>c. SE HÁ LOGÍSTICA IMPLEMENTADA PELO SETOR EMPRESARIAL.</li></ul> <p><b>Em caso positivo para qualquer uma das situações: 1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“A contratada deverá providenciar o recolhimento dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.”</p> <p>Caso haja previsão estadual específica para a logística reversa de frascos de aerossol no Estado em que sediado o órgão assessorado, inserir a norma correspondente.</p> |
| PRECAUÇÕES               | <p>A Portaria INMETRO nº 329, de 29 de julho de 2021, estabelece volume máximo de 750 ml ou 750 cm<sup>3</sup> para as mercadorias pré-embaladas sob a forma de aerossol.</p>  |

**18. LÂMPADAS EFICIENTES**

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas de LED.

Sugerimos avaliar a aquisição de lâmpadas fabricadas com tecnologias mais avançadas e que causem menor danos ao meio ambiente.

Exemplo:

Manutenção predial - Obras e serviços de engenharia - Etc.

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.</a></li> <li>- <a href="#">Resolução CONMETRO nº 01, de 05/07/2016 (Dispõe sobre a anuência nas importações de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e seus componentes)</a></li> <li>- <a href="#">Portaria nº 17, de 14 de janeiro de 2022 – INMETRO - Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas Fluorescentes Compactas com Reator Integrado à Base</a></li> <li>- <a href="#">Portaria nº 69, de 16/02/2022 – INMETRO - Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas LED com Dispositivo de Controle Integrado à Base.</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, institui o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e o Certificado de Crédito de Massa Futura, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.</a></li> </ul> |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes ou revendedores de lâmpadas fluorescentes são responsáveis pelo recolhimento, pela descontaminação e pela destinação final ambientalmente adequada do produto.</li> </ul>   |

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

- Para tanto, devem manter um sistema de coleta em recipientes próprios, instalados em locais visíveis, para que os usuários do produto possam descartá-lo adequadamente.
  - Atualmente, há um [acordo setorial para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista, assinado no dia 27/11/2014](#), cujo extrato foi publicado no DOU de 12/03/2015. Seu objetivo é garantir que a destinação final dos resíduos dessas lâmpadas seja feita de forma ambientalmente adequada e em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Nos termos da Resolução CONMETRO nº 01, de 05 de julho de 2016, a participação de fabricantes e importadores de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e seus componentes, relacionadas em seu Anexo I, em um sistema de logística reversa é requisito de conformidade para a importação e comercialização desses produtos.
- A Portaria nº 17, de 14 de janeiro de 2022, do INMETRO - Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Lâmpadas Fluorescentes Compactas com Reator Integrado à Base. Assim, estes produtos devem ter a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, registro no INMETRO e Selo de conformidade.
- A Portaria nº 69, de 16 de fevereiro de 2022, do INMETRO exige que as lâmpadas LED com dispositivo de controle integrado à base fabricadas, importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidas, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio de mecanismo de certificação descrito na portaria. Devem também ostentar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE e sua importação depende de anuência do INMETRO, observada a Portaria nº 18, de 14 de janeiro de 2016, do INMETRO.

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <p>O Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, regulamentou as disposições legais vigentes que tratam de logística reversa e instituiu o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa – CCLRL, que pode ser adquirido pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes para fins de comprovação do cumprimento das metas de logística reversa, e o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral – CERE, que pode ser solicitado por fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos ou embalagens sujeitos à logística reversa que investirem em projetos estruturantes de recuperação de materiais recicláveis à entidade gestora (pessoa jurídica responsável por estruturar, implementar e operacionalizar o sistema de logística reversa de produtos e embalagens em modelo coletivo), e o Certificado de Crédito de Massa Futura.</p>  |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>A logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, pelos seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos.</p> <p>Como primeira cautela, o órgão deve verificar se, para aquele produto ou embalagem, já existe regulamentação editada pelo Poder Público – seja na esfera federal, estadual ou municipal –, ou acordo setorial ou termo de compromisso celebrado pelo Poder Público com o setor produtivo.</p> <p>Se ainda não houver regulamentação ou acordo, é recomendável que o órgão consulte os fornecedores do ramo para conhecer suas práticas de destinação final dos produtos ou embalagens comercializadas. Desta forma, poderá avaliar se há condições médias no mercado de exigir, como obrigação contratual, que a empresa contratada efetue o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos produtos ou embalagens por ela utilizados ou fornecidos.</p> |



|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p>Com a criação do Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa – CCLRL e do o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral – CERE pelo Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, a apresentação dos referidos documentos na licitação constitui providência mais simples e objetivamente aferível quanto ao cumprimento da exigência relativa à logística reversa por parte do contratado/fornecedor.</p> <p>De todo modo, o pressuposto para a inserção de tal obrigação contratual, quando ainda não houver acordo setorial ou termo de compromisso, é assegurar que não represente fator de restrição à competitividade ou custo desarrazoável para o órgão contratante.</p> <p style="text-align: center;"><b>EM QUALQUER CASO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 14 do Decreto nº 10.936/2022, e legislação correlata.”</p> <p><b>NA AQUISIÇÃO (para lâmpadas fluorescentes compactas com reator integrado à base):</b></p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</p> <p>“Só será admitida a oferta de lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 17, de 14 de janeiro de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”</p> |
|-------------------------------------|---|

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p>“Para a lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base, cabe registro no INMETRO, considerando a Portaria nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva, bem como a apresentação de Selo de identificação da conformidade nos termos da Portaria nº 17, de 14 de janeiro de 2022.”</p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“Só será admitida a oferta de lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 69, de 16 de fevereiro de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”</p> <p>“Para a lâmpada de LED com dispositivo de controle integrado à base, cabe registro no INMETRO, considerando a Portaria nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva, bem como a apresentação de Selo de identificação da conformidade nos termos da Portaria nº 69, de 16 de fevereiro de 2022.”</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE da lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base <u>e/ou lâmpada de LED com dispositivo de controle integrado à base</u>, bem como do Selo de identificação da conformidade.</p> |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, de abrangência nacional, determina que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.</li> </ul>  |

**PRECAUÇÕES**

- Para lâmpadas fluorescentes com reator Integrado à base cabe a exigência de certificação compulsória do INMETRO (Portaria nº 17, de 14/01/2022), assim, as exigências da Portaria devem ser cumpridas pelos fornecedores.
- Encontram-se excluídas do cumprimento das disposições da Portaria INMETRO nº 17/2022 lâmpadas com bulbo ou invólucro não removível coloridos e lâmpadas fluorescentes circulares com reator integrado à base (art. 3º, § 2º da referida Portaria).
- Vale ressaltar que as lâmpadas de LED com dispositivos de controle integrado à base também exigem certificação compulsória do INMETRO, conforme a Portaria nº 69, de 16/02/2022. As lâmpadas de LED são mais eficientes, econômicas e possuem estrutura 95% reciclável.
- O órgão deverá verificar se existe legislação estadual ou local específica disciplinando o tema.
- Lembramos que determinados tipos de lâmpadas também se sujeitam às disposições da Lei nº 10.295/2001 e Decreto nº 9.864/2019, que fixam índices mínimos de eficiência energética ou níveis máximos de consumo de energia elétrica (conforme item específico deste Guia - "APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL").
- Lembramos que o fabricante e o Importador de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide para o **fabricante** (FTE-Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-4; descrição: Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio, de luz mista. Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática – Lei nº 12.305/2010: art. 33, V) e vide para o **importador** (FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código: 21-41; Descrição: Importação de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista – Lei nº 12.305/2010)

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Se a Administração, nos casos de aquisição, verificar na fase de planejamento que a obrigação de imputar à contratada a destinação ambiental adequada da lâmpada for implicar em fator de restrição à competitividade ou custo desarrazoável, deverá, em estudo técnico preliminar, avaliar e motivar administrativamente a não inclusão da obrigação, desde que haja a assunção pela Administração da responsabilidade pela destinação ambiental adequada das lâmpadas.</li></ul> |
|-------------------|--|

| 19.LIMPEZA E CONSERVAÇÃO – Serviços de limpeza e conservação |   |
|--|---|
| LEGISLAÇÃO   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa no. 5/2017 – SEGES/MPDG (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências)</a></li> </ul>  |
| PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES                                     | <p>a) Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:</p> <p>I- use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</p> <p>II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.</p> <p>III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</p> <p>IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</p> |

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>VI - realize a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 2022;</p> <p>VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;</p> <p>VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.</p> <p>b) Para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).</p> |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:</p> <p>a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.</p> <p>a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.</p> <p>b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:</p> <p>b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;</p>  |

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;</p> <p>b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</p> <p>b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;</p> <p>b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</p> <p>b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;</p> <p>c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);</p> <p>d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</p> <p>e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</p> <p>f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;</p> <p>g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:</p> <p>g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;</p> <p>g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;</p> <p>g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”</p> |
|---------------------------------|---|



|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>- De acordo com a IN no. 5/2017, SEGES/MPDG, a Administração deve atentar para a inserção de exigências de sustentabilidade na execução do serviço, conforme disposto no Caderno de Logística (Anexo VI – B da IN 5/2017)</li><li>- Quando os serviços de limpeza abarcam itens já sujeitos a regramento próprio (descarte adequado de pilhas, lâmpadas e pneus usados; utilização de aparelhos eletrodomésticos; utilização de produtos cujo fabricante deve estar inscrito e regular no CTF-Ibama, etc.), cabe reproduzir também as disposições específicas de cada item.</li></ul> |
|-------------------|---|

**20.LIXO TECNOLÓGICO**Exemplo:

Manutenção de computadores - Manutenção de aparelhos eletrônicos - Etc.

**LEGISLAÇÃO**

- [Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos](#)
- [Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.](#)
- [Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, institui o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e o Certificado de Crédito de Massa Futura, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.](#)

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

- Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida de produtos eletrônicos, que inclui a disposição final ambientalmente adequada (art. 3º do Decreto nº 10.936, de 2022, c/c art. 3º, IV, da Lei nº 12.305, de 2010).
- Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletrônicos deverão estruturar, implementar e operar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, além de assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da logística reversa (art. 33, VI, da Lei nº 12.305, de 2010 c/c incisos I e II do artigo 14 do Decreto nº 10.936, de 2022).
- No caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm o compromisso de participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município (art. 31, IV, da Lei nº 12.305, de 2010).

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>• O Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, regulamentou as disposições legais vigentes que tratam de logística reversa e instituiu o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa – CCLRL, que pode ser adquirido pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes para fins de comprovação do cumprimento das metas de logística reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral – CERE, que pode ser solicitado por fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos ou embalagens sujeitos à logística reversa que investirem em projetos estruturantes de recuperação de materiais recicláveis à entidade gestora (pessoa jurídica responsável por estruturar, implementar e operacionalizar o sistema de logística reversa de produtos e embalagens em modelo coletivo), e o Certificado de Crédito de Massa Futura.</li></ul>   |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>A logística reversa, que pode ser implementada e operacionalizada mediante acordo setorial, regulamento ou termo de compromisso, é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que busca devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento ou outra destinação final ambientalmente adequada. Este sistema deverá ser implementado, prioritariamente, para os seguintes tipos de resíduos: agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e produtos eletroeletrônicos.</p> <p>Assim, como primeira cautela, o órgão deve verificar se já existe regulamento editado pelo Poder Público – seja na esfera federal, estadual ou municipal –, acordo setorial ou termo de compromisso que implementou sistema de logística reversa para aquele produto ou embalagem.</p> <p>Com a criação do Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa – CCLRL e do o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral – CERE pelo Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, a apresentação dos referidos documentos na licitação constitui providência mais simples e objetivamente aferível quanto ao cumprimento da exigência relativa à logística reversa por parte do contratado/fornecedor.</p> |

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p>Se ainda não houver sistema de logística reversa implementado por qualquer das formas admissíveis, é recomendável que o órgão adote as seguintes medidas:</p> <p>1) consulte os fornecedores do ramo para conhecer suas práticas de destinação final dos produtos ou embalagens comercializados. Desta forma, poderá avaliar se há condições médias no mercado de exigir, como obrigação contratual, que a empresa contratada efetue o recolhimento e a destinação final ambientalmente adequada dos produtos ou embalagens por ela utilizados ou fornecidos.</p> <p>De todo modo, o pressuposto para a inserção de tal obrigação contratual, quando ainda não houver acordo setorial ou termo de compromisso, é assegurar que não represente fator de restrição à competitividade ou custo desarrazoável para o órgão contratante.</p> <p>2) insira no Termo de Referência <b>(item de obrigações da contratada)</b>:<br/>"A contratada deverá participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, caso tenha firmado acordo ou termo de compromisso com o Município para tanto."</p>   |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificar se existe legislação local específica disciplinando o tema.</li> <li>- O sistema de logística reversa relativo a produtos eletrônicos será implementado progressivamente, segundo cronograma a ser estabelecido em regulamento.</li> <li>- O Decreto nº 10.936, de 2022, obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos, seus resíduos e embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes produtos eletroeletrônicos e seus componentes e de outros produtos, de seus resíduos ou de suas embalagens que sejam objeto de logística reversa na forma prevista no § 1º do referido artigo não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União, a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as mesmas obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial firmado com a União (art. 28)</li> <li>- O Decreto nº 10.240, de 2020, que estabeleceu sistema de logística reversa para produtos eletrônicos de uso doméstico, não se aplica a produtos eletrônicos de uso governamental (art. 1º c/c art. 3º, inciso XVIII)</li> </ul> |

**21. MERCÚRIO METÁLICO**

Aquisição de mercúrio metálico

Link: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/emissoes-e-residuos/residuos/mercurio-metalico>

Contato: Em caso de dúvidas, encaminhe uma mensagem para e-mail:

[mercuriometalico.sede@ibama.gov.br](mailto:mercuriometalico.sede@ibama.gov.br)

**LEGISLAÇÃO**

- [Decreto nº 97.634, de 1989 \(Dispõe sobre o controle da produção e da comercialização de substância que comporta risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, e dá outras providências\).](#)
- [Instrução Normativa IBAMA Nº 8, de 8 de maio de 2015 \(Estabelece o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais \(CTF/APP\) e os formulários do Relatório de Mercúrio Metálico como instrumentos de controle para a produção, comercialização e o procedimento de solicitação de importação de mercúrio metálico por pessoas físicas ou jurídicas\).](#)

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

O importador, produtor ou comerciante de mercúrio metálico deve possuir cadastro junto ao IBAMA para o regular exercício de suas atividades.

- DA AUTORIZAÇÃO DE IMPORTAÇÃO - Nos termos do art. 3º da IN nº 8, de 2015 do Ibama, "A importação de mercúrio metálico está condicionada à inscrição do importador no CTF/APP, na atividade enquadrada na categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio, Código 18-8, descrição: Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - mercúrio metálico, e ao correto preenchimento dos formulários do Relatório de Mercúrio Metálico. Já o art. 4º determina que "Para cada operação de importação, o importador de mercúrio metálico deverá, previamente ao embarque, solicitar a anuência da Licença de Importação, na página oficial do IBAMA na rede mundial de computadores - internet."
- DA PRODUÇÃO - Nos termos do art. 5º da IN nº 8, de 2015 do Ibama, "A produção de mercúrio metálico está condicionada à inscrição do produtor no CTF/APP, na atividade enquadrada na categoria: Serviços de Utilidade, Código 17-58, descrição:

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos - operações de disposição final de resíduos sólidos, e ao correto preenchimento dos formulários do Relatório de Mercúrio Metálico.”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DA COMERCIALIZAÇÃO - Nos termos do art. 6º da IN nº 8, de 2015 do Ibama, “A comercialização de mercúrio metálico está condicionada à inscrição do comerciante no CTF/APP, na atividade enquadrada na categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio, Código 18-8, descrição: Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - mercúrio metálico, e ao correto preenchimento dos formulários do Relatório de Mercúrio Metálico.”</li> </ul> <p>“Uma vez que no Brasil não há produção primária de mercúrio, este entra no mercado nacional por meio da importação, sendo primordialmente utilizado na produção de soda e potassa cáustica, de cloro, em obturações dentárias, em equipamentos eletrônicos (lâmpadas fluorescentes, condutores elétricos), em equipamentos e procedimentos hospitalares e em várias outras atividades” (<a href="http://www.ibama.gov.br/mercurio-metalico/sobre-o-mercurio-metalico">http://www.ibama.gov.br/mercurio-metalico/sobre-o-mercurio-metalico</a>).</p> |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p>1. NA AQUISIÇÃO:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2. Em relação ao licitante importador e comerciante, inserir no EDITAL (item de habilitação jurídica da empresa), as disposições específicas deste Guia sobre CTF-APP do Ibama referentes ao Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos, observando-se a Ficha Técnica de Enquadramento indicada na coluna “principais determinações” deste item.</li> <li>3. Em relação ao produtor (para abarcar as hipóteses em que ele não seja o próprio licitante), inserir no termo de referência (item de descrição ou especificação técnica do produto) e no edital (item de julgamento da proposta) as disposições específicas deste guia sobre CTF-app do Ibama referentes à fabricação ou industrialização de produtos em geral, observando-se a ficha técnica de enquadramento indicada na coluna “principais determinações” deste item</li> </ol>  |

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>4. Inserir no Termo de Referência (item de obrigações da contratada):</p> <p>"A contratada deverá apresentar comprovação de preenchimento e envio ao Ibama do Relatório de Mercúrio Metálico em que conste a declaração de venda a que se refere o art. 7º da Instrução Normativa nº 8, de 2015 do Ibama, contendo o número da nota fiscal emitida, número do CNPJ e nome da pessoa jurídica que adquiriu o produto, quantidade de mercúrio metálico em quilogramas (kg) e a data da venda."</p>   |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | <p>Os cuidados quanto ao armazenamento e à destinação final da substância devem ser redobrados e atender as determinações da <a href="#">Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)</a>, em conjunto com a Norma ABNT 10004/2004. Os recipientes que armazenam a substância devem estar bem lacrados, em lugar de acesso controlado, manipulados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aplicados ao manuseio de substâncias perigosas e NUNCA devem entrar em contato com a pele, os olhos ou qualquer outra parte do corpo.</p> <p>A RDC nº 173/2017 da ANVISA proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, do mercúrio e do pó para liga de amálgama não encapsulado indicados para uso em Odontologia.</p> <p>A RDC nº 145/2017 da ANVISA proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, dos termômetros e esfigmomanômetros com coluna de mercúrio.</p> <p>Quanto aos resíduos de serviço de saúde (RSS), conforme a RDC nº 222/2018 da ANVISA, os RSS contendo mercúrio (Hg) na forma líquida devem ser acondicionados em recipientes sob selo d'água e encaminhados para recuperação ou para outra destinação que esteja de acordo com as regras definidas pelo órgão ambiental competente.</p> |



|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | Nos termos do art. 7º, parágrafo único, da IN nº 8, de 2015 do Ibama, “As vendas de mercúrio metálico em frascos contendo quantidade igual ou superior a 100 (cem) gramas está condicionada à prévia consulta da Regularidade do <b>comprador</b> no CTF/APP, disponível na página oficial do IBAMA na rede mundial de computadores – internet”. |
|-------------------|--|

## 22. MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MULHERES TRANS, TRAVESTIS, OUTRAS POSSIBILIDADES DO GÊNERO FEMININO, E MULHERES PRETAS E PARDAS

O Decreto 11.430/23 regulamentou a Lei 14.133/21 para dispor sobre a exigência, em contratações públicas de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Verifique o inciso XVI do caput do art. 6º da Lei 14/133/21.

| LEGISLAÇÃO                             | Decreto 11.430/2023   |
|--|---|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>Estabelecimento de percentual mínimo de 8% de vagas para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra</p> <p>Aplicação para contratos com quantitativos mínimos de 25 colaboradores</p> <p>Aplicação para editais de licitação e avisos de contratação direta</p> <p>O percentual mínimo deverá ser mantido durante toda a execução contratual</p> <p>As vagas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006;</li> <li>▪ Serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.</li> </ul> <p>A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto no caput.</p> |

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <p>O desenvolvimento pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate em processos licitatórios, nos termos do disposto no <b>inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.</b></p> <p>Serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>I. medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;</li><li>II. ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;</li><li>III. igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;</li><li>IV. práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;</li><li>V. programas destinados à equidade de gênero e de raça; e</li><li>VI. ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.</li></ol> |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>Utilize os modelos de edital da AGU que disciplinaram o critério de desempate consistente no desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.</p> <p>Utilize os modelos de contrato AGU que disciplinaram as obrigações das contratadas em relação ao percentual mínimo de 8% de vagas para a contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra</p>   |

### 23. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – Resíduos

Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, definidos como:

“são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I)

Os resíduos da construção civil subdividem-se em quatro classes (art. 3º da Resolução):

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
- b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;
- c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015);

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

|  |  |
|--|--|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, com alterações introduzidas pelas Resoluções CONAMA nº 348/2004, nº 431/2011, nº 448/2012 e 469/2015).</a></li> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (alterada pela Lei nº 14.026/2020).</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010</a> (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências).</li> </ul>  |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os geradores de resíduos da construção civil devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.</li> <li>• Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, elaborado pelos municípios e pelo Distrito Federal, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.</li> <li>• Os grandes geradores deverão elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.</li> <li>• Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. Ao contrário, deverão ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:             <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;</li> </ul> </li> </ul> |

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>II. Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;</p> <p>III. Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;</p> <p>IV. Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pela Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.</li> <li>• Os contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos.</li> </ul> |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.</p>  |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- A <a href="#">Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002</a>, em seu art. 3º, § 2º, determina que “As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens. <i>(Redação dada pela Resolução nº 469/2015).</i>”</li> </ul>   |

**PRECAUÇÕES**

- O órgão deverá verificar se existe legislação estadual ou local específica disciplinando o tema.
- As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de Classe B.
- O §1º do art. 3º da [Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#) conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida.
- Sendo assim, orienta-se que esse tipo de recipiente seja direcionado para os canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral. Tais embalagens, constituídas em geral de aço, possuem um valor de revenda significativo, sendo reaproveitadas no processo produtivo de setores como o siderúrgico.
- Lembramos novamente que aqueles que atuam com a atividade de implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

**OBS: Somente as obras civis acima referidas estão obrigadas ao registro no CTF-Ibama. As construtoras de edifícios, por exemplo, não são obrigadas ao registro no CTF-Ibama.**

- Alertamos, também, que o destinador final dos resíduos da construção civil deve estar registrado e regular no CTF-Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Categoria: Serviços de Utilidade; Código: 17-65; Descrição: Construção civil. Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, "h")



|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Por fim, esclarecemos que a pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.</li></ul> |
|-------------------|---|

**24. OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

Consulte também o tópico “ACESSIBILIDADE EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA”

OBS: Não é qualquer obra civil ou serviço de engenharia que demanda registro no CTF-Ibama. Apenas grandes obras de infraestrutura trazem a exigência. A construção ou reforma de um edifício, por exemplo, não é uma atividade que obriga a empresa a se cadastrar. (vide sobre o tema em “Precauções”)

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Decreto nº 7.746, de 2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas federais).</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010</a> (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências).</li> </ul>   |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ler artigos 12 da Lei nº 8.666, de 1993, e 45 da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto 7.746, de 2012, e Instrução Normativa SLTI/MPOG 1/2010</li> </ul>  |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>Pelo caráter eminentemente técnico do Projeto Básico/Termo de Referência, não cabe a um órgão de assessoramento jurídico estabelecer elementos de seu conteúdo. A opção por um ou outro requisito é decisão discricionária motivada da Administração, que deve sempre basear-se em estudos técnicos e nas determinações da IN SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 e Decreto 7.746/12.</p> <p>De todo modo, fica registrado o alerta para que, na fase de elaboração do Projeto Básico/Termo de Referência das obras ou serviços de engenharia, sejam aplicadas as diretrizes de sustentabilidade.</p> <p>No que diz respeito ao planejamento de obras e serviços de engenharia, é possível identificar três etapas principais em que o desenvolvimento sustentável deve ser observado: a) Quando da definição dos aspectos técnicos do objeto (especificação técnica); b) Na minimização do impacto (prevenção de resíduos); e c) Quanto à destinação ambiental dos resíduos e rejeitos (gestão de resíduos).</p> |

**PRECAUÇÕES**

- Lembramos que o construtor de obras civis de implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 – Obras civis; Código: 22-1 a 22-8; Descrição: implantação, pavimentação ou ampliação de rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos; construção de barragens e diques; construção de canais para drenagem; retificação do curso de água; abertura de barras, embocaduras e canais; transposição de bacias hidrográficas, construção de obras de arte e outras obras de infraestrutura)

**OBS: Somente as obras civis acima referidas estão obrigadas ao registro no CTF-Ibama. As construtoras de edifícios, por exemplo, não são obrigadas ao registro no CTF-Ibama.**

**25. ÓLEO LUBRIFICANTE**

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de óleo lubrificante.

Exemplo: Manutenção de veículos - Etc.

Link: [http://ibama.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=728](http://ibama.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=728)

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.</a></li> <li>- <a href="#">Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005</a> (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.)</li> <li>- <a href="#">Resolução nº 804, de 2019 da ANP (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.)</a></li> </ul>  |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A pessoa física ou jurídica que, em decorrência de sua atividade, gera óleo lubrificante usado ou contaminado deve recolhê-lo e encaminhá-lo a seu produtor ou importador, de forma a assegurar a destinação final ambientalmente adequada do produto, mediante processo de reciclagem ou outro que não afete negativamente o meio ambiente.</li> <li>• A comercialização, importação e produção dos óleos lubrificantes citados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019 da ANP estão condicionados ao registro prévio na ANP.</li> <li>• A produção e a importação de quaisquer lubrificantes acabados estão condicionadas à autorização da ANP para o exercício das atividades de produtor e de comércio exterior.</li> <li>• O produto envasilhado deverá possuir rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto.</li> <li>• Os óleos lubrificantes para motores relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019 da ANP deverão ser classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução.</li> <li>• Observar as vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.</li> </ul> |

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p style="text-align: center;"><b>EM QUALQUER CASO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:</p> <p>a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;</p> <p>b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;</p> <p>c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;”</p> |
|-------------------------------------|--|

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p style="text-align: center;"><b>NA AQUISIÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;</p> <p>b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;</p> <p>c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;</p> <p>d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;</p> <p>e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.”</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“x) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação:</p> <p>x.1), o documento comprobatório do registro do óleo lubrificante na ANP;</p> |
|-------------------------------------|---|

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p>x.2) o documento comprobatório da autorização do fabricante ou importador na ANP para o exercício de sua atividade;</p> <p>x.3) comprovação de que o rótulo tem informações em língua portuguesa discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;</p> <p>x.4) no caso de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP) a comprovação da classificação do produto segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;</p> <p>x.5) declaração sob as penas da lei de que o produto ofertado não se enquadra em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP;"</p> <p style="text-align: center;"><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>"Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:</p> <p>"a) que esteja previamente registrado na ANP;</p> <p>b) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;</p> <p>c) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;</p> <p>d) classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;</p> <p>e) que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP."</p> |
|-------------------------------------|--|



|  |   |
|--|---|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação dos produtos que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação:</p> <p>x.1.1), o documento comprobatório do registro do óleo lubrificante na ANP;</p> <p>x.1.2) o documento comprobatório da autorização do fabricante ou importador pela ANP para o exercício de sua atividade;</p> <p>x.1.3) comprovação de que o rótulo tem informações em língua portuguesa discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;</p> <p>x.1.4) no caso de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP) a comprovação da classificação do produto segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;</p> <p>x.1.5) declaração sob as penas da lei de que o produto ofertado não se enquadra em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP;”</p> |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lembramos que o fabricante de produtos derivados de petróleo também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas.</li> </ul> <p>Vide para o <b>fabricante de óleo lubrificante acabado</b> (FTE-Categoria: Indústria Química; Código: 15-2; Descrição: Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira.). Para <b>fabricante de óleo lubrificante recuperado/errefinado</b>, vide (FTE-Categoria: Indústria Química;</p>   |

**PRECAUÇÕES**

Código: 15-23; Descrição: Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira – Resolução CONAMA nº 362/2005: art. 2º, XIV.).

Lembramos ainda que, em razão do art. 17 da Resolução CONAMA nº 362, de 2005, o **Revendedor** do óleo lubrificante que também realize a troca de óleo com armazenamento temporário do óleo usado ou contaminado (OLUC) deve estar inscrito na atividade Categoria: Código: 18-80; Descrição: Depósito de produtos químicos e perigosos – Lei 12.305/2010, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas.

Já o transporte de óleo lubrificante usado ou contaminado, igualmente controlado pela Resolução CONAMA nº 362, de 2005, também demanda registro no CTF/APP-Ibama. Para tanto, vide (FTE- Categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Código: 18-14; Descrição: Transporte de cargas perigosas – Resolução CONAMA nº 362/2005).

**26. PILHAS OU BATERIAS**

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de pilhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais ou pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio, relacionadas nos capítulos 85.06 e 85.07 da Nomenclatura Comum do Mercosul-NCM (Resolução CONAMA nº 401/2008, art. 1º).

Exemplo: Serviços de telefonia móvel com fornecimento de aparelhos - Aparelhos de comunicação – Instrumentos de medição - Etc.

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/emissoes-e-residuos/residuos/pilhas-e-baterias>

<https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/pilhas-e-baterias/>

Contato: Em caso de dúvidas, encaminhe uma mensagem para: [pilhasebaterias.sede@ibama.gov.br](mailto:pilhasebaterias.sede@ibama.gov.br)

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.</a></li> <li>- <a href="#">Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 (Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 (Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.)</a></li> <li>- Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022 (Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos – Consolidado)</li> </ul> |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• As pilhas e baterias comercializadas no território nacional devem respeitar limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO ou demais laboratórios admitidos pela Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.</li> </ul>   |

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

- Não são permitidas formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas, tais como:
  - a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
  - b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
  - c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

Os estabelecimentos que comercializam pilhas e baterias e a rede de assistência técnica autorizada pelos respectivos fabricantes e importadores devem receber dos usuários os produtos usados, respeitando o mesmo princípio ativo, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010. Para tanto, devem manter pontos de recolhimento adequados. Essa informação pode subsidiar campanhas de educação ambiental nos órgãos públicos para que os servidores efetuem a destinação adequadas das pilhas usadas de uso doméstico ou ainda para a entrega voluntária das mesmas no órgão público, com posterior encaminhamento aos locais indicados no site do Sistema nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR)

Cabe ressaltar que as baterias chumbo-ácido (componente automotivo) devem ter certificação compulsória do INMETRO.

Entre os produtos que exigem certificação compulsória estão os componentes automotivos. Conforme a Portaria nº 145, de 28 de março de 2022, a bateria chumbo-ácido é um dos componentes sobre os quais se aplica a citada Portaria (art. 1º, § 1º, VIII)

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <p>No § 4º do art. 1º da Portaria 145/2022 consta: "§ 4º As baterias referenciadas no § 1º, compreendem os produtos denominados baterias ou acumuladores elétricos chumbo-ácido, sejam eles carregados, seco-carregados, ativados ou desativados, de fabricação nova ou oriundos de processos de reforma, reciclagem ou remanufatura e destinados ao uso em veículos rodoviários automotores, bem como para qualquer acessório, inclusive sistema de som, instalado nos respectivos veículos automotores das seguintes classificações: automóveis, camionetas de carga, camionetas de uso misto, comerciais leves, caminhões, caminhões-tratores, ônibus e micro-ônibus, das categorias M e N, inclusive máquinas agrícolas e motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos, da categoria L, conforme ABNT NBR 13776:2021, incluindo quadriciclos."</p>   |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p style="text-align: center;"><b>EM QUALQUER CASO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>"Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;</li><li>b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;</li><li>c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação."</li></ul> |

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>“A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.”</p> <p>Observação: No que se refere às baterias, é possível à Administração estabelecer a obrigação contratual de que as novas contratadas/revendedoras sejam obrigadas a realizar a logística reversa das baterias decorrentes de contratos anteriores, desde que se constate que essa seja uma praxe do mercado e que não haverá restrição à competitividade no certame. Nesse caso, inserir a seguinte disposição:</p> <p>“A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata</p> <p><b>NA AQUISIÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.”</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> |
|---------------------------------|---|

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p>“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o laudo físico-químico de composição, emitido por laboratório acreditado junto ao INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, ou outro documento comprobatório de que a composição das pilhas e baterias ofertadas respeita os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na referida Resolução, para cada tipo de produto.”</p> <p style="text-align: center;"><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>“1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>“Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de <b>pilhas e baterias</b>, cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.”</p> <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.”</p> <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma declaração com a descrição das <b>pilhas e baterias</b>, indicando a marca e o fabricante, que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> |
|-------------------------------------|---|



|  |   |
|--|---|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que a composição das <b>pilhas e baterias</b> a serem usadas na prestação dos serviços respeita os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.”</p> <p>No caso de aquisição ou de serviços que utilizem baterias chumbo-ácido (componente automotivo)</p> <p>NA AQUISIÇÃO</p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“Só será admitida a oferta de <b>bateria chumbo-ácido (componente automotivo)</b> que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto.”</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que possui Selo de Identificação da Conformidade para as baterias chumbo-ácido (componente automotivo).”</p> <p><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>“Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de <b>bateria chumbo-ácido (componente automotivo)</b> que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.”</p> |
|--|---|

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“As baterias chumbo-ácido (componente automotivo) a serem utilizadas na execução dos serviços deverá possuir o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.”</p> <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma relação das <b>baterias chumbo-ácido (componente automotivo)</b> que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que possui Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO para as baterias chumbo-ácido (componente automotivo) que serão usadas na execução dos serviços.”</p> |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | <p>- Lembramos que o fabricante e o importador de pilhas e baterias também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas.</p> <p>Assim:</p> <p>Conforme o artigo 3º da <a href="#">Resolução Conama nº 401/2008</a>, devem se registrar no <a href="#">Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)</a> do Ibama os importadores e fabricantes nacionais das pilhas e baterias dos seguintes tipos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Chumbo-ácido</li><li>▪ Dióxido de manganês (alcalina)</li></ul>  |

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Níquel-cádmio</li><li>▪ Óxido de mercúrio</li><li>▪ Zinco-carbono (ou "Zinco-manganês")</li></ul> <p>Conforme orientação do site do IBAMA:</p> <p>Atividades declaradas no CTF/APP:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Para <b>importadores</b> de pilhas e baterias (enquadramento no art. 1º da <a href="#">Resolução Conama nº 401/08</a>)<br/>O cadastro de importadores de pilhas e baterias deve ser realizado para a categoria-descrição: 18-81 Comércio de produtos químicos e perigosos.<br/><a href="#">Consulte a Ficha Técnica de Enquadramento (FTE) 18-81.</a></li><li>- Para <b>fabricantes nacionais de pilhas e baterias</b><br/>O cadastro de fabricantes nacionais de pilhas e baterias no CTF/APP deve ser realizado para a categoria-descrição: 5 – 1 Indústria de material elétrico e comunicações: Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores.<br/><a href="#">Consulte a FTE 5-1.</a></li><li>- Para <b>empresas recicladoras ou destinadoras</b><br/>O cadastro de empresas recicladoras ou destinadoras no CTF/APP deve ser realizado para a categoria-descrição: 17 – 62 Serviços de utilidade - Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 33, II.<br/><a href="#">Consulte a FTE 17-62.</a></li></ul> <p>O Decreto nº 10.240, de 2020, que estabeleceu sistema de logística reversa para produtos eletrônicos de uso doméstico, não se aplica a produtos eletrônicos de uso governamental (art. 1º c/c art. 3º, inciso XVIII). As pilhas, baterias ou lâmpadas não integrantes ou removíveis da estrutura física dos produtos eletroeletrônicos constantes de seu anexo I também não são objeto do referido Decreto e constituem objeto do sistema de logística próprio.</p> |
|-------------------|--|

**27.PNEUS**

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de pneus.

Exemplo: Compra de pneus, manutenção de veículos - Etc.

<https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/pneus-inserviveis/>

<https://www.ibama.gov.br/residuos/pneus>

- Lembramos que os fabricantes, os importadores e os reformadores (pessoas que realizam o recondicionamento de pneumáticos) de pneus e os destinadores (os que realizam a destinação final ambientalmente correta) de pneus inservíveis também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais,

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.</a></li> <li>- <a href="#">Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 (Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa 9, de 20 de julho de 2021, IBAMA (Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.)</a></li> <li>- <a href="#">Portaria 379, de 19/09/2021, INMETRO (aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos)</a></li> </ul> |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os fabricantes e importadores de pneus novos devem coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, nos termos da Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa n 09/2021, A Portaria 379/2021 - INMETRO traz orientações sobre a Etiqueta nacional de Conservação de Energia para pneus novos (ENCE) e suas categorias. A exigência da melhor categoria em uma licitação é indicada com base nos princípios da eficiência, e desenvolvimento nacional sustentável e consideração do ciclo de vida e.</li> </ul>   |

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Destacamos a importância da motivação administrativa ser detalhada no processo licitatório.</li> </ul>  |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p style="text-align: center;"><b>EM QUALQUER CASO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>"A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010. Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.</p> <p style="text-align: center;"><b>NA AQUISIÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>"Só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) "XX", nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021,</p> <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- "Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação, industrialização ou importação é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante, importador ou reformador de pneus esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, ou:</li> <li>- a) especificar os itens (sugestão: a) listar os itens do termo de referência (exemplos: itens 1 a 4, 23 e 40 ou todos os itens)</li> <li>- a) I(...)"</li> </ul> |

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“a) Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante, importador ou reformador do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021e normas supervenientes.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;”</p> <p>-</p> <p><b>4) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do produto ofertado, para comprovação de que pertence à(s) classe(s) exigida(s) no Termo de Referência.”</p> <p><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>“1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>“Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de <b>pneus</b>, com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº379/2021.”</p> |
|---------------------------------|---|

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - especificação técnica do serviço:</b></p> <p>“Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação, industrialização ou importação é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 , só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante, importador ou reformador esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.”</p> <p><b>3) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“Os pneus a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº379/2021 que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”</p> <p><b>4) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“x) Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma declaração com a descrição dos <b>pneus</b>, indicando a marca e o fabricante, que pretende usar na execução dos serviços, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que os <b>pneus</b> que serão utilizados na prestação dos serviços possuem a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) XXXX, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021 que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”</p> |
|-------------------------------------|--|



|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p><b>5) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração da licitante em que conste a descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante, importador ou reformador desses produtos no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13/2021 e normas supervenientes.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo</p> |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | <ul style="list-style-type: none"><li>- Recomendamos consulta ao tópico referente ao CTF/APP deste Guia para leitura e conhecimento do tema referente ao Cadastro Técnico Federal.</li></ul>  |

## 28.PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS

Instrução Normativa Ibama nº 21, de 2014:

Art. 32. Para os efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por produto florestal a matéria-prima proveniente da exploração de florestas ou outras formas de vegetação, classificado da seguinte forma:

I - produto florestal bruto: aquele que se encontra no seu estado bruto ou in natura, nas formas abaixo:

- a) madeira em tora;
- b) torete;
- c) poste não imunizado;
- d) escoramento;
- e) estaca e mourão;
- f) acha e lasca nas fases de extração/fornecimento;
- g) (Revogado) (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)
- h) (Revogado) (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)
- i) lenha;
- j) palmito;
- k) xaxim;
- l) (Revogado) (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)

II - produto florestal processado: aquele que, tendo passado por atividade de processamento, obteve a seguinte forma:

- a) madeira serrada devidamente classificada conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa;
- b) piso, forro (lambрил) e porta lisa feitos de madeira maciça conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa;
- c) rodapé, portal ou batente, alisar, tacos e decking feitos de madeira maciça e de perfil reto, e madeiras aplainadas em 2 ou 4 faces (S2S e S4S) conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa; (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)
- d) lâmina torneada e lâmina faqueada;
- e) madeira serrada curta classificada conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa, obtida por meio do aproveitamento de resíduos provenientes do processamento de peças de madeira categorizadas na alínea "a";

- f) resíduos da indústria madeireira para fins energéticos ou para fins de aproveitamento industrial conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa, exceto serragem; (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)
- g) dormentes;
- h) carvão de resíduos da indústria madeireira;
- i) carvão vegetal nativo, inclusive o empacotado na fase de saída do local da exploração florestal e/ou produção; (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)
- j) artefatos de xaxim na fase de saída da indústria;
- k) cavacos em geral;
- l) bolacha de madeira. (Incluído) (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)

Parágrafo único. Considera-se também produto florestal, para os fins do controle a que se refere o art. 31, as plantas vivas coletadas na natureza e os óleos essenciais da flora nativa brasileira coletados na natureza e constantes em lista federal de espécies ameaçadas de extinção ou nos Anexos da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – Cites. (Redação dada pela Instrução Normativa no 9, de 12/12/2016)

**OBS: Em caso de aquisição de madeira, de lenha e de outros produtos florestais, consultar item específico deste Guia.**

#### LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 12.651, de 2012 \(Código Florestal\)](#)
- [Lei no 6.938, de 1981- art. 4o, inciso III \(Política Nacional do Meio Ambiente\)](#)
- [Decreto nº 5.975, de 2006 – art. 11 \(Define a origem dos recursos florestais de que podem se suprir as empresas que utilizam matéria prima florestal\)](#)
- [Decreto nº 5.975, de 2006 – art. 20 \(Define a exigência de documento para controle do transporte e do armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa\)](#)
- [Portaria MMA nº 253, de 18/08/2006 \(Institui, o Documento de Origem Florestal - DOF em substituição à Autorização para Transporte de Produtos Florestais - ATPF.\)](#)

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <p>- <a href="#"><u>Instrução Normativa Ibama nº 21, de 2014(alterada pelas IN IBAMA nº 12, de 21/07/2015, 09 de 12 /12/2016, 13, de 18/12/201704, de 22 /12/ 2019 e 03, de 23 de janeiro de 2020) – IBAMA (Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor, em observância ao disposto no art. 35 da Lei nº 12.651, de 2012, com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos)</u></a></p>  |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <p>a) As empresas que utilizam matéria-prima florestal são obrigadas a se suprir de recursos oriundos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado;</li> <li>II. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada;</li> <li>III. florestas plantadas; e</li> <li>IV. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.</li> </ul> <p>O transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa depende da emissão de uma licença obrigatória, o Documento de Origem Florestal – DOF, contendo as informações sobre a respectiva procedência.</p> <p>O controle do DOF dá-se por meio do Sistema-DOF, disponibilizado no site eletrônico do IBAMA.</p> <p>O DOF acompanhará obrigatoriamente o produto ou subproduto florestal nativo da origem ao destino nele consignado, por meio de transporte rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial ou marítimo, e deverá ter validade durante todo o tempo do transporte e armazenamento.</p> <p>Atenção: somente produto ou subproduto nativo demanda a exigência de DOF pelo Ibama. Alguns estados exigem DOF inclusive para produtos exóticos (não nativos, como, por exemplo, eucalipto, pinus e teca).</p> |

|                          |  |
|--------------------------|--|
| PROVIDÊNCIA A SER TOMADA | <p style="text-align: center;"><b>NAS OBRAS E SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:</p> <p style="padding-left: 40px;">b) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; florestas plantadas; e</p> <p>outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.”</p>  |
|                          | <p style="text-align: center;"><b>NAS OBRAS E SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“A contratada deverá comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:</p> <p style="padding-left: 20px;">a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;</p> <p style="padding-left: 20px;">b) Comprovantes de registro regular do fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata;</p> <p style="padding-left: 20px;">b.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta <i>on line</i> ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;</p> |

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p>c) Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.</p> <p>c.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.</p> <p>d) Caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não-nativos (p. ex. eucalipto, pinus, teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em se tratando de espécie exótica, a Contratada deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.”</p>   |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alguns Estados brasileiros (atualmente, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Minas Gerais) possuem documentos de controle próprios, que substituem o DOF como a licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais.</li> <li>- Portanto, quando os produtos ou subprodutos florestais tiverem origem em tais Estados, o documento correspondente também deve ser exigido da contratada.</li> <li>- Lembramos que o fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e o transportador dos produtos ou subprodutos florestais também devem estar registrados no CTF/APP-Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. (Neste item específico do Guia, tais disposições já foram inseridas)</li> </ul> <p>Vide (FTEs-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981, com código 21-49, para a Descrição: <b>Transporte</b> de produtos florestais – Lei nº 12.651, de 2012: art. 36; código 21-67, para a Descrição: <b>Comércio atacadista</b> de madeira, de lenha e de outros produtos florestais - Lei nº 12.651, de 2012: art. 37; e código 21-68, para a Descrição: <b>Comércio varejista</b> de madeira de lenha e de outros produtos florestais - Lei nº 12.651, de 2012: art. 37.).</p> |

## 29.PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS - aquisição de madeira, de lenha e de outros produtos florestais

Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades de comércio atacadista ou varejista de madeira, de lenha e de outros produtos florestais:

- considera-se **produto florestal bruto** aquele em estado bruto (*in natura*) proveniente de florestas nativas ou florestas plantadas de espécies nativas e na forma de: madeira em tora; torete; poste não imunizado; escoramento; estaca e mourão; acha e lasca; pranchão desdobrado com motosserra; bloco, quadrado ou filé obtido a partir da retirada de costaneiras; lenha; palmito; xaxim; óleo essencial;
- considera-se **produto florestal processado** aquele que, tendo passado por atividade de processamento, obteve a forma de: madeira serrada (subclassificada, conforme suas dimensões, em bloco/ quadrado/filé, pranchão, prancha, viga, vigota, caibro, tábuas, sarrafo, ou ripa); madeira serrada curta; lâmina torneada e lâmina faqueada; resíduos da indústria madeireira para fins energéticos ou para fins de aproveitamento industrial (exceto serragem); dormente; carvão de resíduos da indústria madeireira; carvão vegetal nativo; artefatos de xaxim; cavacos em geral ou bolachas de madeira;
- considera-se ainda **produto florestal processado** aquele que, de acordo com o Glossário do Anexo III da Instrução Normativa Ibama nº 21, de 2014, seja classificado como: piso, forro (lambрил) e porta lisa feitos de madeira maciça; rodapé, portal ou batente, alisar, tacos e *decking* feitos de madeira maciça e de perfil reto.

### LEGISLAÇÃO

- [Lei nº 6.938, de 1981 \(Política Nacional do Meio Ambiente\)](#)
- [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 \(Referente à fiscalização do uso sustentável de produtos e subprodutos da flora nativa na atividade de comércio\)](#)
- [Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 \(Referente aos princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade\)](#)
- [Resolução CONABIO nº 6, de 3 de setembro de 2013 \(Referente às Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020\)](#)
- [Portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro de 2014 \(Referente à Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção\)](#)



|  |  |
|--|--|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Instrução Normativa n.º 13, de 23 de agosto de 2021, (Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 21, de 23 de dezembro de 2014 (alterada, dentre outras, pelas IN IBAMA nº 12, de 21/07/2015, 09 de 12 /12/2016, 13, de 18 /12/2017,04, de 22 /12/ 2019 e 03, de 23 de janeiro de 2020) - Referente aos produtos florestais obrigados a controle de origem</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa Ibama nº 14, de 26 de abril de 2018 (alterada pelas IN IBAMA nº 18, de 01/07/2019 e 02 de 23 /01/2020) (art. 3º: referente à obrigatoriedade de que, a partir de 2 de maio de 2018, todas novas solicitações concernentes a atividades florestais sejam lançadas no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor)</a></li> </ul>  |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>a) As empresas que utilizam matéria-prima florestal são obrigadas a se suprir de recursos oriundos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado;</li> <li>II. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada;</li> <li>III. florestas plantadas; e</li> <li>IV. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.</li> </ul> <p>O transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa depende da emissão de uma licença obrigatória, o Documento de Origem Florestal – DOF, contendo as informações sobre a respectiva procedência.</p> <p>O controle do DOF dá-se por meio do Sistema-DOF, disponibilizado no site eletrônico do IBAMA.</p> <p>O DOF acompanhará obrigatoriamente o produto ou subproduto florestal nativo da origem ao destino nele consignado, por meio de transporte rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial ou marítimo, e deverá ter validade durante todo o tempo do transporte e armazenamento.</p> |

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>Atenção: somente produto ou subproduto nativo demanda a exigência de DOF pelo Ibama. Alguns estados exigem DOF inclusive para produtos exóticos (não nativos, como, por exemplo, eucalipto, pinus e teca).</p> <p>OBS: O DOF somente pode ser emitido quando do faturamento da mercadoria para o comprador. Por essa razão não se pode exigir a apresentação do DOF quando da avaliação e aceitação da proposta. Somente depois de formalizada a contratação é que a contratada poderá emitir o DOF e respectiva Nota Fiscal para envio do produto para a Administração.</p>  |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NA AQUISIÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“a) Somente será admitida a oferta de produto cuja origem seja comprovadamente legal, nos termos da legislação vigente, mediante a apresentação de Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.</p> <p>a.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais a serem fornecidos tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.”</p> <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“a) A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:</p> <p>i) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;</p> |

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p>ii) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;</p> <p>iii) florestas plantadas; e</p> <p>iv) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.</p> <p>b) A contratada deverá observar as proibições e condições para uso de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Portaria MMA nº 443, de 2014, bem como de legislação distrital, estadual ou municipal quando houver.</p> <p>c) A Contratada deverá apresentar na entrega do objeto a cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor juntamente com a Nota Fiscal.</p> <p>c.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.</p> <p>d) A Contratada deverá apresentar comprovantes de registro regular do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata;</p> <p>b.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta <i>on line</i> ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo."</p> <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> |
|-------------------------------------|--|

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p>"a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração de que emitirá o DOF assim que a Nota Fiscal for emitida e que o apresentará juntamente com a referida Nota Fiscal na entrega do objeto.</p> <p><b>4) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</b></p> <p>"a) Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/20213, e legislação correlata.</p> <p>a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta <i>on line</i> ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;"</p> |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nesse caso, o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA.</li> <li>- Assim, o registro no CTF deve ser exigido como requisito de habilitação jurídica do licitante, conforme art. 28, V, da Lei nº 8.666/93.</li> <li>- Consultar Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código 21-67, para Comércio atacadista de madeira, de lenha e de outros produtos florestais - Lei nº 12.651, de 2012: art. 37; e código 21-68, para Comércio varejista de madeira de lenha e de outros produtos florestais - Lei nº 12.651, de 2012: art. 37 em: <a href="https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/ftes">https://www.ibama.gov.br/cadastros/ctf/ctf-app/ftes</a></li> </ul>  |

**PRECAUÇÕES**

- A atividade de comércio de recurso da flora brasileira deverá observar ainda as proibições e condições para uso de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Portaria MMA nº 443, de 2014, bem como de legislação distrital, estadual ou municipal quando houver.
- Consultar a legislação ambiental da Unidade Federativa quanto a eventuais proibições referentes à exploração, industrialização e comércio de xaxim (*Dicksonia sellowiana*).
- Alguns Estados brasileiros (atualmente, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Minas Gerais) possuem documentos de controle próprios, que substituem o DOF como a licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais.
- Portanto, quando os produtos ou subprodutos florestais tiverem origem em tais Estados, o documento correspondente também deve ser exigido da pretendida contratada.

**30.PRODUTOS PRESERVADOS DE MADEIRA**

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de produtos preservativos de madeira

Concessões de serviços públicos: incide Lei 4.797/65 abaixo

Exemplo:

Conserto de móveis - Obras e serviços de engenharia – Manutenção de imóveis - Etc.

[Lista de produtos preservativos de madeiras registrados no Ibama.](#)

|  |   |
|--|---|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior (Obriga as empresas que se dediquem à indústria e comércio de preservativos e preservação de madeiras a ter registro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 20/10/92 (Disciplina os procedimentos a serem observados quando do cumprimento do estabelecido na portaria interministerial n. 292 de 28 de abril de 1989)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa IBAMA nº 132, de 10/11/2006 (Adota medidas restritivas à continuidade de atividades que envolvam produtos destinados à preservação de madeiras contendo os ingredientes ativos lindano (gama-hexaclorociclohexano) e pentaclorofenol (pcf) e seus sais no brasil.)</a></li> <li>- <a href="#">Lei 4.797, de 20 de outubro de 1965 (torna obrigatório pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas). Aplicação desta lei em concessões de serviços públicos.</a></li> </ul> |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os produtos preservativos de madeira e seus ingredientes ativos, inclusive importados, só podem ser fabricados, consumidos ou postos à venda se estiverem previamente registrados no IBAMA, à exceção dos preservativos destinados à experimentação e ao uso domissanitário.</li> </ul>  |

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O produtor industrial de preservativos de madeira e as usinas de preservação de madeira devem possuir registro junto ao IBAMA.</li> <li>• O importador, o comerciante e o usuário de produtos preservativos de madeira devem efetuar seu cadastramento junto ao IBAMA.</li> <li>• As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira:<br/><br/>não podem ser reutilizados ou reaproveitados;<br/>devem ser descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada.</li> <li>• Proíbe a comercialização e a utilização, no Brasil, de produtos preservativos de madeira que contenham os ingredientes ativos Lindano (gama-hexaclorociclohexano) e Pentaclorofenol (PCF) e seus sais.</li> </ul>  |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>EM QUALQUER CASO:</b></p> <p><b>1) Inserir no EDITAL - item de habilitação jurídica da empresa:</b></p> <p>"x) Para o exercício de atividade que envolva produção industrial, importação, comercialização ou utilização de produtos preservativos de madeira: ato de registro ou cadastramento expedido pelo IBAMA, nos termos dos artigos 1º e 14 da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata."</p> <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>"As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não podem ser reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela contratada e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada, conforme item VI da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata."</p> |



|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p><b>NA AQUISIÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“Só será admitida a oferta de produto preservativo de madeira que esteja previamente registrado no IBAMA, inclusive os importados, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.”</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“x) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o documento comprobatório do registro do produto preservativo de madeira no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.</p> <p><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>“Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.</p> |
|-------------------------------------|--|

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>Os produtos preservativos de madeira a serem utilizados na execução dos serviços, inclusive os importados, deverão estar previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.”</p> <p><b>1) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>”x) Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma RELAÇÃO DOS PRODUTOS PRESERVATIVOS DE MADEIRA que pretende utilizar na execução dos serviços, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x.1). O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro no IBAMA dos produtos preservativos de madeira, inclusive os importados, que pretende utilizar na execução dos serviços, nos termos do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.”</p> |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | Consulte-se o item referente ao Cadastro Técnico Federal APP   |

**31. RESÍDUOS ORGÂNICOS - COMPOSTAGEM INSTITUCIONAL**

Resíduos orgânicos de órgãos públicos não precisam ter como disposição final os aterros sanitários e é recomendável a verificação da viabilidade do desenvolvimento institucional da compostagem.

O processo de compostagem visa a “proteção do meio ambiente e buscando reestabelecer o ciclo natural da matéria orgânica e seu papel natural de fertilizar os solos.” (artigo 1º da Resolução 481/2017 - CONAMA)

Trata-se de uma boa prática de gestão pública e há orientações do Ministério do Meio Ambiente quanto aos procedimentos e detalhes técnicos para esta implementação no “Manual de Orientação: Compostagem Doméstica Comunitária e Institucional de Resíduos Orgânicos” (MMA, 2017), disponível neste link:

[https://www.gov.br/mdr/pt-](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/proteger/biblioteca/CompostagemDomesticaComunitariaeInstitucionaldeResduosOrgnicosMMA.pdf)

[br/assuntos/saneamento/proteger/biblioteca/CompostagemDomesticaComunitariaeInstitucionaldeResduosOrgnicosMMA.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/proteger/biblioteca/CompostagemDomesticaComunitariaeInstitucionaldeResduosOrgnicosMMA.pdf)

O Decreto estabelece que as coletas seletivas dos titulares do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos deverão estabelecer, no mínimo, a separação de resíduos secos e orgânicos, de forma segregada dos rejeitos, a depender de acordo com as metas estabelecidas nos planos de resíduos sólidos (art. 8º, parágrafo 1º, II). Independente da implementação dessa medida pelas municipalidades, os órgãos públicos federais podem instituir a compostagem, se pertinente à realidade de geração de resíduos orgânicos (refeitórios, etc), com alinhamento ao plano de gestão de logística sustentável da instituição.

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>LEGISLAÇÃO</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm</a> Resolução CONAMA nº 481/2017. (Estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos, e dá outras providências.</li> <li>- <a href="#">NBR 10004/04 - classificação dos resíduos sólidos</a></li> </ul>  |
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apesar de a Resolução 481/2017 - CONAMA não se aplicar a processos de compostagem de baixo impacto ambiental, desde que o composto seja para uso próprio, a Resolução apresenta orientações técnicas cuja leitura recomenda-se.</li> <li>- É vedada a adição de resíduos perigosos ao processo de compostagem, bem como lodo de estação de tratamento de efluentes de estabelecimento de serviços de saúde, portos e aeroportos e lodos</li> <li>- de estações de tratamento de esgoto sanitário quando classificado como resíduo perigoso (artigo 4º, Resolução 481/2017 - CONAMA).</li> </ul> |

**32.RESÍDUOS – Serviços de saúde**

Os resíduos decorrentes de serviços de saúde têm destinação ambiental específica.

O gerenciamento de serviços de saúde deve ser realizado conforme a RDC 222, de 28/03/2018, da ANVISA e Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, normas aplicáveis aos geradores de serviços de saúde.

Assim, apenas o estabelecimento que gera resíduos de saúde, infectantes, é que deve seguir a RCD nº 222/2018 e a Resolução CONAMA nº 358/2005. O exemplo típico é o hospital, mas também se incluem outras unidades de saúde, órgãos nos quais funcionem serviços de saúde. A norma se destina a todos os entes públicos ou privados que prestam serviços relacionados à saúde humana. Estão abrangidas as clínicas, a pessoa física que trabalha em consultório, e até mesmo, os serviços de estética.

Os dispositivos deste tópico se destinam à contratação de serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde. Os gerenciadores de serviços de saúde, como os hospitais, podem contratar empresa especializada para fazer o gerenciamento de seus resíduos de saúde. No credenciamento na área de saúde, há aplicação, também, porque haverá a contratação de geradores de serviços de saúde (contratação de Organizações Cíveis de Saúde (OCS) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) pelas Forças Armadas).

Assim, este tópico do Guia não se aplica às aquisições de medicamentos, insumos de saúde (material médico, hospitalar, odontológico e de fisioterapia) e equipamentos médicos e odontológicos. As empresas vendedoras, distribuidoras e, mesmo os fabricantes desses materiais, não são geradores de serviços de saúde. Não tem aplicabilidade, também, na contratação de pessoal da área de saúde (médicos, odontólogos, enfermeiros, etc). Sobre essas aquisições, vide item específico deste Guia.

OBS: Pesquisa de normas da Anvisa está disponível no site <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas>, inclusive com busca temática, na qual destacamos o manual Biblioteca de Serviços de Saúde.

**LEGISLAÇÃO**

- <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=111834#:~:text=Ementa%3A,sa%C3%BAde%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>
- [http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#/visualizar/371442Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos](http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#/visualizar/371442Lei%20n%C2%BA%2012.305,de%202010%20-%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Res%C3%ADduos%20S%C3%B3lidos)
- [Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 \(Regulamenta a Lei nº 12.305/2010\)](#)

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

- O gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde deve ser executado de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo gerador, em consonância com as normas vigentes, especialmente as de vigilância sanitária.

A RDC nº 222/2018 da ANVISA define quais são os serviços geradores de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS:

Art. 2º Esta Resolução se aplica aos geradores de resíduos de serviços de saúde RSS cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento dos RSS, sejam eles públicos e privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.

§ 1º Para efeito desta resolução, definem-se como geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing e tatuagem, salões de beleza e estética, dentre outros afins.

§ 2º Esta Resolução não se aplica a fontes radioativas seladas, que devem seguir as determinações da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, e às indústrias de produtos sob vigilância sanitária, que devem observar as condições específicas do seu licenciamento ambiental.

O art. 94 da RDC nº 222/2018 da ANVISA assim estabelece: “o descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil,

|  |   |
|--|---|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NOS SERVIÇOS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SAÚDE E NO CASO DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada para os serviços de coleta, tratamento e destinação final e nos editais de credenciamento:</b></p> <p>"Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA."</p>  |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lembramos que o tratamento, a destinação final e o depósito de resíduos de serviço de saúde em unidade de tratamento ou de destinação final demandam registro no Cadastro Técnico Federal/APP do Ibama, conforme FTE-Categoria: Serviços de Utilidade; Código 17-64; Descrição: Serviços de saúde. Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, "g".</li> <li>- Lembramos, também, que a pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.</li> </ul> <p>Consulte:</p> <p>Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – MMA:</p> <p><a href="https://sinir.gov.br/informacoes/tipos-de-residuos/residuos-de-servicos-de-saude/">https://sinir.gov.br/informacoes/tipos-de-residuos/residuos-de-servicos-de-saude/</a></p> |

|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <p><u>A ANVISA informa na RDC nº 222/2018 comentada, que a RDC 306/2004 tinha, entre outras finalidades, a de compatibilizar com a Resolução do CONAMA 358/2005. Passados alguns anos da entrada em vigor da RDC nº 306/2004, devido aos questionamentos recebidos durante esse tempo, com a evolução das tecnologias e a entrada em vigor da Lei 12.305/2010 (PNRS), verificou-se a necessidade de revisar a RDC nº 306/2004 e publicar uma nova normativa que contemplasse as novidades legais e tecnológicas que surgiram no citado período, a RDC nº 222/2018, que revogou a RDC nº 306/2004 e o item 7 da RDC nº 305/2002.</u></p> <p><u>O Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e da RDC nº 222/2018 da ANVISA possuem a mesma divisão em grupos e subgrupos. A RDC nº 222/2018, mais recente, fez pequenos acréscimos, como se observa no Grupo A, subgrupo A1 e grupos B, C e D, sendo recomendável a consulta aos dois anexos.</u></p> |
|-------------------|---|



### 33.RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS

Aquisições ou serviços que gerem resíduos sólidos ou rejeitos.

- Resíduos sólidos: "material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível" (art. 3º, XVI, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos);

- Rejeitos: "resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada" (art. 3º, XV, da mesma lei).

Conforme art. 13 da Lei nº 12.305/2010, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas "a" e "b";
- d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "e", "g", "h" e "j";
- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "c";
- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea "a".

Exemplo:

Serviços de limpeza e conservação - Serviços de manutenção - Etc.

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.</a></li> </ul>   |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.</li> <li>• Dentre outros, estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- os geradores de resíduos industriais;</li> <li>- os geradores de resíduos de serviços de saúde;</li> <li>- estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços que gerem resíduos perigosos ou que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;</li> <li>- as empresas de construção civil e as empresas de transporte, conforme regulamentação própria.</li> </ul> </li> </ul> |

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>• São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:<ul style="list-style-type: none"><li>- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;</li><li>- lançamento <b>in natura</b> a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;</li><li>- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;</li><li>- outras formas vedadas pelo poder público</li></ul></li></ul>  |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p style="text-align: center;"><b>EM QUALQUER CASO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.</p> <p>a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.</p> <p>b) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;</li><li>- lançamento <b>in natura</b> a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;</li><li>- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;</li></ul> <p>outras formas vedadas pelo poder público.”</p> |

**PRECAUÇÕES**

O órgão assessorado deve verificar a existência de legislação ambiental estadual e local sobre o tema, bem como verificar se há regras específicas para o resíduo em questão (por exemplo: resíduos de saúde, resíduos de construção civil, etc).

- Lembramos que a pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.

**34. RESÍDUOS SÓLIDOS EM GERAL OU REJEITOS – Resíduos perigosos**

“Aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica” (art. 13, II, “a”, da Lei nº 12.305/2010)

Consideram-se geradores ou operadores de resíduos perigosos os empreendimentos ou atividades (art. 68 do Decreto nº 10.936/2022):

I - cujo processo produtivo gere resíduos perigosos;

II - cuja atividade envolva o comércio de produtos que possam gerar resíduos perigosos e cujo risco seja significativo a critério do órgão ambiental;

III - que prestam serviços que envolvam a operação com produtos que possam gerar resíduos perigosos e cujo risco seja significativo a critério do órgão ambiental;

IV - que prestam serviços de coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final de resíduos ou rejeitos perigosos; ou

V - que exerçam atividades classificadas como geradoras ou como operadoras de resíduos perigosos em normas editadas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

A IN nº 1, de 25/01/2013 do IBAMA esclarece quem pode ser considerado gerador ou operador de resíduos perigosos:

I - gerador de resíduos perigosos: pessoa jurídica, de direito público ou privado, que, no desenvolvimento de alguma das atividades constantes no Anexo I, gere resíduos sólidos perigosos ou cuja atividade envolva o comércio de produtos que possam gerar resíduos perigosos e cujo risco seja significativo a critério do órgão ambiental competente;

II - operador de resíduos perigosos: pessoa jurídica, de direito público ou privado, que, no desenvolvimento de alguma das atividades constantes no Anexo I, preste serviços de coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final de resíduos ou rejeitos perigosos ou que preste serviços que envolvam a operação com produtos que possam gerar resíduos perigosos e cujo risco seja significativo a critério do órgão ambiental competente;

No Anexo I da IN estão listadas as atividades consideradas geradoras de resíduos perigosos, destacando-se que a maior parte destas atividades se compõe da fabricação e produção, havendo alguns casos em que o comerciante é considerado gerador: Comércio de combustíveis, derivados de petróleo, de gás GLP, de óleos lubrificantes, de mercúrio metálico, de produtos químicos e produtos perigosos.

O comerciante de produtos farmacêuticos, de tintas e solventes, de fertilizantes e detergentes, por exemplo, não se enquadra como gerador, apenas o fabricante é considerado gerador de resíduos perigosos.

Exemplo: contratação para destinação ambiental adequada de passivo de lâmpadas fluorescentes usadas.

|  |  |
|--|--|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013 (Regulamentar o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), estabelecer sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP) e com o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF-AIDA), e definir os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.)</a></li> </ul>   |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos.</li> <li>• A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos, quanto a:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- dispor de meios técnicos e operacionais adequados para o atendimento da respectiva etapa do processo de gerenciamento dos resíduos sob sua responsabilidade, observadas as normas e outros critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente;</li> <li>- apresentar, quando da concessão ou renovação do licenciamento ambiental, as demonstrações financeiras do último exercício social, a certidão negativa de falência, bem como a estimativa de</li> </ul> </li> </ul> |

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

custos anuais para o gerenciamento dos resíduos perigosos, ficando resguardado o sigilo das informações apresentadas.

- As pessoas jurídicas geradoras e/ou operadoras de resíduos perigosos, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013, são obrigadas a cadastrar-se no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.
- Isso significa que a inscrição no CTF/APP representa a inscrição automática no CNORP.
- A inscrição no CNORP engloba:
  - a inscrição prévia do gerador ou operador de resíduos perigosos no Cadastro Técnico Federal;
  - a indicação do responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado;
  - a prestação anual de informações sobre a geração, a coleta, o transporte, o transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final de resíduos ou rejeitos perigosos. Essas informações são prestadas por meio do Relatório Anual de Atividades, previsto no Art. 17-C, § 1º.
- As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos também são obrigadas a:
  - elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;
  - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;
  - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.
- É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem danos ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade



|                                 |   |
|---------------------------------|---|
|                                 | vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.  |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p style="text-align: center;"><b>EM QUALQUER CASO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“a) Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.</p> <p>a.1) estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;</p> <p>a.2) possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;</p> <p>a.3) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.</p> <p>b) A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:</p> <p>b.1) elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;</p> |

|                   |  |
|-------------------|--|
|                   | <p>b.2) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;</p> <p>b.3) informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.”</p>   |
| <b>PRECAUÇÕES</b> | <p>- Lembramos que a pessoa jurídica que executa a atividade de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos e de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final) também deve estar registrada e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013. Sendo assim, as disposições específicas deste Guia sobre CTF/AIDA também devem ser seguidas.</p> |

### 35.SANEAMENTO BÁSICO

As diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento constam da Lei 11.445/2007 e há princípios fundamentais a serem observados pelos serviços públicos de saneamento.

Considera-se saneamento básico o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de (art. 3º): a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm) - art7

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm) - art7

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes;

Cabe mencionar que a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico é dos Municípios e do Distrito Federal, quando de interesse local (art. 8º, I, Lei 11.445/2007) e dos Estados, em conjunto com os Municípios, no caso de interesse comum (art. 8º, II). Pode haver, outrossim, o exercício da titularidade dos serviços por meio de gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação (art. 8º, parágrafo 1º).

Além disso, a regulação da atividade de saneamento básico deve ser feita por entidade reguladora da Administração Pública Indireta e não pelo próprio ente político. De acordo com o artigo 21 da Lei nº 11.455/2007, a função de regulação será desempenhada por entidade de natureza autárquica dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira e atenderá aos princípios de transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Em contratações que envolvam atividades de saneamento básico, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, o setor técnico especializado do órgão assessorado deverá inserir as previsões pertinentes no projeto básico/termo de referência, bem como consultar a existência de normas municipais e estaduais aplicáveis ao caso concreto.

|  |  |
|--|--|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">LEI 11.445, DE 05 DE JANEIRO DE 2007 (estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico)</a></li> <li>- <a href="#">LEI 14.026, DE 2020 (atualiza o marco legal do saneamento básico)</a></li> <li>- <a href="#">Decreto 11.467, de 05 de abril de 2023 (Dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e do Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020.)</a></li> <li>- <a href="#">Decreto nº 11.466, de 05 de abril de 2023 (Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.)</a></li> </ul> |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>Os serviços podem ser prestados de forma direta ou por concessão (artigo 9, Lei 11.445/2007)</p> <p>A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária (artigo 10, Lei 11.445/2007)</p>   |

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PRINCIPAIS<br/>DETERMINAÇÕES</b> | <p>Os contratos de delegação do serviço de saneamento básico deverão trazer expressamente as previsões do artigo 23 da Lei nº 8.987/95, além de trazer as disposições sobre: I - metas de expansão dos serviços, de redução de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade na prestação dos serviços, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, do reuso de efluentes sanitários e do aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com os serviços a serem prestados; II - possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados, incluindo, entre outras, a alienação e o uso de efluentes sanitários para a produção de água de reuso, com possibilidade de as receitas serem compartilhadas entre o contratante e o contratado, caso aplicável; III - metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados por ocasião da extinção do contrato; e IV - repartição de riscos entre as partes, incluindo os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária (artigo 10-A).</p> <p>Além disso, os contratos que envolvem a prestação dos serviços públicos de saneamento básico poderão prever mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes do contrato ou a ele relacionadas, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.</p> <p>Cabível destacar que, nos termos do artigo 11 da Lei nº 11.445/2007, são condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico: I - a existência de plano de saneamento básico; II - a existência de estudo que comprove a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços, nos termos estabelecidos no respectivo plano de saneamento básico; III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes da Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização; IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato. V - a existência de metas e cronograma de universalização dos serviços de saneamento básico.</p> |
|-------------------------------------|--|

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | Deve o gestor se atentar igualmente para o cumprimento dos requisitos de comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até 31 de dezembro de 2023, conforme dispõe o Decreto nº 11.466/2023. |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | Observância da legislação supra e consulta à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para exame de normas eventualmente incidentes, conforme artigo. 25-A, da Lei 11.455/2007.  |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | No tocante ao manejo de resíduos sólidos, deve ser também observada a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, no manejo de resíduos sólidos recicláveis, as previsões legais referentes à inclusão de associações e cooperativas de catadores.                                     |

### 36.SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

**A Resolução RDC ANVISA n. 216/04 estabelece Boas Práticas para Serviços de Alimentação, alterada pela RDC Anvisa nº 52, de 29 de setembro de 2014**

Essa Resolução se aplica aos serviços de alimentação que realizam algumas das seguintes atividades: manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento, distribuição, transporte, exposição à venda e entrega de alimentos preparados ao consumo, tais como cantinas, bufês, comissarias, confeitarias, cozinhas industriais, cozinhas institucionais, unidades de alimentação e nutrição dos serviços de saúde, delicatessens, lanchonetes, padarias, pastelarias, restaurantes, rotisseries e congêneres.

As comissarias instaladas em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Terminais Alfandegados devem, ainda, obedecer aos regulamentos técnicos específicos.

Excluem-se deste Regulamento os lactários, as unidades de Terapia de Nutrição Enteral - TNE, os bancos de leite humano, e os estabelecimentos industriais abrangidos no âmbito do Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.

Vale lembrar que “no setor de alimentos, a Anvisa coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, inspeção, fiscalização e controle de riscos, sendo responsável por estabelecer normas e padrões de qualidade e identidade a serem observados. O objetivo é garantir a segurança e a qualidade de alimentos, incluindo bebidas, águas envasadas, ingredientes, matérias-primas, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, materiais em contato com alimentos, contaminantes, resíduos de medicamentos veterinários, rotulagem e inovações tecnológicas em produtos da área de alimentos.” ([Biblioteca de Alimentos](#))

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"><li>- <a href="#">RESOLUÇÃO RDC ANVISA Nº 216/2004, alterada pela RDC Anvisa nº 52, de 29 de setembro de 2014 (Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.)</a></li><li>- <a href="#">Consulte a publicação Biblioteca de Alimentos</a></li></ul> |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | Trata-se do Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação   |



|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis".</p> <p>Quando a contratação abranger a comercialização de água, deve-se incluir também:</p> <p>"A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis".</p> |
|---------------------------------|---|

**37.SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR**

Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde. (Lei 8080/90, artigo 6º, parágrafo 1º, I e II)

Consultar o site da ANVISA para as orientações, os protocolos e outras medidas sempre atualizados em relação à COVID 19:

<https://www.gov.br/anvisa>

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>LEGISLAÇÃO</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Leis 9.782, de 1999 (Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.)</a></li> <li>- <a href="#">Resolução RDC n. 6/2012 – ANVISA (Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências.)</a></li> </ul>   |
| <b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b> | Há necessidade de alvará sanitário/licença de funcionamento de lavanderia hospitalar, emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei 9.782/99   |
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p><b>Inserir no EDITAL - requisito de habilitação jurídica da empresa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar alvará sanitário/licença de funcionamento de lavanderia hospitalar, emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei 9.782/99.</li> <li>• Os equipamentos, quando couber, e os produtos saneantes utilizados no processamento de roupas de serviços de saúde devem estar regularizados junto à ANVISA (art. 9º, Resolução RDC n. 6/2012 – ANVISA).</li> <li>• Exigência expressa de que o licitante tenha em seus quadros profissional responsável pela coordenação das atividades, conforme disposto no art. 13 da Resolução-RDC 6/2012;</li> <li>• exigência de capacitação prévia e permanente em segurança e saúde ocupacional, dos profissionais que irão laborar na execução dos serviços de lavanderia hospitalar, conforme disposto no art. 12 da Resolução-RDC 6/2012;</li> </ul> <p><b>Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - obrigações da contratada:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A contratada deverá observar a Resolução RDC n. 6/2012 – ANVISA</li> </ul> |

**PRECAUÇÕES**

- a) Consultar o site <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-processamento-de-roupas-de-servicos-de-saude-prevencao-e-controle-de-riscos.pdf/view> e ver o que orienta a ANVISA no documento: Processamento de roupas em serviços de saúde: prevenção e controle de riscos/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2009, pgs. 17 e 18, cujo teor se transcreve a seguir

A unidade de processamento de roupas está sujeita ao controle sanitário pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), conforme definido na Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, tendo em vista os riscos à saúde dos usuários, trabalhadores e meio ambiente relacionados aos materiais, processos, insumos e tecnologias utilizadas. A unidade de processamento de roupas, quando terceirizada, não poderá funcionar sem o alvará sanitário/licença de funcionamento emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal. O alvará/licença somente é concedido após a inspeção do serviço para verificação das condições de funcionamento e de execução do projeto de acordo com a aprovação prévia da vigilância. O serviço que funcionar sem esse documento estará infringindo a Lei Federal n. 6437 de 20 de agosto de 1977. Vale ressaltar que as unidades que fazem parte de um serviço de saúde não precisam de um alvará sanitário específico, uma vez que o serviço ao qual pertencem deverá possuir tal alvará. Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos As unidades de processamento de roupas terceirizadas, intra ou extra-serviços de saúde, devem possuir alvará sanitário próprio. Normalmente, esse documento é solicitado no ato do início das atividades; quando houver alterações de endereço, do ramo de atividade, do processo produtivo ou da razão social; quando tiver ocorrido fusão, cisão e incorporação societária; ou anualmente, conforme definição da vigilância sanitária local. A emissão e renovação da licença ou alvará de funcionamento é um processo descentralizado, realizado pelos estados e municípios e, portanto, definido de acordo com a legislação local. Cada estado e/ou município define o trâmite legal e documental, assim como a sua validade. A licença sanitária, também chamada de alvará de funcionamento, licença de funcionamento ou alvará sanitário, é o documento expedido pela Vigilância Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal. Os endereços das Vigilâncias Sanitárias podem ser acessados no sítio eletrônico da Anvisa: [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br). As unidades de processamento de roupas de serviços de saúde que também processam roupas

de outros tipos de serviços, como hotéis e motéis, devem observar as orientações contidas neste manual. Em seus alvarás sanitários, devem constar de forma específica os tipos de serviços que atendem e a origem das roupas a serem processadas, como por exemplo: serviços de saúde, hotéis, motéis, domicílio, etc. Unidades de processamento de roupas intra-serviço de saúde não podem processar roupas de outros tipos de serviços como hotéis, motéis e domiciliares. Outros requisitos a serem observados:

- Registros de segurança e saúde ocupacional, conforme normalização do Ministério do Trabalho e Emprego
- Aprovação e registro nos órgãos competentes (meio ambiente, defesa civil, prefeituras, entre outros); e
- Registro da caldeira, caso o serviço possua, no Ministério do Trabalho e Emprego, conforme disposto na NR1314

**38.SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO**

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs, especificadas nos anexos A e B do Protocolo de Montreal (promulgado pelo Decreto nº 99.280/90), notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano.

Tais substâncias são encontradas geralmente nos seguintes produtos:

- Unidades de ar-condicionado automotivo
- Refrigeradores e congeladores
- Equipamentos e sistemas de refrigeração
- Equipamentos e aparelhos de ar-condicionado
- Instalações frigoríficas
- Resfriadores de água e máquinas de gela
- Aerossóis
- Equipamentos e sistemas de combate a incêndio
- Extintores de incêndio portáteis
- Solventes
- Esterilizantes
- Espumas rígidas e semirrígidas
- Etc.

**LEGISLAÇÃO**

- [Decreto nº 99.280, de 1990 \(Promulgação da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.\)](#)
- [Decreto nº 181, de 24 de julho de 1991 \(Promulga os Ajustes ao Protocolo de Montreal Sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987.\)](#)
- [Decreto nº 2.679, de 1998 \(Promulga as Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, assinadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992\)](#)
- Decreto nº 2.783, de 1998 (Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional)

|  |  |
|--|--|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#"><u>Decreto nº 5.280, de 2004 (Promulga os textos das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e, em Pequim, em 3 de Dezembro de 1999, por ocasião da Décima Primeira Reunião das Partes.)</u></a></li> <li>- <a href="#"><u>Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal)</u></a></li> <li>- <a href="https://www.google.com/search?q=decreto+11550&amp;rlz=1C1GCEU_pt-BRBR1037BR1037&amp;oq=decreto+&amp;aqs=chrome.0.35i39i650j69i64j69i57j69i59j0i512j69i60l3.3431j0j1&amp;sourceid=chrome&amp;ie=UTF-8">https://www.google.com/search?q=decreto+11550&amp;rlz=1C1GCEU_pt-BRBR1037BR1037&amp;oq=decreto+&amp;aqs=chrome.0.35i39i650j69i64j69i57j69i59j0i512j69i60l3.3431j0j1&amp;sourceid=chrome&amp;ie=UTF-8</a></li> <li>- Este Decreto revogou o SINARE - <b><u>Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE), que havia instituído pelo Decreto nº 11.075/2022</u></b></li> </ul> |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• É vedada a aquisição, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal, como, por exemplo, as seguintes listadas:<br/><br/>CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano</li> <li>• São exceções à vedação:             <ul style="list-style-type: none"> <li>b) produtos ou equipamentos considerados de usos essenciais, como medicamentos e equipamentos de uso médico e hospitalar; serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de refrigeração.</li> </ul> </li> <li>• É proibida, em todo o território nacional, a utilização de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal, na produção ou instalação, a partir de 1º de janeiro de 2001, de:</li> </ul>   |

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>c) novos aerossóis, exceto para fins medicinais;<br/>novos refrigeradores e congeladores domésticos;<br/>novos equipamentos, sistemas e instalações de refrigeração;<br/>novas instalações de ar-condicionado central;<br/>novas unidades de ar-condicionado automotivo;<br/>instalações frigoríficas com compressores de potência unitárias superior a 100 HP;<br/>novos equipamentos, sistemas e instalações combate a incêndio, exceto na navegação aérea ou marítima, quanto aos Halons 1211 e 1301;<br/>novas espumas rígidas e semirrígidas (flexível e moldada/pele integral);<br/>novos solventes ou esterilizantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As SDOs somente podem ser utilizadas para os “usos essenciais” listados no art. 4º da Resolução: <ul style="list-style-type: none"> <li>- para fins medicinais e formulações farmacêuticas para medicamentos na forma aerossol, tais como os Inaladores de Dose de Medida-MDI e/ou assemelhados na forma “spray” para uso nasal ou oral;</li> <li>- como agente de processos químicos e analíticos e como reagente em pesquisas científicas;</li> <li>- em extinção de incêndio na navegação aérea e marítima, aplicações militares não especificadas, acervos culturais e artísticos, centrais de geração e transformação de energia elétrica e nuclear, e em plataformas marítimas de extração de petróleo – Halons 1211 e 1301.</li> </ul> </li> </ul> |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal”</p>   |



|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p style="text-align: center;"><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.”</p>   |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | <p>Listas de Centrais de Regeneração de SDOs, lista de unidades de reciclagem de SDOs e lista de centros de recolhimento de SDOs podem ser encontradas no site do Ministério do Meio Ambiente – MMA (PÁGINA INICIAL &gt; INFORMMA &gt; PROTEÇÃO DA CAMADA DE OZÔNIO &gt; SUBSTÂNCIAS DESTRUIDORAS DA CAMADA DE OZÔNIO).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lembramos que aqueles que fazem o tratamento, a regeneração, a destinação final, a incineração, o depósito, bem como se enquadram na atividade de Utilização técnica de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas, quando couber.</li> </ul> <p>Para conferir quais atividades se enquadram, vide respectivamente FTE-Categoria Serviços de Utilidade; Código: 17-66; Descrição: Disposição de resíduos especiais: Protocolo de Montreal e FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código: 21-3; Descrição: Utilização técnica de substâncias controladas – Protocolo de Montreal,</p> |

### 39.SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO – Serviços de manutenção

Serviços de manutenção de sistemas, equipamentos ou aparelhos que contenham Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Exemplo:

- Manutenção de sistemas de refrigeração e de equipamentos de ar-condicionado.
- Manutenção de extintores de incêndio ou de sistemas de combate a incêndio – Etc.

#### LEGISLAÇÃO

- Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003([Dispõe sobre a utilização de cilindros para o envasamento de gases 147 que destroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências.](http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=371))  
[http://conama.mma.gov.br/?option=com\\_sisconama&task=arquivo.download&id=371.](http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=371)
- <http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=110488>
- Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal):
- <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=138194>

#### PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES

- Estabelece especificações técnicas para os procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano.
- Para o recolhimento e transporte de CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e Halons 1211, 1301 e 2402, é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes.
- Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados.
- A SDO recolhida deve ser reciclada *in loco*, mediante a utilização de equipamentos adequados, ou acondicionada em recipientes e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
- Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A<br/>SER TOMADA</b> | <p style="text-align: center;">NOS SERVIÇOS:</p> <p>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</p> <p>"Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:</p> <p>a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;</p> <p>b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;</p> <p>c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;</p> <p>d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;</p> <p>e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;</p> <p>f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;</p> <p>g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.</p> |
|-------------------------------------|---|

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.</p> <p>g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.”</p>  |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | <ul style="list-style-type: none"><li>- Embora, em tese, já esteja vigente há tempos a proibição de utilização de SDOs como fluidos de refrigeração ou de extinção de incêndio em aparelhos ou equipamentos novos, conforme Resoluções CONAMA nº 13, de 13/12/95, e nº 267, de 14/11/2000, é possível que a Administração ainda possua aparelhos ou equipamentos que contenham SDOs, ou por serem mais antigos, ou por não ter sido observada a proibição por parte do fabricante.</li><li>- Assim, estas disposições são essenciais na contratação de serviços de manutenção de sistemas de refrigeração e de equipamentos de ar-condicionado ou manutenção de extintores de incêndio ou de sistemas de combate a incêndio, por exemplo, que contenham SDOs, a fim de amenizar o impacto ambiental da liberação de tais substâncias na atmosfera.</li><li>- Lembramos que aqueles que fazem o tratamento, a regeneração, a destinação final, a incineração, o depósito, bem como se enquadram na atividade de Utilização técnica de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas, quando couber.</li><li>- Para conferir quais atividades se enquadram, vide respectivamente FTE-Categoria Serviços de Utilidade; Código: 17-66; Descrição: Disposição de resíduos especiais: Protocolo de Montreal e FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código: 21-3; Descrição: Utilização técnica de substâncias controladas – Protocolo de Montreal,</li><li>- Lembramos ainda que, nos termos do parágrafo único, do art. 7º da IN nº 5, de 2018 do Ibama, as pessoas físicas e jurídicas que realizam transporte de substâncias controladas devem estar inscritas no CTF/APP-Ibama na Categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Código: 18-1; Descrição: Transporte de cargas perigosas, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas, quando couber.</li></ul> |

**PRECAUÇÕES**

- Nos termos do §§ 1º e 2º, do art. 3º, da IN Ibama nº 5, de 2018: - Não são considerados usuários de substâncias controladas citadas no *caput* desse artigo os prestadores de serviços em refrigeração e consumidores. As pessoas físicas e jurídicas que atuam na reparação de aparelhos de refrigeração ficam desobrigadas de registro no CTF/ APP, mas não estão liberados de cumprir as obrigações constantes deste item do Guia que trata das substâncias que destroem a camada de ozônio.
- Não estão obrigadas também ao registro no CTF/APP as atividades de manutenção de extintores de incêndio ou de sistemas de combate a incêndio, muito embora também tenham de cumprir as obrigações previstas neste item.
- Listas de Centrais de Regeneração de SDOs, lista de unidades de reciclagem de SDOs e lista de centros de recolhimento de SDOs podem ser encontradas no site do Ministério do Meio Ambiente – MMA (Página inicial > InforMMA > Proteção da Camada de Ozônio > Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio).

#### 40. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – AQUISIÇÃO DE (OU SERVIÇOS QUE UTILIZEM) BENS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de bens de informática e automação previstos no Anexo A da Portaria INMETRO 170, de 2012, dos grupos: Equipamentos bancários; máquinas de processamento de dados e texto e equipamentos associados; Equipamentos eletroeletrônicos para uso em escritórios; e outros equipamentos de tecnologia da informação.

Exemplo: computadores de mesa, computadores portáteis (*notebook*, *laptop* e *netbook*), equipamentos digitalizadores de texto e imagem (*scanners*), impressoras, fragmentadora, grampeador e encadernador elétricos, projetores *datashow*, *smartphones*, entre outros.

Para aprofundamento e orientações, consulte:

<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes>

**Consulte e utilize os modelos da Advocacia-Geral da União para bens e serviços de TIC, com previsões de sustentabilidade:**

[https://www.gov.br/agu/pt-](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic)

[br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic) (Lei 14.133/21)

[https://www.gov.br/agu/pt-](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/8666e10520/servicos-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao)

[br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/8666e10520/servicos-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/8666e10520/servicos-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao) (Lei 8.666/93)

#### LEGISLAÇÃO

- [Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010 \(Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal\)](#) Para Lei 8.666/93
- [Portaria INMETRO nº 170, de 2012 \(Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Bens de Informática, disponibilizados no site \[www.inmetro.gov.br\]\(http://www.inmetro.gov.br\)\)](#) Instituir, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade – SBAC, e instituiu a certificação voluntária para Bens de Informática, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto – OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos aprovados)

|  |  |
|--|--|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- <a href="#">Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2015 (Orienta como devem ser exigidas as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 2010)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências)</a></li> <li>- <a href="#">Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022</a> - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.</li> <li>- <a href="#">Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023</a> (<a href="#">Estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal</a>).</li> </ul> |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• o Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, instituiu a necessidade de inclusão, no instrumento convocatório, da exigência de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação em <b>segurança para o usuário e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia</b>.</li> <li>• A Portaria INMETRO nº 170, de 2012, regulamentando o Decreto nº 7.174, de 2010, instituiu a certificação voluntária para Bens de Informática, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto – OCP, acreditado pelo Inmetro, consoante o estabelecido nos Requisitos por ela aprovados.</li> </ul>  |



**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

- A Portaria INMETRO nº 170, de 2012, estabeleceu, portanto, os requisitos para o Programa de Avaliação da Conformidade de Bens de Informática com foco na segurança, na compatibilidade eletromagnética e na eficiência energética, através do mecanismo de certificação voluntária, atendendo aos requisitos normativos, visando à diminuição de acidentes, o aumento da qualidade e diminuição do consumo de energia dos produtos.
- A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2015 orientou como devem ser exigidas as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- Assim, nas aquisições de bens de informática e automação:
  - I. as certificações previstas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, serão exigidas como requisito de qualificação dos bens a serem adquiridos; e
  - II. serão aceitas certificações emitidas, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), como também aquelas emitidas por organismos acreditados por esse Instituto, os quais podem ser consultados por meio do endereço <http://www.inmetro.gov.br/organismos>.
- Por outro lado, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2010, em seu art. 5º, inciso IV, dispôs no sentido de que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderá exigir o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- O § 1º desse mesmo dispositivo legal dispõe que “A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.”

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Já o § 2º desse mesmo dispositivo afirma que “O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.”</li> </ul>   |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“a) Só será admitida a oferta de “descrever o bem de informática e/ou automação (Ex.: notebook, impressora, projetor, fragmentadora)” que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.</p> <p>b) Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);”</p> <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, certificação do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 170, de 2012, conforme exigido no Termo de Referência.</p> |

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p>b) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que os bens de informática e/ou automação ofertados não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).</p> <p>b.1) A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, em especial laudo pericial, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.”</p> <p>OBS: O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada. Antes de desclassificar a proposta, a Administração contratante deverá apresentar razões técnicas quanto à inadequação do produto ofertado, assegurado o direito de manifestação do licitante vencedor.</p> <p><b>NOS SERVIÇOS (apenas para os serviços prestados nas dependências da Entidade/Órgão licitante):</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do serviço:</b></p> <p>“a) Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços <b>bens de informática e/ou automação</b> que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.</p> |
|-------------------------------------|--|

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER<br/>TOMADA</b> | <p>b) Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços <b>bens de informática e/ou automação</b> que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."</p> <p><b>2) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>"a) Os <b>bens de informática e/ou automação</b> a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.</p> <p>b) Os <b>bens de informática e/ou automação</b> a serem utilizados na execução dos serviços não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."</p> <p><b>3) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>"x) Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma <b>RELAÇÃO DOS BENS DE INFORMÁTICA E/OU AUTOMAÇÃO</b> que pretende utilizar na execução dos serviços, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.</p> <p>x.1) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório de que os <b>bens de informática e/ou automação</b> a serem utilizados na execução dos serviços atendem aos requisitos de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012.</p> |
|-------------------------------------|---|

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>x.2) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório de que os <b>bens de informática e/ou automação</b> a serem utilizados na execução dos serviços não possuem substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."</p> <p><b>Na contratação de serviços de outsourcing de impressão</b></p> <p><b>Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>"a) A logística reversa é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se: o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.</p> <p>b) A empresa contratada deverá fornecer o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners usados e o pleno atendimento à legislação anteriormente citada.</p> <p>c) A empresa contratada deve apresentar semestralmente (no máximo), declaração confirmando o recebimento dos cartuchos e toners já utilizados e respectivas embalagens dos equipamentos, para fins de reaproveitamento no ciclo produtivo das próprias empresas, em outros ciclos – como cooperativas de reciclagem ou outra destinação final ambientalmente adequada. A periodicidade desse recolhimento deverá ser acordada com o órgão contratante, de forma a não deixar acumular os materiais utilizados sem serventia nas dependências das instituições públicas."</p> |
|---------------------------------|--|

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b> | <p>No documento de boas práticas, orientações e vedações para contratação de ativos de TIC – Versão 4, (computadores, desktop, notebook, tablets, smartphones, roteadores, impressoras, scanners e outros) disponível em: <a href="https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf">https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf</a>, há especificação de requisitos de sustentabilidade que devem ser adaptados ao caso concreto, a seguir transcritos:</p>  |
| <b>PRECAUÇÕES</b>               | <ul style="list-style-type: none"><li>- Os equipamentos listados no Anexo A da Portaria INMETRO nº 170, de 2012 não estão submetidos à etiquetagem compulsória de que trata o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE). Portanto, não é possível exigir a oferta de equipamentos que possuam Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE.</li><li>- O Anexo A da Portaria INMETRO nº 170, de 2012 estabelece quais são os requisitos avaliados para cada bem de informática ou automação. Na realidade, apenas Computadores de mesa e Computadores Portáteis (<i>notebook, laptop e netbook</i>) tiveram a eficiência energética avaliada para fins de certificação. Os outros equipamentos somente tiveram avaliação para fins de certificação relativos à segurança e compatibilidade eletromagnética. Assim, a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 somente serve de referência, para fins de eficiência energética, para aquisição de Computadores de mesa e Computadores Portáteis (<i>notebook, laptop e netbook</i>) ou para serviços que utilizem esses equipamentos.</li><li>- Por se tratar de uma certificação Voluntária, o fabricante ou importador do bem de informática ou automação não é obrigado a se submeter à certificação.</li><li>- Por essa razão, a Administração não pode definir no certame que somente serão aceitos bens de informática e automação certificados.</li><li>- Por outro lado, a Administração deve sempre buscar adquirir produtos seguros e eficientes.</li></ul> |

**PRECAUÇÕES**

- Dessa forma, é possível que a Administração exija que o licitante comprove que o produto oferecido atende aos requisitos para a obtenção da certificação, comprovando sua segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética por qualquer meio válido, em especial, por laudo pericial. Ou seja, não é possível exigir que o equipamento tenha a certificação, pois, como já dito, a certificação é voluntária. Todavia, é possível exigir que o produto oferecido pela licitante tenha a segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente a um produto certificado.
- Lembramos que os fabricantes de aparelhos elétricos, eletrônicos ou de equipamentos de informática e comunicações também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (FTE-Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-2; Descrição: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática)
- Conforme artigo 16, I, g, da IN SGD/ME, 94/2022 atentar previamente à elaboração do termo de referência e edital a aplicabilidade de requisitos sociais, ambientais e culturais que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente
- Conforme Portaria SGD/MGI 2.751/23, atentar que as especificações técnicas da infraestrutura computacional deverão ter sustentabilidade ambiental e eficiência energética,



**41.VEÍCULOS**

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de veículos automotores.

Exemplo:

Locação de automóveis – Serviços de transporte – Etc.

**LEGISLAÇÃO**

- [Lei nº 9.660, de 1998 \(Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.\)](#)
- [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15/05/2008 \(Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências\)](#)
- [Resolução CONAMA nº 1, de 11/02/1993 \(Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos\)](#)
- [Resolução CONAMA nº 272, de 14/09/2000 \(Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos\)](#)
- [Resolução CONAMA 8/1993 \(Complementa a Resolução no 18/86\)](#)
- [Resolução CONAMA 17/1995 \(Dispõe sobre os limites máximos de ruído para veículos de passageiros ou modificados.\)](#)
- [Resolução CONAMA 242/1998 \(Dispõe sobre limites de emissão de material particulado para veículo leve comercial e limite máximo de ruído emitido por veículos com características especiais para uso fora de estradas\)](#)
- [Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986 \(Dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por veículos Automotores – PROCONVE\)](#)
- [Resolução CONAMA no. 433, de 13 de julho de 2011 \(dispõe sobre a inclusão no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias novas\).](#)
- [Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018 \(Estabelece a Fase PROCONVE P8 de exigências do Programa\)](#)
- [Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018 \(Estabelece as Fases PROCONVE L7 e PROCONVE L8 de exigências do Programa\)](#)

|  |  |
|--|--|
| <p><b>LEGISLAÇÃO</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ver também:</li> <li>- <a href="#"><u>Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009 (Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso)</u></a></li> <li>- <a href="#"><u>Lei nº 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.)</u></a></li> <li>- <a href="#"><u>Decreto nº 9.864, de 2019 (Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001)</u></a></li> <li>- <a href="#"><u>Decreto nº 4.508, de 2002 – art. 2º</u></a></li> <li>- <a href="#"><u>Decreto nº 11.003, de 2022 (Institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano)</u></a></li> <li>- <a href="#"><u>Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal)</u></a></li> <li>- <a href="#"><u>Portaria INMETRO nº 377, de 2011 (Aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves)</u></a></li> </ul> |
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os veículos leves adquiridos para compor frota oficial ou locados de terceiros para uso oficial deverão utilizar combustíveis renováveis.</li> <li>• Excluem-se de tal obrigatoriedade os veículos componentes da frota das Forças Armadas, os de representação dos titulares dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, conforme dispuser regulamento, aqueles destinados à prestação de serviços públicos em faixas de fronteira e localidades desprovidas de abastecimento com combustíveis renováveis.</li> <li>• Observar os limites máximos de ruídos para veículos automotores nacionais e importados, em aceleração e na condição parado.</li> </ul>  |

**PRINCIPAIS  
DETERMINAÇÕES**

- 1) O Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE tem o objetivo principal de reduzir os níveis de emissão de poluentes por veículos automotores, visando ao atendimento de padrões de qualidade do ar, especialmente nos centros urbanos.
- 2) Estabelece as fases do PROCONVE L8, visando estabelecer novos padrões de emissão para motores veiculares e veículos automotores pesados, nacionais e importados e fomentar adequação tecnológica e melhoria na qualidade dos combustíveis.
- 3) Estabelece as fases do PROCONVE L7 e L8, visando estabelecer novos padrões de emissão para motores veiculares e veículos automotores leves, nacionais e importados e fomentar adequação tecnológica e melhoria na qualidade dos combustíveis.
- 4) Os Planos de Controle de Poluição Veicular – PCPV, elaborados pelos Estados e pelo Distrito Federal, poderão indicar a realização de um Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M, para fins de controle da emissão de poluentes e ruído.
- 5) Eficiência energética de veículos leves.
- 6) O Inmetro, em parceria com o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), criou um programa de etiquetagem para veículos: O Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular. O PBE Veicular é um programa de etiquetagem de eficiência energética para veículos leves. No PBE Veicular, a principal ferramenta de informação dos consumidores é a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia. Ela classifica os modelos quanto à eficiência energética na categoria e mostra outras informações, como a autonomia em km por litro de combustível na cidade e na estrada, e a emissão de CO<sub>2</sub>, que é um dos gases responsáveis pelo efeito estufa.
- 7) A ideia aqui é orientar a Administração a adquirir veículos que tenham a melhor eficiência energética, sem prejuízo relevante da competitividade.
- 8) A Etiqueta Nacional de Conservação de Energia serve de referência para a descrição do padrão de eficiência que a Administração pretende que o veículo tenha.
- 9) Como não poderia deixar de ser, a competitividade deve ser ponderada com as vantagens da aquisição de veículos com maior eficiência energética.

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES</b></p> | <p>10) Adotando-se o mesmo raciocínio da Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal), é possível justificar a exigência de veículo que tenha a eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, que é a mais eficiente.</p> <p>11) Quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com veículos que tenham a eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, devem ser admitidos veículos com eficiência energética equivalente às duas classes seguintes que possuam um mínimo de três fornecedores com eficiência equivalente, admitida a complementação de números de fornecedores de uma classe com a de outra.</p> <p>12) O Decreto 11.003/22, que institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano, dispõe que <u>os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sempre que cabível, devem considerar suas diretrizes em seus planejamentos estratégicos, programas e ações institucionais.</u></p> <p>13) No que diz respeito aos veículos, entre as diretrizes são encontradas <u>a promoção de iniciativas para o abastecimento de veículos leves e pesados, como ônibus, caminhões e tratores agrícolas, e de embarcações movidos a biometano ou híbridos com biometano, tais como pontos e corredores verdes, assim como a implantação de tecnologias que permitam a utilização de biogás e biometano como fontes de energia e combustível renovável.</u></p> |
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>"Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável XXXX (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660, de 1998."</p>   |

|                          |  |
|--------------------------|--|
| PROVIDÊNCIA A SER TOMADA | <p style="text-align: center;"><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar o combustível renovável XXXX (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.”</p>  |
|                          | <p style="text-align: center;"><b>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.”</p>  |
|                          | <p style="text-align: center;"><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.”</p>  |
|                          | <p style="text-align: center;"><b>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e</p> |

|                          |  |
|--------------------------|--|
| PROVIDÊNCIA A SER TOMADA | <p>Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes”</p>   |
|                          | <p><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.”</p>  |
|                          | <p><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.”</p> <p><b>NA AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de descrição ou especificação técnica do produto:</b></p> <p>“Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).”</p> |

|  |  |
|--|--|
| <p><b>PROVIDÊNCIA A SER TOMADA</b></p> | <p><b>2) Inserir no EDITAL - item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:</b></p> <p>“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, cópia da Etiqueta do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido ao PBE Veicular, ou comprovação, por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o veículo possui eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente), para comprovação do nível de eficiência energética exigida no Termo de Referência.”</p> <p><b>NOS SERVIÇOS:</b></p> <p><b>1) Inserir no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:</b></p> <p>“O <b>veículo</b> a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir a ENCE (etiqueta nacional de conservação de energia) relativa à categoria.</p>  |
| <p><b>PRECAUÇÕES</b></p>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- A Lei nº 9.660/98 foi editada quando veículos movidos exclusivamente a álcool eram fabricados e comercializados no Brasil. Atualmente, todavia, a indústria automobilística não mais produz tais veículos – sucedidos pelos modelos “flex”, movidos por mais de um tipo de combustível: gasolina e etanol, gasolina e eletricidade, etc.</li> <li>- Assim, quanto ao combustível etanol, entendemos necessário adotar uma interpretação ampla do dispositivo legal, no sentido de admitir veículos “flex”, sob pena de restrição desarrazoada da ampla competitividade.</li> <li>- Lembramos que o fabricante de veículos rodoviários, inclusive peças e acessórios, também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide FTE-Categoria: Indústria de Material de Transporte; Código: 6-1; Descrição: Fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios.</li> </ul> |



**PRECAUÇÕES**

- O Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018 dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional. Em considerando o potencial poluidor do uso de veículos, deve-se atentar às restrições de uso estabelecidas neste decreto no planejamento da contratação. O decreto também exige no seu art. 8º, que os órgãos, as autarquias e as fundações da administração pública federal deverão considerar todos os modelos de contratação praticados pela administração pública federal para prestação de serviço de transporte de material e de pessoal a serviço, de que trata o art. 4º, e adotar aquele que for comprovadamente mais vantajoso em comparação ao modelo vigente.
- Por se tratar de uma Etiquetagem Voluntária, o fabricante ou importador do veículo não é obrigado a aderir ao PBE Veicular.
- Por essa razão, a Administração não pode definir no certame que somente serão aceitos veículos que possuam a Etiqueta com classificação A.
- Por outro lado, a Administração deve sempre buscar adquirir veículos que tenham a melhor eficiência energética.
- Dessa forma, é possível que a Administração exija que o licitante comprove que o veículo oferecido atende aos requisitos para a obtenção da Etiqueta na categoria mais eficiente, comprovando essa eficiência por qualquer meio válido, em especial, por laudo pericial. Ou seja, não é possível exigir que o veículo tenha a Etiqueta na categoria A, pois, como já dito, a adesão ao PBE veicular é voluntária. Todavia, é possível exigir que o veículo oferecido pela licitante tenha a eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A, que é a mais eficiente.
- Lembramos que o pneu veicular também é submetido à etiquetagem pelo INMETRO, sendo um dos critérios de avaliação do pneu a eficiência energética, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre pneus também podem ser seguidas em conjunto com as especificações do próprio veículo.

## ANEXOS

**PARECER N. 00001/2021/CNS/CGU/AGU**

**ASSUNTO: CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

Link para download integral do documento: [PDF](#)

---

**DESPACHO N. 00002/2021/CNS/CGU/AGU**

**ASSUNTO: UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Link para download integral do documento: [PDF](#)

---

**DESPACHO N. 00334/2021/DECOR/CGU/AGU**

**ASSUNTO:** Critérios e Práticas de sustentabilidade nas contratações públicas

Link para download integral do documento: [PDF](#)

---

**DESPACHO N. 00525/2021/GAB/CGU/AGU**

**ASSUNTO:** Critérios e Práticas de sustentabilidade nas contratações públicas

Link para download integral do documento: [PDF](#)

Departamento de  
**Coordenação e Orientação de  
Órgãos Jurídicos**

Consultoria-Geral  
**da União**



**Anexo X - SUMULA 247 Pesquisa textual \_ Tribunal de  
Contas da União.pdf**

[<](#) [Jurisprudência Seleccionada](#) > [Lista de resultados](#) > Documento

O enunciado procura retratar o entendimento contido na deliberação da qual foi extraído, não constituindo todavia, um resumo oficial da decisão proferida pelo Tribunal. Tampouco objetiva representar o posicionamento prevalecente no TCU sobre a matéria.



Realce



Compartilhar

2 de 111

**ACÓRDÃO:**[Acórdão 1782/2004-Plenário](#)**DATA DA SESSÃO:**

10/11/2004

**RELATOR:**

MARCOS VINICIOS VILAÇA

**ÁREA:**

Licitação

**TEMA:**

Parcelamento do objeto

**SUBTEMA:**

Obrigatoriedade

**OUTROS INDEXADORES:**

Súmula, Economia de escala, Viabilidade técnica, Viabilidade econômica, Acréscimo, Licitação por item, Competitividade

**TIPO DO PROCESSO:**

ADMINISTRATIVO

**ENUNCIADO:**

SÚMULA TCU 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com

**EXCERTO:**

**Fundamento Legal:**

- Constituição Federal, art. 37, inciso XXI;
- Lei nº 8443, de 16-7-1992, art. 4º;
- Lei nº 8.666, de 21-6-1993, art. 3º, § 1º, inc. I; art. 15, inc. IV; art. 23, §§ 1º e 2º;
- Súmula nº 222 da Jurisprudência do TCU, in DOU de 3-1-1995.



**Precedentes:**

- Proc. [Processo 007.759/1994-0](#), Sessão de 15-06-1994, Plenário, Ata nº 27, Decisão nº 393, in DOU de 29-06-1994, páginas 9622/9636.
- Proc. [Processo 575.475/1998-6](#), Sessão de 10-05-1999, Plenário, Ata nº 17, Decisão nº 201, in DOU de 20-05-1999, páginas 86/120.
- Proc. [Processo 525.067/1995-7](#), Sessão de 07-07-1999, Plenário, Ata nº 29, Acórdão 108, in DOU de 19-07-1999, páginas 32/73.
- Proc. [Processo 575.578/1997-1](#), Sessão de 20-10-1999, Plenário, Ata nº 46, Decisão nº 744, in DOU de 04-11-1999, páginas 37/68.
- Proc. [Processo 010.677/1997-6](#), Sessão de 15-03-2000, Plenário, Ata nº 09, Decisão nº 143, in DOU de 24-03-2000, páginas 56/89.
- Proc. [Processo 009.800/1999-9](#), Sessão de 21-06-2000, Plenário, Ata nº 24, Decisão nº 503, in DOU de 05-07-2000, páginas 38/58.
- Proc. [Processo 008.158/2002-9](#), Sessão de 19-03-2003, Plenário, Ata nº 08, Acórdão 236, in DOU de 28-03-2003, páginas 347/444.

**Relatório e Parecer:**

Este processo refere-se a projeto de súmula aprovado pela Comissão de Jurisprudência, sobre a obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo.

2. Na Sessão de 13/10/2004, o Plenário aprovou a preliminar de conveniência e oportunidade do referido projeto de súmula, bem como fixou o prazo de 8 (oito) dias para a apresentação ao Relator de emendas e sugestões (Acórdão 1607/2004, Ata nº 38/2004).

4. Quanto ao mérito, lembro que o art. 85 do Regimento Interno/TCU estabelece que "A Súmula da Jurisprudência constituir-se-á de princípios ou enunciados, resumindo teses, soluções, precedentes e entendimentos, adotados reiteradamente pelo Tribunal, ao deliberar sobre assuntos ou matérias de sua jurisdição e competência".

5. Além disso, a matéria abordada no projeto em exame está com o entendimento consolidado no âmbito do Tribunal, que sucessivamente vem confirmando a obrigatoriedade da adjudicação por item e não pelo preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo.

6. Inclusive, a numerosa jurisprudência citada nos autos demonstra que o assunto está pacificado nesta Corte de Contas.

7. A propósito, conforme observou o Ministro Walton Alencar Rodrigues, Relator do anteprojeto, " (...) é inegável a importância da orientação nela plasmada, tendente à ampliação da competitividade do certame e à obtenção de menores preços."

Assim sendo, apresento Parecer favorável à aprovação do presente projeto de súmula, a fim de que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à sua deliberação.

#### **Acórdão:**

9.1. aprovar o projeto de súmula anexo a este Acórdão; e

9.2. determinar a publicação deste Acórdão, bem como do Relatório e Parecer que o fundamentam, no Diário Oficial da União e no Boletim do Tribunal de Contas da União.

#### **PARADIGMÁTICO:**

Este enunciado foi classificado como paradigmático por tratar-se de súmula

#### **ENUNCIADOS RELACIONADOS:**

- [Incumbe ao gestor demonstrar que a ausência de parcelamento do objeto da licitação não restringe indevidamente a competitividade do certame, bem como promove ganhos para a Administração Pública. O postulado que veda a restrição da competitividade \(art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993\) não é um fim em si mesmo, devendo ser observado igualmente o princípio constitucional da eficiência administrativa \(art. 37, caput, da Constituição Federal\) e, ainda, o ganho de escala nas contratações consolidadas \(art. 23, § 1º, in fine, da Lei 8.666/1993\).](#)
- [O risco de eventuais problemas na integração de serviços contratados separadamente, por si só, não pode servir de fundamento para contrariar-se a](#)



- Ofende ao princípio do parcelamento do objeto a inclusão da construção de prédio no âmbito da contratação de parceria público-privada destinada à prestação de serviços de manutenção e conservação de sistema viário.
- É obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.
- Nas licitações baseadas na contratação integrada do regime diferenciado de contratação (RDC) é necessária a motivação acerca da inviabilidade do parcelamento da licitação.
- A falta de parcelamento do objeto da licitação, em tantas partes quantas se comprovem técnica e economicamente viáveis, afronta o disposto no art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993.
- A ausência de estudo técnico, financeiro, ou de pesquisa de mercado prévios sobre a pertinência de parcelamento de dado objeto, quando esse se revela possível, configura, por si só, afronta ao art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993.
- A falta de parcelamento de objeto que implique diminuição sensível de licitantes aptos a prestar parte dos serviços demandados configura violação ao comando contido no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993.
- A falta de parcelamento de objeto, em licitação preordenada à contratação de serviços de naturezas variadas (emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e terrestres, hospedagem e locação de meios de transportes, excesso de bagagem e seguro viagem) viola o disposto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993, por restringir o caráter competitivo do certame.
- É cabível a divisão do objeto a ser licitado em grupos compostos por itens de mesma natureza.
- A distinção dos serviços de fornecimento de sistema com transferência de tecnologia e de execução de serviços técnicos especializados requer o parcelamento desses itens para fins de licitação.
- Deve ser efetuado o parcelamento do objeto do certame quando os serviços forem distintos, em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, respeitando a integridade qualitativa do objeto a ser executado e observando que o fracionamento não deve acarretar risco de aumento no preço a ser pago pela Administração.

aos autos do processo licitatório o conjunto probatório de que o parcelamento seria inviável. Contratos realizados em um só lote costumam ter economia de escala, contudo, os ganhos decorrentes da ampliação da concorrência, não raro, igualam ou sobrepujam os decorrentes da economia de escala.

- Nas aquisições de hemoderivados, em que há possibilidade de a empresa vencedora não conseguir suprir a demanda nacional, deve-se: a) realizar um melhor planejamento das compras, considerando-se os riscos decorrentes do fato desse mercado ter poucos fornecedores e a oferta ser limitada pela quantidade de plasma; b) evitar a concentração das compras em um único fornecedor, parcelando o objeto para adequar-se às peculiaridades do mercado desse tipo de produto, conforme estabelece o art. 15, inciso IV, da Lei 8.666/1993, bem como estabelecer prazos maiores de entrega para ampliar a competitividade.
- Incumbe ao gestor promover o parcelamento do objeto a ser licitado com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, ou, na impossibilidade técnica e econômica de fazê-lo, apresentar justificativas fundamentadas nos autos do procedimento licitatório (art. 3º, § 1º, inciso I, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993).
- O objeto da licitação deve ser parcelado em tantas parcelas quantas viáveis técnica e economicamente, evitando-se, salvo adequadas justificativas, a inclusão de obras distintas e independentes e com requisitos de capacidade técnica diversos em um mesmo procedimento licitatório.
- O parcelamento do objeto da licitação é obrigatório quando técnica e economicamente viável, devendo a Administração, em qualquer caso, fundamentar sua opção (arts. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei 8.666/1993, e da Súmula 247 TCU).
- O parcelamento do objeto da licitação é a regra, se viável técnica e economicamente. Havendo possibilidade de dividir obra pública, o gestor é obrigado a fazê-lo, pois o parcelamento redundaria na ampliação do número de competidores, na medida em que empreiteiras de menor porte ou de campo de atuação mais restrito podem não reunir condições de habilitação para todo o empreendimento, mas podem ter plena capacidade para executar uma parcela deste.
- Quando o objeto da licitação for de natureza divisível, deve ser observada a obrigatoriedade da admissão da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com referência a itens ou unidades



## **Anexo XI - manual-contratos-gov-br-nova-versao março de 2024.pdf**

# MANUAL TÉCNICO OPERACIONAL DO SISTEMA DE CONTRATOS.GOV.BR

**NOVA VERSÃO**

Gestão de atas de registro de preços  
Fiscalização e gestão de contratos

VERSÃO 3.1.0 – MAR/2024



## **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI**

**Ministra:** Esther Dweck

### **Secretaria de Gestão e Inovação - Seges**

**Secretário:** Roberto Pojo

**Secretária-adjunta:** Kathyana Buonafina

### **Diretoria de Normas e Sistemas de Logística - Delog**

**Diretor:** Everton Batista dos Santos

### **Coordenação-Geral dos Sistemas de Contratos e Patrimônio - CGCON**

**Coordenadora-Geral:** Anne Camila Knoll

**Coordenadora do Sistema de Contratos:** Isadora de Oliveira

### **Equipe:**

André Willian de Oliveira Santos

Brunno dos Passos Alves

Cleiton Lucas Sampaio Pontes

Leandro Borges Antonialli

Marcela Rocha Brum

Ricardo Arruda Soweck

Sandra Regina Sousa Santos

### **Revisão:**

Êmili Adami Rossetti

### **Projeto gráfico:**

André Siqueira de Azevedo

**Histórico de Versões**

| DATA       | VERSÃO | DESCRIÇÃO  |
|------------|--------|--|
| 18/03/2024 | 3.1.00 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão do módulo Fiscalização e Gestão Contratual</li> <li>- Relatório de execução de Ata</li> </ul>  |
| 01/11/2023 | 2.2.00 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão de funcionalidade de Remanejamento de Quantitativos</li> </ul>   |
| 21/07/2023 | 2.1.00 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alterações e melhorias na busca da compra e em campos na solicitação de adesão</li> <li>- Inclusão do <i>link</i> do PNCP no Transparência</li> <li>- Inclusão da classificação do fornecedor na solicitação de adesão</li> <li>- Melhoria na inclusão de arquivo</li> <li>- Inclusão de filtros na consulta de compras</li> <li>- Melhoria retificar ata</li> <li>- Inclusão de informações da ata e dos contratos na consulta de Compras</li> <li>- Inclusão de nova situação para a ata</li> <li>- Inclusão de justificativa para item isolado na solicitação de adesão; atendimento de exceções de quantitativo</li> <li>- Inclusão de consulta à Compra no Transparência</li> <li>- Ação de alterar ata</li> </ul> |
| 18/05/2023 | 2.0.01 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Retificar ata</li> <li>- Atualizações do Transparência</li> <li>- Inclusão e exclusão de arquivo ao criar ata</li> <li>- Melhorias na solicitação de adesão</li> <li>- Inclusão da classificação do fornecedor por item</li> <li>- Melhorias na busca por compra</li> <li>- Novos campos ao criar ata</li> <li>- Situação da ata de registro de preços</li> </ul>   |



## Sumário

|       |  |    |
|-------|--|----|
| 1.    | Apresentação.....  | 6  |
| 2.    | Grupo de usuários.....   | 7  |
| 2.1.  | Atribuição de perfis.....  | 7  |
| 2.2.  | Órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.....      | 7  |
| 2.3.  | Órgãos e entidades dos poderes judiciário e legislativo federal.....                           | 7  |
| 2.4.  | Órgãos e entidades das esferas Estadual e Municipal.....                                       | 8  |
| 3.    | Tela de autenticação do sistema.....   | 9  |
| 4.    | Início.....  | 10 |
| 5.    | Gestão contratual.....   | 11 |
| 6.    | Compras.....   | 11 |
| 7.    | Fiscalização e Gestão de Contratos.....  | 14 |
| 7.1.  | Ordem de Serviço/Fornecimento.....   | 17 |
| 7.2.  | Informar OS/F.....   | 18 |
| 7.3.  | Ações.....   | 22 |
| 8.    | Gestão de Atas.....  | 33 |
| 8.1.  | Listar Atas de Registro de Preços.....   | 33 |
| 8.2.  | Cadastro de Ata de Registro de Preços.....   | 35 |
| 8.3.  | Arquivos de Ata de Registro de Preços.....   | 43 |
| 8.4.  | Envio de Ata de Registro de Preços para o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)..... | 45 |
| 8.5.  | Retificação de Ata de Registro de Preços.....  | 46 |
| 8.6.  | Alteração de Ata de Registro de Preços.....  | 47 |
| 8.7.  | Remanejamento das quantidades registradas na ata de Registro de Preços....                     | 53 |
| 8.8.  | Relatório de execução de Ata.....  | 59 |
| 9.    | Adesão a Atas.....   | 62 |
| 9.1.  | Solicitar adesão à ata de registro de preços.....  | 63 |
| 9.2.  | Analisar solicitação de adesão.....  | 69 |
| 10.   | Transparência.....   | 72 |
| 10.1. | Acesso ao módulo Transparência.....  | 72 |

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 10.2. | Transparência – Tela inicial.....               | 73 |
| 10.3. | Transparência – Consultar Atas.....             | 74 |
| 10.4. | Transparência – Consultar Atas por item .....   | 77 |
| 10.5. | Transparência – Atas de Registro de Preços..... | 79 |
| 10.6. | Transparência – Consultar Compras .....         | 80 |

## 1. Apresentação

A Nova Versão é uma solução integrante do sistema Contratos.gov.br, desenvolvida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), com uma tecnologia mais moderna e *design system* padronizado com os sistemas estruturantes, trazendo novos módulos disponibilizados.

Embora o Contratos.gov.br possua duas versões - [Contratos.gov.br – Versão Original](#) e a [Contratos.gov.br – Nova Versão](#), trata-se do mesmo sistema, cujo cadastro do usuário é o mesmo para acesso em ambas as versões.

Entre esses módulos, temos o de Gestão de Atas, que possibilita aos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional, incluindo as empresas estatais, estados e municípios, realizar de forma integrada a gestão das atas de registro de preços com amparo na Lei nº 14.133/2021, além de divulgar as informações e suas eventuais alterações no PNCP, em atendimento à citada lei.

A ferramenta promove a gestão de atas de registro de preços, conectando as unidades, divulgando e agregando transparência às atas de registro de preços e ações relacionadas, aprimorando as condições gerenciais envolvidas.

Outro módulo disponibilizado é o Fiscalização e Gestão de Contratos, que possibilitará ao gestor e fiscal uma atuação mais personalizada e integrada de suas ações, inicialmente trazendo a funcionalidade da Ordem de Serviço/Fornecimento. As antigas funcionalidades (Arquivos, Conta-depósito Vinculada, Empenhos, Instrumento de Cobrança, Terceirizados, Termo de encerramento) continuam na Versão Original do sistema Contratos.gov.br, devendo ser migradas paulatinamente para a Nova Versão.

### **Quem pode utilizar:**

Órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como empresas estatais, estados e municípios.

**Modelo de oferta do módulo:** disponibilizado de forma centralizada como parte do Contratos.gov.br, evitando a manutenção de outros sistemas afins, de forma isolada, estabelecendo medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública.

## 2. Grupo de usuários

| TIPO                      | DESCRIÇÃO   |
|---------------------------|---|
| Gestor de Atas            | Tem permissão de acesso ao módulo Gestão de Atas, podendo adicionar, editar e excluir rascunhos de atas de registro de preços, ativar atas, incluir arquivos de atas, solicitar adesão a atas de outras unidades e analisar solicitações de adesão a atas de sua unidade. |
| Responsável por contratos | Tem permissão para acessar o módulo Fiscalização e Gestão de Contratos, podendo adicionar, editar e excluir rascunhos de ordem de serviço/fornecimento (OS/F) e suas ações.   |

### 2.1. Atribuição de perfis

A atribuição de perfis será realizada no sistema [Contratos.gov.br – Versão Original](#), conforme item 6 do [Manual do Contratos.gov.br - Versão Original](#).

### 2.2. Órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional

Para os órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, o grupo Gestor de Atas deve ser atribuído ao usuário pelo administrador de órgão ou administrador de unidade no sistema [Contratos.gov.br – Versão Original](#).

### 2.3. Órgãos e entidades dos poderes judiciário e legislativo federal

Os órgãos e entidades dos poderes Judiciário e Legislativo federal que já fizeram adesão ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e já utilizam o Contratos.gov.br deverão ter o(s) perfil(is) pertinente(s) ao módulo desejado atribuído(s) aos seus usuários pelo administrador de órgão ou pelo administrador de unidade no [Contratos.gov.br – Versão Original](#).

Os órgãos e entidades dos poderes judiciário e legislativo federal que **já fizeram adesão ao Siasg e não utilizam o Contratos.gov.br** deverão abrir chamado junto à [Central de Atendimento](#), informando os dados de sua unidade e indicando um administrador de órgão. Para indicação do administrador de órgão, deverá ser encaminhado um ofício de indicação assinado por autoridade competente.

Os órgãos e entidades dos poderes Judiciário e Legislativo federal que **não fizeram adesão ao Siasg** deverão fazer a [adesão ao Siasg](#) e, após aprovação, deverá abrir chamado junto à [Central de Atendimento](#), informando os dados de sua unidade e indicando um administrador de órgão. Para indicação do administrador de órgão, deverá ser encaminhado um ofício de indicação do administrador, assinado por autoridade competente, contendo o CPF, nome, e-mail e unidade Siasg do usuário a ser cadastrado.

## 2.4. Órgãos e entidades das esferas Estadual e Municipal.

Os órgãos e entidades das esferas Estadual e Municipal que **já fizeram adesão ao Siasg** terão seu cadastro realizado automaticamente no Contratos.gov.br. Serão cadastrados no Contratos.gov.br os administradores de órgão (perfil equivalente ao cadastrador parcial do Siasg), os administradores de unidade (perfil equivalente ao cadastrador local do Siasg) e os gestores de atas (perfil equivalente ao gestor de atas do Siasg). Esses usuários deverão realizar seu primeiro acesso ao Contratos.gov.br pelo Acesso Gov.br. O perfil de responsável por contratos deverá ser atribuído pelos administradores de unidade, os administradores de órgãos alteram os usuários que são administradores de unidade e o administrador de órgão deverá abrir chamado junto à [Central de Atendimento](#) para ter seu perfil alterado.

Os órgãos e entidades das esferas estadual e municipal que **ainda não já fizeram adesão ao Siasg** deverão fazê-la e, após aprovação, deverão abrir chamado junto à [Central de Atendimento](#), informando os dados de sua unidade e indicando um administrador de órgão. Para indicação do administrador de órgão, deverá ser encaminhado um ofício de indicação do administrador, assinado por autoridade competente, contendo Cadastro de Pessoa Física (CPF), nome, e-mail e unidade Siasg do usuário a ser cadastrado. Ao administrador de órgão caberá a inclusão e a edição dos administradores de unidade, e ao administrador de unidade caberá a inclusão e a edição dos demais usuários. Sempre que o administrador de órgão precisar ter seu cadastro alterado, deverá abrir chamado junto à [Central de Atendimento](#).

### 3. Tela de autenticação do sistema

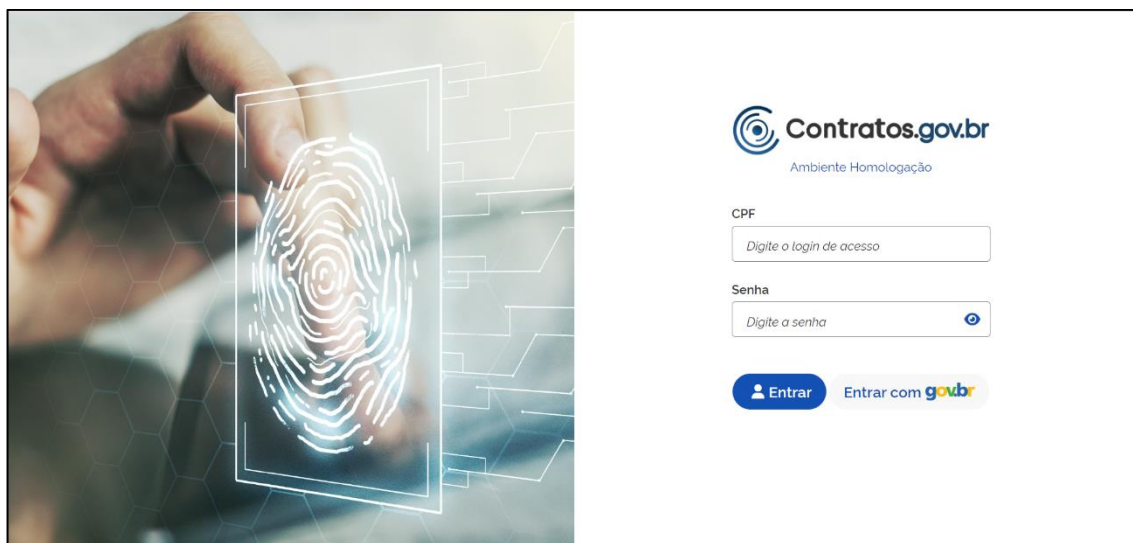


Figura 1 - Tela de autenticação do sistema

Na tela de *login* do sistema, serão aceitas duas opções de *login*:

- Digitar CPF e senha do usuário cadastrados no Contratos.gov.br; ou
- Acessar o sistema pelo cadastro no Gov.br.

**Atenção:** usuários de estados e municípios cadastrados automaticamente no sistema deverão realizar seu primeiro acesso pelo Gov.br.

## 4. Início

Abaixo, imagem com detalhamento de todos os componentes da página inicial do sistema na Nova Versão.

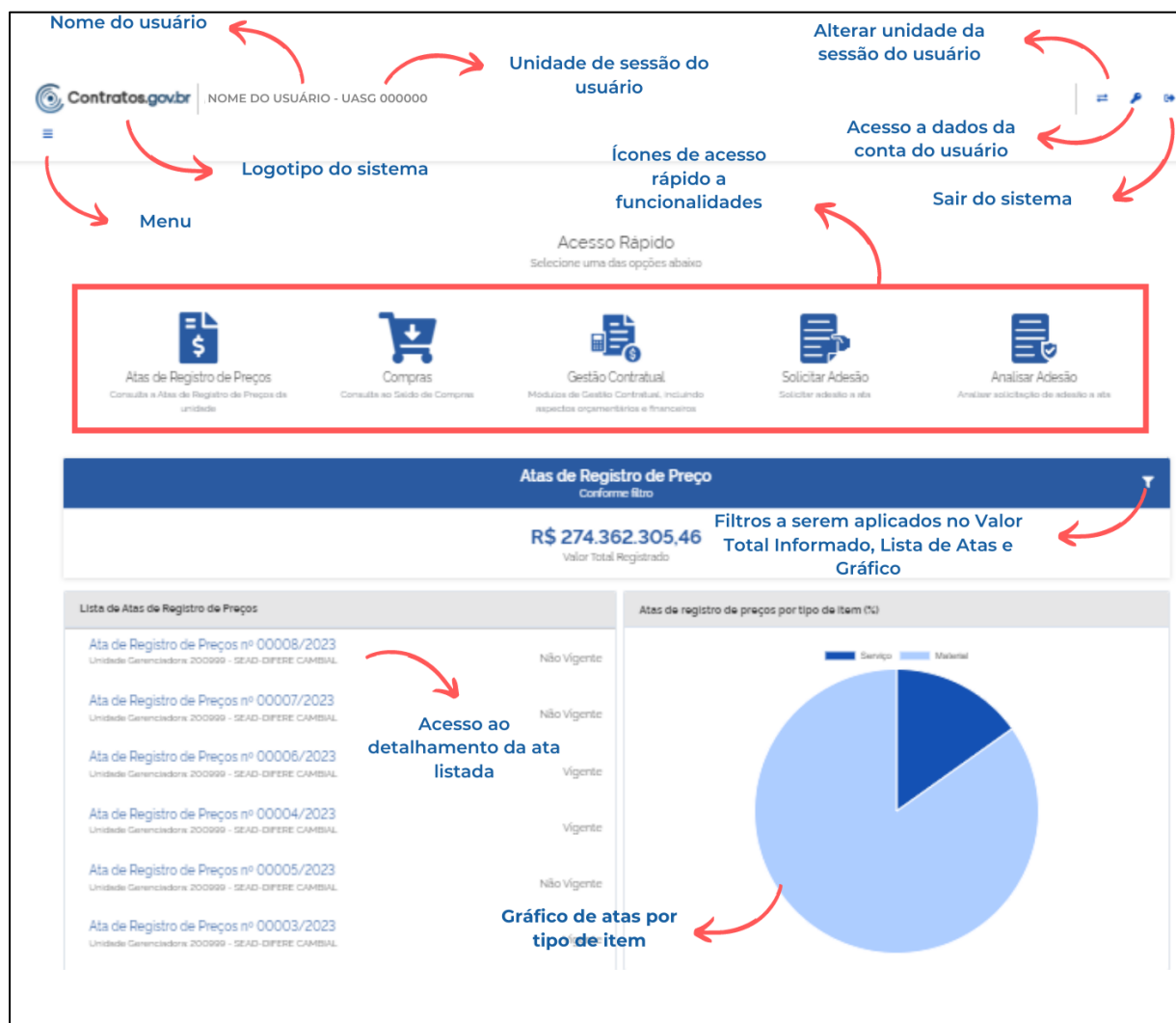


Figura 2 - Tela inicial do sistema



## 5. Gestão contratual

Ao acessar o menu Gestão Contratual, o usuário é direcionado para a tela de início do sistema Contratos.gov.br – Versão Original, também disponível em: <https://contratos.comprasnet.gov.br/login>.

## 6. Compras


Todos os dados das compras utilizadas para a realização de empenhos, a formalização de contratos e as atas de registro de preços são automaticamente salvos.

No menu Compras > Visualizar são apresentadas as informações referentes a essas compras.

Na parte superior da lista, há filtros de unidade origem; unidade sub-rogada; tipo de compra (SISRP ou SISPP); modalidade e lei, para facilitar a localização da compra desejada.

| Unidade Origem               | Unidade Sub-rogada  | Tipo Compra | Modalidade        | Número/Ano | Inciso | Lei      | Ações |
|------------------------------|---------------------|-------------|-------------------|------------|--------|----------|-------|
| 201013 - CEOFI/CGEOF/MP      |                     | SISRP       | 03 - Concorrência | 00825/2022 |        | LEI8666  |       |
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL |                     | SISRP       | 05 - Pregão       | 00901/2023 |        | LEI14133 |       |
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL |                     | SISPP       | 06 - Dispensa     | 43348/2023 | 02     | LEI14133 |       |
| 110161 - SAD/DF/AGU          |                     | SISRP       | 03 - Concorrência | 00825/2022 |        | LEI8666  |       |
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 110161 - SAD/DF/AGU | SISRP       | 05 - Pregão       | 00070/2023 |        | LEI14133 |       |
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL |                     | SISRP       | 05 - Pregão       | 00061/2023 |        | LEI14133 |       |

Figura 3 - Visualizar Compra

Ao clicar na ação Visualizar , o usuário tem acesso a informações sobre a compra.

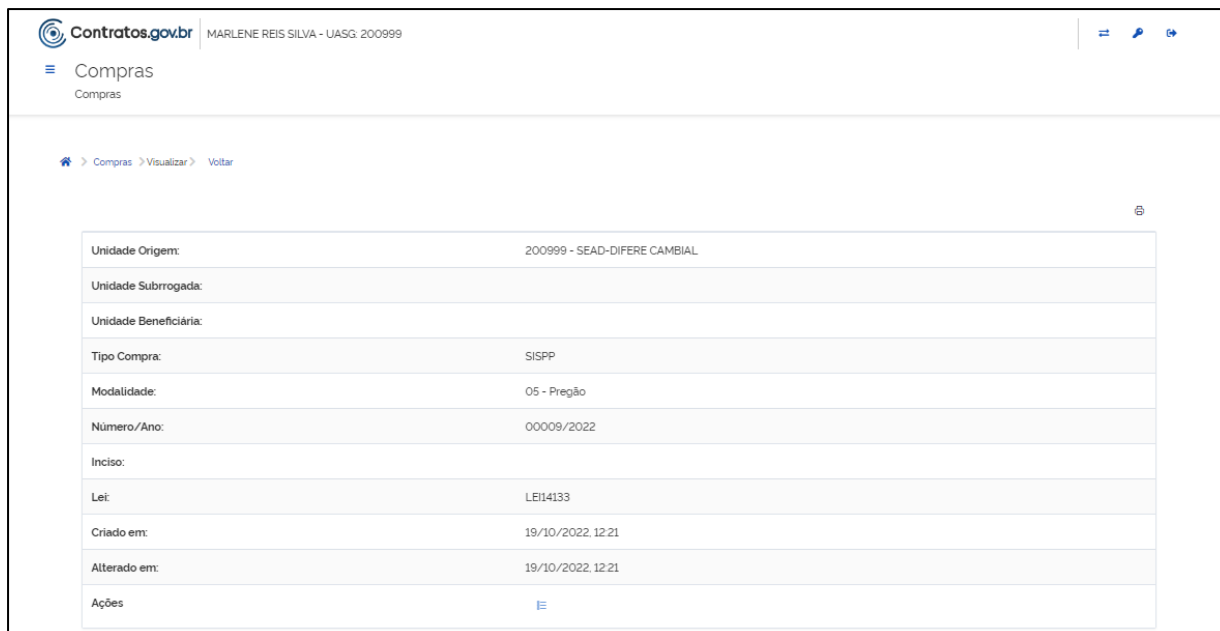




Figura 4 - Visualizar compra

Ao clicar na ação Itens , o usuário tem acesso a informações sobre os itens que compõem a compra.



| Número | Tipo Item | Descrição           | Qtd. Total | Ações   |
|--------|-----------|---------------------|------------|---|
| 00001  | Material  | FORNO MICROONDAS    | 90         |  |
| 00003  | Material  | REFRIGERADOR DUPLEX | 80         |  |

Figura 5 - Visualizar itens da compra

Ao clicar na ação Visualizar  de cada item, são apresentadas informações do item, abrangendo unidades participantes, fornecedores homologados e sobre a ata de registro de preços do item (se houver, somente as regidas pela Lei nº 14.133/2021).

Contratagov.br

Itens da compra: 200999 - Concorrência | 00349/2023

Visualizar itens da compra

Número:

00003

Tipo Item:

Material

Descrição:

399136 - PASTA ARQUIVO

Descrição detalhada:

PASTA ARQUIVO, MATERIAL POLIPROPILENO, LARGURA 235 MM, ALTURA 350 MM, COR FUMÊ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ABA E ELÁSTICO

Qtd. Total:

13200

Vig. Início ARP:

06/06/2023

Vig. Fim ARP:

06/06/2024

Unidades Participantes:

| Unidade                      | Tipo UASG    | Qtd. autorizada | Qtd. Saldo  |
|------------------------------|--------------|-----------------|-------------|
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | Gerenciadora | 8.200.00000     | 8.200.00000 |
| 110161 - SAD/DF/AGU          | Participante | 5.000.00000     | 5.000.00000 |


Fornecedores Homologados:

| Fornecedor                           | Qtd. Homologada | Vlr. Unitário | Vlr. Negociado | Qtd. Empenhada | Ações |
|--------------------------------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|-------|
| 077.970.000-77 - Fornecedor Físico 2 | 13.200.00000    | 102,20        | 1.349.040,00   | 0,00000        |       |

Atas de Registro de Preços:

| Número     | Unidade Gerenciadora | Fornecedor                           | Data assinatura | Vigência início | Vigência fim | Quantidade | Valor Unitário | Valor total  |
|------------|----------------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|------------|----------------|--------------|
| 00349/2023 | 200999               | 077.970.000-77 - Fornecedor Físico 2 | 05/06/2023      | 06/06/2023      | 06/06/2024   | 13200      | 102,20         | 1.349.040,00 |

Figura 6- Visualizar itens da compra

Ao clicar na ação Visualizar  de cada fornecedor, são apresentadas informações referentes a contratos firmados, empenhos emitidos e suas alterações.

## 7. Fiscalização e Gestão de Contratos

Módulo direcionado a usuários com perfil "responsável por contrato", a fim de que exerçam suas atividades de gestão e fiscalização dos contratos ao qual estejam vinculados como responsáveis.

Inicialmente, será disponibilizada a funcionalidade de cadastro de ordens de serviço/fornecimento nos contratos que estejam sob sua responsabilidade. As funcionalidades já existentes na Versão Original do sistema – disponíveis em Gestão Contratual > Meus Contratos > Mais > Arquivos/Conta-depósito Vinculada/Empenhos/Instrumentos de Cobrança/Ocorrências/Terceirizados/Termo de encerramento – continuam disponíveis e sendo acessadas pelo mesmo local, sendo migradas paulatinamente para a Nova Versão do sistema.

O usuário com perfil "responsável por contrato" poderá acessar o novo módulo tanto pela Versão Original quanto pela Nova Versão do sistema, com mesmo *login* e senha para ambas. Vejamos:

- Acessando o sistema por meio da Versão Original (<https://contratos.comprasnet.gov.br/login>), o usuário deverá clicar no submenu Fiscalização e Gestão de Contratos, localizado na barra lateral, sendo direcionado automaticamente para a página Meus Contratos na Nova Versão.

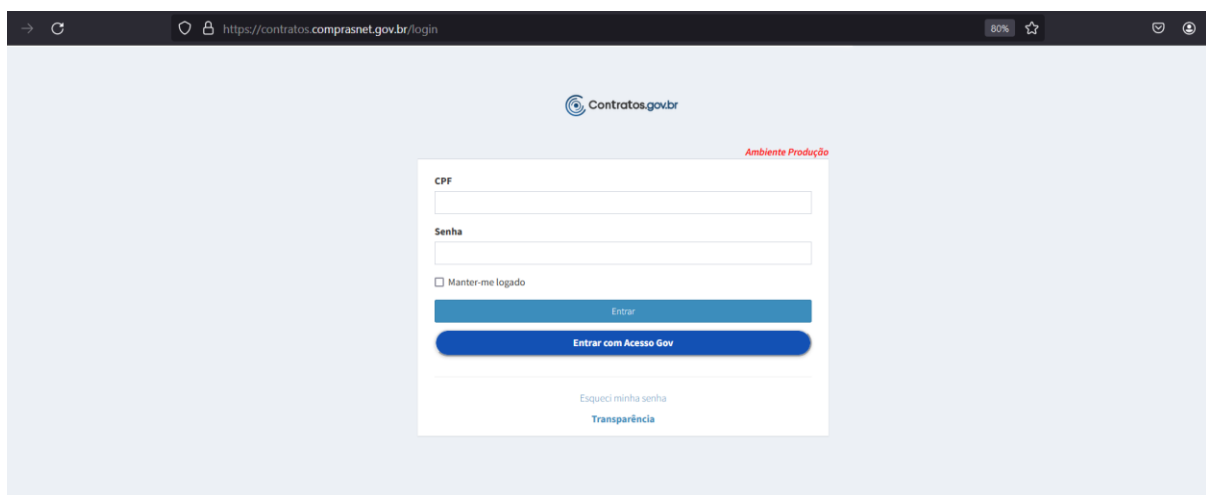


Figura 7 – Tela de acesso ao Sistema Contratos.gov.br – Versão Original



Figura 8 – Opção de link para acesso ao módulo de Fiscalização e Gestão Contratual no Sistema Contratos.gov.br – Nova Versão

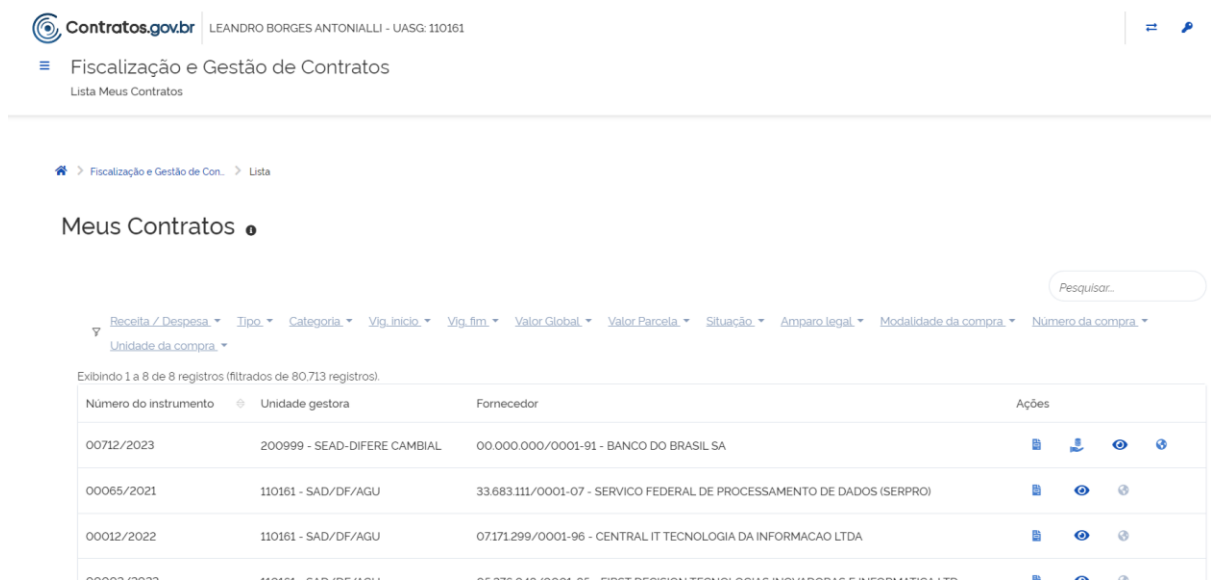


Figura 9 – Menu Fiscalização e Gestão de Contratos - Meus Contratos


- Acessando o sistema diretamente pela Nova Versão (<https://contratos.sistema.gov.br/login>), terá acesso à tela inicial, devendo clicar no menu , no lado esquerdo da tela, e acessar a opção Fiscalização e Gestão de Contratos, que levará à página Meus Contratos.



Figura 10 – Página de acesso ao sistema Contratos.gov.br – Nova Versão



Figura 11 – Menu lateral para acesso ao módulo Fiscalização e Gestão de Contratos

Fiscalização e Gestão de Con. > Lista

## Meus Contratos

Pesquisar...

Receita / Despesa Tipo Categoria Vig. início Vig. fim Valor Global Valor Parcela Situação Amparo legal Modalidade da compra Número da compra

Unidade da compra Remover filtros

Exibindo 1 a 6 de 6 registros (filtrados de 80.713 registros).

| Número do instrumento | Unidade gestora              | Fornecedor  | Ações   |
|-----------------------|------------------------------|---|---|
| 00712/2023            | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00.000.000/0001-91 - BANCO DO BRASIL SA                                     |     |
| 00065/2021            | 110161 - SAD/DF/AGU          | 33.683.111/0001-07 - SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)     |     |
| 00012/2022            | 110161 - SAD/DF/AGU          | 07.171.299/0001-96 - CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA               |     |
| 00002/2022            | 110161 - SAD/DF/AGU          | 05.235.000/0001-05 - FIRST DESIGN TECHNIQUES INNOVATIONS E INFORMATICA LTDA |     |

Figura 12 - Menu Fiscalização e Gestão de Contratos - Meus Contratos

## 7.1. Ordem de Serviço/Fornecimento

Acessando Fiscalização e Gestão de Contratos > Meus Contratos > Ações > Ordem de Serviço/Fornecimento, o sistema apresenta a tela de cadastro/criação de uma nova ordem de serviço/fornecimento (OS/F) relacionada ao contrato identificado na página anterior, listando as que estão cadastradas/informadas no sistema.

Contratos.gov.br LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161

Fiscalização e Gestão de Contratos

Lista Meus Contratos

Fiscalização e Gestão de Con. > Lista













## Meus Contratos

Pesquisar...

Receita / Despesa Tipo Categoria Vig. início Vig. fim Valor Global Valor Parcela Situação Amparo legal Modalidade da compra Número da compra

Unidade da compra Remover filtros

Exibindo 1 a 6 de 6 registros (filtrados de 80.713 registros).

| Número do instrumento | Unidade gestora              | Fornecedor  | Ações   |
|-----------------------|------------------------------|---|---|
| 00712/2023            | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00.000.000/0001-91 - BANCO DO BRASIL SA                                 |     |
| 00065/2021            | 110161 - SAD/DF/AGU          | 33.683.111/0001-07 - SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) |     |
| 00012/2022            | 110161 - SAD/DF/AGU          | 07.171.299/0001-96 - CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA           |     |

Ordem de Serviço / Fornecimento

Figura 13 - Ação Ordem de Serviço/Fornecimento

Nesse momento, clicando em Informar OS/F, o usuário poderá cadastrar uma ordem de serviço/fornecimento que foi registrada em um sistema externo.



Contratos.gov.br | LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161

Ordens de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022  
Visualizar Ordem de Serviço / Fornecimento

Fiscalização e Gestão de Con. > Ordens de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022 > Lista

Pesquisar...

**+ Informar OS/F**

| Situação      | Tipo                  | Número/Ano | Nº no sistema de origem | Nº processo SEL | Vigência início | Vigência fim | Unidade requisitante | Empenhos |
|---------------|-----------------------|------------|-------------------------|-----------------|-----------------|--------------|----------------------|----------|
| Em elaboração | Ordem de Fornecimento | 00009/2024 |                         |                 | 08/03/2024      | 08/08/2024   |                      |          |
| Em execução   | Ordem de Fornecimento | 00001/2023 |                         |                 | 02/03/2022      | 10/08/2024   |                      |          |

25 registros por página

Exportar Visibilidade da coluna

1

Figura 14 – Lista de Ordens de Serviço/Fornecimento já registradas para o contrato selecionado na página anterior

## 7.2. Informar OS/F

Para informar uma OS/F que tem origem em um sistema externo, ou seja, diferente do Contratos.gov.br, o usuário deverá clicar no menu Fiscalização e Gestão de Contratos > Meus Contratos, localizar entre os contratos apresentados na tela aquele em que será informada a OS/F, clicar na ação Ordem de Serviço/Fornecimento e clicar em Informar OS/F.

Contratos.gov.br | LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161

Ordens de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022  
Visualizar Ordem de Serviço / Fornecimento

Fiscalização e Gestão de Con. > Ordens de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022 > Lista

Pesquisar...

**+ Informar OS/F**

Registro de Ordem de Serviço / Fornecimento gerada em sistema externo

| Situação      | Tipo                  | Número/Ano | Nº no sistema de origem | Nº processo SEL | Vigência início | Vigência fim | Unidade requisitante | Empenhos |
|---------------|-----------------------|------------|-------------------------|-----------------|-----------------|--------------|----------------------|----------|
| Em elaboração | Ordem de Fornecimento | 00009/2024 |                         |                 | 08/03/2024      | 08/08/2024   |                      |          |
| Em execução   | Ordem de Fornecimento | 00001/2023 |                         |                 | 02/03/2022      | 10/08/2024   |                      |          |

25 registros por página

Exportar Visibilidade da coluna

1

Figura 15 - Informar uma nova ordem de serviço/fornecimento

O sistema apresentará um cabeçalho com os dados do contrato escolhido e, logo abaixo, os campos para preenchimento para identificação da OS/F.

Posteriormente, ao se clicar em Adicionar Item, o sistema apresentará uma caixa para seleção do termo do contrato a que se refere a OS/F que está sendo cadastrada, bem como a seleção dos itens do contrato que comporão essa OS/F.

A interface do sistema Contratos.gov.br exibe o cabeçalho de informações do contrato e os campos de cadastro da Ordem de Serviço (OS) ou Fornecedor (F). No topo, há o logotipo do Contratos.gov.br e o nome do usuário LEANDRO BORGES ANTONIALI - UASG: 110161. Abaixo, o caminho de navegação indica a localização: Ordens de Serviço / Fornecimento do Contrato 00065/2021 > Criar Ordem de Serviço / Fornecimento. O cabeçalho do contrato contém os seguintes dados:

| Contrato   | Fornecedor  | Contratante                                   |
|------------|---|---|
| 00065/2021 | 33.683.111/0001-07 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) | 26.994.558/0001-23 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO |

O objeto do contrato é: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC VOLTADOS, DIRETA ...

O amparo legal é: ATO 09 / 1995.

O preposto é: ALEXANDRE GONÇALVES DE AVILA - alexandre@teste.com.br e ANNE CAMILA KNOLL - annekd@gmail.com.

O número do processo de contratação é: 12804.100432/2021-86.

Os gestores são: LELLIS MARÇAL MESQUITA - Gestor (00003/2023) e UENDER FERREIRA AMARAL - Gestor (00001/2023).

As vigências são: Vigência Inicial 27/12/2021 e Vigência Final 27/12/2024.

Os campos de cadastro da OS/F incluem:

- Numero do processo SEI: 12804.100432/2021-86
- Tipo: Ordem de Fornecimento
- Numero/Ano da Ordem de Serviço / Fornecimento: 90013/2024
- Data de assinatura: dd/mm/aaaa
- Vigência inicio: dd/mm/aaaa
- Vigência fim: dd/mm/aaaa
- Arquivo: Selecionar um arquivo
- Unidade requisitante: Selecionar um registro
- Empenhos: Selecionar um registro


Figura 16 - Cabeçalho com informações do contrato e campos de cadastro da OS/F.

A caixa de diálogo 'Adicionar Item' é exibida sobreposta ao formulário de cadastro da OS/F. Ela contém o seguinte conteúdo:

- Histórico: Contrato - 00065/2021 - Data Assinatura 24/12/2021
- Item: Lista de itens disponíveis para seleção, incluindo 'Todos', 'Serviço | 00001 | SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE SISTEMAS', 'Serviço | 00003 | SERVIÇOS DE PESQUISA, ANÁLISE E DESENHO', e 'Serviço | 00004 | OUTROS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMAS'.
- Botões: Cancelar e Incluir.

Na interface principal, o botão '+ Adicionar Item' no canto inferior esquerdo é destacado com uma seta vermelha.

Figura 17 - Adicionar item na OS/F.

Ato contínuo, o usuário, ao clicar em , deverá registrar os campos de identificação para cada item selecionado no passo anterior.

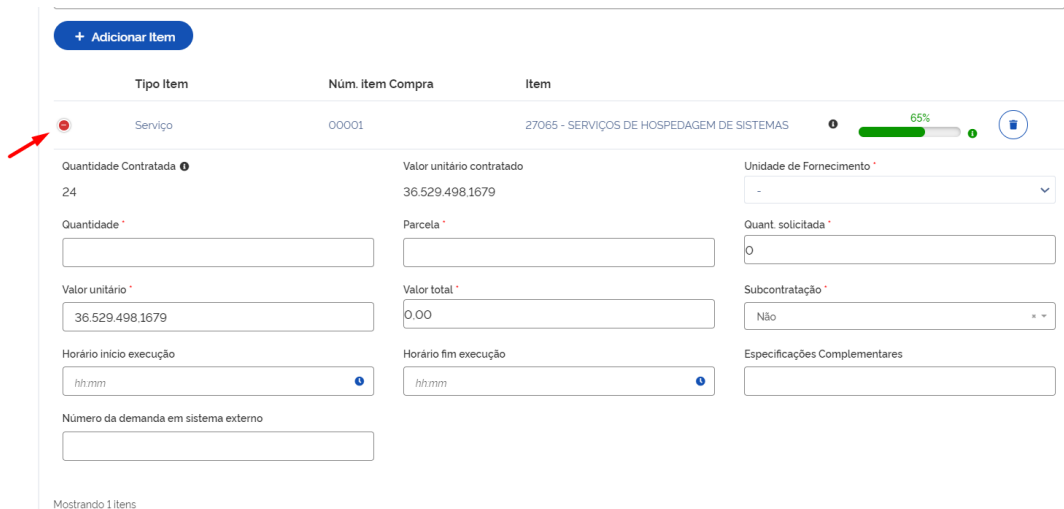


Figura 18 - Campos de preenchimento para um item da OS/F.

Nesse momento, após o preenchimento das informações anteriores, o usuário poderá:

- Cancelar as informações que foram cadastradas clicando em Cancelar. Nesse caso, as informações não serão registradas e o sistema retornará para a tela anterior.

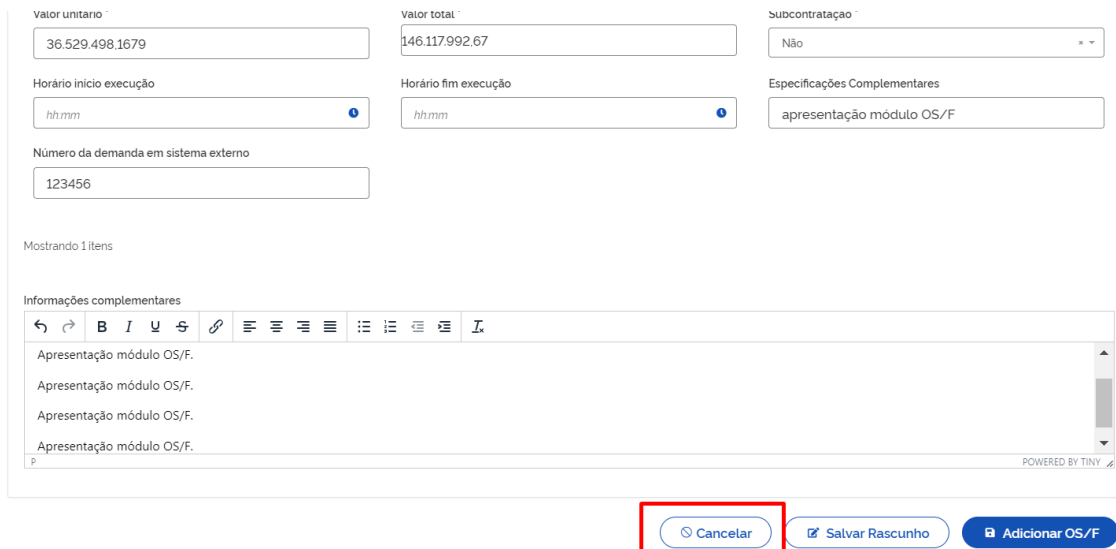


Figura 19 - Cancelar OS/F que está sendo cadastrada

b) Salvar as informações registradas até o momento para finalização posterior do cadastro clicando em Salvar Rascunho.

36.529.498.1679

146.117.992.67

Não

Horário início execução

hh:mm

Horário fim execução

hh:mm

Especificações Complementares

apresentação módulo OS/F

Número da demanda em sistema externo

123456

Mostrando 1 itens

Informações complementares

↶ ↷ B I U ✎ 🔗 ☰ ☷ ☹ ☺ ⋮ ⏴ ⏵ ⌂

Apresentação módulo OS/F.

Apresentação módulo OS/F.

Apresentação módulo OS/F.

Apresentação módulo OS/F|

PPOWERED BY TINY

Cancelar

Salvar Rascunho

Adicionar OS/F

Figura 20 - Salvar OS/F como rascunho (em elaboração)

c) Finalizar o registro da OS/F clicando em Informar OS/F. Nesse caso, a OS/F terá sua situação alterada para "em execução".

|   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="text" value="36.529.498.1679"/>                                | <input type="text" value="146.117.992.67"/>                | <input type="text" value="Não"/>   |
| Horário início execução<br><input type="text" value="hh:mm"/>               | Horário fim execução<br><input type="text" value="hh:mm"/> | Especificações Complementares<br><input type="text" value="apresentação módulo OS/F"/> |
| Número da demanda em sistema externo<br><input type="text" value="123456"/> |  |  |

Mostrando 1 itens

Informações complementares

↩ ↪ B I U ✎ 🔗 ☰ ☷ ☸ ☹ ☺ ☻ ☼ ☽ ☾ ☿ ♀ ♂ ♋ ♌ ♍ ♎ ♏ ♐ ♑ ♒ ♓

Apresentação módulo OS/F.

Apresentação módulo OS/F.

Apresentação módulo OS/F.

Apresentação módulo OS/F.

P

Cancelar

Salvar Rascunho

Adicionar OS/F

Figura 21 - Adicionar uma OS/F no sistema (em execução)











| Situação             | Tipo                  | Número/Ano | Vigência início | Vigência fim | Ações   |
|----------------------|-----------------------|------------|-----------------|--------------|---|
| <b>Em elaboração</b> | Ordem de Fornecimento | 90014/2024 | -               | -            |     |
| <b>Em execução</b>   | Ordem de Serviço      | 90013/2024 | 21/02/2024      | 21/05/2024   |     |
| <b>Extinta</b>       | Ordem de Serviço      | 12345/2023 | 01/11/2023      | 20/12/2023   |    |


Figura 22 - Situações de uma OS/F

### 7.3. Ações

Após informar ou criar uma OS/F, os responsáveis pelo contrato podem atuar nas OS/F registradas no sistema de acordo com as ações apresentadas a seguir:

#### 7.3.1. Saldo utilizado

Utilizando a ação Saldo Utilizado , o usuário pode registrar a quantidade de cada item do contrato que já foi utilizado até o momento, permitindo que o sistema possa calcular corretamente o saldo ainda disponível para execução.

Para isso, na listagem Meus contratos, clicar no ícone . O sistema apresentará uma página que possibilitará adicionar um novo registro de saldo utilizado, bem como listará os saldos utilizados já cadastrados anteriormente.



The screenshot shows the 'Contratos.gov.br' header with the user 'LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161'. The main menu includes 'Fiscalização e Gestão de Contratos' and 'Lista Meus Contratos'. The breadcrumb trail is 'Fiscalização e Gestão de Con. > Lista'. The 'Meus Contratos' section displays a table of contracts with filters for 'Receita / Despesa', 'Tipo', 'Categoria', 'Vig. início', 'Vig. fim', 'Valor Global', 'Valor Parcela', 'Situação', 'Amparo legal', 'Modalidade da compra', and 'Número da compra'. The table shows 1 to 6 of 6 records (filtered from 80,713). The first record is highlighted, and the 'Saldo Utilizado' action is visible in the 'Ações' column.

| Número do instrumento | Unidade gestora              | Fornecedor                              | Ações   |
|-----------------------|------------------------------|---|---|
| 00712/2023            | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00.000.000/0001-91 - BANCO DO BRASIL SA |    |

Figura 23 - Ação Saldo Utilizado

Contratos.gov.br | LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161

Saldo utilizado  
Listar saldo utilizado

Fiscalização e Gestão de Con. > Listar saldo utilizado do contrato 00712/2023

Pesquisar...

**+ Adicionar**

(filtrados de 3 registros)

| Quantidade Solicitada      | Número ordem de serviço / fornecimento | Criado em | Ações |
|----------------------------|--|-----------|-------|
| Nenhum registro encontrado |  |           |       |
| Quantidade Solicitada      | Número ordem de serviço / fornecimento | Criado em | Ações |

25 registros por página

Figura 24 - Adicionar informação de saldo utilizado para item do contrato

Ao clicar em Adicionar, o usuário deverá preencher os campos apresentados e depois clicar em Salvar saldo.

Contratos.gov.br | LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161

Saldo utilizado  
Saldo utilizado

Fiscalização e Gestão de Con. > Listar saldo utilizado do contr. > Adicionar

Contrato Item: 00001 - CANETA ESFEROGRÁFICA

Quantidade: 5

Valor Unitário: 10,00

Valor total: 50,00

Número ordem de serviço / fornecimento: 123456

Cancelar Salvar Saldo

Figura 25 - Campos para cadastro de um saldo utilizado

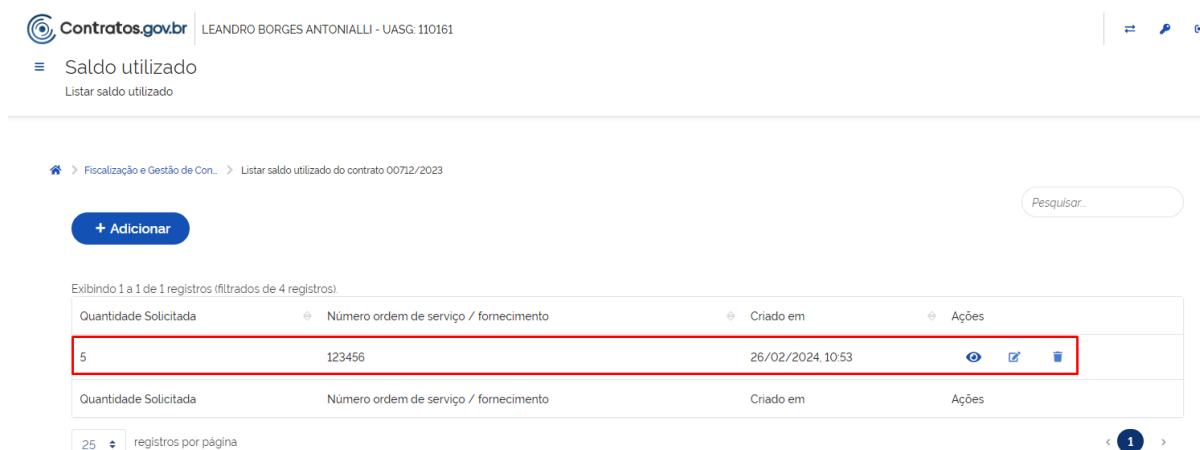


Figura 26 - Registro de um saldo utilizado cadastrado

Importante ressaltar que esse cadastro é individual por item, sendo que cada item pode ter somente um registro de saldo utilizado.

### 7.3.2. Gerar PDF

Quando a OS/F está com a situação "em elaboração", é possível gerar o PDF do documento que está sendo cadastrado. Basta clicar em Gerar PDF , selecionar os signatários do documento (obrigatório selecionar ao menos um gestor/gestor substituto e um preposto) e depois clicar em Prosseguir.

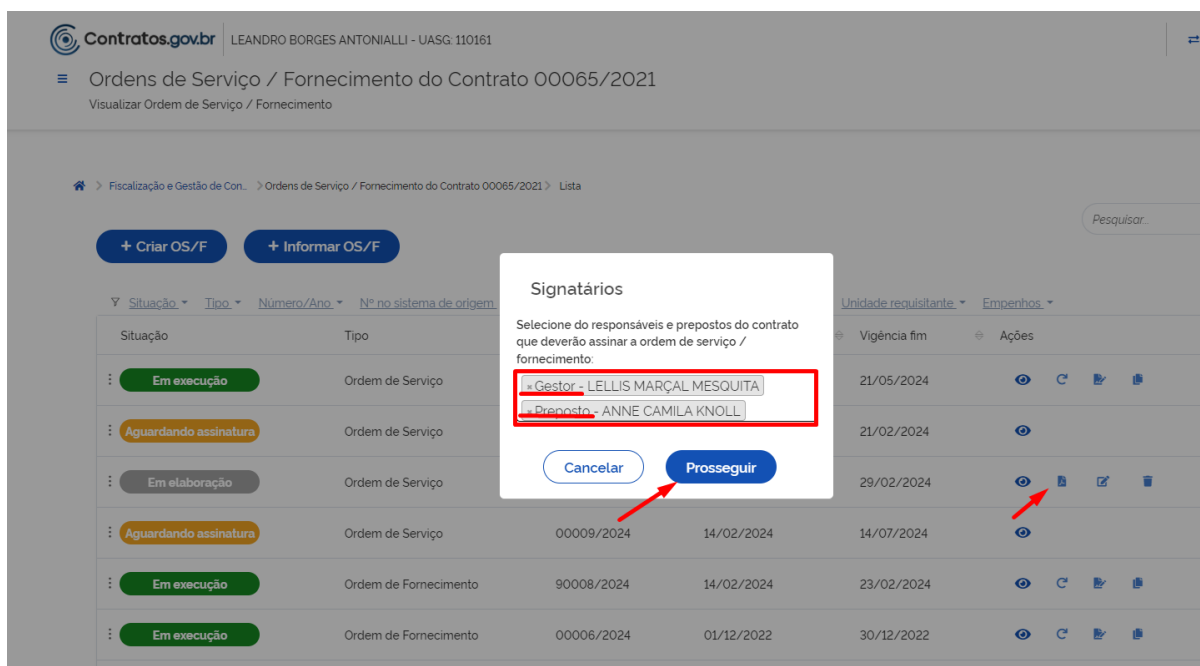


Figura 27 - Gerar PDF de uma OS/F em elaboração

O sistema automaticamente criará o arquivo PDF com os dados cadastrados na respectiva OS/F.

#### 7.3.3. Retificar OS/F

Após informar uma OS/F originária de um sistema externo, o usuário, ao perceber alguma informação cadastrada em desacordo com o documento original, poderá registrar uma retificação do dado cadastrado equivocadamente.





Para isso será necessário clicar na ação Retificar , adicionar retificação, alterar o(s) campo(s) preenchido(s) incorretamente, clicar em Retificar .



Figura 28 - Retificar uma OS/F

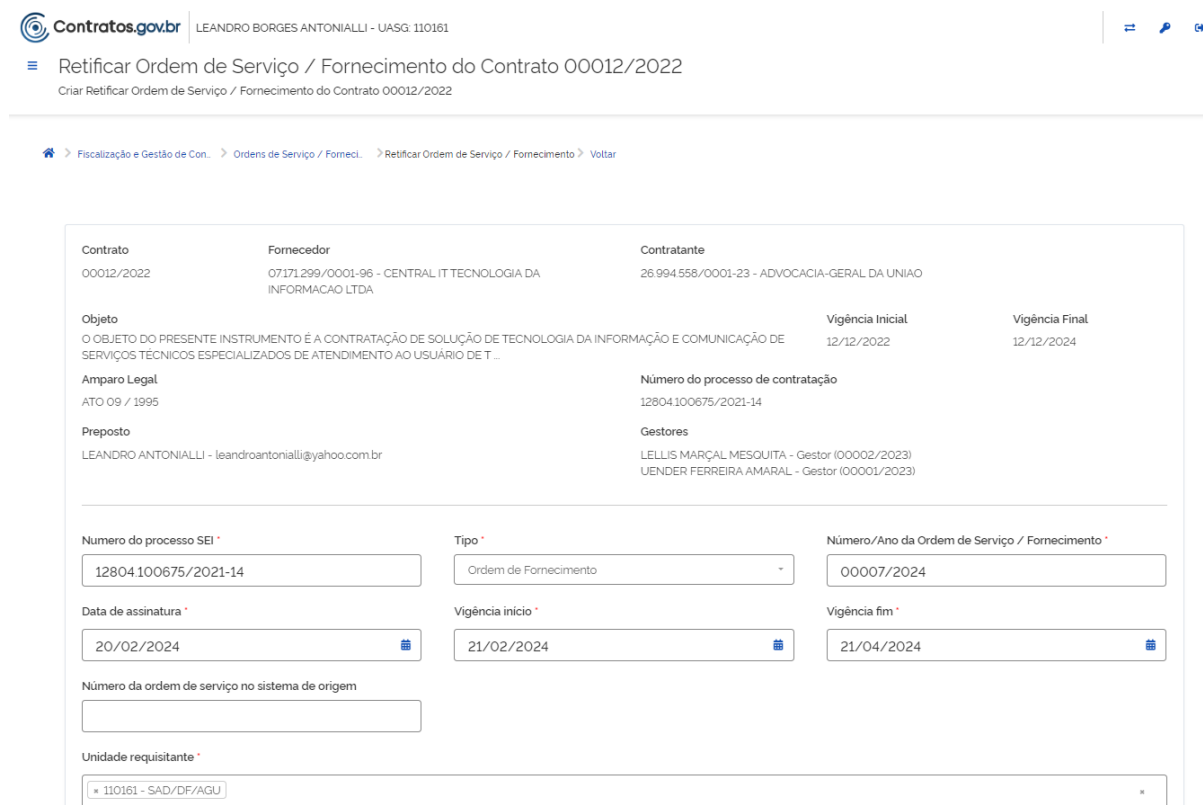


Figura 29 - Campos de registro de uma retificação

Empenhos

2024NE500002 - UG: 110161 - SUPERINTENDENCIA DE ADM. NO DISTRITO FEDERAL - Empenhado: R\$ 0.00 - A Liquidar: R\$ 0.00 - Liquidado: R\$ 0.00 - Pago: R\$ 0.00

Justificativa/Motivo da retificação

0 caracteres digitados

+ Adicionar Item

| Tipo Item | Núm. item Compra | Item   |  |
|-----------|------------------|--|--|
| Serviço   | 00003            | 26980 - CENTRAL DE SERVIÇOS DE TIC             | <div><div></div><div>55%</div><div></div></div> <div> </div> |
| Serviço   | 00004            | 27014 - SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE INFRAESTR | <div><div></div><div>42%</div><div></div></div> <div> </div> |

Mostrando 2 itens

Informações complementares

**B** *I* U

apresentação OS

P

POWERED BY TINY

Cancelar

Retificar

Figura 30 - Salvar uma retificação de OS/F

Importante destacar que o cadastro de uma justificativa é obrigatório para salvar o registro da retificação.

Após o cadastro de uma retificação, o sistema retornará à página anterior, onde é possível cadastrar novas retificações, bem como visualizar as retificações cadastradas.

**Contratos.gov.br** | LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161

Retificar Ordem de Serviço / Fornecimento do Contrato 00012/2022  
Visualizar Retificar Ordem de Serviço / Fornecimento do Contrato 00012/2022

Fiscalização e Gestão de Contratos > Ordens de Serviço / Fornecimento > Retificar Ordem de Serviço / Fornecimento > Voltar

[+ Adicionar retificação](#)

|  |   |   |
|--|---|---|
| <b>Contrato</b><br>00012/2022  | <b>Fornecedor</b><br>07171.299/0001-96 - CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA                               | <b>Contratante</b><br>26.994.558/0001-23 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO |
| <b>Objeto</b><br>O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DE T... | <b>Vigência Inicial</b><br>12/12/2022   | <b>Vigência Final</b><br>12/12/2024                                 |
| <b>Amparo Legal</b><br>ATO 09 / 1995   | <b>Número do processo de contratação</b><br>12804.100675/2021-14  |   |
| <b>Preposto</b><br>LEANDRO ANTONIALLI - leandroantonialli@yahoo.com.br   | <b>Gestores</b><br>LELLIS MARÇAL MESQUITA - Gestor (00002/2023)<br>UENDER FERREIRA AMARAL - Gestor (00001/2023) |   |

|                     |       |
|---------------------|-------|
| Data da retificação | Ações |
| 26/02/24 11:08:19   |       |
| Data da retificação | Ações |

25 registros por página

Figura 31 - Registro de uma retificação cadastrada

Nessa página é possível, ainda, clicar na ação Visualizar . O sistema então apresenta uma página com as informações alteradas pela retificação, comparando como eram antes do registro e como ficaram após a retificação cadastrada.

**Contratos.gov.br** | LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161

Retificar Ordem de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022  
Retificar Ordem de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022


Retificar Ordem de Serviço > Visualizar > Voltar

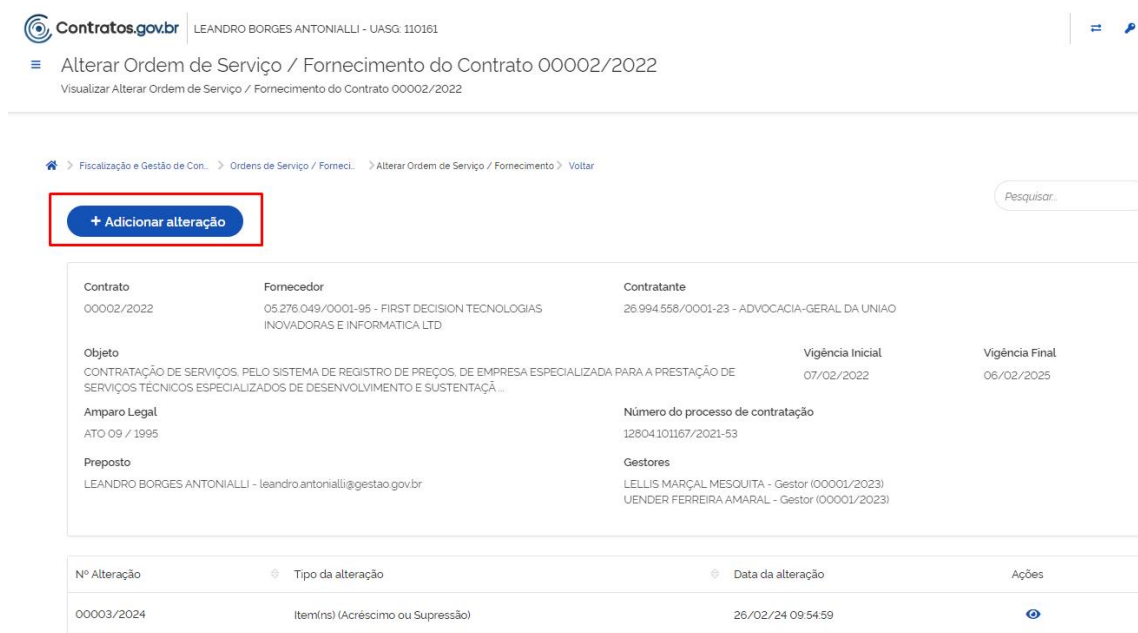
|   |  |                       |
|---|--|-----------------------|
| <b>Responsável pela Retificação:</b>                    | *** 584.206-** LEANDRO BORGES ANTONIALLI |                       |
| <b>Tipo:</b>  | Antes                                    | Depois                |
|   | Ordem de Serviço                         | Ordem de Fornecimento |
| <b>Vigência fim:</b>                                    | Antes                                    | Depois                |
|   | 10/05/2024                               | 10/08/2024            |
| <b>Número da ordem de serviço no sistema de origem:</b> | Antes                                    | Depois                |
|   | 222                                      | 9999                  |
| <b>Justificativa motivo:</b>                            | erro de preenchimento                    |                       |

Figura 32 - Visualização dos campos retificados

### 7.3.4. Alterar OS/F

Há também casos em que é preciso alterar o que foi pactuado em uma OS/F. Nesse caso não se trata de uma informação cadastrada incorretamente, mas de uma nova condição pactuada entre contratante e contratada para a execução de uma determinada OS/F.

Para alterar uma OS/F, ação permitida apenas para OS/F com situação "em execução", o responsável pelo contrato deverá seguir o caminho: localizar o contrato em Meus Contratos > clicar na ação Ordem de Serviço/Fornecimento > localizar a OS/F que será alterada > clicar na ação Alterar  > clicar em Adicionar Alteração.



**Contratos.gov.br** | LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161

Alterar Ordem de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022  
Visualizar Alterar Ordem de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022

> Fiscalização e Gestão de Con. > Ordens de Serviço / Forneci. > Alterar Ordem de Serviço / Fornecimento > Voltar

**+ Adicionar alteração**

|  |  |   |
|--|--|---|
| <b>Contrato</b><br>00002/2022  | <b>Fornecedor</b><br>05.276.049/0001-95 - FIRST DECISION TECNOLOGIAS INOVADORAS E INFORMATICA LTD.               | <b>Contratante</b><br>26.994.558/0001-23 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO |
| <b>Objeto</b><br>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTAÇÃO ... | <b>Vigência Inicial</b><br>07/02/2022  | <b>Vigência Final</b><br>06/02/2025                                 |
| <b>Amparo Legal</b><br>ATO 09 / 1995   | <b>Número do processo de contratação</b><br>12804101167/2021-53  |   |
| <b>Preposto</b><br>LEANDRO BORGES ANTONIALLI - leandro.antonialli@gestao.gov.br  | <b>Gestores</b><br>LELLIS MARÇAL MESQUITA - Gestor (00001/2023)<br>UIENDER FERREIRA AMARAL - Gestor (00001/2023) |   |


| Nº Alteração | Tipo da alteração                 | Data da alteração | Ações   |
|--------------|-----------------------------------|-------------------|---|
| 00003/2024   | Item(ns) (Acréscimo ou Supressão) | 26/02/24 09:54:59 |  |

Figura 33 - Adicionar uma Alteração em uma OS/F

Nesse momento o responsável pelo contrato encontrará três possibilidades de alteração da OS/F:

- Vigência: para os casos em que há a necessidade de se antecipar ou prorrogar o prazo de execução da OS/F.
- Item (Acréscimo/Supressão): quando há a necessidade de incluir algum item do contrato ainda não contemplado na OS/F ou quando se pretende aumentar (acréscimo) ou diminuir (supressão) a quantidade de itens já cadastrados na OS/F.
- Extinguir Autorização de Execução: quando se pretende interromper a execução da OS/F.

**Contratos.gov.br** | LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161

Alterar Ordem de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022  
Criar Alterar Ordem de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022

Fiscalização e Gestão de Con. > Ordens de Serviço / Forneci. > Alterar Ordem de Serviço / Fornecimento > Voltar

|   |   |   |
|---|---|---|
| <b>Contrato</b><br>00002/2022   | <b>Fornecedor</b><br>05.276.049/0001-95 - FIRST DECISION TECNOLOGIAS INOVADORAS E INFORMATICA LTD               | <b>Contratante</b><br>26.994.558/0001-23 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO |
| <b>Objeto</b><br>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTAÇÃO... | <b>Vigência Inicial</b><br>07/02/2022   | <b>Vigência Final</b><br>06/02/2025                                 |
| <b>Amparo Legal</b><br>ATO 09 / 1995  | <b>Número do processo de contratação</b><br>12804.011672/2021-53  |   |
| <b>Preposto</b><br>LEANDRO BORGES ANTONIALLI - leandro.antonialli@gestao.gov.br   | <b>Gestores</b><br>LELLIS MARÇAL MESQUITA - Gestor (00001/2023)<br>UENDER FERREIRA AMARAL - Gestor (00001/2023) |   |
| <b>Número do processo SEI</b><br>28041.011672/0215-3  | <b>Tipo</b><br>Ordem de Fornecimento  | <b>Número/Ano da Ordem de Serviço / Fornecimento</b><br>00001/2023  |
| <b>Data de assinatura</b><br>02/03/2022   | <b>Vigência início</b><br>02/03/2022  | <b>Vigência fim</b><br>10/08/2024                                   |
| <b>Número da ordem de serviço no sistema de origem</b><br>9999  |   |   |
| <b>Tipo de alteração</b>  |   |   |
| <input type="checkbox"/> Vigência   | <input type="checkbox"/> Item(ns) (Acréscimo ou Supressão)  | <input type="checkbox"/> Extinguir Ordem de Serviço / Fornecimento  |
| <b>Data de assinatura da alteração *</b><br>dd/mm/aaaa  | <b>Anexo da alteração *</b><br>Selecione o arquivo  | <b>Descrição do anexo *</b>   |

Figura 34 - Possibilidades de alteração de uma OS/F


Destacamos que, para o cadastro de uma alteração, é necessário que o responsável preencha os campos obrigatórios Data de assinatura da alteração, Anexo da alteração e Descrição do anexo. Após todos os campos preenchidos, clicar em Criar Alteração.


|  |  |  |
|--|--|--|
| <b>Número do processo SEI</b><br>28041.011672/0215-3           | <b>Tipo</b><br>Ordem de Fornecimento   | <b>Número/Ano da Ordem de Serviço / Fornecimento</b><br>00001/2023   |
| <b>Data de assinatura</b><br>02/03/2022                        | <b>Vigência início</b><br>02/03/2022   | <b>Vigência fim</b><br>10/08/2024                                    |
| <b>Número da ordem de serviço no sistema de origem</b><br>9999 |  |  |
| <b>Tipo de alteração</b>                                       |  |  |
| <input checked="" type="checkbox"/> Vigência                   | <input type="checkbox"/> Item(ns) (Acréscimo ou Supressão)                                   | <input type="checkbox"/> Extinguir Ordem de Serviço / Fornecimento   |
| <b>Data de assinatura da alteração *</b><br>07/03/2024         | <b>Anexo da alteração *</b><br>Selecione o arquivo<br>OS-F11016100002202200009.pdf 189,74 KB | <b>Descrição do anexo *</b><br>teste OS/F<br>11 caracteres digitados |
| <b>Vigência fim *</b><br>09/08/2024                            |  |  |

Cancelar Salvar Rascunho **Criar Alteração**

Figura 35 - Salvar uma alteração de OS/F

Após o cadastro de uma alteração, o sistema retornará à página anterior, onde é possível cadastrar novas alterações, bem como visualizar as alterações cadastradas.

Nessa página, é possível, ainda, clicar em Visualizar . O sistema então apresenta uma página com as informações modificadas, comparando como eram antes do registro e como ficaram após a alteração cadastrada.


LEANDRO BORGES ANTONIALLI - UASG: 110161

Alterar Ordem de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022
Visualizar Alterar Ordem de Serviço / Fornecimento do Contrato 00002/2022

Fiscalização e Gestão de Con.
Ordens de Serviço / Forneci.
Alterar Ordem de Serviço / Fornecimento
Voltar

+ Adicionar alteração
Pesquisar...

|   |   |   |
|---|---|---|
| <b>Contrato</b><br>00002/2022   | <b>Fornecedor</b><br>05.276.049/0001-95 - FIRST DECISION TECNOLOGIAS INOVADORAS E INFORMATICA LTD               | <b>Contratante</b><br>26.994.558/0001-23 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO |
| <b>Objeto</b><br>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTANÇA... | <b>Vigência Inicial</b><br>07/02/2022   | <b>Vigência Final</b><br>06/02/2025                                 |
| <b>Amparo Legal</b><br>ATO 09 / 1995  | <b>Número do processo de contratação</b><br>12804.101167/2021-53  |   |
| <b>Preposto</b><br>LEANDRO BORGES ANTONIALLI - leandro.antonialli@gestao.gov.br   | <b>Gestores</b><br>LELLIS MARÇAL MESQUITA - Gestor (00001/2023)<br>UENDER FERREIRA AMARAL - Gestor (00001/2023) |   |



| Nº Alteração | Tipo da alteração                 | Data da alteração | Ações   |
|--------------|-----------------------------------|-------------------|---|
| 00004/2024   | Vigência                          | 07/03/24 15:32:21 |  |
| 00003/2024   | Item(ns) (Acréscimo ou Supressão) | 26/02/24 09:54:59 |  |

Figura 36 - Registro de uma alteração cadastrada

### 7.3.5. Duplicar OS/F




A ação Duplicar  foi desenvolvida com a intenção de facilitar o cadastro de OS/F recorrentes, como é o caso de serviços continuados.



Figura 37 - Duplicar uma OS/F já cadastrada

Ao Localizar o contrato em Meus Contratos, clicar na ação Ordem de Serviço/Fornecimento. O ícone Duplicar  aparecerá como opção de ação para aquelas OS/F que estejam com a situação "Em execução".

Clicando em Duplicar, o sistema apresentará, no topo da lista das OS/F registradas para o contrato identificado anteriormente, uma nova OS/F com situação "Em elaboração", idêntica à OS/F duplicada. Basta então o responsável clicar na ação Editar  e alterar os dados referentes à nova OS/F que precisa ser cadastrada.

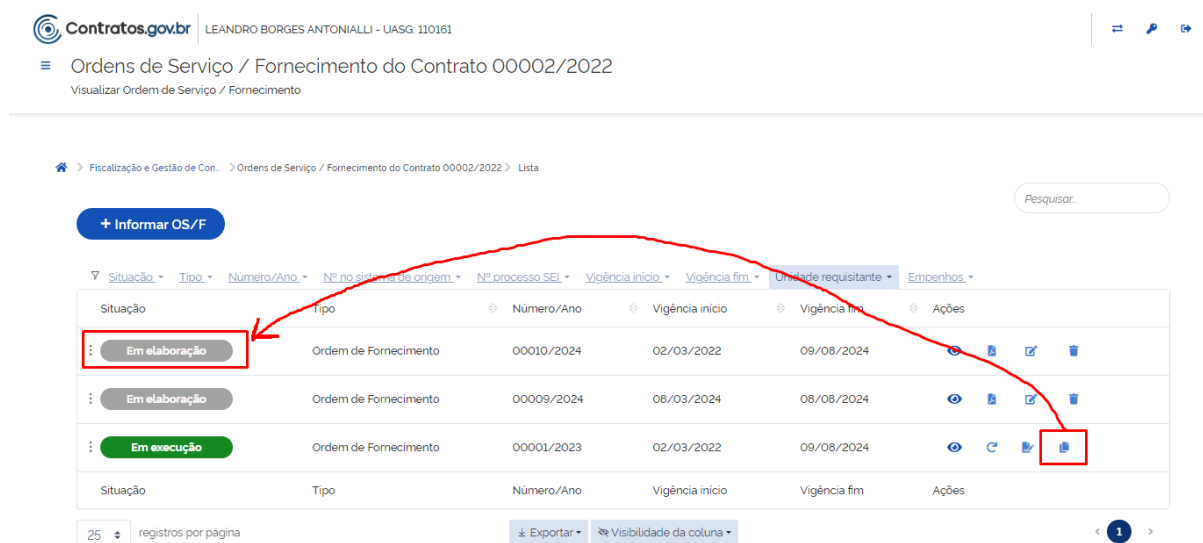


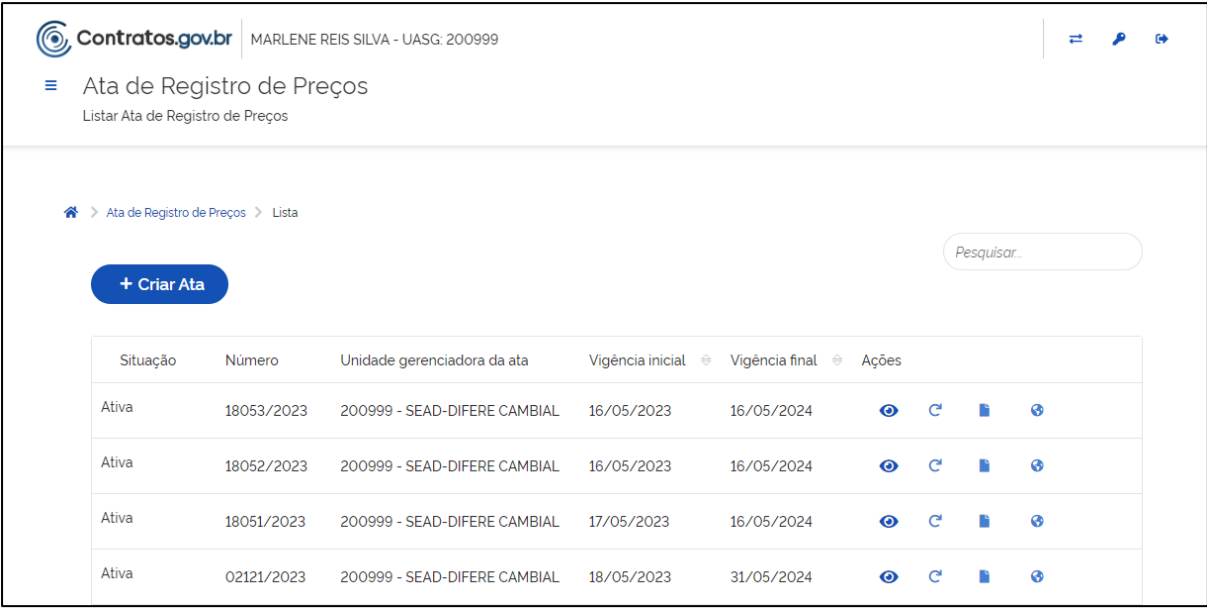
Figura 38 - OS/F duplicada

## 8. Gestão de Atas

Menu habilitado para o perfil Gestor de Atas, voltado para acesso às funcionalidades relacionadas à gestão de atas de registro de preços regidas pela Lei nº 14.133/2021.

### 8.1. Listar Atas de Registro de Preços

Acessando o menu Gestão de Atas > Ata de Registro de Preços, são exibidas as atas de registro de preços da unidade.





















| Situação | Número     | Unidade gerenciadora da ata  | Vigência inicial | Vigência final | Ações   |
|----------|------------|------------------------------|------------------|----------------|---|
| Ativa    | 18053/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 16/05/2023       | 16/05/2024     |     |
| Ativa    | 18052/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 16/05/2023       | 16/05/2024     |     |
| Ativa    | 18051/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 17/05/2023       | 16/05/2024     |     |
| Ativa    | 02121/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 18/05/2023       | 31/05/2024     |     |




Figura 39 - Lista de atas de registro de preços



Ao clicar no ícone Visualizar , são apresentadas as informações da ata.


**Contratos.gov.br**
MARLENE REIS SILVA – UASG 200999


**Ata de Registro de Preços**  
 Ata de Registro de Preços


 Ata de Registro de Preços
 
 Visualizar
 
 Voltar

|                       |                              |                     |              |
|-----------------------|------------------------------|---------------------|--------------|
| Número:               | 00004/2023                   |                     |              |
| Unidade Gerenciadora: | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL |                     |              |
| Vigência Inicial:     | 10/03/2023                   |                     |              |
| Vigência Final:       | 10/03/2024                   |                     |              |
| Número da compra/Ano: | 00041/2023                   |                     |              |
| Número do Processo:   | 00000.000000/0000-00         |                     |              |
| Data da Assinatura:   | 09/03/2023                   |                     |              |
| Valor Total:          | R\$ 357.864,00               |                     |              |
| Gestores:             |                              |                     |              |
| Autoridades:          |                              |                     |              |
| Modalidade da compra: | 03 - Concorrência            |                     |              |
| Compra centralizada:  | Não                          |                     |              |
| Unidade Participante: | Código                       | UASG                | Tipo         |
|                       | 200999                       | SEAD-DIFERE CAMBIAL | Gerenciadora |
|                       | 130161                       | SAD/DF/AGU          | Participante |

| Item da Ata: | CNPJ               | Fornecedor                       | Número | Item                                  | Quantidade máxima adesão | Valor unitário | Valor total  | Aceita adesão |
|--------------|--------------------|----------------------------------|--------|---------------------------------------|--------------------------|----------------|--------------|---------------|
|              | 25.258.500/0001-59 | Fornecedor Jurídico 5 Equiparada | 00001  | Manutenção de Sistemas de Aquecimento | 48                       | 14.911,0000    | 715.728,0000 | Sim           |

Status: **Ativa**


Ações 

Figura 40 – Detalhes da ata de registro de preços

## 8.2. Cadastro de Ata de Registro de Preços

Para efetuar o cadastro de uma nova ata de registro de preços, acesse Gestão de Atas > Ata de Registro de Preços e clique em + Criar Ata

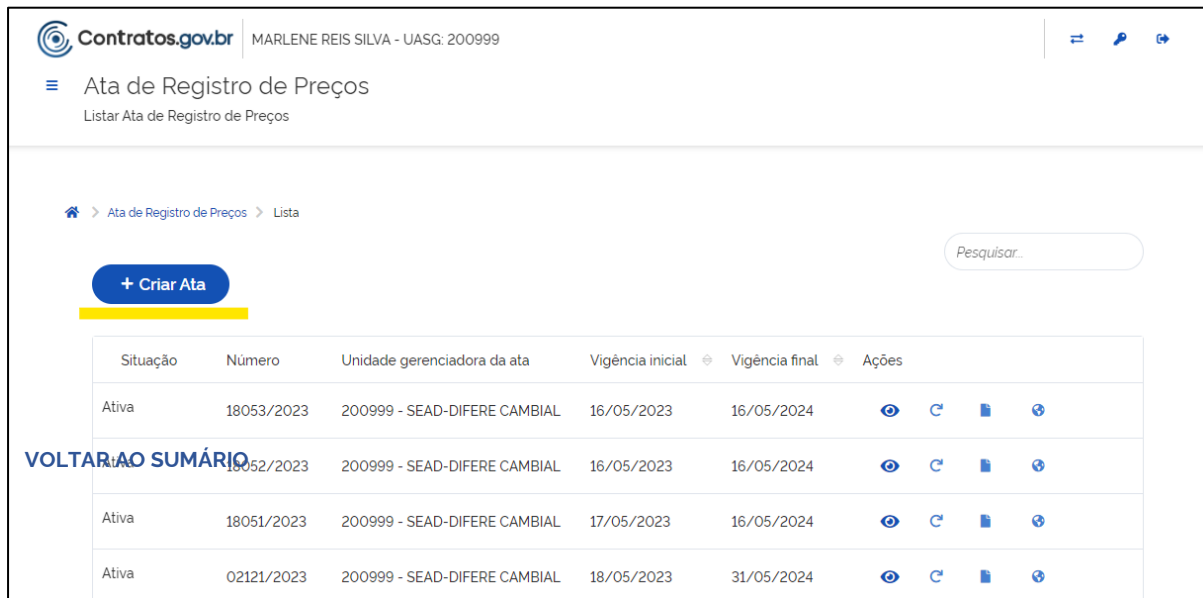


Figura 41 - Criar ata de registro de preços

Preencha os campos apresentados

A imagem mostra a interface do Contratos.gov.br para a criação de uma nova ata de registro de preços. O caminho de navegação indica 'Ata de Registro de Preços > Adicionar > Voltar'. O formulário contém dois campos de entrada: 'Número da ata' com o valor '1647' e 'Ano da ata' com o valor '2023'. Um botão azul com um símbolo de adição (+) está ao lado dos campos. No canto inferior direito, há um botão 'Cancelar'.

Figura 42 - Criar ata de registro de preços

- Número da ata\*: Informe o número da ata, que deve conter cinco dígitos. Não são aceitos números já utilizados para registro de outra ata de registro de preços do mesmo ano. Informando menos que cinco dígitos, o sistema incluirá 0 à esquerda para completar os cinco dígitos necessários. O número da ata não pode ser composto apenas por zeros.

- Ano da ata\*: Informe o ano com quatro dígitos;

Os campos marcados com \* são de preenchimento obrigatório.

Preenchidos os dados, clique no ícone Validar

**Ata de Registro de Preços**  
Criar Ata de Registro de Preços

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

Número da ata\* 01648 Ano da ata\* 2023

Objeto\*

0 caracteres digitados

Data de assinatura\* dd/mm/aaaa Data inicial de vigência\* dd/mm/aaaa Data final de vigência\* dd/mm/aaaa

Número do Processo\* Autoridade signatária Buscar registros? Compra centralizada? Não Sim

Unidade gerenciadora 200999-SEAD-DIFERE CAMBIAL Unidade origem da compra\* 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL + Limpar Número da compra/Ano\* 12345/2022

Modalidade da compra\* Selecionar a modalidade

Validar Cancelar

Figura 43 - Criar ata de registro de preços

Preencha os campos apresentados:

- Objeto\*: informe o objeto da ata de registro de preços;
- Data de assinatura\*: selecione a data no calendário exibido;
- Data inicial de vigência\*: selecione a data no calendário exibido. A data inicial de vigência deve ser uma data posterior à data de assinatura;
- Data final de vigência\*: selecione a data no calendário exibido;
- Número do processo\*: informe o número do processo relacionado à ata;
- Autoridade signatária: busque os registros de usuários cadastrados como autoridade signatária da unidade para seleção;
- Compra centralizada?: por padrão é marcada a opção "Não". Se necessário, altere a resposta de acordo com a característica da compra; Observação: conforme art. 2º, item VII do decreto 11.462 de 2023, compra centralizada se refere à compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou pelas entidades participantes.

- Unidade gerenciadora: apresenta a unidade gerenciadora da ata, conforme *login* do usuário, não permitindo alteração;
- Unidade origem de compra\*: apresenta a unidade conforme *login* do usuário, permitindo alteração, necessária somente quando se tratar de compra sub-rogada. Será apresentada mensagem de alerta informando os dados utilizados para pesquisar a compra;
- Número da compra/ ano\*: informe o número e ano da compra no formato XXXXX/XXXX;
- Modalidade da compra\*: selecione na lista apresentada a modalidade da compra.

Os campos marcados com \* são de preenchimento obrigatório.

Preenchidos os dados, clique no ícone Buscar Compra  para que sejam carregadas as informações sobre a compra.

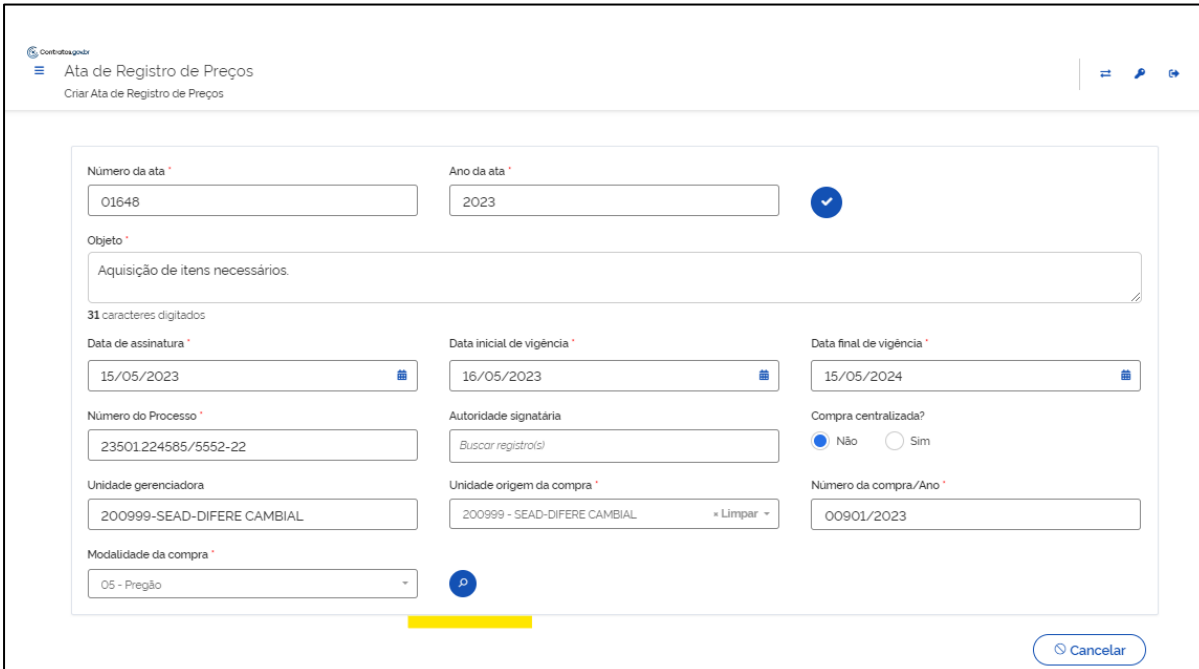



Figura 44 - Criar ata de registro de preços - Buscar compra

Aguarde enquanto os dados da compra são carregados sem fechar a página. Considerando que as compras possuem muitos fornecedores, unidades participantes e/ou itens, os itens são carregados e as quantidades por unidade são processadas enquanto se prossegue com a inclusão de informações na ata.

Acompanhe o processamento clicando no ícone  do campo Quantidade registrada de cada item. A inclusão dos itens na ata pode continuar sem impedimentos.

Serão exibidos todos os fornecedores classificados homologados, sendo que somente os que têm item(ns) pendente(s) de registro em ata são apresentados:



Figura 45 - Criar ata de registro de preços - Listar fornecedores da compra

Clique no ícone para exibir os itens do fornecedor:

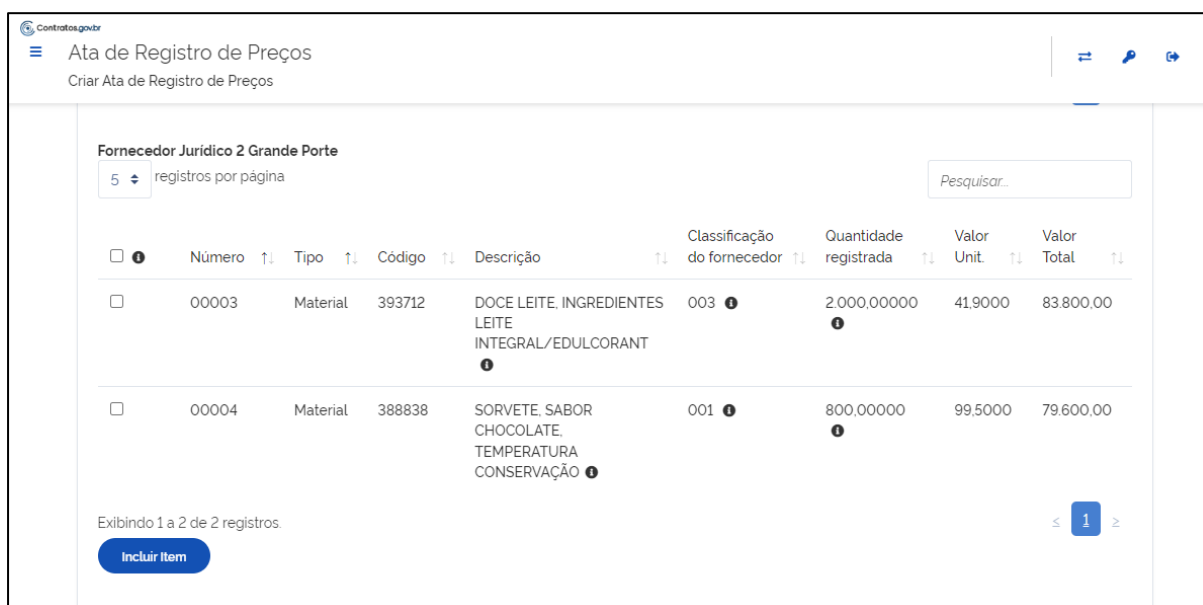



Figura 46 - Criar ata de registro de preços - Listar itens do fornecedor

Na relação de itens, são apresentadas informações sobre número, tipo, código, descrição, classificação do fornecedor, quantidade registrada, valor unitário e valor total do item.

Ao passar o mouse e/ou clicar no ícone , são exibidas informações como a descrição, a classificação dos fornecedores para o item, as unidades participantes e detalhes sobre o percentual de maior desconto (quando aplicável ao item).

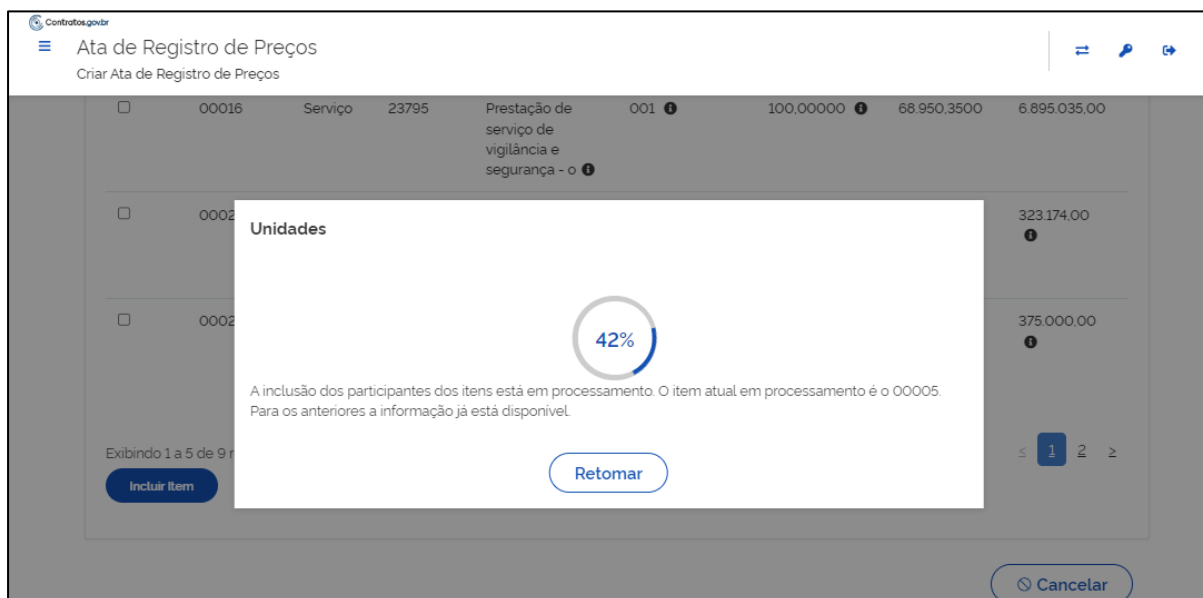


**Detalhes da classificação dos fornecedores do item 00003**

| Classificação | CNPJ               | Nome                               | Quantidade homologada | Valor unitário |
|---------------|--------------------|------------------------------------|-----------------------|----------------|
| 001           | 59.014.646/0001-70 | Fornecedor Jurídico 4 Grande Porte | 1500.00000            | 35,9800        |
| 002           | 00.497.063/0001-03 | Fornecedor Jurídico 9 EPP          | 3.500.00000           | 41.5000        |
| 003           | 71.823.293/0001-55 | Fornecedor Jurídico 2 Grande Porte | 2.000.00000           | 41.9000        |

Botão: Retomar

Figura 47 - Detalhes da classificação dos fornecedores por item



**Unidades**

42%

A inclusão dos participantes dos itens está em processamento. O item atual em processamento é o 00005. Para os anteriores a informação já está disponível.

Botões: Retomar, Cancelar

Figura 48 - Detalhamento das unidades por item (durante o processamento das informações)

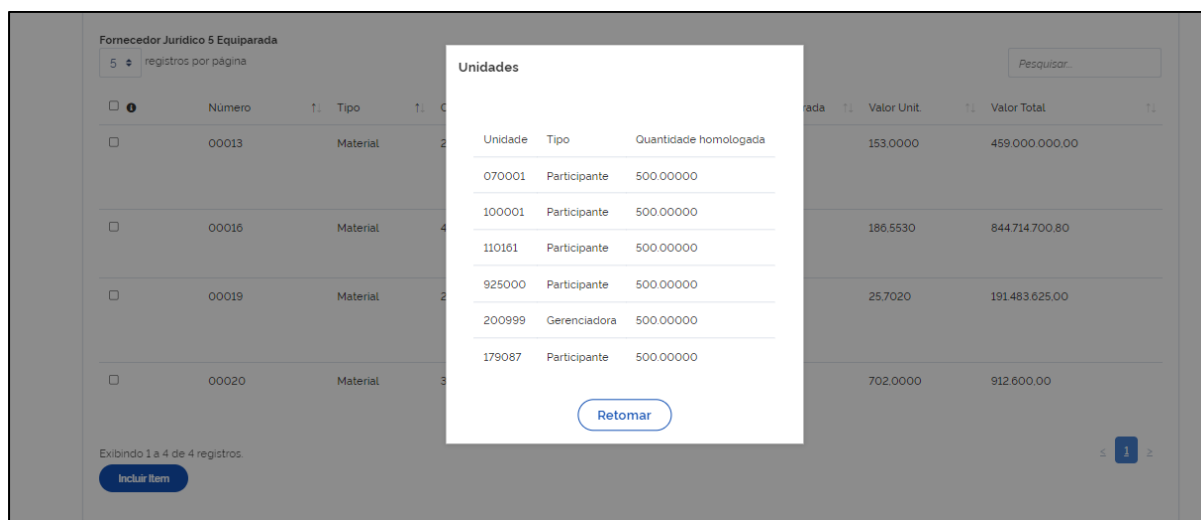


Figura 49 - Detalhamento das unidades por item (após o processamento das informações)

Selecione os itens que farão parte da ata. Ao clicar em todos, é possível selecionar todos os itens da página.

Podem ser incluídos quantos itens forem necessários, de diferentes fornecedores. Clique em Incluir item para que o item seja incluído na ata.

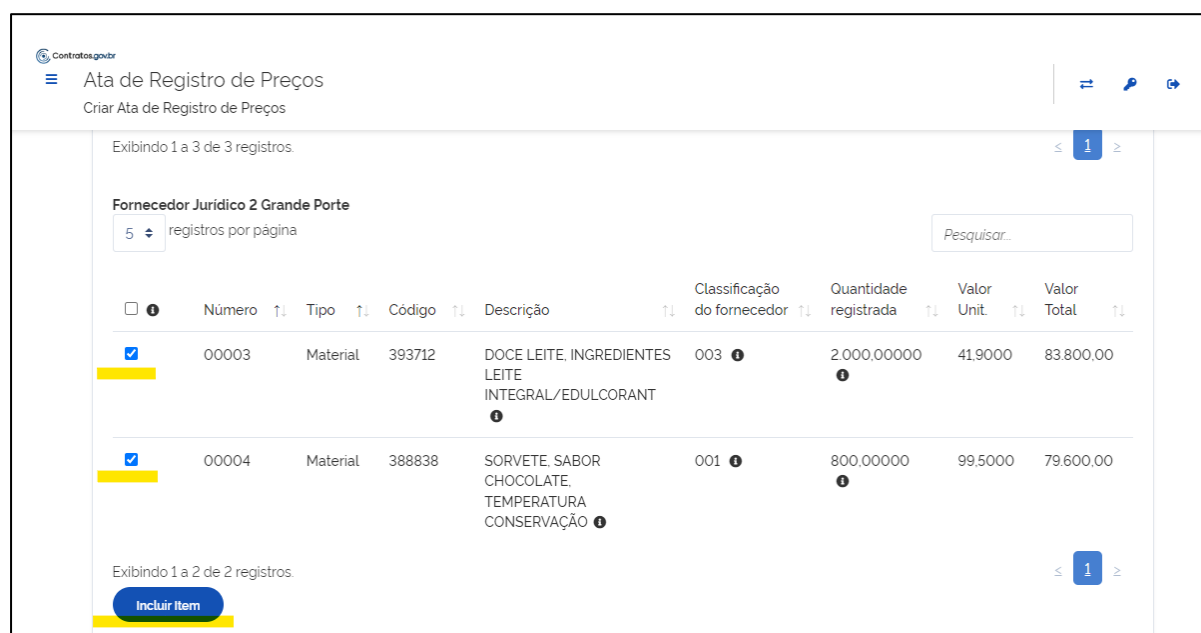


Figura 50 - Criar ata de registro de preços - Criar ata de registro de preços - Incluir item na ata de registro de preços

No campo Valor Total dos itens selecionados, será apresentado o valor total de todos os itens selecionados para compor a ata.

Finalizada a inclusão dos itens, inclua o arquivo da ata clicando em **Selecione o arquivo**, sendo possível o *upload* do arquivo desejado. O envio é obrigatório para tornar a ata “Ativa”. Para ata “Em elaboração” (rascunho), o envio é facultativo. O arquivo incluído é salvo na listagem Arquivos da ata.

Contratos.gov.br

Ata de Registro de Preços

Criar Ata de Registro de Preços

| Remover | CNPJ               | Fornecedor (Classificação)                 | N. Item | Tipo     | Código | Descrição  | Quantidade registrada | Valor Unit. | Valor total |
|---------|--------------------|--|---------|----------|--------|--|-----------------------|-------------|-------------|
|         | 71.823.293/0001-55 | Fornecedor Jurídico 2 Grande Porte (003 ⓘ) | 00003   | Material | 393712 | DOCE LEITE, INGREDIENTES LEITE INTEGRAL/EDULCORANT ⓘ | 2.000.00000 ⓘ         | 41.9000     | 83.800,00   |
|         | 71.823.293/0001-55 | Fornecedor Jurídico 2 Grande Porte (001 ⓘ) | 00004   | Material | 388838 | SORVETE, SABOR CHOCOLATE, TEMPERATURA CONSERVAÇÃO ⓘ  | 800.00000 ⓘ           | 99.5000     | 79.600,00   |

Envio de arquivo da Ata\*

[Selecione o arquivo](#)

Figura 51- Incluir arquivo da ata

Finalizadas as inclusões, ao clicar em **Criar ata**, o cadastro da ata é realizado e o usuário é direcionado para a tela de listagem que apresenta a situação de cada ata.

Contratos.gov.br

Ata de Registro de Preços

Criar Ata de Registro de Preços

| Remover | CNPJ               | Fornecedor                | N. Item | Tipo     | Código | Descrição  | Quantidade registrada | Valor Unit. | Valor total | Grav. Máxima para Adesão |
|---------|--------------------|---------------------------|---------|----------|--------|--|-----------------------|-------------|-------------|--------------------------|
|         | 93.200.123/0001-57 | Fornecedor Jurídico 6 EPP | 00011   | Material | 395136 | CESTO, MATERIAL POLIPROPILENO, ALTURA 240 MM, COMP ⓘ | 7.450.00000 ⓘ         | 55.0000     | 409.750,00  | 14900                    |

Envio de arquivo da Ata\*

[Selecione o arquivo](#)


Ata assinada.pdf 173,53 KB

Figura 52 - Criar ata de registro de preços




**Importante:** se o carregamento da compra estiver em andamento, a ata recebe o *status* "Carregando compra" e é publicada automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) após o término do processamento feito pelo sistema, quando passa a receber o *status* "Ativa".

Caso ocorra algum erro no envio da publicação para o PNCP, a ata recebe o *status* de "Erro publicar". O sistema realizará o reenvio automático para publicação, portanto, nenhuma ação do usuário é necessária. Assim que regularizada a situação da ata, seu *status* é alterado para "Ativa".

Ao clicar em "Salvar Rascunho", ficará com a situação "Em elaboração", permitindo sua edição (ação "Editar" ). É possível editar os campos Número da Ata, Ano da Ata, Objeto, Data de assinatura, Data inicial de vigência, Data final de vigência, Número do Processo, Autoridade signatária e Compra centralizada?.

É possível incluir ou excluir itens, desde que sejam pertencentes à mesma compra.

É possível visualizar o arquivo se incluído e alterar/incluir outro arquivo do tipo Ata de Registro de Preços.

Uma ata com o situação de "Em elaboração" também pode ser excluída, ao se clicar em Excluir .

### 8.3. Arquivos de Ata de Registro de Preços

Para adicionar arquivos da Ata de Registro de Preços, acesse o menu Gestão de Atas > Ata de Registro de Preços, localize a ata, em ações selecione Lista de Arquivos.

| Número     | Unidade Gerenciadora         | Vigência Inicial | Vigência Final | Número da compra/Ano | Ações |
|------------|------------------------------|------------------|----------------|----------------------|-------|
| 01647/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 30/03/2023       | 31/03/2024     | 00901/2023           |       |
| 00008/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 08/04/2023       | 08/04/2024     | 00101/2023           |       |
| 00007/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 02/04/2023       | 01/04/2024     | 00101/2023           |       |
| 00006/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 16/03/2023       | 15/04/2024     | 00349/2023           |       |
| 00004/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 10/03/2023       | 10/03/2024     | 00041/2023           |       |
| 00005/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 09/08/2023       | 08/12/2023     | 00040/2023           |       |

Figura 53 - Acessar arquivos da ata de registro de preços

A tela apresenta todos os arquivos já incluídos.

Clique no ícone + Adicionar Arquivo.

| Número da Ata | Descrição | Tipo                      | Ações |
|---------------|-----------|---------------------------|-------|
| 00008         | Ata 2     | Ata de Registro de Preços |       |
| 00008         | Ata       | Ata de Registro de Preços |       |
| Número da Ata | Descrição | Tipo                      | Ações |

25 registros por página

< 1 >

Figura 54 - Lista de arquivos de ata de registro de preços / Adicionar arquivo

São apresentadas as informações sobre a ata relacionada: número da ata, data inicial da vigência, data final da vigência, unidade gerenciadora, número da compra/ano, modalidade da compra.

Preencha os campos apresentados.

Figura 55 - Adicionar arquivo

- Descrição\*: informe o nome do arquivo;
- Tipo\*: selecione entre as opções apresentadas o tipo do arquivo – ata de registro de preços; termo aditivo; termo de apostilamento, termo de extinção ou outros;
- Restrito: marque o campo caso o arquivo seja restrito, considerando conteúdo de informações sensíveis para a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Se o campo for assinalado, o arquivo não será exibido no PNCP. O julgamento sobre se o arquivo deve ser restrito ou não cabe ao usuário;
- Envio de arquivo da ata\*: clique em Selecione o Arquivo e busque o arquivo a ser inserido.

Os campos marcados com \* são de preenchimento obrigatório.

Preenchidos todos os campos, clique em Criar Arquivo. O arquivo inserido passa a ser apresentado na lista de arquivos com as ações: Alterar o Status do Arquivo para Público ou Alterar o status do Arquivo para Privado; Baixar Arquivo e Excluir.

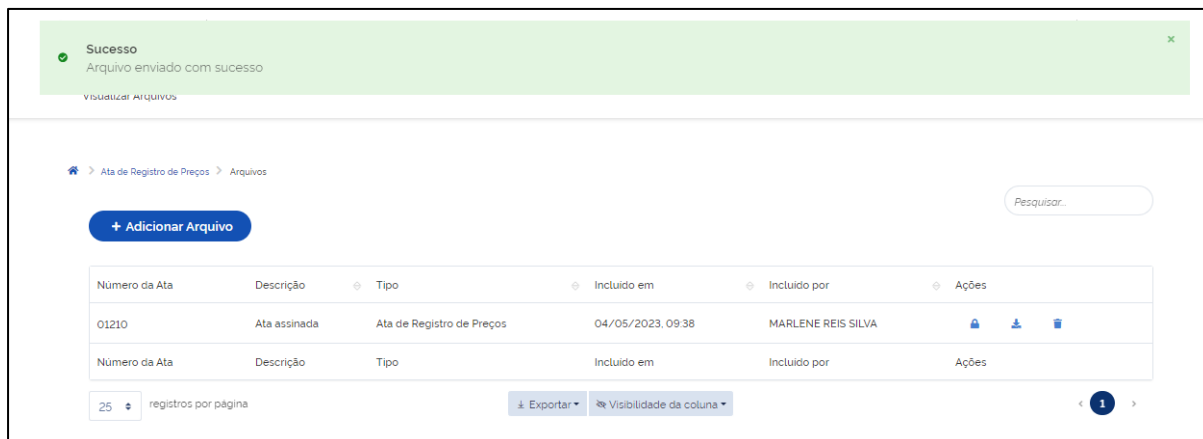


Figura 56 - Arquivo incluído

**Importante:** Uma Ata de Registro de Preços obrigatoriamente terá um único arquivo. Assim, o arquivo do tipo Ata de Registro de Preços não pode ser excluído, sendo possível sua substituição ao se adicionar um novo arquivo do mesmo tipo.

#### 8.4. Envio de Ata de Registro de Preços para o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

O envio de uma ata de registro de preços é feito automaticamente para o PNCP, após finalizado o carregamento da compra, desde que um arquivo do tipo Ata de Registro de Preços tenha sido inserido.

Uma ata publicada no PNCP ficará com o *status* "Ativa".

Caso ocorra algum erro no envio da publicação para o PNCP, a ata recebe o *status* de "Erro publicar". O sistema realizará o reenvio automático para publicação, portanto, nenhuma ação do usuário é necessária. Assim que regularizada a situação da ata, ela constará como "Ativa".

Ao clicar na ação PNCP, o usuário é direcionado para a publicação.

**Contratos.gov.br** | MARLENE REIS SILVA - UASG: 200999

**Ata de Registro de Preços**  
Listar Ata de Registro de Preços

Ata de Registro de Preços > Lista

Pesquisar...


**+ Criar Ata**

| Situação | Número     | Unidade gerenciadora da ata  | Vigência inicial | Vigência final | Ações |
|----------|------------|------------------------------|------------------|----------------|-------|
| Ativa    | 00063/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 03/05/2023       | 01/05/2024     |       |
| Ativa    | 18053/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 16/05/2023       | 16/05/2024     |       |
| Ativa    | 18052/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 16/05/2023       | 16/05/2024     |       |
| Ativa    | 18051/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 17/05/2023       | 16/05/2024     |       |
| Ativa    | 02121/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 18/05/2023       | 31/05/2024     |       |

Figura 57 - Consultar Ata de Registro de Preços no PNCP

## 8.5. Retificação de Ata de Registro de Preços

Para retificar informações inseridas em uma ata de registro de preços "Ativa", acesse a lista de Atas de Registro de Preços disponível no menu Gestão de Atas > Ata de Registro de Preços.

Localize a ata a ser retificada, clique na ação Retificar . Serão exibidas as informações da ata e a lista das retificações já realizadas caso existam. Clique em + Adicionar retificação

**Contratos.gov.br** | MARLENE REIS SILVA - UASG: 200999

**Retificar Ata de Registro de Preços**  
Visualizar Retificar Ata de Registro de Preços

Pesquisar...

**+ Adicionar retificação**

|                                  |  |   |
|----------------------------------|--|---|
| Número/Ano<br>00607/2023         | Unidade Gerenciadora<br>200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | Número do Processo<br>1111111111/1111-11  |
| Data da Assinatura<br>05/07/2023 | Vigência Inicial<br>11/07/2023                       | Vigência Final<br>11/07/2024              |
| Valor Total<br>R\$ 252.708,06    | Número da compra/Ano<br>00144/2023                   | Modalidade da compra<br>03 - Concorrência |

| Data da retificação | Ações |
|---------------------|-------|
| 06/07/23 10:34:46   |       |
| Data da retificação | Ações |

25 registros por página

Figura 58- Adicionar retificação

São exibidas as informações da ata. Preencha apenas os campos que deseja retificar.

É possível retificar as informações dos campos Objeto, Data da assinatura, Vigência inicial, Vigência final, Compra centralizada? e Autoridade signatária.

É obrigatório preencher o campo Justificativa/Motivo da retificação.

Finalizada a inclusão das informações, clique em Retificar.

Contratos.gov.br

Retificar Ata de Registro de Preços

Criar Retificar Ata de Registro de Preços

Preencha apenas os campos que deseja retificar ⓘ

Objeto

0 caracteres digitados

Data da Assinatura

dd/mm/aaaa

Vigência Inicial

dd/mm/aaaa

Vigência Final

dd/mm/aaaa

Compra Centralizada

☐ Não ☐ Sim

Autoridade signatária

Buscar registro(s)

Justificativa/Motivo da retificação \*

0 caracteres digitados

Cancelar Retificar

Figura 59 - Incluir retificação a ata

As informações retificadas são divulgadas automaticamente no PNCP.

## 8.6. Alteração de Ata de Registro de Preços

Para alterar uma ata de registro de preços com situação "Ativa", acesse a lista de Atas de Registro de Preços disponível no menu Gestão de Atas > Ata de Registro de Preços.

Localize a ata a ser alterada, clique na ação Alterar . Será exibida a listagem das alterações já realizadas, caso existam. Clique em + Adicionar alteração:



Figura 60- Adicionar alteração de ata

São apresentadas as informações da ata que será alterada e os campos para preenchimento:

Figura 61- Adicionar alteração de ata

Selecione o tipo de alteração:

- Vigência: para alteração/prorrogação de vigência da ata;
- Valor(es) registrado(s): Para alteração dos valores registrados;
- Cancelamento de item(ns): Para cancelamento de item registrado;
- Informativo: Para registro de alterações do tipo informativo

**Observação:** Mais de um tipo de alteração pode ser selecionado. A alteração de vigência só pode ser realizada uma vez por ata. As alterações de valor registrado

e de cancelamento de item não podem ser realizadas para o mesmo item na mesma alteração.

Para alteração do tipo Vigência, preencha os campos apresentados:

Contratos.gov.br | MARLENE REIS SILVA - UASG: 200999

Alteração de Ata de Registro de Preços  
Criar Alteração de Ata de Registro de Preços

|   |   |   |
|---|---|---|
| Número/Ano da Ata<br>02107/2023         | Número/Ano da Compra<br>00901/2023            | Modalidade da Compra<br>05 - Pregão         |
| Data da Assinatura da Ata<br>05/07/2023 | Data da Vigência inicial da Ata<br>19/07/2023 | Data da Vigência final da Ata<br>19/07/2024 |

Tipo de alteração

☒ Vigência ☐ Valor(es) registrado(s) ☐ Cancelamento de item(s) ☐ Informativo

Data de assinatura da alteração \*  
20/07/2023

Anexo da alteração \*  
Selecionar o arquivo  
Pregão 1301-2023.pdf 64.20 KB

Descrição do anexo \*  
Prorrogação de vigência  
23 caracteres digitados

Data fim da vigência  
19/07/2025

Cancelar Salvar Rascunho Criar Alteração

Figura 62 - Alteração de ata do tipo Vigência

- Data de assinatura de alteração\*: Informe uma data posterior à data de vigência inicial da ata;
- Anexo da alteração\*: faça *upload* do arquivo relacionado à alteração;
- Descrição do anexo\*: Informe o nome do arquivo inserido;
- Data fim da vigência\*: apresenta nova data que considera um ano após a data de vigência final atual. Altere se necessário para até a data apresentada.

Clique em Criar Alteração. A alteração é registrada com sucesso e o usuário é direcionado para a lista de alterações.

A alteração é registrada e publicada no PNCP. O arquivo inserido é salvo na lista Arquivos da ata.



Para alteração do tipo Valor(es) Registrado(s), preencha os campos apresentados.

**Alteração de Ata de Registro de Preços**  
Criar Alteração de Ata de Registro de Preços

Número/Ano da Ata: 02107/2023  
Número/Ano da Compra: 00901/2023  
Modalidade da Compra: 05 - Pregão

Data da Assinatura da Ata: 05/07/2023  
Data da Vigência inicial da Ata: 19/07/2023  
Data da Vigência final da Ata: 19/07/2025

**Tipo de alteração**

☒ Valores registrado(s) ☐ Cancelamento de item(s) ☐ Informativo

Data de assinatura da alteração: 20/07/2023

Anexo da alteração: [Selecione o arquivo](#)  
Termo de Encerramento contrato 10030... 12.45 KB

Descrição do anexo: Alteração de valor de item  
26 caracteres digitados

**Itens para alteração de valor**

| Fornecedor (Classificação)                                  | Número | Descrição   | Valor unitário | Novo valor unitário |
|---|--------|---|----------------|---------------------|
| 25.258.500/0001-59 - Fornecedor Jurídico 5 Equiparada (001) | 00013  | JOGO DOMINÔ, MATERIAL MARFIM SINTÉTICO, APLICAÇÃO | 153000.0000    | 25,00               |

Cancelar Salvar Rascunho Criar Alteração

Figura 63- Alteração de ata do tipo Valor Registrado

- Data de assinatura de alteração\*: Informe uma data posterior à data de vigência inicial da ata;
- Anexo da alteração\*: faça *upload* do arquivo relacionado à alteração;
- Descrição do anexo\*: informe o nome do arquivo inserido.

Os itens que compõem a ata são exibidos para alteração de valor. No campo Novo Valor Unitário, informe o novo valor.

O sistema exibe mensagem de alerta com as informações sobre minutas de empenho em andamento e emitidas e sobre contratos que possuem o item, para conhecimento do usuário.

Clique em Criar Alteração. A alteração é registrada com sucesso e o usuário é direcionado para a lista de alterações.

A alteração é registrada e publicada no PNCP. O arquivo inserido é salvo na lista Arquivos da ata.

Para alteração do tipo Cancelamento De Item(ns), preencha os campos apresentados:

A interface de alteração de ata no Contratos.gov.br apresenta os seguintes campos e opções:

- Metadados:**
  - Número/Ano da Ata: 01179/2023
  - Número/Ano da Compra: 00349/2023
  - Modalidade da Compra: 03 - Concorrência
  - Data da Assinatura da Ata: 07/07/2023
  - Data da Vigência inicial da Ata: 10/07/2023
  - Data da Vigência final da Ata: 10/07/2024
- Tipo de alteração:**
  - ☐ Vigência
  - ☐ Valor(es) registrado(s)
  - ☒ Cancelamento de item(ns)
  - ☐ Informativo
- Detalhes da alteração:**
  - Data de assinatura da alteração\*: 19/07/2023
  - Anexo da alteração\*: Termo de Encerramento contrato 10030... (12,45 KB)
  - Descrição do anexo\*: Cancelamento do item 13 (23 caracteres digitados)
- Itens para alteração de valor:**

| Fornecedor (Classificação)                           | Número | Descrição  | Valor unitário | Cancelar item?                      |
|--|--------|--|----------------|-------------------------------------|
| 00.497.063/0001-03 - Fornecedor Jurídico 9 EPP (001) | 00013  | GUARDA-CHUVA. MATERIAL ARMAÇÃO AÇO 1045, TIPO AUTO | 14.8890        | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 00.497.063/0001-03 - Fornecedor Jurídico 9 EPP (001) | 00020  | FRALDA DESCARTÁVEL, TIPO HIPOALERGÊNICO, TIPO FORM | 45.9000        | <input type="checkbox"/>            |

Botões de ação: Cancelar, Salvar Rascunho, Criar Alteração.

Figura 64- Alteração de ata do tipo Cancelamento de item

- Data de assinatura de alteração\*: Informe uma data posterior à data de vigência inicial da ata;
- Anexo da alteração\*: faça *upload* do arquivo relacionado à alteração;
- Descrição do anexo\*: informe o nome do arquivo inserido.

Os itens que compõem a ata são exibidos para cancelamento. Marque o campo Cancelar item? para o item que deseja cancelar.

O sistema exibe mensagem de alerta com as informações sobre minutas de empenho em andamento, emitidas e contratos que possuem o item, para conhecimento do usuário.

Clique em Criar Alteração. A alteração é registrada com sucesso e o usuário é direcionado para a lista de alterações.

A alteração é registrada e publicada no PNCP. O arquivo inserido é salvo na lista Arquivos da ata.

Para alteração do tipo Informativo, preencha os campos apresentados.

A interface do Contratos.gov.br para a alteração de uma ata. No topo, há o logotipo e o nome de usuário 'MARLENE REIS SILVA - UASG 200999'. O título principal é 'Alteração de Ata de Registro de Preços' com o subtítulo 'Criar Alteração de Ata de Registro de Preços'. O formulário contém os seguintes campos:

- Número/Ano da Ata:** 01179/2023
- Número/Ano da Compra:** 00349/2023
- Modalidade da Compra:** 03 - Concorrência
- Data da Assinatura da Ata:** 07/07/2023
- Data da Vigência inicial da Ata:** 10/07/2023
- Data da Vigência final da Ata:** 10/07/2024
- Tipo de alteração:**
  - ☐ Vigência
  - ☐ Valor(es) registrado(s)
  - ☐ Cancelamento de item(s)
  - ☒ Informativo
- Data de assinatura da alteração\*:** 12/07/2023
- Anexo da alteração\*:**
  - Botão: Selecionar arquivo
  - Exemplo: Termo de Encerramento contrato 10030... 12.45 KB
- Descrição do anexo\*:** Alteração do tipo informativo (29 caracteres digitados)
- Objeto da alteração\*:** Alteração do tipo informativo (29 caracteres digitados)

Na base do formulário, há três botões: 'Cancelar', 'Salvar Rascunho' e 'Criar Alteração'.

Figura 65- Alteração de ata do tipo Informativo

- Data de assinatura de alteração\*: Informe uma data posterior à data de vigência inicial da ata;
- Anexo da alteração\*: faça *upload* do arquivo relacionado à alteração;
- Descrição do anexo\*: Informe o nome do arquivo inserido;
- Objeto da alteração\*: informe o objeto da alteração.

Clique em Criar Alteração. A alteração é registrada com sucesso e o usuário é direcionado para a lista de alterações.

A alteração é registrada e publicada no PNCP. O arquivo inserido é salvo na lista Arquivos da ata.

Os campos marcados com \* são de preenchimento obrigatório.

Para todas as opções de alteração é possível Salvar Rascunho, ficando a alteração em edição, para prosseguir com o preenchimento da solicitação posteriormente.

## 8.7. Remanejamento das quantidades registradas na ata de Registro de Preços

### 8.7.1. Solicitação de remanejamento

Para solicitar remanejamento das quantidades registradas na ata de registro de preços, acesse Solicitar remanejamento, disponível no menu Gestão de Atas > + Solicitar remanejamento.

Clique em +Adicionar solicitação de remanejamento.

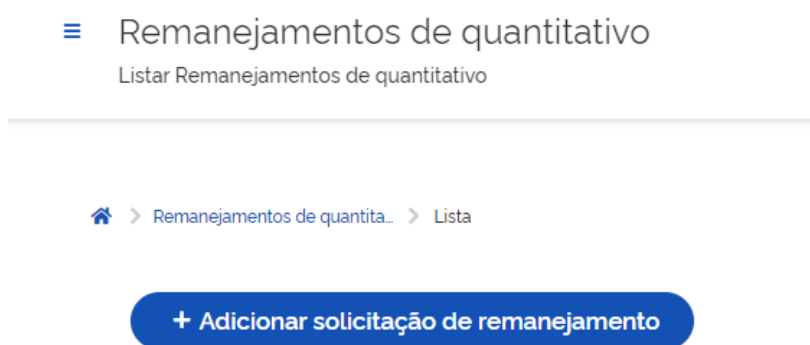


Figura 66 – Adicionar solicitação de remanejamento

Na aba Item(ns) para remanejamento, preencha pelo menos um dos seguintes campos para que o sistema realize a busca:

- Número/ Ano da compra: busque pelo número da compra/ano. Somente serão apresentadas compras com atas vigentes;
- Modalidade da compra: informe pelo menos os dois primeiros caracteres da modalidade, conforme o número da compra. Somente serão apresentadas as modalidades relacionadas ao número da compra informado;
- Número da ata/Ano: realize a busca pelo número da ata/ano. Somente serão apresentadas atas vigentes;
- Unidade da compra: informe o número da unidade (Uasg) da compra;
- Número da ata (Unidade gerenciadora): informe o número da ata da unidade gerenciadora.

## Solicitação de remanejamento de quantitativo

Criar Solicitação de remanejamento de quantitativo

**Item(ns) para remanejamento**    Dados e Arquivo(s)

---

Número/Ano da Compra:

Modalidade da Compra:

Unidade da Compra:


Número da ata (Unidade gerenciadora):

Unidade Solicitante: 110161 - SAD/DF/AGU

Preencha a quantidade para solicitar o remanejamento para o item

| Nº da ata | Unidade origem | Tipo | Nº do item | Descrição do item | Saldo para o remanejamento | Quant. solicitada |
|-----------|----------------|------|------------|-------------------|----------------------------|-------------------|
|-----------|----------------|------|------------|-------------------|----------------------------|-------------------|

Figura 67 – Solicitação de remanejamento

Após clicar no botão pesquisar , será exibida a relação de itens que possuem saldo para remanejamento da unidade gerenciadora e das participantes, conforme dados informados. Na relação de itens, serão exibidas as seguintes informações:

- Número da ata
- Unidade de origem
- Tipo de unidade: gerenciadora ou participante
- Número do item
- Descrição do item
- Saldo para remanejamento

**Item(ns) para remanejamento**    Dados e Arquivo(s)

---

Número/Ano da Compra:

Modalidade da Compra:

Unidade da Compra:

Número da ata (Unidade gerenciadora):

Unidade Solicitante: 110161 - SAD/DF/AGU

Preencha a quantidade para solicitar o remanejamento para o item

90 registros por página

Para filtrar com mais de um valor, separar por espaço

| Nº da ata  | Unidade origem               | Tipo         | Nº do item | Descrição do item                                 | Saldo para o remanejamento | Quant. solicitada    |
|------------|------------------------------|--------------|------------|---|----------------------------|----------------------|
| 16083/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | Gerenciadora | 00026      | ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE | 500.00000                  | <input type="text"/> |
| 16083/2023 | 070001 - TSE                 | Participante | 00026      | ÁGUA SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE | 1000.00000                 | <input type="text"/> |

Figura 68 – Item(ns) para remanejamento

A seguir, informar a quantidade solicitada para remanejamento no campo Quantidade Solicitada.

Caso não queira prosseguir com a solicitação, o usuário clicará no botão Cancelar e poderá também Salvar Rascunho para prosseguir com o preenchimento da solicitação posteriormente.



Figura 69 – Solicitar remanejamento

Para prosseguir no fluxo, o usuário poderá clicar no botão , localizado no rodapé, ou clicar diretamente na aba Dados e Arquivo(s).

Na aba Dados e Arquivo(s), o usuário responderá às seguintes perguntas, clicando em “Sim” ou “Não”:

- Se “O remanejamento está sendo feito entre unidades de estado, Distrito Federal ou município distintos”:
  - Caso a resposta seja “Sim”: o usuário informará se o fornecedor beneficiário da ata de registro de preços está de acordo com o fornecimento no novo ente federativo. (Obs.: com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, se o remanejamento estiver sendo realizado entre unidades do estado, Distrito Federal ou município distintos, é obrigatória a aceitação do fornecedor para que o fluxo possa prosseguir.
  - Caso a resposta seja “Não”: o usuário poderá prosseguir diretamente com a solicitação.

Ainda na aba Dados e Arquivo:

- Caso a resposta à pergunta “O remanejamento está sendo feito entre unidades de estado, Distrito Federal ou município distintos?” tenha sido “Não”: o usuário poderá, de forma opcional, clicar no campo Envio de Arquivo do Remanejamento da Ata XXXXX/AAAA e fazer *upload* do arquivo que será anexado à solicitação.
- Caso a resposta à pergunta “O remanejamento está sendo feito entre unidades de estado, Distrito Federal ou município distintos?” tenha sido “Sim”: será obrigatório o envio de arquivo no campo Envio de Arquivo do Remanejamento da Ata XXXXX/AAAA.

☰ Solicitação de remanejamento de quantitativo  
Criar Solicitação de remanejamento de quantitativo

🏠 > Solicitação de remanejament... > Adicionar > Voltar

Item(ns) para remanejamento   Dados e Arquivo(s)

O remanejamento está sendo feito entre unidades de estado, distrito federal ou município distintos?  
☐ Não   ☒ Sim

O fornecedor beneficiário da ata de registro de preços está de acordo com o fornecimento no novo ente federativo?  
☐ Não   ☐ Sim

Envio de arquivo do remanejamento da ata 16083/2023

⏪   Cancelar   Salvar rascunho   **Solicitar remanejamento**

Figura 70 – Dados e Arquivo(s) no Remanejamento







Após finalizar essa etapa, o usuário deve clicar em Salvar Rascunho ou Solicitar remanejamento.

- Caso selecione Salvar Rascunho, será salva uma solicitação com o *status* “em elaboração”, com o sequencial no formato NNNNN/AAAA-**R**, e o usuário ainda poderá editá-la (✎), visualizá-la (👁) ou excluí-la (🗑).
- Caso selecione Solicitar Remanejamento, será salva uma solicitação definitiva, com o sequencial no formato NNNNN/AAAA, que será encaminhada para análise da unidade gerenciadora e/ou participante e o usuário poderá visualizá-la (👁) ou cancelá-la (🔄).

### 8.7.2. Consultar solicitação de remanejamento

Para consultar as solicitações de remanejamento da ata, acesse Solicitar Remanejamento, disponível no menu Gestão de Atas > + Solicitar remanejamento. Logo aparecerá a lista das solicitações de remanejamento realizadas pela unidade com as seguintes informações:

- Número da solicitação: se o usuário tiver salvado como rascunho o sequencial, será apresentada com o formato NNNNN/AAAA-R.
- Número da ata
- Número da compra
- Modalidade da compra
- Situação, cujas opções poderão ser: “cancelada”, “em elaboração”, “aguardando aceitação da unidade participante”, “aguardando aceitação da unidade gerenciadora”, “aguardando aceitação” (quando for tanto da unidade gerenciadora quanto participante), “negado pela unidade participante”, “negado pela unidade gerenciadora”, “analisado pela unidade gerenciadora da ata”.

- Criado em: data e horário em que a solicitação foi gerada
- Ações:
  - Caso a solicitação se apresente na situação "em elaboração", as ações poderão ser: Editar (  ), Visualizar (  ) ou Excluir (  ).
  - Caso a solicitação apresente se na situação "cancelada", o usuário somente poderá Visualizar (  ).
  - Para as demais situações, o usuário poderá selecionar Visualizar (  ) ou Cancelar (  ).

 > Remanejamentos de quantita. > Lista

[+ Adicionar solicitação de remanejamento](#)

|  Nº da solicitação |  Nº da ata |  Nº da compra |                      |  |                   |   |   |
|---|---|--|----------------------|--|-------------------|---|---|
| Nº da solicitação   | Nº da ata   | Nº da compra   | Modalidade da compra | Situação                                     | Criado em         |    | Ações   |
| 00037/2023  | 16083/2023  | 00901/2023   | 05 - Pregão          | Cancelada                                    | 04/10/2023, 14:24 |    |   |
| 00004/2023-R  | 16083/2023  | 00901/2023   | 05 - Pregão          | Em elaboração                                | 03/10/2023, 17:35 |    |   |
| 00003/2023-R  | 02007/2023  | 00901/2023   | 05 - Pregão          | Em elaboração                                | 03/10/2023, 17:35 |    |   |
| 00036/2023  | 00014/2023  | 00349/2023   | 03 - Concorrência    | Analisado pela unidade gerenciadora da ata   | 03/10/2023, 17:33 |    |    |
| 00035/2023  | 00911/2023  | 00064/2023   | 05 - Pregão          | Aguardando aceitação da unidade participante | 03/10/2023, 17:33 |  |    |
| 00034/2023  | 01707/2023  | 00901/2023   | 05 - Pregão          | Analisado pela unidade gerenciadora da ata   | 29/09/2023, 12:43 |  |    |

Figura 71 – Lista de solicitação de remanejamento

### 8.7.3. Analisar solicitação de remanejamento

Para analisar as solicitações de remanejamento da ata, acesse Analisar Solicitação de Remanejamento, disponível no menu Gestão de Atas > Analisar solicitação de Remanejamento, e clique na aba correspondente (unidade participante ou unidade gerenciadora da ata), conforme seja a situação a ser analisada.



## Analisar solicitação de remanejamento

Visualizar Analisar solicitação de remanejamento

Analisar solicitação de reman... > Lista

Unidade participante    Unidade gerenciadora da ata

Pesquisar...

| Situação                                     | Data do envio | Nº da solicitação | Nº da ata  | Nº da compra | Modalidade        | Unidade destino              | Ações   |
|--|---------------|-------------------|------------|--------------|-------------------|------------------------------|---|
| Aguardando aceitação da unidade participante | 20/07/2023    | 00004/2023        | 01425/2023 | 01456/2023   | 03 - Concorrência | 154809 - IFSMG/POCOS CALDAS  |   |
| Aguardando aceitação da unidade participante | 20/07/2023    | 00001/2023        | 02121/2023 | 01301/2023   | 05 - Pregão       | 989051 - CAMPO GRANDE        |   |
| Analísado pela unidade gerenciadora da ata   | 05/09/2023    | 00003/2023        | 01812/2023 | 00349/2023   | 03 - Concorrência | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL |    |
| Situação                                     | Data do envio | Nº da solicitação | Nº da ata  | Nº da compra | Modalidade        | Unidade destino              | Ações   |

25 registros por página

< 1 >

Figura 72 – Lista de análise de solicitação de remanejamento

Será apresentada uma lista com a relação das solicitações a serem analisadas e contendo as seguintes informações:

- Situação:
  - Caso a solicitação já tenha sido analisada, a situação será “analisado pela unidade participante” ou “analisado pela unidade gerenciadora da ata”, e, no campo ações, o usuário apenas poderá visualizá-la.
  - Caso ainda esteja aguardando aceitação da unidade participante ou da unidade gerenciadora, as ações poderão ser: visualizar ou editar.
- Data do envio
- Nº da solicitação
- Nº da ata
- Nº da compra
- Modalidade
- Unidade destino
- Ações

Ao clicar em Editar, a unidade poderá:

- Aceitar a solicitação
- Negar a solicitação (Obs.: o usuário precisará informar uma justificativa)
- Aceitar parcialmente a solicitação (Obs.: o usuário precisará informar uma justificativa)

A seguir poderá Salvar Rascunho ou Finalizar a Análise.

Figura 73 – Análise do remanejamento

## 8.8. Relatório de execução de Ata


O Relatório de Execução da Ata visa a atender o disposto no art. 82, §§1º e 2º da Lei 14.133/2021: as aquisições de item(ns) isolado(s) pertencente(s) a um grupo durante a vigência da ata e/ou a não execução de todos os itens do grupo ao final da vigência da ata deverão ser justificadas, sendo salvos os dados de cada usuário que registrou, editou e salvou a informação no sistema, responsabilizando-se este pela informação prestada.

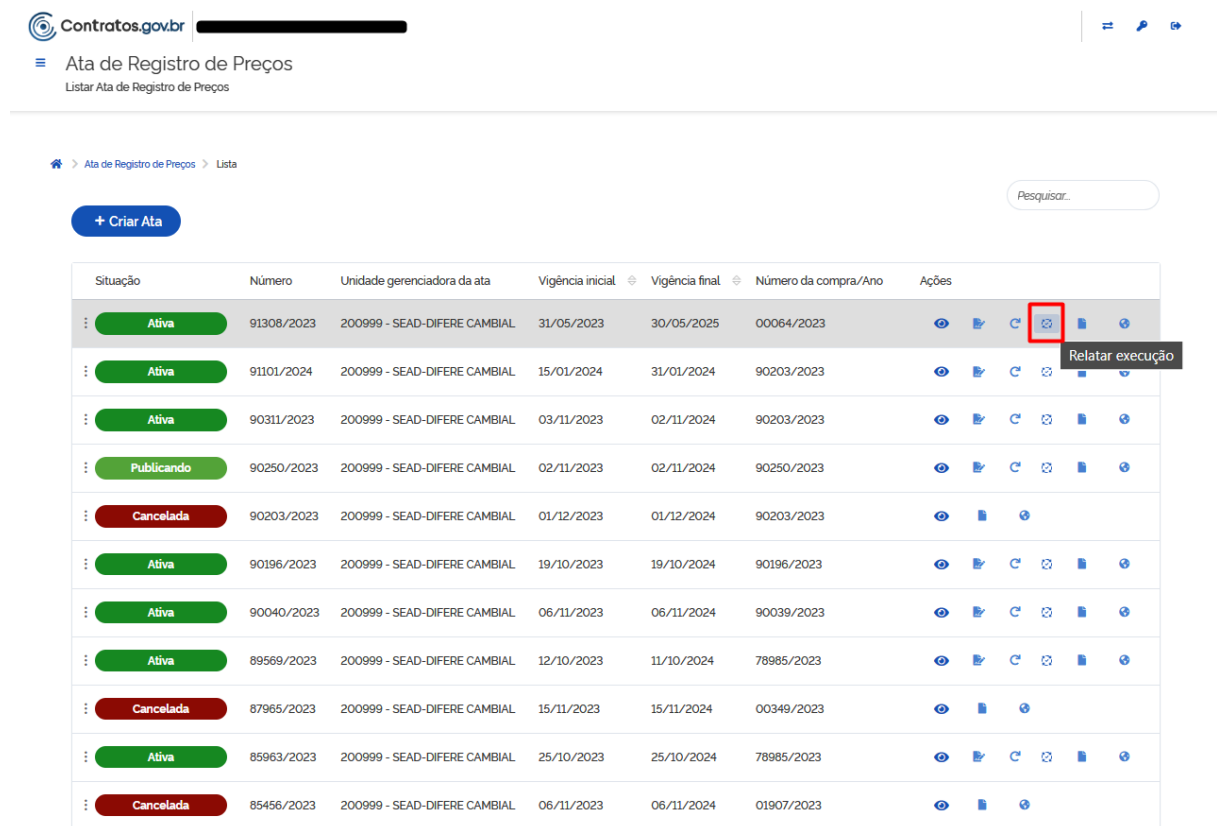
Para gerar o relatório de execução de ata, acesse Gestão de Atas > Ata de registro de preços.



Figura 74 - Acesso ao Ata de registro de preços no Gestão de Atas

A seguir será apresentada a lista das atas de registro de preços da unidade em que o usuário estiver logado e que figurem como gerenciadoras, participantes ou não participantes da compra (decorrentes de adesões).

Em Ações, clicar no botão de Relatar Execução .



Contratos.gov.br

Ata de Registro de Preços  
Listar Ata de Registro de Preços

Ata de Registro de Preços > Lista

Pesquisar...

+ Criar Ata












| Situação   | Número     | Unidade gerenciadora da ata  | Vigência inicial | Vigência final | Número da compra/Ano | Ações   |
|------------|------------|------------------------------|------------------|----------------|----------------------|---|
| Ativa      | 91308/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 31/05/2023       | 30/05/2025     | 00064/2023           |    |
| Ativa      | 91101/2024 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 15/01/2024       | 31/01/2024     | 90203/2023           |    |
| Ativa      | 90311/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 03/11/2023       | 02/11/2024     | 90203/2023           |    |
| Publicando | 90250/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 02/11/2023       | 02/11/2024     | 90250/2023           |    |
| Cancelada  | 90203/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 01/12/2023       | 01/12/2024     | 90203/2023           |   |
| Ativa      | 90196/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 19/10/2023       | 19/10/2024     | 90196/2023           |  |
| Ativa      | 90040/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 06/11/2023       | 06/11/2024     | 90039/2023           |  |
| Ativa      | 89569/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 12/10/2023       | 11/10/2024     | 78985/2023           |  |
| Cancelada  | 87965/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 15/11/2023       | 15/11/2024     | 00349/2023           |  |
| Ativa      | 85963/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 25/10/2023       | 25/10/2024     | 78985/2023           |  |
| Cancelada  | 85456/2023 | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 06/11/2023       | 06/11/2024     | 01907/2023           |  |

Figura 75 – Relatar execução da ata em Ações

Em Relatar Execução da Ata, serão apresentados todos os itens daquela ata, mesmo para os itens cuja quantidade não foi informada pela unidade, mas que pertença a um grupo.

Para todos os itens, o usuário deverá informar a quantidade executada, sendo apresentada pelo sistema automaticamente a quantidade empenhada dentro de Contratos.gov.br. Para os itens sem grupo, poderá ser informada uma justificativa caso não haja execução ao final da vigência da ata. Já para os itens que pertençam a um grupo, caso não haja execução de todos eles, a justificativa será obrigatória ao final da vigência da ata.

Para os itens que pertençam a um grupo, quando a unidade não solicitou adesão ou participou de todos os itens, a justificativa será obrigatória para o(s) item(ns) isolado(s) pertencente(s) a um grupo durante a vigência da ata. Se a unidade não

possuir quantitativo de certos itens, eles aparecerão bloqueados para melhor visualização do grupo e identificação de que tipo de justificativa deverá ser dada.

| Número | Descrição   | Grupo | Quantidade registrada/executada | Quantidade empenhada | Justificativa |
|--------|---|-------|---------------------------------|----------------------|---------------|
| 00017  | Prestação de serviços de motorista  | -     | 10.00000                        | 0.00000              |               |
| 00018  | BABADOR, MATERIAL PAPEL ABSORVENTE E PLÁSTICO, TIPO USO DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO 33 CM, LARGURA 48 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 CAMADAS PAPEL / 1 CAMADA PLÁSTICO   | -     | 7500.00000                      | 0.00000              |               |
| 00021  | COBERTOR, MATERIAL FIBRA ACRÍLICA (TRAMA 84% E ALGODÃO URDUME 16%), TIPO ADULTO, ANTIALÉRGICO, COMPRIMENTO 210 M, LARGURA 150 M, COR CASTOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BORDA VIES 10CM, ETIQUETA IDENTIFICAÇÃO EXTREMIDADE E | -     | 4630.00000                      | 0.00000              |               |
| 00029  | REFRIGERANTE, MATERIAL ÁGUA GASOSA/XAROPE, SABOR COLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ADIÇÃO DE LIMÃO   | -     | 4500.00000                      | 0.00000              |               |

Figura 76 – Item 00017 não pertencente a um grupo, mas está sem execução: campo justificativa opcional. Item 00018: campos bloqueados, pois a unidade não possui quantitativo nesse item, mas ele pertence à ata.

|       |  |       |             |         |  |
|-------|--|-------|-------------|---------|--|
| 00031 | Sorveteira Nome: Sorveteira  | -     | 3650.00000  | 0.00000 |  |
| 00009 | TAPETE, MATERIAL SUPERFÍCIE NÁILON, TIPO LISO, ALTURA TOTAL 10 MM, ACABAMENTO PÉLO CORTADO, LARGURA 3 M, COR BÁSICA VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BORDA EM DEBRUM, COMPRIMENTO 1 35 M | 00001 | 4600.00000  | 0.00000 |  |
| 00010 | ANDAIME, MATERIAL AÇO CARBONO, MODELO TUBULAR MODULADO, ACESSÓRIOS DIAGONAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO "H"   | 00001 | 9750.00000  | 0.00000 |  |
| 00012 | CANIVETE, MATERIAL ESTRUTURA AÇO INOXIDÁVEL, TIPO LÂMINA LISA, COMPRIMENTO 230 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PONTA, CABO MADEIRA  | 00001 | 5000.00000  | 0.00000 |  |
| 00004 | CONJUNTO MULTIUSO ESCRITÓRIO, MATERIAL PLÁSTICO DURO/ PVC CRISTAL, ACESSÓRIOS CANETA, REGUA, MODELO BÁSICO   | 00002 | 14500.00000 | 0.00000 |  |
| 00007 | LÁPIS BORRACHA, MATERIAL MADEIRA, DIÂMETRO CARGA 4 MM, FORMATO CORPO CILÍNDRICO, DIÂMETRO CORPO 8 MM, COMPRIMENTO TOTAL 175 MM, APLICAÇÃO TINTA/ GRAFITE                                     | 00002 | 6350.00000  | 0.00000 |  |

[Cancelar](#) [Salvar](#)

Figura 77 – Item 00031 não pertence a um grupo: campo justificativa opcional, caso não haja quantidade executada/empenhada. Itens 00009, 00010 e 00011, pertencentes ao grupo 00001: campo justificativa obrigatório, caso não haja quantidade executada/empenhada ao final da vigência da ata. Itens 00004 e 00007 pertencentes ao grupo 00002: campo justificativa obrigatório para o item 00004, pois se trata de adesão/participação isolada de item pertencente a grupo, sendo o item 00007 apresentado como bloqueado para melhor visualização do grupo, pois a unidade não possui saldo nesse item.

## 9. Adesão a Atas

Acessando o menu Gestão de Atas > Solicitar adesão, são apresentadas as adesões da unidade e suas respectivas situações em esquema de cores:

Exibindo 1 a 6 de 6 registros (filtrados de 16 registros).

| Situação               | Nº Solicitação | Unidade Gerenciadora         | Número da compra/ano | Modalidade da compra | Ações |
|------------------------|----------------|------------------------------|----------------------|----------------------|-------|
| Enviada para aceitação | 00005/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00901/2023           | 05 - Pregão          |       |
| Negada                 | 00004/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00901/2023           | 05 - Pregão          |       |
| Em elaboração          | 00003/2023-R   | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00901/2023           | 05 - Pregão          |       |
| Aceita                 | 00003/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00041/2023           | 03 - Concorrência    |       |
| Enviada para aceitação | 00002/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00349/2023           | 03 - Concorrência    |       |
| Aceita parcial         | 00001/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00901/2023           | 05 - Pregão          |       |
| Situação               | Nº Solicitação | Unidade Gerenciadora         | Número da compra/ano | Modalidade da compra | Ações |

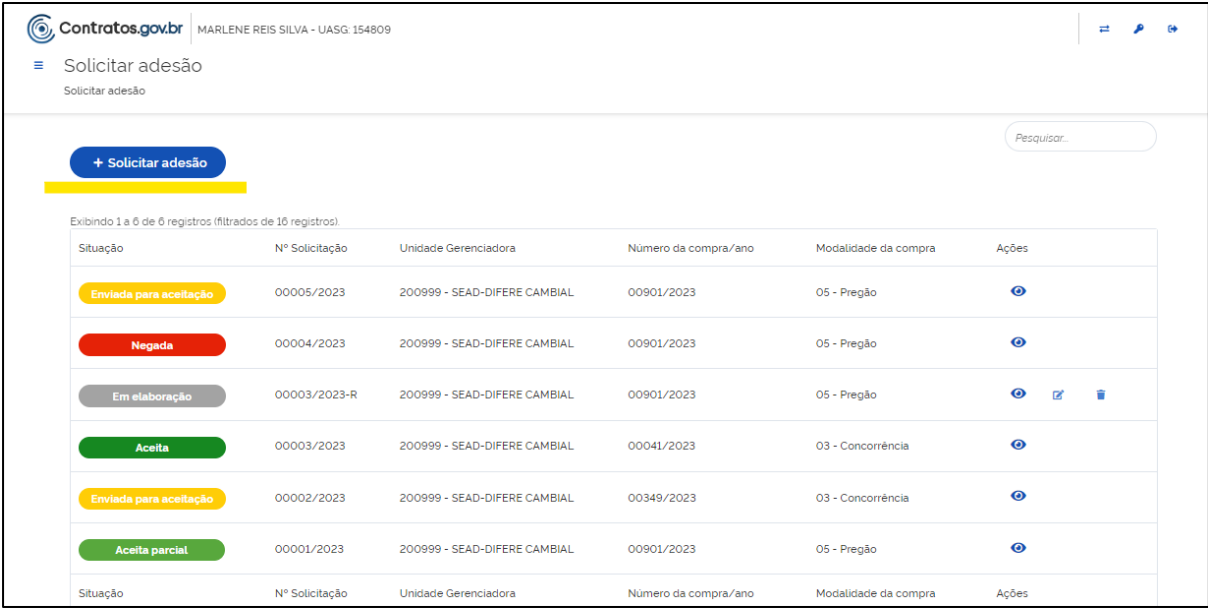
Figura 78- Lista de solicitações de adesão

Para realizar a solicitação de adesão, é importante verificar se a configuração da unidade está correta e com todos os campos preenchidos, principalmente o campo "Esfera" que é validado para verificação do atendimento ao Decreto 11.462/2023 e Lei 14.133/2021 e suas alterações. Nesse caso, o usuário do grupo **Administrador de Unidade** deverá acessar [Contratos.gov.br – Versão Original](#), conforme item 6 do [Manual do Contratos.gov.br – Versão Original](#), para realizar as correções no cadastro da unidade, por meio do Administração > Estrutura > Unidades > Mais > Editar.

Clique na ação Visualizar  para verificar as informações de cada solicitação.

### 9.1. Solicitar adesão à ata de registro de preços

Para solicitar adesão a uma ata de registro de preços, acesse Gestão de Atas > Solicitar Adesão, clique em + Solicitar adesão:











| Situação               | Nº Solicitação | Unidade Gerenciadora         | Número da compra/ano | Modalidade da compra | Ações   |
|------------------------|----------------|------------------------------|----------------------|----------------------|---|
| Enviada para aceitação | 00005/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00901/2023           | 05 - Pregão          |    |
| Negada                 | 00004/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00901/2023           | 05 - Pregão          |    |
| Em elaboração          | 00003/2023-R   | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00901/2023           | 05 - Pregão          |    |
| Aceita                 | 00003/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00041/2023           | 03 - Concorrência    |    |
| Enviada para aceitação | 00002/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00349/2023           | 03 - Concorrência    |    |
| Aceita parcial         | 00001/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00901/2023           | 05 - Pregão          |    |

Figura 79 – Lista de solicitações de adesão / Botão Solicitar adesão

Na aba Item(ns) para adesão, preencha os campos que deseja utilizar para a busca. Ao menos um campo deve ser informado para realizar a busca:

Figura 80 - Solicitar adesão

Observação: O botão Limpar apaga todas as informações registradas nos campos utilizados para a busca.

- Unidade gerenciadora: informe a unidade gerenciadora da ata que se pretende aderir;
- Número da compra/ano: busque pelo número da compra/ano, sendo necessário informar a unidade gerenciadora. Somente serão apresentadas compras com atas vigentes;
- Modalidade da compra: selecione conforme o número da compra, sendo necessário informar a unidade gerenciadora e o número da compra. Somente serão apresentadas as modalidades relacionadas ao número da compra informado;
- Número da ata/ano: busque pelo número da ata/ano. Somente serão apresentadas atas vigentes;
- Fornecedor: selecione o fornecedor;
- Unidade solicitante: apresenta a unidade conforme *login* do usuário;
- Aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar?\*: com as opções "Sim" e "Não" para assinalar. Esse campo é visível quando a unidade gerenciadora da compra é pertencente ao Ministério da Saúde, e possibilita o atendimento de

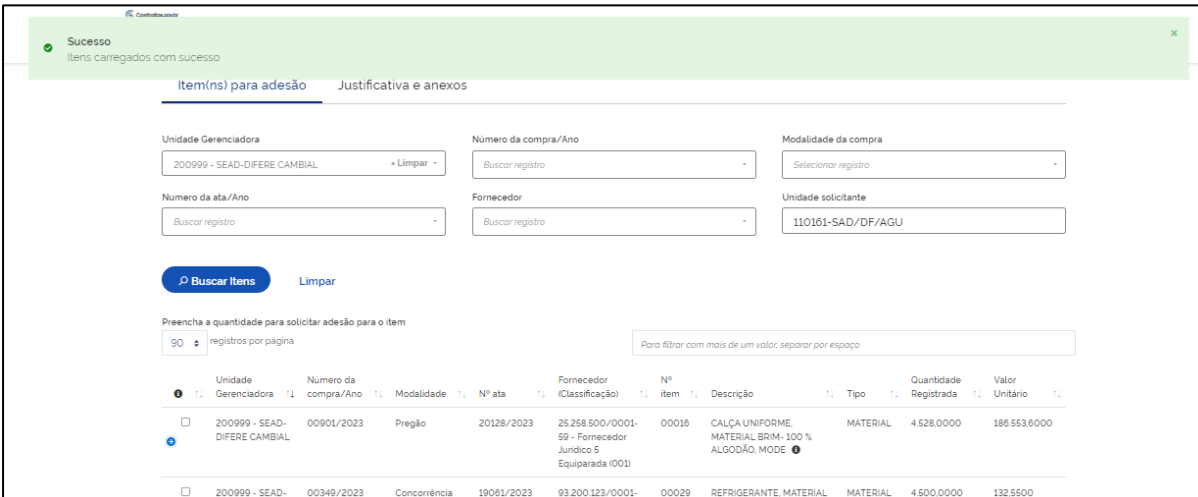
exceções previstas na legislação para a aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar;

- A adesão é destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal?\*: com as opções “Sim” e “Não” para assinalar. Esse campo é visível quando a unidade solicitante é estadual, distrital ou municipal, e possibilita o atendimento de exceções previstas na legislação para execução descentralizada de programa ou projeto federal.

 **Buscar Itens**

Clique no ícone Buscar Itens para que sejam apresentados os itens de atas de registro de preços conforme os dados informados. Somente será(ão) exibido(s) item(ns) de ata(s) de registro de preços vigentes, com quantidade disponível para adesão e que permitem adesão para a unidade solicitante.

**Observação:** A unidade solicitante não pode ser participante do item.



| Unidade Gerenciadora         | Número da compra/Ano | Modalidade   | Nº ata     | Fornecedor  | Nº item | Descrição  | Tipo     | Quantidade Registrada | Valor Unitário |
|------------------------------|----------------------|--------------|------------|---|---------|--|----------|-----------------------|----------------|
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00901/2023           | Pregão       | 20128/2023 | 25.258.500/0001-59 - Fornecedor Jurídico 5 Equiparada (001) | 00016   | CALÇA UNIFORME MATERIAL BRIM-100 % ALGODÃO, MODELO | MATERIAL | 4.528.0000            | 186.553.0000   |
| 200999 - SEAD-               | 00349/2023           | Concorrência | 19061/2023 | 93.200.123/0001-  | 00029   | REFRIGERANTE MATERIAL                              | MATERIAL | 4.500.0000            | 132.5500       |

Figura 81 - Solicitar adesão - Carregar itens

**Observação:** O campo Quantidade Disponível para Adesão apresenta o total disponível por item, que é a mesma, independentemente da classificação dos fornecedores do item (caso exista mais de um). Estes são apresentados em linhas separadas, uma para cada fornecedor do item.

Na lista de itens, digite a quantidade desejada no campo Quantidade Solicitada, selecionando assim o item para compor a solicitação.



**Importante:** A quantidade solicitada limite é de 50% da quantidade registrada para o item ou da quantidade disponível para adesão, se esta for menor que a primeira. Em algumas exceções previstas na legislação, é possível solicitar além da quantidade disponível para adesão.

Selecione os itens que farão parte da solicitação de adesão. Podem ser incluídos quantos itens forem necessários, desde que sejam da mesma unidade gerenciadora e da mesma compra.

O campo Valor Total Para a Adesão apresenta o valor total por item.

Contratos.gov.br

Solicitar adesão

Unidade gerenciadora: 20128/2023 Limpar

Fornecedor: Buscar registro

Unidade solicitante: 110161-SAD/DF/AGU

Buscar Itens Limpar

Preencha a quantidade para solicitar adesão para o item

90 registros por página

Para filtrar com mais de um valor, separar por espaço

| Unidade                      | Número da compra/Ano | Modalidade | Nº ata     | Fornecedor (Classificação)                                  | Nº item | Descrição  | Tipo     | Quantidade Registrada | Valor Unitário | Vigência                |
|------------------------------|----------------------|------------|------------|---|---------|--|----------|-----------------------|----------------|-------------------------|
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 00901/2023           | Pregão     | 20128/2023 | 25.258.500/0001-59 - Fornecedor Jurídico 5 Equiparada (001) | 00016   | CALÇA UNIFORME, MATERIAL BRIM- 100 % ALGODÃO, MODE | MATERIAL | 4.528.0000            | 186.553.6000   | 05/06/2023 - 05/06/2024 |

Quantidade Disponível para Adesão 9056

Quantidade Solicitada

20

Valor Total para Adesão R\$ 3.731.072,00

Exibindo 1 a 1 de 1 registros.

Avançar Cancelar

Figura 82 - Solicitar adesão - Digitar quantidade solicitada

Avance para a aba Justificativa e Anexos clicando no botão



Na aba Justificativa e Anexos, preencha os campos indicados.

Contratos.gov.br | MARLENE REIS SILVA - UASG: 110161

Solicitar adesão

Item(ns) para adesão Justificativa e anexos

Processo adesão \*

Justificativa da vantagem da adesão \*

0 caracteres digitados

Foi realizada demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, nos termos da Lei 14.133/2021 (Art. 23 e Art. 86, §2º, inc. III)?

☐ Não ☐ Sim

Houve prévia consulta e aceitação do fornecedor, nos termos da Lei 14.133/2021 (Art. 86, §2º, inc. III)?

☐ Não ☐ Sim

Anexo justificativa \*

Selecione o arquivo

Anexo demonstração \*

Selecione o(s) arquivo(s)

Anexo aceitação \*

Selecione o(s) arquivo(s)

Cancelar Salvar rascunho Solicitar adesão

Figura 83 - Solicitar adesão - Inserir justificativa e anexos

- Processo de adesão\*: informe o número do processo relacionado à adesão;
- Justificativa da vantagem da adesão\*: informe a justificativa para a solicitação de adesão;
- Anexo justificativa\*: selecione e realize o *upload* do arquivo correspondente ao campo anterior;
- Foi realizada demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, nos termos da Lei 14.133/2021 (Art. 23 e art. 86, §2º, inc. III)?\*: assinale "Sim" ou "Não";
- Anexo demonstração\*: selecione e realize o *upload* dos arquivos correspondentes ao campo anterior;
- Houve prévia consulta e aceitação do fornecedor, nos termos da Lei 14.133/2021 (art. 86, §2º, inc. III)?\*: assinale "Sim" ou "Não";
- Anexo aceitação\*: selecione e realize o *upload* dos arquivos correspondentes ao campo anterior;
- Justificativa de item isolado pertencente a um lote\*: informe a justificativa de solicitação de item isolado pertencente a um lote. Esse campo é apresentado quando na seleção dos itens consta item que pertence a um lote/grupo da compra e não se está solicitando todos os itens do lote, situação que necessita da apresentação de justificativa.
- Anexo justificativa item isolado: selecione e realize o *upload* dos arquivos correspondentes ao campo anterior;


Finalizada a inclusão das informações necessárias, ao clicar em Solicitar Adesão, a solicitação é registrada e o usuário é direcionado para a tela de listagem das solicitações.

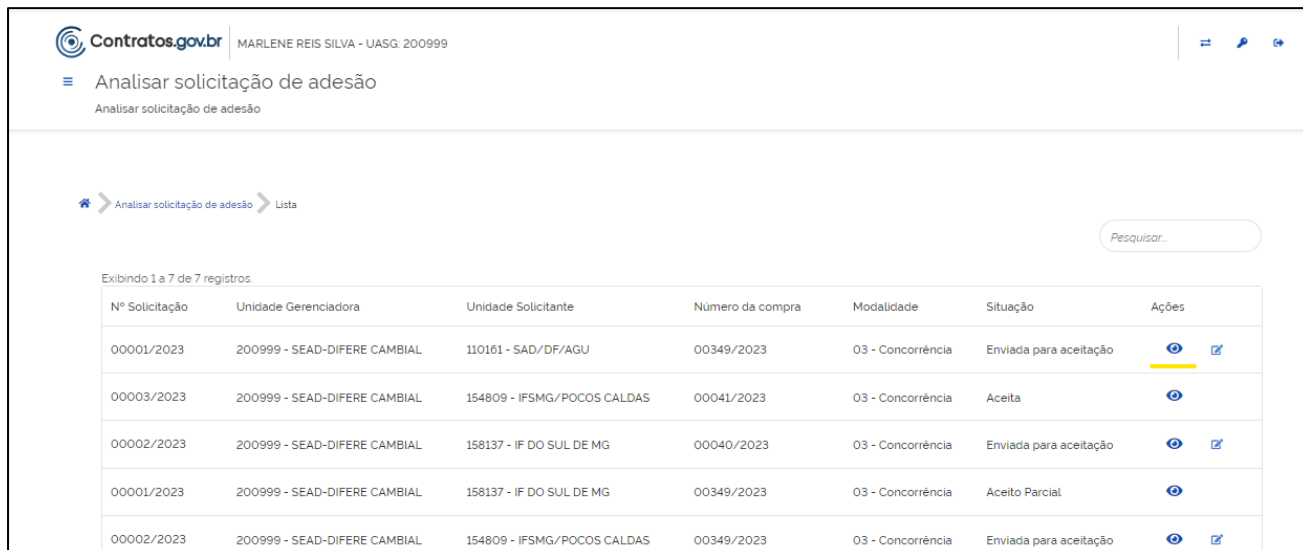
Figura 84 - Solicitar adesão - Enviar solicitação para análise

Ao clicar em Salvar Rascunho, a solicitação fica na situação "Em elaboração", podendo ser editada e/ou excluída posteriormente. A edição é possível somente aos campos da aba Justificativa e Anexos, portanto, não podem ser editadas informações referentes aos itens que compõem a solicitação.

A solicitação em situação "Finalizada" recebe um número no formato XXXXX/XXXX e é enviada para análise da unidade gerenciadora da ata, ficando então na situação "Enviada para aceitação".

## 9.2. Analisar solicitação de adesão

Acessando o menu Gestão de Atas > Analisar Solicitação de Adesão, são apresentadas as adesões recebidas para análise da unidade. Clique na ação Visualizar  para verificar as informações de cada solicitação.












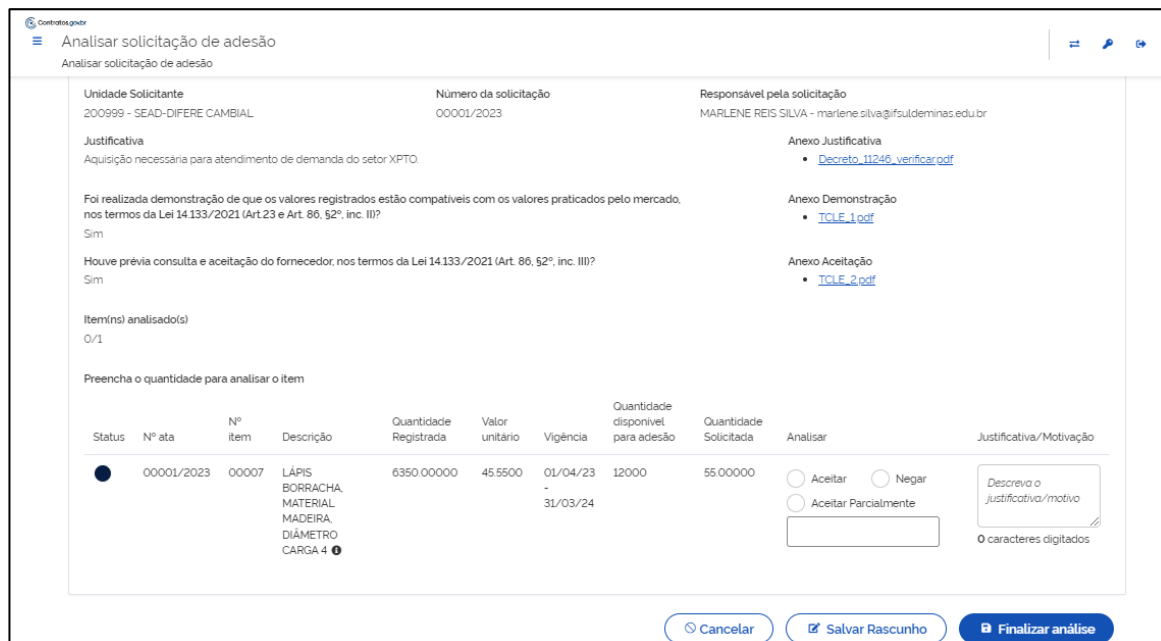
| Nº Solicitação | Unidade Gerenciadora         | Unidade Solicitante         | Número da compra | Modalidade        | Situação               | Ações   |
|----------------|------------------------------|-----------------------------|------------------|-------------------|------------------------|---|
| 00001/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 110161 - SAD/DF/AGU         | 00349/2023       | 03 - Concorrência | Enviada para aceitação |     |
| 00003/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 154809 - IFSMG/POCOS CALDAS | 00041/2023       | 03 - Concorrência | Aceita                 |    |
| 00002/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 158137 - IF DO SUL DE MG    | 00040/2023       | 03 - Concorrência | Enviada para aceitação |     |
| 00001/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 158137 - IF DO SUL DE MG    | 00349/2023       | 03 - Concorrência | Aceito Parcial         |    |
| 00002/2023     | 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 154809 - IFSMG/POCOS CALDAS | 00349/2023       | 03 - Concorrência | Enviada para aceitação |   |

Figura 85 - Listar solicitações de adesão

Para analisar uma solicitação de adesão recebida enquanto unidade gerenciadora, acesse Gestão de Atas > Analisar solicitação de adesão. Clique em Analisar 



**Unidade Solicitante:** 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL  
**Número da solicitação:** 00001/2023  
**Responsável pela solicitação:** MARLENE REIS SILVA - marlene.silva@ifsuldeminas.edu.br

**Justificativa:** Aquisição necessária para atendimento de demanda do setor XPTO.  
 Foi realizada demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, nos termos da Lei 14.133/2021 (Art.23 e Art. 86, §2º, inc. III)?  
 Sim  
 Houve prévia consulta e aceitação do fornecedor, nos termos da Lei 14.133/2021 (Art. 86, §2º, inc. III)?  
 Sim


**Anexo Justificativa:**  
 • [Decreto.11246\\_verificar.pdf](#)

**Anexo Demonstração:**  
 • [TCLE\\_1.pdf](#)

**Anexo Aceitação:**  
 • [TCLE\\_2.pdf](#)

**Item(ns) analisado(s):** 0/1

Preencha o quantidade para analisar o item

| Status  | Nº ata     | Nº item | Descrição   | Quantidade Registrada | Valor unitário | Vigência            | Quantidade disponível para adesão | Quantidade Solicitada | Analisar   | Justificativa/Motivação                                   |
|---|------------|---------|---|-----------------------|----------------|---------------------|-----------------------------------|-----------------------|--|---|
|  | 00001/2023 | 00007   | LÁPIS BORRACHA, MATERIAL, MADEIRA, DIÂMETRO CARGA 4 | 6350.00000            | 45.5500        | 01/04/23 - 31/03/24 | 12000                             | 55.00000              | <input type="radio"/> Aceitar<br><input type="radio"/> Negar<br><input type="radio"/> Aceitar Parcialmente | Descreva o justificativa/motivo<br>0 caracteres digitados |




**Ações:**  Cancelar  Salvar Rascunho  Finalizar análise

Figura 86 - Analisar solicitação de adesão

São exibidas as informações incluídas pela unidade solicitante:

- Unidade solicitante;
- Número da solicitação;
- Responsável pela solicitação: apresenta nome e e-mail do usuário que enviou a solicitação;
- Justificativa da vantagem da adesão;
- Anexo justificativa: clique para realizar o *download* do documento inserido pelo solicitante;
- Foi realizada demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, nos termos da Lei 14.133/2021 (Art. 23 e Art. 86, §2º, inc. III)?
- Anexo Demonstração: clique para realizar o *download* do documento inserido pelo solicitante;
- Houve prévia consulta e aceitação do fornecedor, nos termos da Lei 14.133/2021 (Art. 86, §2º, inc. III)?
- Anexo Aceitação: clique para realizar o *download* do documento inserido pelo solicitante;
- Justificativa de item isolado pertencente a um lote: é apresentado quando, na solicitação da adesão, consta item que pertence a um lote/grupo da compra e não se está solicitando todos os itens do lote;
- Anexo justificativa item isolado: clique para realizar o *download* do documento, caso tenha sido inserido pelo solicitante;
- Aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar?: deve ser marcada pelo solicitando, caso se aplique à solicitação;
- A adesão é destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal?: deve ser marcada pelo solicitante, caso se aplique à solicitação;
- Item(ns) analisado(s): no formato XX/XX - quantidade total de itens da solicitação/contabilização dos itens analisados.

Na sequência são apresentadas as informações sobre o(s) item(ns) da solicitação. Cada item possui um *status* em esquema de cores:

- Preto: item não avaliado
- Verde: aceito
- Amarelo: aceito parcialmente
- Vermelho: negado

Ao passar o cursor do *mouse* sobre o *status*, é apresentada a informação relacionada.

**Observação:** O campo Quantidade Disponível para Adesão apresenta o total disponível por item, que é a mesma, independentemente da classificação dos fornecedores do item (caso exista mais de um).

Para analisar a solicitação, assinale uma das opções do campo Analisar para cada item:

- Aceitar: Para aceitar integralmente a quantidade solicitada;
- Negar: Para negar totalmente a quantidade solicitada;
- Aceitar parcialmente: para aceitar quantidade menor que a solicitada (e maior que 0).

Ao negar ou aceitar parcialmente, é necessário preencher o campo Justificativa/Motivação.

**Contratos.gov.br**

Analisar solicitação de adesão

Unidade Solicitante: 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | Número da solicitação: 00001/2023 | Responsável pela solicitação: MARLENE REIS SILVA - marlene.silva@ifsuldeminas.edu.br

**Justificativa**  
Aquisição necessária para atendimento de demanda do setor XPTO.

Foi realizada demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, nos termos da Lei 14.133/2021 (Art.23 e Art. 86, 52º, inc. III)?  
Sim

Houve prévia consulta e aceitação do fornecedor, nos termos da Lei 14.133/2021 (Art. 86, 52º, inc. III)?  
Sim

Item(ns) analisado(s)  
1/1

Preencha o quantidade para analisar o item

| Status | Nº ata     | Nº item | Descrição  | Quantidade Registrada | Valor unitário | Vigência            | Quantidade disponível para adesão | Quantidade Solicitada | Analisar  | Justificativa/Motivação                                   |
|--------|------------|---------|--|-----------------------|----------------|---------------------|-----------------------------------|-----------------------|---|---|
|        | 00001/2023 | 00007   | LÁPIS BORRACHA MATERIAL MADEIRA DIÂMETRO CARGA 4 | 6350.00000            | 45.5500        | 01/04/23 - 31/03/24 | 12000                             | 55.00000              | <input checked="" type="radio"/> Aceitar<br><input type="radio"/> Negar<br><input type="radio"/> Aceitar Parcialmente | Descreva o justificativa/motivo<br>0 caracteres digitados |

Figura 87 - Analisar solicitação de adesão - Aceitar / Aceitar parcialmente / Negar adesão

Ao clicar em Salvar Rascunho, as informações incluídas são salvas para conclusão posterior da análise.

Ao clicar em Finalizar Análise, a solicitação passa a constar na situação conforme resultado da análise, e o usuário é direcionado para a tela que lista todas as solicitações.

## 10. Transparência

### 10.1. Acesso ao módulo Transparência

O menu Transparência não necessita de *login* para acesso, será possível acessá-lo pelo botão Transparência da página de autenticação do sistema, pelo item Transparência no menu do sistema para usuários autenticados ou pelo endereço <https://contratos.sistema.gov.br/transparencia>.

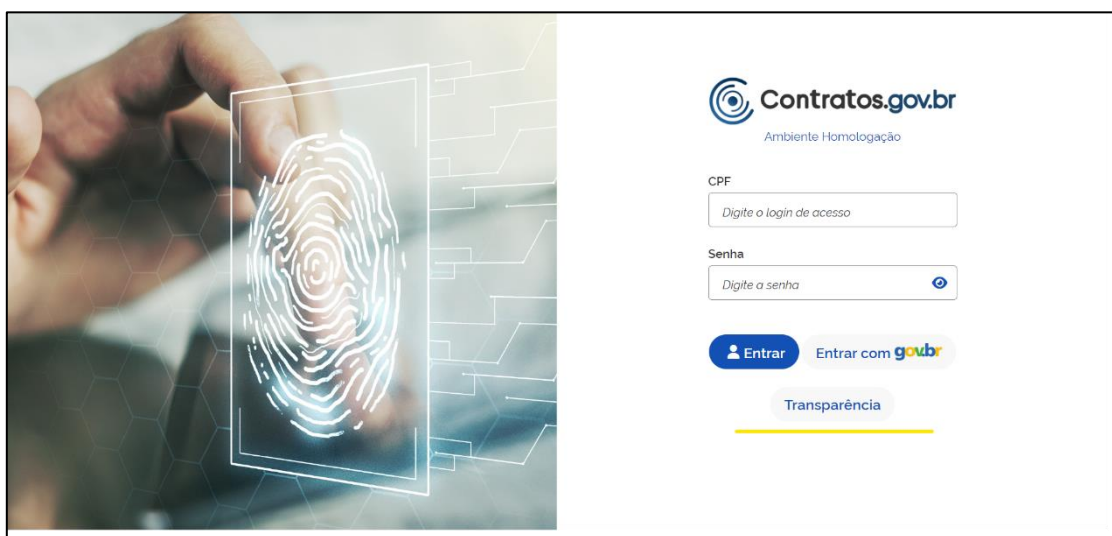


Figura 88 - Acesso ao Transparência - Tela de Login



Figura 89 - Acesso ao Transparência - Menu usuário autenticado

## 10.2. Transparência – Tela inicial

Abaixo, imagem com detalhamento de todos os componentes da página inicial do sistema.

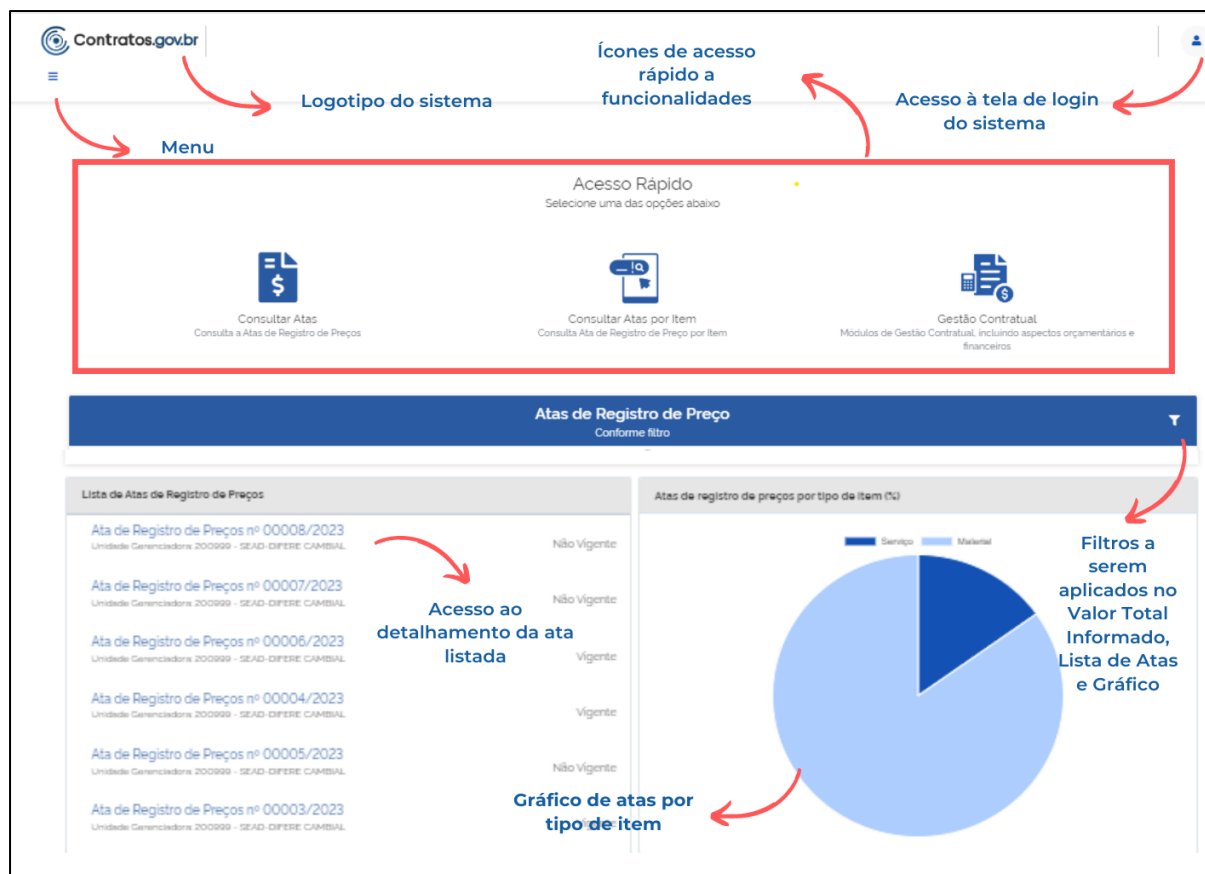


Figura 90 - Transparência - Tela Inicial



### 10.3. Transparência – Consultar Atas



Para consultar as atas de registro de preços, clique no ícone

Figura 91 – Consultar Ata de Registro de Preços

No campo Palavra-chave, informe o termo para busca: unidade gerenciadora, número da compra, número da ata ou órgão.

No campo Status, escolha dentre as opções apresentadas: vigente, todos, não vigentes.

Ao clicar em Busca Avançada, são apresentadas mais opções de busca.

**Contratos.gov.br**

Consultar Atas

Lista de Atas de Registro de Preços

> Voltar > Visualizar

Palavra-chave

Digite uma unidade gerenciadora, número da ata ou número da compra

**FILTROS**

Data de vigência da ata (início)

dd/mm/aaaa

Data de vigência da ata (fim)

dd/mm/aaaa

Número da ata

Número da Ata

Ano da ata

Ano da Ata

Número da compra

Número da Compra

Ano da compra

Ano da Compra

Modalidade da compra

Selecione os itens

Unidade da federação

Órgão gerenciador

Unidade gerenciadora

Órgão participante

Unidade participante

Fornecedor da ata

Aplicar Limpar

Ata nº 00001/2023

Última Atualização 31/03/2023

Link: PNCP --

Unidade gerenciadora: 20093

Órgão: SEC ESPEC DE AGRIC FA

Vigência: de 01/04/2023 a 31/03/2024

Objeto: teste

Ordenar: Mais Recentes

Valor Contratado: R\$ 575.217,50

Figura 92 – Busca avançada de atas de registro de Preços

Preenchidas as informações, clique em Aplicar e em Pesquisar. Abaixo serão listados os resultados.

**Contratos.gov.br**

Consultar Atas

Lista de Atas de Registro de Preços

Palavra-chave

1142

Status:

☐ Vigente

☒ Todos

☐ Não vigentes

Limpar

Pesquisar

Busca avançada

**Resultados**

Ordenar: Mais Recentes

Ata nº 01142/2023

Última Atualização 17/05/2023

Link da ata no PNCP: <https://hom.pncp.gov.br/app/atas/00489828000155/2023/94/8>

Unidade gerenciadora: 110161 - SAD/DF/AGU

Órgão: MINISTERIO DA SAUDE

Vigência: de 16/05/2023 a 16/05/2024

Objeto: Teste da 114

Fornecedores: 59.014.646/0001-70 - Fornecedor Jurídico 4 Grande Porte

Valor Contratado: R\$ 146.900,00

Figura 93 – Resultados pesquisa de atas de registro de preços

Ao clicar na seta indicada em cada resultado, é apresentado o detalhamento da ata de registro de preços selecionada.

Figura 94 - Detalhamento da ata de registro de preços


Para cada item, é possível obter informações detalhadas, ao clicar em . As informações são apresentadas em abas.

Figura 95- Detalhamento do item da ata de registro de preços

## 10.4. Transparência – Consultar Atas por item



Para consultar itens de atas de registro de preços, clique no ícone

Contratos.gov.br

Palavra-chave:

Status: ☒ Vigente ☐ Todos ☐ Não Vigentes

Limpar

Resultados

Show 10 entries

| Número da ata de RP | Unidade gerenciadora | Descrição do item   | Unidade de federação | Fornecedor                         | Quantidade registrada | Saldo para adesões | Início Vigência | Fim Vigência |
|---------------------|----------------------|---|----------------------|------------------------------------|-----------------------|--------------------|-----------------|--------------|
| 00001               | 200999               | BALANÇA PEDIÁTRICA, CAPACIDADE 15 KG, TIPO DIGITAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS LCD C/ RELÓGIO, BATERIA 9V, TRAVA PARA TRANSPORTE, ACESSÓRIOS BERÇO DESMONTÁVEL, GRAVA ÚLTIMA PESAGEM | Distrito Federal     | 957248750-71 - Fornecedor Físico 1 | 12710.00000           | 12700.00000        | 2023-04-01      | 2024-03-31   |

Figura 96 - Consultar atas de registro de preços por item

No campo Palavra-chave, informe o termo para busca: unidade gerenciadora, número da compra, número da ata, código do item, descrição do item ou órgão.

No campo Status, escolha dentre as opções apresentadas: vigente, todos, não vigentes.

Ao clicar em Busca Avançada, são apresentadas mais opções de busca.

**Consultar Itens de Atas de Registro de Preços**  
Lista de itens de Atas de Registro de Preços

**FILTROS**

Data de vigência da ata (início):

Data de vigência da ata (fim):

Número da ata:

Número da compra:

Ano da compra:

Fornecedor da ata:

Código do item:

Descrição do item:

**Aplicar** **Limpar**

10 Resultados por página

Pesquisar

| Número da ata | Unidade gerenciadora | Descrição do item | Unidade federação | Fornecedor | Quantidade registrada | Saldo para adesões | Início vigência | Fim vigência | Ação |
|---------------|----------------------|-------------------|-------------------|------------|-----------------------|--------------------|-----------------|--------------|------|
|---------------|----------------------|-------------------|-------------------|------------|-----------------------|--------------------|-----------------|--------------|------|

Figura 97 - Busca avançada de itens da ata de registro de preços

Preenchidas as informações, clique em Aplicar e em Pesquisar. Abaixo serão listados os resultados.

**Consultar Itens de Atas de Registro de Preços**  
Lista de itens de Atas de Registro de Preços

Palavra-chave:

Status: ☐ Vigente ☒ Todos ☐ Não vigentes

**Limpar** **Pesquisar** **Busca avançada**

**Resultados**

10 Resultados por página

Pesquisar

| Número da ata | Unidade gerenciadora | Descrição do item   | Unidade federação | Fornecedor  | Quantidade registrada | Saldo para adesões | Início vigência | Fim vigência | Ação |
|---------------|----------------------|---|-------------------|---|-----------------------|--------------------|-----------------|--------------|------|
| 00001/2023    | 200999               | BALANÇA PEDIÁTRICA, CAPACIDADE 15 KG, TIPO DIGITAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS LCD C/ RELÓGIO, BATERIA 9V, TRAVA PARA TRANSPORTE, ACESSÓRIOS BERÇO DESMONTÁVEL, GRAVA ÚLTIMA PESAGEM | Distrito Federal  | 957.248.750-71 - Fornecedor Físico 1              | 12710.00000           | 12700.00000        | 31/03/2023      | 30/03/2024   |      |
| 00001/2023    | 200999               | LÁPIS BORRACHA, MATERIAL MADEIRA, DIÂMETRO CARGA 4 MM, FORMATO CORPO CILINDRICO, DIÂMETRO CORPO 8 MM, CORPO EM MADEIRA, GRAVA ÚLTIMA PESAGEM  | Distrito Federal  | 71.823.293/0001-55 - Fornecedor Jurídico 2 Grande | 12700.00000           | 11945.00000        | 31/03/2023      | 30/03/2024   |      |

Figura 98 - Resultados da busca de itens da ata de registro de preços

Para cada item, é possível obter informações detalhadas ao clicar em .

## 10.5. Transparência – Atas de Registro de Preços

Na tela inicial é possível filtrar as atas de registro de preços clicando no ícone

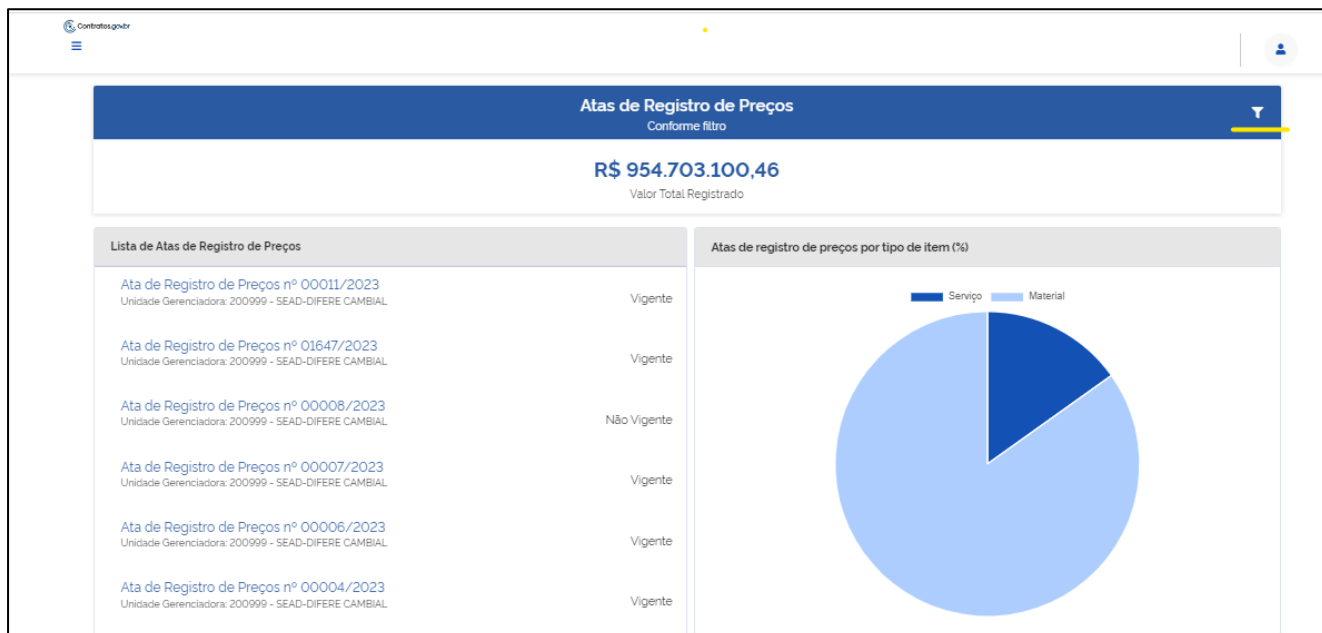


Figura 99- Filtrar atas de registro de preços

Clicando no ícone, são apresentadas opções de filtro de resultados.

**Filtrar atas de registro de preços**

Vigência Inicial:

Vigência Final:

Unidade:

Número da compra/Ano:

Figura 100 - Filtrar atas de registro de preços

Conforme o filtro, as informações são apresentadas a seguir – Valor Total Registrado; Lista De Atas De Registro De Preços; e, no gráfico, Atas de registro de preços por item (%).

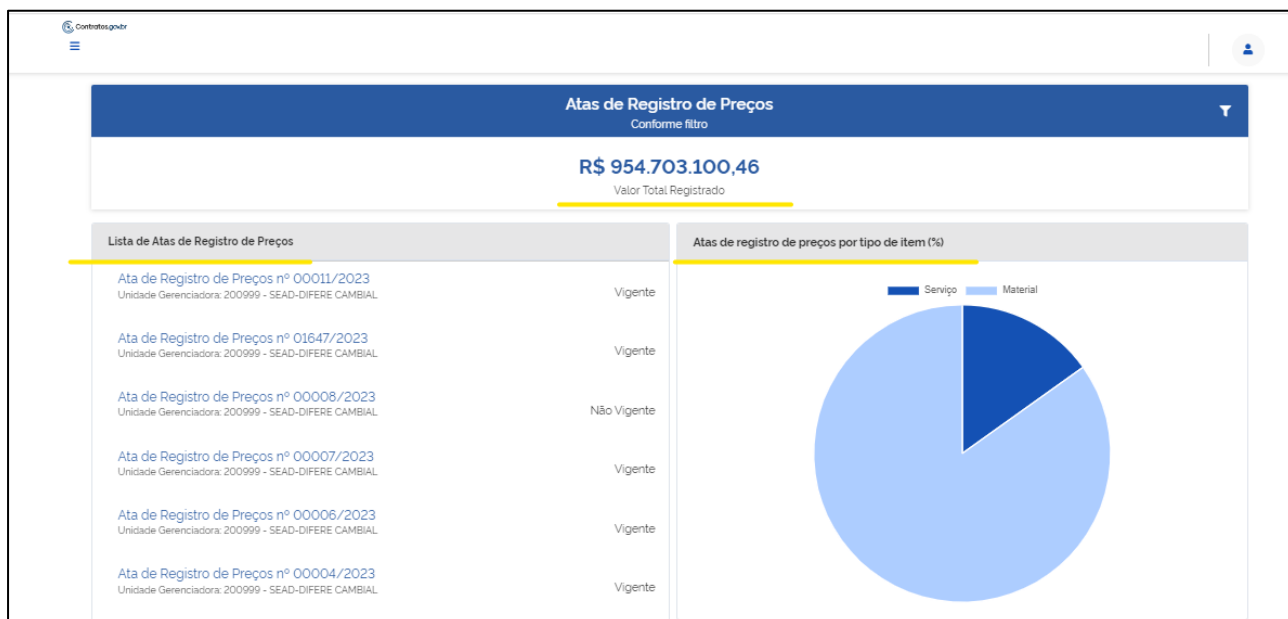


Figura 101- Informações apresentadas conforme filtro

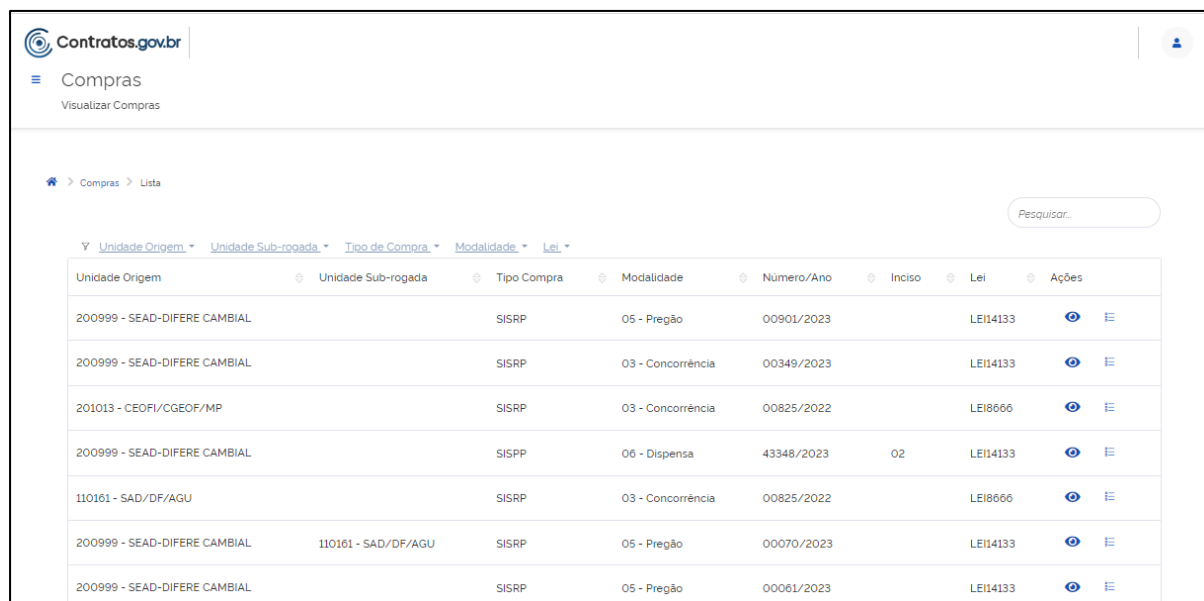
Na Lista de Atas de Registro de Preços, selecione a Ata de Registro de Preços sobre a qual deseja mais detalhamento para ser direcionado a ele.

## 10.6. Transparência – Consultar Compras



Para consultar Compras, clique no ícone

Na parte superior da lista, é possível filtrar por unidade origem; unidade sub-rogada; tipo de compra (SISRP ou SISPP); modalidade e Lei, para facilitar a localização da compra desejada.



Contratos.gov.br

Compras  
Visualizar Compras


> Compras > Lista

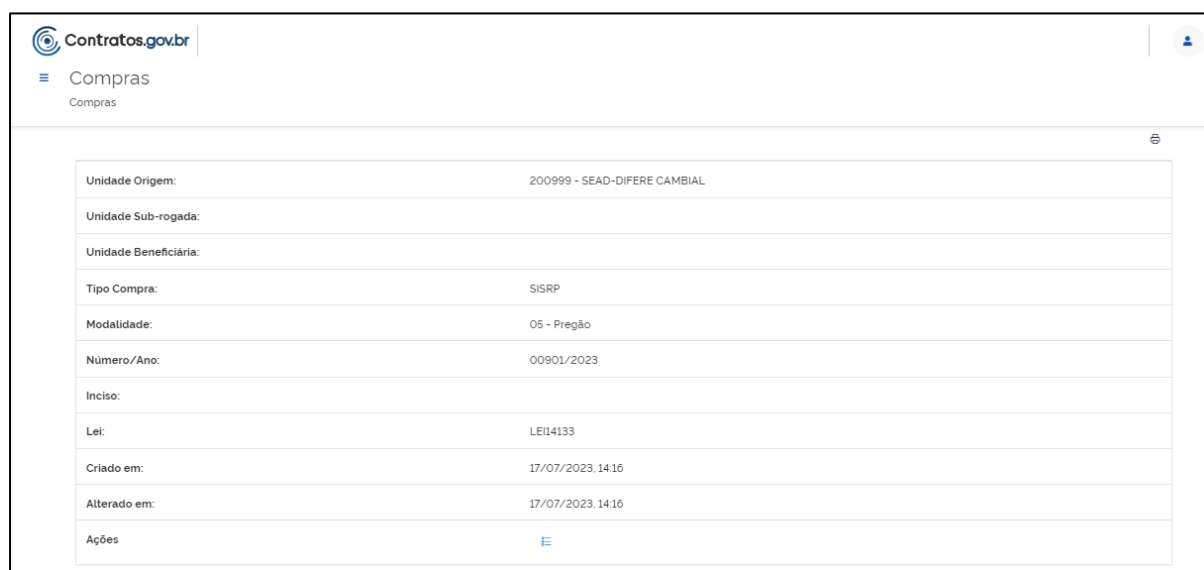
Pesquisar...

Unidade Origem, Unidade Sub-rogada, Tipo de Compra, Modalidade, Lei

| Unidade Origem               | Unidade Sub-rogada  | Tipo Compra | Modalidade        | Número/Ano | Inciso | Lei      | Ações |
|------------------------------|---------------------|-------------|-------------------|------------|--------|----------|-------|
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL |                     | SISRP       | 05 - Pregão       | 00901/2023 |        | LEI14133 |       |
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL |                     | SISRP       | 03 - Concorrência | 00349/2023 |        | LEI14133 |       |
| 201013 - CEOFI/CGEOF/MP      |                     | SISRP       | 03 - Concorrência | 00825/2022 |        | LEI8666  |       |
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL |                     | SISPP       | 06 - Dispensa     | 43348/2023 | 02     | LEI14133 |       |
| 110161 - SAD/DF/AGU          |                     | SISRP       | 03 - Concorrência | 00825/2022 |        | LEI8666  |       |
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL | 110161 - SAD/DF/AGU | SISRP       | 05 - Pregão       | 00070/2023 |        | LEI14133 |       |
| 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL |                     | SISRP       | 05 - Pregão       | 00061/2023 |        | LEI14133 |       |

Figura 102- Transparência - Consulta ao Saldo de Compras

Ao clicar em ações Visualizar , o usuário obtém as informações sobre a compra:



Contratos.gov.br

Compras  
Compras

Unidade Origem: 200999 - SEAD-DIFERE CAMBIAL

Unidade Sub-rogada:

Unidade Beneficiária:

Tipo Compra: SISRP

Modalidade: 05 - Pregão

Número/Ano: 00901/2023

Inciso:

Lei: LEI14133


Criado em: 17/07/2023, 14:16

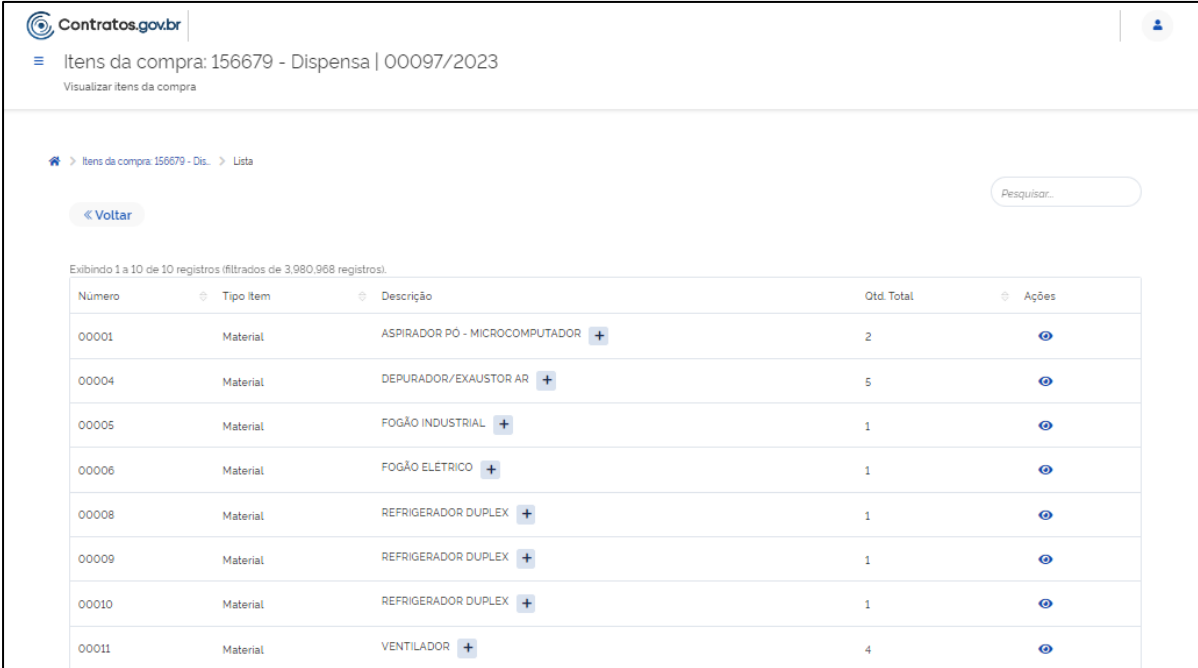
Alterado em: 17/07/2023, 14:16

Ações

Figura 103- Visualizar compra



Ao clicar em ações Itens , o usuário tem acesso às informações sobre os itens que compõem a compra:













| Número | Tipo Item | Descrição                        | Qtd. Total | Ações   |
|--------|-----------|----------------------------------|------------|---|
| 00001  | Material  | ASPIRADOR PÓ - MICROCOMPUTADOR + | 2          |    |
| 00004  | Material  | DEPURADOR/EXAUSTOR AR +          | 5          |    |
| 00005  | Material  | FOGÃO INDUSTRIAL +               | 1          |    |
| 00006  | Material  | FOGÃO ELETRICO +                 | 1          |    |
| 00008  | Material  | REFRIGERADOR DUPLEX +            | 1          |    |
| 00009  | Material  | REFRIGERADOR DUPLEX +            | 1          |  |
| 00010  | Material  | REFRIGERADOR DUPLEX +            | 1          |  |
| 00011  | Material  | VENTILADOR +                     | 4          |  |

Figura 104- Visualizar itens da compra

Ao clicar na ação Visualizar  de cada item, são apresentadas informações do item, abrangendo dados das unidades participantes, de fornecedores homologados e sobre a ata de registro de preços do item (se houver, somente as regidas pela Lei nº 14.133/2021).

Ao clicar na ação Visualizar  de cada fornecedor, são apresentadas informações referentes a contratos firmados, empenhos emitidos e suas alterações.

**Anexo XII - Modelo Contrato Serviços Sem Mão de Obra  
Lei 14.133 maio 2023.pdf**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS – LICITAÇÃO**



**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
.....  
..... E  
.....

A União / Autarquia ..... / Fundação ....., (utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ..... na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no DOU de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1    |               |        |                   |            |                |             |

**Comentado [A1]: ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATÓRIA**

- 1) . O presente modelo de Contrato procura fornecer um ponto de partida para a definição do objeto e condições da contratação. As cláusulas contidas nos modelos de minuta contratual, ao contrário do TR, foram feitas para sofrerem poucas alterações. No entanto, havendo a necessidade de modificações, remanesce plenamente possível assim proceder.
- 2) . A redação em preto consiste no que se espera ser invariável. Ela até pode sofrer modificações a depender do caso concreto, mas a diferença é que não são disposições feitas para variar. Por essa razão, quaisquer modificações nas partes em preto, sem marcação de itálico, devem necessariamente ser justificadas nos autos, sem prejuízo de eventual consulta ao órgão de assessoramento jurídico respectivo, a depender da matéria.
- 3) . Os itens deste modelo destacados em vermelho itálico devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante segundo critérios de oportunidade e conveniência, de acordo com as peculiaridades do objeto e cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da contratação (minuta do Edital, se for o caso, e minuta de Termo de Referência), para que não conflitem. São previsões feitas para variarem. Eventuais justificativas podem ser exigidas a depender do caso.
- 4) . Alguns itens receberam notas explicativas, destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração da Minuta Contratual, que deverão ser devidamente suprimidas ao se finalizar o documento na versão original.
- 5) . Recomenda-se indicar no processo a versão (mês e ano) utilizada para elaboração da minuta, em especial ao encaminhar o feito para análise jurídica. Tal informação consta no rodapé do documento. Essa indicação pode ocorrer expressamente no despacho de encaminhamento ou mantendo-se o rodapé na minuta encaminhada, conforme o caso. É um dado importante já que indica qual o parâmetro a ser utilizado na checagem.
- 6) . O registro das atualizações feitas ("Nota de Atualização") em cada versão pode ser obtido na página principal dos modelos de licitações e contratos no site eletrônico da AGU. Quaisquer sugestões de alteração poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br.
- 7) . Este modelo poderá ser adotado por todos os entes federados, conforme estabelece o inciso IV do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a realização das adequações eventualmente necessárias, sobretudo em virtude da possível existência de normas locais específicas, que poderão ser consideradas no caso concreto.

**Comentado [A2]: Nota explicativa: O PARECER**  
n.00004/2022/CNMLC/CGU/AGU (NUP: 00688.000716/2019-43), elaborado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos e aprovado pelo Consultor-Geral da União, ao tratar sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados nos modelos de licitação e contratos, fixou o entendimento de que, nos contratos administrativos, "[...] não constem os números de documentos pessoais das pessoas naturais que irão assiná-los, como ocorre normalmente com os representantes da Administração e da empresa contratada. Em vez disso, propõe-se nos instrumentos contratuais os representantes da Administração sejam identificados apenas com a matrícula funcional [...]. Com relação aos representantes da contratada também se propõe que os instrumentos contratuais os identifiquem apenas pelo nome, até porque o art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993, e o §1º do art. 89 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exigem apenas esse dado".

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

|     |  |  |  |  |  |  |
|-----|--|--|--|--|--|--|
| 2   |  |  |  |  |  |  |
| 3   |  |  |  |  |  |  |
| ... |  |  |  |  |  |  |

**Comentado [A3]:** Nota explicativa: Esta tabela é meramente ilustrativa, devendo ser ajustada conforme o caso concreto.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.*

**OU**

2.3. *O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.4. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

- a) *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) *Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) *Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.5. *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.6. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.7. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

**Comentado [A4]:** Nota Explicativa: Utilizar a redação do subitem 2.1 e 2.2 para **contratos de escopo**, cuja vigência se fundamenta no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Comentado [A5]:** Nota Explicativa 1: Utilizar a redação do item 2.3 e seguintes para **contratações de serviços contínuos**, conforme arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a definição do art. 6º, XV, do mesmo normativo.

**Nota Explicativa 2:** Indicar o prazo inicial da contratação, que deverá ser de no máximo 5 (cinco) anos.

**Nota explicativa 3:** As disposições a seguir decorrem dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como dos dispositivos cabíveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5 de 26 de maio de 2017, cuja aplicação aos processos de licitação de serviços de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021, foi autorizada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**OU**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.3.1. ....

4.3.2. ....

4.4. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.4.1. ....

4.4.2. ....

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.9. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.9.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

**Comentado [A6]: Nota Explicativa:** A subcontratação parcial é permitida e deverá ser analisada pela Administração com base nas informações dos estudos preliminares, em cada caso concreto. Caso admitida no Termo de Referência, deve-se estabelecer com detalhamento seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas.

**Comentado [A7]: Nota Explicativa:** Em havendo a necessidade de inclusão de outras especificações técnicas quanto à subcontratação, deverão ser inseridas no tópico 4.5

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

4.9.2. O CONTRATADO deverá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.9.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.9.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice ..... (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Comentado [A8]: Nota Explicativa:** A Lei n.º 14.133, de 2021 em seu artigo 25, §7º fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. Vale destacar que o aludido entendimento já vinha sendo adotado nos modelos da Advocacia-Geral da União, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara, no Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário) e no Parecer nº 79/2019/DECOR/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 480/2020/DECOR/CGU/AGU, pelo Despacho n. 00496/2020/DECOR/CGU/AGU e Despacho n. 00643/2020/GAB/CGU/AGU (NUP 08008.000351/2017-17). A Lei n.º 14.133, de 2021 inova quanto à possibilidade do estabelecimento de mais de um índice específico ou setorial, desde que consentâneo com a realidade de mercado dos respectivos insumos. Assim, caso a contratação envolva vários insumos, resta a possibilidade da fixação de mais de um índice de reajuste com o intuito de melhor refletir a variação de custo sofrido. Importa enfatizar que o marco inicial para a contagem da anualidade é a data do orçamento estimado, o que representa um aperfeiçoamento em relação à sistemática anterior. Isso torna indispensável que o orçamento contenha a data específica a que se refere.

**Comentado [A9]: Nota Explicativa.** O cômputo do valor total do Termo de Contrato levará em conta o período inicial de vigência estabelecido.

**Comentado [A10]: Nota explicativa:** Caso se trate de contrato de valor estimativo, em que a própria demanda é variável, cabe inserir o subitem 5.4.

**Comentado [A11]: Nota Explicativa:** A Lei n.º 14.133, de 2021 em seu artigo 25, §7º fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. Vale destacar que o aludido entendimento já vinha sendo adotado nos modelos da Advocacia-Geral da União, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara, no Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário) e no Parecer nº 79/2019/DECOR/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 480/2020/DECOR/CGU/AGU, pelo Despacho n. 00496/2020/DECOR/CGU/AGU e Despacho n. 00643/2020/GAB/CGU/AGU (NUP 08008.000351/2017-17). A Lei n.º 14.133, de 2021 inova quanto à possibilidade do estabelecimento de mais de um índice específico ou setorial, desde que consentâneo com a realidade de mercado dos respectivos insumos. Assim, caso a contratação envolva vários insumos, resta a possibilidade da fixação de mais de um índice de reajuste com o intuito de melhor refletir a variação de custo sofrido. Importa enfatizar que o marco inicial para a contagem da anualidade é a data do orçamento estimado, o que representa um aperfeiçoamento em relação à sistemática anterior. Isso torna indispensável que o orçamento contenha a data específica a que se refere.

**Comentado [A12]: Nota explicativa:** O PARECER n. 00003/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União, ratificou o entendimento da Consultoria-Geral da União de que o reajuste em sentido estrito dos preços contratados, por meio da aplicação de índice que reflita efetivamente as variações dos custos do mercado, não representa uma modificação contratual e sua concessão ex officio pela Administração deve ser a regra, independentemente da natureza do objeto, incluindo serviços continuados e contratos de escopo. Todavia, restou assentado, excepcionalmente, que, "Por caracterizar-se o reajuste em se

**Comentado [A13]: Nota Explicativa 1:** A Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, "...o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração..." - TCU, Ac. nº 114/2013-Plenário.

**Nota Explicativa 2:** A Administração poderá, ainda, utilizar índices diferenciados, inclusive mais de um, de forma justificada, de acordo com as peculiaridades envolvidas no objeto contratual (art. 2º, § 1º, III).

## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.10.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **XXXXXX**.

8.12. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.**

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**Comentado [A14]: Nota Explicativa:** Este modelo contém obrigações gerais, que podem ser aplicadas aos mais diversos tipos de contratações de serviços. Entretanto, compete ao órgão definir quais obrigações serão aplicáveis, incluindo, modificando ou excluindo itens a depender das especificidades do objeto.

**Comentado [A15]: Nota Explicativa:** Nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/21, a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas. O prazo do subitem 8.10.1 pode ser especificado pela Administração, conforme a complexidade do objeto contratual e os trâmites internos das áreas envolvidas na execução contratual. Caso não haja especificação, o art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, e o art. 28, do Decreto nº 11.246, de 2022, estabelecem que o prazo será de um mês.

**Comentado [A16]: Nota Explicativa:** O art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que é cláusula necessária do contrato administrativo aquela que versa sobre "o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso". Como a lei não indicou o prazo a ser adotado nesse caso específico, a Administração poderá se utilizar do mesmo prazo previsto para as situações abrangidas, em geral, pelo art. 123 do texto legal, o que deverá ser analisado conforme as especificidades de cada órgão.

**Comentado [A17]: Nota Explicativa:** Esta disposição decorre do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Comentado [A18]: Nota Explicativa 1:** Este modelo contém obrigações gerais, que podem ser aplicadas aos mais diversos tipos de contratações de serviços. Entretanto, compete ao órgão definir quais obrigações serão aplicáveis, incluindo, modificando ou excluindo itens a depender das especificidades do objeto.

**Nota Explicativa 2:** No caso de órgãos ou entidades públicas vinculados ao Ministério da Economia, considerada a edição da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, que disciplina os procedimentos e as rotinas para prevenção do nepotismo e responsabilização das suas ocorrências no âmbito daquele Ministério, necessária incluir, nesse item, subitem com o seguinte teor: "x. Apresentar as declarações firmadas pelos terceirizados indicados aos postos de serviços contratados, em conformidade com o artigo 5º, inciso I, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, atestando ausência de relação familiar ou de parentesco que importe a prática de nepotismo, nos termos do disposto no inciso II do artigo 2º daquele normativo."



## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**Comentado [A19]: Nota Explicativa.** Cada vício, defeito ou incorreção verificada pelo fiscal do contrato reveste-se de peculiar característica. Por isso que, diante da natureza do objeto contratado, é impróprio determinar prazo único para as correções devidas, devendo o fiscal do contrato, avaliar o caso concreto, para o fim de fixar prazo para as correções.

**Comentado [A20]: Nota explicativa 1:** O artigo 193 do CTN preceitua que a prova da quitação de todos os tributos devidos dar-se-á no âmbito da Fazenda Pública interessada. Portanto, a comprovação de inscrição no cadastro de contribuinte e regularidade fiscal correspondente considerará a natureza da atividade objeto da contratação. Via de regra, a prestação de serviços de modo geral é hipótese de incidência de tributação municipal (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN), conforme lista anexa à [Lei Complementar nº 116/2003](#). Existem, contudo, situações em que a prestação de um serviço pode dar ensejo à incidência de tributação estadual pelo ICMS. Como exemplos, citem-se os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e os serviços de comunicação ([art. 155, II, da CF/88](#)), bem como as exceções expressamente previstas na lista da referida LC 116/2003.



## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*

9.24.1. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.*

9.25. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

9.26. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*

9.26.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*

### CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**Comentado [A21]: Nota Explicativa:** No caso de contratações de serviços de manutenção e assistência técnica, recomenda-se incluir a cláusula 9.23 e o subitem 9.23.1, a luz do [art. 47, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**Comentado [A22]: Nota explicativa 1:** Incluir os subitens 9.24 e 9.25 caso o contrato tenha por objeto a elaboração de projetos ou a execução de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) - e a respectiva documentação técnica associada, conforme [art. 93, caput, da Lei nº 14.133/2021](#).

**Nota Explicativa 2:** Vale registrar que o [§2º do art. 93](#) admite que a Administração deixe de exigir a cessão de direitos "quando o objeto da contratação envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação, considerados os princípios e os mecanismos instituídos pela [Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004](#)".

**Nota Explicativa 3:** Acrescentar o subitem a seguir caso o objeto consista na elaboração de projeto relativo a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, nos termos do [art. 93, § 1º, da Lei nº 14.133/2021](#).

**Comentado [A23]: Nota Explicativa 1:** As cláusulas 10.1 a 10.12 são necessárias para cumprimento do [art. 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), caso a contratação envolva, de qualquer forma, o tratamento de dados pessoais, devendo ser incluída e ajustada nessa hipótese.

**Nota Explicativa 2:** Caso o objeto do contrato envolva, ainda que indiretamente, o acesso ou o tratamento de dados pessoais, é possível que a Administração estabeleça modelagem contratual por meio da qual seja imposto ao Contratado o dever de disponibilizar à Administração a possibilidade de acesso direto a esses dados, o que deve se dar com todas as cautelas cabíveis em relação ao tema. Vale lembrar que eventual requerimento administrativo do titular dos dados será direcionado à Administração, sendo certo que comandos oriundos de Autoridade Regulatória ou do Poder Judiciário serão igualmente direcionados à Administração, inclusive com risco de responsabilização objetiva. Por isso, em situações em que for justificável, fica a recomendação para que a Administração crie condições para que possa atender tempestivamente o requerimento do titular dos dados ou eventual comando regulatório ou judicial. Tudo isso para que a Administração tenha condições de atender o requerimento ou comando tempestivamente, sem depender exclusivamente do Contratado para tanto. O tema deve ser avaliado pela Administração com base nos riscos da contratação em relação aos dados pessoais eventualmente envolvidos.

## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**OU**

11.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

**OU**

11.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96](#), combinado com [art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

11.3.1. BEM 1..... Valor

11.3.2. BEM 2 .....Valor

11.3.3. ....

11.3.4. TOTAL ..... Valor total

**OU**

**Comentado [A24]: Nota Explicativa:** Conforme PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, é possível também a exigência de declaração, firmada por representante da empresa, de que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da LGPD. Ademais, em situações específicas, é possível exigir tal providência de cada empregado. Incumbe ao Contratante avaliar a necessidade de medida dessa natureza.

**Comentado [A25]: Nota Explicativa:** Se o Contratante entender oportuno, é possível especificar, nesta cláusula, rotinas ou diligências mais adequadas ao objeto contratual respectivo.

**Comentado [A26]: Nota Explicativa 1:** Recomenda-se avaliar e, se for o caso, incluir disposição sobre transferência internacional de dados, estabelecendo alguma rotina para sua eventual realização. Trata-se de questão específica para contratos que envolvam o tratamento de dados no seu objeto, não sendo medida necessária para contratos em geral.

**Nota explicativa 2:** Todas as disposições da presente cláusula são meramente indicativas. Pode ser necessário que se suprimam algumas das obrigações ou se arrole outras, conforme as peculiaridades do órgão e as especificações do serviço a ser executado.

**Comentado [A27]: Nota explicativa:** Fica a critério da Administração exigir, ou não, a garantia (salvo nos casos em que consta em norma a obrigatoriedade de sua exigência). Exigida, deve haver previsão no edital e no contrato. Não exigida, deve constar a previsão, e justificar as razões para essa decisão, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação.

**Comentado [A28]: Nota Explicativa 1:** O adjudicatário poderá ofertar garantia de execução em momento anterior ou posterior à assinatura do contrato, a depender da modalidade eleita. Por conta disso, foram previstas redações alternativas para a disposição que inaugura a cláusula da garantia, contemplando as situações possíveis. Somente após a adjudicação do objeto é que será definido o momento de apresentação da garantia, por ser uma opção do licitante.

**Nota explicativa 2:** Quando o adjudicatário optar pela oferta de seguro-garantia, deverá fazê-lo previamente à assinatura do contrato, conforme prazo fixado no edital (no prazo mínimo de um mês), contado da data de homologação da licitação ([art. 96, §3º, da Lei n.º 14.133/2021](#)).

**Nota explicativa 3:** Nos casos de serviços contínuos com duração até um ano, a garantia será calculada com base no valor total do contrato. Se de duração superior a um ano, o será com base no valor anual. Nos demais casos (serviços não-contínuos), o será com base no valor inicial.

**Nota Explicativa 4:** Atentar que, segundo o [art. 98, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

**Nota explicativa 5:** Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração ([art. 101 da Lei n.º 14.133, de 2021](#)), dos quais o contratado ficará depositário, deverá haver nos autos certificação do valor dos bens, e ser utilizada a opção dos itens 11.3 ou 11.5:

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

11.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

**ou**

11.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

11.5.1. BEM 1..... Valor

11.5.2. BEM 2 ..... Valor

11.5.3. ....

11.5.4. TOTAL ..... Valor total

11.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.1011.10, observada a legislação que rege a matéria.

11.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

**Comentado [A29]: Nota Explicativa:** Caso o adjudicatário não opte pela oferta de seguro-garantia, poderá ofertar a fiança bancária, a caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública antes ou depois da assinatura do termo de contrato. Na segunda hipótese, deverão ser incluídos os subitens a seguir, com fundamento no item 3.1, alíneas "a", "e", e "f", do Anexo VII-F, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, aplicáveis por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022.

**Comentado [A30]: Nota explicativa 1:** O [art. 97, I, da Lei nº 14.133/21](#), somente prevê prazo de vigência "igual ou superior ao estabelecido no contrato principal" para a modalidade de seguro-garantia, o que se alinha à exceção prevista no [art. 7º, caput, da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022](#), que trata do assunto ("O prazo de vigência da apólice deverá ser igual ao prazo de vigência da obrigação garantida, salvo se o objeto principal ou sua legislação específica dispuser de forma distinta"). Não havendo ainda regulamentação do tema, deverá ser adotado um prazo razoável para verificação do total adimplemento do contratado, antes da liberação da garantia.

**Comentado [A31]: Nota Explicativa:** Disposição decorrente do [art. 1º, IV, do Decreto-Lei nº 1.737, de 1979](#).

## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

11.15. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*

11.16. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.*

11.17. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

11.17.1. *O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).*

11.17.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).*

11.18. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;*

11.19. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

11.20. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

11.21. *O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.*

11.22. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;

(2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

a. *O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

*[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]*

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;

**Comentado [A32]: Nota Explicativa:** O [art. 156, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), esclarece que “a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#)”.

**Comentado [A33]: Nota Explicativa:** Recomenda-se suprimir a sanção relativa à apresentação, reposição ou suplementação da garantia caso esta não seja exigida para a contratação.

**Comentado [A34]: Nota Explicativa:** A redação dos itens 3 a 7 é apenas exemplificativa. A ideia é que haja uma multa maior para infrações mais graves e menor para infrações menos graves. Segundo a própria Lei, as infrações sujeitas à declaração de inidoneidade são mais graves que as sujeitas à pena de impedimento.

**Comentado [A35]: Nota Explicativa:** A [Lei nº 14.133, de 2021 \(art. 162, parágrafo único\)](#), apregoa que “a aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções”. Dessa forma, a Administração deve decidir, caso a caso, de acordo com o objeto, qual o prazo limite para a mora do contratado, a partir do qual a execução da prestação deixa de ser útil e enseja a extinção do contrato. Lembre-se que esse modelo é apenas uma sugestão; é possível escalonar as multas conforme os dias de atraso, por exemplo.

**Comentado [A36]: Nota Explicativa:** A [Lei nº 14.133, de 2021 \(art. 162, parágrafo único\)](#), apregoa que “a aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções”. Dessa forma, a Administração deve decidir, caso a caso, de acordo com o objeto, qual o prazo limite para a mora do contratado, a partir do qual a execução da prestação deixa de ser útil e enseja a rescisão do contrato. Lembre-se que esse modelo é apenas uma sugestão; é possível escalonar as multas conforme os dias de atraso, por exemplo.

## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia [\(art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. [\(Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL [\(art. 92, XIX\)](#)

13.1. *O contrato **será extinto** quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*

### ***OU***

13.4. *O contrato **será extinto** quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.5. *O contrato **poderá ser extinto** antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

**Comentado [A37]: Nota Explicativa:** Use a redação abaixo para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado. Ex: realizar a reforma de um imóvel público no prazo de 120 dias.



## TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.1.3. Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**Comentado [A38]: Nota Explicativa:** Use a redação dos itens 13.4 a 13.7 para os contratos de serviços contínuos e de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática ([art. 106, NLLC](#))

**Comentado [A39]: Nota Explicativa:** A sistemática do item 13.7 decorre do que dispõe o [art. 106, III e §1º, da Lei nº 14.133/21](#). Para a sua compreensão, vale trazer um exemplo:  
Um contrato firmado em 20 de maio de 2022 fará aniversário no dia 20 de maio dos anos subsequentes. Supondo-se que se chegue à conclusão pela descontinuidade do contrato, seja por razões orçamentárias, seja por ausência de vantagem na permanência, há três possibilidades:  
1) Se a comunicação ao contratado notificando a rescisão ocorrer até 20 de março (dois meses antes da data de aniversário), a extinção poderá ocorrer na data de aniversário, ou seja, 20 de maio.  
2) Se a comunicação se der entre 20 de março e 20 de maio (menos de dois meses), fica garantida a vigência contratual por mais dois meses (portanto, por exemplo, se a notificação for em 20 de abril, a extinção seria em 20 de junho).  
3) Por fim, uma comunicação de extinção havida após a data de aniversário só teria efeito no aniversário subsequente, salvo se houver enquadramento na situação “2”.

**Comentado [A40]: Nota Explicativa:** O [art. 106, II, da Lei nº 14.133/21](#) prevê para contratações de serviços contínuos que “a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção”.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**Comentado [A41]: Nota explicativa:** No Acórdão n.º 2569/2018 – Plenário, o TCU concluiu que “A Administração Pública pode invocar a Lei 8.078/1990 (CDC), na condição de destinatária final de bens e serviços, quando suas prerrogativas estabelecidas na legislação de licitações e contratos forem insuficientes para garantir a proteção mínima dos interesses da sociedade [...]”. (cf. Boletim de Jurisprudência n.º 244, sessões 6 e 7 de novembro de 2018). Consta do referido Acórdão, nesse sentido, que: “307. Como é exposto no exame técnico transcrito no relatório do TC-016.501/2003-0, acolhido integralmente pelo Relator do Acórdão 1.670/2003-Plenário, Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, a Lei 8.078/1990 é aplicável à Administração Pública enquanto consumidora de bens e serviços. Isso porque ao definir, em seu art. 2º, ‘consumidor’ como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, a Lei não fez nenhuma exceção, podendo, portanto, a Administração Pública se utilizar de todos os direitos ali estabelecidos na condição de consumidora. Ainda de acordo com o citado relatório, esse é o entendimento dos doutrinadores Leon Fredja, Celso Bastos e Toshio Mukai. Diversas outras deliberações do TCU também vão nesse sentido, como o Acórdão 1.729/2008-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Valmir Campelo, o Acórdão 5.736/2011-TCU-Primeira Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, e as Decisões 634/1996 e 1.045/2000, ambas do Plenário, de relatoria dos ministros Homero Santos e Adilson Motta, respectivamente.”

**Comentado [A42]: Nota Explicativa:** É recomendável que, além da assinatura do responsável legal do CONTRATANTE e do CONTRATADO, conste a de duas testemunhas para atender o disposto no art. 784, III do CPC, que considera título executivo extrajudicial o documento particular assinado por duas testemunhas, caso não haja prejuízo à dinâmica administrativa do instrumento. Vale dispor que, embora o Contrato já seja considerado título executivo extrajudicial pelo Código de Processo Civil de 2015, a recomendação acima é uma verdadeira cautela, que visa evitar eventual discussão judicial e tornar mais eficiente a cobrança dos créditos, se eventualmente for necessária no caso concreto. Vide: Nota n. 00013/2021/DECOR/CGU/AGU e respectivos Despachos de Aprovação - NUP 23282.002192/2019-93.



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

**Nota Explicativa:** A [Lei n.º 14.133, de 2021 em seu artigo 25, §7º](#) fixou a necessidade da estipulação no contrato, **independente do prazo de sua duração**, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

Vale destacar que o aludido entendimento já vinha sendo adotado nos modelos da Advocacia-Geral da União, com base no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara, no Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário) e no Parecer nº 79/2019/DECOR/CGU/AGU, aprovado nos termos do Despacho nº 480/2020/DECOR/CGU/AGU, pelo Despacho n.

00496/2020/DECOR/CGU/AGU e Despacho n. 00643/2020/GAB/CGU/AGU (NUP 08008.000351/2017-17).

A [Lei n.º 14.133, de 2021](#) inova quanto à possibilidade do estabelecimento de mais de um índice específico ou setorial, desde que consentâneo com a realidade de mercado dos respectivos insumos. Assim, caso a contratação envolva vários insumos, resta a possibilidade da fixação de mais de um índice de reajuste com o intuito de melhor refletir a variação de custo sofrida.

Importa enfatizar que o marco inicial para a contagem da anualidade é a **data do orçamento estimado**, o que representa um aperfeiçoamento em relação à sistemática anterior. Isso torna indispensável que o orçamento contenha a data específica a que se refere.

**Nota explicativa:** O PARECER n. 00003/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União, ratificou o entendimento da Consultoria-Geral da União de que o reajuste em sentido estrito dos preços contratados, por meio da aplicação de índice que reflita efetivamente as variações dos custos do mercado, não representa uma modificação contratual e **sua concessão ex officio pela Administração deve ser a regra**, independentemente da natureza do objeto, incluindo serviços continuados e contratos de escopo. Todavia, restou assentado, excepcionalmente, que, "Por caracterizar-se o reajuste em sentido estrito como direito de ordem patrimonial e disponível, não há óbice jurídico para que, em tese, seja consumada a renúncia tácita ou a preclusão lógica do seu exercício nos contratos continuados e nos contratos de escopo, **desde que cumulativamente:** (a) o edital ou contrato preveja expressamente que a concessão do reajuste resta condicionada à solicitação do contratado; (b) que não haja solicitação do reajuste antes da celebração de aditamento de vigência; (c) seja celebrado aditamento para a prorrogação do prazo de vigência do contrato sem qualquer ressalva quanto à ulterior análise pela Administração do reajuste e (d) o edital expressamente preveja que a formalização do aditamento sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito". Observe-se que, para condicionar o reajuste à solicitação do contratado, a Administração deverá apresentar **motivação idônea** nos autos do processo administrativo, promovendo as respectivas adequações na cláusula sétima da minuta de termo de contrato.

**Nota Explicativa 1:** A Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos, "...o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração..." – TCU, Ac. nº 114/2013-Plenário.

**Nota Explicativa 2:** A Administração poderá, ainda, utilizar índices diferenciados, inclusive mais de um, de forma justificada, de acordo com as peculiaridades envolvidas no objeto contratual ([art. 25, § 7º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)). Caso haja a utilização de mais de um índice, deverá a Administração ajustar a redação da cláusula de modo a especificar o insumo respectivo sobre o qual incidirá cada índice de correção.

**Anexo XIII - Lista de Verificação Compras e Serviços sem  
Mão de Obra exclusiva - Lei 14.133 dezembro2022.pdf**



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO**  
(Licitação para Compras e Serviços, exceto engenharia e TIC)

**Notas explicativas**

A presente lista de verificação foi elaborada com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 para aquisições e serviços comuns.

A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela CNMLC em conjunto com a Seges/ME, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais, dispensando sua verificação específica<sup>1</sup>.

A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.

A lista foi dividida em **quatro** seções. A primeira trata de requisitos gerais de todas as contratações. A segunda seção abrange aspectos específicos da pesquisa de preços e das questões orçamentárias. A terceira seção abrange aspectos relativos a aquisições. A última seção abrange aspectos específicos para contratação de serviços em geral.

A coluna “Atende plenamente a exigência?” deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência

Não: não atende plenamente a exigência

Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: [cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br](mailto:cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br)

| <b>VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES</b>   | <b>Atende plenamente a exigência?</b> | <b>Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI )</b> |
|--|---------------------------------------|--|
| Houve abertura de processo administrativo? <sup>2</sup>  | Resposta                              |  |
| Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? <sup>3</sup>  | Resposta                              |  |
| A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? <sup>4</sup>   | Resposta                              |  |
| Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? <sup>5</sup>  | Resposta                              |  |
| Consta documento de formalização de demanda? <sup>6</sup>  | Resposta                              |  |
| Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? <sup>7</sup>  | Resposta                              |  |
| Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? <sup>8</sup>  | Resposta                              |  |
| Há Estudo Técnico Preliminar? <sup>9</sup>   | Resposta                              |  |
| O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? <sup>10</sup> | Resposta                              |  |
| Há Análise de Riscos? <sup>11</sup>  | Resposta                              |  |
| Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? <sup>12</sup>   | Resposta                              |  |
| Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? <sup>13</sup>   | Resposta                              |  |
| Há termo de referência? <sup>14</sup>  | Resposta                              |  |
| Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022? <sup>15</sup>   |                                       |  |
| Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? <sup>16</sup> | Resposta                              |  |
| Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?   | Resposta                              |  |

|  |          |  |
|--|----------|--|
| Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração? <sup>17</sup>   | Resposta |  |
| O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária? <sup>18</sup>  | Resposta |  |
| Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo? <sup>19</sup>  | Resposta |  |
| Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?  | Resposta |  |
| Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las? <sup>20</sup> | Resposta |  |
| Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? <sup>21</sup>  | Resposta |  |
| Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização? <sup>22</sup>   | Resposta |  |
| Os autos estão instruídos com o edital da licitação? <sup>23</sup>   | Resposta |  |
| Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? <sup>24</sup>   | Resposta |  |
| Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização? <sup>25</sup>  | Resposta |  |
| Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?  | Resposta |  |
| Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? <sup>26</sup>  | Resposta |  |
| Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? <sup>27</sup>   | Resposta |  |

|  |          |  |
|--|----------|--|
| Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? <sup>28</sup> | Resposta |  |
|--|----------|--|

| <b>VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL</b>  | Atende plenamente a exigência? | Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI ) |
|--|--------------------------------|---|
| Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação? <sup>29</sup>   | Resposta                       |   |
| Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? <sup>30</sup>  | Resposta                       |   |
| Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo? <sup>31</sup>  | Resposta                       |   |
| Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados? <sup>32</sup>  | Resposta                       |   |
| A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021? <sup>33</sup> | Resposta                       |   |
| Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações   | Resposta                       |   |

|   |          |  |
|---|----------|--|
| similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes? <sup>34</sup>  |          |  |
| Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano? <sup>35</sup>   | Resposta |  |
| Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas? <sup>36</sup>  | Resposta |  |
| Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo? <sup>37</sup>   | Resposta |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? <sup>38</sup>  | Resposta |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável? <sup>39</sup> | Resposta |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado? <sup>40</sup>   | Resposta |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita? <sup>41</sup>   | Resposta |  |



|  |          |  |
|--|----------|--|
| Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação? <sup>42</sup>  | Resposta |  |
| Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19? <sup>43</sup>  | Resposta |  |
| Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira? <sup>44</sup> | Resposta |  |

| <b>VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA <u>AQUISIÇÕES</u></b>   | <b>Atende plenamente a exigência?</b> | <b>Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)</b> |
|--|---------------------------------------|--|
| Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo? <sup>45</sup>   | Resposta                              |  |
| Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições? <sup>46</sup> | Resposta                              |  |
| Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços? <sup>47</sup>   | Resposta                              |  |
| Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada? <sup>48</sup>    | Resposta                              |  |
| Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização? <sup>49</sup>  | Resposta                              |  |
| Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento? <sup>50</sup>  | Resposta                              |  |
| Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?   | Resposta                              |  |
| No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?         | Resposta                              |  |
| Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias? <sup>51</sup>   | Resposta                              |  |
| Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? <sup>52</sup>  | Resposta                              |  |
| Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação? <sup>53</sup>   | Resposta                              |  |

|  |          |  |
|--|----------|--|
| Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração? <sup>54</sup> | Resposta |  |
| Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens? <sup>55</sup>  | Resposta |  |

| <b>VERIFICAÇÃO <u>ESPECÍFICA</u> PARA CONTRATAÇÃO DE <u>SERVIÇOS EM GERAL</u></b>  | Atende plenamente a exigência? | Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.) |
|--|--------------------------------|---|
| Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização? <sup>56</sup>  | Resposta                       |   |
| Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento? <sup>57</sup>  |                                |   |
| Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? <sup>58</sup>  | Resposta                       |   |
| Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade? <sup>59</sup>   | Resposta                       |   |
| Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços? <sup>60</sup>  | Resposta                       |   |
| Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo? <sup>61</sup>  | Resposta                       |   |
| Foi observada a vedação de definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos? <sup>62</sup>   | Resposta                       |   |
| Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado? <sup>63</sup>  | Resposta                       |   |
| Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato? <sup>64</sup> | Resposta                       |   |
| Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos   | Resposta                       |   |

|   |  |  |
|---|--|--|
| autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado? <sup>65</sup> |  |  |
|---|--|--|

<sup>1</sup> ON AGU 69/2021: “Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, E § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.

<sup>2</sup> Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: “os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.”

<sup>3</sup> Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

<sup>4</sup> Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

<sup>5</sup> Art. 7º, §1º, da Lei 14133/21. Art. 12 do Decreto 11246/22.

<sup>6</sup> O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

<sup>7</sup>. Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, informações classificadas como sigilosas, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

<sup>8</sup> Art. 18 da Lei 14133/21

<sup>9</sup> Art. 18, §1º, da Lei 14133/21

<sup>10</sup> Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.

Obs.: os incisos obrigatórios são:

“I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

[...]

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

[...]

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

[...]

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

[...]

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.”

<sup>11</sup> Art. 18, X, da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

<sup>12</sup> Art. 18, §2º, da Lei 14133/21

<sup>13</sup> Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21

Obs.: Recomenda-se a consulta ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.

<sup>14</sup> Art. 18, II, da Lei 14133/21; IN ME nº 81/2022.

<sup>15</sup> Art. 4º da IN ME nº 81/2022.

<sup>16</sup> Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas; art. 9º, §3º, da IN ME nº 81/2022.

<sup>17</sup> Art. 7º da IN ME nº 81/2022.

<sup>18</sup> Art. 9º da IN ME nº 81/2022. Embora os modelos devam contemplar todos esses elementos, é recomendável conferir se eles estão presentes na versão final.

<sup>19</sup> art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021.

<sup>20</sup> O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que “o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. Já o art. 70, III estabelece que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas nos casos especificados no item da lista de verificação. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

<sup>21</sup> Art. 10 da IN ME nº 81/2022.

<sup>22</sup> Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas.

<sup>23</sup> Art. 18, V, da Lei 14133/21.

<sup>24</sup> Art. 24, par. ún., da Lei 14133/21.

<sup>25</sup> Art. 19, IV e §2º, e art. 25, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<sup>26</sup> Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21. Embora os modelos de editais devam trazer essa cláusula, o item da Lista é uma cautela para confirmar que a versão final manteve essa cláusula obrigatória.

<sup>27</sup> Art. 9º, I, “a”, e art. 16 da Lei nº 14.133/21.

<sup>28</sup> Art. 9º, I, “a”, e art. 15 da Lei nº 14.133/21.

<sup>29</sup> Art. 18, IV, da Lei 14133/21. Art. 9º da IN Seges 65/21, c.c. art. 30, X, da IN Seges 5/2017;

<sup>30</sup> Art. 23 da Lei 14133/21.

<sup>31</sup> Art. 6º, §5º, da IN Seges nº 65/21.

<sup>32</sup> Art. 6º, §6º, da IN Seges nº 65/21.

<sup>33</sup> Art. 3º da IN Seges 65/21.

<sup>34</sup> Art. 5º e §1º da IN Seges nº 65/21.

<sup>35</sup> Art. 5º, II, da IN Seges 65/21.

<sup>36</sup> Art. 5º, IV, e art. 6º, §5º, da IN Seges 65/21.

<sup>37</sup> Art. 5º, IV, da IN Seges 65/21.

<sup>38</sup> Art. 5º e §2º, inc. I, da IN Seges 65/21.

<sup>39</sup> Art. 5º e §2º, inc. II, da IN Seges 65/21.

<sup>40</sup> Art. 5º e §2º, inc. III, da IN Seges 65/21. Prevê o art. 4º da IN Seges 65/21, referido no item: “Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.”

Campanha Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria Geral da União

Modelo de Lista de Verificação de Contratações Diretas – Lei 14.133/21

Atualização: Dezembro/2022

---

<sup>41</sup> Art. 5º e §2º, inc. IV, da IN Seges 65/21.

<sup>42</sup> Art. 18, XI, da Lei 14133/21. Art. 10 da IN Seges 65/2021.

<sup>43</sup> Prevê o art. 3º do referido Decreto: “Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República. § 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º: I - titulares de cargos de natureza especial; II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e III - dirigentes máximos das entidades vinculadas. § 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º. § 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.”

<sup>44</sup> Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: “As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000”.

<sup>45</sup> Art. 20 da Lei 14133/21. Decreto nº 10818/21.

<sup>46</sup> Art. 40, I, da Lei 14133/21

<sup>47</sup> Art. 40, II, da Lei 14133/21

<sup>48</sup> Art. 40, III, da Lei 14133/21

<sup>49</sup> Art. 40, V, “a”, da Lei 14133/21

<sup>50</sup> Art. 40, V, “b”, da Lei 14133/21

<sup>51</sup> Art. 40, V, “c”, da Lei 14133/21

<sup>52</sup> Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21

<sup>53</sup> Art. 41, I, da Lei 14133/21

<sup>54</sup> Art. 41, III, da Lei 14133/21

<sup>55</sup> Art. 44 da Lei 14133/21

<sup>56</sup> Art. 47, I, da Lei 14133/21

<sup>57</sup> Art. 47, II, da Lei 14133/21

<sup>58</sup> Art. 19, §2º, e art. 40, §1º, da Lei 14133/21

<sup>59</sup> Art. 48 da Lei 14133/21

<sup>60</sup> Art. 47, §2º, da Lei 14133/21

<sup>61</sup> Art. 48, II, da Lei 14133/21

<sup>62</sup> Art. 48, III, da Lei 14133/21

<sup>63</sup> Art. 48, VI, da Lei 14133/21

<sup>64</sup> Art. 48, parágrafo único, da Lei 14133/21

<sup>65</sup> Art. 49 da Lei 14133/21

**Anexo XIV - TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS  
SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA -  
LICITAÇÃO DETERMINADO PELA AGU.pdf**

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA**  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO**

**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº.....)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços ....., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1    |               |        |                   |            |                |             |
| 2    |               |        |                   |            |                |             |
| 3    |               |        |                   |            |                |             |
| ..   |               |        |                   |            |                |             |

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**OU**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de ..... (máximo de 5 anos) contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] **OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica .../...;

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**Comentado [A1]: ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATÓRIA**

1) O presente modelo de Termo de Referência procura fornecer um ponto de partida para a definição do objeto e condições da contratação. **Este é o documento que mais terá variação de conteúdo, de acordo com as peculiaridades da demanda da Administração e do objeto a ser contratado.** Assim, não se deve prender ao texto apresentado, mas sim trabalhá-lo à luz dos pontos fundamentais da contratação, sempre de forma clara e objetiva.  
2) A redação em preto consiste no que se espera ser invariável. Ela até pode sofrer modificações a depender do caso concreto, mas não são disposições feitas para variar. Por essa razão, **quaisquer modificações nas partes em preto, sem marcação de itálico, devem necessariamente ser justificadas nos autos, sem prejuízo de eventual consulta ao órgão de assessoramento jurídico respectivo, a depender da matéria.**  
3) Os itens deste modelo destacados em vermelho itálico devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante segundo critérios de oportunidade e conveniência, de acordo com as peculiaridades do objeto e cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da contratação (minuta de Edital e de Contrato), para que não conflitem. São previsões feitas para variarem. Eventuais justificativas podem ser exigidas a depender do caso.  
4) Alguns itens receberam notas explicativas, destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração. ... [1]

**Comentado [A2]: Nota Explicativa 1:** A tabela acima é meramente ilustrativa, podendo ser livremente alterada conforme o caso concreto.

**Nota Explicativa 2:** A justificativa para o parcelamento ou não do objeto deve constar do Estudo Técnico Preliminar (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022). Os serviços, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 47, inciso II, da Lei n. 14.133, de 2021). Devem também ser observadas as regras do artigo 47, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento.

**Nota Explicativa 3:** Em licitação ou itens de valor correspondente a até R\$ 80.000,00 deve ser garantida a participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), confd ... [2]

**Comentado [A3]: Nota Explicativa: Orientação Normativa AGU nº 54/2014:** Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

**Comentado [A4]: Nota Explicativa 1: Enquadramento da Contratação para fins de vigência -** Há dois tipos de contratação por licitação para fornecimento de serviços, no que tange à vigência:  
a) **Há serviços não contínuos** quando se trata de um serviço sem que haja uma demanda de caráter permanente. Uma vez finalizado, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato. Estes usam o art.105da Lei nº 14.133, de 2021, como fundamento e partem apenas de créditos do exercício corrente, salvo se inscritos no Plano Plurianual.  
b) **Há serviços contínuos** quando o serviço é uma necessidade permanente. É o caso, por exemplo, de serviços de limpeza e segurança essenciais para o funcionamento do órgão público. Nessas situações, findado o contrato, haverá sua substituição por um novo e assim, sucessivamente, pois a necessidade em si é permanente. Contratações dessa natureza são atendidas pelo art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021. Atente-se que há modelo de Termo de Referência ... [3]

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [...];
- II) Data de publicação no PNCP: [...];
- III) Id do item no PCA: [...];
- IV) Classe/Grupo: [...];
- V) Identificador da Futura Contratação: [...].

**OU**

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. [...]
- 4.1.2. [...]

**Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...)

**Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. \_\_\_\_\_, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

- 4.3.1. ...
- 4.3.2. ...
- 4.3.3. ...

**Da exigência de carta de solidariedade**

4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

**Comentado [A5]: Nota Explicativa:** De acordo com o [artigo 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei nº 14.133, de 2021](#), a fundamentação da contratação é realizada mediante "referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas". A [Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022](#), dispõe sobre a "elaboração do ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital". No mesmo sentido é a previsão do [art. 9º, inciso II, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022](#).

**Comentado [A6]: Nota Explicativa 1:** O [artigo 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), dispõe:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

... [4]

**Comentado [A7]: Nota Explicativa 1:** Os requisitos da contratação deverão ser registrados nos Sistemas TR DIGITAL e ETP DIGITAL, nos termos do [art. 9º, inciso IV da IN Seges/ME nº 81, de 2022](#) e [art. 9º, II, da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 2022](#).

**Nota Explicativa 2:** Alguns requisitos de contratação tratados na lei foram abordados neste tópico do Termo de Referência. Isso não impede que outros requisitos de contratação, de caráter técnico, sejam inseridos pela área competente. Registre-se, apenas, que a documentação de habilitação técnica é objeto de tópico espe...

... [5]

**Comentado [A8]: Nota Explicativa 1:** O Termo de Referência e os Estudos Técnicos Preliminares deverão estar alinhados com o Plano Diretor de Logística Sustentável, Plano de Contratações Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, de acordo com o [art. 7º da IN Seges/ME nº 81, de 2022](#), e [art. 7º da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 2022](#).

**Nota Explicativa 2:** Nos termos da [Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021](#), o Plano Diretor de Logística Sustentável é instrumento de governança, vinculado ao planejamento

... [6]

**Comentado [A9]: Nota Explicativa 1:** Embora a contratação seja de serviços, é possível que a Administração indique marcas ou modelos de eventuais bens necessários à execução do objeto da contratação.

**Nota Explicativa 2:** Marca - Excepcionalmente será permitida a indicação de uma ou mais marcas ou modelos, desde que justificada tecnicamente no processo, nas hipóteses descritas no art. 41, inciso I, alíneas a, b, c e d da Lei nº 14.133, de 2021.

... [7]

**Comentado [A10]: Nota Explicativa 1:** Embora a contratação seja de serviços, é possível que a Administração vede o emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução, com base em experiência prévia, registrada em processo administrativo, conforme art. 41, III, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Nota Explicativa 2:** O artigo 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, prevê a possibilidade de a Administração vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriorme...

... [8]

**Comentado [A11]: Nota Explicativa:** Embora se trate de prestação de serviço, é possível que o conjunto de obrigações da contratação envolva fornecimento de algum bem ou execução específica de serviço autorizado, situação na qual a exigência de carta de solidariedade pode se revelar possível. Em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, a exigência de carta de solidariedade somente se justificará em situações excepcionais e devidamente motivadas.



## Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**OU**

4.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.6.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...).

4.6.2. A subcontratação fica limitada a ..... [parcela permitida/percentual]

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

## Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**OU**

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.11. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## Vistoria

4.13. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**OU**

4.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das ..... horas às ..... horas.

4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16.1. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]

4.16.2. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**Comentado [A12]: Nota Explicativa 1:** A subcontratação deve ser avaliada à luz do [artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021](#):

“Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”

**Comentado [A13]: Nota Explicativa 1:** Em caso de necessidade de inclusão de outras especificações técnicas quanto à subcontratação, deverão ser inseridas nestes itens.

**Nota Explicativa 2:** A subcontratação parcial é permitida e deverá ser analisada pela Administração com base nas informações dos estudos preliminares, em cada caso concreto. Caso admitida, o Termo de Referência e o Contrato deverão estabelecer com detalhamento seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas.

**Comentado [A14]: Nota Explicativa 1:** Neste momento, a área técnica competente deverá indicar se a contratação utilizará a garantia de execução ou não. As regras específicas sobre garantia, pelo seu caráter jurídico, estarão previstas no contrato e deverão ser nele inseridas caso haja indicação positiva no Termo de Referência. Caso não haja uso de minuta contratual, recomenda-se copiar e colar aqui as regras do contrato sobre esse assunto.

**Nota Explicativa 2:** O percentual da garantia será de:  
a) até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para contratações em geral, conforme [art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021](#);  
b) até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, nos casos de alta complexidade técnica e riscos envolvidos, caso em que de ... [9]

**Comentado [A15]: Nota Explicativa:** É assegurado ao licitante o direito de realizar vistoria prévia no local de execução do serviço sempre que o órgão ou entidade contratante considerar essa avaliação imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado ([art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)). Ainda assim, segundo o texto legal, o contratado poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, mediante declaração formal do seu responsável técnico ([art. 63, §3º](#)).

Nesse contexto, uma vez facultada a realização da vistoria prévia no Termo de Referência, os interessados terão três opções para ... [10]

**Comentado [A16]: Nota Explicativa:** O [Decreto n.º 10.977, de 23 de fevereiro de 2022](#), que regulamenta a [Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983](#), para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a [Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997](#), para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil. Em seu art. 3º, o Decreto estabelece que a Carteira de Identidade adota o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como registro geral nacional previsto no inciso IV do caput do art. 11.

## TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: xxx dias [da assinatura do contrato] OU [da emissão da ordem de serviço];
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: (...)
- 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:
- 5.1.4. Etapa ... Período / a partir de / após concluído ...

#### Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço [...]
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: [...]

#### Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo
  - 5.4.1. [...]
  - 5.4.2. [...]

#### Materiais a serem disponibilizados

- 5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
  - 5.5.1. [...];
  - 5.5.2. [...];
  - 5.5.3. [...].

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
  - 5.6.1. [...];
  - 5.6.2. [...];
  - 5.6.3. [...].

**Comentado [A17]: Nota explicativa:** Este item deve ser adaptado de acordo com as necessidades específicas do órgão ou entidade, apresentando-se, este modelo, de forma meramente exemplificativa.

**Comentado [A18]: Nota Explicativa 1:** Recomenda-se que seja inserida data de início e data de fim de cada etapa para que fique clara a ocorrência de eventuais atrasos.  
**Nota Explicativa 2:** Estas previsões são meramente ilustrativas. Havendo a necessidade de alteração ou inclusão de dados para cada etapa, os subitens devem ser alterados.  
**Nota Explicativa 3:** Havendo a necessidade de especificar as rotinas de trabalho, recomenda-se trazê-las em item específico, sem prejuízo da possibilidade de incluir um anexo com caderno de encargos, especificações técnicas ou documento análogo em que a forma de trabalho esperada do contratado (para além do já previsto neste instrumento) conste de forma mais detalhada.

**Comentado [A19]: Nota Explicativa:** Caso haja mais de um endereço, deve-se especificar. Do mesmo modo, se os endereços se modificarem conforme cada etapa/fase do serviço. Ademais, se houver a necessidade de previamente se acordar a data ou hora de prestação do serviço com o competente, deve-se especificar essa obrigação.

**Comentado [A20]: Nota Explicativa:** O CATMAT disponibiliza especificações técnicas de materiais com menor impacto ambiental (CATMAT Sustentável).

**Comentado [A21]: Nota explicativa:** Vale lembrar que sem o conhecimento preciso das particularidades e das necessidades do órgão, o contratado terá dificuldade para dimensionar perfeitamente sua proposta, o que poderá acarretar sérios problemas futuros na execução contratual.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**OU**

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

a. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];

a) ...

b) ....

c) ...

**OU**

b. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período .....

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Comentado [A22]: Nota Explicativa 1:** Fica o critério da Administração exigir - ou não - a garantia contratual do serviço ou bens empregados em sua execução, de forma complementar à garantia legal, o que pode ser feito mediante a devida fundamentação, a ser exposta neste item do Termo de Referência. Não a exigindo, deverá suprimir o item.

**Nota Explicativa 2:** O artigo 9º, inciso alínea "d" da IN Seges/ME nº 81 de 2022 exige que a inserção no TR Digital da especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

**Nota Explicativa 3:** A exigência de garantia, bem como o prazo previsto devem ser justificados nos autos.

**Comentado [A23]: Nota Explicativa:** Caso exigido, o Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços. Deve a Administração especificar essas exigências.

**Comentado [A24]: Nota Explicativa:** Embora a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 98/2022 tenha autorizado a aplicação da IN05/2017, no que couber, é certo que a edição do Decreto nº 11.246/2022 regulamentou o tema sem distinção quanto ao tipo de contratação, devendo a regra do TR se compatibilizar aos limites do referido Decreto.

**Comentado [A25]: Nota Explicativa:** A opção do órgão ou entidade pela exigência de manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto deverá ser previamente justificada, considerando a natureza dos serviços prestados.

### Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.18.1. (...)

### Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**Comentado [A26]: Nota Explicativa:** Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021](#), e [art. 8º do Decreto nº 11.246, de 2022](#), devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

## TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XXX, **OU** outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços **OU** o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. **A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.**

7.3. **A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:**

7.3.1. [...];

7.3.2. [...];

7.3.3. [...].

#### Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **XXX.(XXX)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

**Comentado [A27]: Nota Explicativa:** A execução dos contratos de prestação de serviços se submete a um conjunto de ações que compõem as atividades de gestão e fiscalização contratuais. Nesse sentido, o art. 19 do Decreto nº 11.246, de 2022, estabelece que: Art. 19. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

(...)

II - fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

(...)

O referido normativo não trouxe qualquer parâmetro para mensuração dos resultados para o pagamento das contratadas, limitando-se a estabelecer no seu art. 21 que ao fiscal técnico competirá “-fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração” (in [... [11]

**Comentado [A28]: Nota Explicativa 1:** A execução dos contratos deve ser acompanhada por meio de instrumentos de controle que permitam a mensuração de resultados e adequação do objeto prestado. Diante da falta de regulamentação à luz da Lei nº 14.133, de 2021, optou-se por adotar aqui as regras da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 como referência de boas práticas. Estes instrumentos de controle, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento equivalente, foram idealizados, inicialmente, para contratos de prestação de serviços como mecanismo de monitoramento e mensuração da qualidade e pontualidade na prestação dos serviços e, consequentemente, como forma de adequar os valores devidos como pagamento aos índices de qualidade verificados. Contudo, para correta aplicação da regra insculpada acima, é necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação n( [... [12]

**Comentado [A29]: Nota Explicativa:** O subitem 2.6, alínea “d” do Anexo V da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, trata de critérios de medição e pagamento que podem ser considerados na formulação desse item. Diante da falta de regulamentação à luz da Lei nº 14.133, de 2021, optou-se por adotar aqui suas regras como referência de boas práticas, até que seja publicada a regulamentação atualizada sobre o tema. Questões a serem vistas são: a) unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado; b) produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual; c) indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

**Comentado [A30]: Nota Explicativa 1:** Ao contrário da Lei nº 8.666/93, a Lei nº 14.133/21 não trouxe prazo máximo de recebimento provisório ou definitivo, e o parágrafo único do art. 25 Decreto nº 11.246, de 2022 expressamente remete a regulamento (ainda não editado) ou ao contrato. Assim, necessário estabelecer o prazo julgado adequado. Dito isso, o tempo decorrido para todas as providências burocráticas até o efetivo pagamento é disposição de grande importância para o futuro contratado e um período muito alargado pode tornar a contratação desinteressante por ser muito onerosa financeiramente. Desse modo, recomenda-se que o prazo seja dimensionado para que corresponda ao período razoável à checagem necessária, sem que traga um ônus excessivo que venha a afastar potenciais interessados.

**Nota Explicativa 2:** O art. 7º da Instrução Normativa nº 77/2022- Seges/ME dispõe que o prazo de liquidação é limitado a dez [... [13]

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de .....(.....) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**Comentado [A31]: Nota Explicativa:** Nos termos do art. 140, §4º, da Lei 14.133/21, salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.



## TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.17.1. o prazo de validade;
- 7.17.2. a data da emissão;
- 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.17.5. o valor a pagar; e
- 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito

Formatado: Não Realce

**Comentado [A32]: Nota Explicativa:** Assim como ocorre com o prazo de recebimento provisório, a Lei nº 14.133/21 não trouxe prazo máximo de recebimento definitivo, de modo que possível a previsão de qualquer prazo julgado oportuno. Nesse ponto, reitera-se: recomenda-se que o prazo seja dimensionado para que corresponda ao período razoável à checagem necessária, sem que traga um ônus excessivo que venha a afastar potenciais interessados.

## TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice XXXX de correção monetária.

**Comentado [A33]: Nota Explicativa:** Deverá a Administração indicar o índice de preços a ser utilizado para a atualização monetária do valor devido ao contratado.

### Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Comentado [A34]: Nota Explicativa:** A natureza do contrato e o objeto da contratação irão determinar a retenção tributária eventualmente cabível, bem como a possibilidade de a empresa se beneficiar da condição de optante do Simples Nacional, dentre outras questões de caráter tributário.

### Antecipação de pagamento

7.31. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

7.32. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

7.33. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

**Comentado [A35]: Nota Explicativa 1:** Incluir esse item no caso de a contratação adotar o pagamento antecipado previsto no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

**Nota Explicativa 2:** A adoção de pagamento antecipado é medida absolutamente excepcional, tendo a o art. 145 da Lei n. 14.133, de 2021, admitido sua adoção somente em situações em que houver sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a prestação do serviço. Nesse caso, deve o processo ser instruído com a competente justificativa, com previsão expressa no edital. O art. 145, §2º, prevê que a Administração poderá exigir garantia adicional como condição para o pagamento antecipado, devendo o administrador considerar essa possibilidade.



TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

- 7.33.1. R\$...... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.
- 7.33.2. (...).
- 7.34. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.
- 7.34.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.
- 7.34.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.
- 7.35. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.
- 7.36. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).
- 7.37. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.
- 7.38. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:
- 7.38.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente.
- 7.38.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.
- 7.39. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

**Cessão de crédito**

- 7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

**Comentado [A36]: Nota Explicativa:** Cabe à área técnica ajustar estes itens conforme as peculiaridades do contrato. É possível, por exemplo: fazer o pagamento antecipado apenas parcial, com o remanescente sendo pago com a execução do serviço; estabelecer pagamento antecipado integralmente no início do contrato ou dividido em etapas; prever prazos antes ou após o início da etapa conforme o cronograma financeiro do contrato para a antecipação, ou ainda combinar as possibilidades acima, dentre outras. Saliente-se, apenas, que a forma de antecipação do pagamento (se integralmente no início, se por etapas etc.) deve ser objeto de justificativa específica, que motive a estratégia utilizada pelo contratante.

**Comentado [A37]: Nota Explicativa:** A previsão desses subitens é obrigatória caso seja adotado o pagamento antecipado.

**Comentado [A38]: Nota Explicativa:** Essa condição só seria factível se houver antecipação de pagamento durante a execução contratual e não só no início do contrato. Se houver utilização dessa cautela, deve haver a previsão dos momentos de comprovação de execução para os fins deste item.

**Comentado [A39]: Nota Explicativa:** Cabe à Administração prever o percentual que seja mais razoável para o caso. Ressalte-se, entretanto, que, no caso de antecipação parcial do pagamento, não se deve exigir a garantia de que trata este item em patamar superior ao valor que for antecipado.

**Comentado [A40]: Nota Explicativa:** A adoção dessas medidas é facultativa, conforme art. 145, §2º, e deve ser objeto de justificativa, que demonstre a adequação das opções escolhidas, incluindo valores e percentuais respectivos, com a contratação em questão e a antecipação a ser feita, em especial caso se opte por não utilizar quaisquer das medidas abaixo. O dimensionamento do uso das cautelas facultativas ocorrerá conforme a demanda e as características do contrato a ser firmado, sempre mediante apresentação de justificativa, que deverá abordar o elo entre a situação fática em questão e as garantias eventualmente eleitas.

**Comentado [A41]: Nota Explicativa:** A IN SEGES/ME nº 53, de 2020, disciplinou uma modalidade específica de cessão de crédito no âmbito dos contratos administrativos – a denominada “operação de crédito garantida por cessão fiduciária” (ou, simplesmente, “cessão fiduciária”) –, prescrevendo, em seu art. 15, que editais e contratos prevejam expressamente sua admissibilidade. A possibilidade de cessão dos créditos de que trata a referida Instrução Normativa é, portanto, mandatória/cogente/impositiva. A cessão fiduciária, regida pela IN SEGES/ME nº 53/2020, é feita com instituição financeira, para garantia de operação de crédito e ocorre por intermédio do sistema AntecipaGOV. Neste tipo de negócio jurídico, o fornecedor que detém um vínculo contratual com a Administração Pública, contrai empréstimo perante instituição financeira e, como garantia da operação, cede a esta última seus direitos creditórios pertinentes ao contrato administrativo. ... [14]

**Comentado [A42]: Nota Explicativa:** No caso desse subitem, o órgão contratante pode optar por mudar a redação para já vedar de plano as cessões não fiduciárias. Entretanto, reitera-se que as cessões fiduciárias (subitem 7.35) devem permanecer permitidas, por força do art. 15 da IN SEGES/ME nº 53/2020.

**Comentado [A43]: Nota Explicativa:** A IN SEGES/ME nº 53, de 2020, disciplinou uma modalidade específica de cessão de crédito no âmbito dos contratos administrativos – a denominada “operação de crédito garantida por cessão fiduciária” (ou, simplesmente, “cessão fiduciária”) –, prescrevendo, em seu art. 15, que editais e contratos prevejam expressamente sua admissibilidade. A possibilidade ... [15]

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **[MENOR PREÇO] OU [MAIOR DESCONTO]**

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será [...].

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**Comentado [A44]: Nota Explicativa:** A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 apresenta algumas limitações quanto ao valor da operação de crédito:

Anexo I:

"1.2. O valor da operação de crédito não poderá exceder a setenta por cento do saldo a receber atualizado do(s) contrato(s) selecionado(s) pelas instituições financeiras.

(...)

a) o valor máximo da nova operação de crédito corresponderá a setenta por cento da diferença entre o saldo atualizado dos créditos do contrato e o saldo devedor atualizado da operação anterior;"

**Comentado [A45]: Nota Explicativa:** Os condicionamentos desses subitens decorrem das conclusões do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**Comentado [A46]:**

**Nota Explicativa 1:** O regime de execução deve ser sopesado e explicitado pela Administração, em particular em termos de eficiência na gestão contratual. Como regra, exige-se que as características qualitativas e quantitativas do objeto sejam previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros. Quando isso não é possível, ou seja, quando não se sabe ao certo a estimativa precisa dos itens e quantitativos que compõem o objeto a ser contratado, o gestor deve avaliar a melhor forma de execução contratual. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Justamente por isso, a adoção de tal regime pressupõe um Termo de Referência de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da obra ou serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 47 da Lei nº 8.666, de 1993), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução do [... [16]

**Comentado [A47]: Nota Explicativa:**

É fundamental que a Administração observe que exigências demasiadas poderão prejudicar a competitividade da licitação e ofender a o disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, o qual preceitua que "o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". O art. 70, III, da Lei Nº 14.133/2021, por sua vez, dispõe que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas, "total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas [... [17]

**Comentado [A48]: Nota Explicativa:** A Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas regidas pela Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Em seu art. 2º, a norma considera pessoa física "todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que partici [... [18]

**Comentado [A49]: Nota Explicativa:** O art. 41 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, transformou todas as empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI) existentes na data da entrada em vigor da Lei em sociedades limitadas unipessoais (SLU), independentemente de qualquer alteração em seus respectivos atos constitutivos.

Posteriormente, o inciso VI, alíneas "a" e "b", art. 20, da Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, revogou as disposições sobre EIRELI constantes do inciso VI do caput do art. 44 e do Título I-A do [... [19]

8.12. **Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....**

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [\[Estadual/Distrital\]](#) ou [\[Municipal/Distrital\]](#) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [\[Estadual/Distrital\]](#) ou [\[Municipal/Distrital\]](#) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [\[Estadual/Distrital\]](#) ou [\[Municipal/Distrital\]](#) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

**Comentado [A50]: Nota Explicativa:** O subitem 8.12 tem como fundamento a parte final do disposto no [art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021](#). Cabe ao órgão ou entidade analisar se a atividade relativa ao objeto a ser contratado exige registro ou autorização para funcionamento, em razão de previsão legal ou normativa. Em caso positivo, deverão ser especificados o documento a ser apresentado, o órgão competente para expedir-lo e o respectivo fundamento legal. Cite-se, como exemplo, a necessidade de registro de pessoas físicas ou jurídicas no Exército, com vistas ao exercício de qualquer atividade relativa a Produto Controlado pelo Exército (PCE), tais como a fabricação, o comércio, a importação, a exportação, a utilização e a prestação de serviços envolvendo arma de fogo, explosivo, munição, dentre outros.

**Comentado [A51]: Nota Explicativa:** O [artigo 193 da Código Tributário Nacional \(Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966\)](#) preceitua que a prova da quitação de todos os tributos devidos dar-se-á no âmbito da Fazenda Pública interessada, "relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre". Nessa mesma linha, o [art. 68, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021](#), estabelece a exigência de "inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual". Dessa forma, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal e a prova de regularidade fiscal correspondente deve levar em conta a natureza da atividade objeto da contratação e o âmbito da tributação sobre ele incidente: tratando-se de serviços em geral, incide o ISS, tributo de competência municipal, ao passo que, para aquisições incide o ICMS, tributo de competência estadual. Exceções: serviços de telecomunicações, de transporte interestadual e intermunicipal são tributados por ICMS, conforme art. 155, II da Constituição Federal. A Lista de Serviços anexa à Lei Complementar 116, de 2003, que disciplina o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), prevê alguns serviços que envolvem o fornecimento de mercadorias, peças, partes empregadas, comida ou bebidas também são tributados pelo ICMS. Como exemplos, os serviços de manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos etc (itens 14.01 e 14.03), em relação às peças e partes empregadas, e o serviço de organização de festas, recepções e bufê (item 17.11), em relação à alimentação e bebidas. Cabe ao órgão aferir as hipóteses excepcionais em que tanto a regularidade municipal como a estadual/Distrital deverão ser exigidas.

**Comentado [A52]: Nota Explicativa:** A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

**Comentado [A53]: Nota Explicativa 1:** A Administração deve examinar, diante do caso concreto, se o objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados neste modelo, levando-se em consideração o vulto e/ou a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, excluindo-se o que entender excessivo. Nesse sentido, a exigência pode restringir-se a alguns itens, como, por exemplo, somente aos itens não exclusivos a microempresa e empresas de pequeno porte, ou mesmo não ser exigida para nenhum deles, caso em que deve ser suprimida do edital. Conforme Nota Explicativa do início deste tópico, a exigência de qualificação técnica e econômica nas circunstâncias previstas no [art. 70, III da Lei nº 14.133, de 2021](#), deve ser excepcional e justificada, à luz do [art. 37, XXI, da Constituição Federal](#).

**Nota Explicativa 2:** É possível adotar critérios de habilitação econômico-financeira com requisitos diferenciados, estabeleça ... [20]

## TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de .....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

### Qualificação Técnica

8.28. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

8.29. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.30. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;*

8.30.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

8.31. *Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.31.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

8.31.1.1. [...];

8.31.1.2. [...];

8.31.1.3. [...].

8.31.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.31.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.*

8.31.4. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.31.5. *Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....*

**Comentado [A54]: Nota Explicativa 1:** Não podem ser cumulativas as exigências de capital mínimo e de patrimônio líquido mínimo, razão pela qual a Administração deverá escolher motivadamente entre uma das duas opções.

**Nota Explicativa 2:** A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação e deve ser proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração, considerando-se, entre outros fatores, o valor do contrato, a essencialidade do objeto, o tempo de duração do contrato.

A sondagem do mercado se afigura importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação. Ressalte-se que, se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, trará como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá f... [21]

**Comentado [A55]: Nota Explicativa:** A previsão do subitem 8.28 decorre do disposto no [art. 69, §1º da Lei nº 14.133, de 2021](#), podendo a Administração optar por tal disposição, desde que justificadamente.

**Comentado [A56]: Nota Explicativa:** Além de avaliar a pertinência de exigir qualificação técnica, o rigor das exigências também deve ser avaliado, promovendo-se adaptações pela área demandante ante o tipo de contratação que se pretende fazer. A redação ora apresentada visa a dispor sobre as possibilidades gerais trazidas pela lei, mas a área competente do órgão contratante deverá, NECESSARIAMENTE, ajustar TODAS as cláusulas aqui presentes à realidade de sua demanda específica, com base em justificativa da ETP.

**Comentado [A57]: Nota Explicativa:** Conforme exposto na Nota Explicativa sobre os requisitos da contratação – vistoria – essa declaração só deve ser exigida caso tenha sido considerada imprescindível a avaliação prévia do local de execução para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. No entanto, como explicado naquela nota, a declaração de conhecimento das condições locais poderá ser substituída por declaração do responsável técnico acerca do conhecimento ... [22]

**Comentado [A58]: Nota Explicativa 1:** O subitem 8.30.2 deverá ser incluído caso seja formulada exigência de quantitativos mínimos do serviço a serem comprovados por meio dos atestados. O somatório de atestados apenas poderá ser afastado de forma justificada, já que constitui medida restritiva da competição na dispensa eletrônica.

**Nota Explicativa 2:** A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente f... [23]

**Comentado [A59]: Nota Explicativa:** Nesse sentido, o [Parecer n. 00005/2021/CNMLC/CGU/AGU](#) fixou que “se a filial pode até mesmo executar uma contratação formalizada com a matriz, não restam motivos para entender que os atestados de capacitação técnica emitidos em favor de uma não possam ser aproveitados pela outra, haja vista serem ambas rigorosamente a mesma empresa.” Vale observar que referido entendimento se inspirou na [ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 66, DE 29 DE MAIO DE 2020](#).

**Comentado [A60]: Nota Explicativa:** Eventuais requisitos de qualificação técnica previstos em lei específica e que incidam sobre a atividade objeto da contratação, deverão ser indicados no item 8.30.5, com fundamento no [art. 67, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#). Cita-se, exemplificativamente, a exigência, dentre os documentos de habilitação técnica, da chamada Autorização Especial, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, nas contratações para aquisição de medicamentos sujeitos a controle especial, com base na [Lei n.º 6.360, de 23 de setem](#) ... [24]



## TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$... *(por extenso)*, conforme custos unitários apostos na *[tabela acima] OU [em anexo]*.

**OU**

9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....

**OU**

9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**Comentado [A61]: Nota Explicativa:** Em relação à pessoa física ou jurídica que se caracterize como “potencial subcontratado”, é possível a previsão de exigência de atestados específicos, situação na qual mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado. Nesse sentido é o teor do § 9º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021:

“O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.”

**Comentado [A62]: Nota Explicativa 1:** Pesquisa de Preços - A estimativa de preços deve ser precedida de regular pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho 2021.

**Nota Explicativa 2:** Os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, devem constar de anexo ao termo de referência, nos termos do art. 9º, IX, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022. Caso a Administração opte por preservar o sigilo da estimativa do valor da contratação, também deverá ser preservado o sigilo desse anexo.

**Nota Explicativa 3:** Utilizar a redação do item 9.1 na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por menor preço, sem caráter sigiloso.

**Comentado [A63]: Nota Explicativa 1:** Utilizar a redação do item 9.2 na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**Comentado [A64]: Nota Explicativa 1:** Utilizar a redação do item 9.3 na hipótese em que for adotado o critério de julgamento por menor preço e caso a Administração opte por preservar a sua estimativa do valor da contratação. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável não poderá ser sigiloso (art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, e Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 2022, art. 12, §3º)

**Comentado [A65]: Nota Explicativa 1:** Em caso de utilização de matriz de alocação de risco, o custo estimado da contratação deve levar em consideração o conjunto de riscos alocados ao contratado, o que naturalmente implicará elevação no custo da contratação (cf. art. 22, caput, e art. 103, §3º, ambos da Lei n. 14.133, de 2021).

**Nota Explicativa 2:** Serviços de Grande Vulto. No caso de serviço cujo valor estimado supere R\$ 216.081.640,00 (conforme art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133, de 2021, atualizado pelo Decreto nº 10.922, de 30 de dezembro de 2021), será obrigatória a inclusão de disposição no Termo de Referência indicando os termos da Matriz de Risco a ser aposta no edital ou no contrato, conforme art. 22, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO

9.5.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [...];
- II) Fonte de Recursos: [...];
- III) Programa de Trabalho: [...];
- IV) Elemento de Despesa: [...];
- V) Plano Interno: [...];

10.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

**Comentado [A66]: Nota Explicativa:** O [art. 106, II da Lei nº 14.133, de 2021](#), prevê para contratações de serviços e fornecimento continuado que a “a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção”. Quanto à rescisão contratual por ausência de crédito ou vantajosidade (art. 106, III), remete-se às regras específicas constantes do contrato, inclusive em relação à aplicação do art. 106, §1º.

**Comentado [A67]: Nota Explicativa 1:** O Termo de Referência deverá ser devidamente aprovado pelo ordenador de despesas ou a autoridade competente respectiva, conforme divisão de atribuições de cada órgão.

**Nota Explicativa 2:** Registre-se que, salvo no caso de elaboração do TR pela própria autoridade competente para aprová-lo, eventual equipe incumbida de tal confecção deve ser designada pela autoridade competente nos termos do [art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021](#), incumbindo a esta aferir o cumprimento dos requisitos necessários a esta função.

**Nota Explicativa 3:** Conforme [art. 8º da IN Seges/ME nº 81, de 2022](#), incumbe, conjuntamente, aos servidores da área técnica e da requisitante, designados na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021](#) pelas respectivas autoridades, a elaboração do Termo de Referência, podendo a mesma área cumprir ambos os papéis (art. 3º, § 2º da IN). Uma outra possibilidade é o uso de uma Equipe de Planejamento da Contratação, caso haja alguma designada para tal fim.

**Nota Explicativa 4:** Atentar para a necessidade de avaliação quanto à pertinência de classificar o TR nos termos da [Lei n. 12.527, de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação), conforme previsão do [artigo 10 da Instrução Normativa n. 81, de 2022](#).

**ORIENTAÇÕES PARA USO DO MODELO – LEITURA OBRIGATÓRIA**

**1)** O presente modelo de Termo de Referência procura fornecer um ponto de partida para a definição do objeto e condições da contratação. **Este é o documento que mais terá variação de conteúdo, de acordo com as peculiaridades da demanda da Administração e do objeto a ser contratado.** Assim, não se deve prender ao texto apresentado, mas sim trabalhá-lo à luz dos pontos fundamentais da contratação, sempre de forma clara e objetiva.

**2)** A redação em preto consiste no que se espera ser invariável. Ela até pode sofrer modificações a depender do caso concreto, mas não são disposições feitas para variar. Por essa razão, **quaisquer modificações nas partes em preto, sem marcação de itálico, devem necessariamente ser justificadas nos autos, sem prejuízo de eventual consulta ao órgão de assessoramento jurídico respectivo, a depender da matéria.**

**3)** Os itens deste modelo destacados em vermelho itálico devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante segundo critérios de oportunidade e conveniência, de acordo com as peculiaridades do objeto e cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da contratação (minuta de Edital e de Contrato), para que não conflitem. São previsões feitas para variarem. Eventuais justificativas podem ser exigidas a depender do caso.

**4)** Alguns itens receberam notas explicativas, destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, que deverão ser devidamente suprimidas ao se finalizar o documento na versão original.

**5)** Recomenda-se indicar no processo a versão (mês e ano) utilizada para elaboração da minuta, em especial ao encaminhar o feito para análise jurídica. Tal informação consta no rodapé do documento. Essa indicação pode ocorrer expressamente no despacho de encaminhamento ou mantendo-se o rodapé na minuta encaminhada, conforme o caso. É um dado importante já que indica qual o parâmetro a ser utilizado em eventual checagem.

**6)** O Termo de Referência deve ser elaborado também no Sistema TR Digital ou em ferramenta informatizada própria (art. 4º da IN Seges/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022).

**7)** A elaboração do TR deve levar em conta o art. 3º, inciso I, da IN Seges/ME nº 81, de 2022, que traz a seguinte definição de TR: “documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os parâmetros e elementos descritivos estabelecidos no art. 9º, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação”.

**8)** A não utilização dos modelos de TR instituídos pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos deve ser justificada por escrito, com anexação ao respectivo processo de contratação, conforme art. 19, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 9º, §3º da IN Seges/ME nº 81, de 2022.

**9)** A fim de aprimorar as atividades da Administração, a elaboração dos estudos preliminares e do TR deve levar em conta o relatório final com informações de contratação anterior, nos termos da alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021 e inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022. Caso referido relatório não tenha sido elaborado, o processo deve ser enriquecido com essa informação, devendo o gestor do contrato cuidar de elaborá-lo ao fim da contratação que será efetivada.

**10)** Este modelo poderá ser adotado por todos os entes federados, conforme estabelece o inciso IV do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a realização das adequações eventualmente necessárias, sobretudo em virtude da possível existência de normas locais específicas, que poderão ser consideradas no caso concreto.

**11)** Quaisquer sugestões de alteração poderão ser encaminhadas ao e-mail:

[cgu.modeloscontratacao@aqu.gov.br](mailto:cgu.modeloscontratacao@aqu.gov.br).

**Nota Explicativa 1:** A tabela acima é meramente ilustrativa, podendo ser livremente alterada conforme o caso concreto.

**Nota Explicativa 2:** A justificativa para o parcelamento ou não do objeto deve constar do Estudo Técnico Preliminar ([art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e [art. 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022](#)). Os serviços, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso ([art. 47, inciso II, da Lei n. 14.133, de 2021](#)). Devem

também ser observadas as regras do [artigo 47, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021](#), que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento.

**Nota Explicativa 3:** Em licitação ou itens de valor correspondente a até R\$ 80.000,00 deve ser garantida a participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme [artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), e [artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015](#)).

**Página 1: [3] Comentado [A4]**

**Autor**

**Nota Explicativa 1:** Enquadramento da Contratação para fins de vigência - Há dois tipos de contratação por licitação para fornecimento de serviços, no que tange à vigência:

a) Há **serviços não contínuos** quando se trata de um serviço sem que haja uma demanda de caráter permanente. Uma vez finalizado, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato. Estes usam o [art.105da Lei nº 14.133, de 2021](#), como fundamento e partem apenas de créditos do exercício corrente, salvo se inscritos no Plano Plurianual.

b) Há **serviços contínuos** quando o serviço é uma necessidade permanente. É o caso, por exemplo, de serviços de limpeza e segurança essenciais para o funcionamento do órgão público. Nessas situações, findado o contrato, haverá sua substituição por um novo e assim, sucessivamente, pois a necessidade em si é permanente. Contratações dessa natureza são atendidas pelo [art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021](#). Atente-se que há modelo de Termo de Referência específico para serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

**Nota Explicativa 2:** Prazo de Vigência e Empenho - [art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#) – Serviço Não-Contínuo: Em caso de serviço não contínuo, o prazo de vigência deve ser o suficiente para a finalização do objeto e adoção das providências previstas no contrato, sendo a contratação limitada pelos respectivos créditos orçamentários.

Uma contratação que não tenha previsão no Plano Plurianual deve ter a sua integralidade empenhada antes ou de modo concomitante à celebração, conforme [Lei nº 4.320, de 17 de março 1964](#), e [Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986](#), e a partir de tal empenho ter a vigência necessária prevista, utilizando-se de restos a pagar, se for o caso ([art. 30, §2º do Decreto nº 93.872, de 1986](#)).

Já a contratação prevista no Plano Plurianual pode ter empenhos em anos distintos, considerando a despesa de cada exercício, apenas quanto ao período abrangido pelo PPA.

**Nota Explicativa 3:** Prazo de Vigência – arts. 106 e 107 – Serviço Contínuo: A definição de serviço contínuo consta no [art. 6º, XV da Lei nº 14.133, de 2021](#), sendo os “serviços contratados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas”. A utilização do prazo de vigência plurianual no caso de fornecimento contínuo é condicionada ao ateste de maior vantagem econômica, a ser feita pela autoridade competente no processo respectivo, conforme [art. 106, I da Lei nº 14.133, de 2021](#).

De acordo com o [artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#), será possível que contratos de serviço contínuo sejam prorrogados por até 10 anos, desde que haja previsão no edital e/ou contrato e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**Página 2: [4] Comentado [A6]**

**Autor**

**Nota Explicativa 1:** O [artigo 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), dispõe:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

Ver também [Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022](#) (ETP), art. 3º, inciso I e art. 6º.

Caso haja a necessidade de modificação da descrição em relação à originalmente feita nos estudos técnicos preliminares, recomenda-se ajustar a redação do dispositivo 3.1, acima, para que passe a contemplar essa alteração.

A [Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022](#), também trata da necessidade de descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto, com preferência a arranjos inovadores em sede de economia circular, conforme seu artigo 9º, inciso III. Tal orientação deve ser adotada naquilo em que compatível com a contratação de serviços.



**Nota Explicativa 2:** A [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), em seu art. 9º, §1º, estabelece que os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme parâmetros definidos em regulamento, de acordo com o [§ 1º do art. 34 da Lei nº 14.133, de 2021](#). Logo, a definição do menor dispêndio para Administração deve levar em consideração esse aspecto.

**Nota Explicativa 3:** O objeto deve ser descrito de forma detalhada, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, cuidando-se para que não sejam admitidas, previstas ou incluídas condições impertinentes ou irrelevantes para o específico objeto do contrato. Deve-se levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da [Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962](#).

**Nota Explicativa 4:** O [art. 6º, XXIII, “c”, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e o [art. 9º, III, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022](#), dispõem que a descrição da solução como um todo deve considerar todo o ciclo de vida do objeto. “Ciclo de Vida” é definido no art. 3º da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, como sendo “série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final”. Desse modo, a descrição da solução deve considerar não só suas características intrínsecas ao uso em si, mas também eventual sustentabilidade de sua produção, duração de seu consumo (se é menos ou mais durável) até a destinação final. Reitere-se: se a descrição contida no ETP não contiver esse ponto, deve ser complementada neste TR. A preocupação com o ciclo de vida é mais comum para bens, porém, não se afasta, em princípio, analisar eventual cabimento desse aspecto no planejamento do serviço que envolver o emprego de bens, como ocorre em manutenção de veículos ou elevadores, por exemplo.

**Nota Explicativa 5:** O [art. 47, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e o [art. 9º, inciso I, alínea b, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022](#), estabelece que deve ser feita a especificação do produto/bem/serviço, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, durabilidade e segurança considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho. A [Portaria SEGES/ME nº 938, de 02 de fevereiro de 2022](#), instituiu o catálogo eletrônico de padronização, o qual deverá ser consultado para verificar se a contratação almejada está contemplada em seus termos. quando das licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto, bem como nas contratações diretas de que tratam os [incisos I do art. 74 e os incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#). Em existindo padronização aprovada, ela deve ser considerada e eventual não-uso justificado nos autos.

**Nota Explicativa 6:** O [art. 6º, XXIII, “c”, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e o [art. 9º, III, da Instrução Normativa Seges/ME nº 81, de 2022](#), dispõem que a descrição da solução como um todo deve considerar todo o ciclo de vida do objeto. “Ciclo de Vida” é definido no art. 3º da Lei nº 12.305, de 2010 como sendo “série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final”. Desse modo, a descrição da solução deve considerar não só suas características intrínsecas ao uso em si, mas também eventual sustentabilidade de sua produção, duração de seu consumo (se é menos ou mais durável) até a destinação final. Reitere-se: se a descrição contida no ETP não contiver esse ponto, deve ser complementada neste documento. A preocupação com o ciclo de vida é mais comum para bens, porém, não se afasta, em princípio, analisar eventual cabimento desse aspecto no planejamento do serviço, principalmente em serviços que envolvam fornecimento de bens e materiais.

**Nota Explicativa 7:** Em havendo elementos de sustentabilidade (fornecimento em material reciclável ou com madeira de reflorestamento etc.) inerentes ao objeto contratual, estes devem estar na solução como um todo de modo específico e concreto, evitando-se descrições genéricas, de difícil aferição e controle. Recomenda-se destacar em tópicos específicos da descrição do objeto seus elementos atinentes a aspectos de sustentabilidade. Sugere-se consultar o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU](#) para tal fim. Caso o Estudo Técnico Preliminar seja silente ou insuficiente a esse respeito, recomenda-se abrir tópico específico nesta seção sobre a matéria.

Vale registrar que a sustentabilidade pode incidir a partir de características do próprio objeto a ser contratado como também de outros modos, compilados no tópico “requisitos da contratação” deste TR.

**Nota Explicativa 1:** Os requisitos da contratação deverão ser registrados nos Sistemas TR DIGITAL e ETP DIGITAL, nos termos do [art. 9º, inciso IV da IN Seges/ME nº 81, de 2022](#) e [art. 9º, II, da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 2022](#).

**Nota Explicativa 2:** Alguns requisitos de contratação tratados na lei foram abordados neste tópico do Termo de Referência. Isso não impede que outros requisitos de contratação, de caráter técnico, sejam inseridos pela área competente. Registre-se, apenas, que a documentação de habilitação técnica é objeto de tópico específico deste TR (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

**Página 2: [6] Comentado [A8]**

**Autor**

**Nota Explicativa 1:** O Termo de Referência e os Estudos Técnicos Preliminares deverão estar alinhados com o Plano Diretor de Logística Sustentável, Plano de Contratações Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, de acordo com o [art. 7º da IN Seges/ME nº 81, de 2022](#), e [art. 7º da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 2022](#).

**Nota Explicativa 2:** Nos termos da [Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021](#), o Plano Diretor de Logística Sustentável é instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Destaque-se ainda que, de acordo com o [artigo 8º, §1º, III, da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 2021](#), o Plano Diretor de Logística Sustentável deverá nortear a elaboração dos anteprojetos, dos projetos básicos ou dos termos de referência de cada contratação.

**Nota Explicativa 3:** Os preceitos do desenvolvimento sustentável devem ser observados na fase preparatória da licitação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades, conforme prevê o parágrafo único do [artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

**Nota Explicativa 4:** Os critérios e práticas de sustentabilidade deverão ser registrados no sistema de ETP Digital, conforme previsão do [Art. 9º, II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022](#).

Soma-se a essa previsão, o [Parecer n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU, da Consultoria –Geral da União aprovado nos termos do DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU \(NUP: 00688.000723/2019-45\)](#) que consolidou o entendimento de que a “administração pública é obrigada a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos.”

Dessa forma, a sustentabilidade deve ser considerada pelo gestor público: a) na fase de planejamento da contratação, b) na elaboração das minutas, com consulta ao Guia, c) na fase de execução contratual e d) na adequada destinação ambiental dos resíduos decorrentes dos serviços prestados, levando em conta as diretrizes estabelecidas pela [Lei 12.305/2010](#) - Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ainda que não constante do termo de referência, destaque-se que as contratações mediante pregão eletrônico deverão estar alinhadas com o Plano de Gestão e Logística Sustentável do órgão.

**Nota Explicativa 5:** A impossibilidade de adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos Estudos Técnicos Preliminares ou nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito, conforme o [Parecer n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU](#) e previsão do [§1º do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022](#), que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP. Se houver justificativa nos autos para a não-adoção de critérios de sustentabilidade (e apenas nesse caso), deverá haver a supressão dos dispositivos específicos acima.

**Nota Explicativa 6:** Aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, recomenda-se que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União](#), disponibilizado pela Consultoria-Geral da União e no site da AGU.

**Nota Explicativa 7:** De acordo com o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU](#), a inclusão de critérios de sustentabilidade deve ser feita de modo claro e objetivo. Deve-se evitar a transcrição literal e automática das previsões legais ou normativas, sem efetuar o exame da incidência real e efetiva delas na contratação em apreço.

Assim, uma vez exigido qualquer requisito ambiental na especificação do objeto e/ou edital, e/ou contrato, deve ser prevista a forma objetiva de comprovação. É preciso saber quais critérios de

sustentabilidade devem ser incluídos nas peças editalícias, como fazer essas exigências e de que forma as pretendidas contratadas devem comprovar o cumprimento desses critérios de sustentabilidade exigidos pela Administração. ([artigo 9, inciso XII, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022](#), que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP)

**Nota Explicativa 8:** Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo sustentáveis ([artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010](#) – Política Nacional de Resíduos Sólidos). Deve-se observar, também, a regulamentação a ser editada a luz da nova legislação.

**Nota Explicativa 9:** Recomenda-se, igualmente, consulta ao Catálogo de Materiais Sustentáveis (CATMAT Sustentável), bem como consulta prévia ao site governamental <https://doacoes.gov.br/>, solução desenvolvida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que oferta bens móveis e serviços para a administração pública, disponibilizados pelos próprios órgãos de governo ou oferecidos por particulares de forma não onerosa, otimizando a gestão do recurso público com consumo consciente e sustentável.

#### **Página 2: [7] Comentado [A9]**

#### **Autor**

**Nota Explicativa 1:** Embora a contratação seja de serviços, é possível que a Administração indique marcas ou modelos de eventuais bens necessários à execução do objeto da contratação.

**Nota Explicativa 2:** Marca - Excepcionalmente será permitida a indicação de uma ou mais marcas ou modelos, desde que justificada tecnicamente no processo, nas hipóteses descritas no art. 41, inciso I, alíneas a, b, c e d da Lei nº 14.133, de 2021.

**Nota Explicativa 3:** Similaridade - Quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração.

Permite-se menção a marca de referência no aviso, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo “ou equivalente”, “ou similar”, “ou de melhor qualidade”, podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.”

Deve a Administração, ainda, observar o princípio da padronização considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, nos termos do [art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e do [art. 9º, inciso I, alínea b, da IN Seges/ME nº 81, de 2022](#). Também deverá ser observada a Portaria SEGES/ME n. 938, de 2022, que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

#### **Página 2: [8] Comentado [A10]**

#### **Autor**

**Nota Explicativa 1:** Embora a contratação seja de serviços, é possível que a Administração vede o emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução, com base em experiência prévia, registrada em processo administrativo, conforme art. 41, III, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Nota Explicativa 2:** O artigo 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, prevê a possibilidade de a Administração vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual. A Administração na condição de contratante, espelhando o que foi definido no artigo 10, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022, que trata do ETP, deve aproveitar sua experiência para aperfeiçoar seu processo de contratação, por meio da adoção de providências que evitem a repetição de compras malsucedidas. Para tanto, deve considerar também o relatório final de que trata a [alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021](#). Além do preço, elementos como qualidade do produto e da assistência técnica assim como durabilidade do bem e custos com manutenção são essenciais para que se conclua que um objeto atende ou não a necessidade administrativa. Diferentemente do mercado privado, em que basta a vontade do particular de não efetuar nova contratação, no âmbito das contratações públicas é necessária a existência de justo motivo, que a lei vincula à existência de processo administrativo prévio, cujo resultado tenha culminado com a conclusão de que determinado produto ou marca não atendem aos requisitos mínimos para que sejam adquiridas pela Administração. O caput do artigo 41 deixa claro que essa deve ser uma medida excepcional, que terá cabimento quando houver necessidade. Somente será possível vedar a aquisição de produto ou marca se houver processo administrativo prévio no qual as razões administrativas tenham sido expostas, com possibilidade de

participação do particular envolvido, a fim de que a exclusão de marca ou produto não constitua um ato arbitrário. As razões para a vedação devem ser apresentadas no Estudo Técnico Preliminar, inclusive com citação de trechos do processo administrativo em que se consolidou a vedação, se for o caso.

**Página 3: [9] Comentado [A14]**

**Autor**

**Nota Explicativa 1:** Neste momento, a área técnica competente deverá indicar se a contratação utilizará a garantia de execução ou não. As regras específicas sobre garantia, pelo seu caráter jurídico, estarão previstas no contrato e deverão ser nele inseridas caso haja indicação positiva no Termo de Referência. Caso não haja uso de minuta contratual, recomenda-se copiar e colar aqui as regras do contrato sobre esse assunto.

**Nota Explicativa 2:** O percentual da garantia será de:

- a) até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para contratações em geral, conforme [art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- b) até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, nos casos de alta complexidade técnica e riscos envolvidos, caso em que deverá haver justificativa específica nos autos, conforme art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021;
- c) deverá ser acrescido de garantia adicional aos percentuais citados anteriormente, em casos de previsão de antecipação de pagamento, nos termos do [art. 145, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- d) Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia calculado de acordo com os itens anteriores.

**Nota Explicativa 3:** No [art. 96, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), há previsão apenas do prazo para apresentação da garantia na modalidade seguro-garantia, em contratações precedidas de licitações, caso em que o prazo deverá ser contado da homologação da licitação. Nas demais modalidades, deverá a Administração prever o prazo e o termo início de sua contagem para a apresentação da garantia. Como o seguro-garantia, nos termos da lei, teria de ser pré-contratual, esta disposição deve estar contida neste documento igualmente pré-contratual.

**Página 3: [10] Comentado [A15]**

**Autor**

**Nota Explicativa:** É assegurado ao licitante o direito de realizar vistoria prévia no local de execução do serviço sempre que o órgão ou entidade contratante considerar essa avaliação imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado ([art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)). Ainda assim, segundo o texto legal, o contratado poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, mediante declaração formal do seu responsável técnico (art. 63, §3º).

Nesse contexto, uma vez facultada a realização da vistoria prévia no Termo de Referência, os interessados terão três opções para cumprir o requisito de habilitação correspondente, conforme §§2º e 3º do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:

- a) realizar a vistoria e atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço;
- b) atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço;
- c) declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A hipótese “a” dispensa maiores comentários, a não ser o de que é o próprio licitante que atesta conhecer o local e as condições, e não a Administração que tem o ônus de emitir o atestado de vistoria, como se passa no âmbito da [Lei nº 8.666, de 1993](#).

Já na hipótese “b”, o licitante não necessariamente realiza a vistoria facultada na licitação, mas, da mesma forma, atesta que conhece o local da obra ou serviço, além das respectivas condições de



execução, pressupondo-se que já tenha comparecido anteriormente ao local para poder emitir a declaração sem incorrer em falsidade ideológica. Isso pode ocorrer sobretudo quando se trata de empresa que já prestou serviços no mesmo local ou já realizou vistoria em outra oportunidade. Por fim, na hipótese “c”, não se declara que conhece o local, e sim as condições e peculiaridades da contratação em sua plenitude. Por isso que, em contrapartida, a declaração deve ser firmada pelo responsável técnico, que poderá chegar a esse conhecimento com base nas disposições do edital e anexos, somada à sua experiência profissional, que lhe permite emitir a declaração sem conhecer o local e sem incorrer em falsidade.

Contudo, caso não se verifique a exigência legal de que a empresa a ser contratada possua um responsável técnico - assim considerado o profissional habilitado, na forma da lei, para conduzir, orientar e se responsabilizar por todas as atividades e serviços a serem exercidos pela empresa -, a declaração formal de que trata o § 3º do art. 63, da Lei n.º 14.133, de 2021, deverá ser firmada pelo responsável legal da empresa ou por pessoa por ele indicada, que possua condições técnicas de se responsabilizar pela execução dos serviços a serem contratados.

Recomenda-se que a previsão de vistoria seja adotada de forma motivada, já que aumenta os custos transacionais dos interessados, devendo, sempre que possível, ser substituída pela apresentação de fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres relativos ao local de execução do serviço.

#### **Página 7: [11] Comentado [A27]**

#### **Autor**

**Nota Explicativa:** A execução dos contratos de prestação de serviços se submete a um conjunto de ações que compõem as atividades de gestão e fiscalização contratuais. Nesse sentido, [o art. 19 do Decreto nº 11.246, de 2022](#), estabelece que:

Art. 19. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas de acordo com as seguintes disposições:

(...)

II - fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os **indicadores estipulados no edital**, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

(...)

O referido normativo não trouxe qualquer parâmetro para mensuração dos resultados para o pagamento das contratadas, limitando-se a estabelecer no seu art. 21 que ao fiscal técnico competirá “fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração” (inciso VI)

Neste sentido, nas contratações de prestação de serviços, a Administração deve adotar, sempre que possível, unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada. Nessas contratações, a mensuração e o pagamento vinculados aos resultados entregues pela contratada são amparados “no princípio constitucional explícito da eficiência, bem como no princípio implícito da economicidade, e, ainda, segundo os princípios da legalidade e da moralidade dos gastos públicos” (TCU, Acórdão nº 1.215/2009, Plenário). Ou seja, é necessário um instrumento que permita definir bases objetivas a serem aplicadas no controle da qualidade do objeto executado, permitindo à Administração, também com base em previsão expressa nesse instrumento, promover as adequações de pagamento devidas no caso de não se verificar o atendimento das metas estabelecidas. Assim, vale sugerir a inclusão como boa prática administrativa como, o modelo trazido pela [Instrução Normativa nº 05/2017](#) e que foi elaborado conforme as diretrizes para a construção de um novo modelo de contratação de prestação de serviço estabelecidas no Acórdão nº 786/2006 – Plenário. Neste sentido, Anexo I da referida instrução normativa definiu “INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR): mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento”.

#### **Página 7: [12] Comentado [A28]**

#### **Autor**

**Nota Explicativa 1:** A execução dos contratos deve ser acompanhada por meio de instrumentos de controle que permitam a mensuração de resultados e adequação do objeto prestado. Diante da falta de regulamentação à luz da Lei nº 14.133, de 2021, optou-se por adotar aqui as regras da [Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017](#) como referência de boas práticas. Estes instrumentos de controle, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento equivalente, foram idealizados, inicialmente, para contratos de prestação de serviços como mecanismo de

monitoramento e mensuração da qualidade e pontualidade na prestação dos serviços e, consequentemente, como forma de adequar os valores devidos como pagamento aos índices de qualidade verificados. Contudo, para correta aplicação da regra insculpida acima, é necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação na execução do objeto contratado, e, consequentemente, o montante devido em pagamento. Sem o devido estabelecimento dos critérios e parâmetros de avaliação dos itens previstos no artigo, a cláusula torna-se inexecutável, absolutamente destituída de efeitos. Dessa forma, para que seja possível efetuar a glosa, é necessário definir, objetivamente, quais os parâmetros para mensuração do percentual do pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.

**Nota Explicativa 2:** Caso o órgão não tenha elaborado o IMR, deverá suprimir os trechos em itálico que fazem referência a ele.

**Nota Explicativa 3:** Para que seja possível efetuar a glosa, é necessário definir, objetivamente, no IMR ou instrumento equivalente, quais os parâmetros para mensuração do percentual do pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.

**Página 7: [13] Comentado [A30]**

**Autor**

**Nota Explicativa 1:** Ao contrário da Lei nº 8.666/93, a Lei nº 14.133/21 não trouxe prazo máximo de recebimento provisório ou definitivo, e o [parágrafo único do art. 25 Decreto nº 11.246, de 2022](#) expressamente remete a regulamento (ainda não editado) ou ao contrato. Assim, necessário estabelecer o prazo julgado adequado. Dito isso, o tempo decorrido para todas as providências burocráticas até o efetivo pagamento é disposição de grande importância para o futuro contratado e um período muito alargado pode tornar a contratação desinteressante por ser muito onerosa financeiramente. Desse modo, recomenda-se que o prazo seja dimensionado para que corresponda ao período razoável à checagem necessária, sem que traga um ônus excessivo que venha a afastar potenciais interessados.

**Nota Explicativa 2:** O [art. 7º da Instrução Normativa nº 77/2022-Seges/ME](#) dispõe que o prazo de liquidação é limitado a dez dias úteis, “a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração”.

No caso das aquisições, a Nota Fiscal acompanha o fornecimento do produto, razão pela qual os prazos de recebimento provisório e definitivo devem estar abrangidos no prazo de liquidação.

Já nos serviços adota-se sistemática distinta, em que primeiro o contratado comunica a finalização do serviço ou de etapa deste, para que então a Administração efetue o recebimento provisório e definitivo e autorize a emissão da Nota Fiscal, nos valores já líquidos e certos. Isso evita os constantes cancelamentos de Notas Fiscais por diferenças de valores e o desatendimento de obrigações tributárias, notadamente quanto ao prazo de recolhimento.

Deste modo, nos serviços o prazo de dez dias para a liquidação é contado após os prazos de recebimento provisório e definitivo, e não juntamente com esses.

Em vista disso, reitera-se a importância de se prever prazos menores para essa etapa, com vistas a manter o negócio atrativo aos potenciais fornecedores. Prazos muito longos acabariam frustrando o objetivo preconizado no [art. 7º da Instrução Normativa nº 77/2022-Seges/ME](#).

**Página 11: [14] Comentado [A41]**

**Autor**

**Nota Explicativa:** A [IN SEGES/ME nº 53, de 2020](#), disciplinou uma modalidade específica de cessão de crédito no âmbito dos contratos administrativos – a denominada “operação de crédito garantida por cessão fiduciária” (ou, simplesmente, “cessão fiduciária”) –, prescrevendo, em seu art. 15, que editais e contratos prevejam expressamente sua admissibilidade. A possibilidade de cessão dos créditos de que trata a referida Instrução Normativa é, portanto, mandatória/cogente/impositiva.

A cessão fiduciária, regida pela IN SEGES/ME nº 53/2020, é feita com instituição financeira, para garantia de operação de crédito e ocorre por intermédio do sistema AntecipaGOV. Neste tipo de negócio jurídico, o fornecedor que detém um vínculo contratual com a Administração Pública, contrai empréstimo perante instituição financeira e, como garantia da operação, cede a esta última seus direitos creditórios pertinentes ao contrato administrativo.

*Já em relação às demais modalidades de cessão de crédito, não abrangidas pela IN SEGES/ME nº 53/2020, feitas com outros tipos de particulares, tem-se que sua previsão em editais e contratos administrativos, embora não obrigatória, continua admitida por força do Parecer JL-01, do Advogado-Geral da União (disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AGU/Pareceres/2019-2022/PRC-JL-01-2020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AGU/Pareceres/2019-2022/PRC-JL-01-2020.htm)), aprovado pelo Sr. Presidente da República em 26/05/2020, e, portanto, vinculante para toda a administração pública ([arts. 40, §1º e 41 da Lei Complementar nº 73, de 1993](#)).*

*Quanto a estas últimas, importa destacar a seguinte condicionante que foi erigida pelo referido [Parecer nº JL – 01/2020](#) como requisito para a sua admissibilidade em contratos administrativos: inexistência de vedação no instrumento convocatório.*

*Assim, relativamente às cessões de crédito em geral, ter-se-á por admitida desde que não haja vedação em cláusula contratual ou no instrumento convocatório.*

*Para diferenciar uma da outra, orienta-se verificar a pessoa do cessionário, se instituição financeira ou não (no primeiro caso, tenderá a ser cessão fiduciária, portanto obrigatoriamente permitida) e se a destinação é garantir uma operação de crédito (também necessário para o enquadramento como fiduciária).*

**Página 11: [15] Comentado [A43]**

**Autor**

**Nota Explicativa:** A IN SEGES/ME nº 53, de 2020, disciplinou uma modalidade específica de cessão de crédito no âmbito dos contratos administrativos – a denominada “operação de crédito garantida por cessão fiduciária” (ou, simplesmente, “cessão fiduciária”) –, prescrevendo, em seu art. 15, que editais e contratos prevejam expressamente sua admissibilidade. A possibilidade de cessão dos créditos de que trata a referida Instrução Normativa é, portanto, mandatória/cogente/impositiva.

A cessão fiduciária, regida pela IN SEGES/ME nº 53/2020, é feita com instituição financeira, para garantia de operação de crédito e ocorre por intermédio do sistema AntecipaGOV. Neste tipo de negócio jurídico, o fornecedor que detém um vínculo contratual com a Administração Pública, contrai empréstimo perante instituição financeira e, como garantia da operação, cede a esta última seus direitos creditórios pertinentes ao contrato administrativo.

*Já em relação às demais modalidades de cessão de crédito, não abrangidas pela IN SEGES/ME nº 53/2020, feitas com outros tipos de particulares, tem-se que sua previsão em editais e contratos administrativos, embora não obrigatória, continua admitida por força do Parecer JL-01, do Advogado-Geral da União (disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AGU/Pareceres/2019-2022/PRC-JL-01-2020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AGU/Pareceres/2019-2022/PRC-JL-01-2020.htm)), aprovado pelo Sr. Presidente da República em 26/05/2020, e, portanto, vinculante para toda a administração pública (arts. 40, §1º e 41 da Lei Complementar nº 73, de 1993).*

*Quanto a estas últimas, importa destacar a seguinte condicionante que foi erigida pelo referido Parecer nº JL – 01/2020 como requisito para a sua admissibilidade em contratos administrativos: inexistência de vedação no instrumento convocatório.*

*Assim, relativamente às cessões de crédito em geral, ter-se-á por admitida desde que não haja vedação em cláusula contratual ou no instrumento convocatório.*

*Para diferenciar uma da outra, orienta-se verificar a pessoa do cessionário, se instituição financeira ou não (no primeiro caso, tenderá a ser cessão fiduciária, portanto obrigatoriamente permitida) e se a destinação é garantir uma operação de crédito (também necessário para o enquadramento como fiduciária).*

**Nota Explicativa 1:** O regime de execução deve ser sopesado e explicitado pela Administração, em particular em termos de eficiência na gestão contratual. Como regra, exige-se que as características qualitativas e quantitativas do objeto sejam previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros. Quando isso não é possível, ou seja, quando não se sabe ao certo a estimativa precisa dos itens e quantitativos que compõem o objeto a ser contratado, o gestor deve avaliar a melhor forma de execução contratual. Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Justamente por isso, a adoção de tal regime pressupõe um Termo de Referência de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da obra ou serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (*art. 47 da Lei nº 8.666, de 1993*), *para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual (TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013)*. Já na empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço: a execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos (*TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013*). Assim, na empreitada por preço unitário haverá a execução do contrato conforme a demanda, e esse regime de execução foi criado para resolver o problema da necessidade de fixar uma remuneração sem que se tivesse, desde logo, a quantidade exata do encargo a ser executado. A opção da Administração por um ou outro regime não decorre de mera conveniência, mas sim da possibilidade, no caso concreto, de predefinir uma **estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser licitado. Se tal possibilidade existir, a regra é a adoção da empreitada por preço global, normalmente atrelada às obras e serviços de menor complexidade. Do contrário, deve ser adotada a empreitada por preço unitário**

**Nota Explicativa:**

É fundamental que a Administração observe que exigências demasiadas poderão prejudicar a competitividade da licitação e ofender a o disposto no [art. 37, inciso XXI da Constituição Federal](#), o qual preceitua que “o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

O [art. 70, III, da Lei Nº 14.133/2021](#), por sua vez, dispõe que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas, “total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).” (Referidos valores são atualizados anualmente por Decreto, conforme art. 182 da mesma Lei).



A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada. Nas demais situações, em razão da diretriz constitucional, a Administração deve observar, diante do caso concreto, se o objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados neste modelo, levando-se em consideração o vulto e/ou a complexidade do objeto, a essencialidade do serviço e os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar vicissitudes contratuais, excluindo-se o que entender excessivo.

Em licitação dividida em itens, as exigências de habilitação podem adequar-se a essa divisibilidade, sendo possível, em um mesmo instrumento, a exigência de requisitos de habilitação mais amplos somente para alguns itens. Para se fazer isso, basta acrescentar uma ressalva ao final na exigência pertinente, tal como “(exigência relativa somente aos itens X, Y, Z)”.

É vedada a inclusão de requisitos que não tenham suporte nos [arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

| Página 12: [18] Comentado [A48]  | Autor |
|--|-------|
| <p><b>Nota Explicativa:</b> A <a href="#">Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021</a>, estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas regidas pela <a href="#">Lei nº 14.133, de 2021</a>, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Em seu art. 2º, a norma considera pessoa física “todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta”.</p> <p>A IN SEGES/ME nº 116, de 2021, determina, em seu art. 4º, caput, que os editais ou os avisos de contratação direta possibilitem a contratação das pessoas físicas, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição. Ainda de acordo com o parágrafo único desse mesmo dispositivo, será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir <b>capital social mínimo e estrutura mínima</b>, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto <b>incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física</b>, conforme <b>demonstrado em estudo técnico preliminar</b>”. Portanto, a possibilidade, ou não, de contratação de pessoas físicas deverá ser objeto de prévia análise e manifestação técnica por parte do órgão contratante, na fase de planejamento da contratação.</p> <p>O <a href="#">Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022</a>, que regulamenta a <a href="#">Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983</a>, e a <a href="#">Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997</a>, estabelece, em seu art. 3º, que a Carteira de Identidade passa a adotar o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como o número do registro geral nacional previsto no inciso IV do <b>caput</b> do seu art. 11.</p> |       |

| Página 12: [19] Comentado [A49]  | Autor |
|--|-------|
| <p><b>Nota Explicativa:</b> O <a href="#">art. 41 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021</a>, transformou todas as empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI) existentes na data da entrada em vigor da Lei em sociedades limitadas unipessoais (SLU), independentemente de qualquer alteração em seus respectivos atos constitutivos.</p> <p>Posteriormente, o <a href="#">inciso VI, alíneas “a” e “b”, art. 20, da Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022</a>, revogou as disposições sobre EIRELI constantes do inciso VI do caput do art. 44 e do Título I-A do Livro II da Parte Especial do Código Civil (<a href="#">Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002</a>).</p> <p>Diante dessa situação, orientamos os agentes de contratação da seguinte forma: se a empresa for identificada como EIRELI em seus atos constitutivos, ela deverá ser considerada como convertida em SLU, automaticamente, durante o processo de contratação. Os atos constitutivos, inclusive, deverão ser considerados regulares como EIRELI, mas a empresa deverá se comportar na contratação como uma SLU.</p> |       |

| Página 13: [20] Comentado [A53]  | Autor |
|--|-------|
| <p><b>Nota Explicativa 1:</b> A Administração deve examinar, diante do caso concreto, se o objeto da contratação demanda a exigência de todos os requisitos de habilitação apresentados neste modelo, levando-se em consideração o vulto e/ou a complexidade e a essencialidade do objeto, bem como os riscos decorrentes de sua paralisação em função da eventual incapacidade econômica da contratada em suportar os deveres contratuais, excluindo-se o que entender excessivo. Nesse sentido, a exigência pode restringir-se</p> |       |

a alguns itens, como, por exemplo, somente aos itens não exclusivos a microempresa e empresas de pequeno porte, ou mesmo não ser exigida para nenhum deles, caso em que deve ser suprimida do edital. Conforme Nota Explicativa do início deste tópico, a exigência de qualificação técnica e econômica nas circunstâncias previstas no [art. 70, III da Lei n.º 14.133, de 2021](#), deve ser excepcional e justificada, à luz do [art. 37, XXI, da Constituição Federal](#).

**Nota Explicativa 2:** É possível adotar critérios de habilitação econômico-financeira com requisitos diferenciados, estabelecidos conforme as peculiaridades do objeto a ser licitado, com justificativa do percentual adotado nos autos do procedimento licitatório.

**Página 14: [21] Comentado [A54]**

**Autor**

**Nota Explicativa 1:** Não podem ser cumulativas as exigências de capital mínimo e de patrimônio líquido mínimo, razão pela qual a Administração deverá escolher motivadamente entre uma das duas opções.

**Nota Explicativa 2:** A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação e deve ser proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração, considerando-se, entre outros fatores, o valor do contrato, a essencialidade do objeto, o tempo de duração do contrato.

A sondagem do mercado se afigura importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação. Ressalte-se que, se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, trará como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá resultar na restrição à participação de interessados no certame, em especial, de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo a essas unidades empresariais. Por essa razão, é indispensável avaliação técnica sobre o assunto.

**Página 14: [22] Comentado [A57]**

**Autor**

**Nota Explicativa:** Conforme exposto na Nota Explicativa sobre os requisitos da contratação – vistoria – essa declaração só deve ser exigida caso tenha sido considerada imprescindível a avaliação prévia do local de execução para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. No entanto, como explicado naquela nota, a declaração de conhecimento das condições locais poderá ser substituída por declaração do responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (e não necessariamente do local).

Caso essa avaliação local tenha sido considerada desnecessária, a exigência dessa declaração deve ser suprimida.

**Página 14: [23] Comentado [A58]**

**Autor**

**Nota Explicativa 1:** O subitem 8.30.2 deverá ser incluído caso seja formulada exigência de quantitativos mínimos do serviço a serem comprovados por meio dos atestados. O somatório de atestados apenas poderá ser afastado de forma justificada, já que constitui medida restritiva da competição na dispensa eletrônica.

**Nota Explicativa 2:** A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos (compatíveis com o objeto a ser contratado). Deste modo, é possível que essa comprovação se dê pela somatória de atestados de contratos executados realizados concomitantemente, pois da mesma forma revelam a capacidade operacional da empresa.

De qualquer forma, é absolutamente fundamental que a exigência seja totalmente objetiva, indicando quantitativos precisos, para evitar dúvidas na hora da habilitação, que podem vir a comprometer o objetivo do processo, de formalizar a contratação.

Conforme [§2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021](#), “será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados”. Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as

que possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, §1º).

**Nota Explicativa 3:** Os requisitos de qualificação técnica são aplicáveis a todos os licitantes, inclusive pessoas físicas, conforme inciso I do [art. 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#).

**Nota Explicativa 4:** Caso seja permitida a subcontratação de fornecimento com aspectos técnicos específicos, poderá ser admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% do objeto licitado, conforme [art. 67, §9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Em sendo esse o caso do processo, recomenda-se inserir a seguinte disposição:

8.31.x: Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento de.... ..., cuja subcontratação foi expressamente autorizada no tópico pertinente.

**Página 14: [24] Comentado [A60]**

**Autor**

**Nota Explicativa:** Eventuais requisitos de qualificação técnica previstos em lei específica e que incidam sobre a atividade objeto da contratação, deverão ser indicados no item 8.30.5, com fundamento no [art. 67, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#). Cita-se, exemplificativamente, a exigência, dentre os documentos de habilitação técnica, da chamada Autorização Especial, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, nas contratações para aquisição de medicamentos sujeitos a controle especial, com base na [Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976](#), e na Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 16, de 1º de abril de 2014.

**Anexo XV - Decreto do Presidente da Republica n 11246,  
dispoe sobre as regras de atuação das equipes de  
contratação.pdf**



**Presidência da República**  
**Secretaria-Geral**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022**

Vigência

Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto no [§ 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. O disposto no [art. 176 da Lei nº 14.133, de 2021](#), aplica-se aos Municípios com até vinte mil habitantes.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública estadual, distrital e municipal que utilizem recursos da União oriundos de transferências voluntárias poderão observar as disposições deste Decreto.

**CAPÍTULO II**

**DA DESIGNAÇÃO**

**Agente de contratação**

Art. 3º O agente de contratação e o respectivo substituto serão designados pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, conforme o disposto no [art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 1º Nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, três membros, designados nos termos do disposto no art. 5º e no art. 10 deste Decreto, conforme estabelecido no [§ 2º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 2º A autoridade competente poderá designar, em ato motivado, mais de um agente de contratação e deverá dispor sobre a forma de coordenação e de distribuição dos trabalhos entre eles.

**Equipe de apoio**

Art. 4º A equipe de apoio e os seus respectivos substitutos serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação na licitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 10.

Parágrafo único. A equipe de apoio poderá ser composta por terceiros contratados, observado o disposto no art. 13.

## Comissão de contratação

Art. 5º Os membros da comissão de contratação e os respectivos substitutos serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa estabelecerem, observados os requisitos estabelecidos no art. 10.

§ 1º A comissão de que trata o **caput** será formada por agentes públicos indicados pela administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, de examinar e de julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

§ 2º A comissão de que trata o **caput** será formada por, no mínimo, três membros, e será presidida por um deles.

§ 3º O disposto no [Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019](#), não se aplica à comissão de que trata o **caput**.

Art. 6º Na licitação na modalidade diálogo competitivo, a comissão de contratação será composta por, no mínimo, três membros que sejam servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da administração pública, admitida a contratação de profissionais para o assessoramento técnico.

Art. 7º Nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 1º A empresa ou o profissional especializado contratado na forma prevista no **caput** assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva dos membros da comissão de contratação.

§ 2º A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade os membros da comissão de contratação, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

## Gestores e fiscais de contratos

Art. 8º Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para exercer as funções estabelecidas no art. 21 ao art. 24, observados os requisitos estabelecidos no art. 10.

§ 1º Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

§ 2º Na designação de que trata o **caput**, serão considerados:

I - a compatibilidade com as atribuições do cargo;

II - a complexidade da fiscalização;

III - o quantitativo de contratos por agente público; e

IV - a capacidade para o desempenho das atividades.

§ 3º A eventual necessidade de desenvolvimento de competências de agentes públicos para fins de fiscalização e de gestão contratual deverá ser demonstrada no estudo técnico preliminar e deverá ser sanada, conforme o caso, previamente à celebração do contrato, conforme o disposto no [inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

§ 4º Excepcional e motivadamente, a gestão do contrato poderá ser exercida por setor do órgão ou da entidade designado pela autoridade de que trata o **caput**.

§ 5º Na hipótese prevista no § 4º, o titular do setor responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.

§ 6º Nos casos de atraso ou de falta de designação, de desligamento e de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou dos fiscais do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições de gestor ou de fiscal caberão ao responsável pela designação, ressalvada previsão em contrário em norma interna do órgão ou da entidade.

Art. 9º Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no art. 26.

### **Requisitos para a designação**

Art. 10. O agente público designado para o cumprimento do disposto neste Decreto deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública;

II - ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público; e

III - não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º Para fins do disposto no inciso III do **caput**, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão ou com a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.

§ 2º A vedação de que trata o inciso III do **caput** incide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.

§ 3º Os agentes de contratação, os seus substitutos e o presidente da comissão de contratação serão designados dentre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração pública.

Art. 11. O encargo de agente de contratação, de integrante de equipe de apoio, de integrante de comissão de contratação, de gestor ou de fiscal de contratos não poderá ser recusado pelo agente público.

§ 1º Na hipótese de deficiência ou de limitações técnicas que possam impedir o cumprimento diligente das atribuições, o agente público deverá comunicar o fato ao seu superior hierárquico.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, a autoridade competente poderá providenciar a qualificação prévia do servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida, observado o disposto no § 3º do art. 8º.

### **Princípio da segregação das funções**

Art. 12. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o **caput**:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

### **Vedações**

Art. 13. O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no [art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### CAPÍTULO III

#### DA ATUAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

##### **Atuação do agente de contratação**

Art. 14. Caberá ao agente de contratação, em especial:

I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação de que trata o [inciso III do caput do art. 11 do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022](#), seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;

c) verificar e julgar as condições de habilitação;

d) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e

e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso:

1. os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no [§ 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

2. os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no [art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, de que trata o art. 4º, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o agente de contratações estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço e, preferencialmente, de minutas de editais.

§ 4º Para fins do acompanhamento de que trata o inciso II do **caput**, o setor de contratações enviará ao agente de contratação o relatório de riscos de que trata o [art. 19 do Decreto nº 10.947, de 2022](#), com atribuição ao agente de



impulsionar os processos constantes do plano de contratações anual com elevado risco de não efetivação da contratação até o término do exercício.

§ 5º Observado o disposto no art. 10 deste Decreto, o agente de contratação poderá delegar as competências de que tratam os incisos I e II do **caput**, desde que seja devidamente justificado e que não incidam as vedações previstas no [art. 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

§ 6º O não atendimento das diligências do agente de contratação por outros setores do órgão ou da entidade ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo.

§ 7º As diligências de que trata o § 6º observarão as normas internas do órgão ou da entidade, inclusive quanto ao fluxo procedimental.

Art. 15. O agente de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade para o desempenho das funções essenciais à execução das suas funções.

§ 1º O auxílio de que trata o **caput** se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo procedimental.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conerá, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

§ 3º Na prestação de auxílio, a unidade de controle interno observará a supervisão técnica e as orientações normativas do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e se manifestará acerca dos aspectos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos administrativos da gestão de contratações.

§ 4º Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação considerará eventuais manifestações apresentadas pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, observado o disposto no inciso VII do **caput** e no [§ 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

#### **Atuação da equipe de apoio**

Art. 16. Caberá à equipe de apoio auxiliar o agente de contratação ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. A equipe de apoio contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 15.

#### **Funcionamento da comissão de contratação**

Art. 17. Caberá à comissão de contratação:

I - substituir o agente de contratação, observado o disposto no art. 14, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no § 1º do art. 3º e no art. 10;

II - conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado o disposto no art. 14;

III - sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e atribuir-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação; e

IV - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no [art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021](#), observados os requisitos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. Quando substituírem o agente de contratação, na forma prevista no inciso I do **caput**, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 18. A comissão de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 15.

#### **Atividades de gestão e fiscalização de contratos**

Art. 19. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - gestão de contrato - a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

II - fiscalização técnica - o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

III - fiscalização administrativa - o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento; e

IV - fiscalização setorial - o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade.

§ 1º As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, assegurada a distinção das atividades.

§ 2º A distinção das atividades de que trata o § 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

§ 3º Para fins da fiscalização setorial de que trata o inciso IV do **caput**, o órgão ou a entidade poderá designar representantes para atuarem como fiscais setoriais nos locais de execução do contrato.

Art. 20. Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional para a execução das atividades de gestão e de fiscalização dos contratos, de que trata o art. 19, editado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

### **Gestor de contrato**

Art. 21. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do **caput** do art. 19;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do **caput** do art. 19;

VI - elaborar o relatório final de que trata a [alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

### **Fiscal técnico**

Art. 22. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do **caput** do art. 21;

IX - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do **caput** do art. 21; e

X - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

### **Fiscal administrativo**

Art. 23. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;

IV - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

V - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do **caput** do art. 21;

VI - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do **caput** do art. 21; e

VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### **Fiscal setorial**

Art. 24. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 22 e o art. 23.

### **Recebimento provisório e definitivo**

Art. 25. O recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais técnico, administrativo ou setorial e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato, nos termos no disposto no [§ 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **Terceiros contratados**

Art. 26. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato nos termos do disposto neste Decreto, será observado o seguinte:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

II - a contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

### **Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno**

Art. 27. O gestor do contrato e os fiscais técnico, administrativo e setorial serão auxiliados pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno vinculados ao órgão ou à entidade promotora da contratação, os quais deverão dirimir dúvidas e subsidiá-los com informações para prevenir riscos na execução do contrato, conforme o disposto no art. 15.

### **Decisões sobre a execução dos contratos**

Art. 28. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

§ 1º O prazo de que trata o **caput** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado.

§ 2º As decisões de que trata o **caput** serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

### **Orientações gerais**

Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.

Art. 30. O Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá editar normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

### **Vigência**

Art. 31. Este Decreto entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

Brasília, 27 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO  
*Paulo Guedes*  
*Wagner de Campos Rosário*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 31.10.2022

\*

**Anexo XVI - Relatório do Ministério do Meio Ambiente a respeito da situação dos planos de resíduos sólidos no estado de São Paulo.pdf**



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**

**SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO**

**MELHORIA DA GESTÃO AMBIENTAL URBANA NO BRASIL  
– BRA/OEA/08/001**



**RELATÓRIO TÉCNICO ÚNICO – RT Único**

**LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS  
PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE SÃO  
PAULO (REGIÃO DA CAPITAL E ENTORNO)**

**Brasília – DF**

**MELHORIA DA GESTÃO AMBIENTAL URBANA NO BRASIL –  
BRA/OEA/08/001**

**RELATÓRIO TÉCNICO ÚNICO – RT Único**

**LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS  
PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE SÃO  
PAULO (REGIÃO DA CAPITAL E ENTORNO)**

**Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano**  
Pedro Wilson Guimarães

**Diretor de Departamento de Ambiente Urbano**  
Silvano Silvério da Costa

**Gerente de Projeto**  
Saburo Takahashi

**Coordenador Nacional do Projeto**  
Moacir Moreira da Assunção

**Consultor Técnico**  
Carlos Henrique Andrade de Oliveira

**Contrato N° 312150**

**Novembro/2012**



# LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (REGIÃO DA CAPITAL E ENTORNO)

## RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório – “**LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (REGIÃO DA CAPITAL E ENTORNO)**” – corresponde a produto relativo ao contrato firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil, através da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente/MMA e o consultor Carlos Henrique Andrade de Oliveira, no âmbito do Projeto Internacional de Cooperação Técnica para a melhoria da gestão ambiental urbana no Brasil – BRA/OEA/08/001, de acordo com o Contrato 312150, de 30 de Julho de 2012.

Este Relatório Técnico Único contém a análise dos resultados dos levantamentos de dados efetuados em municípios paulistas, localizados na Região Metropolitana de São Paulo, tendo como foco central a análise dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a estrutura existente em cada um deles, bem como outros instrumentos de apoio à gestão sustentável de resíduos sólidos, de modo a avaliar as condições para o alcance dos objetivos estabelecidos na Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Este RT Único contém, ainda, as atividades desenvolvidas pelo Consultor ao longo do período vigente deste Contrato, em especial as consultas a documentos relativos ao planejamento na área de resíduos sólidos no âmbito do Estado de São Paulo, com definição de atuação na região da Capital e municípios do entorno; promoção de visitas técnicas aos municípios definidos como de sua responsabilidade, coletando os dados sobre os Planos de Resíduos Sólidos; preenchimento dos formulários especialmente gerados para a sistematização dos dados pretendida; levantamento de informações sobre as condições e estruturas existentes, com vistas a melhorias na gestão de Resíduos Sólidos nos municípios visitados; realização de pesquisas e visitas técnicas buscando identificar o grau de mobilização social atingido no processo de implementação dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos; e, por fim, indicar os procedimentos adotados para a viabilização dos itens acima.

O Relatório está estruturado em 7 Capítulos, além da Introdução, sendo que o primeiro (Capítulo 1) traz os **objetivos** do trabalho desenvolvido, os resultados esperados e a utilização dos mesmos para a implantação e o fortalecimento da PNRS.

O Capítulo 2 pode ser considerado como o principal deste RT (em conjunto com o Capítulo 5 – Recomendações), já que apresenta os **dados consolidados e analisados**, agrupados em temas estruturantes e estratégicos: Jurídico-Institucional, Infraestrutura, Econômico-Financeiro, Social e Ambiental.

O Capítulo 3 traz um conjunto de **conclusões** extraído da análise dos dados e informações obtidos e sistematizados, com vistas a subsidiar a tomada de decisão pelo MMA, em consonância com as diretrizes definidas para este trabalho.

O Capítulo 4 traz uma **análise qualitativa** dos resultados, a partir da utilização de ferramenta de planejamento estratégico proposta pelo MMA – Matriz SWOT (ou Matriz FOFA)

– em que são apontados, de forma conjunta, os aspectos positivos e negativos, no âmbito interno e externo às estruturas administrativas analisadas (administrações municipais), identificando o que seriam as “forças” e as “fraquezas” destas estruturas (portanto, no âmbito interno das mesmas), e as “oportunidades” e as “ameaças” para o cumprimento de suas responsabilidades e para o atingimento dos objetivos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ao final, são apresentadas, no Capítulo 5, as **recomendações** para a sequência dos trabalhos para o fortalecimento das ações do MMA e dos órgãos federais, no sentido de reverter os aspectos negativos encontrados no levantamento efetuado, bem como no apoio à manutenção e ampliação dos aspectos positivos identificados. Após este Capítulo, são apresentadas as **referências bibliográficas** e de consulta realizadas para subsidiar as análises acima, no Capítulo 6, encerrando-se com o Capítulo 7, que traz o conjunto de **contatos de atores** entrevistados e visitados, de forma a compor um banco de dados importante para o MMA e os objetivos deste trabalho.

Na sequência final deste RT, estão inseridos os **Anexos**, como a agenda de visitas aos municípios caracterizados, o conteúdo da mensagem enviada aos gestores públicos solicitando as visitas e as entrevistas, seguidos das cópias dos questionários aplicados em cada um dos 12 municípios visitados.

# **SURVEY AND ANALYSIS OF THE PLANS OF SOLID WASTE IN THE STATE OF SÃO PAULO (THE CAPITAL REGION AND SURROUNDING**

## **EXECUTIVE SUMMARY**

This report - "SURVEY AND ANALYSIS OF THE PLANS OF SOLID WASTE IN THE STATE OF SÃO PAULO (THE CAPITAL REGION AND SURROUNDING)" - matches the product on the contract signed between the Government of the Federative Republic of Brazil, through the Department of Water Resources and Urban Environment of the Ministry of Environment / MMA and the consultant Carlos Henrique Andrade de Oliveira, under the International Technical Cooperation Project for the improvement of urban environmental management in Brazil - BRA/OEA/08/001, in accordance with the Contract 312150 of 30 ho Jul 2012.

This Unic Technical Report contains the analysis of data from surveys conducted in counties located in the Metropolitan Region of São Paulo, with the central focus of the analysis from the Municipal Integrated Plans of Solid Waste, the existing structure in each of them, as well as other tools to promote sustainable management of solid waste in order to evaluate the conditions for achieving the objectives set forth in Federal Law No. 12.305/2010, which established the National Policy on Solid Waste.

This Single RT contains the activities developed by the Consultant during the current term of this Agreement, in particular the consultation documents relating to planning in the area of solid waste within the State of São Paulo, with the definition of performance in the Capital Region and the municipalities around the metropolis, promotion of technical visits to municipalities defined as their responsibility, collecting data on the Solid Waste Plans; completing the forms specially generated for the systematization of the data required, survey information on conditions and structures, with the objective of improving the Solid Waste management in the municipalities visited, conducting research and technical visits in order to identify the degree of social mobilization achieved in implementing the objectives of the National Policy on Solid Waste, and, finally, indicate the procedures adopted for the viability of the items above.

The report is structured into seven chapters, besides the introduction, and the first (Chapter 1) brings the objectives of the work, expected results and their use for the deployment and strengthening of PNRS.

Chapter 2 can be considered as the main of this RT, since it presents the consolidated data analyzed and grouped into themes and structuring strategic: Legal and Institutional Infrastructure, Economical-Financial, Social and Environmental.

Chapter 3 provides a set of conclusions made from the analysis of the data and information obtained and systematized, in order to support decision making by the MMA, in accordance with the guidelines defined for this job.

Chapter 4 provides a qualitative analysis of the results from the use of strategic planning tool proposed by the MMA - SWOT Matrix (Matrix or FOFA) - they are appointed, jointly, the positive and negative aspects, domestically and external administrative structures analyzed

(municipalities), identifying what would be the "strengths" and "weaknesses" of these structures (hence domestically thereof), and "opportunities" and "threats" to fulfill their responsibilities and to achieve the objectives set out in the National Policy on Solid Waste.

At the end, are presented in Chapter 5, recommendations for the following work for the strengthening of the actions of MMA and federal agencies, to reverse the negative aspects found in the survey conducted, as well as support the maintenance and expansion of positives identified. After this chapter, we present the references and consultation undertaken to support the analysis above, in Chapter 6, ending with Chapter 7, which contains a set of contacts visited and interviewed actors, in order to compose a database important data for MMA and the goals of this work.

Following end of RT, are inserted Annexes, as the schedule of visits to municipalities characterized, the body of the message sent to public managers requesting visits and interviews, followed by copies of the questionnaires in each of the 12 municipalities visited.

# **LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (REGIÃO DA CAPITAL E ENTORNO)**

## **SUMÁRIO**

| <b>TEMA</b>                                   | <b>pág.</b> |
|---|-------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                             | <b>1</b>    |
| <b>1. OBJETIVOS</b>                           | <b>5</b>    |
| <b>2. LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES</b> | <b>6</b>    |
| 2.1. Aspectos Jurídico-Institucionais         | <b>11</b>   |
| 2.2. Aspectos de Infraestrutura               | <b>30</b>   |
| 2.3. Aspectos Econômico-Financeiros           | <b>62</b>   |
| 2.4. Aspectos Sociais                         | <b>73</b>   |
| 2.5. Aspectos Ambientais                      | <b>79</b>   |
| <b>3. CONCLUSÕES</b>                          | <b>83</b>   |
| <b>4. DA ANÁLISE SWOT</b>                     | <b>72</b>   |
| <b>5. RECOMENDAÇÕES</b>                       | <b>77</b>   |
| <b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>          | <b>81</b>   |
| <b>7. ATORES – REFERÊNCIAS E CONTATOS</b>     | <b>82</b>   |

## **ANEXOS**

- 1. Agenda de Visitas**
- 2. Mensagem Encaminhada aos Gestores (solicitação de entrevista)**
- 3. Questionários aplicados aos Municípios**

## **LISTA DE QUADROS**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. Evolução da população dos municípios objeto do estudo</b>                             | <b>08</b> |
| <b>2. Existência de Planos</b>  | <b>12</b> |
| <b>3. Programas de Coleta Seletiva – Existência, modelo e operação</b>                      | <b>18</b> |
| <b>4. Formato de Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos</b>                    | <b>21</b> |
| <b>5. Integração a Consórcios Intermunicipais</b>   | <b>24</b> |
| <b>6. Estrutura organizacional, técnico-administrativa e instrumentos de apoio à gestão</b> | <b>26</b> |
| <b>7. Integração dos municípios ao SNIS</b>   | <b>28</b> |

|  |    |
|--|----|
| 8. Existência de TAC, de Passivos Ambientais e a situação dos mesmos                       | 28 |
| 9. Quantidade de resíduos coletados, forma de controle e produção <i>per capita</i>        | 31 |
| 10. Unidades de Disposição Final – Qualificação e situação de regularidade (licenciamento) | 34 |
| 11. Unidade de Manejo de Resíduos Sólidos Existentes – Tipo/Condições                      | 42 |
| 12. Existência de Cobrança, Custos Estimados e Novos Investimentos                         | 63 |
| 13. Custos Estimados – Prestação de Serviços   | 65 |
| 14. Previsão de Novos Investimentos  | 67 |
| 15. Mercado de Recicláveis – situação e destino  | 72 |
| 16. Mecanismos de Participação e Controle Social   | 74 |
| 17. Quantidade de Catadores/as de Material Reciclável                                      | 76 |
| 18. Ações de Educação Ambiental  | 80 |

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| 1. Evolução da População dos municípios objetos de estudo (sem S.Paulo)– 2000 e 2010   | 09 |
| 2. Evolução da População do município de São Paulo – 2000 e 2010                       | 09 |
| 3. Evolução do crescimento populacional dos municípios objetos de estudo – 2000 e 2010 | 10 |
| 4. Existência de Plano Diretor   | 13 |
| 5. Existência de Plano de Saneamento   | 14 |
| 6. Existência de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos                         | 15 |
| 7. Existência de Programa de Coleta Seletiva   | 17 |
| 8. Modelos de Programa de Coleta Seletiva  | 19 |
| 9. Participação Direta da Prefeitura nos Programas de Coleta Seletiva                  | 20 |
| 10. Existência de Estudos de Composição Gravimétrica nos municípios                    | 20 |
| 11. Modelo de Prestação de Serviços  | 21 |
| 12. Municípios integrados a Consórcios Intermunicipais (%)                             | 25 |
| 13. Existência de Passivo Ambiental e situação atual                                   | 29 |
| 14. Existência de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC                                | 30 |
| 15. Geração de Resíduos Sólidos <i>per capita</i>                                      | 32 |
| 16. Quantidade de Resíduos Sólidos Coletada Diariamente                                | 33 |
| 17. Quantidade de Resíduos Sólidos Coletada Diariamente Município de S.Paulo           | 33 |
| 18. Unidades de Disposição Final de Resíduos Sólidos – Tipo/Propriedade                | 36 |
| 19. Localização das Unidades de Disposição Final de Resíduos Sólidos – RMSP            | 37 |
| 20. Vistas da Unidade de Disposição Final da ESTRE Ambiental                           | 38 |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>21. Vistas da Unidade de Disposição Final da ESTRE Ambiental – área admin. operac.</b>                                  | <b>38</b> |
| <b>22. Vistas da Unidades de Recuperação de Solo da ESTRE Ambiental</b>  | <b>38</b> |
| <b>23. Vistas da Entrada - Unidade de Disposição Final da ESSENCIS Sol. Amb. (placa indicativa e estrutura de pesagem)</b> | <b>39</b> |
| <b>24. Vistas da Unidades de Disposição Final da ESSENCIS Sol. Amb. (sinaliz. Oriente.)</b>                                | <b>40</b> |
| <b>25. Vista da Área (células) de Recepção de Resíduos - Unidade de Disposição Final - ESSENCIS Sol. Amb.</b>              | <b>40</b> |
| <b>26. Unidade de Processamento/Beneficiamento de Resíduos – ESSENCIS Sol. Amb.</b>  | <b>40</b> |
| <b>27. Unidade de Disposição Final – TECIPAR Engenharia e Meio Ambiente</b>  | <b>41</b> |
| <b>28. Unidades de Manejo de Resíduos Sólidos – Ecoponto em S.Paulo</b>  | <b>43</b> |
| <b>29. Unidades de Manejo de Resíduos Sólidos – Ecoponto em S.Paulo</b>  | <b>44</b> |
| <b>30. Unidades de Manejo de Resíduos Sólidos – Ecoponto em Guarulhos</b>  | <b>44</b> |
| <b>31. Unidades de Manejo de RCC – Localização do Transbordo e Aterro de RCC em S.Paulo</b>                                | <b>45</b> |
| <b>32. Unidades de Manejo de RCC – Transbordo de RCC em S.Paulo</b>  | <b>46</b> |
| <b>33. Unidades de Manejo de RCC – Aterro de RCC em S.Paulo</b>  | <b>46</b> |
| <b>34. Unidades de Manejo de RCC – Localização Unidade de Reciclagem - RCC em Guarulhos</b>                                | <b>47</b> |
| <b>35. Unidades de Manejo de RCC – Unidade de Reciclagem - RCC em Guarulhos</b>  | <b>47</b> |
| <b>36. Unidades de Manejo de Resíduos Sólidos Existentes – Tipo/Quantidade</b>   | <b>49</b> |
| <b>37. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – São Paulo – Contêineres</b>   | <b>50</b> |
| <b>38. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – PEV/LEV – estabelec. comerciais – S. Paulo</b>                                | <b>51</b> |
| <b>39. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – PEV/LEV – Mairiporã</b>   | <b>51</b> |
| <b>40. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – Vargem Gde Paulista</b>                                  | <b>54</b> |
| <b>41. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – Vargem Gde Paulista</b>                                  | <b>54</b> |
| <b>42. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – Vargem Gde Paulista</b>                                  | <b>54</b> |
| <b>43. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – (COOPERNOVA) - Cotia</b>                                 | <b>55</b> |
| <b>44. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – (COOPERNOVA) – Cotia</b>                                 | <b>56</b> |
| <b>45. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem-(CoopReciclável) Guarulhos</b>                             | <b>57</b> |
| <b>46. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem-(CooperNatuz) Osasco</b>                                   | <b>58</b> |
| <b>47. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – (CooperNatuz) Osasco</b>                                 | <b>58</b> |
| <b>48. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem (As.Cat.Mat.Rec.) Mairiporã</b>                            | <b>59</b> |
| <b>49. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – (CMRItapevi) Itapevi</b>                                 | <b>60</b> |
| <b>50. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – (CMRItapevi) Itapevi</b>                                 | <b>61</b> |
| <b>51. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – (CooperGlicério) S.Paulo</b>                             | <b>61</b> |
| <b>52. Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – (COPAMARE) S.Paulo</b>                                   | <b>62</b> |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>53. Existência de Cobrança pelos Serviços Prestados</b>  | <b>64</b> |
| <b>54. Existência de Cobrança pelos Serviços Diferenciados</b>                                    | <b>64</b> |
| <b>55. Custos operacionais – Coleta e Disposição Final</b>  | <b>66</b> |
| <b>56. Previsão de Novos Investimentos</b>  | <b>67</b> |
| <b>57. Fontes de Recursos acessadas para Novos Investimentos</b>                                  | <b>68</b> |
| <b>58. Estruturação do Mercado de Recicláveis</b>   | <b>69</b> |
| <b>59. Estruturação do Mercado de Recicláveis - Modelo para Superação das Dificuldades Atuais</b> | <b>71</b> |
| <b>60. Mercado de Recicláveis – Estruturação</b>  | <b>72</b> |
| <b>61. Mecanismos de Participação e Controle Social</b>   | <b>75</b> |
| <b>62. Quantidade de Catadores/as Organizados em Cooperativas ou Associações</b>                  | <b>77</b> |
| <b>63. Quantidade de Catadores/as Avulsos / Individualizados – Estimativa</b>                     | <b>77</b> |
| <b>64. Apoio Técnico aos Catadores/as de Material Reciclável</b>                                  | <b>78</b> |
| <b>65. Assistência Social aos Catadores/as de Material Reciclável</b>                             | <b>79</b> |
| <b>66. Iniciativas voltadas à Redução da Geração, ao Reaproveitamento e à Reciclagem</b>          | <b>80</b> |
| <b>67. Público-alvo das Ações de Educação Ambiental</b>   | <b>81</b> |
| <b>68. Tipos de Ação de Educação Ambiental Desenvolvidos</b>                                      | <b>82</b> |

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

|               |  |
|---------------|--|
| <b>ABNT</b>   | Associação Brasileira de Normas Técnicas                 |
| <b>A.S.</b>   | Aterro Sanitário   |
| <b>A.C.</b>   | Aterro Controlado  |
| <b>CETESB</b> | Companhia de Tecnologia Ambiental do Estado de São Paulo |
| <b>DAU</b>    | Departamento de Ambiente Urbano                          |
| <b>IBGE</b>   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística          |
| <b>IPEA</b>   | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                 |
| <b>MMA</b>    | Ministério do Meio Ambiente                              |
| <b>MNCR</b>   | Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável   |
| <b>OEA</b>    | Organização dos Estados Americanos                       |
| <b>PNRS</b>   | Política Nacional de Resíduos Sólidos                    |
| <b>PNSB</b>   | Pesquisa Nacional de Saneamento Básico                   |
| <b>RCC</b>    | Resíduos da Construção Civil                             |
| <b>RMSP</b>   | Região Metropolitana de São Paulo                        |



|                |   |
|----------------|---|
| <b>RSD</b>     | Resíduos Sólidos Domiciliares                     |
| <b>RSS</b>     | Resíduos dos Serviços de Saúde                    |
| <b>RSU</b>     | Resíduos Sólidos Urbanos                          |
| <b>RT</b>      | Relatório Técnico                                 |
| <b>RTÚnico</b> | Relatório Técnico Único                           |
| <b>SRHU</b>    | Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano |

## INTRODUÇÃO

Este Relatório Técnico e seu conteúdo inserem-se no âmbito do Programa Melhoria da Gestão Ambiental Urbana no Brasil (BRA/OEA/08/001) desenvolvido pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente, abrangendo praticamente todas as regiões brasileiras.

As atividades propostas estão vinculadas ao referido Projeto de Cooperação Técnica (BRA/OEA/08/001), voltadas ao atendimento aos objetivos estabelecidos na referida relação institucional, em especial as relacionadas ao item relativo ao *Desenvolvimento dos Instrumentos técnicos e normativos para a consolidação da Política Nacional de Resíduos Sólidos*.

Neste sentido, cabe destacar o contexto em que se aplica tal iniciativa (de levantamento de dados e informações sobre a gestão de resíduos sólidos nos municípios brasileiros), considerando a necessidade de melhoria das condições de gerenciamento dos resíduos e da capacidade de gestão dos órgãos responsáveis.

Conforme estabelecido no Termo de Referência para a contratação destes levantamentos, tomaram-se por referência legal as determinações constitucionais e infraconstitucionais de que o município é o responsável pela gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Entretanto, há, no cenário atual, uma grande dificuldade de serem obtidos resultados positivos na gestão local, por diversas razões. Segundo o conteúdo do Termo de Referência, *“as causas são variadas, desde a falta de cobrança pelos serviços prestados para sustentabilidade econômica, até a baixa capacidade técnica e a falta de continuidade dos projetos implementados. O que se observa é a ausência de planejamento dos serviços e um número expressivo de lixões como solução para a disposição final dos resíduos, acarretando em graves problemas sociais (devido a presença de catadores principalmente mulheres e crianças trabalhando em condições insalubres e desumanas), ambientais (pela contaminação dos solos, das águas e do ar), e de saúde pública (pela presença e multiplicação de vetores transmissíveis de doenças)”*.

E esta situação foi plenamente identificada pelos resultados alcançados nas visitas técnicas realizadas e pela análise dos dados coletados. Um destes, que merece destaque inicial, é a falta de instrumentos de planejamento. Do universo pesquisado (12 municípios), apenas dois deles (Guarulhos e São Paulo) - correspondente a 17% do universo total pesquisado - possuem Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – instrumento obrigatório estabelecido pela Lei Federal nº 12.305/2010 – que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – elaborados dentro do prazo legal definido pela referida lei (02 de Agosto de 2012).

Além desta situação, há que ser destacado o cenário nacional de oportunidades e potencialidades existente. Segundo estudos do IPEA (2009), o país deixa de inserir na economia, 8 bilhões de reais/ano pelo não aproveitamento dos materiais recicláveis. Este valor poderá ser acrescido aos cerca de 3,5 bilhões de reais resultantes das iniciativas de coleta seletiva - com destaque para a atuação dos catadores de materiais recicláveis como os grandes promotores para o alcance desses números. Portanto, é possível identificar um volume de valores financeiros que podem compor, efetivamente, a economia formal do Brasil, alavancando os esforços de inclusão social e produtiva, reduzindo as desigualdades e os níveis de miséria e de insustentabilidade existentes em diversos processos.

Neste cenário é que se construiu a proposta de contratação de uma equipe de Consultores, dotados de conhecimentos em planejamento, gestão de resíduos sólidos e mobilização social, com vistas à realização de pesquisa sobre a situação dos Planos de Resíduos Sólidos nas

diversas regiões do país, sendo que, para este Consultor, foi indicada parte da Região Metropolitana de São Paulo – mais especificamente Capital e entorno.

No Termo de Referência citado, foram definidos 12 municípios, que foram visitados, para obtenção dos dados relativos à gestão e ao manejo de resíduos sólidos urbanos, sendo estes os municípios, apresentados em ordem alfabética:

- 1. Barueri;**
- 2. Caieiras;**
- 3. Carapicuíba;**
- 4. Cotia;**
- 5. Embu das Artes;**
- 6. Guarulhos;**
- 7. Itapecerica da Serra;**
- 8. Itapevi;**
- 9. Mairiporã;**
- 10. Osasco;**
- 11. São Paulo; e**
- 12. Vargem Grande Paulista.**

A estratégia adotada pelo Consultor consistiu na busca prévia dos contatos, identificando os interlocutores estratégicos, bem como os responsáveis pela gestão de resíduos em cada um dos municípios. Em seguida, foram promovidos os contatos, solicitando o agendamento de visita e entrevista, com a apresentação dos objetivos do levantamento e os resultados esperados. Estes contatos foram realizados, principalmente, por meio de ligações telefônicas, complementadas por mensagens eletrônicas, acompanhadas do modelo de questionário a ser aplicado, de maneira a que o gestor local pudesse ter conhecimento prévio do conteúdo, preparando-se para a visita técnica. O quadro de visitas técnicas, com as datas de realização das mesmas, é parte integrante dos Anexos deste Relatório.

Todos foram efetivamente visitados, com algumas dificuldades para o agendamento das entrevistas com os gestores, principalmente pela época em que tais contatos foram realizados – período eleitoral para renovação das administrações públicas municipais. Este fato dificultou bastante a visitação e a realização das entrevistas, comprometendo parcialmente a estratégia e a obtenção dos resultados, pois, em algumas localidades, houve a necessidade de retorno ao município para complementação das informações solicitadas.

Dentre todos os municípios definidos e visitados, São Paulo (a maior cidade do Brasil) foi o último município a disponibilizar as informações requeridas – praticamente no prazo definido para apresentação deste Relatório (Novembro de 2012) -, apesar de o órgão responsável pela gestão – AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) - ter sido visitado em 19 de Setembro de 2012.

As visitas permitiram identificar estruturas e ações de gestão bastante diversificadas, algumas com estruturas administrativas e instrumentos de apoio à gestão muito consistentes – como no caso de Guarulhos – e outras bastante precárias, com dificuldades, inclusive, de obtenção de informações básicas sobre a gestão e o manejo de resíduos sólidos – como nos casos de Caieiras e Vargem Grande Paulista.

Além destas atividades, foram visitadas unidades de manejo de resíduos sólidos, vinculadas à Coleta Seletiva (Centrais de Triagem, Cooperativas e Associações de Catadores/as) e à disposição final de rejeitos (aterros sanitários).

Sobre estas últimas, cabe destaque à pertinência das visitas realizadas, pois o cenário do conjunto de municípios e a dificuldade de obtenção de algumas informações junto aos gestores fizeram com que as visitas aos aterros sanitários contribuíssem para a complementação das informações requeridas. Foram visitadas 3 unidades que atendem 9 dos 12 municípios visitados – um percentual bastante significativo.

Com todos estes levantamentos, foi possível obter um conjunto consistente de informações, que será apresentada nos capítulos seguintes deste Relatório, de forma a ilustrar o cenário da gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de São Paulo – região que abriga a maior concentração populacional do país, assim como a de maior geração de riquezas (expressas por indicadores como o PIB).

Como demonstram as análises apresentadas na sequência, estes fatores não necessariamente indicam que há boa gestão de resíduos sólidos em São Paulo, considerando os baixos índices de reciclagem e reutilização de materiais, bem como os altos custos praticados nos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, dentre outros aspectos.

Assim, apesar das dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades previstas no contrato deste Consultor, os levantamentos efetuados permitiram a realização de análises consistentes, definindo o quadro situacional (estado da arte) da gestão de resíduos na Região Metropolitana de São Paulo, que certamente contribuirão para a construção do cenário nacional, em conjunto com os levantamentos efetuados pelos demais Consultores contratados.

Por fim, cabe ressaltar que os levantamentos e as análises efetuados buscam contribuir para o desenvolvimento qualificado dos programas da SRHU de apoio ao manejo adequado de resíduos sólidos, orientando as ações e os investimentos do Governo Federal nos próximos anos, através de programas voltados à melhoria da gestão de resíduos e ao apoio às organizações de catadores de material reciclável (cooperativas e associações).

## **1. OBJETIVO DO RELATÓRIO**

Este Relatório Técnico, elaborado pelo Consultor Carlos Henrique Andrade de Oliveira, com base no Contrato de Consultoria nº 312150, visa apresentar os resultados do levantamento de dados e informações nos municípios constantes da região do Estado de São Paulo (Capital e Entorno), com vistas à implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010.

O conteúdo deste Relatório Técnico descreve o resultado da análise dos levantamentos efetuados nos 12 municípios definidos no Termo de Referência para contratação deste trabalho, cujos dados foram agrupados em temas estratégicos, de forma a contribuir para a análise das condições da gestão de resíduos sólidos nos municípios estudados.

O referido Relatório contém o conjunto de dados objeto de pesquisa sobre a situação da gestão de resíduos sólidos nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com informações e recomendações para superação dos problemas, visando subsidiar a SRHU/MMA no planejamento de ações, no âmbito de suas competências, para auxiliar os municípios na gestão do manejo adequado de resíduos sólidos.

## 2. LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

O cenário relativo à gestão de resíduos sólidos no Brasil demanda melhorias no sentido de ampliar a capacidade de gestão de seus titulares, tendo em vista os dados obtidos nos indicadores nacionais, no âmbito da elaboração da versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, baseado em dados oficiais, como os alcançados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, com relação ao manejo de resíduos sólidos e os índices de reaproveitamento e reciclagem dos mesmos.

Para combater este cenário, o Governo Federal instituiu o Programa de Melhoria da Gestão Ambiental Urbana no Brasil, com a aplicação de recursos próprios e de outros organismos internacionais, vinculados ao Programa BRA/OEA – instituído em parceria com a Organização dos Estados Americanos – OEA.

Este Programa de Melhoria, desenvolvido, coordenado e operacionalizado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente, é estruturado em um conjunto de ações e de iniciativas, que contam, atualmente, com o suporte e o embasamento legal do marco regulatório de resíduos sólidos – a Lei Federal nº 12.305/2010.

O referido programa propôs, como continuidade para atingir seus objetivos, a estruturação de um processo de levantamento de dados e informações sobre a efetividade das Políticas Públicas, voltadas ao planejamento da gestão dos resíduos sólidos. Tais atividades, como descrito nas justificativas elaboradas pelo MMA, demandaram a organização de equipe de Consultores com conhecimentos em planejamento, gestão de resíduos sólidos e mobilização social, visando realizar pesquisa sobre a situação dos Planos de Resíduos Sólidos em diversas regiões do país, contribuindo dessa forma com uma intervenção qualificada no desenvolvimento dos programas da SRHU de apoio ao manejo adequado de resíduos sólidos.

Este Consultor desenvolveu suas atividades de levantamento de informações em um conjunto de municípios localizados na Região Metropolitana de São Paulo - 12 municípios no total, compreendendo a própria capital paulista e mais 11 municípios, conforme listagem a seguir – em que a disposição final de resíduos já é realizada de forma ambientalmente correta – encaminhamento a aterros sanitários. Para tanto, foi elaborado um questionário composto por 84 questões, agrupadas em eixos estratégicos – Jurídico-Institucional, Infraestrutura, Econômico-Financeiro, Social e Ambiental -, além de informações específicas sobre os municípios (população, localização, interlocutor, data e local da visita/entrevista, etc.).

Como descrito na Introdução deste Relatório Técnico (RT), foi definido um grupo de 12 municípios para este Consultor, a serem visitados, sendo:

1. **Barueri;**
2. **Caieiras;**
3. **Carapicuíba;**
4. **Cotia;**
5. **Embu das Artes;**
6. **Guarulhos;**
7. **Itapecerica da Serra;**
8. **Itapevi;**
9. **Mairiporã;**
10. **Osasco;**
11. **São Paulo; e**
12. **Vargem Grande Paulista.**

A primeira parte dos levantamentos teve, como objetivo, **identificar os atores** e possíveis interlocutores entre os **gestores municipais**, os **representantes de cooperativas e**

**associações de catadores de material reciclável**, bem como de **empresas prestadoras de serviços de manejo de resíduos sólidos**, em caso de insuficiência de dados e/ou necessidade de complementação e qualificação dos mesmos.

Os dados e contatos destes interlocutores estão indicados no Capítulo 7 deste RT.

Em paralelo, foram levantados **dados secundários** relativos aos municípios a serem visitados, de forma a obter um cenário preliminar sobre a gestão de resíduos sólidos, sendo consultadas bases de dados oficiais, como a Pesquisa Nacional sobre Saneamento Básico (PNSB), os Censos Demográficos de 2000 e 2010 – todos de responsabilidade do IBGE, e o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), vinculado ao Ministério das Cidades.

Deste levantamento, pode-se apresentar, de forma inicial, os **dados demográficos** do conjunto de municípios sob responsabilidade deste Consultor, ilustrado pelo Quadro 1, a seguir.

Aqui cabe ressaltar que os dados relativos ao município de São Paulo estão presentes na maior parte da caracterização e da análise conjunta. Em algumas situações, São Paulo teve dados apresentados separadamente, considerando que os números apresentados pela capital do Estado diferem muito dos demais municípios, distorcendo significativamente as análises comparativas. Exemplo disso é a população dos dois municípios que ocupam as extremidades do universo estudado – São Paulo e Vargem Grande Paulista. A capital do estado possui 11 milhões de habitantes, enquanto Vargem Grande, apenas 43 mil.

Procura-se, com isso, evitar que os números elevados da gestão de São Paulo comprometam as análises de alguns dados quantitativos. Em relação a aspectos qualitativos, São Paulo está presente nas análises conjuntas.

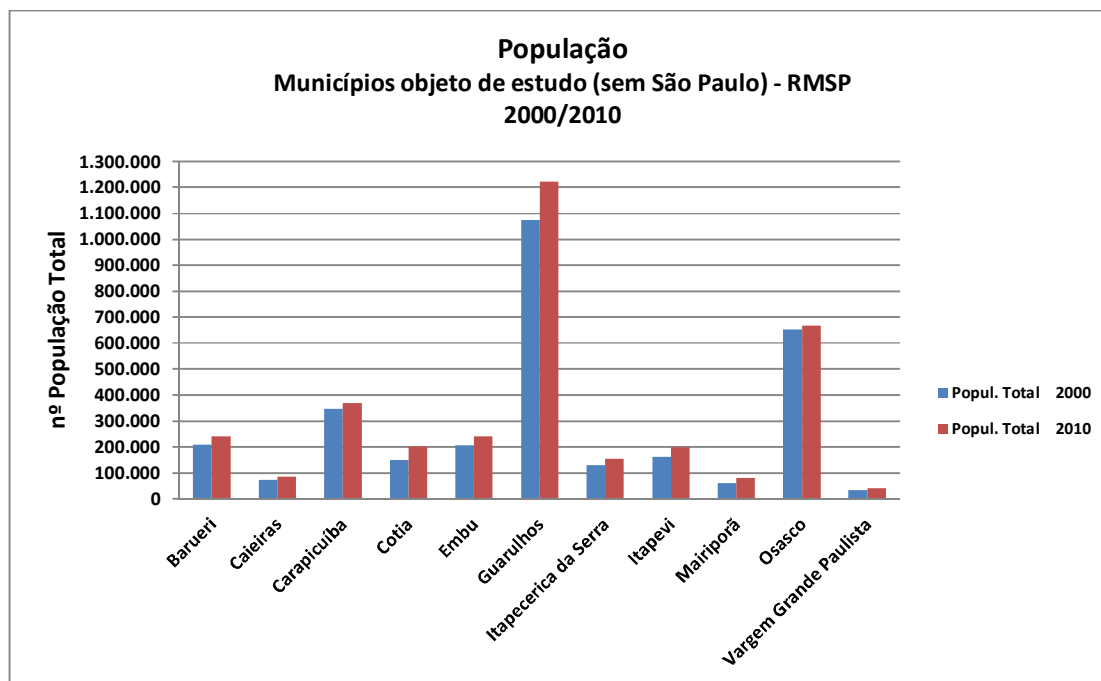
**Quadro 1 – Evolução da população dos municípios objeto do estudo**

| Municípios             | Popul. Total<br>2000 | Popul. Urbana<br>2000 | Urbanização<br>% | Popul. Total<br>2010 | Popul. Urbana<br>2010 | Urbanização<br>% | Crescimento<br>2000-2010<br>(%) |
|------------------------|----------------------|-----------------------|------------------|----------------------|-----------------------|------------------|---------------------------------|
| Barueri                | 208.281              | 208.281               | 100,0            | 240.749              | 240.749               | 100,0            | 15,59                           |
| Caieiras               | 71.221               | 68.481                | 96,2             | 86.529               | 84.386                | 97,5             | 21,49                           |
| Carapicuíba            | 344.596              | 344.596               | 100,0            | 369.584              | 369.584               | 100,0            | 7,25                            |
| Cotia                  | 148.987              | 148.987               | 100,0            | 201.150              | 201.150               | 100,0            | 35,01                           |
| Embu                   | 207.663              | 207.663               | 100,0            | 240.230              | 240.230               | 100,0            | 15,68                           |
| Guarulhos              | 1.072.717            | 1.049.668             | 97,9             | 1.221.979            | 1.221.979             | 100,0            | 13,91                           |
| Itapecerica da Serra   | 129.685              | 128.327               | 98,9             | 152.614              | 151.349               | 99,2             | 17,68                           |
| Itapevi                | 162.433              | 162.433               | 100,0            | 200.769              | 200.769               | 100,0            | 23,60                           |
| Mairiporã              | 60.111               | 48.077                | 79,9             | 80.956               | 70.750                | 87,4             | 34,68                           |
| Osasco                 | 652.593              | 652.593               | 100,0            | 666.740              | 666.740               | 100,0            | 2,17                            |
| São Paulo              | 10.434.252           | 9.813.187             | 94,0             | 11.253.503           | 11.152.344            | 99,1             | 7,85                            |
| Vargem Grande Paulista | 32.683               | 32.683                | 100,0            | 42.997               | 42.997                | 100,0            | 31,56                           |
| <b>TOTAL</b>           | <b>13.525.222</b>    | <b>12.864.976</b>     |                  | <b>14.757.800</b>    | <b>14.643.027</b>     |                  |                                 |

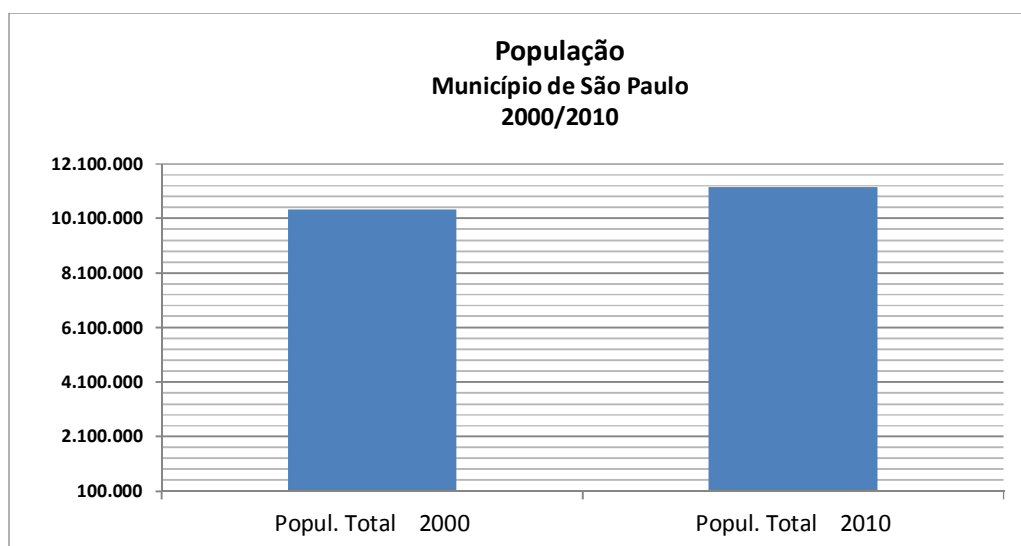
Fonte: IBGE (2000, 2010)

Deste quadro, foi possível construir gráficos que ilustrassem o **processo evolutivo de crescimento demográfico e populacional** dos municípios objeto do estudo, de forma a analisar os impactos sobre a geração de resíduos sólidos urbanos. Para tanto, foram elaborados os gráficos apresentados na sequência, sem a presença do município de São Paulo, que está caracterizado na Figura 2.

**Figura 1 – Evolução da População dos municípios objetos de estudo (sem S.Paulo) – 2000 e 2010**



**Figura 2 – Evolução da População do municípios de São Paulo – 2000 e 2010**



Como é possível identificar nos dados acima apresentados, há o destaque para Guarulhos e Osasco – municípios que possuem mais de 500 mil habitantes -, assim como para Caieiras, Mairiporã e Vargem Grande Paulista, que não atingem os 100 mil habitantes.

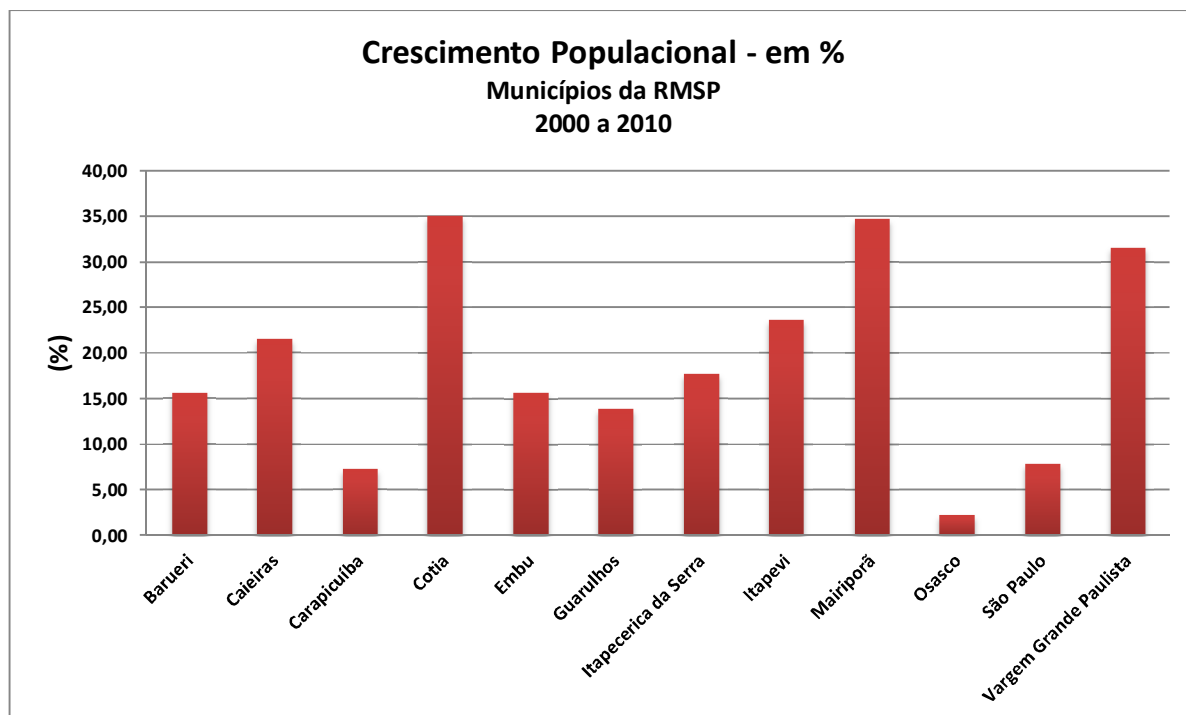
O total de habitantes dos 11 municípios é significativo, atingindo mais de 3,5 milhões, com Guarulhos representando cerca de 35% desse total. E, somando-se a Osasco, ambos representam mais da metade deste conjunto de municípios – pouco mais de 53% do total.



Considerando a capital do estado, o total de habitantes atinge a marca de 14,7 milhões de habitantes – o que indica a real necessidade de ponderar a presença de São Paulo na análise de alguns dados quantitativos dos municípios estudados.

A figura a seguir demonstra a **taxa de crescimento** de cada um dos municípios, indicando uma maior intensidade de crescimento nos municípios periféricos, comparativamente aos mais populosos. Este resultado de crescimento populacional será analisado com os dados obtidos sobre a geração de resíduos sólidos, principalmente nos últimos três anos da década de 2000, quando parte da população brasileira que compunha as classes socioeconômicas denominadas D e E conquistaram melhores condições de renda e, conseqüentemente, passaram a consumir e a gerar mais resíduos. Este gráfico inclui o município de São Paulo.

**Figura 3 – Evolução do crescimento populacional dos municípios objetos de estudo – 2000 e 2010**



Como é possível depreender desta figura, os municípios periféricos apresentaram altas taxas de crescimento na última década, com destaque para Vargem Grande Paulista, Mairiporã e Cotia, sendo que os dois primeiros são os que possuem menor população total – abaixo de 100 mil habitantes, conforme demonstrado na Figura 1.

Estes resultados apenas ratificam os processos existentes nas grandes aglomerações urbanas brasileiras, em que as grandes cidades estão reduzindo os níveis de crescimento populacional, enquanto que as cidades de menor porte, mas localizadas próximas às maiores, estão atraindo moradores e empresas.

Em seguida, dar-se-á introdução à análise dos dados agrupados por temas estratégicos, iniciando-se pelo tema Jurídico-Institucional.

## 2.1. JURÍDICO-INSTITUCIONAL

Como expresse anteriormente, um dos aspectos principais e que mais preocupam na gestão das cidades e, portanto, de resíduos sólidos, está relacionado à **capacidade de gestão** das cidades menores, pois a velocidade de transformação do espaço urbano e de complexidade de suas relações urbanas são muito mais velozes e dinâmicas que a capacidade de planejamento dos órgãos públicos.

No caso da prestação de serviços de saneamento, por exemplo, fica nítida esta diferença, nos resultados apontados pelo IBGE em relação ao acesso às redes e serviços de saneamento nas áreas periféricas das grandes metrópoles. Os índices encontrados demonstram que os principais serviços de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos) atingem parcialmente a população residente nestas áreas, situação que gera outros indicadores negativos, como os relativos à mortalidade infantil e à ocorrência de doenças. Mesmo que desconsiderados os dados referentes à drenagem urbana de águas pluviais (um dos componentes do setor de saneamento), os resultados serão semelhantes: as áreas periféricas são menos atendidas.

A carência e o déficit na limpeza urbana também geram indicadores negativos sobre a saúde humana e a salubridade do ambiente, já que o descarte irregular de resíduos sólidos permite o surgimento e o desenvolvimento de focos de doenças importantes, como a dengue, por exemplo.

Para o caso dos municípios estudados, foi possível identificar claramente a dificuldade de atuação dos órgãos pelos dados obtidos referentes à gestão de resíduos sólidos e à existência de instrumentos de planejamento, como os Planos de Saneamento e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Apesar de haver **Planos Diretores** (legislações que orienta o uso e a ocupação do solo) em praticamente todos os municípios estudados, alguns deles foram elaborados há vários anos e não passaram por revisão, conforme estabelece o Estatuto da Cidade (revisão periódica de 4 em 4 anos, com prazo sugerido de 20 anos de validade das diretrizes).

Cabe destacar, ainda, a ausência de diretrizes e organização metropolitana, considerando a necessidade de ações conjuntas para demandas sociais, como transporte, habitação, saneamento, saúde, educação, segurança pública, etc.

Todos estes fatores contribuem para a dificuldade dos municípios menores de enfrentar problemas como os relacionados à gestão sustentável de resíduos.

O quadro a seguir apresenta a situação referente à **existência de instrumentos de planejamento** (Planos municipais) em cada um dos municípios estudados, acompanhado dos gráficos ilustrativos sobre os planos específicos indicados acima.

**Quadro 2 – Existência de Planos**

| Municípios             | Planejamento         |      |                      |      |                      |      |                        |      |
|------------------------|----------------------|------|----------------------|------|----------------------|------|------------------------|------|
|                        | Plano Diretor        |      | Plano de Saneamento  |      | PMGIRS               |      | Progr. Coleta Seletiva |      |
|                        | sim/não/<br>em elab. | ano  | sim/não/<br>em elab. | ano  | sim/não/<br>em elab. | ano  | sim/não                | ano  |
| Barueri                | sim                  | 2010 | não                  |      | em elabor.           |      | sim                    | 2002 |
| Caieiras               | sim                  | 2012 | sim                  | 2011 | não                  |      | não                    |      |
| Carapicuíba            | sim                  | s/d  | não                  |      | em elabor.           |      | sim                    | 1992 |
| Cotia                  | sim                  | 2008 | sim                  | 2011 | não                  |      | sim                    | s/d  |
| Embu                   | sim                  | 2012 | sim                  | 2012 | em elabor.           |      | sim                    | 2001 |
| Guarulhos              | sim                  | 2004 | sim                  | 2011 | sim                  | 2011 | sim                    | 2008 |
| Itapecerica da Serra   | em elabor.           |      | não                  |      | não                  |      | sim                    | 2009 |
| Itapevi                | sim                  | 2008 | sim                  | 2012 | em elabor.           |      | sim                    | 2003 |
| Mairiporã              | sim                  | 2006 | em elabor.           |      | em elabor.           |      | sim                    |      |
| Osasco                 | sim                  | s/d  | sim                  | 2007 | em elabor.           |      | sim                    | 2008 |
| São Paulo              | sim                  | 2002 | sim                  | 2009 | sim                  | 2012 | sim                    | 2007 |
| Vargem Grande Paulista | sim                  | 2003 | sim                  | 2012 | não                  |      | sim                    | 2003 |

Como apresentado no quadro acima, todos os municípios possuem, de alguma forma, Planos Diretores que orientem o desenvolvimento do município, com o estabelecimento de regras para o uso e ocupação do solo. A mesma situação já não é encontrada quando se trata dos Planos de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), lembrando que a legislação federal indica a possibilidade de os Planos de Saneamento cumprirem as exigências para a gestão de resíduos sólidos, desde que contemplado o conteúdo mínimo previsto na Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Os gráficos apresentados na sequência ilustram os resultados do quadro acima.

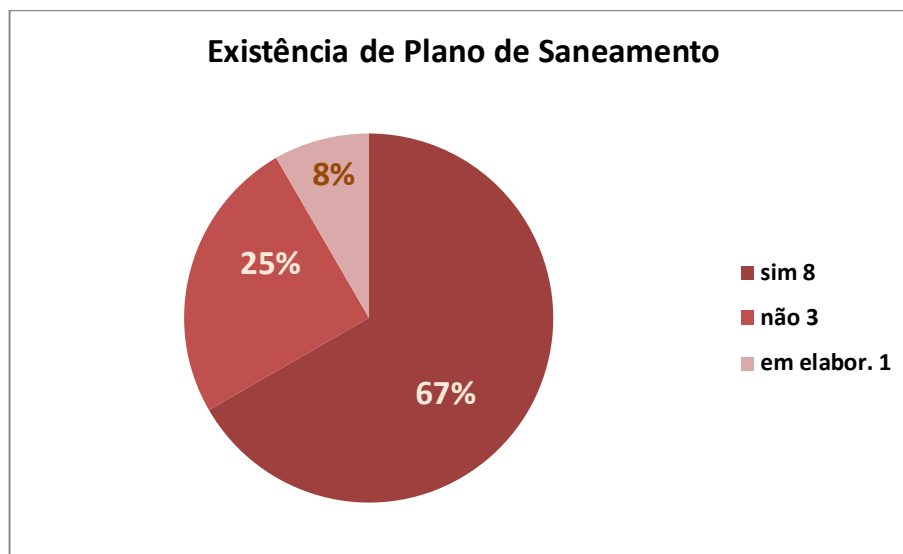
**Figura 4 – Existência de Plano Diretor**



Como dito anteriormente, praticamente todos os municípios analisados possuem Planos Diretores, mesmo considerando aqueles em que a revisão, obrigatória, não tenha sido realizada dentro dos prazos legais, como é o caso de Vargem Grande Paulista e Mairiporã. No caso de Guarulhos, o processo de revisão foi iniciado em 2012, mas não concluído em razão do período eleitoral. Já em São Paulo, o processo de revisão tem sido adotado/respeitado, mas em diferentes condições, já que o PD é composto por 31 Planos Setoriais, correspondentes às regiões administradas pelas Subprefeituras, que também devem passar por processo de revisão.

Já em relação aos **Planos de Saneamento**, a situação é um pouco diversa, como demonstra a figura a seguir.

**Figura 5 – Existência de Plano de Saneamento Básico**



Apesar de ainda serem maioria os municípios que possuem Plano de Saneamento elaborado, a aplicação de suas diretrizes, ações e metas ainda estão em processo. Dos 3 municípios que não possuem Planos de Saneamento (Barueri, Itapeverica da Serra e Carapicuíba), o primeiro possui melhores condições técnicas e financeiras para promover esse planejamento. Entretanto, no caso dos outros dois municípios, o fato de ter maiores limitações não se configura como justificativa para a não elaboração destes estudos, considerando as diversas iniciativas de apoio disponibilizadas pelo Governo Federal aos municípios e estados.

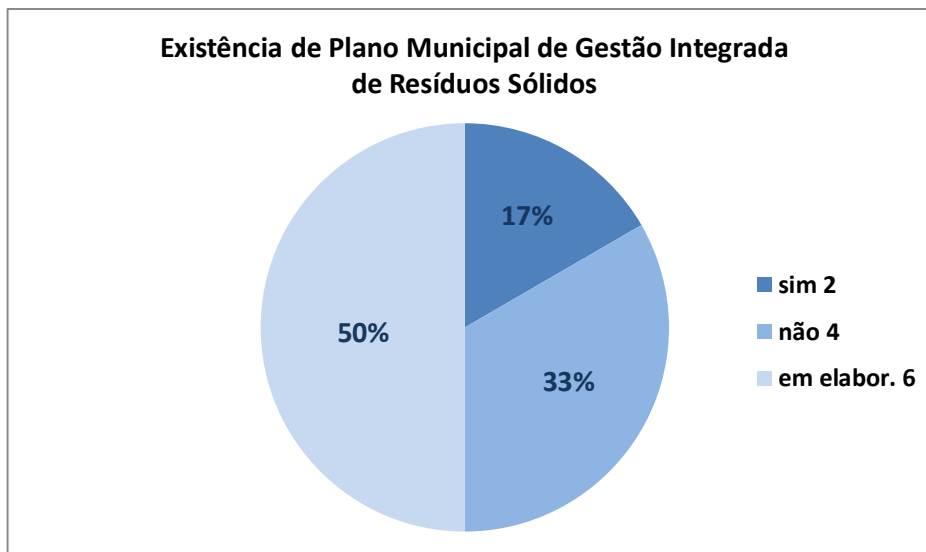
No caso de São Paulo, o Plano de Saneamento foi elaborado em conjunto com o governo estadual, considerando que a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na capital paulista é realizada por empresa estadual (SABESP). Porém, tal situação não justificaria a adoção de um planejamento conjunto, considerando que o marco regulatório do setor de saneamento estabelece que o planejamento é de responsabilidade do titular.

Neste sentido, há exemplos de municípios (também na RMSP) em que a operação dos serviços também é realizada pela SABESP, que promoveram a elaboração do plano de saneamento, definindo as metas mais adequadas a serem atingidas pelo prestador dos serviços.

Em relação aos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), a situação é ainda mais preocupante, pois poucos municípios cumpriram os prazos legais definidos na PNRS – 2 anos para elaboração dos Planos. A inexistência de diretrizes e normas orientativas à gestão de resíduos pode comprometer a participação efetiva do setor privado

como gerador de resíduos e dotado de responsabilidades, conforme estabelece a PNRS em seu capítulo correspondente à Responsabilidade Compartilhada. A figura a seguir ilustra a situação de existência ou não de PMGIRS no conjunto de municípios estudados.

**Figura 6 – Existência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**



É possível identificar a situação dramática de ausência de instrumentos de planejamento que orientem a atuação do titular da prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, considerando, inclusive, a realidade da prestação dos serviços neste conjunto de municípios, onde a maioria absoluta é realizada de forma indireta (por terceiros – contratados ou em regime de concessão).

Sem este instrumento de planejamento, o município tem extrema dificuldade de estabelecer uma relação satisfatória para controle e supervisão dos serviços prestados, pois não há metas, prazos nem ações claramente e legalmente definidas.

Um alento a esta situação é que a maioria dos municípios analisados está em processo de elaboração do PMGIRS. Outro destaque positivo é o município de Guarulhos – único que possui PMGIRS elaborado de forma participativa, e em processo de implantação das diretrizes e metas estabelecidas.

O município de São Paulo foi outro que elaborou o PMGIRS dentro dos prazos legais. Porém, em ambos os casos, não se atingiu o cumprimento total do conteúdo definido na PNRS.

Sobre este aspecto - conteúdo dos PMGIRS -, Guarulhos se aproxima bastante deste cumprimento, restando atendimento de alguns itens, como a identificação de passivos ambientais existentes, sistema de cálculo dos custos de prestação dos serviços, conjunto de ações preventivas e corretivas e a definição de periodicidade para a revisão do Plano.

No caso de São Paulo, a situação é mais crítica, pois o PMGIRS da capital não estabeleceu itens importantes, como metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem de resíduos, nem indicadores de desempenho para o acompanhamento da prestação dos serviços. Neste item, cabe ressaltar que os referidos indicadores existem no âmbito do contrato de concessão, mas deveriam ser parte integrante do PMGIRS como instrumento de apoio à gestão de resíduos sólidos.

Quanto aos demais municípios, alguns estão em processo de elaboração, como Barueri, Carapicuíba, Embu, Itapevi, Mairiporã e Osasco, e ainda podem entrar nesta categoria, mas

ainda não é possível afirmar que cumprirão esta exigência legal. E, vale ressaltar que o conteúdo de resíduos nos planos de saneamento dos municípios que o possuem, não contempla o exigido pela PNRS - como dito anteriormente.

Este aspecto é de especial importância nesta análise, já que os PMGIRS também devem contemplar as diretrizes para a elaboração dos **Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** - obrigatórios para os grandes geradores -, para a prestação dos serviços de limpeza urbana, para a articulação com o sistema de Logística Reversa, assim como para as ações de coleta seletiva e a integração dos catadores de material reciclável.

Neste sentido, o Plano de Guarulhos pode ser considerado como referência para a gestão sustentável de resíduos sólidos, pois contempla a maioria destes aspectos, assim como contempla diretrizes e ações de manejo para os diversos tipos de resíduos. O município, por exemplo, abriga, em seu território, o principal terminal aeroportuário do país. E, mesmo considerando que as regras de controle e fiscalização do funcionamento desta unidade sejam vinculadas a órgãos federais, o município estabeleceu diretrizes para o manejo correto e sustentável dos resíduos gerados no aeroporto, cumprindo com sua função de gestor do território e titular dos serviços.

Cabe, aos demais municípios analisados, o desafio de alcançar o mesmo desempenho conquistado por Guarulhos, no sentido de atingir níveis de excelência na prestação dos serviços ou, no mínimo, de garantir mecanismos de controle sobre a mesma.

A ausência de instrumentos de planejamento podem comprometer iniciativas interessantes, como as ações de coleta seletiva nos municípios. Esta afirmação se justifica pelo fato de que, na falta de diretrizes organizadas, os programas poderão ser elaborados e implantados de forma parcial, sem corresponder satisfatoriamente às necessidades e demandas da sociedade local (e regional, num cenário metropolitano).

Ainda em relação aos dados coletados e apresentados no Quadro 2, pode ser tranquilizador identificar que existem ações de **Coleta Seletiva** organizadas na maior parte dos municípios. Mas estas ações e iniciativas alcançam resultados muito limitados frente à potencialidade das mesmas, principalmente para atender às diretrizes de reaproveitamento e reciclagem previstas na PNRS. Esta situação foi identificada nas análises empreendidas no diagnóstico que compõe o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, em que a média nacional de recuperação de recicláveis gira em torno de 2% da massa total de resíduos coletados.

O Quadro 2 apresentou dados referentes à **existência de Programas de Coleta Seletiva** em 92% dos municípios estudados – apenas Caieiras não possui ação de Coleta Seletiva estruturada. Foi adotada esta classificação para o município, pois, em Caieiras, há apenas coleta de óleo vegetal usado, em escala reduzida. O município estava em processo de preparação de implantação da coleta seletiva, mas foi atingido por evento meteorológico intenso no verão de 2009/2010, obrigando Caieiras a limitar o investimento em novos programas, direcionando os recursos para a reconstrução de áreas atingidas e para a redução de riscos ambientais urbanos.

A figura a seguir apresenta os resultados referentes às ações voltadas à coleta seletiva.

Figura 7 – Existência de Programa de Coleta Seletiva



Voltando ao tema da coleta seletiva, os dados referentes à efetividade destas ações demonstram que as iniciativas são bastante restritas, não atingindo mais que a média identificada no país (2% da massa total coletada), sendo que este valor é aproximado, considerando a carência de dados consistentes de balanço de massa, obtidos para este RT.

Ainda em relação à Coleta Seletiva, são apresentadas, a seguir, informações relacionadas ao **modelo** adotado em cada municipalidade, aos responsáveis e envolvidos na operação, bem como à **existência de mecanismos de controle de quantidade** beneficiada e de análises para definição da **composição gravimétrica** dos resíduos coletados.

Quadro 3 – Programas de Coleta Seletiva – Existência, modelo e operação

| Municípios             | Coleta Seletiva |                 |             |                                     |                            |                              |
|------------------------|-----------------|-----------------|-------------|-------------------------------------|----------------------------|------------------------------|
|                        | sim/não         | operação        | triagem     | modelo<br>porta-porta/<br>PEV/misto | composição<br>gravimétrica | controle<br>da<br>quantidade |
| Barueri                | sim             | ER              | Co          | misto                               | sim                        | sim                          |
| Caieiras               | não             | -               | -           | -                                   | sim                        | -                            |
| Carapicuíba            | sim             | P / C / Co      | P / Co / ER | misto                               | não                        | sim                          |
| Cotia                  | sim             | E               | Co          | PEV                                 | sim                        | sim                          |
| Embu                   | sim             | P / Co / O      | Co          | misto                               | sim                        | sim                          |
| Guarulhos              | sim             | P / C / Co / ER | C / Co / E  | misto                               | sim                        | sim                          |
| Itapecerica da Serra   | sim             | P / Co          | Co          | misto                               | não                        | sim                          |
| Itapevi                | sim             | P / Co          | Co          | misto                               | não                        | sim                          |
| Mairiporã              | sim             | P / Co          | Co          | PEV                                 | sim                        | sim                          |
| Osasco                 | sim             | P / Co          | Co          | PP                                  | sim                        | sim                          |
| São Paulo              | sim             | P / E / Co      | Co          | misto                               | sim                        | sim                          |
| Vargem Grande Paulista | sim             | P / E / Co      | Co          | PP                                  | não                        | não                          |

P = Prefeitura

E = empresa

C = Catadores

Co= Cooperat.

ER = empresa do ramo

O = outros

PP = porta a porta

PEV = entrega voluntária

M = misto (PP+PEV)

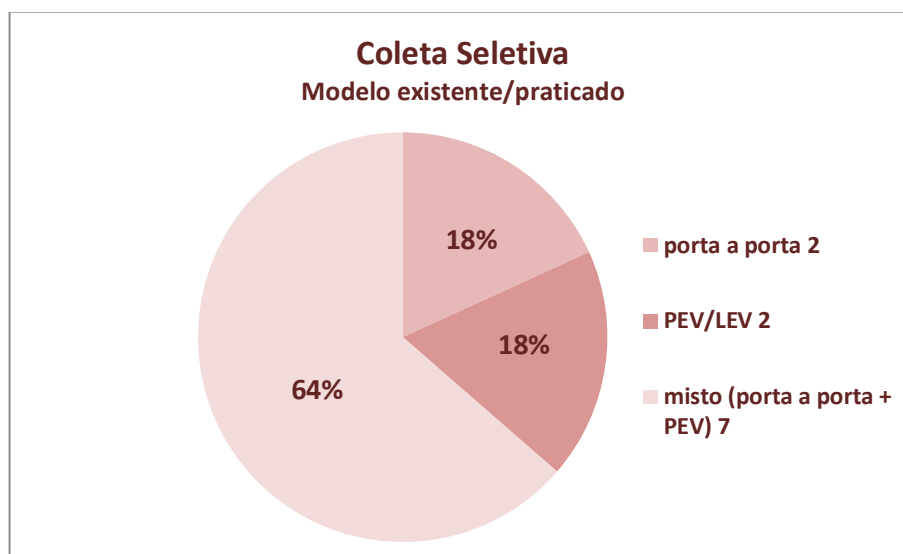
Em relação aos modelos de Coleta Seletiva empreendidos/aplicados, prevalece o modelo misto – que integra a coleta porta a porta com a implantação de unidades para entrega voluntária – e a participação predominante das Prefeituras.

Conforme ilustram os dados apresentados no quadro anterior, mais da metade (64%) das iniciativas adotaram o modelo misto, sendo que os modelos “puros” (porta a porta ou através de Postos de Entrega Voluntária – PEV) representam 18% das iniciativas, em ambos os tipos.

Também de acordo com os dados do quadro anterior, as informações sobre existência de levantamentos referentes à composição gravimétrica dos resíduos indicam uma boa abrangência destes dados, com mais da metade do universo estudado (67%). A existência destas informações é, em grande parte, de responsabilidade dos operadores das unidades de disposição final – que promovem análises periódicas para a melhor operação dos aterros, indicando as características da massa de resíduos sólidos incorporadas ao maciço, e, também, o potencial de geração de energia a partir do aproveitamento dos gases gerados pela decomposição dos resíduos ao longo do tempo.

As figuras a seguir ilustram os dados apresentados no quadro anterior, iniciando-se pelos relacionados aos modelos de coleta seletiva existentes.

**Figura 8 – Modelo de Programa de Coleta Seletiva**



Em relação à **participação das Prefeituras** nas ações de Coleta Seletiva, é nítido o envolvimento do poder público nestas iniciativas, buscando promover alternativas de descarte regular à população. Entretanto, como veremos mais adiante, estas iniciativas carecem de acompanhamento de ações educativas, de orientação e de esclarecimento, que permitam a ampla participação da população, bem como garantam a continuidade das mesmas.

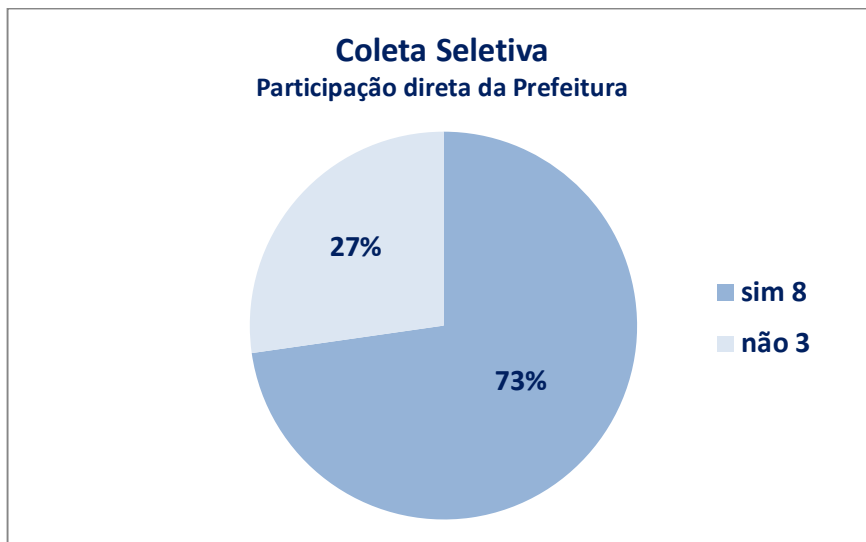
No cenário nacional, dados sistematizados e apresentados para a discussão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos apontam para a ineficiência das ações públicas de coleta seletiva, com raras exceções. E estes resultados ficam mais diminutos quando comparados com os índices de reciclagem dos materiais – como os recém-divulgados em relação ao alumínio, na ordem de mais de 98%. Ou seja, os materiais que chegam efetivamente às unidades produtivas



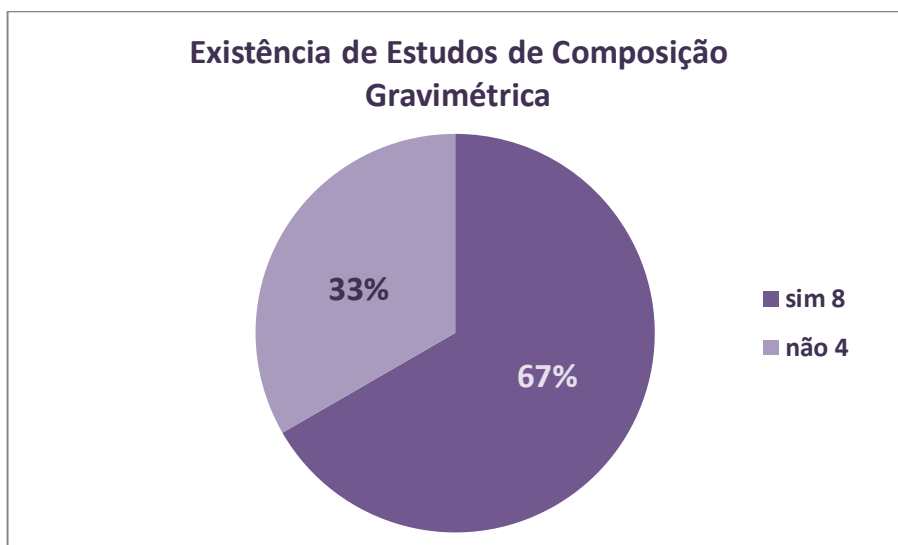
recicladoras passam por outros circuitos, com participação efetiva dos catadores nestes resultados, mas ainda numa situação de exclusão bastante significativa<sup>1</sup>.

As figuras a seguir ilustram a participação e o envolvimento efetivo das Prefeituras no conjunto de ações e iniciativas de Coleta Seletiva existente e identificado, assim como as informações sobre a existência de análises e estudos sobre a composição dos resíduos.

**Figura 9 – Participação Direta da Prefeitura nos Programas de Coleta Seletiva**



**Figura 10 – Existência de Estudos de Composição Gravimétrica de Resíduos nos Municípios**



Em relação à **prestação dos serviços**, 100% dos municípios analisados não prestam diretamente os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com exceção de dois

<sup>1</sup> Segundo dados constantes do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, estima-se que existam entre 400 e 600 mil catadores no país, sendo que pouco mais de 10% organizados em cooperativas ou associações - em número estimado de 1.100 organizações, e que 60% destas encontram-se nos níveis mais baixos de eficiência e estruturação organizacional. Segundo o MNCR, há entre 800 mil e 1 milhão de catadores no país.

municípios (Carapicuíba e Mairiporã) que ainda mantêm os serviços de varrição – mesmo assim, dividem a execução com as empresas contratadas.

Todos os municípios analisados promoveram os devidos certames licitatórios para a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos, alguns através de licitações públicas nos termos da Lei Federal nº. 8666/1993 e outros através da modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) (com legislação municipal específica, que autoriza o Poder Executivo a firmar tal tipo de parceria).

O quadro e o gráfico a seguir demonstram esta situação.

**Quadro 4 – Formato de Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos**

| Municípios             | Prestação dos serviços |                             |                      |            |            |                     |
|------------------------|------------------------|-----------------------------|----------------------|------------|------------|---------------------|
|                        | direta                 | indireta                    | serviços contratados |            |            |                     |
|                        |                        | terceirização/<br>concessão | coleta               | transporte | tratamento | disposição<br>final |
| Barueri                |                        | C                           | x                    | x          | x          | x                   |
| Caieiras               |                        | *<br>(compensação)          | x                    | x          | -          | x                   |
| Carapicuíba            | x                      | T                           | x                    | x          | x          | x                   |
| Cotia                  |                        | T                           | x                    | x          | x          | x                   |
| Embu                   |                        | C                           | x                    | x          | x          | x                   |
| Guarulhos              |                        | T                           | x                    | x          | x          | x                   |
| Itapecerica da Serra   |                        | T                           | x                    | x          | x          | x                   |
| Itapevi                |                        | C                           | x                    | x          | -          | x                   |
| Mairiporã              | x                      | T                           | -                    | x          | -          | x                   |
| Osasco                 |                        | C                           | x                    | x          | x          | x                   |
| São Paulo              |                        | C                           | x                    | x          | x          | x                   |
| Vargem Grande Paulista |                        | T                           | x                    | x          | x          | x                   |

T = Terceirizado

C = Concessão

**Figura 11 – Modelo de Prestação de Serviços**



Em relação aos dados apresentados, cabe destacar a informação referente à “compensação” para a prestação dos serviços. Esta situação se refere ao município de Caieiras, que não tem custo algum na prestação dos serviços de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos. Esta situação decorreu do processo de implantação e licenciamento da unidade de disposição final (aterro sanitário) da empresa ESSENCIS Ambiental, no município. Caieiras possuía legislação que restringia o recebimento de resíduos sólidos de outras localidades. Assim, houve acordo junto ao órgão ambiental estadual, no processo de licenciamento ambiental, em que a empresa comprometer-se-ia a prestar os serviços gratuitamente ao município ao longo do período de vida útil e de funcionamento do aterro – assim estando no momento atual.

Como é possível notar, os serviços de coleta, transporte e disposição final são os mais repassados para a operação por terceiros, seja por meio de contratação com base na legislação federal (Lei nº 8.666/1993), seja por meio de concessão.

Os serviços relacionados ao transporte merecem destaque, pois se caracterizam como um dos mais custosos de todo o conjunto de serviços, considerando que, em alguns municípios, a distância entre os pontos de coleta e de disposição final são consideráveis.

Com relação aos serviços de tratamento, estes, via de regra, estão relacionados a determinados tipos de resíduos, como os originados nos serviços de saúde (RSS). Em algumas situações, a informação obtida ou disponibilizada pelos municípios não foi suficiente para demonstrar a real situação da prestação deste tipo de serviço – tratamento de resíduos.

Em alguns outros casos, como dito anteriormente, há a prestação de serviços compartilhada entre o serviço público e o prestador privado, como nos casos de Carapicuíba e Mairiporã, em que parte da coleta é realizada pela Prefeitura, com veículos coletores próprios, considerando investimentos recentes neste tipo de equipamento.

Nos casos em que o regime é de concessão, os contratos possuem, na sua maior parte, validade de 30 anos (em São Paulo, o prazo é de 20 anos, contados a partir de 2004), com o estabelecimento de obrigações às empresas concessionárias, como investimento em ações estruturais (construção de instalações de apoio à gestão e ao manejo de resíduos sólidos, aquisição de equipamentos, etc.) e não estruturais (como ações educativas, orientativas, campanhas de esclarecimentos à população, investimentos em sistemas de informação e monitoramento, etc.). No caso do município de São Paulo, o contrato de concessão estabelece a obrigação de investimentos, dentre outros, na melhoria das unidades de transbordo, de ampliação do número de centrais de triagem, de renovação da frota de veículos coletores, etc.

Ocorre que, como citado anteriormente, os municípios firmaram tais contratos de concessão sem que tivessem elaborado seus Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Aqui cabe ressaltar o disposto na Lei Federal nº 12.305/2010, em seu artigo 4º, para quem a “*PNRS reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos*”. O texto indica, como um dos principais instrumentos para a consecução da gestão sustentável de resíduos a elaboração dos planos, como forma de organização das etapas previstas para a prestação dos serviços, bem como o estabelecimento de metas e condições para a mesma.

A ausência deste instrumento no ato da assinatura dos contratos de concessão poderia ser, inclusive, motivação para a denúncia do mesmo, nos casos destes terem sido assinados posteriormente à promulgação da PNRS.

Mas, voltando à análise dos tipos de relação entre o titular e os prestadores de serviços, a ausência do principal instrumento de planejamento pode comprometer o atingimento de metas

satisfatórias à sustentabilidade do sistema e o atendimento das diretrizes estabelecidas pela PNRS, como a não geração, a redução da geração, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos, bem como o encaminhamento apenas de rejeitos às unidades de disposição final.

É a situação de São Paulo, por exemplo, onde, apesar da existência do PMGIRS, o mesmo não contempla metas para execução das ações previstas, voltadas ao atingimento das diretrizes acima citadas.

Outro aspecto de interesse ao levantamento efetuado consiste na integração dos municípios num modelo de **gestão associada**, em conformidade com o conteúdo da Lei 11.107/2005, que instituiu as bases para a estruturação dos Consórcios Públicos.

A gestão associada é uma alternativa para a superação de dificuldades e limitações na prestação de serviços públicos por entes da federação, limitações estas de diversas naturezas. No caso de municípios de menor porte, em que as receitas municipais dependem fortemente de repasses de outros níveis de governos, a associação com outros municípios pode garantir condições em que, isolados, dificilmente alcançariam. Este seria o caso de alguns dos municípios analisados, como Vargem Grande Paulista, Carapicuíba, Embu das Artes e Itapeverica da Serra. Entretanto, a gestão associada ainda não é um modelo ou uma alternativa considerada pelos gestores públicos.

No caso de Barueri, por exemplo, o município promoveu a concessão dos serviços limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos por um prazo de 30 anos, prevendo a instalação de uma unidade de recuperação (ou valorização) de energia, a custos elevados, sem que houvesse diálogo com municípios vizinhos (Osasco e Carapicuíba, por exemplo) para que soluções mais adequadas pudessem ser compartilhadas, com benefícios crescentes – considerada somente a população de Barueri, são 240 mil habitantes; caso houvesse a construção de solução compartilhada, a população atendida somaria mais de 1,2 milhão (05 vezes mais).

O quadro de consorciamento entre os 12 municípios analisados aponta para 06 (seis) municípios – 03 deles vinculados a um mesmo Consórcio Intermunicipal – o CONISUD - Consórcio Intermunicipal da Região Sudeste da RMSP.

Mesmo assim, os Consórcios Intermunicipais aos quais os municípios fazem parte são multifinalitários, não tratando exclusivamente do tema de resíduos sólidos. Entre os principais temas contemplados no escopo da criação dos Consórcios estão transporte, segurança pública, educação saúde e saneamento.

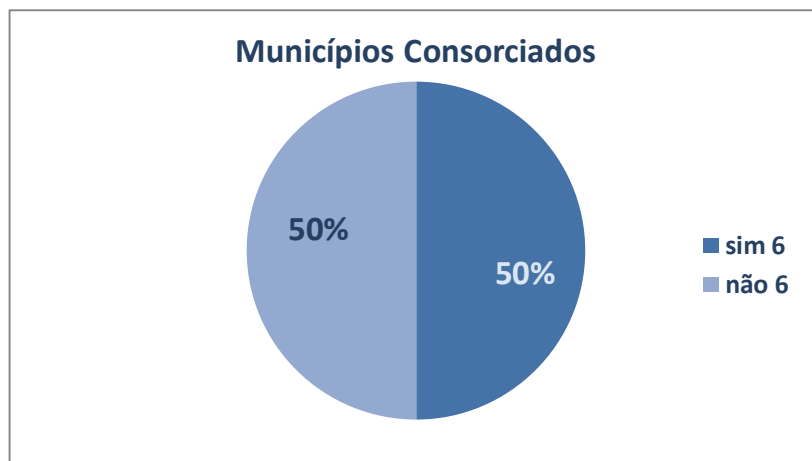
No caso do CONDEMAT (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê), há iniciativas de discussão sobre integração de ações, segundo informações da Prefeitura de Guarulhos.

A situação acima é ilustrada pelo quadro e pela figura a seguir.

**Quadro 5 – Integração a Consórcios Intermunicipais**

| Municípios             | Consórcio |          |                             |
|------------------------|-----------|----------|-----------------------------|
|                        | sim/não   | nome     | regularizado<br>(c/ Protoc) |
| Barueri                | não       | -        | -                           |
| Caieiras               | sim       | CINBAJU  | sim                         |
| Carapicuíba            | não       | -        | -                           |
| Cotia                  | sim       | CONISUD  | sim                         |
| Embu                   | sim       | CONISUD  | sim                         |
| Guarulhos              | sim       | CONDEMAT | sim                         |
| Itapecerica da Serra   | sim       | CONISUD  | sim                         |
| Itapevi                | não       | -        | -                           |
| Mairiporã              | sim       | CINBAJU  | sim                         |
| Osasco                 | não       | -        | -                           |
| São Paulo              | não       | -        | -                           |
| Vargem Grande Paulista | não       | -        | -                           |

**Figura 12 – Municípios integrados a Consórcios Intermunicipais (%)**



Os Consórcios aos quais os municípios estão vinculados são o CINBAJU – Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Juqueri – do qual fazem parte os municípios de Mairiporã e Caieiras; CONISUD - Consórcio Intermunicipal da Região Sudeste da RMSP – do qual fazem parte os municípios de Cotia, Embu das Artes e Itapecerica da Serra; e CONDEMAT - Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê -, do qual faz parte o município de Guarulhos.

A situação é regular na maior parte dos municípios consorciados, com Protocolos de Intenção assinados e aprovados nas respectivas Câmaras Municipais. Alguns deles não apresentaram os documentos comprobatórios desta aprovação nas respectivas Câmaras.

A gestão associada ainda não está presente nas ações de manejo de resíduos sólidos, mas, segundo manifestações dos gestores entrevistados, há entendimento dos benefícios potenciais de adotar tal modelo. Como no presente ano de 2012 houve eleições municipais, há que se acompanhar os resultados do processo eleitoral para verificação da continuidade das tratativas e dos encaminhamentos relacionados ao avanço da gestão associada de resíduos sólidos entre os municípios analisados.

Em relação às **estruturas administrativas** para controle e acompanhamento da prestação dos serviços, a situação é bastante diferenciada entre os municípios analisados, com destaque, mais uma vez, para Guarulhos, que conta com equipe técnica significativa (treinada e habilitada – inclusive para operar no SICONV), estrutura organizacional implantada, com atribuições e competências bem definidas, órgão gestor, órgão ambiental, e instrumentos adequados de apoio à gestão (como sistemas de geoprocessamento integrado à gestão de resíduos).

O quadro a seguir ilustra a situação em cada um dos municípios analisados, contemplando os aspectos relacionados à estrutura organizacional, corpo técnico, e sistemas de Tecnologia da Informação à disposição da gestão de resíduos.

**Quadro 6 – Estrutura organizacional, técnico-administrativa e instrumentos de apoio à gestão**

| Municípios             | Estrutura Administrativa |               |                  |     |        |
|------------------------|--------------------------|---------------|------------------|-----|--------|
|                        | órgão responsável        | corpo técnico | gestão ambiental | TI  | SICONV |
| Barueri                | DLU                      | 2 NS; 4 NM    | SEMA             | não | 2      |
| Caieiras               | Secret. Obras            | s/d           | SEMA             | não | 1      |
| Carapicuíba            | Secret. Obras            | s/d           | SEMAS            | não | s/d    |
| Cotia                  | Secret. Obras            | 2 NS          | SEMAA            | não | 3      |
| Embu                   | AMLUMB                   | 4 NS; 3 NM    | SEMA             | não | 2      |
| Guarulhos              | SSP / DELURB             | 15 NS; 127 NM | SEMA             | sim | 35     |
| Itapecerica da Serra   | D.S.U/D.O.               | 01 NS; 02 NM  | SEPLAMA          | não | 3      |
| Itapevi                | Secret. Planej.          | 02 NS; 04 NM  | SEMA             | não | 3      |
| Mairiporã              | Sec. Obras e Serv.       | 03 NS; 02 NM  | SMA              | não | 3      |
| Osasco                 | Sec. Serviços e Obras    | 03 NS; 08 NM  | SMMA             | não | 3      |
| São Paulo              | AMLURB                   | 80 NS/NM      | SVMA             | sim | s/d    |
| Vargem Grande Paulista | Sec. Planej. e Obras     | 01 NS; 02 NM  | não              | não | 2      |

NS = Nível Superior; NM = Nível Médio; s/d = sem dados disponibilizados

É possível notar que todos os municípios possuem órgãos responsáveis pela gestão de resíduos sólidos, bem como relativos à gestão ambiental (com exceção de Vargem Grande Paulista, onde o órgão ambiental está vinculado ao de Planejamento e Obras). Apesar da existência dos referidos órgãos, não é possível afirmar que todos possuem condição ou estrutura suficiente para o acompanhamento da execução dos serviços, considerando algumas informações obtidas e os resultados das visitas técnicas, que demonstraram dificuldade e limitação das equipes.

Quando analisados os aspectos relacionados ao corpo técnico e aos instrumentos de apoio à gestão (como a existência e utilização de programas de informática), é possível identificar a carência das estruturas administrativas na maioria dos municípios. Com exceção de Guarulhos, há poucos técnicos de nível superior nos quadros administrativos, assim como de nível médio, considerando a complexidade que caracteriza o acompanhamento e a supervisão das ações e atividades de manejo de resíduos sólidos.

Há situações em que o gestor atual é o único profissional de nível superior que atua na área de resíduos sólidos – cenário que pode comprometer a capacidade de acompanhamento dos serviços prestados, tendo em vista que todos os municípios repassaram a prestação dos mesmos a terceiros.

No caso dos municípios de Vargem Grande Paulista, Cotia, Carapicuíba, Caieiras e Itapecerica da Serra, a situação é crítica, pois os gestores locais e sua equipe técnica, além de serem em número reduzido, acumulam uma série de atribuições que dificultam o acompanhamento, a supervisão e o monitoramento das ações de manejo de resíduos sólidos, assim como a administração dos contratos com as empresas privadas.

No campo oposto, Guarulhos e São Paulo possuem estruturas compatíveis com a necessidade de níveis satisfatórios de gestão administrativa, com equipes técnicas e profissionais habilitados para exercer as funções de um órgão gestor.

Quanto à utilização de **ferramentas tecnológicas** para apoiar a gestão, novamente Guarulhos e São Paulo apresentam estrutura montada para tal finalidade, contando com programas georreferenciados para o planejamento e o acompanhamento da prestação dos serviços. O restante dos municípios não apresenta esta qualificação na estrutura e nas ferramentas disponíveis. Em alguns deles, como Barueri, Osasco e Embu das Artes, há sistemas georreferenciados, vinculados aos setores de urbanismo, mas não integrados à gestão de resíduos sólidos.

Ainda em relação ao tema estratégico Jurídico-Institucional, foi obtida a informação sobre funcionários treinados para **operação do Sistema de Convênios** do Governo Federal – **SICONV**. Há técnicos treinados para operar no referido sistema em praticamente todos os municípios analisados, sendo que estes funcionários estão, geralmente, vinculados ao Gabinete do Prefeito ou às Secretarias de Governo ou Planejamento. Mais uma vez cabe destacar o município de Guarulhos, que possui técnicos preparados para operar o SICONV em cada um dos setores da Prefeitura (num total de 35 pessoas), situação esta que facilita a elaboração de projetos e o pleito de recursos junto ao Governo Federal.

Apesar de não ter sido obtida a informação oficial do município de São Paulo, há conhecimento, por parte deste Consultor, sobre técnicos treinados para operação do SICONV em diversos setores da administração municipal paulistana, vinculados às Secretarias de Planejamento, da Habitação, do Verde e do Meio Ambiente, de Coordenação das Subprefeituras, dentre outras.

Outro aspecto levantado diz respeito ao **envio de informações ao SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento)**, em que apenas Cotia não fornece dados ao referido sistema. Cabe o esclarecimento, neste caso, que o município recebeu solicitação do Governo Federal para indicação de interlocutor, que foi definido, sendo respondido ao Ministério das Cidades. Entretanto, Cotia não obteve retorno quanto à sua inserção no sistema nem sobre o questionário a ser respondido.

Em relação aos municípios que já estão vinculados ao SNIS, a maior parte tem respondido às questões desde 2007, conforme ilustra o quadro a seguir.

**Quadro 7 – Integração dos municípios ao SNIS**

| Municípios             | SNIS       |      |
|------------------------|------------|------|
|                        | Informação | Ano  |
| Barueri                | Sim        | 2009 |
| Caieiras               | Sim        | 2009 |
| Carapicuíba            | Sim        | 2010 |
| Cotia                  | Não        | não  |
| Embu                   | Sim        | 2009 |
| Guarulhos              | Sim        | 2002 |
| Itapecerica da Serra   | Sim        | 2010 |
| Itapevi                | Sim        | 2008 |
| Mairiporã              | Sim        | 2008 |
| Osasco                 | Sim        | 2007 |
| Vargem Grande Paulista | Sim        | 2010 |

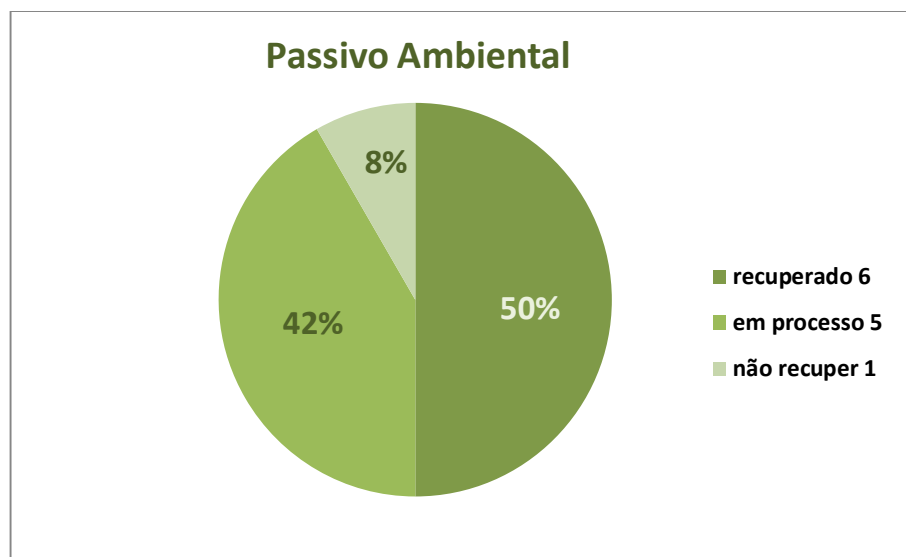
Finalizando o tema Jurídico-Institucional, a existência de passivos ambientais e suas respectivas implicações (como a formalização de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta),

são apresentadas no quadro a seguir, acompanhadas dos gráficos ilustrativos da situação identificada.

**Quadro 8 – Existência de TAC, de Passivos Ambientais e a situação dos mesmos**

| Municípios             | Passivo Ambiental      |     |
|------------------------|------------------------|-----|
|                        | sim/não/<br>recuperado | TAC |
| Barueri                | recuperado             | não |
| Caieiras               | sim (em proc.)         | sim |
| Carapicuíba            | sim                    | sim |
| Cotia                  | sim (em proc.)         | sim |
| Embu                   | sim (em proc.)         | não |
| Guarulhos              | recuperado             | sim |
| Itapeccerica da Serra  | sim (em proc.)         | sim |
| Itapevi                | recuperado             | não |
| Mairiporã              | sim (em proc.)         | não |
| Osasco                 | recuperado             | sim |
| São Paulo              | recuperado             | sim |
| Vargem Grande Paulista | recuperado             | sim |

**Figura 13 – Existência de Passivo Ambiental e situação atual**



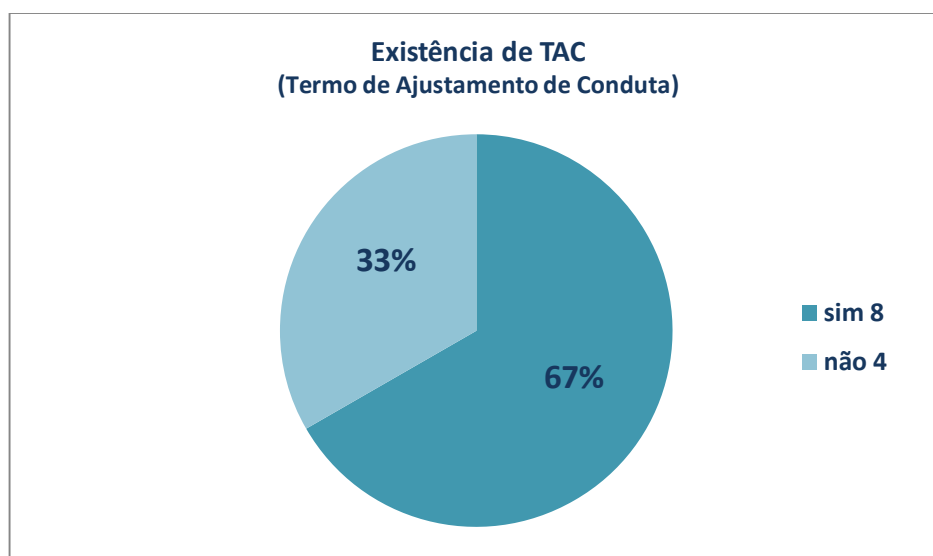
Conforme ilustram o quadro e a figura acima apresentados, a situação dos passivos ambientais existentes nos municípios analisados, referentes à disposição irregular de resíduos sólidos, está satisfatoriamente equacionada, considerando que de todas as áreas identificadas como passivo, mais de 90% estão recuperadas ou em processo de recuperação – restando apenas a Cava de Carapicuíba, localizada às margens da Lagoa de mesmo nome. Esta situação indica o atendimento das diretrizes e exigências contidas na PNRS, sem que exista necessidade de maiores investimentos de recuperação de áreas, com exceção das fases posteriores à recuperação, como as de monitoramento – que consiste na maior parte das ações necessárias nos municípios analisados.



Com relação à existência de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre as Prefeituras e o Ministério Público, mais de 60% dos municípios tem ou teve alguma obrigação a cumprir em relação à recuperação ambiental de áreas (passivos), sendo que a maioria destes casos refere-se ao encerramento de lixões. Considerando os resultados indicados na figura anterior, é possível afirmar que os TACs firmados estão em fase final de vigência, considerando a recuperação das áreas e a promoção de ações de inclusão social dos catadores que viviam nestes locais (tema que será abordado no tema Social).

Os Termos de Ajustamento de Conduta foram firmados entre as municipalidades, o Ministério Público e, em algumas situações, contaram com a presença do órgão ambiental estadual (CETESB), visando estabelecer parâmetros de recuperação ambiental e procedimentos adequados para tal finalidade.

**Figura 14 – Existência de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC**



Em seguida, serão apresentados os dados e as análises realizadas para o tema estratégico relacionado à Infraestrutura, considerando as instalações existentes para o manejo adequado de resíduos sólidos.

## **2.2. INFRAESTRUTURA**

Considerando os dados sobre a gestão de resíduos sólidos nos municípios analisados, passa-se a apresentar os dados obtidos sobre as instalações existentes nos municípios, de acordo com as funções e as finalidades de cada unidade.

Cabe destacar que as informações requeridas no questionário elaborado pelo MMA indicavam aspectos quantitativos e uma análise qualitativa destas instalações, o que permite avaliar, posteriormente, a necessidade de investimentos para melhoria ou ampliação das mesmas, além do acréscimo de unidades.

Um primeiro aspecto a ser considerado é quanto à **prestação dos serviços de coleta** de resíduos sólidos – aspecto este que se relaciona com o item anterior deste Relatório Técnico, que abordou a capacidade de gestão existente nos municípios.

Apesar dos avanços em relação à gestão e à forma de relação entre os titulares dos serviços e os prestadores – com experiências interessantes nos modelos de contratação, não mais por tonelada, mas sim, por serviços prestados –, a maior parte das formas de controle está vinculada à disposição final dos resíduos, sendo a pesagem a forma mais tradicional de controle.

O dimensionamento das instalações de manejo de resíduos sólidos está relacionado à produção de resíduos, à demanda por coleta e à destinação final ambientalmente adequada. Entretanto, como as ações complementares de redução da geração, de reaproveitamento e reciclagem dos resíduos ainda são muito incipientes, a lógica de estruturação dos serviços está baseada nas unidades de disposição final, com entendimento restrito dos gestores públicos sobre novos formatos e modelos de gestão.

Assim, cabe, inicialmente, apresentar os dados quantitativos sobre a **produção/geração diária de resíduos sólidos**, por toneladas e *per capita*, de forma a que seja possível aferir o comportamento de cada sociedade local e o montante gerado em cada município – dados estes apresentados no quadro a seguir.

**Quadro 9 – Quantidade de resíduos coletados, forma de controle e produção *per capita***

| Municípios                    | Coleta convencional  |   |                   |
|-------------------------------|----------------------|---|-------------------|
|                               | quantidade (ton/dia) | produção <i>per capita</i> (kg/hab/dia) | forma de controle |
| Barueri                       | 276,0                | 1,14                                    | pesagem           |
| Caieiras                      | 61,6                 | 0,72                                    | pesagem           |
| Carapicuíba                   | 407,0                | 1,1                                     | pesagem           |
| Cotia                         | 217,0                | 1,1                                     | pesagem           |
| Embu                          | 230,0                | 0,9                                     | pesagem           |
| Guarulhos                     | 1.000,0              | 0,8                                     | pesagem           |
| Itapecerica da Serra          | 158,6                | 1,03                                    | pesagem           |
| Itapevi                       | 160,0                | 0,8                                     | pesagem           |
| Mairiporã                     | 60,2                 | 0,85                                    | pesagem           |
| Osasco                        | 600,0                | 0,9                                     | pesagem           |
| São Paulo                     | 12.000,0             | 1,1                                     | pesagem           |
| Vargem Grande Paulista        | 31,0                 | 0,78                                    | pesagem           |
| Média - municípios analisados |                      | 0,94                                    |                   |
| Média nacional                |                      | 1,1                                     |                   |

Parte destas informações foi obtida junto às unidades de disposição final (empresas operadoras/proprietárias dos aterros sanitários), considerando as limitações técnicas e estruturais dos municípios em relação ao acompanhamento da prestação dos serviços.

Como é possível notar nos dados presentes no quadro anterior, a produção média diária de resíduos sólidos nos municípios analisados está abaixo da média nacional, mas próxima desta – identificada no conjunto de análises realizadas no âmbito do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Em alguns poucos municípios, há necessidade de aferir melhor os números obtidos, considerando o perfil socioeconômico da população e de consumo. Entretanto, os números não diferirão tanto dos obtidos e aqui apresentados, pois representam efetivamente o

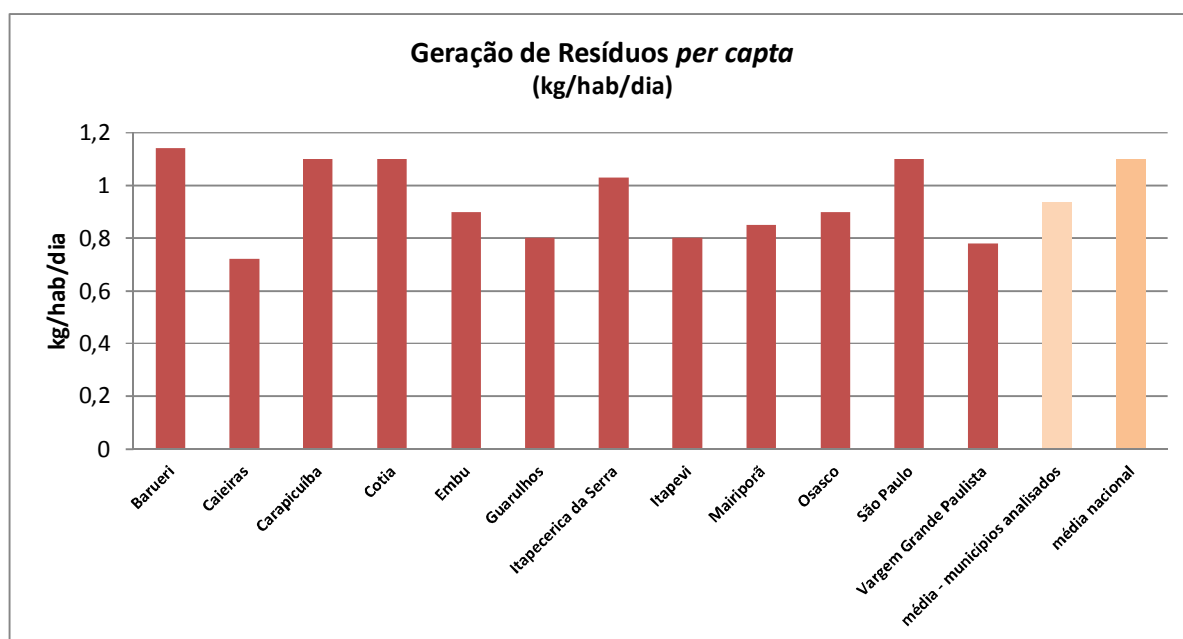
comportamento de consumo e geração de resíduos, de acordo com o perfil socioeconômico das sociedades locais. Municípios periféricos e de menor população possuem índices mais baixos de geração per capita de resíduos, como Vargem Grande Paulista, Caieiras, Embu, Mairiporã e Itapevi – que apresentaram valores diários abaixo de 01 quilograma por habitante.

Guarulhos apresenta um índice também abaixo dos valores médios nacionais, porém tal resultado pode ser justificado pelo perfil socioeconômico da maior parte da população guarulhense – integrantes das classes C, D e E, de acordo com as categorias adotadas pelos indicadores oficiais.

A dificuldade de obtenção de dados quantitativos mais apurados reflete justamente a ausência de instrumentos de planejamento como o PMGIRS – cuja estrutura de elaboração prevê, na fase inicial, a realização de estudos que diagnostiquem a situação de geração de resíduos, o perfil de consumo da população, dentre outros aspectos.

A figura a seguir apresenta uma ilustração das informações constantes do quadro acima.

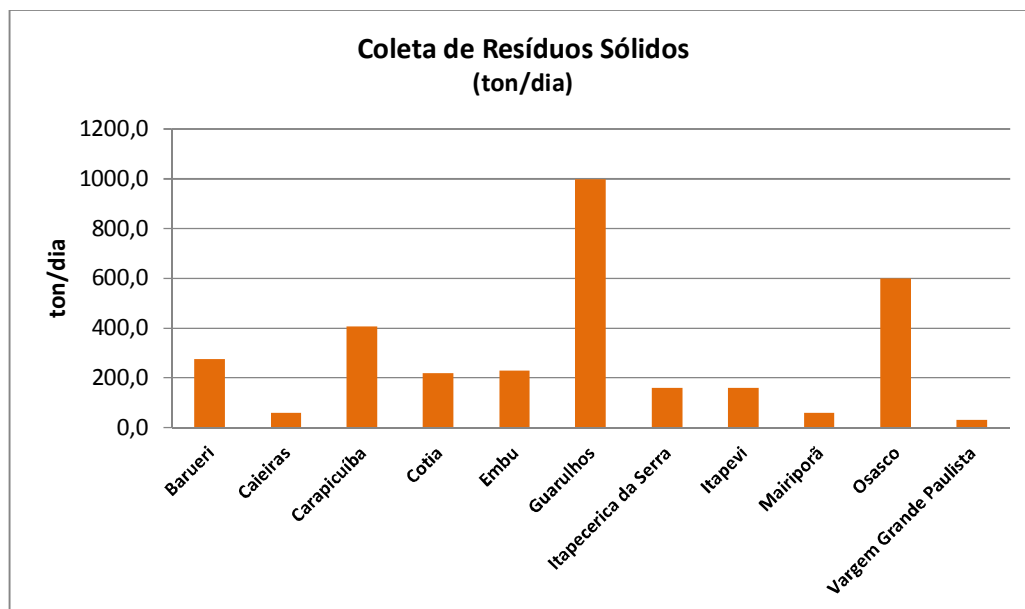
**Figura 15 – Geração de Resíduos Sólidos *per capita***



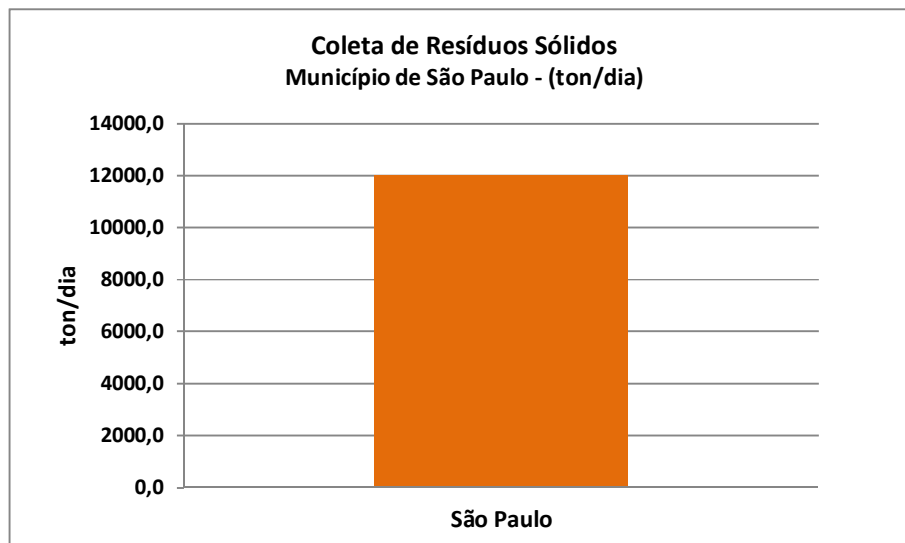
Em relação aos **quantitativos de geração de resíduos**, a figura a seguir ilustra a diferença dos números, de acordo com a população de cada município. Destacam-se os municípios de Guarulhos e Osasco, ambos com mais de 500 toneladas coletadas diariamente, seguidos dos municípios de Carapicuíba, Barueri, Embu e Cotia, com mais de 200 toneladas diárias, e, por fim, os municípios de Itapeira da Serra, Itapevi, Caieiras, Mairiporã e Vargem Grande Paulista, com menos de 200 toneladas por dia. Neste caso, o município de São Paulo tem seus resultados apresentados em separado, considerando a proporção elevada, comparativamente aos demais.

Estão consideradas, nestes dados, apenas as quantidades relacionadas aos RSD, coletados diariamente em cada um dos municípios analisados.

**Figura 16 – Quantidade de Resíduos Sólidos Coletada Diariamente**



**Figura 17 – Quantidade de Resíduos Sólidos Coletada Diariamente – Município de São Paulo**



Estes quantitativos demonstram o tamanho do problema enfrentado diariamente, principalmente quando são consideradas as alternativas existentes para destinação ambientalmente adequadas, a situação incipiente de iniciativas de redução, reaproveitamento e reciclagem dos resíduos coletados, e o entendimento restrito dos gestores em relação à potencialidade de aproveitamento de parte significativa da massa de resíduos – mantendo o foco quase que exclusivamente na disposição final.

Esta afirmação pode ser exemplificada nos casos de Barueri, Osasco e Embu das Artes, cujos processos de concessão estão baseados nas unidades de recuperação de energia (nos dois primeiros) e de co-processamento (em Embu), permitindo o tratamento térmico, em seguida.

Nos demais municípios, a carência de ações voltadas ao reaproveitamento e à reciclagem, aliada à pequena eficiência das ações de Coleta Seletiva existentes e à retenção de informação pelas empresas prestadoras dos serviços de manejo de resíduos (incluindo as das unidades de disposição final), indicam o grau de importância (e dependência) dos aterros sanitários.

Neste sentido, passam a ser apresentados os dados relativos às unidades de apoio ao manejo de resíduos sólidos, iniciando-se justamente pelos aterros sanitários que recebem os resíduos coletados nos 12 municípios analisados, conforme indicado pelo quadro a seguir.

**Quadro 10 – Unidades de Disposição Final – Qualificação e situação de regularidade (licenciamento)**

| Municípios             | Disposição Final |      |      |          |                  |               |          |          | Aproveit.<br>gás |
|------------------------|------------------|------|------|----------|------------------|---------------|----------|----------|------------------|
|                        | Lixão            | A.C. | A.S. | Aterro   | localização      | Licenciamento |          |          |                  |
|                        |                  |      |      |          |                  | sim/não       | nº L.O.  | validade |                  |
| Barueri                |                  |      | x    | TECIPAR  | Santana Parnaíba | sim           | 32005898 | ago/15   | sim              |
| Caieiras               |                  |      | x    | ESSENCIS | Caieiras         | sim           | 32006462 | jun/17   | sim              |
| Carapicuíba            |                  |      | x    | ESTRE    | Itapevi          | sim           | 32005189 | mar/15   | sim              |
| Cotia                  |                  |      | x    | ESTRE    | Itapevi          | sim           | 32005189 | mar/15   | sim              |
| Embu                   |                  | x    |      | público  | Embu             | não           | -        | -        | não              |
| Guarulhos              |                  |      | x    | QUITAÚNA | Guarulhos        | sim           | 15003685 | jul/13   | sim              |
| Itapeçerica da Serra   |                  |      | x    | ESSENCIS | Caieiras         | sim           | 32006462 | jun/17   | sim              |
| Itapevi                |                  |      | x    | ESTRE    | Itapevi          | sim           | 32005189 | mar/15   | sim              |
| Mairiporã              |                  |      | x    | ESSENCIS | Caieiras         | sim           | 32006462 | jun/17   | sim              |
| Osasco                 |                  |      | x    | público  | Osasco           | não           | -        | -        | não              |
| São Paulo              |                  |      | x    | ESSENCIS | Caieiras         | sim           | 32006462 | jun/17   | sim              |
|                        |                  |      | x    | CTR-L    | São Paulo        | sim           | s/d      | jun/16   | sim              |
| Vargem Grande Paulista |                  |      | x    | ESTRE    | Itapevi          | sim           | 32005189 | mar/15   | sim              |

Como é possível notar, apenas dois aterros sanitários são de caráter público, de propriedade dos municípios – Embu das Artes e Osasco -, mas administrados pela iniciativa privada, administração repassada pelo poder público. Todos os demais são privados, com contratos firmados com os municípios.

Estas, inclusive, são as unidades de disposição final que não possuem licenciamento ambiental, por questionamento das decisões emanadas pelo órgão ambiental estadual (CETESB). Em ambos os casos, as adequações foram realizadas, incluindo a melhoria das condições de operação dos aterros, porém, sem que houvesse a solução da questão e a liberação das respectivas licenças. No caso de Osasco, por exemplo, as adequações foram realizadas, elevando o aterro da condição de controlado para sanitário, em conformidade com os termos do TAC firmado para tal finalidade. Entretanto, em razão de o Termo de Ajustamento de Conduta estar em vigência até o encerramento da vida útil do aterro, o órgão ambiental estadual está analisando os projetos de encerramento e de implantação de um novo conjuntamente, visando emitir as respectivas licenças.

Outro destaque é que apenas 03 unidades de disposição final atendem 09 municípios dos 12 analisados. Apesar de poder se caracterizar como um aspecto positivo, como se fosse resultado de planejamento e de gestão associada, isso não corresponde à realidade.

Os aterros são particulares, implantados de acordo com a demanda por unidades de disposição final, considerando as dificuldades econômico-financeiras dos municípios em arcar com a implantação e a operação de uma estrutura complexa como um aterro sanitário, assim como de obtenção de áreas na RMSP para implantação deste tipo de empreendimento.

Assim, o aterro sanitário de Caieiras (operado pela ESSENCIS Soluções Ambientais), por exemplo, atende 04 municípios (incluindo Caieiras), dentre os 12 analisados, representando 33% do universo estudado.

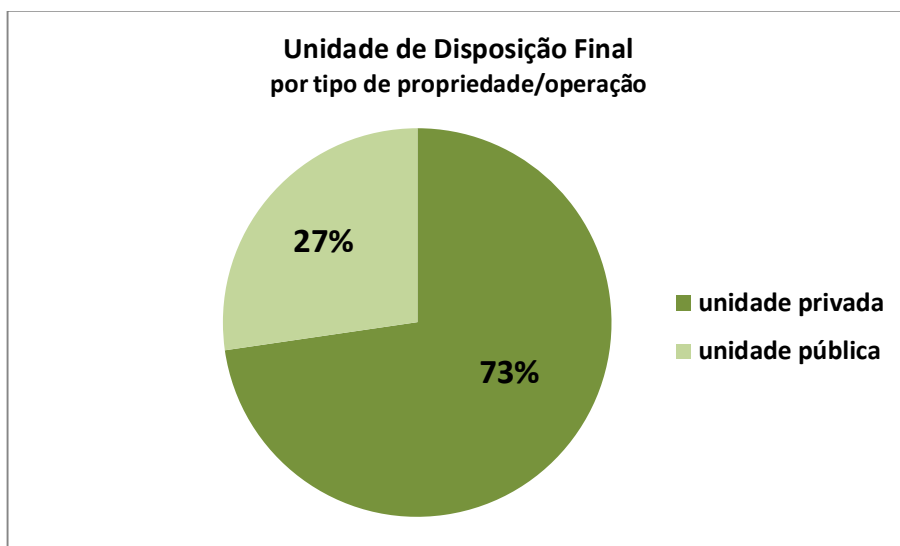
Outro aterro, localizado em Itapevi (operado pela ESTRE Ambiental), atende outros 04, compreendendo mais 33% do universo analisado.

Se houvesse a composição de consórcios públicos entre os municípios de determinadas regiões da RMSP, poderia haver unidades gerenciadas pelo consórcio que atendessem às demandas e necessidades dos municípios envolvidos por diversos anos, mesmo que operadas pelo setor privado.

Neste sentido, como a operação estaria garantida por diversos anos, com supervisão e acompanhamento das atividades pelo consórcio público, os custos operacionais e de manutenção do empreendimento poderiam ser rateados entre os municípios, proporcionalmente ao uso e utilização do mesmo, gerando menores valores a todos os envolvidos, comparativamente ao que cada município paga ao aterro particular – que estabelece relação contratual caso a caso, compondo valores bastante diversos entre cada um dos municípios, como demonstram os dados constantes do Quadro 11 – apresentado adiante, no item referente aos aspectos econômico-financeiros.

A figura a seguir ilustra a situação das unidades de disposição final, por tipo e propriedade.

**Figura 18 – Unidades de Disposição Final de Resíduos Sólidos – Tipo/Propriedade**



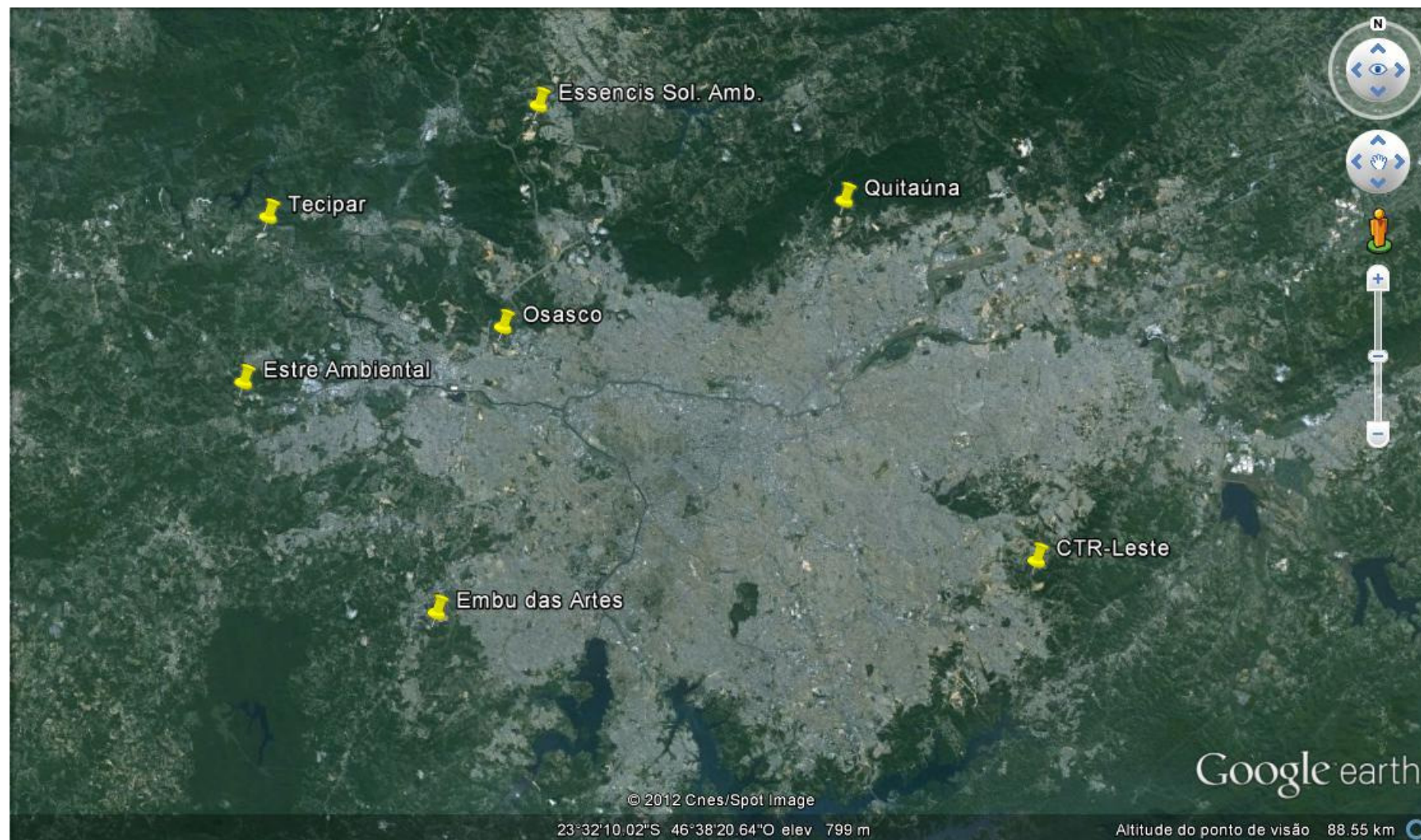
Algumas unidades de disposição final foram visitadas pelo Consultor, visando obter dados quantitativos complementares sobre a gestão de resíduos nos municípios analisados, bem como analisar as condições operacionais das mesmas.

Foram visitados os aterros sanitários operados pela ESTRE Ambiental (em Itapevi), pela ESSENCIS Soluções Ambientais (em Caieiras) e pela TECIPAR (em Santana de Parnaíba).

Na figura a seguir, está demonstrada a localização dos aterros que atendem aos 12 municípios analisados.



Figura 19- Localização das Unidades de Disposição Final de Resíduos Sólidos – RMSP



O aterro da ESTRE atende os municípios de Itapevi, Cotia, Vargem Grande Paulista e Carapicuíba (região Sudoeste da RMSP). Localizado em área rural do município, à Estr. de Araçariguama, atende a clientes públicos e privados (comerciais e industriais).

**Figura 20 – Vistas da unidade de disposição final da ESTRE Ambiental**



**Figura 21 – Vista da unidade de disposição final da ESTRE Ambiental – áreas administrativa e operacional**



**Figura 22 – Vista da unidade de recuperação de solo da ESTRE Ambiental**



Neste empreendimento, há coleta e queima do gás metano, com projeto para implantação de sistema de aproveitamento energético desses gases, em fase de licenciamento junto ao órgão ambiental estadual (CETESB). Os líquidos gerados no processo de decomposição dos



resíduos são coletados e acumulados em lagoas, e encaminhados, por veículos próprios, para tratamento em Estação de Tratamento de Esgotos operada pela SABESP (Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo). Já existe projeto de implantação de sistema de tratamento dos efluentes na própria unidade, em fase de preparação para início das obras.

Recebe, mensalmente, cerca de 20 mil toneladas de clientes públicos e de 15 mil toneladas de clientes privados.

A unidade da ESSENCIS Soluções Ambientais está localizada no município de Caieiras, à Rodovia dos Bandeirantes, km 33, e atende, além deste, os municípios de São Paulo, Itapeverica da Serra e Mairiporã. Assim como na unidade da ESTRE, há coleta e queima do gás metano, com sistema de aproveitamento energético desses gases em fase de implantação, a partir da instalação de uma unidade termoeletrica, com capacidade de geração de 25MWh.

Os líquidos gerados no processo de decomposição dos resíduos também são coletados e acumulados em lagoas, e encaminhados, por veículos próprios, para tratamento em Estação de Tratamento de Esgotos operada pela SABESP (Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo). Entretanto, já está em processo de implantação de sistema de tratamento dos efluentes na própria unidade.

**Figura 23 – Vistas da entrada da unidade de disposição final da ESSENCIS Soluções Ambientais (placa indicativa e estrutura de pesagem)**



**Figura 24 – Vistas da unidade de disposição final - ESSENCIS Sol. Ambientais (sinalização orientativa)**



**Figura 25 – Vista da área (células) de recepção de resíduos da unidade de disposição final da ESSENCIS Sol. Ambientais**



Há, também, estruturas implantadas para o reaproveitamento de materiais recicláveis, em fase experimental, visando contribuir, futuramente, com os sistemas de logística reversa.

**Figura 26 – Unidade de processamento/beneficiamento de resíduos - ESSENCIS Soluções Ambientais**



A unidade da TECIPAR Engenharia e Meio Ambiente está localizada no município de Santana de Parnaíba, à Av. Ouro Branco, 474 – Refúgio dos Bandeirantes, e atende ao município de Barueri. Está em fase de expansão, já obtendo Licença Prévia para tal finalidade. Assim como nas unidades descritas anteriormente, há coleta e queima do gás metano, com projeto de sistema de aproveitamento energético desses gases em fase de licenciamento ambiental.



**Figura 27 – Unidade de Disposição Final – TECIPAR Engenharia e Meio Ambiente**



Os líquidos gerados no processo de decomposição dos resíduos também são coletados e acumulados em lagoas, e encaminhados, por veículos próprios, para tratamento de Estação de Tratamento de Esgotos em Jundiaí. Entretanto, já está em processo de implantação de sistema de tratamento dos efluentes na própria unidade, para contemplar a expansão prevista.

Não foi autorizado o registro fotográfico da unidade.

Os outros aterros não foram visitados em razão da indisponibilidade de tempo, considerando que as unidades visitadas contemplam 75% dos municípios analisados.

Em relação às demais **instalações de apoio ao manejo de resíduos sólidos**, o quadro a seguir aponta a situação encontrada no conjunto dos municípios objeto deste estudo, com visita *in loco* em algumas delas – especialmente as relacionadas à Coleta Seletiva.

**Quadro 11 - Unidades de Manejo de Resíduos Sólidos Existentes – Tipo/Condições**

| Municípios           | Coleta Seletiva    |          |            |          |             |          |     |            |                |
|----------------------|--------------------|----------|------------|----------|-------------|----------|-----|------------|----------------|
|                      | central de triagem |          | PEV/LEV    |          | Trans-bordo | Compost. | ATT | Aterro RCC | Reciclagem RCC |
|                      | quantidade         | situação | quantidade | situação |             |          |     |            |                |
| Barueri              | 1                  | R        | 5          | B        | 1           | 0        | 0   | 1          | 1              |
| Caieiras             | 0                  | -        | 23         | R        | 0           | 0        | 0   | 0          | 0              |
| Carapicuíba          | 0                  | -        | 2          | Ru       | 1           | 0        | 0   | 0          | 0              |
| Cotia                | 1                  | Ru       | 5          | R        | 0           | 0        | 0   | 0          | 0              |
| Embu                 | 1                  | R        | 30         | B        | 0           | 0        | 0   | 0          | 0              |
| Guarulhos            | 1                  | B        | 16         | B        | 0           | 0        | 1   | 0          | 4              |
| Itapecerica da Serra | 1                  | R        | 32         | B        | 1           | 0        | 0   | 0          | 0              |
| Itapevi              | 1                  | R        | 50         | R        | 1           | 0        | 0   | 0          | 0              |
| Mairiporã            | 1                  | R        | 4          | B        | 1           | 0        | 0   | 0          | 0              |
| Osasco               | 2                  | R        | 0          | -        | 0           | 0        | 0   | 0          | 1              |
| São Paulo            | 20                 | R/Ru     | 1293       | B        | 3           | 0        | 3   | 3          | 3              |
| Vargem Grande Pta    | 1                  | Ru       | 0          | -        | 0           | 0        | 0   | 0          | 0              |
| total                | 30                 | 0        | 1460       | 0        | 8           | 0        | 4   | 4          | 9              |

B = Bom

R = Razoável

Ru = Ruim

B = Bom

R = Razoável

Ru = Ruim

Com relação às instalações das unidades de apoio ao manejo de resíduos sólidos – em especial quanto ao número e às condições de qualidade das mesmas -, a situação pode ser considerada, de um modo geral, em um **nível insatisfatório quanto à quantidade de instalações**, e em **nível regular**, quanto aos **aspectos qualitativos**.

A análise relacionada a cada tipo de instalação será iniciada pelas unidades com menor presença, como as unidades de apoio ao manejo de RCC – ATT, áreas para reciclagem e disposição final.

Estas unidades estão restritas a 04 municípios do universo total analisado - implantadas em Barueri, Guarulhos, Osasco e São Paulo – sendo que os três últimos são os maiores da RMSP. De fato, a situação é mais crítica nestes municípios, em que a dinâmica de construção civil é mais forte, principalmente em relação às pequenas intervenções (reformas e construções de residências e pequenas edificações) – principais geradoras de resíduos que são, de maneira comum, descartadas irregularmente em vias e logradouros públicos.

Das 17 unidades identificadas, Guarulhos e São Paulo respondem por 14 delas (82% do total de unidades), sendo 9 unidades em São Paulo (ATT, aterros e unidades de reciclagem) e 5 unidades em Guarulhos (ATT e reciclagem).

Tanto em São Paulo como em Guarulhos há um processo contínuo de implantação de PEVs e ecopontos – áreas para recebimento de resíduos da construção – de acordo com a setorização dos municípios, estabelecida em conformidade com estudos de geração e de pontos comuns de descarte irregular.

Em São Paulo, por exemplo, foram redefinidas as funções de gerenciamento destas áreas, sendo repassadas tais funções a empresas, após processo licitatório previsto na legislação municipal. Assim, a partir de 2012, o gerenciamento dos ecopontos passou para a responsabilidade das empresas vencedoras do certame licitatório, que inclui a implantação de novos espaços ao longo dos próximos 5 anos, em cada uma das 31 subprefeituras.

Em Guarulhos, a implantação e o funcionamento dos ecopontos (PEVs) estão em fase mais avançada, sendo que, atualmente, há a readequação de algumas destas unidades, voltada para o recebimento de materiais recicláveis, ampliando o alcance das ações de coleta seletiva.

Todas estas unidades possuem boa qualidade, com espaços adequados para recebimento dos resíduos, cercados, com presença de funcionários e de sinalização orientativas.

**Figura 28 - Unidades de Manejo de Resíduos Sólidos – Ecoponto em São Paulo**



**Fonte: AMLURB/SP**

**Figura 29 - Unidades de Manejo de Resíduos Sólidos – Ecoponto em São Paulo**



**Fonte: AMLURB/SP**



**Figura 30 - Unidades de Manejo de Resíduos Sólidos – Ecoponto em Guarulhos**

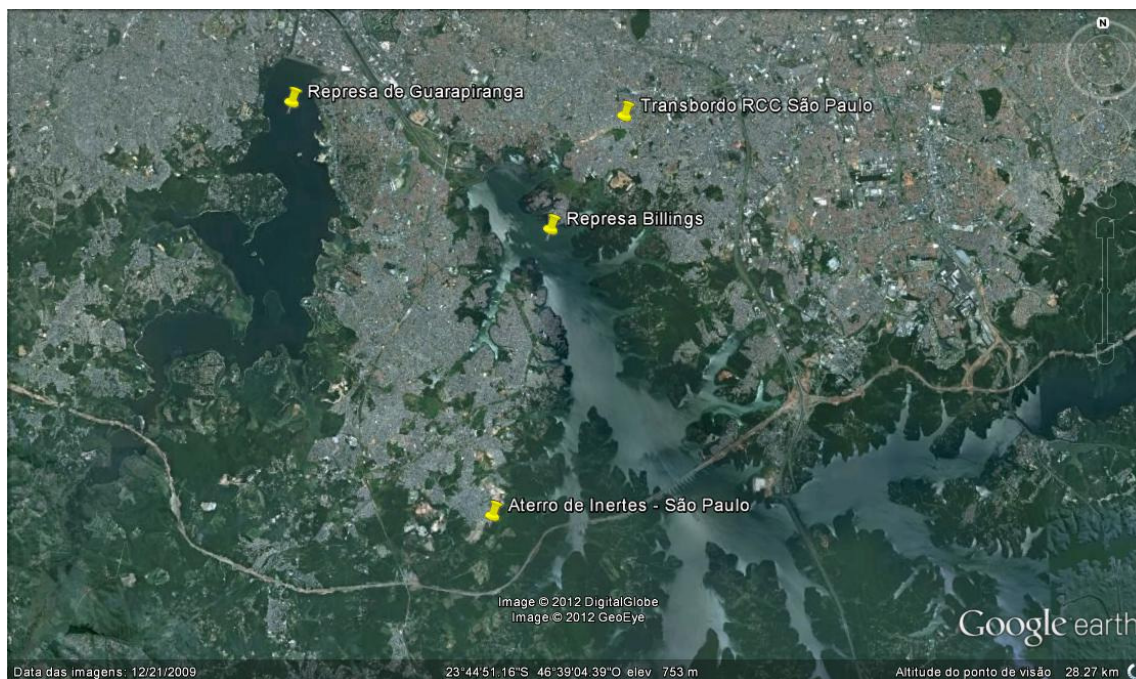


**Fonte: Prefeitura de Guarulhos/SP**

Em relação às demais unidades – Áreas de Triagem e Transbordo, Unidades de Reciclagem de Resíduos da Construção e Aterros de Inertes -, todas possuem as devidas licenças, contam com equipe treinada, equipamentos adequados, isoladas e sinalizadas de acordo com as exigências operacionais e de segurança.

Em São Paulo, há o Aterro de Inertes localizado na região Sul da cidade (em área de proteção dos mananciais hídricos), a grande distância dos centros geradores. Para otimizar a transferência dos resíduos, o antigo aterro de inertes de Itatinga (também na zona Sul de São Paulo) abriga uma unidade de transbordo de RCC – conforme ilustram as figuras a seguir, com a localização de ambas unidades.

**Figura 31 - Unidades de Manejo de RCC – Localização do Transbordo e do Aterro de RCC em São Paulo**





**Figura 32 - Unidades de Manejo de RCC – Transbordo de RCC em São Paulo**



**Figura 33 - Unidades de Manejo de RCC – Aterro de RCC em São Paulo**



Em Guarulhos, existem 04 unidades de reciclagem de resíduos da construção civil, sendo 01 pública e 03 privadas, que mantêm parceria com a Prefeitura para processamento dos resíduos coletados nos Pontos de Entrega Voluntária (PEV). A unidade de reciclagem pública está situada na mesma área onde localiza-se o aterro sanitário de Quitaúna, conforme ilustra a figura a seguir.



**Figura 34 - Unidades de Manejo de RCC – Localização Unidade de Reciclagem de RCC em Guarulhos**



**Figura 35 - Unidades de Manejo de RCC – Localização Unidade de Reciclagem de RCC em Guarulhos**



**Fonte: Prefeitura de Guarulhos/SP**

Estas unidades não foram visitadas em razão da indisponibilidade de tempo, mas as informações colhidas nos municípios e junto a outros profissionais que atuam no ramo demonstram a adequação e os aspectos positivos em relação à qualidade destas unidades.



Em relação às **unidades de compostagem**, a situação existente é bastante restrita, não havendo unidades desta natureza em nenhum dos municípios analisados.

O tratamento à parcela orgânica dos resíduos já teve maior atenção dos gestores públicos, mas, atualmente, este tipo de resíduo não possui alternativas de tratamento e aproveitamento de seus potenciais de geração de produtos e subprodutos, como a energia a partir do aproveitamento dos gases gerados no processo de decomposição (em especial, com a adoção de técnicas de biodigestão).

Em São Paulo, o histórico das usinas de compostagem aponta para resultados classificados como ruins, considerando os investimentos realizados e a qualidade do composto gerado, sem alcançar valor de mercado ou interesse em seu aproveitamento. Existiram duas unidades de compostagem – uma no bairro de São Mateus e outra na região oeste da cidade, na Vila Leopoldina.

A usina de compostagem da Leopoldina é o grande exemplo deste insucesso. Inaugurada em 1974, com capacidade de processar quase 1.000 toneladas diariamente, foi fechada em 2004 em razão da baixa eficiência, da dificuldade de escoamento da produção e da reclamação de moradores do entorno. A unidade de São Mateus foi fechada no ano anterior.

Atualmente, há estudos sendo desenvolvidos no sentido de buscar novas tecnologias para tratamento da fração orgânica dos resíduos, que, segundo dados obtidos e apresentados na parte inicial deste Relatório, compõe a maior parcela dos resíduos sólidos domiciliares produzidos.

Apesar da manifestação de alguns gestores entrevistados, não há, no presente momento, iniciativas para o aproveitamento dos resíduos orgânicos – apenas indicação de estudos de viabilidade técnica e econômica para tal finalidade.

Há que lembrar que as unidades de disposição final de resíduos (aterros sanitários) estão em processo de implantação de sistemas para aproveitamento dos gases gerados pela decomposição dos resíduos nos maciços, de forma a obter energia a partir da queima desses gases.

Em relação às **unidades de apoio à coleta seletiva**, os dados obtidos apontam para situações diversas entre os municípios analisados – tanto em termos quantitativos, como em relação aos dados qualitativos.

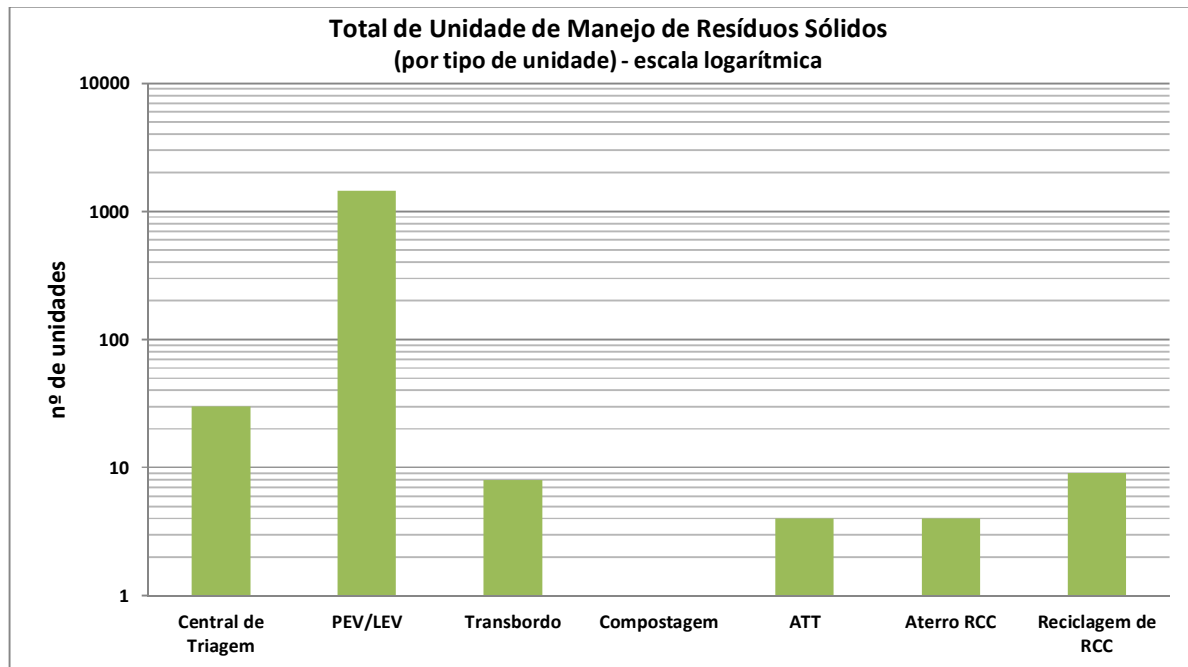
O universo estudado é bastante amplo e complexo, considerando a abrangência e a estruturação das ações de coleta seletiva existentes em cada um dos 12 municípios. Como apresentado anteriormente, as ações coordenadas de coleta seletiva estão presentes em praticamente todos os municípios analisados, e refletem os modelos adotados em cada um deles.

Como a maioria das iniciativas está relacionada ao modelo misto (coleta porta a porta e PEV/LEV) – correspondente a 64% do universo estudado -, somados aos 18% referentes aos modelos “puros” em que são disponibilizados locais para recepção dos materiais recicláveis (PEV/LEV), estas instalações compõem a maioria das unidades existentes – 1.460. Um dos aspectos serem considerados nestes números é a participação de São Paulo neste universo: o município possui 1.293 PEVs, que corresponde a 88% do total de instalações desta natureza.

Os outros municípios contribuem para complementar o conjunto de unidades de recebimentos, sendo que Itapevi possui 50 locais, seguido de Itapeçerica da Serra com 32; Embu das Artes, com 30; Caieiras, com 23; Guarulhos, com 16; Cotia e Barueri, com 05 cada um; Mairiporã, com 04; e Carapicuíba com 02 unidades. A figura a seguir demonstra a

proporção atingida pelos PEV/LEV em comparação com as demais unidades – a figura está estruturada em escala logarítmica.

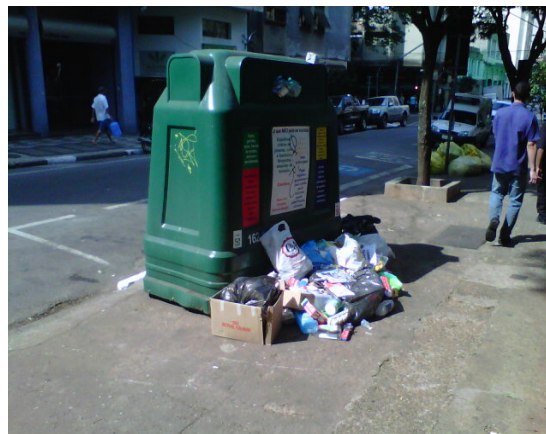
**Figura 36 - Unidades de Manejo de Resíduos Sólidos Existentes – Tipo/Quantidade**



Os **PEV/LEV** estão situados em logradouros públicos (no caso de São Paulo, principalmente) e em prédios e unidades administrativas públicos, em especial em escolas. Há, em alguns municípios, unidades de entrega voluntária em empresas e instituições parceiras dos programas de coleta seletiva.

Em São Paulo, foi adotado o modelo de PEV com a implantação de contêineres em praças e parques públicos, como os demonstrados nas figuras a seguir.

**Figura 37 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – São Paulo - Contêiner**





Ainda em São Paulo, há iniciativas próprias de instituições e entidades (organizadas e/ou isoladas) que complementam as ações oficiais, como a implantação de unidades de recepção de materiais recicláveis implantadas em diversos parques da cidade, estimulando a participação da população, utilizando linguagens artísticas que atraem a atenção dos cidadãos, como ilustra a figura ao lado.

Há um número significativo de PEV/LEV implantados em redes de estabelecimentos comerciais de varejo (supermercados), que favorecem e contribuem para a participação efetiva da população, criando alternativas para destinação correta dos resíduos pós-consumo.

Estas iniciativas são importantes para uma cidade do porte de São Paulo, pois contribuem para o atingimento das diretrizes voltadas à reciclagem dos resíduos. Porém, não estão integradas e articuladas num sistema de coleta seletiva que garanta fluxo, procedimentos e controle sobre todo este conjunto de ações – incluindo o necessário acompanhamento pelo poder público de forma a mensurar os impactos destas iniciativas sobre o montante de materiais desviados das áreas de disposição final.

**Figura 38 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – PEV/LEV implantados em estabelecimentos comerciais**



Existem, em outros municípios, iniciativas interessantes, como em Mairiporã, onde os PEV/LEV estão implantados em unidades escolares, de amplo e facilitado acesso à população ao longo de todos os dias e horários, em locais denominados “Muros Conscientes”, como ilustrado pelas figuras a seguir.

**Figura 39 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – PEV/LEV - Mairiporã**



Como é possível visualizar, a qualidade destes espaços é boa, com aspectos positivos em relação à limpeza, higiene e visualização. Com exceção de Carapicuíba e Caieiras (onde os PEVs são exclusivos para recebimento de óleo vegetal usado), todos os demais municípios apresentam condições satisfatórias de seus locais para entrega voluntária de recicláveis.

Em algumas situações, como ilustrado pela figura 35 (anteriormente apresentada), o modelo de PEV como adotado em São Paulo (por contêineres) pode apresentar problemas, como a manutenção ou recolhimento dentro de prazos compatíveis com a demanda de geração de resíduos, gerando problemas de sobrecarga do dispositivo, acúmulo e de deposição não compatível com os aspectos de limpeza urbana.

Além disso, uma das grandes reclamações por parte de especialistas e usuários do sistema de PEVs implantado em São Paulo é a ausência de informações e de esclarecimento sobre a implementação destes dispositivos de coleta, sem que a população tenha sido orientada sobre seu funcionamento. Não houve – e não há – o acompanhamento de ações de caráter educativo, nas fases pré e pós-instalação dos contêineres.

Em Guarulhos, as unidades denominadas PEVs (ou Ecopontos) recebem, além dos resíduos da construção, materiais recicláveis que permanecem por pouco tempo nestas unidades, sendo recolhidos e encaminhados às Centrais de Triagem.

Em todos os municípios analisados em que há PEVs ou LEVs, a dinâmica e os procedimentos são estes: coleta e encaminhamento às unidades de triagem, operadas por cooperativas ou associações de catadores/as de material reciclável (mais uma vez, com exceção de Caieiras, onde os PEVs são exclusivamente para coleta de óleo vegetal).

Um dos aspectos negativos deste modelo reside no fato de que, se não estiverem acompanhados de ações de educação ambiental, o índice de rejeitos é significativo. Isso



porque a população em geral tem dificuldade de saber como tratar seus resíduos, considerando a diversidade de materiais e a qualidade exigida para a sequência das etapas que compõem o processo de reciclagem dos materiais.

Assim, muitos materiais, apesar de disponibilizados para a triagem, estão “contaminados” com matéria orgânica e misturados com outros tipos de materiais (não recicláveis, sem valor de mercado ou com pouca procura), como tecidos, madeiras e até fezes de animais (colocadas de forma equivocada nos dispositivos de coleta seletiva). Isso demonstra a falta de informação e orientação quanto à prática da separação dos resíduos gerados pós-consumo.

Esta situação acaba por contribuir para o comprometimento das metas de redução e de reciclagem dos materiais em cada um dos municípios e, principalmente, para os resultados das ações de coleta seletiva de caráter oficial.

Os materiais coletados e encaminhados às centrais de triagem carregam, em sua massa, um índice de rejeito ainda alto, gerando custos a toda a cadeia e, principalmente, para os órgãos públicos gestores, que arcam com gastos duplicados de transporte: de encaminhamento dos resíduos dos pontos de coleta até as centrais de triagem e, em seguida, do transporte dos rejeitos, desde as centrais de triagem até as unidades de disposição final.

Além disso, impacta significativamente na produtividade das organizações de catadores/as de material reciclável, que promovem a segregação dos materiais por tipo, tendo de investir maior esforço para garantir resultados melhores no aproveitamento dos resíduos.

Para finalizar este item referente à Infraestrutura, serão apresentados dados relacionados às **unidades de triagem de coleta seletiva**.

Como é possível identificar pelos resultados apresentados no Quadro 11, existem 30 centrais de triagem nos 12 municípios analisados, sendo que São Paulo contém 66% do total (20 unidades). A maior parte destas unidades possui qualidade razoável, o que significa que não são adequadas ou não apresentam plenas condições para o desenvolvimento das atividades de separação e preparação para a comercialização dos materiais recicláveis (fração seca dos resíduos sólidos).

Como critérios de avaliação qualitativa destas unidades estão as dimensões da edificação, dimensões para cada uma das atividades desenvolvidas (recepção de materiais, pesagem, acumulação, triagem, preparação para comercialização e estocagem), aspectos como iluminação e ventilação, instalações elétricas e hidráulicas (incluindo de segurança), existência de áreas para outras funções distintas das de triagem e operacionais (como administração, alimentação, higiene pessoal, etc.), existência de equipamentos para a execução dos serviços, dentre outros, como a localização (proximidade com as áreas de coleta).

Nestes quesitos todos, a maior parte das unidades visitadas apresentam problemas mais recorrentes em relação às dimensões da edificação, que acabam por comprometer a execução das atividades descritas - recepção de materiais, pesagem, acumulação, triagem, preparação para comercialização e estocagem -, sendo classificadas como em situação razoável. Esta classificação demonstra claramente a necessidade de investimentos em melhoria destas instalações, de forma a ampliar os resultados da coleta seletiva e o atingimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

A situação mais crítica foi identificada em Vargem Grande Paulista, onde a cooperativa de material reciclável encontra-se em área alugada, com edificação de dimensões reduzidas que não comportam as atividades de triagem e acondicionamento de materiais, obrigando as mulheres a trabalhar na área externa sob influência de fatores climáticos e meteorológicos.

**Figura 40 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – Vargem Grande Paulista**



**Figura 41 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – Vargem Grande Paulista**



**Figura 42 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem – Vargem Grande Paulista**



Em Cotia, a situação também é precária, mesmo considerado que, no local, as dimensões são maiores. Neste caso, as deficiências estão relacionadas às instalações existentes, na condição da infraestrutura do local (instalações elétricas), que comprometem a salubridade e as condições de trabalho.



O local, por suas condições e dimensões, não permitem o adequado desenvolvimento das atividades, sendo ocupado por materiais já triados e preparados para a comercialização. Os equipamentos de apoio aos serviços também são precários, como as bancadas utilizadas na triagem dos materiais.

**Figura 43 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem (COOPERNOVA) – Cotia**



**Figura 44 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem (COOPERNOVA) – Cotia**



Apesar destas condições, a COOPERNOVA é uma das cooperativas com melhor produtividade entre as analisadas, alcançando bons resultados – cerca de 120 toneladas mensais, com 28 trabalhadores cooperados.

Entretanto, outras unidades de triagem apresentam boas condições estruturais e de funcionamento/desenvolvimento das atividades.

Dentre estas unidades, cabe destacar a de Guarulhos, que abriga a CoopReciclável e seus 77 trabalhadores. Neste local – implantado com recursos do Governo Federal -, há plenas condições de trabalho e de produtividade, tanto na parte externa como interna, como demonstra a figura a seguir.

Localizada em área estratégica (próxima às fontes geradoras – condomínios residenciais e o aeroporto internacional), em zona de caráter industrial, permite o acesso dos materiais coletados e a remessa de cargas já processadas.

A edificação é nova, com dimensões e infraestrutura adequadas para o desenvolvimento das atividades, com conforto e salubridade, permitindo o fluxo de pessoas e materiais nas áreas interna e externa.



**Figura 45 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem (CoopReciclável) – Guarulhos**



**Fonte: CoopReciclável – Guarulhos/SP**

Apresentados estes dois extremos que caracterizam a situação das unidades de triagem de materiais recicláveis, serão indicadas mais algumas situações, com apresentação da realidade de outros locais, a título de ilustração das condições de trabalho das organizações de catadores de material reciclável, aspecto que justificou a contratação deste trabalho de consultoria técnica.

Em Osasco, a central de triagem de uma das cooperativas (COOPERNATUZ) também foi implantada com recursos federais, tendo condições razoáveis de trabalho, mesmo considerando a situação da parte externa da edificação, que demanda melhorias e complementações (conforme demonstram as imagens compiladas na Figura 44, a seguir). A outra cooperativa atua em piores condições, em edificação que necessita de reforma e ampliação, conforme relatos dos próprios cooperados.

**Figura 46 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem (COOPERNATUZ) – Osasco**



**Figura 47 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem (COOPERNATUZ) – Osasco**



Na Figura 45 acima apresentada, é possível identificar que a unidade possui condições de salubridade e são adequadas para o desenvolvimento das atividades, incluindo as administrativas, como o controle da produtividade, dos estoques, da participação de cada cooperado e, inclusive, receber os parceiros de forma compatível. Estes são aspectos importantes quando se trata de uma unidade produtiva, mas que garanta o desenvolvimento de outras atividades.

A central de triagem de Mairiporã também apresenta boas condições, apesar dos números reduzidos de produtividade e de trabalhadores envolvidos nas atividades. A edificação, alugada, apresenta boas condições de iluminação e ventilação, com dimensões adequadas para o desenvolvimento das atividades de triagem para a situação atual da coleta seletiva no município. Entretanto, caso haja incremento da coleta, a estrutura passará a ser limitada para comportar o volume de trabalho a ser desenvolvido.

No caso de Mairiporã, um dos aspectos negativos é a distância entre os pontos de coleta e a central de triagem – localizada em um distrito (Terra Preta) isolado do centro da cidade e de diversos condomínios residenciais que participam do programa de coleta seletiva.



**Figura 48 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – Central de Triagem (Associação de Catadores de Material Reciclável de Mairiporã) – Mairiporã**



Situação razoável, mas mais próxima de uma classificação ruim, está a cooperativa de Itapevi – CMR Itapevi. As condições do galpão de triagem são razoáveis, mas já demonstra nitidamente a necessidade de intervenções (reformas das instalações elétricas e de fechamento – portões), bem como suas dimensões não comportam o volume de material processado pela cooperativa e seus 20 trabalhadores.

A Cooperativa de Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis de Itapevi (CMR Itapevi) desenvolve suas atividades em galpão alugado pela Prefeitura, com limitações de espaço para o desenvolvimento das atividades de triagem e de estocagem dos materiais separados e preparados para a comercialização. Apesar de estar situado em área não muito distante das

regiões de coleta, a central apresenta limitações físicas em relação à capacidade de trabalho e à demanda existente atualmente.

Tal situação tem impedido o crescimento da produtividade da cooperativa e, portanto, dos índices de coleta seletiva existentes em Itapevi. Segundo os gestores locais, há previsão de alteração do quadro atual, com a construção de novo galpão, mas dependendo de aprovação de pleito junto ao governo federal.

**Figura 49 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – CMR Itapevi – Itapevi**



**Figura 50 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – CMR Itapevi – Itapevi**



A situação nos demais municípios visitados não difere muito destes exemplos apresentados, desde os mais organizados e com boa qualidade das instalações até os que apresentam



condições precárias. A maior classificação identificada – **razoável** – também é composta por graduação qualitativa, com alguns mais próximos da condição boa e outros em condição similar à classificação ruim.

No caso do município de São Paulo, as condições das centrais de triagem se assemelham muito às condições identificadas nos municípios apresentados como exemplo. Há situações bastante precárias, como a da Cooperativa Granja Julieta (na Zona Sul), e outras melhores, como as das cooperativas existentes nas zonas Oeste, Centro e Leste.

Algumas delas, como a COOPAMARE e a COOPERGLICÉRIO, estão instaladas em áreas públicas sob viadutos, em regiões altamente povoadas, há muitos anos, consistindo em referência para população. Entretanto, há fatores de risco nesta situação, como a ocorrência de incêndios que poderão afetar as estruturas dessas obras de arte e, conseqüentemente, a dinâmica urbana.

**Figura 51 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – COOPERGLICÉRIO – São Paulo**



**Fonte: COOPERGLICÉRIO**

**Figura 52 - Unidades de Apoio à Coleta Seletiva – COOPAMARE – São Paulo**



**Fonte: COOPAMARE**

Entretanto, a situação destas duas cooperativas não se caracteriza como a da maior parte das cooperativas conveniadas com a Prefeitura de São Paulo. Na maior parte delas, a situação se caracteriza como precária, instaladas em edificações inadequadas, com necessidade de reformas e melhoria nas instalações elétricas, sanitárias e de segurança.

Esta situação tem gerado movimentações de diversos segmentos sociais (como o acadêmico, de direitos humanos, de desenvolvimento social, dentre outros) e representações legislativas, voltadas à debater e construir caminhos para a melhoria das ações de coleta seletiva e das condições de trabalho das organizações de catadores/as de material reciclável na maior cidade do país.

De fato, as condições visualizadas em todos os municípios objeto desta análise demandam investimentos para melhoria qualitativa das instalações existentes, promovendo, assim, melhores condições de trabalho aos cooperados e associados das organizações de catadores/as de material reciclável, refletindo na significativa melhora dos resultados atuais de aproveitamento dos resíduos passíveis de reciclagem.

A seguir, será apresentado o resultado dos levantamentos relacionados aos aspectos econômicos e financeiros.

### 2.3. ECONÔMICO-FINANCEIRO

Este tema foi estruturado visando obter informações relativas à sustentabilidade econômica e financeira dos serviços prestados (existência de cobrança pelos serviços), os custos estimados para a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos, assim como a identificação da existência e do grau de organização do mercado para comercialização dos materiais recicláveis.

Um primeiro aspecto é relacionado à existência de formas de cobrança de taxas, tarifas ou preços públicos para garantir a sustentabilidade econômica e financeira dos serviços relativos à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, em conformidade com o estabelecido na Lei federal nº 11.445/2007 – que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico.

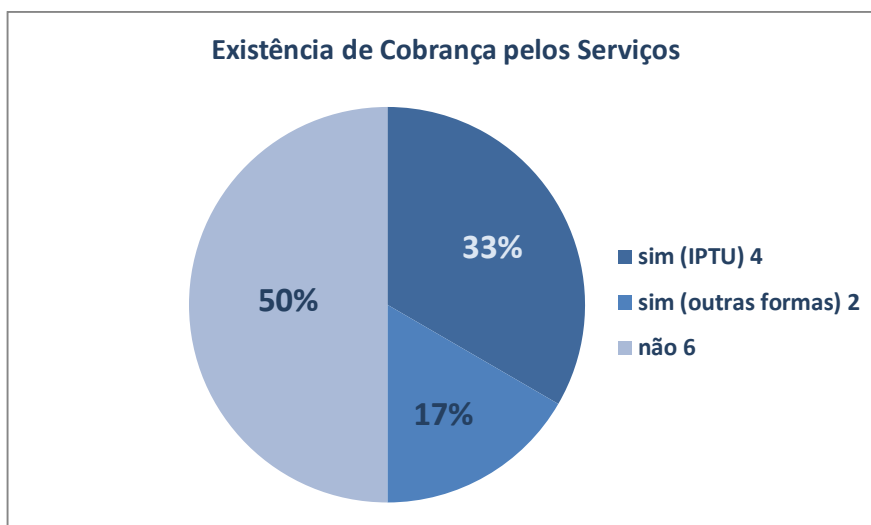
Os dados obtidos, apresentados no quadro a seguir, indicam que metade dos municípios analisados não promove qualquer tipo de cobrança pelos serviços prestados. A outra metade, que promove algum tipo de cobrança, o faz, na sua maioria, através de cobrança via imposto predial e territorial urbano – geralmente como taxa de limpeza e conservação -, sendo que a minoria dos municípios (02 – dois) promove a cobrança sem vinculação com o IPTU.

**Quadro 12 – Existência de Cobrança de taxas, tarifas ou preços públicos**

| Municípios             | Cobrança                    |      |                        |
|------------------------|-----------------------------|------|------------------------|
|                        | taxa, tarifa, preço público | IPTU | Serviços diferenciados |
| Barueri                | não                         | -    | não                    |
| Caieiras               | não                         | -    | não                    |
| Carapicuíba            | não                         | -    | não                    |
| Cotia                  | sim                         | -    | sim                    |
| Embu                   | sim                         | x    | não                    |
| Guarulhos              | sim                         | x    | sim                    |
| Itapecerica da Serra   | sim                         | -    | não                    |
| Itapevi                | não                         | -    | não                    |
| Mairiporã              | sim                         | x    | não                    |
| Osasco                 | sim                         | x    | sim                    |
| São Paulo              | não                         | -    | sim                    |
| Vargem Grande Paulista | não                         | -    | não                    |

A figura a seguir ilustra a proporcionalidade expressa acima, complementando as informações contidas no quadro anterior, indicando de forma nítida a divisão equitativa entre a existência de cobrança e a não realização da mesma, dentre todo o universo de municípios analisado.

**Figura 53 – Existência de Cobrança pelos Serviços Prestados**

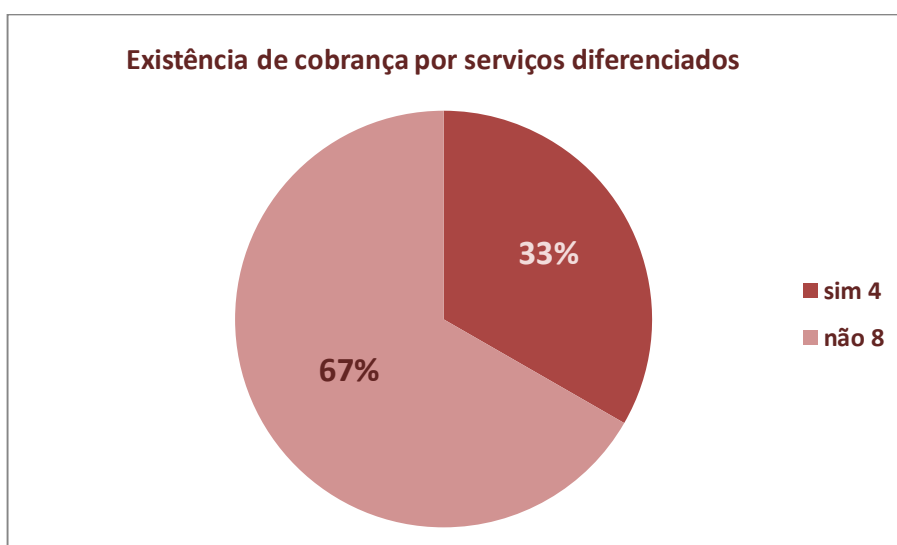


Em relação à cobrança por serviços diferenciados, a maioria dos municípios não promove tal cobrança, mesmo que preste (ou seja responsável pela prestação) os serviços de coleta de resíduos, como os de saúde, por exemplo.

Foi identificado, em alguns casos, que o município contrata os serviços de coleta diferenciada de RSS, gerados nas unidades públicas de saúde, ofertando os mesmos aos estabelecimentos particulares (farmácias, clínicas, clínicas veterinárias, etc.) de forma gratuita, sem custos para estes estabelecimentos, mesmo com conhecimento de que tais procedimentos são de responsabilidade do gerador.

Em relação ao universo estudado (12 municípios), 67% não promove cobrança pelos serviços prestados, correspondendo a 08 municípios. Outros 33% cobram, dos estabelecimentos particulares, os custos relativos à coleta ou outros serviços de manejo de resíduos.

**Figura 54 – Existência de Cobrança por Serviços Diferenciados**



Em relação aos custos estimados para a prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, os dados obtidos permitem uma análise parcial dos mesmos, tendo em vista que nem todos os valores informados pelas Prefeituras correspondem ao mesmo conjunto de serviços.

Isso pode ser demonstrado no caso de São Paulo, cujos custos informados contemplam diversos serviços, agrupados nos valores pagos às empresas concessionárias. Mesmo que houvesse cálculo mais simplificado dos custos mensais, divididos pelo total de resíduos coletados (e pesados nas unidades de disposição final), o resultado não reflete os custos reais relativos à coleta, transporte e disposição final dos resíduos, separadamente.

De qualquer forma, os custos obtidos junto aos demais municípios alcança a maioria do universo de estudo analisado, como demonstra o Quadro 13, apresentado a seguir.

**Quadro 13 – Custos Estimados – Prestação de Serviços**

| <b>Municípios</b>             | <b>custos estimados (R\$/ton)</b> |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Barueri</b>                | <b>80,00</b>                      |
| <b>Caieiras</b>               | <b>0,00</b>                       |
| <b>Carapicuíba</b>            | <b>94,10</b>                      |
| <b>Cotia</b>                  | <b>265,75</b>                     |
| <b>Embu</b>                   | <b>293,15</b>                     |
| <b>Guarulhos</b>              | <b>94,94</b>                      |
| <b>Itapecerica da Serra</b>   | <b>226,90</b>                     |
| <b>Itapevi</b>                | <b>240,71</b>                     |
| <b>Mairiporã</b>              | <b>97,11</b>                      |
| <b>Osasco</b>                 | <b>75,00</b>                      |
| <b>São Paulo</b>              | <b>0,00</b>                       |
| <b>Vargem Grande Paulista</b> | <b>213,58</b>                     |
| <b>Média do conjunto</b>      | <b>168,12</b>                     |

Considerando os resultados obtidos, é possível identificar os valores mínimos e máximos, por tonelada, praticados nos municípios analisados, com exceção de São Paulo (pelos motivos acima descritos) e Caieiras – que não apresenta custos pelas razões explicitadas anteriormente.

O menor valor identificado nos serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares foi de R\$ 75,00 por tonelada, em Osasco, sendo o maior, de R\$ 293,15 por tonelada, praticado em Embu das Artes. Detalhe interessante interliga estes dois municípios: o fato de ambos terem serviços concedidos por meio do modelo de Parceria Público-Privada (PPP), em que as planilhas de custos foram elaboradas para subsidiar o certame licitatório.

A situação de Osasco (menor valor) pode ser explicada pelo fato de que o município possui aterro sanitário próprio, localizado em seu território, situação esta que permite que todo o sistema de limpeza urbana percorra menores distâncias, além do fato de os custos relativos à disposição final poderem ser “internalizados”, não vinculados à prestação de serviços de terceiros. No caso de Embu das Artes, estes custos são bastante elevados, ainda mais de for considerada a existência de aterro no próprio município.

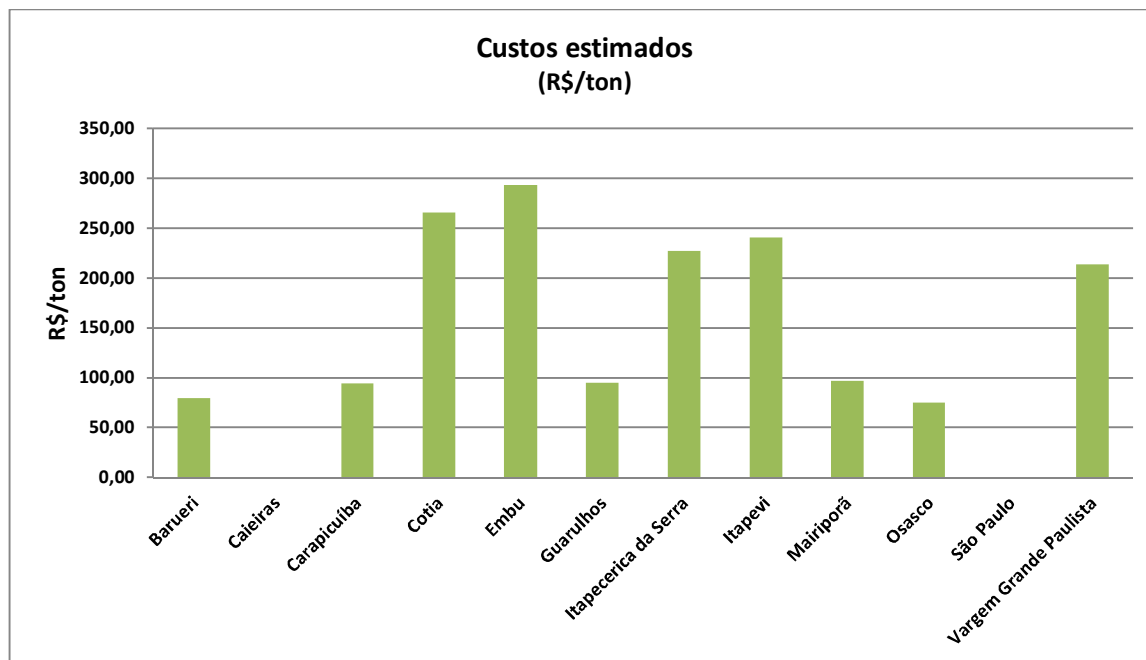
Em relação ao quadro geral, dos 10 municípios com informações disponíveis, 50% apresentou valores abaixo dos R\$ 100,00, enquanto a outra metade apresentou valores acima de R\$ 200,00.

Esta diferença pode ser explicada pelos custos relativos às distâncias percorridas na fase de coleta, como é o caso de Itapecerica, Cotia e Itapevi – municípios com áreas urbanas esparsas,



com predominância de condomínios residenciais mais afastados da área urbanizada (mais adensada). Mesmo assim, os custos nos 05 municípios que apresentaram maior valor são elevados, principalmente se considerados o perfil dos mesmos e de sua população.

**Figura 55 – Custos operacionais – Coleta e Disposição Final**



Quanto à previsão de novos investimentos, o cenário encontrado aponta para o esforço da maior parte dos municípios no sentido de garantir investimentos para melhoria da prestação dos serviços, com aquisição de equipamentos e implantação de unidades de apoio – em especial, vinculados à Coleta Seletiva.

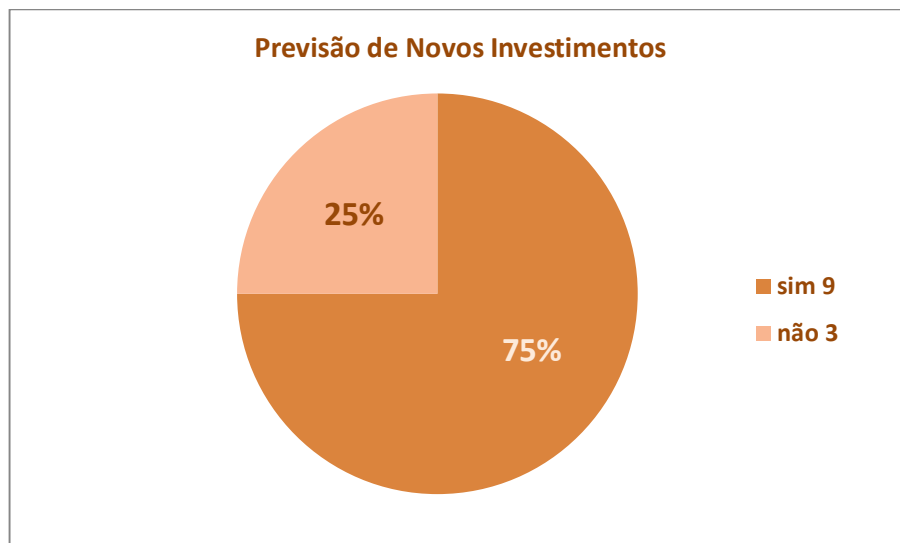
O quadro a seguir demonstra a previsão de investimentos para os próximos anos, considerando as fontes de recurso e a previsão orçamentária para garantir o recebimento dos mesmos, incluindo a obrigação contrapartida.

**Quadro 14 – Previsão de Novos Investimentos**

| Municípios             | novos investimentos (61) |   |
|------------------------|--------------------------|---|
|                        | sim/não                  | fonte                                       |
| Barueri                | sim                      | recursos próprios                           |
| Caieiras               | não                      | -   |
| Carapicuíba            | sim                      | União                                       |
| Cotia                  | sim                      | rec. Privados                               |
| Embu                   | sim                      | rec. Privados                               |
| Guarulhos              | sim                      | União + BNDES                               |
| Itapequerica da Serra  | sim                      | União + BNDES + Estado                      |
| Itapevi                | sim                      | BNDES                                       |
| Mairiporã              | não                      | -   |
| Osasco                 | sim                      | União + BNDES + Priv. + Outros (FBB/Funasa) |
| São Paulo              | sim                      | União + recursos próprios                   |
| Vargem Grande Paulista | não                      | -   |

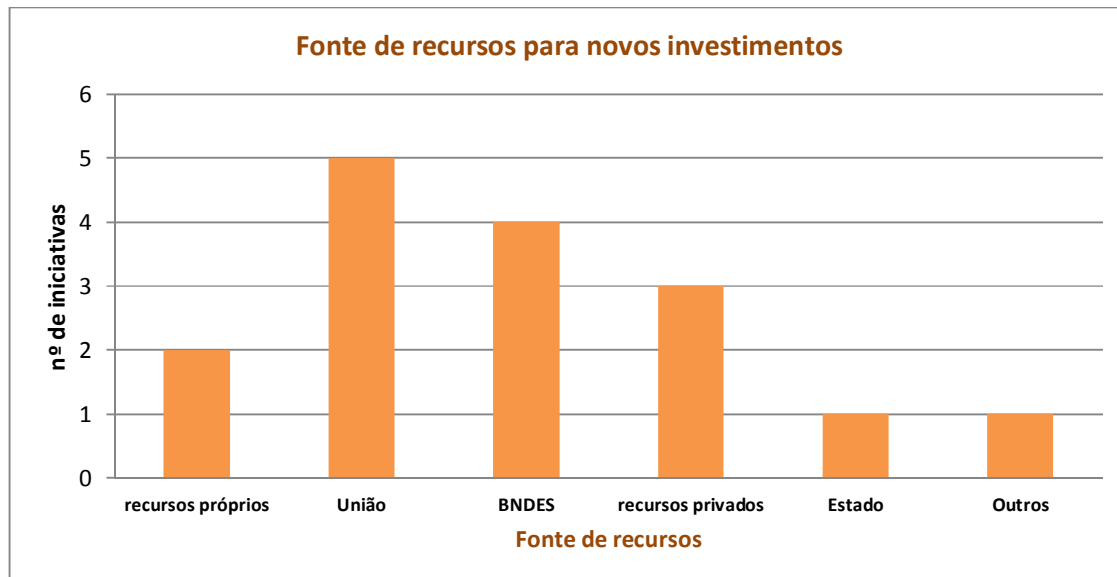
Dos 12 municípios analisados, 09 informaram estar preparados e em processo de busca de investimentos para aplicação na gestão de resíduos sólidos, correspondendo a 75% do universo analisado, conforme ilustra a figura a seguir.

**Figura 56 – Previsão de Novos Investimentos**



Das fontes de recursos acessadas para a obtenção dos investimentos pretendidos, a União e os órgãos e entidades federais representam a maior parte – 66%, ou seis dos nove municípios que informaram estar em busca de investimentos. A figura a seguir ilustra estas iniciativas, por fonte de recursos.

**Figura 57 – Fontes de Recursos Acessadas para Novos Investimentos**



Importante destacar que, em duas situações, há previsão de utilização de recursos próprios (São Paulo e Barueri pretendem investir recursos para a melhoria da gestão de resíduos).

Outro resultado a ser destacado é a pequena presença do governo estadual neste universo de fontes de recursos, sendo apontado por apenas 01 dos municípios (Itapecerica da Serra). Todos os demais não apontaram o Governo do Estado de São Paulo como uma possível fonte, nem consideraram as possibilidades existentes - como o Fundo Estadual de Controle da

Poluição – FECOP -, que disponibiliza recursos para controle das fontes de emissão de gases de efeito estufa, que incluem a redução do encaminhamento de resíduos para as unidades de disposição final.

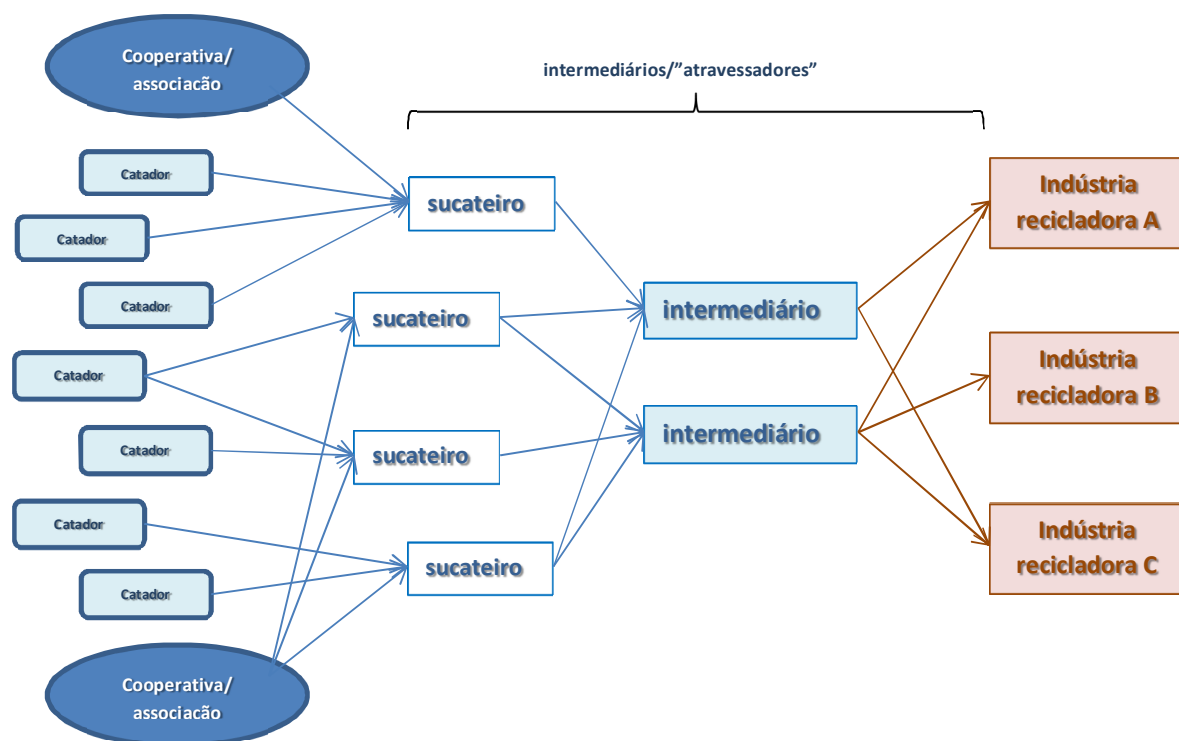
Finalizando o item relacionado aos aspectos econômicos e financeiros, serão apresentados os dados relativos à estruturação do mercado para comercialização dos materiais recicláveis.

De acordo com os dados obtidos, o mercado de materiais recicláveis ainda continua estreitamente vinculado aos estabelecimentos intermediários na cadeia econômica da reciclagem, considerando-se desde a parte inicial desta cadeia – representada pela coleta dos resíduos – até a parte final – representada pelas indústrias recicladoras.

Estes estabelecimentos – comumente conhecidos como sucateiros, ferros-velhos, aparistas, garrafeiros, dentre outras denominações – compõem parte do mercado de recicláveis, atuando de forma a adquirir os materiais coletados pelos catadores avulsos/individualizados (que são a maioria no país) ou organizados (em cooperativas e associações). Estes estabelecimentos conseguem atender aos critérios exigidos pelas indústrias recicladoras, tais como quantidade e regularidade, a partir da capacidade de acúmulo de materiais - nível difícil de ser atingido pelos catadores, principalmente pelas condições de organização e de trabalho existentes.

Assim, estes empreendimentos ocupam vários níveis desta estrutura de mercado (desde pequenos até grandes estabelecimentos, que adquirem materiais dos menores, num sistema de logística entre fornecedores), acumulando materiais coletados e atingindo escalas de produção compatíveis com as exigências do setor de transformação. O problema maior deste “desenho” de estrutura é que esta atuação está baseada na construção e na manutenção de relações de dependência dos catadores avulsos/individualizados com estes estabelecimentos – relações estas que chegam a se aproximar da escravidão, já que os sucateiros praticam preços bem abaixo do mercado, “oferecem” empréstimos, “adiantamentos”, carrinhos e outros equipamentos para a coleta dos materiais, alugando-os, chegando a valores que, na verdade, vão se acumulando ao longo do tempo e muito acima da capacidade de pagamento dos catadores, transformando-se em dívida. Esta realidade está demonstrada a seguir.

**Figura 58 – Estruturação do mercado de recicláveis**



Esta situação se apresenta e é realidade na RMSP, mesmo nos municípios que apresentam melhores resultados de eficiência e efetividade da Coleta Seletiva, assim como no grau de estruturação e de condições de trabalho das cooperativas.

Isso ocorre, além de outros aspectos, em razão da variação dos preços praticados para comercialização dos diversos materiais recicláveis, que obriga as organizações de catadores/as de material reciclável a buscar alternativas para escoar parte dos resíduos coletados e triados. Estas organizações dependem da comercialização dos materiais para viabilizar e garantir o pagamento do trabalho executado pelos associados/cooperados, sem que haja condições de aguardar o tempo necessário para acúmulo de volume suficiente para atender à demanda das indústrias recicladoras. É esta situação de necessidade que é suprida pelos intermediários.

Há algumas formas de superar tais limitações:

- Remuneração pelos serviços prestados; e
- Atuação em rede.

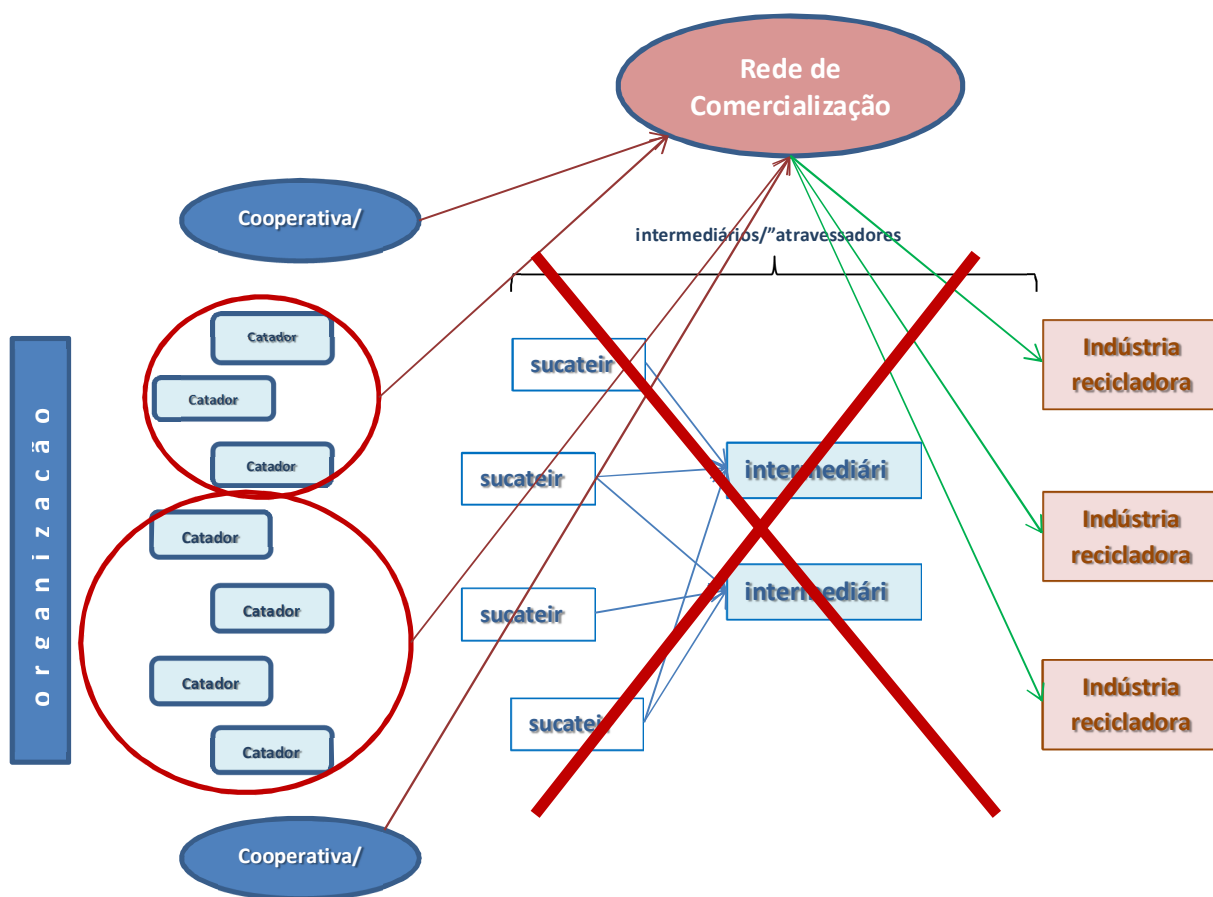
O primeiro aspecto está relacionado à uma reivindicação do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) relativo à justa remuneração pelos serviços de limpeza urbana desenvolvido pelos trabalhadores desta categoria.

Há, inclusive, experiências no Estado de São Paulo de municípios que promoveram a contratação das cooperativas (ou estabeleceram relações de parceria) que garantem a remuneração pelos serviços de coleta de resíduos, com destaque para o município de Diadema, que se tornou a primeira cidade no país a remunerar os catadores pelos serviços de coleta de resíduos sólidos, a partir de 2004. Atualmente há vários municípios que promovem tal benefício aos catadores, como Ourinhos, Araraquara, dentre outros.

Com a remuneração, as organizações de catadores/as passam a ter duas fontes de receita: uma – a tradicional – resultante da comercialização dos materiais coletados e triados; e outra, da remuneração pelos serviços prestados. Esta remuneração poderá ser acrescida da participação do setor privado a partir da implantação dos sistemas de Logística Reversa – em fase de discussão e elaboração dos planos de trabalho e das propostas a serem encaminhadas ao governo federal para sua institucionalização por meio de acordos setoriais, termos de compromisso ou regulamentação – conforme estabelece a PNRS.

A outra forma de superação do quadro acima descrito reside no processo de organização do conjunto de catadores em rede, iniciando-se pela inclusão dos catadores avulsos/individualizados nas cooperativas e/ou associações, passando pela consolidação dos trabalhos em cada localidade, e, por fim, a estruturação de rede de comercialização entre várias cooperativas, atingindo os níveis de escala de produção e de atendimento às demandas do setor produtivo (indústria recicladora). A figura a seguir demonstra esta organização necessária.

**Figura 59 – Estruturação do mercado de recicláveis – modelo para superação das dificuldades atuais**



Esta forma de atuação já existe em algumas regiões do Estado de São Paulo, como no ABC paulista e na região de Sorocaba – regiões onde grupos de catadores (cooperativas e associações) organizaram novas cooperativas (denominadas cooperativas de segundo grau) que congregam os grupos participantes para a integração dos trabalhos e organização da comercialização em rede, além de estabelecer interlocução com o setor produtivo, alcançando maiores níveis de produtividade e de escala econômica.

Apesar de a figura acima indicar a “eliminação” dos intermediários, esta, na verdade não se configura como uma proposta de erradicação de um setor da economia, mas sim, indica a necessidade de mudança de postura da maioria absoluta destes estabelecimentos comerciais na relação com a base desta estrutura, composta pelos catadores de material reciclável.

Outro aspecto que merece destaque neste processo de superação de desafios está relacionado ao papel dos municípios em empreender esforços de melhoria e atualização das legislações urbanísticas de forma a garantir a implantação de unidades de apoio à gestão de resíduos sólidos. Atualmente, há limitações impostas pelas leis de zoneamento urbano à implantação de unidades de triagem, por exemplo. Estas unidades devem estar localizadas próximas às áreas “produtoras” de resíduos, de acordo com estudos de setorização do território municipal, visando otimizar e racionalizar o processo de coleta e encaminhamento dos resíduos coletados às centrais de triagem, para o posterior envio a centrais de comercialização (situadas em locais estratégicos numa determinada região, facilitando o acesso dos compradores).

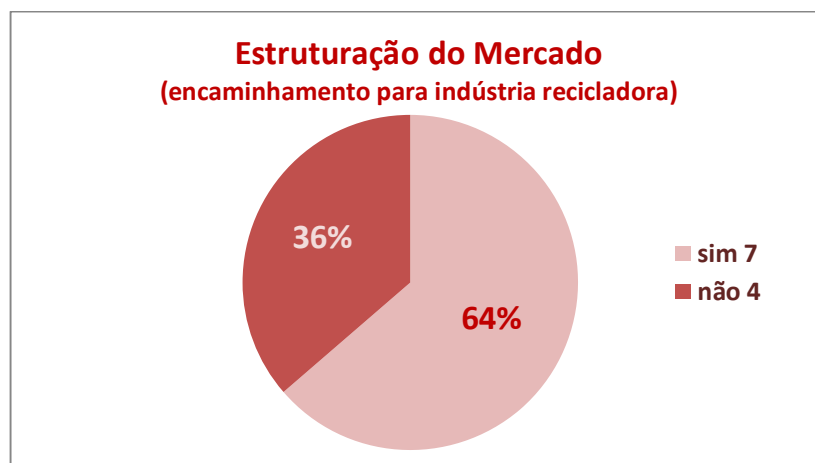
O quadro e a figura a seguir ilustram o conjunto de dados e informações relativos à situação atual de estruturação dos mercados de recicláveis no cenário composto pelos 12 municípios

analisados, de acordo com as informações obtidas junto aos gestores locais e às cooperativas e associações de catadores/as.

**Quadro 15 – Mercado de Recicláveis – situação e destino**

| Municípios             | mercado comercialização recicláveis |          | destino dos materiais |           |
|------------------------|-------------------------------------|----------|-----------------------|-----------|
|                        | local                               | regional | intermediários        | indústria |
| Barueri                | sim                                 | não      | sim                   | não       |
| Caeiras                | não                                 | não      | sim                   | não       |
| Carapicuíba            | sim                                 | não      | sim                   | não       |
| Cotia                  | sim                                 | não      | sim                   | sim       |
| Embu                   | sim                                 | não      | sim                   | sim       |
| Guarulhos              | sim                                 | não      | sim                   | sim       |
| Itapecerica da Serra   | sim                                 | não      | sim                   | sim       |
| Itapevi                | sim                                 | não      | sim                   | sim       |
| Mairiporã              | sim                                 | não      | sim                   | sim       |
| Osasco                 | sim                                 | sim      | sim                   | sim       |
| São Paulo              | sim                                 | sim      | sim                   | sim       |
| Vargem Grande Paulista | não                                 | não      | não                   | não       |

**Figura 60 – Mercado de Recicláveis - Estruturação**



Como é possível notar nas informações disponibilizadas, é forte a presença do mercado de recicláveis de caráter local, onde a maior parte das cooperativas e associações mantém suas relações comerciais, com pequena inserção de caráter regional, com exceção em algumas regiões de São Paulo e das cooperativas dos municípios de Osasco, Cotia, Itapevi e Embu das Artes que já estão se articulando para formação de rede de comercialização (da região Oeste da RMSP).

A maior parte das cooperativas e associações de catadores ainda tem dificuldade de estabelecer relações comerciais diretamente com as indústrias recicladoras, alcançando melhores resultados com alguns setores, como vidro e PET, além do papel e papelão, com a ressalva da grande variação deste mercado, que, por vezes, obriga as organizações de catadores/as a retornar para relações com intermediários.

Finalizado este tópico, terá início a apresentação dos dados e das análises referentes ao item Social, constante do questionário formulado pelo MMA.

## 2.4. SOCIAL

Este item refere-se aos aspectos sociais constantes do questionário aplicado junto a 12 municípios da RMSP, em especial quanto à situação de organização dos catadores de material reciclável, as ações de apoio e acompanhamento institucional por parte das Prefeituras a estas organizações sociais, assim como a existência de mecanismos de controle e de participação social nos processos de tomada de decisão dos rumos da gestão de resíduos sólidos e de outros temas importantes.

Inicialmente, este relatório tratará dos mecanismos de participação e controle social existentes nos municípios, de forma a configurar a estruturação das políticas públicas e a capacidade de interação e de participação da população local nas decisões adotadas no âmbito das cidades.

De acordo com os dados obtidos, todos os municípios possuem estruturas para participação da população, principalmente através de Conselhos Municipais, estruturados para atendimento das demandas em diversos temas – sendo, os principais, relacionados às temáticas da Educação, Saúde, Transporte, Habitação/Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Cultura.

Estes conselhos possuem representatividade da sociedade civil, especialmente voltada à participação de organizações sociais, representativas de segmentos sociais e entidades de classe, cuja proporcionalidade varia de acordo com cada legislação municipal. Geralmente, a representatividade da sociedade civil é proporcional e equitativa com a do governo, exceção feita à composição dos órgãos colegiados de gestão de recursos hídricos (comitês e subcomitês de bacia), onde a representação é tripartite (governo estadual, governos municipais e sociedade civil).

Conforme aponta o quadro a seguir, apesar de não constar o número total de Conselhos existentes em 06 dos 12 municípios analisados, foram obtidas informações que garantem a existência de vários deles, nos temas indicados acima. Foram indicados os números consistentes sobre a existência dos conselhos apenas nos municípios que assim o fizeram, denominando cada um dos órgãos colegiados instituídos.

**Quadro 16 – Mecanismos de Participação e Controle Social**

| Municípios             | Mecanismos de controle e participação |     |               |                         |                 |
|------------------------|---------------------------------------|-----|---------------|-------------------------|-----------------|
|                        | Conselhos                             |     |               | Orçamento Participativo | Comitê de Bacia |
|                        | existência                            | nº  | tema Resíduos |                         |                 |
| Barueri                | sim                                   | s/d | sim           | não                     | não             |
| Caieiras               | sim                                   | 13  | sim           | sim                     | sim             |
| Carapicuíba            | sim                                   | 5   | não           | sim                     | não             |
| Cotia                  | sim                                   | 10  | sim           | não                     | sim             |
| Embu                   | sim                                   | 3   | sim           | sim                     | sim             |
| Guarulhos              | sim                                   | 10  | sim           | sim                     | sim             |
| Itapecerica da Serra   | sim                                   | s/d | não           | sim                     | não             |
| Itapevi                | sim                                   | s/d | não           | sim                     | não             |
| Mairiporã              | sim                                   | 12  | sim           | não                     | sim             |
| Osasco                 | sim                                   | s/d | sim           | sim                     | sim             |
| São Paulo              | sim                                   | s/d | sim           | não                     | sim             |
| Vargem Grande Paulista | sim                                   | s/d | não           | sim                     | não             |
| total                  |                                       | 53  |               |                         |                 |



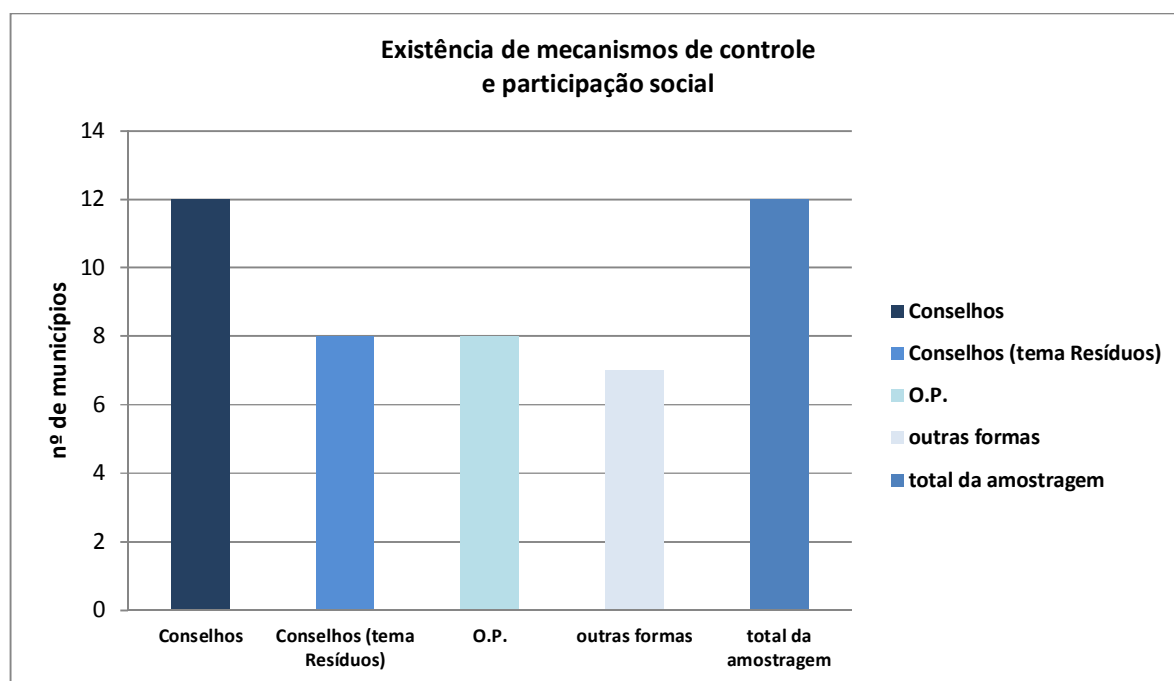
Também é possível notar, pelas informações contidas no quadro anterior, que existem 08 municípios em que existe conselho municipal que discute, aborda, propõe e decide sobre os rumos da gestão de resíduos sólidos, constituindo uma porcentagem razoável para o tema – cerca de 66% do universo total.

Outra informação relevante extraída do conjunto de dados coletados refere-se às instâncias de participação para definição de diretrizes de desenvolvimento da cidade, em especial as audiências públicas e os processos participativos para definição dos orçamentos municipais.

Neste sentido, o modelo conhecido como Orçamento Participativo – processo de discussão pública sobre as demandas sociais que comporão as peças orçamentárias municipais a cada ano – é desenvolvido e implantado em 08 dos 12 municípios pesquisados, atingindo também a marca de 66% do universo analisado, conforme ilustra a figura abaixo.

Outras formas de participação – como audiências públicas, conferências, congressos temáticos, etc. - representam 58% das iniciativas, estando presente em 07 municípios.

**Figura 61 – Mecanismos de Participação e Controle Social**



Os conselhos municipais são instâncias bastante adequadas para a participação e o controle social, principalmente se possuem caráter deliberativo, pois contribuem para a tomada de decisão e compartilham a responsabilidade pelos rumos definidos para determinados temas do cotidiano da sociedade, a partir da definição dos investimentos prioritários a serem realizados.

No cenário analisado, a existência de conselhos que ao menos discutam a temática de resíduos sólidos já se configura como um aspecto importante. Segundo os levantamentos efetuados, o tema de resíduos é tratado no âmbito dos conselhos municipais de Meio Ambiente ou de Saneamento, através de Câmaras Técnicas específicas ou Grupos de Trabalho especialmente montados para discutir o tema ou a elaboração de um determinado instrumento jurídico – como projetos de lei para estruturação da política municipal ou de regras para gestão e o manejo de resíduos sólidos.

Em relação às organizações de catadores/as de material reciclável, as informações foram de difícil acesso e verificação, considerando a ausência e limitação de informações organizadas e

sistematizadas junto aos gestores locais. Como a dinâmica de organização, estruturação e funcionamento destas organizações varia bastante, de acordo com a capacidade de remuneração, a sazonalidade e outros aspectos externos, o conjunto de dados apresentados representa um retrato momentâneo do período de coleta e análise das informações (Setembro a Novembro de 2012).

Neste sentido, é possível afirmar que, no universo de municípios analisados, existem aproximadamente 1200 catadores/as organizados em cooperativas e/ou associações. A maior parte destas está legalizada e estruturada formalmente, com documentação adequada para a formalização de parcerias com os setores público e privado. Das organizações identificadas, apenas os grupos de Vargem Grande Paulista e de Cotia não tinham, até o momento, registro do CNPJ – mas possuem estatuto social e registro das atas de constituição da organização.

Em relação aos catadores/as avulsos e/ou individualizados, os números obtidos são menos consistentes, considerando a carência de processos de cadastramento realizados pelas municipalidades. Apesar dos números indicarem a existência de cerca de 2.000 catadores/as nesta situação, não há certeza deste total, principalmente pela ausência de dados e informações consistentes do município de São Paulo.

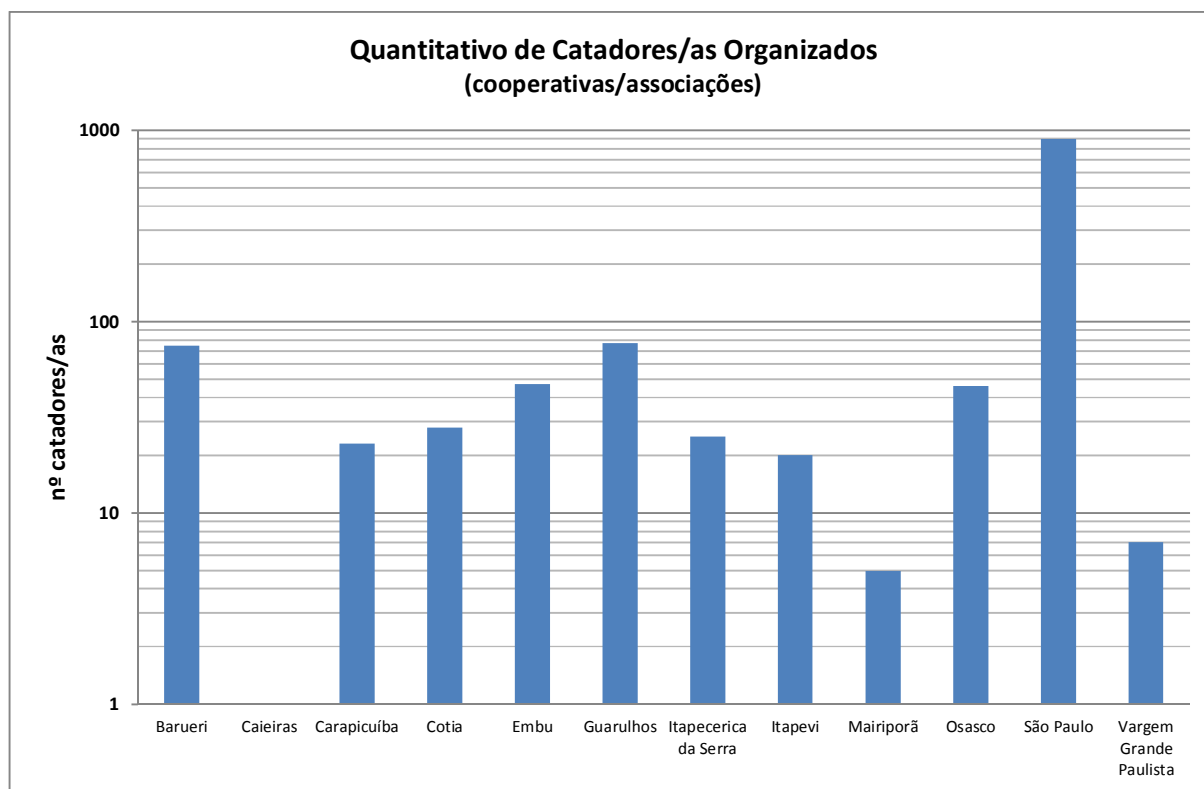
**Quadro 17 – Quantidade de Catadores/as de Material Reciclável**

| Municípios             | Catadores/as |         |          |             |                  |                    |
|------------------------|--------------|---------|----------|-------------|------------------|--------------------|
|                        | Quantidade   |         | Cadastro |             | Apoio            |                    |
|                        | organizados  | avulsos | sim/não  | atualização | técnico/formação | Assistência Social |
| Barueri                | 75           | s/d     | não      | não         | não              | sim                |
| Caieiras               | 0            | 40      | sim      | não         | não              | não                |
| Carapicuíba            | 23           | 280     | sim      | sim         | sim              | sim                |
| Cotia                  | 28           | -       | não      | não         | não              | não                |
| Embu                   | 47           | 500     | sim      | sim         | sim              | sim                |
| Guarulhos              | 77           | 760     | sim      | sim         | sim              | sim                |
| Itapeverica da Serra   | 25           | s/d     | não      | não         | não              | não                |
| Itapevi                | 20           | s/d     | não      | não         | não              | sim                |
| Mairiporã              | 5            | 20      | sim      | não         | não              | não                |
| Osasco                 | 46           | 400     | sim      | não         | sim              | sim                |
| São Paulo              | 900          | s/d     | não      | não         | sim              | sim                |
| Vargem Grande Paulista | 7            | s/d     | não      | não         | não              | não                |
| total                  | 1253         | 2000    |          |             |                  |                    |

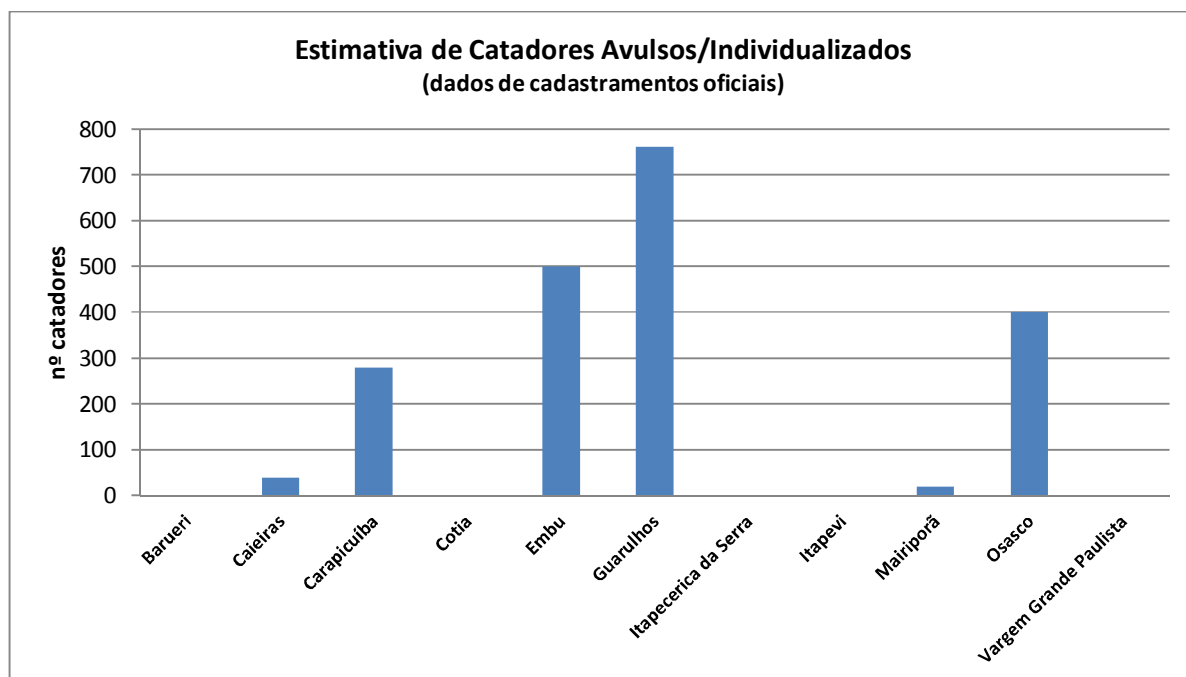
Ao contrário desta situação, vale destacar os municípios em que há (ou houve) cadastramento dos catadores de material reciclável, totalizando 50% do universo total dos estudos efetuados. Entretanto, dos 06 municípios que promoveram o cadastramento, 03 não promoveram sua atualização, o que pode comprometer o levantamento realizado, elevando o número de municípios sem informação consistente sobre o contingente destes trabalhadores.

As figuras a seguir ilustram a composição dos números referentes à quantidade de catadores organizados em cooperativas e/ou associações e os em situação de individualização em cada um dos municípios analisados.

**Figura 62 – Quantidade de Catadores/as Organizados em Cooperativas ou Associações**



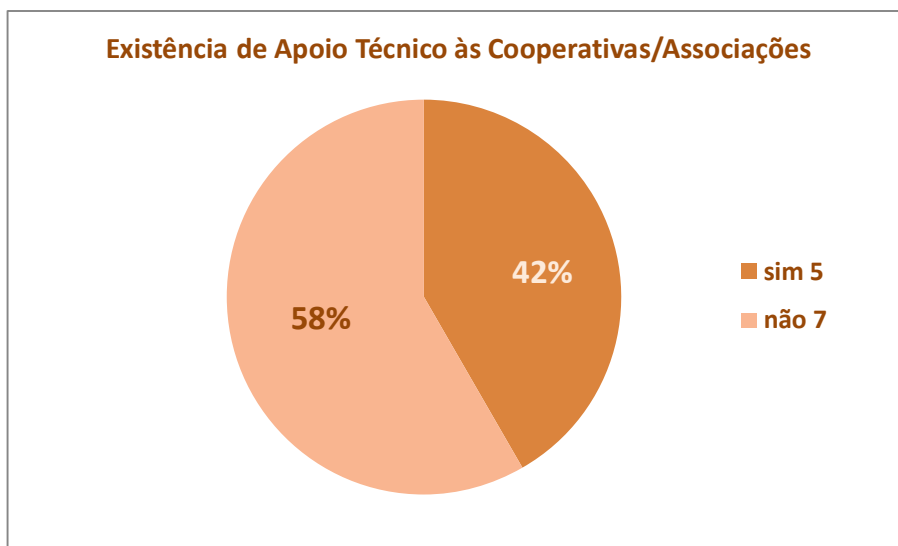
**Figura 63 – Quantidade de Catadores/as Avulsos/Individualizados - Estimativa**



Quanto à existência de apoio institucional das Prefeituras às organizações de catadores/as de material reciclável, os resultados obtidos apontam para uma diferença significativa entre apoio de caráter técnico e os relacionados à área social (atendimento de demandas sociais), conforme ilustra o Quadro 17, anteriormente apresentado.

Na primeira situação – relacionada ao apoio técnico -, as iniciativas representam menos da metade do universo total de 12 municípios – 42%, sendo que a maioria destes (58%, correspondente a 07 municípios) não oferece apoio técnico às cooperativas e associações. Este resultado pode ser explicado pela carência de equipe técnica nas municipalidades, conforme dados apresentados na parte inicial deste Relatório Técnico, no tema referente aos aspectos jurídico-institucional.

**Figura 64 – Apoio Técnico aos Catadores/as de Material Reciclável**

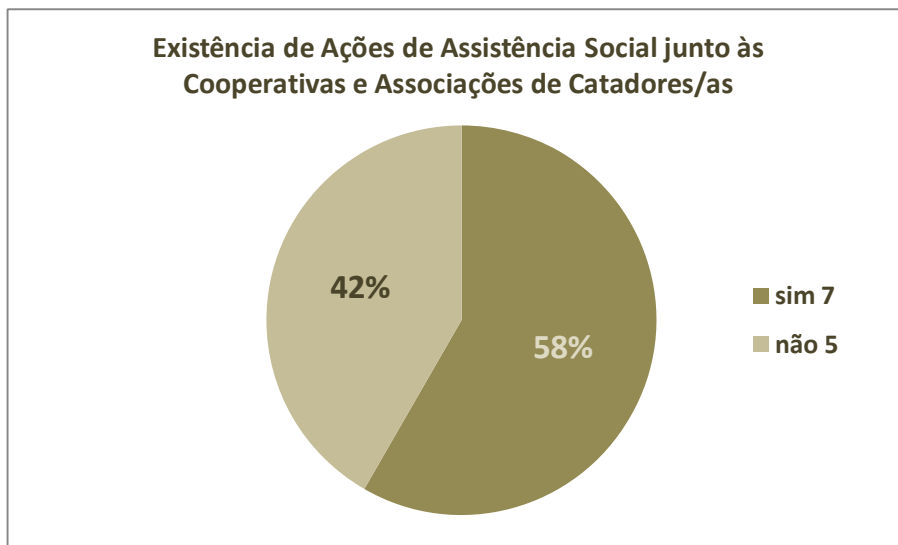


Em relação às ações de apoio e assistência social, os números obtidos apontam uma maior atenção das Prefeituras para este conjunto de trabalhadores, o que parece ser considerado uma demanda social a ser atendida, vinculadas a ações relacionadas a temas como combate à miséria, inclusão social, atendimento a demandas específicas como acesso a creches e escolas, cadastramento em programas habitacionais, etc.

Os dados indicam a existência de ações e programas de assistência social em 07 dos 12 municípios analisados, o que representa um percentual de 58% do total. Foram considerados, nesta análise, os municípios que possuem procedimentos específicos de atenção aos catadores de material reciclável, como cadastramento no CAD Único, atendimento específico nas unidades de saúde (com agendamento de vacinação, por exemplo), dentre outros aspectos.

A categoria pode estar recebendo, individualmente, atendimento para demandas específicas, o que certamente aumentaria o percentual encontrado. Entretanto, preferiu-se restringir o resultado às iniciativas que atendem o conjunto de trabalhadores, conforme ilustra a figura a seguir.

**Figura 65 – Assistência Social aos Catadores/as de Material Reciclável**



Com estes resultados, encerra-se o tema relativo aos aspectos sociais, dando início, na sequência, ao aspecto ambiental.

## **2.5. AMBIENTAL**

O tema ambiental está estruturado com base nas informações relativas às ações educativas voltadas à disseminação de informação e à orientação da população em relação às diretrizes estabelecidas na PNRS, em especial quanto à não geração de resíduos, redução da geração, reaproveitamento e reciclagem dos resíduos gerados, assim como o descarte regular e adequado dos mesmos.

Neste sentido, cabe destacar que praticamente todos os municípios desenvolvem ações voltadas à população local, visando reduzir a geração de resíduos e ampliar os níveis de aproveitamento e reciclagem dos mesmos, quando gerados. No total dos 12 municípios, apenas 03 (Caieiras, Carapicuíba e Vargem Grande Paulista) não atuam de forma sistemática para a redução da geração de resíduos. Isso não quer dizer que não desenvolvem ações educativas sobre o tema de resíduos sólidos, mas não há uma ação organizada para a efetiva redução da geração por parte do cidadão.

O quadro e a figura a seguir apresentam os dados obtidos em cada município analisado, em relação aos aspectos indicados acima.

**Quadro 18 – Ações de Educação Ambiental**

| Municípios             | Educação Ambiental             |              |                  |         |                                |                     |                 |          |
|------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|---------|--------------------------------|---------------------|-----------------|----------|
|                        | Iniciativas redução/reciclagem | Público-alvo |                  |         | Principais ações desenvolvidas |                     |                 |          |
|                        |                                | Escolas      | bairros/condomín | eventos | campanhas                      | visitas monitoradas | oficinas/cursos | formação |
| Barueri                | sim                            | X            | x                | -       | x                              | -                   | x               | -        |
| Caieiras               | não                            | X            | x                | x       | -                              | -                   | x               | -        |
| Carapicuíba            | não                            | X            | -                | x       | x                              | -                   | -               | -        |
| Cotia                  | sim                            | X            | -                | -       | x                              | -                   | x               | -        |
| Embu                   | sim                            | X            | x                | x       | x                              | -                   | x               | x        |
| Guarulhos              | sim                            | X            | x                | -       | x                              | x                   | x               | x        |
| Itapecerica da Serra   | sim                            | X            | x                | x       | x                              | -                   | x               | -        |
| Itapevi                | sim                            | X            | -                | -       | x                              | -                   | x               | x        |
| Mairiporã              | sim                            | X            | x                | x       | x                              | x                   | -               | -        |
| Osasco                 | sim                            | X            | x                | x       | x                              | x                   | x               | x        |
| Vargem Grande Paulista | não                            | X            | -                | -       | x                              | -                   | x               | -        |

**Figura 66 – Iniciativas voltadas à Redução da Geração, ao Reaproveitamento e à Reciclagem de Resíduos**

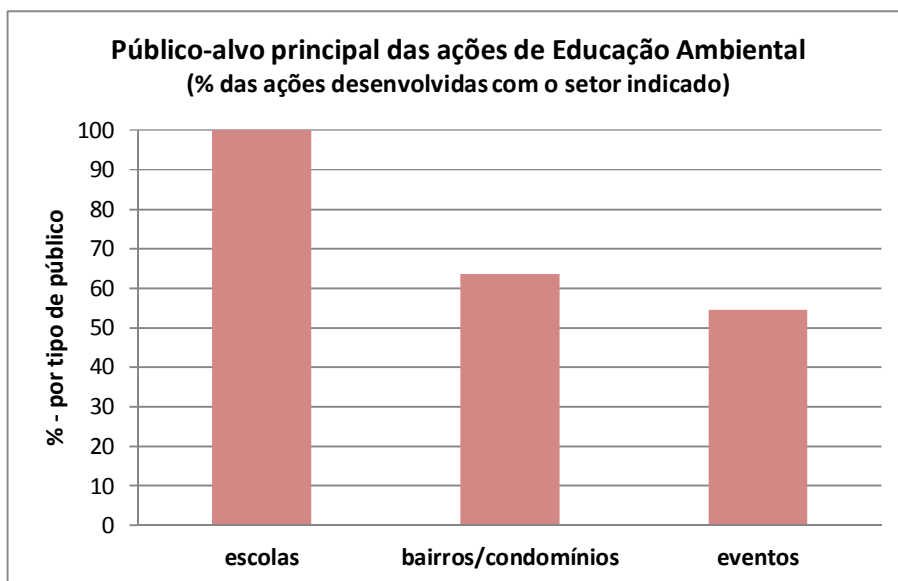


Quanto aos segmentos da sociedade para quem são desenvolvidas as ações, predomina o campo escolar – do ensino formal – como o público preferencial destas ações. A educação ambiental é considerada uma ferramenta importante para a disseminação de informação e de conhecimento para a mudança de hábitos e comportamentos considerados lesivos ao ambiente e à saúde humana.

Também são desenvolvidas ações junto às comunidades dos bairros e de condomínios, através de atividades, eventos e campanhas vinculadas ao calendário ambiental ou à agenda de manutenção da cidade (como operações de limpeza e “cata-bagulho”).

Outra forma de atingir a população nos municípios é através de eventos realizados ao longo de todo ano, eventos de caráter ambiental, cultural, religioso ou mesmo de lazer. Mesmo que sejam eventos de curta duração, o tema de resíduos sólidos costuma ser bem aceito pela população, conforme manifestação dos gestores. A figura abaixo ilustra o conjunto do público alvo mais focado pelas ações educativas.

**Figura 67 – Público-alvo das Ações de Educação Ambiental**



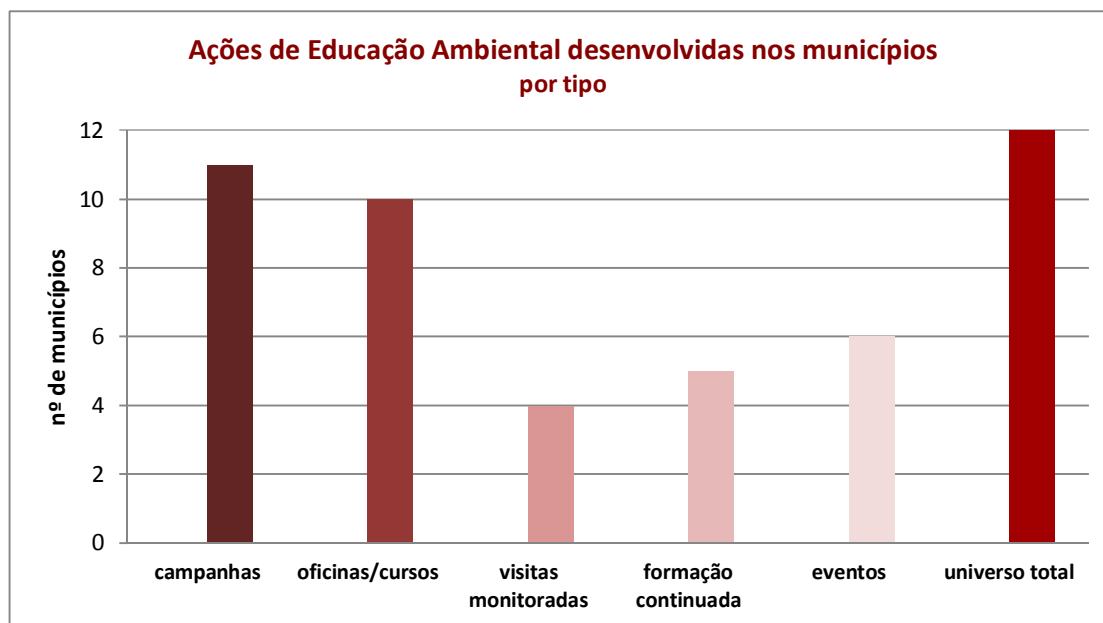
Quanto aos tipos de ação e métodos utilizados, predomina a adoção de campanhas, oficinas e cursos de curta duração, assim como os eventos descritos acima. Esta predominância identifica um dos principais problemas do processo educativo, em especial em relação à educação ambiental – a falta de sequência e continuidade das ações. A maior parte das iniciativas são estruturadas de acordo com a capacidade operacional e administrativa dos órgãos gestores, geralmente limitadas. Além disso, há que se considerar que os setores que compõem a administração pública municipal não são (ou estão) integrados – ou não desenvolvem ações integradas e articuladas, trabalhando de forma fragmentada.

Exemplo disso é a expansão dos PEVs no município de São Paulo (como apresentado no item referente à Infraestrutura, parte integrante deste Relatório), com a implantação de contêineres em praças e parques públicos sem o devido acompanhamento de ações educativas, informativas ou orientativas sobre a finalidade e a utilização destes equipamentos.

A figura a seguir ilustra o conjunto de iniciativas pelo tipo de ação e o número de ocorrências, considerando o total dos 12 municípios.



**Figura 68 – Tipos de Ação de Educação Ambiental Desenvolvidos**



Como é possível notar pelos resultados obtidos (e apresentados no Quadro 18 e na figura anterior), as ações de caráter continuado estão entre as menos utilizadas, assim como as visitas monitoradas – que podem ser considerados como um método interessante que permite a interação e o conhecimento das condições de trabalho das cooperativas de catadores de material reciclável, os caminhos percorridos pelos resíduos desde a coleta na porta dos locais em que são gerados até as unidades de tratamento e disposição final, dentre outros aspectos. Essa vivência é importante para demonstrar a complexidade do tema e a responsabilidade de cada um no gerenciamento adequado dos resíduos, desde a fase de consumo (escolha dos produtos a serem adquiridos) até o descarte final.

Assim, mesmo considerando que a maior parte das ações ocorre no ambiente escolar, estas não apresentam continuidade e sequência exigidas para a internalização dos conceitos e a consequente (e desejável) mudança de hábitos e comportamentos.

Algumas das limitações dos resultados encontrados neste levantamento podem ser creditadas à ausência de ações mais consistentes de caráter informativo e educativo, que orientem e esclareçam a população em geral sobre a importância dos cuidados com seus resíduos.

### **3. CONCLUSÕES**

Como explicitado no Capítulo 1 deste Relatório Técnico, os levantamentos, estudos e análises efetuados pelo Consultor visam contribuir para a implantação das diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 12.305/2010 (que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos), subsidiar a SRHU/MMA no planejamento de suas ações, no âmbito de suas competências, e auxiliar os municípios na melhoria das condições de gestão para o manejo adequado de resíduos sólidos.

Neste sentido, o levantamento de dados e informações nos municípios constantes da região do Estado de São Paulo (Capital e Entorno) propiciou a análise da situação (estado da arte) em cada um dos 12 municípios indicados, considerando aspectos relativos à estrutura jurídico-institucional, à infraestrutura existente e prevista, à economia, e ao atendimento das demandas sociais (com a caracterização do nível de organização das cooperativas e associações de

catadores de material reciclável), bem como ao desenvolvimento de ações de caráter educativo voltadas à mudança de hábitos e de comportamento da população em geral.

Em cada um dos capítulos deste Relatório Técnico foi possível não apenas descrever o cenário encontrado em cada um dos municípios analisados, seja através dos resultados das informações obtidas, seja das visitas realizadas às instalações de apoio ao manejo de resíduos sólidos e da Coleta Seletiva, como, também, analisar os avanços, as limitações, os desafios e as oportunidades existentes em cada localidade e na região estudada.

É possível concluir, inicialmente, que a Lei Federal nº 12.305/2010 tem provocado alterações na dinâmica da população, dos gestores e do setor privado, mesmo que em pequenas proporções. Mais pessoas demonstram conhecimento de que há novas regras para “cuidar do lixo”, e que esperam que estas regras consigam alterar o quadro crítico de limpeza urbana, trazendo melhorias para a qualidade de vida nas cidades.

Entretanto, a percepção geral é de ainda falta muito para que mudanças significativas aconteçam, principalmente no comportamento das pessoas de descartar os resíduos de qualquer forma, bem como na compra de produtos descartáveis e com pouco tempo de vida útil, que “vai virar lixo em pouco tempo”.

Em relação à gestão, foi possível identificar a carência de instrumentos de planejamento, como os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que dê sustentação e subsidiem a tomada de decisão sobre os rumos e a estruturação de um conjunto de ações coordenadas e organizadas para a gestão sustentável de resíduos sólidos.

Quanto aos gestores, uma das conclusões possíveis é a de que ainda aguardam apoio e orientação dos entes federados (União e Estados) de como utilizar os instrumentos de gestão que a nova lei trouxe, sem a compreensão total de que o planejamento das ações é uma das principais ferramentas para alcançar níveis mais satisfatórios na gestão de resíduos. Chega a ser estarrecedor identificar a limitação de entendimento, por parte dos gestores, da sua função como titular da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e da importância dos planos municipais (intermunicipais ou regionais) de gestão integrada de resíduos sólidos para a melhoria da capacidade de controle e de monitoramento da prestação dos serviços – no universo estudado, totalmente repassada para terceiros, seja por meio de terceirização, seja por meio de concessão.

O levantamento de dados realizado identificou claramente as dificuldades estruturais dos órgãos gestores responsáveis pelo acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelas empresas contratadas, com raras exceções e geralmente presentes nos maiores municípios.

Com relação aos aspectos de infraestrutura, conclui-se que há necessidade de grandes investimentos na ampliação, reforma e fortalecimento da capacidade operacional das unidades de manejo de resíduos sólidos, assim como a ampliação do número de unidades existentes, principalmente nas vinculadas à coleta seletiva – que apresentou poucos casos de adequabilidade das edificações às necessidades das cooperativas e associações de catadores.

Ainda no campo da infraestrutura, pode-se concluir pela necessidade de investimento em ferramentas de tecnologia da informação que apoiem os sistemas de instalações e o funcionamento das atividades existentes, fortalecendo os aspectos positivos e equacionando os negativos – em especial sistemas que se utilizam de ferramentas georreferenciadas, que orientem os deslocamentos pelo território municipal.

Quanto ao aspecto econômico-financeiro, pode-se concluir, pelos levantamentos efetuados, que os custos existentes precisam ser melhor reconhecidos, classificados e mensurados, considerando a discrepância entre os valores praticados pelo municípios analisados. Para tanto, há necessidade de que os gestores locais estructurem equipes técnicas habilitadas para o

controle dos serviços prestados, assim como uma maior integração entre os setores das Prefeituras, de forma a que os responsáveis pelas finanças dialoguem e conheçam a natureza dos serviços gerenciados pelas áreas de obras e serviços, contribuindo para o melhor acompanhamento dos custos incidentes, buscando soluções que garantam a sustentabilidade econômica e financeira destes serviços públicos.

Em relação aos aspectos sociais, ficou nítido o descompasso entre as ações de assistência social e de apoio técnico oferecido aos catadores de material reciclável – sejam eles organizados ou não. A ausência de informação (ou atualização da informação) sobre o contingente destes trabalhadores indica claramente o desconhecimento da questão como um aspecto multifacetado - social, econômico e ambiental – que pode apresentar resultados melhores em curto e médio espaço de tempo, desde que as ações sejam coordenadas, articuladas e integradas entre os setores responsáveis.

Neste sentido, há exemplos de sucesso em municípios dentro da própria RMSP em que os setores de assistência social e saúde desenvolveram ações conjuntas para atendimento das demandas específicas dos catadores de material reciclável. Identificadas as demandas, cada setor planejou ações, dentro de suas atribuições específicas, integrando-as às dos demais setores envolvidos, transformando-se em ações conjuntas e continuadas.

Quanto aos aspectos ambientais, foi possível identificar que as ações de educação ambiental relacionadas à gestão de resíduos sólidos são, em sua maioria, não processuais, descontínuas e praticamente restritas ao ambiente escolar. Este cenário limita os resultados alcançados, principalmente se forem considerados os aspectos principais que fundamentam a educação ambiental: mudança de hábitos e comportamentos, tornando-os menos lesivos ao ambiente e à saúde humana, justamente pelos efeitos causados por estas práticas que se pretende alterar.

Por fim, a conclusão final é de que os municípios ainda carecem de estrutura para o pleno exercício da titularidade dos serviços públicos, mas dispõem de mecanismos para alcançar este patamar de excelência.

#### 4. DA ANÁLISE SWOT

A partir das conclusões acima e do resultado das análises promovidas ao longo deste RT, é possível identificar os aspectos que se configuram como Forças (vantagens competitivas internas); Fraquezas (vulnerabilidades dos municípios); Oportunidades (forças externas favoráveis); e Ameaças (obstáculos externos).

| FORÇAS                        |   |
|-------------------------------|---|
| Aspecto                       | Comentário  |
| Existência de órgãos gestores | A existência de órgão gestor definido claramente dentro do organograma da administração municipal é aspecto positivo, pois estabelece referencial para interlocução e adoção de quaisquer relação institucional referente ao tema, assim como para a gestão ambiental em bases sustentáveis |

|  |   |
|--|---|
| Existência de legislação que incide sobre o tema de resíduos sólidos               | Apesar de não existir em alguns dos municípios analisados, foi identificado conjunto de normas que orientam e definem regras para o manejo de resíduos e as responsabilidades de munícipes e estabelecimentos de qualquer natureza - mesmo considerando que, em alguns casos, tais normas se restrinjam a sanções e penalidades (como é o caso dos Códigos de Posturas, existentes em alguns municípios). |
| Relação com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS              | Praticamente todos os municípios analisados fornecem informações ao SNIS, o que contribui para o fortalecimento da base nacional de informações, e com a formação de série histórica.   |
| Relação com o Sistema Nacional de Convênios - SICONV                               | Há, em praticamente todos os municípios, funcionários que dominam a operação do SICONV, credenciando as administrações municipais a formularem projetos e os apresentarem para busca de recursos a serem utilizados em investimentos voltados à melhoria da gestão pública local.   |
| Existência de instrumentos jurídico-administrativos para a gestão de resíduos      | Aspecto importante, que dá sustentação jurídica para as relações comerciais (contratos) com os prestadores de serviços, sejam eles em modelo de terceirização, seja por meio de concessão, permitindo o controle social e a transparência dos procedimentos, podendo ser questionados em caso de irregularidades e/ou não cumprimento de seu conteúdo.  |
| Existência de mecanismos e procedimentos para acompanhamento do controle de gastos | Outro aspecto importante para a gestão pública, principalmente nos casos em que os serviços são prestados por terceiros.  |
| Previsão de investimentos futuros  | Apesar da ausência, na maioria dos municípios, de instrumentos de planejamento que orientem as ações ao longo do tempo, o fato de haver previsão de investimentos futuros indica preocupação com a melhoria das condições atuais.   |
| Participação e Controle Social   | A existência de Conselhos Municipais que promovam a discussão e o debate sobre os temas de interesse coletivo é fator fundamental para o acompanhamento das ações do poder público, principalmente no que tange à aplicação de recursos públicos. Praticamente todos os municípios analisados possuem algum tipo de Conselho.   |
| Ações de educação ambiental  | Apesar dos métodos adotados não serem os mais indicados (ações pontuais, desprovidas de continuidade, restritas à rede escolar, não permanentes), a existência de ações de caráter educativo permite que exista uma base de atuação e um potencial de crescimento e fortalecimento destas ações.  |

| FRAQUEZAS   |  |
|---|--|
| Aspecto   | Comentário   |
| Não integração dos órgãos da administração pública local                      | Apesar da existência de órgãos gestores de resíduos sólidos na estrutura da administração municipal, sua atuação não é integrada à de outros órgãos, como os de gestão ambiental e de assistência social.  |
|   | Potencial de comprometimento das ações a médio e longo prazos, pois setores distintos atuam nas funções de planejamento e de execução/controle dos serviços  |
| Carência de profissionais habilitados no corpo técnico dos órgãos gestores    | Nos municípios de menor porte, há carência de profissionais habilitados para o desenvolvimento de atividades e funções de controle e monitoramento da prestação dos serviços pelas empresas contratadas/concessionárias,   |
|   | Há carência de profissionais habilitados para a formulação de projetos que subsidiem a busca de novos investimentos, gerando custos e gerando possibilidades de perda de oportunidades.  |
| Carência de instrumentos de regulação   | Há carência de instrumentos de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes da legislação pertinente, incluindo as funções de fiscalização da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.  |
| Carência de instrumentos de planejamento                                      | Há carência de instrumentos de planejamento, em especial dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que possam orientar ações, investimentos e procedimentos.  |
| Carência de informações sistematizadas e organizadas (sistemas de informação) | Há carência de informações sistematizadas, como banco de dados (quantitativos e qualitativos) sobre a gestão de resíduos, sistemas de informação georreferenciados, planilhas de acompanhamento da prestação dos serviços, etc. Parte significativa de dados quantitativos foi obtida junto às empresas prestadoras de serviço – em especial, nas unidades de disposição final (aterros sanitários). |
| Participação e Controle Social  | Foi identificada, na maior parte dos municípios analisados, a ausência de órgão colegiado que promova discussão e acompanhamento das questões relacionadas ao tema, e proponha soluções para a melhoria da gestão de resíduos, tal como um Conselho Municipal, com determinada Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho.  |
| Gestão associada  | Foi identificada limitação, junto aos gestores públicos, do entendimento sobre os possíveis benefícios da gestão associada, através da formalização de Consórcio Público entre municípios da mesma região.   |

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| Ações de educação ambiental | Foi possível identificar que as ações educativas (vinculadas à educação ambiental) são restritas a campanhas, eventos e mobilizações, não tendo continuidade, e com abrangência limitada. |
|-----------------------------|---|

| OPORTUNIDADES |   |
|---------------|---|
| Aspecto       | Comentário  |
| Parcerias     | Estabelecimento (ou formalização) de parceria com as organizações de catadores de material reciclável (cooperativas e associações), visando ampliar os resultados relacionados ao aproveitamento e reciclagem dos materiais. Há municípios que não formalizaram a relação com estas organizações, mesmo havendo ações conjuntas e o desenvolvimento de atividades pelas organizações. |
|               | Parceria com entidades e organizações representativas do setor privado (responsáveis, por lei, pela implantação da Logística Reversa), em especial do setor produtivo (indústrias recicladoras), como forma de preparar o município para a implantação dos sistemas de Logística Reversa.   |
|               | Parceria com organizações da sociedade civil e do setor educacional na elaboração, estruturação e implantação de ações de caráter educativo, ampliando a abrangência da atuação e a diversificação dos métodos de disseminação da informação e de orientação comportamental (hábitos de consumo).   |

| AMEAÇAS   |  |
|---|--|
| Aspecto   | Comentário   |
| Atuação do setor privado em dissonância com as diretrizes da PNRS         | A carência de instrumentos de regulação pode gerar “vácuos” de legalidade, propiciando a atuação de segmentos da sociedade sem articulação e em desacordo com as diretrizes estabelecidas pela PNRS e com os interesses coletivos.   |
|   | A ausência de instrumentos de planejamento como o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, pode contribuir para o aspecto citado, pois, uma das funções do PMGIRS é estabelecer as diretrizes para a elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, obrigatórios para os grandes geradores. |
| Manutenção e ampliação do grau de informalidade do mercado de recicláveis | A ausência de instrumentos de regulação e de planejamento pode se refletir diretamente na ampliação e no fortalecimento do grau de informalidade existente no mercado de recicláveis, dificultando as ações de inclusão social.  |

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| Ações de Educação Ambiental | Manutenção e agravamento da dispersão e da não integração entre as ações educativas, de sensibilização e de mobilização.  |
|                             | A manutenção das características atuais das ações educativas (ações pontuais, desprovidas de continuidade, restritas à rede escolar, não permanentes) pode permitir a disseminação de iniciativas (e campanhas) que favoreçam o consumo exacerbado, em contraposição às iniciativas de educação ambiental, voltadas à redução e ao reaproveitamento/reciclagem de resíduos sólidos. |



## 5. RECOMENDAÇÕES

O conjunto de dados e informações levantados, sistematizados e analisados junto aos municípios da RMSP refletem apenas uma faceta da realidade nacional, relativa à maior aglomeração urbana e populacional do país, mas com características específicas de cada um dos municípios analisados.

Exemplo desses extremos pode ser dado pelos números da população de dois deles: São Paulo e Vargem Grande Paulista, tendo o primeiro mais de 11 milhões e habitantes e o segundo, menos de 50 mil.

A dinâmica urbana e socioambiental nesta região é dotada de alto grau de complexidade, tornando-se ainda mais complexa quando somada aos aspectos econômicos – cuja estruturação conceitual prioriza a geração de riquezas em detrimento do crescimento coletivo sustentável e da geração de oportunidades.

Tal afirmação pode ser constatada quando analisada a situação dos catadores de material reciclável na RMSP, onde existe grandes avanços na organização desses trabalhadores – organizados em cooperativas e associações que, inclusive, já atuam em rede – mas também apresenta alto grau de exclusão – com a existência de um grande contingente de catadores/as individualizados/as, buscando sobrevivência a cada dia em situação degradante e sub-humana.

Como visto ao longo deste RT, a gestão de resíduos sólidos nos mais diversos municípios necessita avançar nos resultados desejados e previstos na legislação nacional, principalmente no que tange ao atendimento das diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 12.305/2010, em especial o disposto no artigo 9º <sup>2</sup> - ordem de prioridade para as ações de gestão e gerenciamento de resíduos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

A análise realizada ao longo do RT, com base na sistematização dos dados levantados, permitiu estabelecer conclusões acerca desta condição, em especial quanto à necessária (e obrigatória) **melhoria das estruturas de gestão**.

Este pode ser um dos aspectos a serem destacados para atuação do governo federal em relação à melhoria da gestão nos municípios: **ampliar o entendimento**, por parte dos gestores, das funções a serem exercidas como **titular da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos** e da **importância dos planos municipais** (intermunicipais ou regionais) de gestão integrada de resíduos sólidos.

Esta recomendação baseia-se em dois dados recentes: o primeiro, relacionado ao atendimento dos prazos previstos na PNRS para elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; e o segundo, relacionado à carência de recursos humanos técnicos habilitados para cumprimento das funções de controle, supervisão, acompanhamento e monitoramento dos serviços prestados por terceiros.

O primeiro aspecto refere-se diretamente aos resultados restritos de atendimento da exigência legal de elaboração e aprovação dos PGIRS pelos municípios, após expirar o prazo de 02 anos estipulado pela Lei Federal nº 12.305/2010. Segundo informações divulgadas pela grande mídia, *“de acordo com balanço do Ministério do Meio Ambiente (MMA), pouco mais de 560 municípios, ou seja, 10% do total das cidades brasileiras, concluíram e entregaram o planejamento até a data definida pela PNRS”*<sup>3</sup>. Estes resultados, de âmbito nacional, foram

<sup>2</sup> Art. 9º. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos

<sup>3</sup> Jornal O Estado de São Paulo, Caderno Planeta, 03 de Outubro de 2012

corroborados pelos estudos realizados nos 12 municípios objeto do presente trabalho de consultoria, onde apenas 02 (Guarulhos e São Paulo) cumpriram os prazos e elaboraram seus respectivos Planos – número que corresponde a 17% do universo analisado.

O segundo aspecto citado refere-se à estrutura de gestão dos municípios, demonstrada pelos resultados obtidos em relação à existência de órgão gestor, de equipe técnica habilitada e em número suficiente/adequado, e existência de legislação que dê suporte e sustentação à atuação do município como titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Assim como no primeiro aspecto analisado, poucos municípios apresentaram resultados positivos em relação à capacidade de gestão e aos aspectos gerenciais (existência de equipe técnica habilitada) e jurídico-administrativos (normas de regulação e de fiscalização). Isso poderia não ser considerado como um problema se a prestação dos serviços não fosse integralmente delegada a terceiros.

A legislação federal<sup>4</sup> indica claramente as exigências para delegação da prestação de serviços públicos e as condições para validade dos contratos de prestação desses serviços<sup>5</sup> – dentre eles, a existência de normas de regulação.

Mais uma vez, com exceção de Guarulhos e São Paulo, nenhum outro município possui legislação específica que institua uma política municipal de gestão de resíduos ou que estabeleça claramente as funções de titular dos serviços de saneamento e/ou de limpeza urbana e/ou manejo de resíduos sólidos. Cabe ressaltar que os PMGIRS não têm o condão de estabelecer tais prerrogativas.

Outra demanda a ser equacionada – também relacionada à gestão local – é relativa à limitação de dados existentes, acrescida da provável inconsistência dos mesmos. Algumas informações complementares foram obtidas e/ou consolidadas somente a partir das entrevistas com os técnicos responsáveis pela operação das unidades de disposição final (tais como a quantidade de resíduos coletada, os custos efetivos - desmembrados - os serviços realizados -, o balanço de massa, resultados da coleta seletiva, dentre outros).

Ainda no campo da gestão, a **estruturação de um sistema de informações** é de fundamental importância para apoiar o controle das ações empreendidas e, conseqüentemente, ampliar os mecanismos de apoio à gestão sustentável de resíduos.

Foi identificada a necessidade de investimentos em ferramentas de **tecnologia da informação**, que contribuam na estruturação e funcionamento de sistemas de informação, assim como suportem a operacionalização de sistemas estruturais (compostos por instalações - unidades físicas) e não estruturais (ações educativas, por exemplo) de manejo de resíduos sólidos, em especial os vinculados à Coleta Seletiva.

Exemplifica-se esta recomendação (de apoio à implementação desses sistemas) com os modelos exitosos existentes em diversos municípios onde a Coleta Seletiva apresenta bons

---

<sup>4</sup> Lei Federal nº 11.445/2007 – Política Nacional de Saneamento

<sup>5</sup> Lei Federal nº 11.445/2007 - Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

resultados, em que o território municipal foi setorizado, criando “bacias de captação” que se configuram como área de atuação de grupos de catadores/as de material reciclável.

Para esta estruturação, sistemas de informação contribuem para a definição de roteiros racionais e otimizados de coleta, para o controle da participação e do envolvimento da população, e para orientar as ações educativas – de forma contínua e permanente.

Além disso, sistemas de informação consistentes permitem a alimentação dos sistemas de informação estadual e nacional, garantindo fluxo permanente de informações gerenciais, que, por sua vez, poderão orientar as ações estratégicas dos demais níveis de governo.

Além deste primeiro item – relacionado à capacidade de gestão -, outros aspectos merecem destaque como recomendação à atuação do governo federal no apoio ao manejo adequado de resíduos sólidos.

Adentrando no campo da **infraestrutura**, e conforme indicado nas conclusões deste RT, foi identificada a necessidade de realizar investimentos no conjunto de **instalações de apoio ao manejo de resíduos sólidos** – seja na melhoria das existentes, seja na implantação de novas unidades.

Nas visitas realizadas nos municípios analisados, o foco principal da observação foi sobre as unidades e os equipamentos utilizados na Coleta Seletiva, considerando os modelos adotados em cada um dos municípios.

Obviamente, nos municípios em que a Coleta Seletiva é estruturada por **Postos de Entrega Voluntária**, a análise foi além das unidades e equipamentos – buscou analisar ações complementares, como as voltadas à informação e ao esclarecimento da população.

No caso de Mairiporã, por exemplo, os PEVs estão localizados em unidades escolares, acessíveis ao público em geral e durante 24 horas (pois têm abertura para o logradouro público), são atrativos e informativos (possuem informações e orientações ao usuário), e são carregados de apelo emocional – são denominados “Muros Conscientes”.

O fato de estarem situados em unidades escolares contribui para o desenvolvimento de atividades pedagógicas de caráter permanente, além de a própria comunidade escolar atuar ativamente na manutenção do espaço.

A solução encontrada em Mairiporã é ilustrativa da **integração desejada entre ações e instalações** adequadas, assim como as soluções adotadas em outros municípios que adotaram o modelo porta a porta ou misto também possuem aspectos de destaque.

Entretanto, quando se trata de Coleta Seletiva, há necessidades muito prementes e urgentes a serem atendidas, considerando a realidade encontrada em diversas localidades.

O **investimento em unidades de triagem** é uma demanda clara, tendo em vista o nível de precariedade encontrada em diversos municípios – principalmente nos mais periféricos e de menor porte. Investir em centrais de triagem (adequadas ao porte e característica dos municípios) pode garantir condições justas e dignas de trabalho para os catadores de material reciclável, propiciando, inclusive, a geração de oportunidades de inclusão de novos trabalhadores – considerando o contingente de catadores em situação de individualização e exclusão.

A **reforma de algumas edificações** também deve ser considerada, pois caminha na direção da ampliação e do fortalecimento da capacidade operacional nessas unidades. Entretanto, tais investimentos devem considerar aspectos como localização, dimensões das edificações, condição estrutural e das instalações, acessibilidade, e condição de abrigar as atividades de triagem e beneficiamento (preparação para comercialização), considerando as perspectivas de crescimento da produtividade da cooperativa/associação.

Aqui cabe destacar que, para a efetivação dos investimentos, é necessário demonstrar a existência de planejamento que orientem as ações e a estruturação de um programa de coleta seletiva institucionalizado – requisitos necessários, inclusive, para a integração com os sistemas de Logística Reversa – a serem instituídos a partir de 2013.

Em relação aos **equipamentos**, é importante destacar a recomendação de **investimentos em desenvolvimento tecnológico**, para a elaboração e execução de projetos de equipamentos mais adequados às atividades desenvolvidas pelos catadores, contribuindo para eliminação de situações degradantes, como a tração humana, por exemplo.

Esta realidade praticamente não existe na maioria das cooperativas visitadas – que promovem a coleta através de veículos coletores (próprios, cedidos pelas Prefeituras ou das empresas contratadas/concessionárias) -, mas ainda é extremamente presente no cotidiano dos catadores avulsos e individualizados.

Outro aspecto a ser mencionado neste tema de desenvolvimento tecnológico é o de **investimento em tecnologias voltadas ao tratamento da parcela orgânica** dos resíduos sólidos domiciliares.

Os dados obtidos nos levantamentos realizados indicam que a fração orgânica ainda se configura como a maior parcela da massa presente no conjunto dos resíduos domiciliares coletados. Esta situação justifica a recomendação acima (de investimento em tecnologia para tratamento destes resíduos), e é ratificada pelas metas instituídas na Política Nacional de Mudanças Climáticas e nas diretrizes estabelecidas pela PNRS – de redução da emissão de gases de efeito estufa.

Pelo exposto, os **investimentos** no apoio à estruturação de uma **coleta diferenciada** (úmidos e secos) parece ser um caminho salutar se considerados todos os aspectos indicados acima, pois permite a racionalização destes investimentos a partir da organização de ações e instalações voltadas para o cuidado com cada tipo de resíduo, além de se constituir num facilitador para a participação da população em geral.

Cada “braço” deste sistema de coleta e de processamento (ou tratamento ou beneficiamento) de resíduos demanda unidades (instalações) e equipamentos específicos, adequados a cada etapa de implementação do programa de coleta diferenciada. Esta estruturação permitirá, como dito anteriormente, conectar as iniciativas locais aos sistemas de Logística Reversa – que demandará estruturação de coleta em cada localidade.

Cabe ressaltar que parte dos investimentos indicados deverá ser viabilizada pelo setor privado, conforme estabelece a PNRS em relação aos resíduos secos (recicláveis). Daí a recomendação de investimentos na melhoria da capacidade de gestão dos municípios, para cumprimento de suas atribuições de planejamento e definição de diretrizes de atuação do setor privado.

Outro aspecto a ser destacado, neste sentido, é o **incentivo à estruturação de modelos de gestão associada**, principalmente em áreas de grande aglomeração urbana, como é o caso da RMSP. A economia de escala pode ser obtida a partir da conjunção de esforços, como exemplificado ao longo deste RT com os municípios da região Oeste da RMSP, quando citada a situação dos municípios de Barueri, Osasco e Carapicuíba, onde o primeiro caminha para a construção de um modelo solo, atendendo apenas à sua população (de pouco mais de 240 mil habitantes), enquanto há potencial de atendimento de mais de 1 milhão de habitantes se houvesse o consorciamento entre os três municípios vizinhos.

Em síntese, os investimentos a serem promovidos pelo governo federal nos próximos anos devem ser direcionados ao fortalecimento institucional, visando à estruturação de sistemas de informação e de processos de planejamento; ao adensamento e qualificação de unidades de apoio ao manejo sustentável de resíduos sólidos, em especial as voltadas à Coleta Seletiva; à

ampliação dos equipamentos utilizados na Coleta Seletiva, com aplicação de modelos resultantes de estudos e de desenvolvimento tecnológico; e ao incentivo à adoção e estruturação de modelos de gestão associada, que contribuirão para a otimização de recursos e racionalização das ações, incluindo a criação de condições de articulação e integração entre os sistemas de Coleta Seletiva e de Logística Reversa.

Neste sentido, ter, à disposição dos tomadores de decisão, um conjunto de informações organizadas, atualizadas, sistematizadas e objeto de análise técnica, é de fundamental importância que tal esforço tenha garantida sua continuidade e sua ampliação, fortalecendo a capacidade de gestão e de conhecimento da realidade.

Este Relatório Técnico contribui, com grande grau de certeza, para a superação destas dificuldades, em especial as relacionadas à carência de informações qualitativas, pois está dotado de “algo a mais” que os dados numéricos são capazes de demonstrar sobre a realidade existente nas cidades brasileiras, no dia a dia de sua população e de seus trabalhadores.

Espera-se que estes resultados possam ser aprofundados, além de contribuírem para a proposição de ações concretas de mudança do perfil da população em relação aos seus hábitos de consumo e de descarte dos resíduos gerados pós-consumo, bem como alertar sobre as possibilidades e as oportunidades que a gestão sustentável dos resíduos pode proporcionar.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Foram utilizadas várias referências bibliográficas, referenciadas a seguir, com destaque para os produtos dos Consultores, e, em especial, os seguintes dados, legislação e referências.

**1. Lei Federal nº 11.107/2005 – Consórcios Públicos**

**2. Lei Federal nº 11.445/2007 – Saneamento Básico**

**3. Lei Federal nº 12.305/2010 – Resíduos Sólidos**

**4. Ministério do Meio Ambiente – [www.mma.gov.br/srhu](http://www.mma.gov.br/srhu)**

**5. SNIS – [www.snis.gov.br](http://www.snis.gov.br)**

**6. CETESB - [www.cetesb.sp.gov.br](http://www.cetesb.sp.gov.br)**

**7. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)**

**8. \_\_\_\_\_ - Censo demográfico – 2010**

**9. \_\_\_\_\_ - Pesquisa Nacional sobre Saneamento Básico (PNSB) – 2008**

**10. \_\_\_\_\_ - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) – 2009**

## 7. ATORES – REFERÊNCIAS E CONTATOS

|                           |  |                |             |
|---------------------------|--|----------------|-------------|
| <b>Município: Barueri</b> |  |                |             |
| <b>Prefeitura</b>         |  |                |             |
| <b>Nome:</b>              | <b>NIVALDO DOMINGUES DE OLIVEIRA</b>   |                |             |
| <b>Cargo:</b>             | <b>Engenheiro - Departamento de Limpeza Urbana - Secretaria de Meio Ambiente</b>                 |                |             |
| <b>E-mail:</b>            | <a href="mailto:limpezapublica.adm1@barueri.sp.gov.br">limpezapublica.adm1@barueri.sp.gov.br</a> |                |             |
| <b>Telefone:</b>          | <b>11 41991500</b>   |                |             |
| <b>Endereço:</b>          | Av. Henriqueta Mendes Guerra   | <b>Número:</b> | <b>1124</b> |
| <b>Bairro:</b>            | Centro   | <b>CEP:</b>    |             |
|                           |  |                |             |
| <b>Nome:</b>              | <b>Francisco Carlos Pugliesi</b>   |                |             |
| <b>Cargo:</b>             | <b>Diretor Depto Limpeza Urbana - Secretaria de Meio Ambiente</b>                                |                |             |
| <b>E-mail:</b>            | -  |                |             |
| <b>Telefone:</b>          |  |                |             |
| <b>Endereço:</b>          |  |                |             |
| <b>Bairro:</b>            |  |                |             |

|   |                           |                |  |
|---|---------------------------|----------------|--|
| <b>Cooperativa/Associação: COOPERYARA</b> |                           |                |  |
| <b>Nome</b>                               | <b>Donizete ou Elizeu</b> |                |  |
| <b>Cargo:</b>                             |                           |                |  |
| <b>E-mail:</b>                            | -                         |                |  |
| <b>Telefone:</b>                          | <b>11 4198.4053</b>       |                |  |
| <b>Endereço:</b>                          |                           | <b>Número:</b> |  |
| <b>Bairro:</b>                            |                           | <b>CEP:</b>    |  |

|                            |  |                |           |
|----------------------------|--|----------------|-----------|
| <b>Município: Caieiras</b> |  |                |           |
| <b>Prefeitura</b>          |  |                |           |
| <b>Nome:</b>               | <b>Bonfiglio Alves Ferreira</b>                              |                |           |
| <b>Cargo:</b>              | <b>Secretário de Meio Ambiente</b>                           |                |           |
| <b>E-mail:</b>             | <a href="mailto:bonfilio@uol.com.br">bonfilio@uol.com.br</a> |                |           |
| <b>Telefone:</b>           | <b>11 44422291</b>   |                |           |
| <b>Endereço:</b>           | Rua Portugal   | <b>Número:</b> | <b>60</b> |
| <b>Bairro:</b>             | Centro   | <b>CEP:</b>    |           |

|                               |  |                |                  |
|-------------------------------|--|----------------|------------------|
| <b>Município: Carapicuíba</b> |  |                |                  |
| <b>Prefeitura</b>             |  |                |                  |
| <b>Nome:</b>                  | <b>Olímpia Graça de Navasques</b>  |                |                  |
| <b>Cargo:</b>                 | <b>Assessora - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS</b>                    |                |                  |
| <b>E-mail:</b>                | <a href="mailto:meioambiente@carapicuiiba.sp.gov.br">meioambiente@carapicuiiba.sp.gov.br</a> |                |                  |
| <b>Telefone:</b>              | <b>(11) 4164.5417 / (11) 99812.3621 / (11) 96397.4892</b>                                    |                |                  |
| <b>Endereço:</b>              | Av. Presidente Vargas  | <b>Número:</b> | 280              |
| <b>Bairro:</b>                | Vila Caldas  | <b>CEP</b>     | <b>06310-100</b> |
|                               |  |                |                  |
| <b>Nome:</b>                  | <b>Cristiano Ferari</b>  |                |                  |
| <b>Cargo:</b>                 | <b>Secretaria de Obras</b>   |                |                  |
| <b>E-mail:</b>                | <a href="mailto:pmc.semo@yahoo.com.br">pmc.semo@yahoo.com.br</a>                             |                |                  |
| <b>Telefone:</b>              | <b>11) 4181.6490 / (11) 4181.2554</b>  |                |                  |
| <b>Endereço:</b>              |  |                |                  |
| <b>Bairro:</b>                |  |                |                  |

|   |  |                |           |
|---|--|----------------|-----------|
| <b>Município: Cotia</b>   |  |                |           |
| <b>Prefeitura</b>   |  |                |           |
| <b>Nome:</b>  | <b>Alcides Fernandes</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>   | <b>Secretário Adjunto de Obras</b>   |                |           |
| <b>E-mail:</b>  | <a href="mailto:eng.alcides@yahoo.com.br">eng.alcides@yahoo.com.br</a>           |                |           |
| <b>Telefone:</b>  | <b>(11) 4242.2844 / (11) 4616.0466 / (11) 99983.7799</b>                         |                |           |
| <b>Endereço:</b>  | Rua Jorge Caixe  | <b>Número:</b> | 306       |
| <b>Bairro:</b>  | Centro   | <b>CEP:</b>    | 06716-690 |
|   |  |                |           |
| <b>Nome:</b>  | <b>Engª Patricia Marques Machado</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>   | <b>Dir. Depto Áreas Verdes -</b>   |                |           |
| <b>E-mail:</b>  | <a href="mailto:patricia_mmachado@hotmail.com">patricia_mmachado@hotmail.com</a> |                |           |
| <b>Telefone:</b>  |  |                |           |
| <b>Endereço:</b>  |  |                |           |
| <b>Bairro:</b>  |  |                |           |
|   |  |                |           |
| <b>Cooperativa/Associação: COOPERNOVA - Cooperativa de Produção e Coleta de Recicláveis - Cotia Recicla -</b> |  |                |           |
| <b>Nome:</b>  | <b>Marli Monteiro</b>  |                |           |
| <b>Cargo:</b>   | <b>Presidente</b>  |                |           |
| <b>E-mail:</b>  | <b>-</b>   |                |           |
| <b>Telefone:</b>  | <b>(11) 4243.1810</b>  |                |           |
| <b>Endereço:</b>  | Rua Nova Pátria  | <b>Número:</b> | 120       |
| <b>Bairro:</b>  | Jd. Nova Cotia   | <b>CEP:</b>    |           |



|   |   |                |           |
|---|---|----------------|-----------|
| <b>Município: Embu das Artes</b>          |   |                |           |
| <b>Prefeitura</b>                         |   |                |           |
| <b>Nome:</b>                              | <b>João Carlos Piscirilli Ramos</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>                             | <b>Secretário do Meio Ambiente</b>  |                |           |
| <b>E-mail:</b>                            | <a href="mailto:jramos@embu.sp.gov.br">jramos@embu.sp.gov.br</a> ; <a href="mailto:meioambiente@embu.sp.gov.br">meioambiente@embu.sp.gov.br</a> |                |           |
| <b>Telefone:</b>                          | <b>(11) 4785.3523</b>   |                |           |
| <b>Endereço:</b>                          | Rua Andronico dos Prazeres<br>Gonçalves   | <b>Número:</b> | 114       |
| <b>Bairro:</b>                            |   | <b>CEP:</b>    | 06804-200 |
|   |   |                |           |
| <b>Nome:</b>                              | <b>José Ovidio P. Ramos</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>                             | <b>Secretário Adjunto de Desenvolvimento Urbano</b>   |                |           |
| <b>E-mail:</b>                            | <a href="mailto:joseovidio@@embudasartes.sp.gov.br">joseovidio@@embudasartes.sp.gov.br</a>  |                |           |
| <b>Telefone:</b>                          | <b>11) 4785.3522 / 4785.3513</b>  |                |           |
| <b>Endereço:</b>                          |   |                |           |
| <b>Bairro:</b>                            |   |                |           |
|   |   |                |           |
| <b>Cooperativa/Associação: COOPERMAPE</b> |   |                |           |
| <b>Nome:</b>                              | <b>Rosana</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>                             |   |                |           |
| <b>E-mail:</b>                            | <a href="mailto:coopermape@bol.com.br">coopermape@bol.com.br</a>  |                |           |
| <b>Telefone:</b>                          | <b>(11) 4704.2910</b>   |                |           |
| <b>Endereço:</b>                          | Estrada da Cooperativa  | <b>Número:</b> | 795 -     |
| <b>Bairro:</b>                            | Bairro Chapada Rosana   | <b>CEP:</b>    |           |

|   |  |                |           |
|---|--|----------------|-----------|
| <b>Município: Guarulhos</b>   |  |                |           |
| <b>Prefeitura</b>   |  |                |           |
| <b>Nome:</b>  | <b>Suzana Leite Nogueira Karagiannidis</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>   | <b>Gestora</b>   |                |           |
| <b>E-mail:</b>  | <a href="mailto:limpezaurbana@guarulhos.sp.gov.br">limpezaurbana@guarulhos.sp.gov.br</a> |                |           |
| <b>Telefone:</b>  | <b>011 2468-7201</b>   |                |           |
| <b>Endereço:</b>  | Rua Lauro de Gusmão<br>Silveira  | <b>Número:</b> | 580       |
| <b>Bairro:</b>  | Taboão   | <b>CEP:</b>    | 07041-010 |
|   |  |                |           |
| <b>Nome:</b>  | <b>Maria Helena Ribeiro</b>  |                |           |
| <b>Cargo:</b>   | <b>Secretária de Serviços Públicos</b>   |                |           |
| <b>E-mail:</b>  | -  |                |           |
| <b>Telefone:</b>  |  |                |           |
| <b>Endereço:</b>  |  |                |           |
| <b>Bairro:</b>  |  |                |           |
|   |  |                |           |
| <b>Cooperativa/Associação: COOP RECICLAVEL - Cooperativa de Catadores da área de materiais recicláveis de Guarulhos</b> |  |                |           |
| <b>Nome:</b>  | <b>Leiliane de Santana Rocha</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>   |  |                |           |
| <b>E-mail:</b>  | -  |                |           |
| <b>Telefone:</b>  | <b>11 - 2088-0313 ou 2088-8091 e 2441-0619</b>   |                |           |
| <b>Endereço:</b>  | Rua Estrela do Oeste   | <b>Número:</b> | 119       |
| <b>Bairro:</b>  | Vila Barros  | <b>CEP:</b>    | 7140030   |

|   |  |                |           |
|---|--|----------------|-----------|
| <b>Município: Itapequerica da Serra</b> |  |                |           |
| <b>Prefeitura</b>                       |  |                |           |
| <b>Nome:</b>                            | <b>Rodolfo Soares Rosa</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>                           | <b>Chefe Div. de Coleta Seletiva - Secret. Planejamento e Meio Ambiente</b>  |                |           |
| <b>E-mail:</b>                          | <a href="mailto:spma@itapequerica.sp.gov.br">spma@itapequerica.sp.gov.br</a> |                |           |
| <b>Telefone:</b>                        | <b>(11) 4668.9288</b>  |                |           |
| <b>Endereço:</b>                        | Av. Eduardo Roberto Daher  | <b>Número:</b> | 1135      |
| <b>Bairro:</b>                          | Centro   | <b>CEP:</b>    | 06850-040 |
|   |  |                |           |
| <b>Nome:</b>                            | <b>Jorge Viegas</b>  |                |           |
| <b>Cargo:</b>                           | <b>(Secretaria de Meio Ambiente - Div. Educação Ambiental)</b>               |                |           |
| <b>E-mail:</b>                          | -  |                |           |
| <b>Telefone:</b>                        |  |                |           |
| <b>Endereço:</b>                        |  |                |           |
| <b>Bairro:</b>                          |  |                |           |

|  |   |                       |     |
|--|---|-----------------------|-----|
| <b>Município: Itapevi</b>  |   |                       |     |
| <b>Prefeitura</b>  |   |                       |     |
| <b>Nome:</b>   | <b>Evangelista Azevedo Limas</b>  |                       |     |
| <b>Cargo:</b>  | <b>Secretário do Meio Ambiente</b>  |                       |     |
| <b>E-mail:</b>   | <a href="mailto:sma@itapevi.sp.gov.br">sma@itapevi.sp.gov.br</a> ; <a href="mailto:secma@itapevi.sp.gov.br">secma@itapevi.sp.gov.br</a> |                       |     |
| <b>Telefone:</b>   | <b>(11) 4205-4345/ 4205-4347/ 7886-5689</b>   |                       |     |
| <b>Endereço:</b>   | Rua Prof. Irineu Chaluppe   | <b>Número:</b>        | 291 |
| <b>Bairro:</b>   | Centro  | <b>CEP: 06853-180</b> |     |
|  |   |                       |     |
| <b>Cooperativa/Associação: Cooperativa de Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis de Itapevi (CMR Itapevi)</b> |   |                       |     |
| <b>Nome:</b>   | <b>Rosamaria Araújo Santos</b>  |                       |     |
| <b>Cargo:</b>  | <b>Presidente</b>   |                       |     |
| <b>E-mail:</b>   | -   |                       |     |
| <b>Telefone:</b>   | <b>(11) 4205.0735 / (11) 97235.4273</b>   |                       |     |
| <b>Endereço:</b>   | Estrada da Cooperativa  | <b>Número:</b>        | 795 |
| <b>Bairro:</b>   | Bairro da Chapada   | <b>CEP: 06853-180</b> |     |

|  |  |                |           |
|--|--|----------------|-----------|
| <b>Município: Mairiporã</b>  |  |                |           |
| <b>Prefeitura</b>  |  |                |           |
| <b>Nome:</b>   | <b>José Rafael Pinheiro Tostes</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>  | <b>Diretor - Secretaria do Planejamento</b>  |                |           |
| <b>E-mail:</b>   | <a href="mailto:smamairipora@gmail.com">smamairipora@gmail.com</a>                                 |                |           |
| <b>Telefone:</b>   | <b>(11) 4604.2545 / (11) 4604.2324</b>   |                |           |
| <b>Endereço:</b>   | Rua Cardoso Silva  | <b>Número:</b> | 105       |
| <b>Bairro:</b>   | Centro   | <b>CEP:</b>    | 07600-000 |
|  |  |                |           |
| <b>Nome:</b>   | <b>Reinaldo Leal Sost</b>  |                |           |
| <b>Cargo:</b>  |  |                |           |
| <b>E-mail:</b>   | <a href="mailto:so.servicos@prefeituramairipora.gov.br">so.servicos@prefeituramairipora.gov.br</a> |                |           |
| <b>Telefone:</b>   |  |                |           |
| <b>Endereço:</b>   |  |                |           |
| <b>Bairro:</b>   |  |                |           |
|  |  |                |           |
| <b>Cooperativa/Associação: Associação de Catadores de Material Reciclável de Mairiporã</b> |  |                |           |
| <b>Nome:</b>   | <b>Luciano de Oliveira Souza</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>  |  |                |           |
| <b>E-mail:</b>   | -  |                |           |
| <b>Telefone:</b>   | <b>(11) 4818.9041 -</b>  |                |           |
| <b>Endereço:</b>   | Estrada Velha de Bragança Paulista,  | <b>Número:</b> | 921       |
| <b>Bairro:</b>   |  | <b>CEP:</b>    |           |

|  |   |                |           |
|--|---|----------------|-----------|
| <b>Município: Osasco</b>   |   |                |           |
| <b>Prefeitura</b>  |   |                |           |
| <b>Nome:</b>   | <b>Antonio Dias Barroso</b>                                 |                |           |
| <b>Cargo:</b>  | <b>Secretário Adjunto da Secretaria de Serviços e Obras</b> |                |           |
| <b>E-mail:</b>   | <a href="mailto:a_dias@ig.com.br">a_dias@ig.com.br</a>      |                |           |
| <b>Telefone:</b>   | <b>(11) 3652.9504 ou (11) 99627.2423</b>                    |                |           |
| <b>Endereço:</b>   | Rua Bussocaba   | <b>Número:</b> | 100       |
| <b>Bairro:</b>   | Centro  | <b>CEP:</b>    | 06023-020 |
|  |   |                |           |
| <b>Cooperativa/Associação: COOPERNATUZ</b>                               |   |                |           |
| <b>Nome:</b>   | <b>Sueli</b>  |                |           |
| <b>Cargo:</b>  | <b>Presidente</b>   |                |           |
| <b>E-mail:</b>   | -   |                |           |
| <b>Telefone:</b>   | <b>(11) 3601-2696</b>                                       |                |           |
| <b>Endereço:</b>   | Rua Henkel  | <b>Número:</b> | 80        |
| <b>Bairro:</b>   | Pq. Industrial Anhanguera                                   | <b>CEP:</b>    |           |
|  |   |                |           |
| <b>Cooperativa/Associação: COOPERMUNDI - Central Sul</b>                 |   |                |           |
| <b>Nome:</b>   |   |                |           |
| <b>Cargo:</b>  |   |                |           |
| <b>E-mail:</b>   | -   |                |           |
| <b>Telefone:</b>   |   |                |           |
| <b>Endereço:</b>   | Rua Alfredo Benicasa  | <b>Número:</b> | s/nº      |
| <b>Bairro:</b>   | Jd. Iguassú   | <b>CEP:</b>    |           |
|  |   |                |           |
|  |   |                |           |
| <b>Cooperativa/Associação: Núcleo Santa Fé (Associação de catadores)</b> |   |                |           |
| <b>Nome:</b>   | <b>Zuleide</b>  |                |           |
| <b>Cargo:</b>  |   |                |           |
| <b>E-mail:</b>   |   |                |           |
| <b>Telefone:</b>   | <b>(11) 3693.2794</b>                                       |                |           |
| <b>Endereço:</b>   | R. Romeu Ranzini,   | <b>Número:</b> | 23        |
| <b>Bairro:</b>   |   | <b>CEP:</b>    |           |

|                             |  |                |           |
|-----------------------------|--|----------------|-----------|
| <b>Município: São Paulo</b> |  |                |           |
| <b>AMLURB</b>               |  |                |           |
| <b>Nome:</b>                | <b>Herbert Henk Junior</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>               | <b>Diretor de Gestão de Serviços</b>                                       |                |           |
| <b>E-mail:</b>              | <a href="mailto:hhenk@prefeitura.sp.gov.br">hhenk@prefeitura.sp.gov.br</a> |                |           |
| <b>Telefone:</b>            | <b>11 3397-1713</b>  |                |           |
| <b>Endereço:</b>            | Rua Azurita  | <b>Número:</b> | 100       |
| <b>Bairro:</b>              | Canindé  | <b>CEP:</b>    | 03034-050 |

|  |   |                |           |
|--|---|----------------|-----------|
| <b>Município: Vargem Grande Paulista</b> |   |                |           |
| <b>Prefeitura</b>                        |   |                |           |
| <b>Nome:</b>                             | <b>Maurício Alberto Cinto</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>                            | <b>Secretário do Planejamento e Obras</b>   |                |           |
| <b>E-mail:</b>                           | <a href="mailto:arquitetomac@uol.com.br">arquitetomac@uol.com.br</a> ; <a href="mailto:arquiteto.mac@gmail.com">arquiteto.mac@gmail.com</a> |                |           |
| <b>Telefone:</b>                         | <b>(11) 4158.8800</b>   |                |           |
| <b>Endereço:</b>                         | Praça da Matriz   | <b>Número:</b> | 75        |
| <b>Bairro:</b>                           | Centro  | <b>CEP:</b>    | 06730-000 |
|  |   |                |           |
| <b>Nome:</b>                             | <b>Renato Ribeiro</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>                            | <b>Diretor Depto de Obras</b>   |                |           |
| <b>E-mail:</b>                           | -   |                |           |
| <b>Telefone:</b>                         | <b>(11) 4158.1080</b>   |                |           |
| <b>Endereço:</b>                         |   | <b>Número</b>  |           |
| <b>Bairro:</b>                           |   | <b>CEP:</b>    |           |
|  |   |                |           |
| <b>Cooperativa/Associação:</b>           |   |                |           |
| <b>Nome:</b>                             | <b>Cristina Rodrigues do Prado Soares</b>   |                |           |
| <b>Cargo:</b>                            | <b>Presidente</b>   |                |           |
| <b>E-mail:</b>                           | -   |                |           |
| <b>Telefone:</b>                         | <b>(11) 4159.7068 / (11) 96409.4748</b>   |                |           |
| <b>Endereço:</b>                         | Rua Eliana, esq Rua Peri  | <b>Número:</b> |           |
| <b>Bairro:</b>                           |   | <b>CEP:</b>    |           |

# **ANEXO 1**

## **AGENDA DE VISITAS**

| agenda de visitas - municípios RMSP |   |  |  |   |        |
|-------------------------------------|---|--|--|---|--------|
|                                     | 03/set  | 04/set   | 05/set   | 06/set  | 07/set |
| manhã                               |   | 10h00 - Barueri<br>Sr. Nivaldo + Sr. Francisco |  |   |        |
| tarde                               |   |  |  |   |        |
|                                     | 10/set  | 11/set   | 12/set   | 13/set  | 14/set |
| manhã                               |   |  |  | Vargem Grande - 11hs<br>Mauricio Alberto - Pça Matriz,<br>75 - 99659.2499 |        |
| tarde                               |   |  |  |   |        |
|                                     | 17/set  | 18/set   | 19/set   | 20/set  | 21/set |
| manhã                               |   |  | São Paulo - 9h00 - AMLURB -<br>Rua Azurita, 100 - Canindé  |   |        |
| tarde                               | Caieiras - 15h00 - Bonfilio - R.<br>Portugal, 60 - casa 03 - Centro - (11)<br>4442.2012                                 |  | Carapicuíba - 14h30 - Av. Pres.<br>Vargas, 280 - 4164-5413 - Walter<br>Iseri/ Aline Flores               |   |        |
|                                     | 24/set  | 25/set   | 26/set   | 27/set  | 28/set |
| manhã                               | Osasco - 9h00 - Secretaria de Obras<br>- Antonio Dias - Av. Bussocaba, 100<br>- 3652.9504                               |  | Itapeirica - 11h00 Jorge<br>Viegas/Rodolfo (Secret.) -<br>4668.9288 - Av. Eduardo Roberto<br>Daher, 1135 |   |        |
| tarde                               | Embu das Artes - 14h00 - Rua<br>Andronico dos Prazeres Gonçalves,<br>114 - Centro - João Carlos/Patricia -<br>4785.3524 |  | Guarulhos - 14h00 Maria Helena<br>Ribeiro - R. Lauro de Gusmão<br>Silveira, 580 - (11) 2468.7200         |   |        |

| agenda de visitas - municípios RMSP |  |  |   |  |        |
|-------------------------------------|--|--|---|--|--------|
|                                     | 01/out   | 02/out   | 03/out  | 04/out   | 05/out |
| manhã                               | Mairiporã - 09h00 - Rua Cardoso César, 100 - Centro - José Rafael - 4604.2545/2321 | Cotia - 10h30 - R. Jorge Caixe, 306 - Bairro Portão - Patricia | Vargem Gde Paulista - 10h30 - Rua Marajó, 65 - Renato Ribeiro - 4158-1080   |  |        |
| tarde                               |  |  |   |  |        |
|                                     | 15/out   | 16/out   | 17/out  | 18/out   | 19/out |
| manhã                               |  |  | ESSENCIS Soluções Ambientais (Aterro sanitário) - Caieiras/SP   | TECIPAR - Aterro sanitário - Santana de Parnaíba - Sr. Isidoro |        |
| tarde                               |  |  |   |  |        |
|                                     | 22/out   | 23/out   | 24/out  | 25/out   | 26/out |
| manhã                               |  |  | Itapevi - 09h00 Evangelista Azevedo Lima Rua Prof. Irineu Chaluppe, nº 291, Jd Itapevi (rua do Banco do Brasil, próx ITA Shopping) (11) 4205 4345 |  |        |
| tarde                               |  |  | ESTRE Ambiental - Aterro Sanitário - Itapevi - Pedro Filippini  |  |        |



# **ANEXO 2**

**Mensagem enviada aos**

**Gestores Públicos**

**(solicitação de entrevista para resposta ao  
Questionário)**

Prezado Sr. \_\_\_\_\_, boa tarde !!!

Inicialmente, agradeço pelo atendimento prestado por sua assessoria e cumprimento pelos resultados alcançados na gestão local de \_\_\_\_\_.

O Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de avançar na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, está procedendo levantamento de informações sobre o manejo de resíduos sólidos no país, com enfoque nos municípios que declararam, ao IBGE (PNSB - 2008), que dispõem os resíduos coletados em aterros sanitários. Visa, ainda, estabelecer bases para a análise sobre o potencial para fortalecimento e ampliação das ações de coleta seletiva, orientando, inclusive, os investimentos federais para tais finalidades.

Neste sentido, o MMA contratou equipe de Consultores Técnicos para desenvolver o referido levantamento, sendo que estou responsável pelos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (com exceção do ABC).

Assim, pelo exposto, solicito agendamento de entrevista para aplicação de questionário que contempla aspectos relacionados à gestão e ao manejo de resíduos sólidos no município de \_\_\_\_\_, cuja estrutura encaminho anexo a esta mensagem. Esta solicitação foi encaminhada ao Gabinete do Prefeito, conforme cópia do Ofício também anexo a esta mensagem.

O questionário possui cerca de 80 questões, e está dividido em temas específicos, tratando de aspectos jurídico-institucionais, de infraestrutura, além de aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Para tanto, indico as datas de \_\_/\_\_/2012 ou \_\_/\_\_/2012, nos períodos da manhã (a partir das 09hs) ou da tarde (entre 14h e 17hs), como melhor se apresentar a V.Sa e a sua equipe.

Por fim, aproveito para indicar meus contatos e os do Ministério do Meio Ambiente, para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos porventura necessários.

**Consultor: Carlos Henrique A. Oliveira**  
**(11) 99158.8653**  
**end. eletrônico: [yurichan@uol.com.br](mailto:yurichan@uol.com.br)**

**MMA: Depto. de Ambiente Urbano**  
**Ivana Sanches**  
**(61) 2028.2121**  
**end. eletrônico: [ivana.sanches@mma.gov.br](mailto:ivana.sanches@mma.gov.br)**

Mantenho-me no aguardo de retorno com a confirmação de data, horário e local, incluindo a confirmação do recebimento desta mensagem.

Grato mais uma vez pela atenção, abraço e ótima semana

**Carlos Henrique A. Oliveira**  
**Arquiteto Urbanista**  
**Consultor - SRHU/MMA**  
**Skype: [carlos.henri.oliveira](https://www.skype.com/user/carlos.henri.oliveira)**

# **ANEXO 3**

## **Questionários Aplicados aos Municípios**

**BARUERI**

**CAIEIRAS**

**CARAPICUÍBA**

**COTIA**

**EMBU DAS ARTES**



**GUARULHOS**

# **ITAPECERICA DA SERRA**

**ITAPEVI**

**MAIRIPORÃ**

**OSASCO**

**SÃO PAULO**

# **VARGEM GRANDE PAULISTA**

**Anexo XVIII - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30  
DE ABRIL DE 2008 (Revogada pela IN nº 5, de 26 de maio  
de 2017) — Portal de Compras do Governo Federal.pdf**





[Home](#) > [Acesso à informação](#) > [Legislação](#) > [Instruções Normativas revogadas](#) > INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008 (Revogada pela IN nº 5, de 26 de maio de 2017)

# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008 (Revogada pela IN nº 5, de 26 de maio de 2017)

Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não.

Publicado em 16/01/2010 00h00 Atualizado em 04/09/2020 18h45

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [WhatsApp](#) [Link](#)

**Versão compilada da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008** alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009, Instrução Normativa nº 4 de 11 de novembro de 2009, Instrução Normativa nº 5 de 18 de dezembro de 2009, Instrução Normativa nº 6 de 23 de dezembro de 2013, Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014 e Instrução Normativa nº 4 de 19 de março de 2015. **(Revogada pela IN nº 5, de 26 de maio de 2017)**

**A SECRETÁRIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto no 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, no Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, no Acórdão TCU nº 2.798/2010 – Plenário e no Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário, resolve:



Art. 1º Disciplinar a contratação de serviços, continuados ou não, por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Instrução Normativa, são adotadas as definições constantes do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 2º As contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, em harmonia com o planejamento estratégico da instituição, que estabeleça os produtos ou resultados a serem obtidos, quantidades e prazos para entrega das parcelas, quando couber.

Parágrafo único. O planejamento de que trata o caput, quando dispor sobre serviços de natureza intelectual, deverá observar ainda as seguintes diretrizes:

I – (revogado). **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009).**

II – definir papéis e responsabilidades dos atores e áreas envolvidas na contratação, tais como:

- a) ateste dos produtos e serviços;
- b) resolução de problemas;
- c) acompanhamento da execução dos trabalhos;

e) sugestão de aplicação de penalidades;

f) avaliação da necessidade de aditivos contratuais; e

g) condução do processo de repactuação, quando for o caso.

Art. 3º Serviços distintos podem ser licitados e contratados conjuntamente, desde que formalmente comprovado que: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).**

I - o parcelamento torna o contrato técnica, econômica e administrativamente inviável ou provoca a perda de economia de escala; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).**

II - os serviços podem ser prestados por empresa registrada e sob fiscalização de um único conselho regional de classe profissional, quando couber. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).**

Parágrafo único. O órgão não poderá contratar o mesmo prestador para realizar serviços de execução e fiscalização relativos ao mesmo objeto, assegurando a necessária segregação das funções. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).**

Art. 4º A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e

II - a possibilidade de gestão operacional do serviço for compartilhada ou em rodízio, onde as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e a de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada, em que todos venham a assumir tal atribuição.



Parágrafo único. Quando admitida a participação de cooperativas, estas deverão apresentar um modelo de gestão operacional adequado ao estabelecido neste artigo, sob pena de desclassificação.

Art. 5º Não será admitida a contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos cujo estatuto e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

Parágrafo único. Quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, no caso de cooperativa, ou pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição sem fins lucrativos, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

## **DA TERCEIRIZAÇÃO**

Art. 6º Os serviços continuados que podem ser contratados de terceiros pela Administração são aqueles que apóiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão ou entidade, conforme dispõe o Decreto nº 2.271/97.

§ 1º A prestação de serviços de que trata esta Instrução Normativa não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. **(Renumerado pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 2º O objeto da contratação será definido de forma expressa no edital de licitação e no contrato, exclusivamente como prestação

conforme dispõe o art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 3º A contratação deverá ser precedida e instruída com plano de trabalho, aprovado pela autoridade máxima do órgão ou entidade, ou a quem esta delegar competência, e conterà, no mínimo: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009.)**

I - justificativa da necessidade dos serviços; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009.)**

II - relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009.)**

III - demonstrativo de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009.)**

Art.7º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

§ 1º Na contratação das atividades descritas no caput, não se admite a previsão de funções que lhes sejam incompatíveis ou impertinentes.

§ 2º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632/98.

§ 3º As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009.)**



Art. 8º Poderá ser admitida a alocação da função de apoio administrativo, desde que todas as tarefas a serem executadas estejam previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, admitindo-se pela administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas previamente definidas.

Art. 9º É vedada a contratação de atividades que:

I - sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, assim definidas no seu plano de cargos e salários, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal;

II - constituam a missão institucional do órgão ou entidade; e

III - impliquem limitação do exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, exercício do poder de polícia, ou manifestação da vontade do Estado pela emanção de atos administrativos, tais como:

a) aplicação de multas ou outras sanções administrativas;

b) a concessão de autorizações, licenças, certidões ou declarações;

c) atos de inscrição, registro ou certificação; e

d) atos de

CONTEÚDO 1    PÁGINA INICIAL 2    NAVEGAÇÃO 3    BUSCA 4    MAPA DO SITE 5

Art. 10. É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

I - exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

II - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

III - promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

IV - considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

Art. 11. A contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho ou quantidade de horas de serviço quando houver inviabilidade da adoção do critério de aferição dos resultados.

§ 2º Quando da adoção da unidade de medida por postos de trabalho ou horas de serviço, admite-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no instrumento convocatório.

§ 3º Os critérios de aferição de resultados deverão ser preferencialmente dispostos na forma de Acordos de Nível de Serviços, conforme dispõe esta Instrução Normativa e que deverá ser adaptado às metodologias de construção de ANS disponíveis em modelos técnicos especializados de contratação de serviços, quando houver.

§ 4º Para a adoção do Acordo de Nível de Serviço é preciso que exista critério objetivo de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite à Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009.)**

Art. 12. O órgão ou entidade contratante, na contratação de serviços de natureza intelectual ou estratégicos, deverá estabelecer a obrigação da contratada de promover a transição contratual com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

Art. 13. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

## DO PROJETO BÁSICO OU TERMO DE REFERÊNCIA

Art. 14. A contratação de prestação de serviços será sempre precedida da apresentação do Projeto Básico ou Termo de Referência, que deverá ser preferencialmente elaborado por técnico com qualificação profissional pertinente às especificidades do serviço a ser contratado, devendo o Projeto ou o Termo ser justificado e aprovado pela autoridade competente.



Art. 15 O Projeto Básico ou Termo de Referência deverá conter:

I - a justificativa da necessidade da contratação, dispondo, dentre outros, sobre:

- a) motivação da contratação;
- b) benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação;
- c) conexão entre a contratação e o planejamento existente, sempre que possível; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)
- d) agrupamento de itens em lotes, quando houver; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)
- e) critérios ambientais adotados, se houver;
- f) natureza do serviço, se continuado ou não;
- g) inexigibilidade ou dispensa de licitação, se for o caso; e
- h) referências a estudos preliminares, se houver.

II - o objetivo, identificando o que se pretende alcançar com a contratação;

III - o objeto da contratação, com os produtos e os resultados esperados com a execução do serviço;

IV - a descrição detalhada dos serviços a serem executados, e das metodologias de trabalho, nomeadamente a necessidade, a localidade, o horário de funcionamento e a disponibilidade orçamentária e financeira do órgão ou entidade, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, com a definição da rotina de execução, evidenciando:



- a) frequência e periodicidade;
- b) ordem de execução, quando couber; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**
- c) procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, quando for o caso; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**
- d) deveres e disciplina exigidos; e
- e) demais especificações que se fizerem necessárias.

V - a justificativa da relação entre a demanda e a quantidade de serviço a ser contratada, acompanhada, no que couber, dos critérios de medição utilizados, documentos comprobatórios, fotografias e outros meios probatórios que se fizerem necessários;

VI - o modelo de ordem de serviço, sempre que houver a previsão de que as demandas contratadas ocorrerão durante a execução contratual, e que deverá conter os seguintes campos:

- a) a definição e especificação dos serviços a serem realizados;
- b) o volume de serviços solicitados e realizados, segundo as métricas definidas;
- c) os resultados ou produtos solicitados e realizados;

- d) prévia estimativa da quantidade de horas demandadas na realização da atividade designada, com a respectiva metodologia utilizada para a sua quantificação, nos casos em que a única opção viável for a remuneração de serviços por horas trabalhadas;
- e) o cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos;
- f) custos da prestação do serviço, com a respectiva metodologia utilizada para a quantificação desse valor;
- g) a avaliação da qualidade dos serviços realizados e as justificativas do avaliador; e
- h) a identificação dos responsáveis pela solicitação, pela avaliação da qualidade e pela ateste dos serviços realizados, os quais não podem ter nenhum vínculo com a empresa contratada.

VII - a metodologia de avaliação da qualidade e aceite dos serviços executados;

VIII - a necessidade, quando for o caso, devidamente justificada, dos locais de execução dos serviços serem vistoriados previamente pelos licitantes, devendo tal exigência, sempre que possível, ser substituída pela divulgação de fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres;

IX - o enquadramento ou não do serviço contratado como serviço comum para fins do disposto no art. 4º do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005;

X - a unidade de medida utilizada para o tipo de serviço a ser contratado, incluindo as métricas, metas e formas de mensuração adotadas, dispostas, sempre que possível, na forma de Acordo de Níveis de Serviços, conforme estabelece o inciso XVII deste artigo;

XI - o quantitativo da contratação;



XII - o custo estimado da contratação, o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definido da seguinte forma:

- a) por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados; e
- b) por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso.

XIII - a quantidade estimada de deslocamentos e a necessidade de hospedagem dos empregados, com as respectivas estimativas de despesa, nos casos em que a execução de serviços eventualmente venha a ocorrer em localidades distintas da sede habitual da prestação do serviço;

XIV - a produtividade de referência, quando cabível, ou seja, aquela considerada aceitável para a execução do serviço, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço na unidade de medida adotada, levando-se em consideração, entre outras, as seguintes informações:

- a) rotinas de execução dos serviços;
- b) quantidade e qualificação da mão-de-obra estimada para execução dos serviços;
- c) relação do material adequado para a execução dos serviços com a respectiva especificação, admitindo-se,

imprescindível ou a padronização for necessária, recomendando-se que a indicação seja acompanhada da expressão "ou similar", sempre que possível; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

d) relação de máquinas, equipamentos e utensílios a serem utilizados; e

e) condições do local onde o serviço será realizado.

XV – condições que possam ajudar na identificação do quantitativo de pessoal e insumos necessários à execução contratual, tais como:

a) quantitativo de usuários;

b) horário de funcionamento do órgão e horário em que deverão ser prestados os serviços;

c) restrições de área, identificando questões de segurança institucional, privacidade, segurança, medicina do trabalho, dentre outras;

d) disposições normativas internas; e

e) instalações, especificando-se a disposição de mobiliário e equipamentos, arquitetura, decoração, dentre outras.

XVI - deveres da contratada e da contratante;

XVII - o Acordo de Níveis de Serviços, sempre que possível, conforme modelo previsto no anexo II, deverá conter:

a) os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço, especificando-se os indicadores e instrumentos de medição que serão adotados pelo órgão ou entidade contratante;

b) os registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada; e

c) as respectivas adequações de pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas.

XVIII - critérios técnicos de julgamento das propostas, nas licitações do tipo técnica e preço, conforme estabelecido pelo artigo 46 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 16. Na definição do serviço a ser contratado, são vedadas as especificações que:

I - sejam restritivas, limitando a competitividade do certame, exceto quando necessárias e justificadas pelo órgão contratante;

II - direcionem ou favoreçam a contratação de um prestador específico;

III - não representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade, não se admitindo especificações que não agreguem valor ao resultado da contratação ou sejam superiores às necessidades do órgão; e

IV - estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente ou com preços superiores aos de serviços com melhor desempenho.

Art. 17. Quando for adotado o Acordo de Níveis de Serviços, este deverá ser elaborado com base nas seguintes diretrizes:

I - antes da construção dos indicadores, os serviços e resultados esperados já deverão estar claramente definidos e identificados, diferenciando-se as atividades consideradas críticas das secundárias;

II - os indicadores e metas deverão ser estabelecidos de forma objetiva e de modo a serem mensuráveis e verificáveis; e



III - os indicadores devem refletir fatores que estão sob controle do prestador do serviço;

IV - previsão de fatores, fora do controle do prestador, que possam interferir no atendimento das metas;

V - os indicadores deverão ser objetivamente mensuráveis, de preferência facilmente coletáveis, relevantes e adequados à natureza e características do serviço e compreensíveis.

VI - evitar indicadores complexos ou sobrepostos;

VII - as metas devem ser realistas e definidas com base em uma comparação apropriada;

VIII - os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no ANS, observando-se o seguinte:

a) as adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o fornecedor se sujeitará às sanções legais; e

b) na determinação da faixa de tolerância de que trata a alínea anterior, considerar-se-á a relevância da atividade, com menor ou nenhuma margem de tolerância para as atividades consideradas críticas.

IX - o não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não críticos, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

## DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Art. 18. Os instrumentos convocatórios de licitação e os atos relativos à dispensa ou inexigibilidade de licitação, bem como os contratos deles decorrentes, observarão, além das disposições contidas na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto nº 2.271/97 e no Decreto nº 6.204/2007, o disposto nesta Instrução Normativa e serão adaptados às especificidades de cada caso.



Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber:

I - disposição específica que garanta que as atividades de solicitação, avaliação e atestação dos serviços não sejam realizadas pela mesma empresa contratada para a realização dos serviços, mediante a designação de responsáveis, devidamente qualificados para as atividades e sem vínculo com a empresa, e que deverão ser, preferencialmente, servidores do órgão ou entidade contratante;

II - cláusula específica para vedar a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como a de executor e fiscalizador, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens, e estabelecendo a ordem de adjudicação entre eles; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

III - o modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme Anexo III desta Instrução Normativa, o qual constituirá anexo do ato convocatório e deverá ser preenchido pelos proponentes;

IV - a exigência de realização de vistoria pelos licitantes, desde que devidamente justificada no projeto básico, a ser atestada por meio de documento emitido pela Administração;

V - as exigências de apresentação e condições de julgamento das propostas;

VI - requisitos de habilitação dos licitantes;



VII - nas licitações tipo "técnica e preço", os critérios de julgamento para comprovação da capacidade técnica dos licitantes;

VIII - o prazo de vigência contratual, prevendo, inclusive, a possibilidade de prorrogação, quando couber;

IX - a exigência da indicação, quando da apresentação da proposta, dos acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço, quando for o caso; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

X - a forma como será contada a periodicidade para a concessão das repactuações, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme definido nos artigos 37 a 41-B desta Instrução Normativa; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).**

XI - indicação das sanções cabíveis por eventual descumprimento das obrigações contratuais pactuadas;

XII - a necessidade de adequação dos pagamentos ao atendimento das metas na execução do serviço, com base no Acordo de Níveis de Serviço e nos instrumentos de fiscalização e medição da qualidade definidos no Projeto Básico ou Termo de Referência;

XIII – cláusula, nas contratações de serviços não continuados, prevendo que os pagamentos estarão condicionados à entrega dos produtos atualizados pela contratada, que deverá:

a) manter todas as versões anteriores para permitir o controle das alterações; e

b) garantir a entrega de todos os documentos e produtos gerados na execução, tais como o projeto, relatórios, atas de reuniões, manuais de utilização, etc.

XIV - a possibilidade ou não da participação de cooperativas, nos termos desta Instrução Normativa;



XV - as hipóteses de substituição dos profissionais alocados aos serviços contratados, quando for o caso, nos termos artigo 30, § 10, da 8.666/93, exclusivamente em relação aos profissionais integrantes da equipe técnica que será avaliada; e

XVI – regras que prevejam, nas contratações de serviços não continuados, os seguintes direitos à contratante:

a) o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e

b) os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

XVII – regra estabelecendo que, nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação; (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

XVIII – disposição prevendo que a execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada, quando da contratação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

XIX - exigência de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

a) a contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a cinco por cento do valor total do contrato; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

b) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)**

2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)**

3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

**(Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)**

c) a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b" observada a legislação que rege a matéria; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)**



d) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

e) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento); **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

f) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

g) o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)**

h) a garantia será considerada extinta: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

2. após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

i) o contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)**

j) Revogado; **(Revogado pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)**

k) deverá haver previsão expressa no contrato e seus aditivos de que a garantia prevista no inciso XIX deste artigo somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, desta Instrução Normativa, observada a legislação que rege a matéria. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)**

XX – menção expressa aos dispositivos de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte que serão observados na licitação, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006 e no Decreto nº 6.204, de 2007; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

XXI – a possibilidade de prorrogação contratual para os serviços continuados, respeitado o disposto no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

XXII – o critério de reajuste de preços, observado o disposto no art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 1993; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 26 de dezembro de 2013)**

XXIII – disposição de que a licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5o-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**



XXIV – disposição prevendo condições de habilitação econômico-financeira nos seguintes termos: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um); **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificada conforme redação publicada na página 840 da Seção 1 do DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013)**

c) comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificada conforme redação publicada na página 840 da Seção 1 do DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013)**

d) declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VIII, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma

descrita na alínea "c", observados os seguintes requisitos: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

e) certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

XXV - disposição prevendo condições de habilitação técnica nos seguintes termos: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

a) os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

b) os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

XXVI - disposição que caracterize como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59)**



§ 1º Nas contratações de serviços continuados, o instrumento convocatório poderá estabelecer, como condição para as eventuais repactuações, que o contratado se comprometerá a aumentar a garantia prestada com os valores providos pela Administração e que não foram utilizados para o pagamento de férias.

§ 2º Na definição dos requisitos de habilitação técnica dos licitantes, conforme determina o artigo 30 da Lei nº 8.666, de 1993, ou na definição dos critérios de julgamento da proposta técnica, no caso de licitações tipo técnica e preço, é vedado:

I - exigir ou atribuir pontuação para mais de um atestado comprobatório da experiência do licitante no mesmo critério de avaliação;

II - a pontuação de atestados que foram exigidos para fins de habilitação;

III - exigir ou atribuir pontuação para qualificação que seja incompatível ou impertinente com a natureza ou a complexidade do serviço ou da atividade a ser executada; e

IV - exigir ou atribuir pontuação para a alocação de profissionais de nível e qualificação superior ou inferior aos graus de complexidade das atividades a serem executadas, devendo-se exigir a indicação de profissionais de maior qualificação apenas para as tarefas de natureza complexa; e

V - exigir ou atribuir pontuação para experiência em atividades consideradas secundárias ou de menor relevância para a execução

§ 3º Sendo permitida a participação de cooperativas, o instrumento convocatório deve exigir, na fase de habilitação:

I - a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

II - a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

III - a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

IV - o registro previsto na Lei 5.764, art. 107;

V - a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

VI - os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia que os aprovou;

d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;



VII - a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 4º Para efeito de comprovação do disposto no inciso XXIII, a contratada deverá apresentar cópia do ofício, enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 5º Na contratação de serviços continuados, a Administração Pública poderá exigir do licitante: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

I - comprovação de que tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

II - declaração de que o licitante instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 6º Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos prevista no inciso I do § 5º, será aceito o somatório de atestados. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 7º Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executad

contratados. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificado conforme redação publicada na página 86 da Seção 1 do DOU nº 68, de 9 de abril de 2014)**

§ 8º Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 20 (vinte) postos. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificado conforme redação publicada na página 86 da Seção 1 do DOU nº 68, de 9 de abril de 2014)**

§ 9º Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 10. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 11. Justificadamente, a depender da especificidade do objeto a ser licitado, os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira constantes deste artigo poderão ser adaptados, suprimidos ou acrescidos de outros considerados importantes para a contratação, observado o disposto nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 12 Para a comprovação do disposto nos §§ 7º e 8º, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)**



Art. 19-A. O edital deverá conter ainda as seguintes regras para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

I - previsão de provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, conforme o disposto no Anexo VII desta Instrução Normativa; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

a) (revogado) **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)**

b) (revogado) **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)**

c) (revogado) **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)**

d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

e) - (revogado pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013)

III - previsão de que o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

IV - a obrigação da contratada de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista na alínea "k" do inciso XIX do art. 19 desta Instrução Normativa; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

V - a obrigação da contratada de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

VI - disposição prevendo que a contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

VII - disposição prevendo que a contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

VIII - disposição prevendo que a contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 1º Os valores provisionados na forma do inciso I somente serão liberados para o pagamento das verbas de que trata nas seguintes condições: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**



I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

III - parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

IV - ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 2º Os casos de comprovada inviabilidade de utilização da conta vinculada deverão ser justificados pela autoridade competente. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 3º Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto no inciso III do caput deste artigo, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração possa verificar a realização do pagamento. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 4º O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço



§ 5º Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o inciso V do caput deste artigo pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

Art. 20. É vedado à Administração fixar nos instrumentos convocatórios:

I - o quantitativo de mão-de-obra a ser utilizado na prestação do serviço, devendo sempre adotar unidade de medida que permita a quantificação da mão de obra que será necessária à execução do serviço; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

II - (revogado); **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

III - os benefícios, ou seus valores, a serem concedidos pela contratada aos seus empregados, devendo adotar os benefícios e valores previstos em acordo, dissídio ou convenção coletiva, como mínimo obrigatório, quando houver; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

IV - exigências de fornecimento de bens ou serviços não pertinentes ao objeto a ser contratado sem que exista uma justificativa técnica que comprove a vantagem para a Administração; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

V - exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa;

VI - exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação na licitação, exceto quando a lei exigir a filiação a uma Associação de Classe como condição para o exercício da atividade, como nos casos das profissões regulamentadas em Lei, tais como a advocacia, engenharia, medicina e contabilidade; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**



VII - exigência de comprovação de quitação de anuidade junto a entidades de classe como condição de participação;

VIII - exigência de certidão negativa de protesto como documento habilitatório

IX - a obrigação do contratante de ressarcir as despesas de hospedagem e transporte dos trabalhadores da contratada designados para realizar serviços em unidades fora da localidade habitual de prestação dos serviços que não estejam previstos nem orçados no contrato; e **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

X - quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis, tais como o quantitativo de vale transporte a ser fornecido pela eventual contratada aos seus trabalhadores, ficando a contratada com a responsabilidade de prover o quantitativo que for necessário, conforme dispõe o art. 23 desta Instrução Normativa. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 1º Exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie só serão devidas pelo vencedor da licitação; dos proponentes poder-se-á requisitar tão somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno.

§ 2º O disposto no inciso IX não impede a exigência no instrumento convocatório que os proponentes ofertem preços para as necessidades de deslocamento na prestação do serviço, conforme previsto no inciso XIII do art. 15 desta Instrução Normativa. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

## DAS PROPOSTAS

Art. 21. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório.



caso:

I - os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta, conforme o disposto no instrumento convocatório;

II - os custos decorrentes da execução contratual, mediante o preenchimento do modelo de planilha de custos e formação de preços estabelecido no instrumento convocatório;

III - a indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO;

IV - produtividade adotada, e se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, mas admitida pelo instrumento convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade;

V - a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual; e

VI - a relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação.

Art. 22. Quando permitido no edital, e de acordo com as regras previstas nesta Instrução Normativa, os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida no ato convocatório como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e apresentem justificativa, devendo comprová-las por meio de provas objetivas, tais como:

I - relatórios técnicos elaborados por profissional devidamente registrado nas entidades profissionais competentes compatíveis com o objeto da contratação;

II - manual de fabricante que evidencie, de forma inequívoca, capacidade operacional e produtividade dos equipamentos utilizados;

III - atestado do fabricante ou de qualquer órgão técnico que evidencie o rendimento e a produtividade de produtos ou serviços; e

IV - atestados detalhados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que venham a comprovar e exequibilidade da produtividade apresentada.

Parágrafo único. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Art. 23. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O disposto no caput deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores previsto com o quantitativo de vale transporte. **(Redação dada pela Instrução Normativa 04, de 11 de novembro de 2009)**

§ 2º Caso a proposta apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a contratada, este será reavaliado e a proposta será atualizada de acordo com o resultado da avaliação.

prorrogação



Art. 24. Quando a modalidade de licitação for pregão, a planilha de custos e formação de preços deverá ser entregue e analisada no momento da aceitação do lance vencedor, em que poderá ser ajustada, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

## DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Art. 25. Para a contratação de serviços deverão ser adotados, preferencialmente, os tipos de licitação "menor preço" ou "técnica e preço", ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas na legislação.

Art. 26. A licitação do tipo "menor preço" para a contratação de serviços considerados comuns deverá ser realizada na modalidade Pregão, conforme dispõe o Decreto nº 5.450, de 2005, preferencialmente na forma eletrônica.

Parágrafo único. Em consequência da padronização existente no mercado de TI, a maioria dos bens e serviços de tecnologia da informação estão aderentes a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, sendo, portanto, via de regra, considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

Art. 27. A licitação tipo "técnica e preço" deverá ser excepcional, somente admitida para serviços que tenham as seguintes características:

I - natureza predominantemente intelectual;

II - grande complexidade ou inovação tecnológica ou técnica; ou

III - possam ser executados com diferentes metodologias, tecnologias, alocação de recursos humanos e materiais e:

a) não se conheça previamente à licitação qual das diferentes possibilidades é a que melhor atenderá aos interesses do órgão ou entidade;

b) nenhuma das soluções disponíveis no mercado atenda completamente à necessidade da Administração e não exista consenso entre os especialistas na área sobre qual seja a melhor solução, sendo preciso avaliar as vantagens e desvantagens de cada uma para verificar qual a que mais se aproxima da demanda; ou

c) exista o interesse de ampliar a competição na licitação, adotando-se exigências menos restritivas e pontuando as vantagens que eventualmente forem oferecidas.

§ 1º A licitação tipo "técnica e preço" não deverá ser utilizada quando existir recomendação contrária por parte da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o serviço a ser contratado.

§ 2º A adoção do tipo de licitação descrito no caput deverá ser feita mediante justificativa, consoante o disposto neste artigo.

§ 3º É vedada a atribuição de fatores de ponderação distintos para os índices técnica e preço sem que haja justificativa para essa opção.

Art. 28. As propostas apresentadas deverão ser analisadas e julgadas de acordo com o disposto nas normas legais vigentes, e ainda em consonância com o estabelecido no instrumento convocatório, conforme previsto nos artigos 43, 44, 45, 46 e 48 da Lei nº 8.666, de 1993, e na Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único. Nas licitações tipo "técnica e preço", o julgamento das propostas deverá observar os seguintes procedimentos: [CONTEÚDO](#) 1 [PÁGINA INICIAL](#) 2 [NAVEGAÇÃO](#) 3 [BUSCA](#) 4 [MAPA DO SITE](#) 5



I - o fator qualidade será aferido mediante critérios objetivos, não se admitindo a indicação da entidade certificadora específica, devendo o órgão assegurar-se de que o certificado se refira à área compatível com os serviços licitados;

II - a atribuição de pontuação ao fator desempenho não poderá ser feita com base na apresentação de atestados relativos à duração de trabalhos realizados pelo licitante;

III - é vedada a atribuição de pontuação progressiva a um número crescente de atestados comprobatórios de experiência de idêntico teor;

IV - poderá ser apresentado mais de um atestado relativamente ao mesmo quesito de capacidade técnica, quando estes forem necessários para a efetiva comprovação da aptidão solicitada; e

V - Na análise da qualificação do corpo técnico que executará o serviço, deve haver proporcionalidade entre a equipe técnica pontuável com a quantidade de técnicos que serão efetivamente alocados na execução do futuro contrato.

Art. 29. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contenham vícios ou ilegalidades;

II - não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico ou Termo de Referência;

III - apresentarem preços finais superiores ao valor máximo mensal estabelecido pelo órgão ou entidade contratante no instrumento convocatório;

IV - apresentarem preços que sejam manifestamente inexeqüíveis; e

V - não vierem a comprovar sua exeqüibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentada.



§ 1º Consideram-se preços manifestamente inexeqüíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

§ 2º A inexeqüibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

§ 3º Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exeqüibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

I - questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexeqüibilidade;

II - verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

III - levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

IV - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

V - pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

VI - verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

VII - pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

VIII - verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

IX - levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

X - estudos setoriais;

XI - consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

XII - análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e

XIII - demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

§ 4º Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

§ 5º Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exeqüibilidade da proposta.

Art. 29-A. A análise da exeqüibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 1º O modelo de Planilha de custos e formação de preços previsto no anexo III desta Instrução Normativa deverá ser adaptado às especificidades do serviço e às necessidades do órgão ou entidade contratante, de modo a permitir a identificação de todos os custos envolvidos na execução do serviço. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**



§ 2º Erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 3º É vedado ao órgão ou entidade contratante fazer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exeqüibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

I – (revogado) **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)**

II – (revogado) **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)**

III – (revogado) **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)**

IV – (revogado) **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)**

Art. 29-B. **(Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009)**

§ 1º **(Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)**

I – **(Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)**

II - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

III - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

IV - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

V - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

VI - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

VII - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

VIII - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

IX - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

X - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

XI - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

XII - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

XIII - (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

§ 2º (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)

§ 3º (Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)



## DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS

Art. 30. A duração dos contratos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo, quando for o caso, ser prorrogada até o limite previsto no ato convocatório, observado o disposto no art. 57 da Lei 8.666/93.

§ 1º O prazo mínimo previsto para início da prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada deverá ser o suficiente de modo a possibilitar a preparação do prestador para o fiel cumprimento do contrato.

§ 2º Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

§ 3º A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

§ 4º Nos contratos cuja duração, ou previsão de duração, ultrapasse um exercício financeiro, indicar-se-á o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos ou apostilamentos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura.

Art. 30-A Nas contratações de serviço continuado, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº

§ 1o Os contratos de serviços de natureza continuada poderão ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, quando comprovadamente vantajosos para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

I - os serviços tenham sido prestados regularmente; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

II - a Administração mantenha interesse na realização do serviço; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

III - o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

IV- a contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 2º A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

I - os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**



II - os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE; e **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

III - no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 3º No caso do inciso III do §2º, se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 4º A administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 5º A Administração não poderá prorrogar o contrato quando: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

I - os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento,

6, de 23 de dezembro de 2013)

II – a contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos. **(Incluído dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

## DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 31. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico e fiscal administrativo do contrato. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 1º Além das disposições previstas neste capítulo, a fiscalização contratual dos serviços continuados deverá seguir o disposto no Anexo IV desta Instrução Normativa. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 2º Para efeito desta Instrução Normativa, considera-se: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

I - gestor do contrato: servidor designado para coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

II - fiscal técnico do contrato: servidor designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

III - fiscal administrativo do contrato: servidor designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**



§ 3º A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

Art. 32. Em serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade contratante deve promover reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência ou projeto básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

Parágrafo único. O órgão ou entidade contratante deverá estabelecer ainda reuniões periódicas, de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos por parte do corpo técnico do órgão contratante.

Art. 33. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base no Acordo de Níveis de Serviço, quando houver, previamente definido no ato convocatório e pactuado pelas partes.

§ 1º O prestador do serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

§ 2º O órgão contratante deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

Art. 34 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

I – os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - a satisfação do público usuário.

§ 1º O fiscal ou gestor do contrato ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no contrato informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.



§ 3º O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 5º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos servi



de dezembro de 2013)

3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

3. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

c) entrega, quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**



2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

d) entrega da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;  
e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

II - No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;

e) comprovante da aplicação em Fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e

g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público – OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

§ 6o Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados na alínea "a" do inciso I do § 5o deverão ser apresentados. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**



§ 7o Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas elencados nos incisos I, II e III do § 5o poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 8o A Administração deverá analisar a documentação solicitada na alínea "d" do inciso I do § 5o no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 9o Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial ao Ministério do Trabalho e Emprego. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

Art. 34-A. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

Parágrafo único. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

Art. 35. Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

Parágrafo único. Até que a contratada comprove o disposto no caput, o órgão ou entidade contratante deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no instrumento convocatório e nos incisos IV e V do art. 19-A desta Instrução Normativa. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

## DO PAGAMENTO

Art. 36. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 desta Instrução Normativa e os seguintes procedimentos: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 1º A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

I – **(revogado pela IN 06, de 23 de dezembro de 2013).**

II – da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e

III – **(revogado pela IN 06, de 23 de dezembro de 2013).**

§ 2º **(revogado pela IN 06, de 23 de dezembro de 2013).**

§ 3º O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua apresentação, na inexistência de outra regra contratual.

§ 4º Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$I = (TX/100)$

365

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



§ 5º Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 6º A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

II – deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 7º O pagamento pela Administração das verbas destinadas ao pagamento das férias e 13º (décimo terceiro) dos trabalhadores da contratada deverá ser feito em conta vinculada, conforme previsto no art. 19-A desta Instrução Normativa. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

§ 8º Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

II - contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

## **DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DOS CONTRATOS**

Art. 37. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 1º A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 2º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade

de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 3º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 4º A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

Art. 38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

II - da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

Parágrafo único. **(Revogado pela Instrução Normativa nº 18 de dezembro de 2009)**

Art. 39. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**



Art. 40. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 1º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

§ 2º Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

I - os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

II - as particularidades do contrato em vigência;

III - **(Revogado pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009.)**

IV - a nova planilha com variação dos custos apresentada; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009)**

V – indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009)**

VI - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

§ 3º A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

§ 4º - As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 5º O prazo referido no § 3º ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 6º O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

§ 7º As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

Art. 41. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:



I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§1º. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 2º (revogado). **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 3º (revogado). **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 4º (revogado). **(Revogado pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

Art. 41-A As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio

## Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

Art. 41-B A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666, de 1993. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

## DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Art. 42. Deverão constar do Projeto Básico na contratação de serviços de limpeza e conservação, além dos demais requisitos dispostos nesta IN:

I - áreas internas, áreas externas, esquadrias externas e fachadas envidraçadas, classificadas segundo as características dos serviços a serem executados, periodicidade, turnos e jornada de trabalho necessários etc;

II - produtividade mínima a ser considerada para cada categoria profissional envolvida, expressa em termos de área física por jornada de trabalho ou relação serventes por encarregado; e

III - exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, conforme o disposto no anexo V desta Instrução Normativa.

Art. 43. Os serviços serão contratados com base na Área Física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

Parágrafo único. Os órgãos deverão utilizar as experiências e parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir as produtividades da mão-de-obra, em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à administração pública.



Art. 44 Nas condições usuais serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, não inferiores a:

I - áreas internas: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

a) Pisos acarpetados: 600 m<sup>2</sup>; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

b) Pisos frios: 600 m<sup>2</sup>; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

c) Laboratórios: 330 m<sup>2</sup>; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

d) Almoxarifados/galpões: 1350 m<sup>2</sup>; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

e) Oficinas: 1200 m<sup>2</sup>; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 800 m<sup>2</sup>. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

II - áreas externas: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1200 m<sup>2</sup>; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

b) Varrição de pátios e arruamentos: 6000 m<sup>2</sup>; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

c) Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1200 m<sup>2</sup>; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

d) Pátios e áreas verdes com média frequência: 1200 m<sup>2</sup>; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1200 m<sup>2</sup>; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

f) coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m<sup>2</sup>. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

III - esquadrias externas: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

a) face externa com exposição a situação de risco: 110 m<sup>2</sup>; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

b) face externa sem exposição a situação de risco: 220 m<sup>2</sup>; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

c) face interna: 220 m<sup>2</sup>. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

IV – fachadas envidraçadas: 110 m<sup>2</sup>, observada a periodicidade prevista no Projeto Básico; e **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009)**

V - áreas hospitalares e assemelhadas: 330m<sup>2</sup>. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009)**



§ 1º Nos casos dispostos neste artigo, será adotada a relação de um encarregado para cada trinta serventes, ou fração, podendo ser reduzida a critério da autoridade competente, exceto para o caso previsto no inciso IV deste artigo, onde será adotado um encarregado para cada quatro serventes.

§ 2º Considerar-se-á área externa aquela não edificada, mas integrante do imóvel.

§ 3º Considerar-se-á a limpeza de fachadas envidraçadas, externamente, somente para aquelas cujo acesso para limpeza exija equipamento especial, cabendo ao dirigente do órgão/entidade decidir quanto à oportunidade e conveniência desta contratação.

§ 4º As áreas hospitalares serão divididas em administrativas e médico-hospitalares, devendo as últimas reportarem-se aos ambientes cirúrgicos, enfermarias, ambulatórios, laboratórios, farmácias e outros que requeiram assepsia similar, para execução dos serviços de limpeza e conservação.

§ 5º As produtividades de referência previstas neste artigo poderão ser alteradas por meio de Portaria da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

Art. 45. Nos casos em que a Área Física a ser contratada for menor que a estabelecida para a produtividade mínima de referência estabelecida nesta IN, esta poderá ser considerada para efeito da contratação.

Art. 46. O Anexo V desta IN traz uma metodologia de referência para a contratação de serviços de limpeza e conservação, compatíveis com a produtividade de referência estabelecida nesta IN, podendo ser adaptadas às especificidades da



Art. 47. O órgão contratante poderá adotar Produtividades diferenciadas das estabelecidas nesta Instrução Normativa, desde que devidamente justificadas, representem alteração da metodologia de referência prevista no anexo V e sejam aprovadas pela autoridade competente.

Art. 48. Para cada tipo de Área Física deverá ser apresentado pelas proponentes o respectivo Preço Mensal Unitário por Metro Quadrado, calculado com base na Planilha de Custos e Formação de Preços, contida no Anexo III desta IN.

Parágrafo único. O preço do Homem-Mês deverá ser calculado para cada categoria profissional, cada jornada de trabalho e nível de remuneração decorrente de adicionais legais.

## DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA

Art. 49. Deverá constar do Projeto Básico ou Termo de Referência para a contratação de serviços de vigilância:

I - a justificativa do número e das características dos Postos de Serviço a serem contratados; e

II - os quantitativos dos diferentes tipos de Posto de Vigilância, que serão contratados por Preço Mensal do Posto.

Art. 50. O Posto de Vigilância adotará preferencialmente uma das seguintes escalas de trabalho:

I - 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

II - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; e

III - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**



IV - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

V - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

§ 1º Sempre que possível, o horário de funcionamento dos órgãos e a escala de trabalho dos servidores deverá ser adequada para permitir a contratação de vigilância conforme o disposto neste artigo;

§ 2º Excepcionalmente, desde que devidamente fundamentado e comprovada a vantagem econômica para a Administração, poderão ser caracterizados outros tipos de postos, considerando os acordos, convenções ou dissídios coletivos da categoria.

§ 3º Para cada tipo de Posto de Vigilância, deverá ser apresentado pelas proponentes o respectivo Preço Mensal do Posto, calculado conforme a Planilha de Custos e Formação de Preços, contida no Anexo III, desta Instrução Normativa.

§ 4º Os preços dos postos constantes dos incisos IV e V não poderão ser superiores aos preços dos postos equivalentes previstos nos incisos II e III, observado o previsto no Anexo III desta Instrução Normativa. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

Art. 51. O Anexo VI desta IN traz especificações exemplificativas para a contratação de serviços de vigilância, devendo ser adaptadas às especificidades da demanda de cada órgão ou entidade contratante.

Art. 51-A Os órgãos/entidades da Administração Pública Federal deverão realizar estudos visando otimizar os postos de vigilância

efetiva atribuição o atendimento ao público e definir diferentes turnos, de acordo com as necessidades do órgão ou entidade, para postos de escala 44h semanais, visando eliminar postos de 12 x 36h que ficam ociosos nos finais de semana. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

Art. 51-B – É vedada: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

I - a licitação para a contratação de serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico; ou **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

II - a licitação para a contratação de serviço de brigada de incêndio em conjunto com serviços de vigilância. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

Parágrafo único. Os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52. **(revogado pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013).**

I - **(revogado pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013).**

II - **(revogado pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013).**

III - **(revogado pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013).**

IV - **(revogado pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013).**

V - **(revogado pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013).**

VI - **(revogado pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013).**

VII - **(revogado pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013).**

VIII - **(revogado pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013).**

Art. 53. As licitações em andamento, no que couber, deverão ser adequadas às disposições desta Instrução Normativa.

Art. 54. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, que poderá disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais e expedir normas complementares, em especial sobre as sistemáticas de fiscalização contratual e repactuação, e os eventuais valores máximos ou de referência nas contratações dos serviços.

Art. 55. Fica revogada a Instrução Normativa nº 18, de 22 de dezembro de 1997.

Art. 56. Esta Instrução Normativa entra em vigor no prazo de 60 dias da data de sua publicação.



(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

DEFINIÇÕES DOS TERMOS UTILIZADOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA

I – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS: é o ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

II – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS: benefícios concedidos ao empregado, estabelecidos em legislação, acordo ou convenção coletiva, tais como os relativos a transporte, auxílio alimentação, assistência médica e familiar, seguro de vida, invalidez, funeral, dentre outros.

III – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE: custo necessário para substituir, no posto de trabalho, o profissional que está em gozo de férias ou em caso de suas ausências legais, dentre outros.

IV – CUSTOS INDIRETOS: os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas, tais como os dispêndios relativos a: **(retificado conforme redação publicada na página 86 da Seção 1 do DOU nº 68, de 9 de abril de 2014)**

a) funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, dentre outros;

b) pessoal administrativo;

c) material e equipamentos de escritório;

d) supervisão de serviços; e

e) seguros.

V – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS: custos de mão-de-obra decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, estimados em função das ocorrências verificadas na empresa e das peculiaridades da contratação, calculados mediante incidência percentual sobre a remuneração.

VI – FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO: servidor designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato.

VII – FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO: servidor designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato.

VIII – GESTOR DO CONTRATO: servidor designado para coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual. É o representante da Administração, especialmente designado na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997, para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, devendo informar a Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor soluções para regularização das faltas e problemas observados e sanções que entender cabíveis, de acordo com as disposições contidas nesta Instrução Normativa.

IX – INSUMOS DIVERSOS: uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente

CONTEÚDO 1      PÁGINA INICIAL 2      NAVEGAÇÃO 3      BUSCA 4      MAPA DO SITE 5



X – LUCRO: ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre a remuneração, benefícios mensais e diários, encargos sociais e trabalhistas, insumos diversos e custos indiretos.

XI – ORDEM DE SERVIÇO: documento utilizado pela Administração para solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços, especialmente os de tecnologia de informação, que deverá estabelecer quantidades, estimativas, prazos e custos da atividade a ser executada, e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado.

XII – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS: documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados.

XIII – PRODUTIVIDADE: capacidade de realização de determinado volume de tarefas, em função de uma determinada rotina de execução de serviços, considerando-se os recursos humanos, materiais e tecnológicos disponibilizados, o nível de qualidade exigido e as condições do local de prestação do serviço.

XIV – PRODUTOS ou RESULTADOS: bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem produzidos na execução do serviço contratado.

XV – PROJETO BÁSICO OU TERMO DE REFERÊNCIA: documento que deverá conter os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela Administração, com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço a ser contratado e orientar a execução e a fiscalização contratual.

XVI – PRÓ-LABORE: equivalente salarial a ser pago aos cooperados, pela cooperativa, em contrapartida pelos serviços prestados.



XVII – REMUNERAÇÃO: soma do salário base percebido pelo profissional, em contrapartida pelos serviços prestados, com os adicionais cabíveis, tais como hora extra, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional de tempo de serviço, adicional de risco de vida e demais que se fizerem necessários.

XVIII – RE Pactuação: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

XIX – ROTINA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS: detalhamento das tarefas que deverão ser executadas em determinados intervalos de tempo, sua ordem de execução, especificações, duração e frequência.

XX – SALÁRIO: valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não podendo ser inferior ao estabelecido em acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou lei. Quando da inexistência destes, o valor poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.

XXI – SERVIÇOS CONTINUADOS: serviços cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

XXII – SERVIÇOS NÃO-CONTINUADOS: serviços que têm como escopo a obtenção de produtos específicos em um período pré-determinado.

XXIII – UNIDADE DE MEDIDA: parâmetro de medição adotado pela Administração para possibilitar a quantificação dos serviços e a aferição dos resultados.

ANEXO II

MODELO DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS

| Indicador                                   |           |
|---|-----------|
| Nº + Título do Indicador que será utilizado |           |
| Item  | Descrição |
| Finalidade                                  |           |
| Meta a cumprir                              |           |
| Instrumento de medição                      |           |
| Forma de acompanhamento                     |           |
| Periodicidade                               |           |
| Mecanismo de Cálculo                        |           |
| Início de Vigência                          |           |
| Faixas de ajuste no pagamento               |           |
| Sanções                                     |           |
| Observações                                 |           |



Exemplo de Indicador

Nº 01 Prazo de atendimento de demandas (OS).

| Item                          | Descrição   |
|-------------------------------|---|
| Finalidade                    | Garantir um atendimento célere às demandas do órgão.  |
| Meta a cumprir                | 24h   |
| Instrumento de medição        | Sistema informatizado de solicitação de serviços – Ordem de Serviço (OS) eletrônica.                |
| Forma de acompanhamento       | Pelo sistema.   |
| Periodicidade                 | Mensal  |
| Mecanismo de Cálculo          | Cada OS será verificada e valorada individualmente. $N^{\circ}$ de horas no atendimento/24h = X     |
| Início de Vigência            | Data da assinatura do contrato.   |
| Faixas de ajuste no pagamento | X até 1 – 100% do valor da OS<br>De 1 a 1,5 – 90% do valor da OS<br>De 1,5 a 2 – 80% do valor da OS |
| Sanções                       | 20% das OS acima de 2 – multa de XX<br>30% das OS acima de 2 – multa de XX + rescisão contratual    |
| Observações                   |   |



### ANEXO III

#### MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo

Licitação Nº

Dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ às \_\_\_:\_\_\_ horas

#### DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)

B Município/UF

C Ano do acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa em dissídio coletivo

D Número de meses de execução contratual

#### IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

| Tipo de serviço | Unidade de medida | Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) |
|-----------------|-------------------|---|
|-----------------|-------------------|---|



Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

#### ANEXO III-A

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

|   |   |
|---|---|
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) |
|---|---|

|   |  |
|---|--|
| 2 | Salário Normativo da Categoria Profissional              |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano)                     |

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Módulo 1: Composição da remuneração

| 1                    | Composição da remuneração   | Valor (R\$) |
|----------------------|-----------------------------|-------------|
| A                    | Salário base                |             |
| B                    | Adicional de periculosidade |             |
| C                    | Adicional de insalubridade  |             |
| D                    | Adicional noturno           |             |
| E                    | Hora noturna adicional      |             |
| F                    | Adicional de hora extra     |             |
| G                    | Outros (especificar)        |             |
| TOTAL DA REMUNERAÇÃO |                             |             |



Módulo 2: Benefícios mensais e diários

| 2 | Benefícios mensais e diários                            | Valor (R\$) |
|---|---|-------------|
| A | Transporte  |             |
| B | Auxílio alimentação (vales, cesta básica, entre outros) |             |
| C | Assistência médica e familiar                           |             |



|  |                                     |
|--|-------------------------------------|
| D  | Auxílio creche                      |
| E  | Seguro de vida, invalidez e funeral |
| F  | Outros (especificar)                |
| <b>Total de Benefícios mensais e diários</b> |                                     |

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

### Módulo 3: Insumos diversos

| 3                                | Insumos diversos     | Valor (R\$) |
|----------------------------------|----------------------|-------------|
| A                                | Uniformes            |             |
| B                                | Materiais            |             |
| C                                | Equipamentos         |             |
| D                                | Outros (especificar) |             |
| <b>Total de Insumos Diversos</b> |                      |             |



Nota: Valores mensais por empregado.

### Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas

#### Submódulo 4.1: Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições:

| 4.1 | Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições | Percentual (%) | Valor (R\$) |
|-----|---|----------------|-------------|
| A   | INSS  |                |             |
| B   | SESI ou SESC  |                |             |

|       |                             |  |  |
|-------|-----------------------------|--|--|
| C     | SENAI ou SENAC              |  |  |
| D     | INCRA                       |  |  |
| E     | Salário educação            |  |  |
| F     | FGTS                        |  |  |
| G     | Seguro acidente do trabalho |  |  |
| H     | SEBRAE                      |  |  |
| Total |                             |  |  |

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: Percentuais incidentes sobre a remuneração.

#### Submódulo 4.2: 13º (décimo terceiro) salário



| 4.2      | 13º (décimo terceiro) salário  | Valor (R\$) |
|----------|--|-------------|
| A        | 13º (décimo terceiro) salário  |             |
| Subtotal |  |             |
| B        | Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre 13º (décimo terceiro) salário |             |
| Total    |  |             |

#### Submódulo 4.3: Afastamento Maternidade

| 4.3 | Afastamento Maternidade | Valor (R\$) |
|-----|-------------------------|-------------|
|-----|-------------------------|-------------|

|       |  |  |
|-------|--|--|
| A     | Afastamento Maternidade  |  |
| B     | Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade |  |
| TOTAL |  |  |

#### Submódulo 4.4: Provisão para rescisão

| 4.4   | Provisão para rescisão   | Valor (R\$) |
|-------|--|-------------|
| A     | Aviso prévio indenizado  |             |
| B     | Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado                         |             |
| C     | Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado |             |
| D     | Aviso prévio trabalhado  |             |
| E     | Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado |             |
| F     | Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado |             |
| Total |  |             |



#### Submódulo 4.5: Custo de reposição do profissional ausente

| 4.5 | Composição do custo de reposição do profissional ausente | Valor (R\$) |
|-----|--|-------------|
| A   | Férias e terço constitucional de férias                  |             |
| B   | Ausência por doença                                      |             |

|          |   |  |
|----------|---|--|
| C        | Licença paternidade   |  |
| D        | Ausências legais  |  |
| E        | Ausência por acidente de trabalho   |  |
| F        | Outros (especificar)  |  |
| Subtotal |   |  |
| G        | Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente |  |
| Total    |   |  |

#### Quadro-Resumo do Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas

| 4     | Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas             | Valor (R\$) |
|-------|---|-------------|
| 4.1   | Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições |             |
| 4.2   | 13º (décimo-terceiro) salário                         |             |
| 4.3   | Afastamento maternidade                               |             |
| 4.4   | Custo de rescisão                                     |             |
| 4.5   | Custo de reposição do profissional ausente            |             |
| 4.6   | Outros (especificar)                                  |             |
| Total |   |             |



#### Módulo 5: Custos indiretos, tributos e lucro

| 5 | Custos indiretos, tributos e lucro     | Percentual (%) | Valor (R\$) |
|---|--|----------------|-------------|
| A | Custos indiretos                       |                |             |
| B | Lucro                                  |                |             |
| C | Tributos                               |                |             |
|   | B.1. Tributos federais (especificar)   |                |             |
|   | B.2. Tributos estaduais (especificar)  |                |             |
|   | B.3. Tributos municipais (especificar) |                |             |
|   | <b>Total</b>                           |                |             |

Nota 1: Custos indiretos, tributos e lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.



#### Anexo III-B

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

#### Quadro-Resumo do custo por empregado

|   | Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)         | (R\$) |
|---|---|-------|
| A | Módulo 1 – Composição da remuneração                                      |       |
| B | Módulo 2 – Benefícios mensais e diários                                   |       |
| C | Módulo 3 – Insumos diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros) |       |
| D | Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas                                |       |
|   | Subtotal (A + B +C+ D)  |       |

## Valor total por empregado

(retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59)

## Anexo III-C

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

## Quadro-Resumo do valor mensal dos serviços

| Tipo de serviço (A)                     |                      | Valor proposto por empregado (B) | Qtde. de empregados por posto (C) | Valor proposto por posto (D) = (B x C) | Qtde. de postos (E) | Valor total do serviço (F) = (D x E) |
|---|----------------------|----------------------------------|-----------------------------------|--|---------------------|--------------------------------------|
| I                                       | Serviço 1 (indicar)  | R\$                              |                                   | R\$                                    |                     | R\$                                  |
| II                                      | Serviço 2 (indicar)  | R\$                              |                                   | R\$                                    |                     | R\$                                  |
| ...                                     | Serviço .. (indicar) | R\$                              |                                   | R\$                                    |                     | R\$                                  |
| VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II +...) |                      |                                  |                                   |  |                     |                                      |

## Anexo III-D

## Quadro demonstrativo do valor global da proposta

## Valor Global da Proposta

| Descrição |  | Valor (R\$) |
|-----------|--|-------------|
| A         | Valor proposto por unidade de medida * |             |
| B         | Valor mensal do serviço                |             |

C Valor global da proposta

(valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

(retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59).

#### Anexo III-E

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).

Complemento dos serviços de vigilância

#### VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

| ESCALA DE TRABALHO   | PREÇO<br>MENSAL DO<br>POSTO | NÚMERO DE<br>POSTOS | SUBTOTAL<br>(R\$) |
|--|-----------------------------|---------------------|-------------------|
| I. 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante.                                       |                             |                     |                   |
| II. 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.   |                             |                     |                   |
| III. 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. |                             |                     |                   |
| IV. 12 (doze) horas diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas .    |                             |                     |                   |
| V. 12 (doze) horas noturnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas .    |                             |                     |                   |
| Outras (especificar)   |                             |                     |                   |
| Total  |                             |                     |                   |



Nota: Nos casos de inclusão de outros tipos de postos, deve ser observado o disposto no § 2º do art. 50 desta Instrução Normativa.

(retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59).

ANEXO III-F

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

Complemento dos serviços de limpeza e conservação

PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR M² (metro quadrado)

ÁREA INTERNA – (Fórmulas exemplificativas de cálculo para área interna - alíneas "a" e "b" do inciso I do artigo 44; para as demais alíneas, deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada).

|             | (1)                            | (2)             | (1x2)    |
|-------------|--------------------------------|-----------------|----------|
| MÃO DE OBRA | PRODUTIVIDADE                  | PREÇO HOMEM-MÊS | SUBTOTAL |
|             | (1/M²)                         | (R\$)           | (R\$/M²) |
| ENCARREGADO | ____1____<br><br>(30** x 600*) |                 |          |
| SERVENTE    | __1__<br><br>600*              |                 |          |
| TOTAL       |                                |                 |          |



ÁREA EXTERNA – (Fórmulas exemplificativas de cálculo para área externa - alíneas "a", "c", "d" e "e" do inciso II do artigo 44; para as demais alíneas, deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada).

|             | (1)                             | (2)             | (1x2)    |
|-------------|---------------------------------|-----------------|----------|
| MÃO DE OBRA | PRODUTIVIDADE                   | PREÇO HOMEM-MÊS | SUBTOTAL |
|             | (1/M²)                          | (R\$)           | (R\$/M²) |
| ENCARREGADO | ____1____<br><br>(30** x 1200*) |                 |          |



|          |       |  |  |
|----------|-------|--|--|
| SERVENTE | __1__ |  |  |
|          | 1200* |  |  |
| TOTAL    |       |  |  |

**ESQUADRIA EXTERNA** (Fórmulas exemplificativas de cálculo para área externa - alíneas "b" e "c" do inciso III do artigo 44; para as demais alíneas, deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada).

|             | (1)                     | (2)                             | (3)  | (4)                | (5)                             | (4x5)                     |
|-------------|-------------------------|---------------------------------|--|--------------------|---------------------------------|---------------------------|
| MÃO DE OBRA | PRODUTIVIDADE<br>(1/M²) | FREQÜÊNCIA<br>NO MÊS<br>(HORAS) | JORNADA<br>DE<br>TRABALHO<br>NO MÊS<br>(HORAS) | =(1x2x3)<br>Kí**** | PREÇO<br>HOMEM-<br>MÊS<br>(R\$) | SUB-<br>TOTAL<br>(R\$/M²) |
| ENCARREGADO | ___1__<br>30** x 220*   | 16***                           | __1__<br>191,40                                | 0,0000127          |                                 |                           |
| SERVENTE    | _1__<br>220*            | 16***                           | __1__<br>191,40                                | 0,000380           |                                 |                           |



Total

#### FACHADA ENVIDRAÇADA - FACE EXTERNA

|             | (1)                          | (2)                                     | (3)  | (4)                | (5)                             | (4x5)                     |
|-------------|------------------------------|---|--|--------------------|---------------------------------|---------------------------|
| MÃO DE OBRA |                              |   |  |                    |                                 |                           |
|             | PRODUTI-<br>VIDADE<br>(1/M²) | FREQÜÊNCIA<br>NO<br>SEMESTRE<br>(HORAS) | JORNADA DE<br>TRABALHO NO<br>SEMESTRE<br>(HORAS) | =(1x2x3)<br>Ke**** | PREÇO<br>HOMEM-<br>MÊS<br>(R\$) | SUB-<br>TOTAL<br>(R\$/M²) |
| ENCARREGADO | ____1____<br>4** x 110*      | 8***                                    | ___1___<br>1.148,4                               | 0,0000158          |                                 |                           |
| SERVENTE    | _1__<br>110*                 | 8***                                    | ___1___<br>1.148,4                               | 0,0000633          |                                 |                           |
| Total       |                              |   |  |                    |                                 |                           |



#### ÁREA MÉDICO-HOSPITALAR E ASSEMBLHADOS

|             | (1)                      | (2)                      | (1x2)                |
|-------------|--------------------------|--------------------------|----------------------|
| MÃO DE OBRA | PRODUTIVIDADE<br>(1/M²)  | PREÇO HOMEM-MÊS<br>(R\$) | SUBTOTAL<br>(R\$/M²) |
| ENCARREGADO | ____1____<br>30** x 330* |                          |                      |

SERVENTE                    1\_\_  
330\*

Total

\* Caso as produtividades mínimas adotadas sejam diferentes, estes valores das planilhas, bem como os coeficientes deles decorrentes (Ki e Ke), deverão ser adequados à nova situação.

\*\* Caso a relação entre serventes e encarregados seja diferente, os valores das planilhas, bem como os coeficientes deles decorrentes (Ki e Ke), deverão ser adequados à nova situação.

\*\*\* Frequência sugerida em horas por mês. Caso a frequência adotada, em horas, por mês ou semestre, seja diferente, os valores, bem como os coeficientes deles decorrentes (Ki e Ke), deverão ser adequados à nova situação.

## VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

### TIPO DE ÁREA

PREÇO MENSAL UNITÁRIO

ÁREA

SUBTOTAL

(R\$/ M²)

(M²)

(R\$)



I - Área Interna

II - Área Externa

III - Esquadria Externa

IV - Fachada Envidraçada

V - Área Médico-Hospitalar

Outras (especificar)

TOTAL

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

## Guia de Fiscalização dos Contratos de Prestação de Serviços com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra

### 1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada)

1.1. Deve ser elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão ou entidade, divididos por contrato, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas.

1.2. A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, será feita por amostragem. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos contratos de trabalho.

1.3. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo.



1.4. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT.

1.5. Devem ser consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para as empresas terceirizadas (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito).

1.6. Deve ser verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

1.7. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação, devidamente autenticada:

a) relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada; e

c) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

### 2. Fiscaliz

2.1 Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de onze por cento sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço.

2.2. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

2.3 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito – CND, junto ao INSS, a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

### 3. Fiscalização diária

3.1 Devem ser evitadas ordens diretas da Administração dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

3.2 Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva do empregador.

3.3 Conferir por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

### 4. Fiscalização especial

4.1 É necessário observar a data-base da categoria prevista na CCT. Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos, devendo ser verificada pelo gestor do contrato a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, observado o disposto no art. 40 desta Instrução Normativa, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.



4.2 A Administração precisa se certificar de que a empresa observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados.

4.3 A Administração precisa se certificar de que a empresa respeita a estabilidade provisória de seus empregados (cipeiro, gestante, e estabilidade acidentária).

### 5. Fiscalização por amostragem

5.1 A administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes.

5.2 A administração deverá solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados os extratos da conta do FGTS, devendo os mesmos ser entregues à Administração.

5.3 O objetivo é que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano (sem que isso signifique que a análise não possa ser realizada mais de uma vez em um mesmo empregado), garantindo assim o "efeito surpresa" e o benefício da expectativa do controle;

5.4 A contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela administração, por amostragem, quaisquer dos seguintes documentos:

5.4.1 Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante, cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante, cópia(s) do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) relativo(s) a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia(s) de recibo(s) de depósito(s) bancário(s);

5.4.2 Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

## 6. Fiscalização quando da extinção ou rescisão dos contratos

6.1 A contratada deverá entregar, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), cópias autenticadas dos documentos abaixo relacionados:

6.1.1 termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.1.2 guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente às rescisões contratuais;

6.1.3 extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.1.4 exames médicos demissionais dos empregados dispensados.



6.2 A contratada poderá optar pela entrega de cópias não autenticadas, desde que acompanhadas de originais para conferência no local de recebimento.

## 7. Providências em caso de indícios de irregularidade

7.1 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra deverão oficiar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB.

7.2 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento do FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

### ANEXO V

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

# METODOLOGIA DE REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

## ÁREAS INTERNAS

### 1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados pelo contratado na seguinte frequência:

#### 1.1 DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

1.1.1 Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.

1.1.2. Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes;

1.1.3 Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;

1.1.4 Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;

1.1.5 Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;

1.1.6 Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

1.1.7 Varrer os pisos de cimento;

1.1.8 Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;

1.1.9 Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;

1.1.10. Limpar os elevadores com produtos adequados;

1.1.11 Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;

1.1.12 Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente;

1.1.13 Limpar os corrimãos;

1.1.14 Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração; e

1.1.15 Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

## **1.2 DIARIAMENTE, DUAS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

1.2.1 Efetuar a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante;

1.2.2 Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas; e

1.2.3 Retirar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração.

## **1.3 SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

1.3.1 Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

1.3.2 Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;

1.3.3 Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados à óleo ou verniz sintético;

1.3.4 Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;



- 1.3.5 Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- 1.3.6 Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- 1.3.7 Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- 1.3.8 Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- 1.3.9 Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral; e
- 1.3.10 Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

#### **1.4 SEMANALMENTE, DUAS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

- 1.4.1 Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool.

#### **1.5 MENSALMENTE, UMA VEZ:**

- 1.5.1 Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- 1.5.2 Limpar forros, paredes e rodapés;
- 1.5.3 Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- 1.5.4 Limpar persianas com produtos adequados;
- 1.5.5 Remover manchas de paredes;
- 1.5.6 Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.); e
- 1.5.7 Efetuar revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.



#### **1.6 ANUALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

- 1.6.1 Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;
- 1.6.2 Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias; e

#### **1.7 ANUALMENTE, DUAS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO:**

- 1.7.1 Lavar as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.

## **ESQUADRIAS EXTERNAS**

### **2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão executados pela contratada na seguinte frequência:

#### **2.1 QUINZENALMENTE, UMA VEZ:**



2.1.1 Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando produtos anti-embaçantes.

## 2.2 SEMESTRALMENTE, UMA VEZ:

2.2.1 Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando produtos anti-embaçantes.

## ÁREAS EXTERNAS

### 3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados pela contratada na seguinte frequência:

#### 3.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

3.1.1. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;

3.1.2. Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

3.1.3. Varrer as áreas pavimentadas;

3.1.4 Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente.

3.1.5 Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.



#### 3.2 DIARIAMENTE, DUAS VEZES, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

3.2.1. Retirar o lixo, duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração.

#### 3.3. SEMANALMENTE, UMA VEZ:

3.3.1. Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);

3.3.2. Lavar com detergente, encerar e lustrar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

3.3.3. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes; e

3.3.4. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

#### 3.4. MENSALMENTE, UMA VEZ:

3.4.1 Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento; e

3.4.2 Efetuar a manutenção e limpeza das áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento, incluindo a limpeza das áreas que estejam il

3.4.2.1 Os serviços de paisagismo com jardinagem, adubação, aplicação de defensivos agrícolas não integram a composição de preços contemplados por esta Instrução Normativa, devendo receber tratamento diferenciado.

#### 4. DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

São substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água, compreendendo:

4.1 Desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;

4.2 Detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;

4.3 São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, à entrega, ao consumo e à fiscalização.

#### 5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, dos saneantes domissanitários, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza dos prédios e demais atividades correlatas, obriga-se a:

5.1 assumir responsabilidade integral pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

5.2 selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas CTPS;



5.3 manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a notificação, qualquer empregado cuja conduta seja tida como inconveniente pela Administração;

5.4 manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

5.5 manter sediados junto à Administração, durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

5.6. manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e substituir os danificados em até vinte e quatro horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

5.7. identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, entre outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;

5.8. implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;

5.9. nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, os quais devem permanecer no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

5.10. responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

5.11. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

5.12. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, as normas de segurança da Administração;

5.13. instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

5.14. registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

5.15. fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

5.16. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, em qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.17. adotar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

5.18. executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração;

5.19 adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

5.19.1 racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

5.19.2 substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

5.19.3 uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

5.19.4 racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

5.19.5 destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

5.19.6 utilização, na lavagem de pisos, sempre que possível, de água de reuso ou outras fontes (águas de chuva e poços), desde que certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros;

5.19.7 treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e



5.19.8 observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.20 desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente;

5.21 conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

5.22 encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada.

5.23 observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa no 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

## 6. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração obriga-se a:

6.1. exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei no 8.666, de 1993;

6.2. disponibilizar instalações sanitárias;

6.3. disponibilizar vestiários com armários guarda-roupas; e

6.4. destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

## 7. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo, para isso:

7.1. ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

7.2. examinar as CTPS dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional; e

7.3. solicitar à contratada a substituição de qualquer saneante domissanitário ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou, ainda, que não atendam às necessidades da Administração.



Os serviços de limpeza e conservação serão prestados nas dependências das instalações da Administração, conforme Tabelas de Locais constantes de anexo próprio.

## ANEXO VI

# METODOLOGIA DE REFERÊNCIA DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

## 1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. A prestação dos serviços de vigilância, nos Postos fixados pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão-de-obra capacitada para:

1.1.1. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

1.1.2. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;

1.1.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;

1.1.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

1.1.5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre portões fechados;



1.1.6. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

1.1.7. Comunicar à área de segurança da Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;

1.1.8. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

1.1.9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa à executar;

1.1.10. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;

1.1.11. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;

1.1.12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

1.1.13. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

1.1.14. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

1.1.15. Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;

1.1.16. Manter o(s) vigilante(s) no Posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

1.1.17. Registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços,.

1.2. A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridos, pela contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

## **1. 2. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.**

2.1. Comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

2.2. Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos respectivos Postos relacionados no anexo Tabela de Locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto conforme o estabelecido;

2.3. Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

Calça

Camisa de mangas compridas e curtas

Cinto de Nylon

Sapatos

Meias

Quepe com emblema

Jaqueta de frio ou Japona

Capa de chuva

Crachá

Revólver calibre 38

Munição calibre 38

Distintivo tipo Broche

Livro de Ocorrência

Cassetete

Porta Cassetete

Apito

Cordão de Apito

Lanterna 3 pilhas

Pilha para lanterna;

2.3.1. A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;

2.4. Apresentar à Administração a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos;

2.5. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;

2.6. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;



2.7. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação dos Postos, nos regimes contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

2.8. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da Administração;

2.9. Efetuar a reposição da mão-de-obra nos Postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

2.10. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma;

2.11. Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão-de-obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

2.12. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

2.13. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nos Postos das instalações onde houver prestação dos serviços;

2.14. Os supervisores da contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os Postos no mínimo 01 (uma) vez por semana, em dias e períodos (diurno 07h/15h e noturno 15h/23h) alternados;

2.15. A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema.

### 3. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A fiscalização da Administração terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da contratada;

3.2. A fiscalização da Administração não permitirá que a mão-de-obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

### 4. TABELA DE ENDEREÇOS

Os serviços de vigilância serão prestados nas dependências das instalações da Administração, conforme Tabela de Locais constantes de anexo próprio.

## ANEXO VII

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)

1. As provisões realizadas pela Administração contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata este Anexo, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e serão depositados pela Administração em conta vinculada, doravante, denominada conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço.



1.1 A movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade contratante e será feita exclusivamente para o pagamento das obrigações a seguir:

1.1.1 O montante dos depósitos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

I - 13o (décimo terceiro) salário;

II - férias e um terço constitucional de férias;

III - multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

IV - encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.

1.2 O órgão ou entidade contratante deverá firmar Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, cuja minuta se constituirá anexo do Edital, o qual determinará os termos para a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

1.3 O Termo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Contrato Administrativo, e/ou aos procedimentos internos da Instituição Financeira, nos termos deste Anexo.



2. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o órgão ou entidade contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

2.1. solicitação do órgão ou entidade contratante, mediante ofício, de abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, conforme disposto no item 1;

2.2. assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, de termo de autorização que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização do órgão contratante, nos termos do Anexo IX desta Instrução Normativa.

3. O saldo da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido no respectivo Termo de Cooperação Técnica.

3.1 Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no item 3 deste Anexo implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

4. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem 1.1.1, retidos por meio da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

5. Os editais deverão conter expressamente as regras previstas neste Anexo e documento de autorização para a criação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, que deverá ser assinado pela contratada, nos termos do art. 19-A desta Instrução Normativa.

6. Os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal poderão negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.



7. Os editais deverão informar aos proponentes que, em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

7.1 Os recursos atinentes à cobrança de tarifa bancária para operacionalização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação poderão ser previstos na proposta da licitante.

7.2 Os editais deverão informar o valor total/global ou estimado das tarifas bancárias de modo que tal parcela possa constar da planilha apresentada pelos proponentes.

8. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos neste Anexo ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

8.1 Para a liberação dos recursos em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

8.2 Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o órgão ou entidade contratante expedirá a autorização para a movimentação.

- Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 8.3 A autorização de que trata o item 8.2 deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
9. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
10. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
11. A Administração poderá utilizar como referência para fins de provisão dos encargos sociais e trabalhistas o modelo de Planilha disponível no Portal de Compras do Governo Federal (Compras Governamentais), devendo adaptá-lo às especificidades dos serviços a ser contratados.
12. Os valores provisionados para atendimento do subitem 1.1.1 serão discriminados conforme tabela a seguir:

| RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS   |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO   |  |  |  |  |
| ITEM   |  |  |  |  |
| 13o (décimo terceiro) salário  |  | 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)             |  |  |
| Férias e 1/3 Constitucional  |  | 12,10% (doze vírgula dez por cento)                      |  |  |
| Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado     |  | 5,00 % (cinco por cento)                                 |  |  |
| Subtotal   |  | 25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento) |  |  |
| Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13o (décimo terceiro) salário* |  | 7,39%<br>(sete vírgula trinta e nove por cento)          | 7,60%<br>(sete vírgula seis por cento)             | 7,82%<br>(sete vírgula oitenta e dois por cento)       |
| Total  |  | 32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)  | 33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento) | 33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento) |

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

ANEXO VIII

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

| Nome do Órgão/Empresa     | Vigência do Contrato | Valor total do Contrato |
|---------------------------|----------------------|-------------------------|
| _____                     | _____                | _____                   |
| _____                     | _____                | _____                   |
| _____                     | _____                | _____                   |
| _____                     | _____                | _____                   |
| Valor total dos Contratos |                      | R\$_____                |



Local e data

\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 19, INCISO XXIV, ALÍNEA D, ITENS 1 E 2, DA IN Nº 2/2008, ALTERADA PELA IN Nº 6/2013.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 >1

Valor total dos contratos

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE – e a declaração apresentada seja superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100 =$$

Valor da Receita Bruta

## ANEXO IX

(Incluída pela Instrução Normativa nº 3, de 24 de junho de 2014)

### MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO \_\_\_\_\_ (ÓRGÃO / ENTIDADE) E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA \_\_\_\_\_, VISANDO À OPERACIONALIZAÇÃO DA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A SEREM PAGOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MP Nº 2, DE 30 DE ABRIL DE 2008, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A UNIÃO, por intermédio do \_\_\_\_\_, (informar o órgão) estabelecido(a) \_\_\_\_\_, (endereço completo), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_, por meio da Coordenação \_\_\_\_\_, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, (data) publicada no D.O.U. de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, (data) neste ato, representado(a) pelo(a) \_\_\_\_\_ (cargo), Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, nomeado(a) pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data), publicada no D.O.U. de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data), doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e, de outro lado, a **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, \_\_\_\_\_, estabelecido(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominado(a) **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, neste ato, representado(a) pelo seu \_\_\_\_\_ (cargo), Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, têm justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

## DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho.

2. **Prestador de Serviços** - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

3. **Rubricas** – itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

4. **Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação** – cadastro em nome do **Prestador dos Serviços** de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

5. **Usuário(s)** – servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.



6. **Partícipes** – referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de **contas-depósitos** específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada **Contrato** será aberta uma **conta-depósito vinculada** em nome do **Prestador de Serviços** do **Contrato**.


2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, pagos ao **Prestador de Serviços** dos **Contratos** e será denominada **conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação**.

3. A movimentação dos recursos na **conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação** será providenciada exclusivamente à ordem da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e abre conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.
4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, contendo o número da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços. 
5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.
6. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
7. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.
8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração Pública Federal via meio eletrônico.
9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema e

9.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

9.1.1. O acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL às contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

9.1.2. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação – serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.


9.1.3. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.

2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração Pública, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação**. 

3. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação** ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

4. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação** ou movimentá-los por meio eletrônico.

5. Comunicar ao **Prestador de Serviços**, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação**, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.

6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das **contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação**.
7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.
10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
12. Comunicar tempestivamente à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA** possam vistoriar o *hardware* e *software* utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento.
14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.



## CLÁUSULA QUINTA

### DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

1. Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL



2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.
5. Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços.
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.
7. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

## CLÁUSULA SEXTA

### DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

## CLÁUSULA SÉTIMA

### DA VIGÊNCIA



O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

## CLÁUSULA OITAVA

### DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

## CLÁUSULA NONA

### DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste instrumento como um todo, único e indivisível.

## CLÁUSULA DÉCIMA

### DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer

administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

## DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de\_\_\_\_\_.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Local. de de 20

Assinatura do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
FEDERAL

Assinatura do representante da INSTITUIÇÃO  
FINANCEIRA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF



Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social:\_\_\_\_\_

Nome Personalizado: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_

Assinatura do

Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal

ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Senhor \_\_\_\_\_,

Em atenção ao Ofício \_\_\_\_\_ informamos que o representante legal da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, deverá comparecer à agência \_\_\_\_\_ para assinar o contrato da abertura de conta-dépósito vinculada – bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº 2, de 30 de abril de 2008, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº \_\_\_\_\_.



Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ firmado com a Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

\_\_\_\_\_

Gerente

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Endereço

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

\_\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Senhor,

Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada à empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, na Agência \_\_\_\_\_, da Instituição Financeira \_\_\_\_\_, prefixo \_\_\_\_\_, destinada a receber os créditos ao amparo da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, da SLTI/MP:

Agência : \_\_\_\_\_

Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: \_\_\_\_\_

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio \_\_\_\_\_.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_

Gerente

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/20\_\_ - \_\_\_\_\_

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_



A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ \_\_\_\_\_ da conta nº \_\_\_\_\_ da agência nº \_\_\_\_\_ de titularidade de \_\_\_\_\_.

(nome do proponente)

Inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte conta-depósito:

| Instituição Financeira | Agência | Conta | CPF /CNPJ |
|------------------------|---------|-------|-----------|
| _____                  | _____   | _____ | _____     |
| _____                  | _____   | _____ | _____     |

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_

Assinatura do

Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal/ou

servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº \_\_\_\_\_ (número sequencial)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Senhor \_\_\_\_\_,

(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_/20\_\_ – \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_, informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – de nº \_\_\_\_\_, da agência nº \_\_\_\_\_, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte conta-depósito:

CREDITAR

| Instituição Financeira | Agência | Conta | CPF /CNPJ |
|------------------------|---------|-------|-----------|
|------------------------|---------|-------|-----------|



Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)

Nº da Agência da Instituição Financeira

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência \_\_\_\_\_ da Instituição Financeira \_\_\_\_\_

(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº \_\_\_\_\_ – bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. Este documento constitui parte integrante do processo de prestação de contas e de movimentações financeiras.

Atenciosamente,

-----

(local e data)

-----

Assinatura do titular da conta-depósito

Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/20\_\_ - \_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:



| CPF   | Nome  | Documento/Poderes |
|-------|-------|-------------------|
| _____ | _____ | _____             |
| _____ | _____ | _____             |
| _____ | _____ | _____             |
| _____ | _____ | _____             |
| _____ | _____ | _____             |

Atenciosamente,

-----

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou  
do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Ofício nº \_\_\_\_/20\_\_ - \_\_\_\_

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

A(o) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pela Administração Pública Federal)

Senhor Sócio-Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, pertencente ao CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, na Agência nº \_\_\_\_\_, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA \_\_\_\_\_, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta - depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula\_\_\_\_\_ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Compartilhe:

[f](#)[X](#)[in](#)[📞](#)[🔗](#)



## Serviços que você acessou

 JULHO

|                |   |                            |                                 |
|----------------|---|----------------------------|---------------------------------|
| Consultar CNPJ | Registrar-se como Estrangeiro no Brasil | Prorrogar Estada no Brasil | Obter Autorização de Residência |
|----------------|---|----------------------------|---------------------------------|

**Anexo XIX - DECRETO N° 58.701, DE 04 DE ABRIL DE  
2019.pdf**



**DECRETO Nº 58.701, DE 04 DE ABRIL DE 2019**

Texto Compilado

Regulamenta os artigos [123](#), [140](#), [141](#) e [142](#) da [Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002](#), que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, fixa competências voltadas à fiscalização das posturas municipais e à aplicação das respectivas penalidades previstas na referida lei, bem como revoga os decretos que especifica.

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Os artigos [123](#), [140](#), [141](#) e [142](#) da [Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002](#), que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana no Município de São Paulo, ficam regulamentados nos termos deste decreto.

**CAPITULO I**

**DOS GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Art. 2º Os grandes geradores de resíduos sólidos devem, obrigatoriamente, realizar seu cadastro na Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AMLURB, nos termos do [artigo 140 da Lei nº 13.478, de 2002](#), e deste decreto.

§ 1º Para os fins deste decreto, consideram-se grandes geradores de resíduos sólidos:

I - os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, dentre outros, geradores de resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2 pela NBR 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários;

II - os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, dentre outros, geradores de resíduos sólidos inertes, tais como entulhos, terra e materiais de construção, com massa superior a 50 (cinquenta) quilogramas diários, considerada a média mensal de geração, sujeitos à obtenção de alvará de aprovação e/ou execução de edificação, reforma ou demolição;

III - os condomínios de edifícios não-residenciais ou de uso misto cuja soma dos resíduos sólidos, caracterizados como resíduos da Classe 2 pela NBR 10.004, da ABNT, gerados pelas unidades autônomas que os compõem, totalize o volume médio diário igual ou superior a 1.000 (mil) litros;

IV - as entidades da Administração Indireta e os órgãos e entidades estaduais e federais da Administração Direta e Indireta geradores de resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2 pela NBR 10.004, da ABNT, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários ou geradores de sólidos inertes, tais como entulhos, terra e materiais de construção, com massa superior a 50 (cinquenta) quilogramas diários, considerada a média mensal de geração.

§ 2º Na hipótese de diferentes inscrições no Cadastro Imobiliário do Município de São Paulo, os limites estabelecidos nos incisos I, II e III do § 1º deste artigo serão computados como um todo para a unidade geradora de resíduos.

§ 3º Para o cadastramento dos grandes geradores de resíduos sólidos definidos nos incisos I e II do § 1º deste artigo, deverão ser apresentados:

I - requerimento anual da empresa, conforme modelo constante do [Anexo I](#) deste decreto;

II - cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Imobiliário do Município de São Paulo, referente à unidade em que está localizado o grande gerador;

IV - cópia do contrato ou extrato do contrato firmado com autorizatário para a prestação, em regime privado, dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de seus resíduos, informando, inclusive, o local de disposição final e, no caso de grandes geradores de resíduos inertes de construção civil, o nome do responsável pelo contrato, nome do autorizatário, prazo de vigência, quantidade de resíduos produzidos, frequência e horário de coleta, locais coletados e de disposição final, sem prejuízo de outras informações pertinentes, que poderão ser a qualquer tempo exigidas pela AMLURB;

V - cópia do Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos Industriais - CADRI, fornecido pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, do qual constem a caracterização, a classificação e a viabilidade de recebimento do material no local indicado para disposição final, no caso de geração de resíduos industriais;

VI - declaração com as características e volume médio diário dos resíduos produzidos pelo grande gerador, considerando-se a unidade imobiliária fiscal onde se localiza.

§ 4º Para o cadastramento dos condomínios de edifícios não residenciais ou de uso misto definidos no inciso III do § 1º deste artigo, deverão ser apresentados:

I - requerimento anual do condomínio, conforme modelo constante do Anexo II deste decreto;

II - declaração de que o condomínio integra programa social de triagem de material reciclável e coleta seletiva de resíduos sólidos promovido por órgão público ou cooperativa de inclusão social e de coleta de recicláveis, devidamente habilitado na AMLURB, cujo volume de material reciclável a ele destinado seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de resíduos sólidos gerados pelo condomínio;

III - declaração do responsável pelo programa social de triagem de material reciclável e coleta seletiva de resíduos sólidos, informando qual o volume médio diário de material reciclável fornecido pelo condomínio;

IV - cópia da notificação-recibo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU de uma das unidades autônomas com uso não residencial;

V - cópia do comprovante de inscrição no CNPJ;

VI - cópia da ata de assembleia de eleição do síndico, nos termos da convenção de condomínio;

VII - cópia dos documentos de identificação do síndico (RG e CPF ou CNPJ);

VIII - cópia do documento de instituição e especificação do condomínio;

IX - procuração com firma reconhecida, quando for o caso.

§ 5º Para o cadastramento dos grandes geradores de resíduos sólidos definidos no inciso IV do § 1º deste artigo, deverão ser apresentados os documentos a serem definidos em portaria do titular da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

§ 6º Na hipótese de não efetivação do cadastramento, deverão ser adotadas as seguintes providências:

I - uma vez identificada, por método presencial ou eletrônico, mediante aplicativos ou sistemas devidamente homologados pela AMLURB, a quantidade de resíduos dispostos para a coleta em valor numérico igual ou superior às definidas no § 1º deste artigo, evidenciando tratar-se de grande gerador de resíduos sólidos, a Gerência de Fiscalização, da Diretoria de Gestão de Serviços, da referida autarquia, deverá:

a) lavrar o respectivo Auto de Infração e Imposição de Multa;

b) aplicar as multas previstas na tabela constante do [Anexo VI da Lei nº 13.478, de 2002](#), garantida a ampla defesa e o contraditório;

c) intimar o infrator para que, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, apresente, na AMLURB, requerimento para cadastramento como grande gerador de resíduos sólidos, devidamente acompanhado dos documentos referidos nos §§ 3º, 4º ou 5º deste artigo;

II - o agente responsável pela fiscalização poderá determinar, à Gerência de Fiscalização, a apuração da quantidade média de resíduos dispostos pelo estabelecimento para a coleta, conforme o disposto no § 2º do [artigo 142 da Lei nº 13.478, de 2002](#), apresentando relatório circunstanciado, para as providências de ressarcimento das despesas efetuadas pela Prefeitura na hipótese prevista no [artigo 141](#), § 2º, da referida lei;

III - se o infrator não requerer o seu cadastramento no prazo fixado na alínea “c” do inciso I deste § 6º, incumbirá à AMLURB adotar as seguintes providências:

a) determinar, de ofício, o seu enquadramento na categoria de grande gerador;

b) encaminhar ofício aos órgãos municipais competentes para a adoção das providências administrativas, civis e penais pertinentes.

IV - denúncias que versem sobre o enquadramento dos denunciados como grandes geradores de resíduos sólidos serão consideradas recebidas quando enviadas pelos canais eletrônicos disponíveis para essa finalidade.

Art. 3º O cadastramento terá a validade de 1 (um) ano, contado da data da publicação do seu deferimento no Diário Oficial da Cidade e na página da AMLURB na internet, podendo ser renovado por iguais períodos.

Parágrafo único. Havendo alteração na quantidade de resíduos sólidos produzidos, o grande gerador deverá atualizar imediatamente o seu cadastro na AMLURB.

Art. 4º Os grandes geradores de resíduos sólidos ficam obrigados a acondicionar e armazenar os resíduos até a sua remoção para disposição final.

§ 1º É vedada a colocação de resíduos em sacos plásticos em vias e logradouros públicos.

§ 2º O disposto no "caput" deste artigo não se aplica aos casos em que seja utilizado contêiner nos padrões estipulados no inciso XI do "caput" do [artigo 15](#) deste decreto, quando impossível a entrada do veículo coletor no interior do grande gerador para a coleta realizada no período noturno, compreendido entre 18 (dezoito) e 6 (seis) horas do dia seguinte.

§ 3º Ocorrendo o descumprimento da vedação constante do § 1º deste artigo, o grande gerador será responsabilizado em conformidade com o disposto nos [artigos 180 e 181 da Lei nº 13.478, de 2002](#).

§ 4º Os grandes geradores de resíduos sólidos ficam expressamente proibidos de destinar resíduos a entidades não cadastrados no Sistema de Limpeza Urbana no Município de São Paulo.

Art. 5º Durante 5 (cinco) anos, os grandes geradores de resíduos sólidos deverão manter, em seu poder, registros e comprovantes de cada coleta feita, da quantidade coletada e da destinação dada aos resíduos.

## CAPÍTULO II

### DOS AUTORIZATÁRIOS

Art. 6º Para a obtenção de autorização para a prestação dos serviços de limpeza urbana no regime privado referente à coleta e transporte dos resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2 pela NBR 10.004, da ABNT, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários, a empresa deverá requerer o seu cadastramento à AMLURB, conforme modelo de requerimento constante do [Anexo III](#) deste decreto, acompanhado dos documentos relativos à:

I - capacidade jurídica;

II - idoneidade financeira;

III - regularidade fiscal;

IV - capacidade técnica;

V - relação de equipamentos;

VI - declaração de destino final.

§ 1º Somente serão cadastradas, com vistas à obtenção de autorização, empresas que tenham sede ou filial no Município de São Paulo.

§ 2º O cadastramento deverá ser individual, vedada a admissão de associações ou consórcios de empresas, e atualizado anualmente.

§ 3º A autorização para a prestação dos serviços no regime privado é intransferível.

§ 4º Os documentos de que tratam os [artigos 7º a 10](#) deste decreto poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou publicação no Diário Oficial da Cidade, devendo os expedidos pela própria empresa ser subscritos por seu representante legal.

§ 5º Os documentos deverão ser apresentados na ordem estabelecida nos [artigos 7º a 10](#) deste decreto.

§ 6º Todos os documentos deverão estar com prazo de validade em vigor na data do protocolo do pedido de cadastramento.

Art. 7º A documentação relativa à capacidade jurídica consistirá em:

I - cédula de identidade do titular da firma individual, dos sócios das sociedades simples ou empresárias e dos diretores das sociedades anônimas;

II - registro na Junta Comercial, no caso de firma individual;

III - ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor e respectivas alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresárias;

IV - inscrição, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do contrato social, no caso de sociedades simples;

V - arquivamento, na Junta Comercial, da publicação oficial das atas de assembleias gerais que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de sociedades por ações, bem como da ata da assembleia que elegeu a última diretoria em exercício;

VI - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

VII - ato de registro ou autorização para funcionamento da empresa, expedido pelo órgão federal, estadual e municipal competente, conforme a atividade exigir.

Art. 8º A documentação relativa à idoneidade financeira consistirá em:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

II - certidão negativa de concordata ou falência, no caso de sociedades comerciais, ou certidões dos distribuidores forenses cíveis, no caso das demais sociedades, da sede da empresa, datada de até 60 (sessenta) dias anteriores à data do protocolo do pedido de inscrição.

Art. 9º A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

I - comprovante de inscrição no CNPJ;

II - comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM, relativo à sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade, devendo os que tenham sede em outro município comprovar também a inscrição, nesse cadastro, referente à filial localizada no Município de São Paulo;

III - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando sua situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

IV - certidão de quitação de tributos mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, inclusive no caso de empresas com sede fora do Município de São Paulo;

V - comprovante de regularidade perante a AMLURB, mediante a apresentação de certidão negativa de débito por ela expedida.

~~Art. 10. A comprovação da capacidade técnica será feita pela apresentação de declaração identificando o responsável técnico pela empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP, para o acompanhamento da atividade.~~

Art. 10. A comprovação da capacidade técnica será feita pela apresentação de declaração identificando o responsável técnico pela empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP ou em outro conselho de classe, em que os inscritos possam realizar atividades compatíveis com as responsabilidades técnicas necessárias para o acompanhamento da atividade. (Redação dada pelo [Decreto nº 63.566 de 2024](#))

Art. 11. Para a obtenção da autorização prevista no artigo 6º deste decreto, além dos documentos referidos nos [artigos 7º a 10](#) deste decreto, a empresa deverá também apresentar os seguintes:

I - cópia autenticada do Comprovante de Segurança Veicular, Veículo, Equipamento e todos os itens de segurança em condições operacionais para execução da atividade, expedido por organismos de inspeção credenciados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO;

II - declaração, em papel timbrado da empresa, devidamente assinada por seu representante legal, de que possui os veículos e equipamentos automotores nas condições discriminadas no [artigo 13](#) deste decreto, necessários para a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2 pela NBR 10.004, da ABNT, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários;

III - declaração, em papel timbrado da empresa, devidamente assinada por seu representante legal, de que firmou contrato com a empresa prestadora dos serviços de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2 pela NBR 10.004, da ABNT, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários, quando for o caso, explicitando as características e quantidades contratadas, juntamente com cópia do auto de licença ambiental, emitido pelo órgão competente, do estabelecimento do qual fará uso para a disposição final dos resíduos sólidos.

Art. 12. A circulação dos veículos para a realização das coletas e transporte de resíduos executadas pelos autorizatários deverá obedecer a legislação de trânsito vigente.

Art. 13. De acordo com o disposto no § 2º do [artigo 130 da Lei nº 16.871, de 15 de Fevereiro 2018](#), a coleta e transporte de resíduos sólidos deverá ser realizado por veículo apropriado, devidamente identificado com a capacidade máxima e sua finalidade, observadas as seguintes regras:

I - para os resíduos sólidos de que trata este decreto, os veículos deverão:

- a) ser do tipo coletor compactador;
- b) conter dispositivo mecânico ou hidráulico que possibilite a distribuição e compressão dos resíduos no interior da carroceria e sua posterior descarga, conforme especificações constantes da NBR 12.980, de 1993, da ABNT;
- c) ter capacidade volumétrica compatível com a realização das coletas mínimas de 6m³ (seis metros cúbicos);
- d) ser dotado de sistema coletor de chorume;
- e) ser dotado de sinalização traseira do tipo giroflex, "roll-on/roll-off" ou poliquindaste para a realização da coleta e transporte com caixas compactadoras;

II - para os resíduos secos, os veículos deverão, a critério da empresa transportadora, ser do tipo:

- a) leve de carga do tipo furgão;
- b) urbano de carga do tipo VUC;
- c) caminhão toco ou caminhão semi-pesado; ou
- d) caminhão "truck" ou caminhão pesado;

III - o veículo deverá ter compartimento de carga do tipo carroceria de madeira ou metálica aberta, além de ser dotado de gaiola metálica ou baú;

IV - à exceção do tipo baú, o compartimento de carga deverá ser provido de lona, tela ou outro dispositivo eficaz para a cobertura durante a operação, de modo a impedir o derramamento de resíduos na via pública, sob pena de aplicação das sanções cominadas pela legislação de trânsito, bem como pelos [artigos 180 e 181 da Lei nº 13.478, de 2002](#);

V - a idade dos veículos do tipo coletor compactador deverá ser inferior a 5 (cinco) anos e a dos equipamentos automotores deverá ser inferior a 10 (dez) anos;

VI - os demais veículos e equipamentos deverão ter idade inferior a 10 (dez) anos;

VII - os veículos deverão ser de uso exclusivo dos serviços referidos neste decreto, vedada a sua utilização para outros fins;

VIII - os veículos deverão atender os limites ambientais quanto à poluição do ar e sonora, em estrita observância à legislação pertinente.

Art. 14. Para a obtenção da autorização para a prestação dos serviços de limpeza urbana no regime privado referente ao tratamento e disposição final dos resíduos sólidos caracterizados como resíduos da Classe 2 pela NBR 10.004, da ABNT, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários, a empresa deverá requerer o seu próprio cadastramento à AMLURB.

Parágrafo único. O cadastramento a que se refere o "caput" deste artigo será regulamentado mediante portaria, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação deste decreto.

Art. 15. São obrigações dos autorizatários destinados à coleta, transporte, tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos de que trata este decreto:

I - fornecer à AMLURB, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, por meio eletrônico, relação atualizada dos geradores aos quais prestará os serviços, contendo as respectivas quantidades de resíduos, frequências e horários de coleta, conforme modelo constante do [Anexo IV](#) deste decreto;

II - identificar todos os locais utilizados para o tratamento e/ou disposição final dos resíduos, dentro do Município de São Paulo ou fora dele;

III - fornecer todos os dados necessários ao controle e à fiscalização de sua atividade pela AMLURB, na forma por ela estabelecida;

IV - informar, em até 3 (três) dias úteis, à AMLURB, toda vez que rescindir ou suspender, por qualquer motivo, contrato de prestação de serviços de coleta e transporte firmado com grandes geradores de resíduos sólidos cadastrados na referida autarquia;

V - apresentar, à AMLURB, relação nominal dos veículos e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços e cópia dos correspondentes Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo ou documento equivalente;

VI - responsabilizar-se pela veracidade das informações prestadas nas declarações exigidas no artigo 11, incisos II e III, bem como pela constante atualização dos dados fornecidos à AMLURB;

VII - manter em seu poder, durante 5 (cinco) anos, registros e comprovantes de tratamento e/ou disposição final dada aos resíduos coletados;

VIII - fornecer, aos grandes geradores, cópia dos comprovantes de cada coleta e destinação final realizada;

IX - utilizar, na execução dos serviços autorizados, apenas os veículos e equipamentos cadastrados na AMLURB, colocando-os à disposição da fiscalização toda vez que requisitado para vistoria;

X - manter a identificação dos veículos e equipamentos autorizados, conforme modelo constante do Anexo V deste decreto;

XI - utilizar contêiner plástico ou metálico, com tampa e capacidade volumétrica mínima de 240 (duzentos e quarenta) litros e identificação conforme o [Anexo V](#) deste decreto, nos casos de permanência de resíduo em logradouro público até a sua coleta;

XII - utilizar os veículos e equipamentos com código de barras tipo QR code ou código QR, para integração dos dados aos sistemas de informação;

XIII - executar os serviços nos mesmos horários estabelecidos para a coleta de resíduos sólidos ou nos horários autorizados pela AMLURB, nas regiões onde houver restrições, consoante a legislação de trânsito vigente.

Art. 16. A autorização para a prestação dos serviços não terá vigência sujeita a termo final, extinguindo-se somente por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação, nos termos dos [artigos 132 a 138 da Lei nº 13.478, de 2002](#).

Art. 17. A extinção da autorização será declarada pela AMLURB mediante ato administrativo e dependerá de procedimento prévio, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º No curso do procedimento, a AMLURB poderá adotar as medidas cautelares que considerar adequadas para preservar o interesse público envolvido, notadamente a saúde pública e o meio ambiente, inclusive suspender liminarmente as atividades dos autorizados.

§ 2º Em qualquer hipótese, a extinção da autorização não elide a responsabilidade do autorizado ou de seus controladores em relação aos compromissos assumidos com a AMLURB, munícipes-usuários, outros operadores e terceiros.

Art. 18. Os resíduos sólidos coletados e transportados pelos autorizados somente poderão ser destinados nos locais previamente aprovados e que atendam o disposto na [Lei nº 13.478, de 2002](#), nas normas técnicas específicas e na legislação ambiental vigente.

Parágrafo único. O grande gerador poderá fazer o transporte do próprio resíduo, desde que atenda a todas as exigências previstas neste decreto e obtenha seu cadastro de autorizado.

Art. 19. Constituem motivos para a suspensão do cadastro de autorizado:

I - o desatendimento de quaisquer obrigações contidas no [artigo 15](#) deste decreto;

II - a realização do tratamento e/ou a disposição final dos resíduos sólidos em estabelecimentos sem licenciamento ambiental;

III - o descumprimento das normas técnicas da ABNT;

IV - a avaliação que demonstre desempenho insuficiente da empresa na prestação dos serviços;

V - a prática de atos ilícitos;



VI - a suspensão da participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração Pública;

VII - a falência ou a dissolução da empresa;

VIII - a declaração de inidoneidade da empresa;

IX - o descumprimento da legislação de controle de poluição ambiental.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso VI do “caput” deste artigo, o prazo para a suspensão será equivalente ao da penalidade aplicada pela Administração Pública.

### CAPÍTULO III

#### DAS COMPETÊNCIAS FISCALIZATÓRIAS E APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Art. 20. ~~A AMLURB definirá a forma, as condições e os procedimentos necessários à fiscalização da geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e/ou disposição final dos resíduos sólidos oriundos dos serviços de limpeza urbana em regime privado disciplinados neste decreto.~~ [\(Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021\)](#)

Art. 21. ~~Os registros e comprovantes de que trata o artigo 5º deste decreto deverão ser apresentados à fiscalização quando exigidos, sob pena de cobrança de todos os custos e ônus resultantes da coleta, transporte, tratamento e/ou disposição dos resíduos produzidos pelo grande gerador no período sem comprovação, acrescidos de correção monetária, sem prejuízo da aplicação das multas cabíveis.~~ [\(Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021\)](#)

Art. 22. ~~Gabará à AMLURB fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas neste decreto, devendo, para tanto, inspecionar os veículos, equipamentos e outros dispositivos utilizados na prestação dos serviços em regime privado, além de realizar inspeções periódicas nas áreas internas dos grandes geradores e dos autorizados, podendo deles exigir a apresentação de laudos técnicos emitidos por entidades competentes e idôneas, quando necessário.~~ [\(Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021\)](#)

Parágrafo único. ~~A AMLURB poderá articular-se com outros órgãos municipais para o exercício da fiscalização prevista neste decreto.~~ [\(Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021\)](#)

Art. 23. ~~Compete:~~ [\(Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021\)](#)

I - ~~à AMLURB fiscalizar o cumprimento das determinações previstas nos artigos 144, 145 e 153 da Lei nº 13.478, de 2002, com as alterações posteriores;~~ [\(Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021\)](#)

II - ~~às Subprefeituras e à AMLURB, concomitantemente, fiscalizar o cumprimento do disposto nos artigos 140, 141, 142, 150, “caput” e §§ 1º e 4º, 151, 152, 160, 161, 162, 165 e 169, incisos V e VI, todos da Lei nº 13.478, de 2002, com as alterações posteriores;~~ [\(Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021\)](#)

III - ~~às Subprefeituras fiscalizar o cumprimento das determinações previstas nos artigos 146, 147, 148, 154, 155, 156, 157, “caput” e § 1º, 158, 159, 164, 166, 167 e 169, incisos I, II, III e IV, todos da Lei nº 13.478, de 2002.~~ [\(Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021\)](#)

Art. 24. Os estabelecimentos caracterizados como grandes geradores de resíduos sólidos cujas ações ou omissões importem violação ao estabelecido nos [artigos 140, 141 e 142 da Lei nº 13.478, de 2002](#), em qualquer de suas formas, ficarão sujeitos às seguintes sanções, em consonância com o [artigo 181](#) e seguintes da referida lei:

I - na primeira infração: multa prevista no Anexo VI da [Lei nº 13.478, de 2002](#), alterado pelas Leis [nº 13.522, de 19 de fevereiro de 2003](#), [nº 14.752, de 29 de maio de 2008](#), e [nº 15.244, de 26 de julho de 2010](#);

II - na primeira reincidência: multa prevista no [Anexo VI da Lei nº 13.478, de 2002](#), alterado pela [Lei nº 13.522, de 2003](#), com as modificações posteriores, e suspensão temporária da atividade pelo prazo de 5 (cinco) dias;

III - na segunda reincidência: multa prevista no [Anexo VI da Lei nº 13.478, de 2002](#), alterado pela [Lei nº 13.522, de 2003](#), com as modificações posteriores, e suspensão temporária da atividade pelo prazo de 15 (quinze) dias;

IV - na terceira reincidência: multa prevista no [Anexo VI da Lei nº 13.478, de 2002](#), alterado pela [Lei nº 13.522, de 2003](#), com as modificações posteriores, e cassação do alvará ou do auto de licença de funcionamento do estabelecimento.

§ 1º A cassação do alvará ou do auto de licença de funcionamento do grande gerador por infração às normas previstas na [Lei nº 13.478, de 2002](#), com as alterações posteriores, obrigará o estabelecimento a requerer novo alvará ou auto de licença de funcionamento e atender, além das demais exigências legais para o licenciamento da atividade, todas as obrigações previstas na referida lei e neste decreto.

§ 2º Para fins de caracterização do estabelecimento como grande gerador de resíduos sólidos, será observado, quando for o caso, o procedimento previsto neste decreto.

Art. 25. Na hipótese de descumprimento das disposições constantes da [Lei nº 13.478, de 2002](#), e deste decreto ou de execução inadequada da prestação dos serviços, a AMLURB poderá extinguir a autorização nos termos dos artigos 16 e 17 deste regulamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na referida lei.

Art. 26. A competência para a aplicação das sanções de suspensão temporária da atividade e de cassação do alvará ou do auto de licença de funcionamento será exercida exclusivamente pelas Subprefeituras ou, quando for o caso, pela Secretaria Municipal de Licenciamento.

Art. 27. Nas hipóteses de desrespeito à penalidade de suspensão temporária de atividade ou de efetivo funcionamento da atividade após a cassação do alvará ou do auto de licença de funcionamento, as autoridades administrativas deverão adotar todas as medidas pertinentes previstas na legislação aplicável, visando garantir a cessação da atividade irregular.

Art. 28. A Secretaria Municipal das Subprefeituras e a AMLURB poderão editar portaria conjunta para estabelecer procedimentos que melhor otimizem a articulação entre os órgãos e autoridades municipais competentes para a fiscalização e aplicação das sanções previstas na [Lei nº 13.478, de 2002](#), com as alterações posteriores, e neste decreto, bem como baixar normas complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento de suas disposições.

## CAPÍTULO IV

### DAS IMPUGNAÇÕES POR MEIO DEFESA E RECURSO

Art. 29. ~~Contra as decisões proferidas pela AMLURB no âmbito de suas competências, conforme previsto neste decreto, quando não se refiram à cominação de multas, caberá recurso ao Presidente dessa autarquia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade. (Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021).~~

Art. 30. Cuidando-se de cominação de multa, uma vez cadastrado o respectivo auto, far-se-á a notificação do infrator para, no prazo nela determinado, pagar o valor da multa ou apresentar defesa, sob pena de sua subsequente inscrição na dívida ativa do Município, observadas as seguintes regras:

I - no caso de aplicação de multas por agentes das Subprefeituras:

a) apresentada a defesa, esta deverá ser dirigida ao Supervisor Técnico de Fiscalização da Subprefeitura competente, até a data do vencimento do prazo para o seu pagamento constante da Notificação-Recibo – NR-01;

b) feita a análise da defesa, a respectiva decisão deverá ser publicada no Diário Oficial da Cidade, encaminhando-se nova notificação ao infrator, na hipótese do seu não acolhimento, dela fazendo constar o prazo para pagamento ou interposição de recurso;

c) não sendo acolhida a defesa, poderá o interessado interpor um único recurso dirigido ao Subprefeito competente, até a data do vencimento do prazo para o seu pagamento constante da Notificação-Recibo – NR-02;

II - ~~no caso de aplicação de multas por agentes da AMLURB (Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021):~~

~~a) apresentada a defesa, esta deverá ser dirigida ao responsável pela unidade da AMLURB à qual se encontra subordinado o agente que aplicou a multa, até a data do vencimento do prazo para o seu pagamento constante da Notificação-Recibo – NR-01; (Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021)~~

~~b) feita a análise da defesa, a respectiva decisão deverá ser publicada no Diário Oficial da Cidade, encaminhando-se nova notificação ao infrator, na hipótese de não acolhimento, dela fazendo constar o prazo para pagamento ou interposição de recurso; (Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021)~~

~~c) não sendo acolhida a defesa, poderá o interessado interpor um único recurso dirigido ao Presidente da AMLURB, até a data do vencimento do prazo para seu pagamento constante da Notificação-Recibo – NR-02; (Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021)~~

~~III - o despacho que decidir o recurso referido na alínea “c” dos incisos I e II deste artigo deverá ser publicado no Diário Oficial da Cidade, encaminhando-se nova notificação ao infrator, na hipótese de não provimento, dela fazendo constar a data máxima para o pagamento da multa, ficando encerrada, a partir daí, a instância administrativa. (Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021)~~

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. Os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos caracterizados como grandes geradores de resíduos sólidos, bem como as empresas prestadoras dos serviços de coleta, transporte, tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos serão responsáveis pelo cumprimento das disposições da [Lei nº 13.478, de 2002](#),



e por quaisquer danos que vierem a causar a bens públicos e particulares na execução dos serviços de limpeza urbana prestados em regime privado, não podendo ser atribuída à AMLURB qualquer tipo de responsabilidade.

Art. 32. Os pedidos de cadastramento de que trata este decreto serão submetidos à AMLURB que, em caso de deferimento, expedirá o respectivo certificado, contendo a data de validade, o nome da empresa cadastrada, o número de sua inscrição no CNPJ, o endereço e a atividade autorizada.

Parágrafo único. A validade do cadastramento fica condicionada à publicação do deferimento do correspondente pedido no Diário Oficial da Cidade.

Art. 33. Os grandes geradores de resíduos sólidos e os autorizatários terão o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação deste decreto, para se adequarem às suas disposições e às da [Lei nº 13.478, de 2002](#), sob pena de incorrerem nas penalidades nelas previstas.

§ 1º O disposto no “caput” deste artigo aplica-se também aos grandes geradores de resíduos sólidos que tenham frota própria para a remoção de seus resíduos.

§ 2º Os grandes geradores de resíduos sólidos com cadastros ora em vigor deverão adequá-los às disposições deste decreto no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação, sem ônus para os autorizatários que tenham efetivado seu cadastro nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 34. ~~A AMLURB disponibilizará no endereço eletrônico da Prefeitura na internet, de forma dinâmica e aleatória para consulta popular, o cadastro de autorizatários e grandes geradores de resíduos sólidos e informações sobre as especificações técnicas dos contêineres a serem utilizados na execução dos serviços de limpeza urbana de que trata este decreto. (Revogado por Decreto nº 60.941 de 2021)~~

Art. 35. As despesas decorrentes da execução deste decreto correção por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 36. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos [nº 45.668, de 29 de dezembro de 2004](#), [nº 46.004, de 29 de junho de 2005](#), [nº 46.958, de 1º de fevereiro de 2006](#), [nº 48.251, de 4 de abril de 2007](#), e [nº 51.907, de 5 de novembro de 2010](#).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 4 de abril de 2019, 466º da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, PREFEITO

ALEXANDRE MODONEZI DE ANDRADE, Secretário Municipal das Subprefeituras

JOÃO JORGE DE SOUZA, Secretário Municipal da Casa Civil

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário Municipal de Justiça

MAURO RICARDO MACHADO COSTA, Secretário do Governo Municipal.

Publicado na Casa Civil, em 4 de abril de 2019.

[Anexo I](#)

[Anexo II](#)

[Anexo III](#)

[Anexo IV](#)

[Anexo V](#)

Este texto não substitui o publicado no [Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 05/04/2019, pg. 01-07](#).

**Anexo XX - PESQUISA DE PREÇOS CADERNO DE  
LOGISTICA.pdf**



# 2024

Março | Versão 1.0

CADERNO DE LOGÍSTICA

# PESQUISA DE PREÇOS



MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



### Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

### Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

### Secretaria de Gestão e Inovação

Roberto Seara Machado Pojo Rego (Secretário)

Kathyana Dantas Machado Buonafina (Secretária Adjunta)

### Diretoria de Normas e Sistemas de Logística

Everton Batista dos Santos

### Coordenação de Acompanhamento Normativo

Kadu Freire de Abreu

### Elaboradores:

Priscila Rayane de Menezes Silva Machado

Thaís Sabará Vieira Goes

### Colaboradores:

Kadu Freire de Abreu

Leila Szczecinski Cotica

Manuela Deolinda dos Santos da Silva Pires

Marina do Bé Nascentes Marcondes de França Ferreira

Mateus Silva Teixeira

Scheyla Cristina de Souza Belmiro do Amaral

## Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

B823p

Brasil. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Gestão e Inovação. Diretoria de Normas e Sistemas de Logísticas.

Pesquisa de preços / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Secretaria de Gestão e Inovação, Diretoria de Normas e Sistemas de Logísticas. – Versão 1.0 -- Brasília : DELOG/SEGES/MGI, 2024.

41 p. : il. -- (Caderno de logística)

Contém anexos.

1. Preços – Pesquisa. 2. Licitação pública. 3. Contratos administrativos. 4. Valor estimado. 5. Brasil. Lei de licitações e contratos (2021). I. Título.

CDU – 351.712.2

CDD – 341.35273



## Histórico de versões

| DATA    | VERSÃO | DESCRIÇÃO       |
|---------|--------|-----------------|
| 03/2024 | 1.0    | Versão original |

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| BASE LEGAL.....  | 4  |
| ORIENTAÇÕES GERAIS .....   | 5  |
| O QUE É UMA PESQUISA DE PREÇOS .....   | 5  |
| POR QUE FAZER UMA PESQUISA DE PREÇOS .....   | 5  |
| QUANDO DEVE SER FEITA A PESQUISA DE PREÇOS .....   | 6  |
| QUEM DEVE FAZER A PESQUISA DE PREÇOS .....   | 8  |
| A ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NO PCA E NO ETP .....   | 10 |
| DIFERENÇA ENTRE SOBREPREÇO E SUPERFATURAMENTO .....  | 12 |
| PREÇO ESTIMADO OU PREÇO DE REFERÊNCIA.....   | 12 |
| ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS .....   | 14 |
| FORMALIZAÇÃO E CONTEÚDO MÍNIMO .....   | 14 |
| CRITÉRIOS PARA PESQUISA DE PREÇOS.....   | 14 |
| PARÂMETROS DE PESQUISA .....   | 15 |
| a) Sistemas oficiais de governo .....  | 17 |
| b) Contratações similares em execução ou concluídas no período de um ano .....                             | 19 |
| c) Mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo ..... | 20 |
| d) Pesquisa direta com fornecedores .....  | 22 |
| e) Base nacional de notas fiscais eletrônicas.....   | 23 |
| VALIDADE DA PESQUISA DE PREÇOS E ESCOPO TEMPORAL DE COLETA DE DADOS .....                                  | 24 |
| MÉTODOS PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO .....  | 25 |
| VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS .....                                       | 26 |
| O USO DE TRÊS PREÇOS .....   | 27 |
| TAXA DE RISCO NO VALOR ESTIMADO .....  | 27 |
| REGRAS ESPECÍFICAS .....   | 28 |
| CONTRATAÇÃO DIRETA.....  | 28 |
| CONTRATAÇÕES DE TIC.....   | 30 |
| CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA.....                                       | 30 |
| ANEXO I - Modelo de documento de formalização da pesquisa de preços.....                                   | 31 |
| ANEXO II - Lista de verificação.....   | 34 |

## BASE LEGAL

As diretrizes contidas neste caderno têm como base a Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, que, por sua vez, se fundamenta no art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – a atual Lei de Licitações e Contratos –, além de estudos e boas práticas administrativas sobre o tema. Sendo assim, esta publicação se destina somente aos processos elaborados com base na nova lei e não àqueles sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Conforme prevê o § 1º do art. 23 supramencionado, no processo licitatório para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, deve haver a definição do valor estimado e este deve ser definido com base no melhor preço aferido por meio de parâmetros e procedimentos, que serão apresentados e discutidos neste caderno.

A definição do valor estimado de uma contratação é essencial para qualquer processo de compra, pois norteará a tomada de decisão em diversas ocasiões do processo, por exemplo, para indicar o valor dos recursos necessários, analisar a exequibilidade da proposta, determinar o valor da garantia, aplicar eventual margem de preferências, como será visto logo adiante.



## ORIENTAÇÕES GERAIS

### O QUE É UMA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços consiste em um procedimento prévio à licitação que tem como objetivo principal determinar o custo estimado da contratação pretendida, isso é, **aferir o valor de mercado de determinado bem ou serviço**. Para tanto, utiliza-se da coleta de dados por amostragem com posterior tratamento.

O procedimento envolve também o trabalho de conhecer o mercado, pois é preciso verificar as condições do mercado fornecedor para o objeto que se pretende contratar e a compatibilidade entre as especificações definidas pela área demandante, em especial no que diz respeito a: quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, entrega/frete, desempenho esperado e proposto, garantias, manutenção, possíveis fornecedores, entre outros aspectos.

### POR QUE FAZER UMA PESQUISA DE PREÇOS

Um dos objetivos do processo licitatório, definido pela Lei nº 14.133, de 2021, é evitar contratações com sobrepreços ou com preços manifestamente inexequíveis e o superfaturamento na execução dos contratos. Assim, a referida lei estabelece que, na fase preparatória da contratação, a determinação do orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação, deve fazer parte da instrução do processo licitatório, visto que baliza os valores oferecidos nos certames e aqueles executados nas respectivas contratações.

A pesquisa de preço, portanto, relaciona-se intimamente com o **princípio da economicidade** – atualmente posto entre os princípios que devem orientar a atividade administrativa de licitações e contratos –, vez que busca garantir que a Administração Pública pague o preço justo e compatível com os valores praticados no mercado. Além disso, auxilia o agente público na tomada de decisão em diversas situações previstas na Lei nº 14.133, de 2021, tais como:

- (i) avaliar a existência de recursos orçamentários suficientes para custeio da despesa (art. 40, V, “c”; art. 72, IV; art. 105, caput, II e III; e art. 150);
- (ii) definir o preço de referência para julgamento e seleção da proposta mais vantajosa (art. 59, III);
- (iii) fundamentar a justificativa de preços na contratação direta por dispensa (art. 75, I e II);

#### Princípio da economicidade

É a obtenção do resultado esperado com o menor custo possível, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.



- (iv) analisar a exequibilidade das propostas, servindo de fundamento para desclassificação (art. 11, III e art. 59, III);
- (v) evitar sobrepreços (art. 11, III);
- (vi) combater contratações acima do preço praticado no mercado (art. 11, III; art. 59, III);
- (vii) mitigar a ocorrência de licitações desertas em razão de preços abaixo da realidade do mercado (art. 75, III, a);
- (viii) definir sobre a aplicação ou não de margem de preferência a bens e produtos em que o valor pode influenciar (art. 26, § 1º, II);
- (ix) enquadrar a contratação no escopo de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto (art. 6º, XXII);
- (x) aferir a vantagem econômica da contratação ou da prorrogação de ata de registro de preço (art. 82, § 2º; art. 84);
- (xi) determinar o valor da garantia de proposta (art. 58, § 1º);
- (xii) definir o critério de julgamento nas licitações para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021 (art. 37, § 2º);
- (xiii) avaliar a exigência de atestados de capacidade técnica quanto à parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação (art. 67, § 1º); e
- (xiv) avaliar a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços (art. 69, § 4º), entre outras.

Do exposto, verifica-se a grande importância de se realizar uma pesquisa de preço idônea, vez que uma estimativa falha ou imprecisa pode ocasionar um efeito contrário à economia pretendida, ou seja, causar prejuízos aos cofres públicos.

**ATENÇÃO!** Com a nova lei, a definição da modalidade licitatória deixou de ser baseada no valor estimado da contratação, sendo agora em razão da complexidade do objeto.

### QUANDO DEVE SER FEITA A PESQUISA DE PREÇOS

**Sempre que se adquirir um bem ou contratar um serviço**, seja por licitação ou por contratação direta, a pesquisa de preços deve ser realizada para se determinar o preço de referência, inclusive para aferir se há vantagem econômica em aderir a uma ata de registro de preço ou para justificar a contratação de um item específico constante de um grupo de itens em ata de registro de preço.

Destaca-se que **as regras da IN nº 65, de 2021, apenas se aplicam à aquisição de bens e à contratação de serviços em geral**, seguindo, as contratações de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva e de obras e serviços de engenharia, normativos próprios, tendo em vista que necessitam de uma metodologia diferenciada, que atenda às particularidades dessas contratações.

No que tange às **contratações de obras e serviços**, a Instrução Normativa nº 91, de 16 de dezembro de 2022, autorizou a aplicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, no que couber, para a definição do valor estimado, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Quanto às contratações de serviços com **dedicação de mão de obra exclusiva**, a fim de atender às especificidades da elaboração da planilha de custos e formação preços, que leva em consideração, por exemplo, despesas relativas às verbas trabalhistas e previdenciárias, a própria IN nº 65, de 2021, em seu art. 9º, orientou a aplicação das regras da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la.

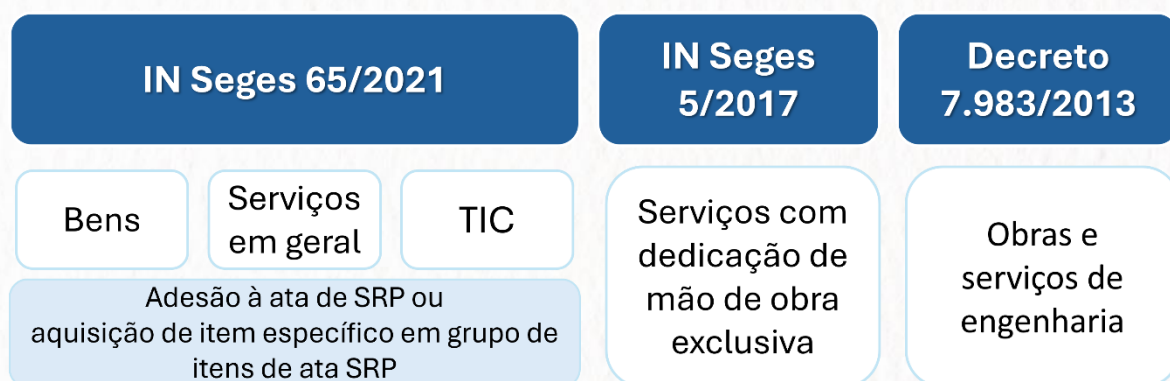


Figura 1 - Escopo de aplicação da IN Seges nº 65, de 2021.

- ☐ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

**IN nº 91, de 2022**

*Art. 1º Fica autorizada a aplicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, no que couber, para a definição do valor estimado nos processos de contratação direta de obras e serviços de engenharia, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.*



**IN nº 65, de 2021**

***Contratação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva***

*Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa.*

## QUEM DEVE FAZER A PESQUISA DE PREÇOS

Embora a lei de licitações não defina de quem é a responsabilidade pela elaboração da pesquisa de preços, verifica-se, como boa prática administrativa, que a área demandante da contratação (requisitante) ou área técnica, a depender, por terem mais conhecimento sobre o objeto a ser licitado e o mercado fornecedor, possuem melhores condições de avaliar a compatibilidade do orçamento com os preços de mercado.

É importante destacar que o Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, ao regulamentar a atuação do **agente de contratação** na fase preparatória, estabelece que este deverá **se ater ao acompanhamento das eventuais diligências** para o fluxo regular da instrução processual. Assim, o agente de contratação fica desobrigado da elaboração de pesquisa de preços, entre outros documentos da fase preparatória, tais como estudos preliminares, projetos e anteprojetos, termos de referência e minutas de editais.

A jurisprudência do TCU também corrobora o entendimento acima de que a pesquisa de preços **não** constitui competência obrigatória dos servidores que atuam na fase externa da licitação (pregoeiros ou comissão de licitação) nem mesmo da autoridade superior competente pela homologação do certame, embora devam verificar se a pesquisa foi realizada de forma adequada, podendo ser responsabilizados solidariamente.

***Acórdão 2147/2014-Plenário***

*“É da competência da comissão permanente de licitação, do pregoeiro e da autoridade superior verificar se houve recente pesquisa de preço junto a fornecedores do bem a ser licitado e se essa pesquisa observou critérios aceitáveis.”*

***Acórdão 594/2020-Plenário***

*“Não cabe à comissão de licitação avaliar o conteúdo da pesquisa de preços realizada pelo setor competente do órgão, pois são de sua responsabilidade, em regra, apenas os atos relacionados à condução do procedimento licitatório.”*

Entende-se que cabe à governança de cada órgão e entidade definir, dentro de sua conveniência e oportunidade, considerando o exposto acima, que unidade ou quais unidades serão responsáveis pela elaboração da pesquisa de preços, inclusive sobre a designação de equipes de planejamento da contratação, as quais poderão assumir tal função.

### ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA NORMA

Quanto ao âmbito de aplicação da IN Seges nº 65, de 2021, seus procedimentos de pesquisa de preços devem ser seguidos pelos:

- (i) órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, os quais constituem o sistema de serviços gerais, segundo o Decreto nº 1.094, de 1994; e
- (ii) órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias.

☐ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

#### ***Lei nº 14.133/2021***

*Art. 23. (...)*

*§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde **que não envolvam recursos da União**, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.*

#### ***Decreto nº 1.094, de 1994***

*Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Serviços Gerais (SISG), as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação.*

*§ 1º Integram o SISG os órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, incumbidos especificamente da execução das atividades de que trata este artigo.*



**IN Seges/ME nº 65, de 2021**

*Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da **Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional**.*

*(...)*

*§ 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, **quando executarem recursos da União** decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar os procedimentos de que trata esta Instrução Normativa.*

**A ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NO PCA E NO ETP**

A estimativa do valor da contratação, para fins de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) e dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), não precisa seguir os procedimentos definidos pela IN nº 65, de 2021.

Tanto a norma do Plano de Contratações Anual (Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022) quanto do Estudos Técnicos Preliminares (art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e IN nº 58, de 8 de agosto de 2022) falam em estimativa do valor da contratação, o que, por vezes, pode ser confundido com o procedimento de pesquisa de preço de que trata a IN nº 65, de 2021.

Considerando que o Plano de Contratações Anual é elaborado no ano anterior, cumprir todo o detalhamento procedimental que a IN nº 65, de 2021, estabelece não se mostra necessário, razoável ou mesmo viável. Por exemplo, a norma de pesquisa de preços estabelece um prazo de validade para os dados coletados que varia de 6 meses a 1 ano de antecedência da divulgação do ato convocatório. Assim, uma pesquisa de preço realizada durante a elaboração do PAC (de janeiro a abril<sup>1</sup>) provavelmente estará vencida quando da efetivação do processo licitatório no ano seguinte.

Nesse sentido, o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, estabeleceu que a estimativa preliminar do valor da contratação, no âmbito do PCA, seria realizada por meio de um **procedimento simplificado**, o qual pode ser encontrado no Portal de Compras do Governo Federal, na seção [“Orientações e procedimentos”, tópico 35](#).

Semelhantermente, no momento da elaboração dos estudos técnicos preliminares, busca-se conhecer o mercado, por meio do **levantamento das alternativas de soluções**, as quais serão avaliadas e comparadas economicamente, podendo-se concluir pela inviabilidade da contratação ou que a necessidade da Administração será mais bem atendida por outros meios, ou ainda, que não será efetivada no momento. Assim, **não é obrigatório que a**

<sup>1</sup> Decreto nº 10.947, de 2022: Art. 10. As informações de que trata o art. 8º serão formalizadas no PGC até 1º de abril do ano de elaboração do plano de contratações anual.

**estimativa do valor da contratação, para fins de ETP, siga os procedimentos da IN nº 65, de 2021. Não obstante, o órgão ou entidade pode optar por sua utilização no referido momento, se for o caso.**

Destaca-se que a própria Lei nº 14.133, de 2021, diferenciou a redação do art. 6º, XXIII, que trata do valor estimado no termo de referência, e do art. 18, § 1º, que trata do valor estimado no ETP, de modo que, apenas no primeiro, foi referenciada a necessidade de se apresentar os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

❑ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

***Lei nº 14.133, de 2021***

*Art. 6º (...)*

*XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:*

*(...)*

*i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, **com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços** e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;*

*(...)*

*Art. 18. (...)*

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

*(...)*

*IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala*



**Decreto nº 10.947, de 2021**

Art. 8º (...)

*IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de **procedimento simplificado**, de acordo com as orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;*

## DIFERENÇA ENTRE SOBREPREÇO E SUPERFATURAMENTO

A Lei nº 14.133, de 2021, trouxe expressamente em seu art. 6º, incisos LVI e LVII, os conceitos de sobrepreço e superfaturamento, conferindo segurança jurídica aos gestores de compra na aplicação da lei.

Resumidamente, o **sobrepreço** ocorre quando o preço licitado ou contratado é expressivamente superior aos preços do mercado, podendo decorrer de uma pesquisa de preços mal elaborada. O **sobrepreço** pode ocorrer **para apenas um item**, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, **ou para o valor global do objeto** se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral. Destaca-se que, para que seja considerado sobrepreço, deve haver uma diferença expressiva, significativa.

O **superfaturamento**, por sua vez, está mais relacionado a obras e serviços de engenharia. Ocorre quando, durante a execução do contrato, a gestão e a fiscalização não são realizadas corretamente, resultando em danos ao patrimônio público, a exemplo de:

- a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
- b) deficiência na execução do serviço ou no fornecimento do bem que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança; e
- c) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços.

## PREÇO ESTIMADO OU PREÇO DE REFERÊNCIA

O preço estimado é o resultado da pesquisa de preço, isso é, o **valor obtido a partir de método matemático/estatístico aplicado** a uma série de preços coletados, após terem sido desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e excessivamente elevados, **ou ainda**, segundo o §2º do art. 6º da IN nº 65, de 2021, a esse valor obtido, **poderá ser acrescentado ou subtraído um determinado percentual**, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

De acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas com preços acima do valor estimado serão desclassificadas, limitando-as. Confira:

**Lei nº 14.133/2021**

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que: (...)

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;



## ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

### FORMALIZAÇÃO E CONTEÚDO MÍNIMO

O procedimento administrativo da pesquisa de preço poderá ser elaborado diretamente no sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br e formalizado em um documento com as informações mínimas definidas no art. 3º da IN nº 65, de 2021:

- descrição do objeto a ser contratado;
- identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;
- caracterização das fontes consultadas;
- série de preços coletados;
- método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;
- justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
- memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e
- justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.

O Anexo I deste caderno é o modelo de documento pesquisa de preço (nota técnica) utilizado no sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br.

Destaca-se que a memória de cálculo do valor estimado com os critérios e parâmetros utilizados e os documentos que lhe dão suporte (planilhas, pesquisas na internet, *prints* de tela, e-mails etc.) devem ser anexados ao processo, servindo de prova documental.

### CRITÉRIOS PARA PESQUISA DE PREÇOS

Na pesquisa de preços, é necessário que o gestor tenha atenção ao coletar um preço, **avaliando se as condições de negociação** praticadas na contratação que está sendo consultada se assemelham ao seu caso, pois há vários fatores que podem influenciar o preço do produto ou serviço, deixando-o abaixo ou acima daqueles praticados no mercado e impactando o preço de referência.

A comparação de itens com especificações diferentes ou em condições diferentes pode ocasionar distorções nos resultados, consequentemente contribuindo para que a aquisição ou contratação não se revele economicamente vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, o art. 4º da IN nº 65, de 2021, descreve alguns critérios que devem ser observados durante a pesquisa de preços, pois podem afetá-los. São eles:

- prazos e locais de entrega;
- instalação e montagem do bem ou execução do serviço;
- quantidade contratada;
- formas e prazos de pagamento;
- fretes;
- garantias exigidas;
- marcas e modelos, quando for o caso;
- potencial economia de escala; e
- as peculiaridades do local de execução do objeto.

Caso se identifique que a variação de valor decorre da descrição do produto, a área responsável pela elaboração da pesquisa de preço deve reavaliar, junto ao requisitante ou área técnica, se a especificação do produto solicitado está adequada e atende ao interesse público, de modo que a cotação do preço reflita a qualidade necessária.

Em análise detida do art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, verifica-se que o comando do dispositivo estabelece que “o valor estimado será definido com base no **melhor preço aferido** por meio da utilização dos seguintes parâmetros”. Ou seja, deve ser realizada uma **análise crítica dos preços coletados**, em especial quando houver grande variação de valores, seguido do tratamento estatístico adequado para eliminação de valores distorcidos e obtenção do melhor preço.

### PARÂMETROS DE PESQUISA

De acordo com a IN nº 65, de 2021, a pesquisa de preços será realizada mediante a utilização de **cinco** parâmetros:

Sistemas oficiais de governo

Contratações similares realizadas pela Administração Pública

Mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos

Pesquisa direta com fornecedores

Base nacional de notas fiscais eletrônicas



Esses parâmetros podem ser usados de forma combinada ou não, sendo que os dois primeiros (que se referem a sistemas oficiais de governo e contratações públicas similares) **devem ser priorizados**, evitando que a pesquisa fique restrita a cotações junto a potenciais fornecedores devido ao risco de esse parâmetro, quando usado sozinho, levar a estimativas de preços superiores aos referenciais de mercado. Esse entendimento encontra-se amplamente assentado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

**Acórdão 1875/2021-Plenário**

*“As pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma ‘cesta de preços’, devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cestas de preços referenciais (Instrução Normativa Seges-ME 73/2020).”*

Nesse cenário, os sistemas de governo são considerados a melhor fonte para pesquisa de preços, devendo ter precedência em relação aos demais. De igual modo, a Lei nº 14.133, de 2021, também orienta que o valor estimado da contratação considere os preços constantes no banco de dados públicos, sendo que a IN nº 65, de 2021, **determina** que sejam priorizados.

- ☐ Confira os principais dispositivos sobre o assunto:

**Lei nº 14.133/2021**

*Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, **considerados os preços constantes de bancos de dados públicos** e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

**IN Seges/ME 65, de 2021**

*Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos **sistemas oficiais de governo**, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*(...)*

*§ 1º Deverão ser **priorizados** os **parâmetros** estabelecidos nos **incisos I e II**, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.*

É importante destacar que, conforme dispõe o § 1º do art. 5º da IN nº 65, de 2021, **quando não for possível o emprego desses dois parâmetros prioritários, é preciso justificar nos autos do processo tal impossibilidade**. Isso pode ser feito apresentando-se documentos que comprovem que houve tentativa do emprego deles.

### a) Sistemas oficiais de governo

Atualmente, o sistema de compras absorveu as funções do painel de preços em um módulo integrado para pesquisa de preços, tornando o processo mais fácil, prático e ágil. Dessa forma, a **pesquisa de preços** feita anteriormente no Painel de Preços agora pode ser realizada diretamente dentro do sistema Compras.gov.br.

A ferramenta Pesquisa de Preços do sistema Compras.gov.br foi construída com base nas diretrizes da IN nº 65, de 2021, e da Lei nº 14.133, de 2021. As principais funcionalidades, disponíveis até o momento, da ferramenta são:

- preços praticados nos últimos 12 meses;
- cálculo da média e da mediana e reporte do menor preço dos dados extraídos do sistema;
- valor total da pesquisa pela multiplicação da quantidade informada no momento da escolha do item com o método de cálculo selecionado;
- busca de preços com base na localização da contratação, em valores unitários homologados e em intervalos de quantidade; e
- relatórios completos e simplificados das pesquisas realizadas, que podem fazer parte das instruções do processo administrativo de contratação.

O acesso ao sistema Pesquisa de Preços é feito por meio da página gov.br/compras, por dentro da área de trabalho do usuário governo.

As informações advindas de outros sistemas oficiais de governo, como o banco de preços em saúde, ou ainda resultante de outros parâmetros, como preços coletados de contratações anteriores de outros entes públicos, pesquisa direta com fornecedores ou em mídia especializadas, tabelas de referências e sítios eletrônicos, também podem ser



inseridas no sistema Pesquisa de Preços, por meio de cadastramento manual de informações.

Convém frisar que cabe ao gestor público examinar os resultados encontrados na pesquisa do sistema e, a partir de uma análise crítica, coletar uma série de preços aceitáveis, condizentes com sua realidade. Ou seja, para o correto balizamento de preços, é essencial realizar a análise qualitativa dos dados obtidos na pesquisa.

O preço de referência deve refletir o preço de mercado, levando em consideração todos os fatores que influenciam na formação dos custos. Sobre isso, veja orientações do tópico [Critérios para pesquisa de preços](#) deste caderno.

Apesar de a base de dados do sistema de pesquisa de preços do Compras.gov.br utilizar as contratações homologadas nos últimos 12 meses, é interessante que seja avaliada a necessidade de **atualização do preço** por um índice correspondente ao objeto, pois pode haver variação significativa em função da inflação, ou por outros parâmetros mercadológicos. Para isso, verifique indexadores específicos para a correção dos valores, justificando-se a escolha. Veja alguns exemplos de índices:

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPCA-E – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado

IPA – Índice de Preços ao Produtor Amplo

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IGP – Índice Geral de Preços

VCMH – Índice de Variação de Custo Médico-Hospitalar

IPP – Índice de Preços ao Produtor

Para minimizar a distorção de preços registrados no Compras.gov.br e excluir a visualização de compras diferentes do esperado, o módulo Pesquisa de Preços apresenta a funcionalidade “Compor”, em que o usuário pode escolher se aquele resultado deve ou não entrar no cálculo do valor estimado.

Alertar-se que a base de dados do módulo Pesquisa de Preços não está livre de preenchimentos equivocados pelo usuário como, por exemplo, erros de digitação na especificação do item, na indicação da unidade de fornecimento, no preço e na quantidade. Portanto, é preciso realizar uma análise crítica dos dados obtidos para evitar o uso de dados

inconsistentes. A utilização inadequada de dados não caracteriza responsabilidade da Seges/MGI.

Para conhecer melhor a ferramenta, confira, na [apresentação](#) disponível na seção “Capacite-se” do Portal de Compras<sup>2</sup>, o passo a passo (telas explicativas) de como utilizar o módulo Pesquisa de Preços, ou ainda o [tutorial](#) disponível na seção “Agente Público” > “Materiais de apoio” > “Manuais” > “Pesquisa de Preços”.

Também é **importante destacar que, no uso desse parâmetro, os preços coletados deverão ser sempre menores ou iguais à mediana do item encontrado nos sistemas oficiais**. Saiba mais no tópico [Métodos para obtenção do preço estimado](#) deste caderno.

Outros portais de compras – a exemplo do Portal Licitações-e, do Banco do Brasil e do Portal Licitações Caixa, da Caixa Econômica Federal –, por representarem preços praticados junto ao poder público, também poderão ser utilizados como fontes de pesquisa.

#### b) Contratações similares em execução ou concluídas no período de um ano

Por esse método, a pesquisa de preços é viabilizada pela utilização de documentos físicos que comprovem que a contratação foi realizada por entes públicos (de quaisquer esferas – estadual, distrital ou municipal – ou de outros poderes – legislativo e judiciário).

**A condição é que a contratação esteja em execução ou que tenha sido concluída no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, conforme exemplo abaixo:**

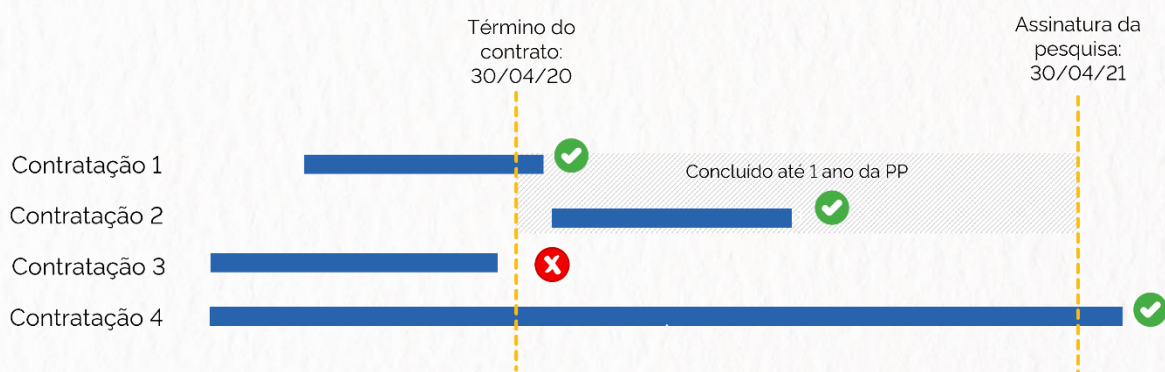


Figura 2 - Escopo temporal das contratações válido para coleta de dados com base no parâmetro do inciso II.

**ATENÇÃO!** Entende-se por data da pesquisa de preços a data de encerramento da pesquisa e assinatura do documento.

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/cursos-e-capitacoes/#PESQUISAPRECO>



**EXCEÇÃO!** Diante de situações excepcionais, em que há escassez de fontes e parâmetros de dados a serem empregados, a norma trouxe exceção para o uso de dado fora da validade, de modo que, por diferença de um dia (ou poucos dias), a abertura do processo licitatório não seja prejudicada em razão da dificuldade de identificar contratações similares. Essa medida visa conferir agilidade e eficácia administrativa sem prejuízo da efetividade e legalidade da pesquisa. Ressalta-se que **a situação deve ser justificada** pelo agente responsável nos autos do processo e a **atualização monetária** realizada. Essa exceção **aplica-se somente a este parâmetro de pesquisa** (inciso II da IN nº 65, de 2021).

As contratações realizadas por meio de **sistema de registro de preços também podem ser utilizadas**, lembrando que, quando ultrapassado um ano da proposta, deve-se realizar a atualização de preços com a aplicação de índice correspondente.

**Acórdão 868/2013-Plenário**

*“A deflagração de procedimentos licitatórios exige estimativa de preços que pode ser realizada a partir de consultas a fontes variadas, como fornecedores, licitações similares, **atas de registros de preço**, contratações realizadas por entes privados em condições semelhantes, entre outras. No entanto, os valores obtidos por meio dessas consultas que sejam incapazes de refletir a realidade de mercado devem ser desprezados.”*

**c) Mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**

Esse parâmetro se refere à coleta de preços em diversos meios de comunicação, abrangendo mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

O termo “**mídia especializada**” se refere a jornais, revistas, estudos, entre outros meios de comunicação, desde que haja um notório e amplo reconhecimento no âmbito em que atua, não estando vinculado necessariamente a um portal na internet.

Exemplos:

- Tabela de Preço Médio de Veículos, popularmente conhecida como Tabela Fipe, derivada de estudos realizados em todo o país pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe<sup>3</sup>.
- Tabela de Preços Agropecuários, divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> <https://veiculos.fipe.org.br/>

<sup>4</sup> <https://www.conab.gov.br/info-agro/precos>

- Tabela de Preços Médios Ponderados ao Consumidor Final (PMPF) de combustíveis, publicada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)<sup>5</sup>.

Por outro lado, o “**sítio especializado**” se caracteriza pelo fato de estar vinculado a um portal na internet com a utilização de ferramentas de busca de preços ou tabela com listas de preços, atuando de forma exclusiva ou preponderante na análise de preços de mercado e com notório e amplo reconhecimento no âmbito de sua atuação.

Exemplos:

- Site especializado em pesquisa de preço de veículos:

[www.webmotors.com.br](http://www.webmotors.com.br)

- Site especializado em pesquisa de preço de imóveis:

[www.wimoveis.com.br](http://www.wimoveis.com.br)

[www.imovelweb.com.br](http://www.imovelweb.com.br)

Já o “**sítio de domínio amplo**” se refere a portais de comércio eletrônico ou do fabricante do produto, detentor de boa credibilidade no ramo de atuação, desde que seja uma empresa legalmente estabelecida. Sempre que possível, a pesquisa deve recair em *sites* seguros, detentores de certificados que venham a garantir que são confiáveis e legítimos.

Exemplo:

[www.americanas.com.br](http://www.americanas.com.br)

[www.submarino.com.br](http://www.submarino.com.br)

Por fim, a “**Tabela de referência**” diz respeito a preços estimados de transação formalmente aprovados pelo Poder Executivo federal, a exemplo dos preços de itens constantes nos [Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas](#), publicados pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Trata-se de novidade trazida pela lei nº 14.133, de 2021, a possibilidade da existência de preços estimados tabelados validados pelo Poder Executivo federal a serem utilizados como mais uma fonte para o cálculo da estimativa de preço. Até o momento não há outras

---

<sup>5</sup> <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/atos-pmpf/2022>



tabelas de referência publicadas, além dos preços padronizados de TIC mencionados anteriormente.

Resumindo, o uso desse parâmetro deve observar **três requisitos** básicos:

1. preço atualizado no momento da pesquisa;
2. intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; e
3. apresentar data e hora de acesso.

Na internet, podem-se encontrar preços referentes a saldos de estoques ou promoções que não estão mais vigentes. Logo, deve-se atentar, no momento da pesquisa, para o fato de que o preço coletado deve se referir a um valor atual. Além disso, essa pesquisa deve indicar a data e a hora de acesso, pois ela será válida apenas se compreendida no intervalo de até seis meses de antecedência do edital.

Destaca-se aqui a diferença entre este parâmetro e o do tópico anterior quanto ao **marco de referência para coleta dos preços**. Enquanto no parâmetro anterior (contratações similares) a validade do preço coletado tem como referência sua antecedência em relação à data da pesquisa de preços (isso é, um ano anterior à data da pesquisa de preços), **a validade dos preços neste parâmetro deve ser contada em relação à data de divulgação do edital** (até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital). Para melhor compreensão, consulte a figura 3 deste caderno, na página 21.

#### d) Pesquisa direta com fornecedores

Como dito anteriormente, esse parâmetro deve ser adotado como última opção, na impossibilidade gerencial ou fática de se realizar a pesquisa de outra forma. Nesse caso, a pesquisa com fornecedores deverá ser feita com, **no mínimo, 3 (três) fornecedores**, por meio de solicitação formal de cotação, que pode ser por ofício ou e-mail.

**ATENÇÃO!** Telefonema não é considerado solicitação formal.

Ao solicitar uma proposta formal, **é necessário que seja conferido ao fornecedor um prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto** a ser licitado a fim de que ele tenha tempo hábil para responder. Orienta-se que a definição desse prazo seja analisada pela área que detém o conhecimento necessário e suficiente para informar se o produto possui complexidade para a formação de preços ou se este é de fácil mensuração. Em geral, o detentor de tal conhecimento é o responsável pela pesquisa e/ou pelo Termo de Referência (requisitante).

Visando à segurança jurídica dos responsáveis pela realização da pesquisa, bem como à escorreita instrução processual, caso esse prazo se esgote sem o retorno de uma ou mais

solicitações, deve-se fazer o **registro, nos autos do processo, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram resposta.**

**ATENÇÃO!** A falta da formalização enseja uma instrução processual deficiente, impossibilitando a conferência de informações posteriormente. Assim, a exigência de formalização, além de atribuir maior transparência às pesquisas junto a fornecedores, facilita o exercício do controle interno e externo da Administração.

Deve-se atentar para o fato de que, para a pesquisa direta com fornecedores, a norma exige algumas **informações mínimas** a serem apresentadas no orçamento enviado, quais sejam:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do proponente;
- c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- d) data de emissão; e
- e) nome completo e identificação do responsável.

Para melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto que está sendo orçado, é importante que sejam **informadas ao fornecedor as particularidades da contratação que podem influenciar no preço**, como prazos e locais de entrega, quantidade a ser contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, entre outros critérios já discutidos no tópico “Critérios para pesquisa de preços” deste caderno.

Destaca-se que a Lei nº 14.133, de 2021, exige que **a escolha desses fornecedores seja justificada**, assegurando mais transparência e imparcialidade à decisão. Além disso, o orçamento somente será **válido se obtido com 6 (seis) meses de antecedência da divulgação do edital.**

e) **Base nacional de notas fiscais eletrônicas**

Esse parâmetro somente poderá ser utilizado após definição da metodologia pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Trata-se, portanto, de dispositivo com eficácia limitada, devendo aguardar sua regulamentação para implementação.



**IN nº 65, de 2021.**

Art. 5º (...)

*V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.*

### VALIDADE DA PESQUISA DE PREÇOS E ESCOPO TEMPORAL DE COLETA DE DADOS

Cada parâmetro definido no art. 5º da IN nº 65, de 2021, apresenta um escopo temporal diferente a ser considerado para coleta de dados, conforme ilustrado na figura abaixo:

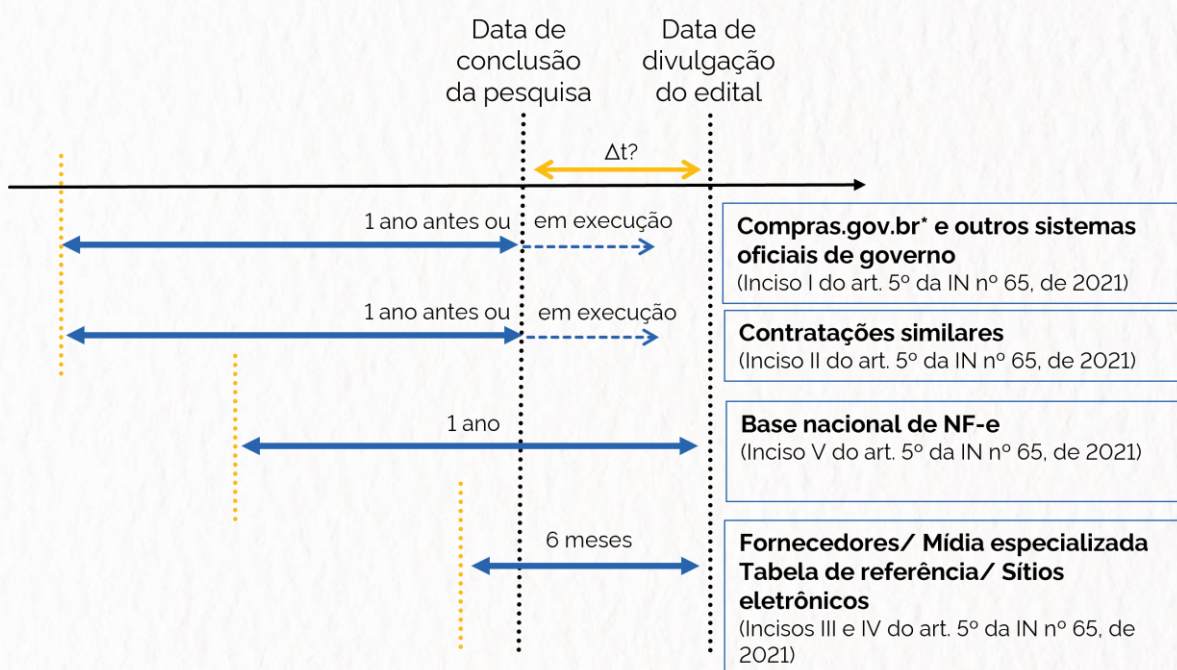


Figura 3 - Prazos de validade dos preços coletados, segundo cada parâmetro.

É importante que, no momento da divulgação do edital, o preço estimado continue atendendo aos parâmetros acima. Assim, ao realizar a coleta de preços, é importante considerar a data prevista para a publicação do edital de licitação. Ou seja, para que o preço estimado continue válido, **deve ser considerado o intervalo de tempo entre o término da pesquisa de preços e a divulgação do edital ( $\Delta t$ )**, evitando-se retrabalhos. Caso contrário, antes da divulgação do edital, a pesquisa deverá ser atualizada.

## MÉTODOS PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

Aos dados levantados pelos parâmetros citados acima, já desconsiderados os valores inexecutáveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados, deve-se aplicar um dos métodos estatísticos estabelecidos no caput do art. 6º da IN 65, de 2021: a média, mediana ou o menor dos preços obtidos.

A **média** é a soma da série de preços coletados dividida pela quantidade de preços desse conjunto. Em razão de ser suscetível aos valores extremos, a média normalmente é utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.

A **mediana** é o valor do meio (central), que separa a metade maior da metade menor no conjunto de dados, quando a quantidade é ímpar. É encontrada colocando-se os valores em ordem crescente ou decrescente. Se a quantidade de dados for par, deve ser realizada a média dos valores centrais.

A vantagem da mediana é que é menos influenciada por valores muito altos ou muito baixos (ou seja, valores extremos), sendo indicada em casos em que os dados são apresentados de forma mais heterogênea e com um número pequeno de observações.

O **menor preço** deve ser utilizado apenas quando, por motivo justificável, não for mais vantajoso fazer uso da média ou da mediana, como, por exemplo, em um mercado restrito com único fabricante.

**Outros métodos ou critérios podem ser utilizados**, mas é preciso que o gestor responsável pela pesquisa os justifique e submeta à aprovação da autoridade competente, é o que prediz o § 1º do art. 6º da IN nº 65, de 2021. Dessa forma, a definição do método para estabelecer o preço de referência para a aquisição/contratação é tarefa discricionária do gestor público.

É importante destacar que o art. 6º, § 2º da IN nº 65, de 2021, permite que o preço estimado também seja obtido **acrescentando-se ou subtraindo-se determinado percentual** ao valor encontrado na pesquisa de preço.

O objetivo desse dispositivo é permitir uma conformação do valor de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço. Isso pode ser útil, por exemplo, em cenários atípicos, em que o resultado da pesquisa, mesmo com a atualização monetária, está muito abaixo dos preços de mercado, em razão de uma crise econômica (como a decorrente da pandemia da covid-19) que motive o aumento dos preços repentinamente. Do mesmo modo, tais contratações, se utilizadas como parâmetro futuramente, quando o preço voltar à normalidade, poderão ensejar sobrepreços, sendo necessária a subtração de um determinado percentual.



## VALORES INEXEQUÍVEIS, INCONSISTENTES E EXCESSIVAMENTE ELEVADOS

Como dito reiteradamente acima, é imprescindível uma avaliação crítica dos resultados encontrados na coleta de preços, especialmente quando houver uma grande variação entre os valores apresentados. Assim, para se evitar distorções no resultado do cálculo do valor estimado, deve-se proceder o tratamento dos dados, excluindo-se eventuais valores que se mostrem fora da realidade do mercado, seja por serem manifestadamente inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

### **Acórdão 868/2013-Plenário**

*“A deflagração de procedimentos licitatórios exige estimativa de preços que pode ser realizada a partir de consultas a fontes variadas, como fornecedores, licitações similares, atas de registros de preço, contratações realizadas por entes privados em condições semelhantes, entre outras. No entanto, **os valores obtidos por meio dessas consultas que sejam incapazes de refletir a realidade de mercado devem ser desprezados.**”*

### **Acórdão 2943/2013-Plenário**

*“Na elaboração de orçamentos destinados às licitações, deve a Administração **desconsiderar**, para fins de elaboração do mapa de cotações, as informações relativas a empresas cujos **preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado**, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, consequentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado.”*

A Lei nº 14.133, de 2021, e a IN 65, de 2021, deixam a **critério do gestor público a definição da metodologia para desconsideração desses valores**. Logo, internamente, os órgãos e entidades podem editar normativos próprios regulamentando o assunto, a exemplo do Ministério da Justiça, que, por meio da [Portaria nº 804, de 13 de novembro de 2018](#), definiu que serão desconsiderados os preços inexecutáveis e os excessivamente elevados utilizando-se preferencialmente o método desvio padrão:

### **Portaria nº 804, de 13 de novembro de 2018**

*“§ 1º Para definição do preço de referência, serão desconsiderados os preços inexecutáveis e os excessivamente elevados, devendo a unidade requisitante responsável pela pesquisa utilizar, preferencialmente, o método desvio padrão, conforme Anexo II-D e os seguintes critérios:*

*I - excessivamente elevado: preço maior que o resultado da média das propostas somado ao desvio padrão; e*

*II - inexequível: preço menor que o resultado da média das propostas subtraído do desvio padrão.”*

Para visualização dos valores que destoam, deve-se, primeiramente, realizar a ordenação numérica da série de preços coletados. Em alguns casos, com essa ordenação numérica, já é possível visualizar claramente os preços que estão muito fora da média, sendo caso de aplicação da mediana.

De outro modo, para saber de forma objetiva se o conjunto de dados coletados está disposto de forma homogênea ou heterogênea, pode-se calcular o coeficiente de variação como parâmetro de homogeneidade para se analisar o nível de dispersão dos dados coletados. O sistema Pesquisa de Preços calcula o desvio padrão e o coeficiente de variação de forma automática, facilitando a análise.

### O USO DE TRÊS PREÇOS

A IN nº 65, de 2021, no seu art. 6º, estabelece que, para se obter o preço estimado, **é preciso usar um conjunto de três ou mais preços, já desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados**, pois, quanto maior a quantidade de preços aceitáveis coletados, melhor será a representatividade da amostra e, conseqüentemente, a qualidade da pesquisa. O uso de menos de três preços caracteriza situação excepcional, que somente é admitida mediante justificativa do gestor responsável e com a aprovação da autoridade competente.

O conjunto de preços coletados pode ser oriundo de um ou mais parâmetros, lembrando que há dois parâmetros que são **prioritários** (preços públicos disponíveis em sistemas oficiais de governo – inciso I do art. 5º – e preços de contratações similares praticados pela Administração Pública – inciso II do art. 5º), o que nos leva às seguintes possibilidades:

- a) **parâmetro único:** utilizar somente um dos dois parâmetros prioritários (inciso I ou do inciso II do art. 5º), sendo os demais aceitos somente em caso de impossibilidade e devidamente justificada e comprovada a situação.
- b) **combinação de parâmetros:** ao utilizar mais de um parâmetro, sendo que ao menos um deles precisa ser prioritário, caso contrário, deve-se justificar a impossibilidade, comprovando-se a tentativa de utilização.

### TAXA DE RISCO NO VALOR ESTIMADO

O cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, mas, para isso, o edital



precisa prever matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, conforme prevê o art. 22 da Lei nº 14.133/2021:

*“Art. 22. O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.”*

A metodologia para quantificação financeira da alocação de riscos será regulamentada posteriormente pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Trata-se de regra com eficácia limitada, devendo aguardar sua regulamentação para implementação.

### **IN nº 65, de 2021**

*“Art. 4º (...)*

*Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.”*

## REGRAS ESPECÍFICAS

### CONTRATAÇÃO DIRETA

Nas contratações diretas, seja por inexigibilidade ou dispensa, a pesquisa de preços segue o mesmo rito acima apresentado, mas, quando não for possível (e com devida justificação), a comprovação da compatibilidade dos preços **poderá ser feita diretamente pela futura contratada**, observando-se as seguintes condições:

- notas fiscais emitidas para outros contratantes, em contratações de objetos idênticos;
- podem ser contratantes de natureza pública ou privada;
- a contratação deve ter sido realizada dentro do período de um ano anterior à data da contratação que está sendo realizada; ou
- outros métodos idôneos.

**EXCEÇÃO:** Caso a contratada não tenha comercializado o mesmo objeto anteriormente, excepcionalmente, a justificativa do preço poderá ser realizada com outros objetos de mesma natureza, cabendo à contratada demonstrar a similaridade das especificações técnicas com o objeto pretendido.

**ATENÇÃO!** Sempre que possível, deve-se apresentar, ao menos, três notas fiscais, seguindo a mesma lógica da norma.

No caso das dispensas por baixo valor (incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/21), a estimativa de preços poderá ser feita durante a seleção da proposta mais vantajosa, entre os valores ofertados pelos concorrentes, agilizando o processo.

- ❑ Confira a seguir os principais dispositivos que tratam do assunto:

**IN Seges nº 65, de 2021**

*Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.*

*(...)*

*§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente** à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.*

*§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de **solicitação formal de cotações a fornecedores**.*

**IN Seges nº 67, de 2021**

*“Art. 16. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas.*

*§ 1º Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do § 4º do art. 7º da Instrução Normativa nº 65, de 2021, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e **deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.**”*



### CONTRATAÇÕES DE TIC

As estimativas de preços constantes em **modelos de contratações** de soluções de TIC, publicados pela Secretaria de Governo Digital, poderão ser utilizadas como preço estimado, descartando-se a necessidade de elaborar pesquisa de preço para esses itens.

Nos demais casos, após realizar a pesquisa de preços, deve-se comparar o resultado encontrado com o preço do item nos [Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas](#) publicadas pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Se o resultado da sua pesquisa resultar em valor superior, devem-se considerar as estimativas constantes dos catálogos como preço estimado.

### CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

A formação de preços de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva possui regras e procedimentos diferenciados, como a observância de legislação trabalhista e previdenciária. Nesse caso, aplica-se o disposto na IN Seges/ME nº 5, de 2017, ou outra que venha a substituí-la, sendo a IN nº 65, de 2021, apenas aplicada de forma subsidiária.

## ANEXO I - Modelo de documento de formalização da pesquisa de preços

### I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação é **xxxxxxxxxxxx**.

### II - PARÂMETROS CONSULTADOS

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros previstos na IN Seges/ME nº 65/2021, conforme discriminado na tabela abaixo:

*Observação: no caso de mais de um item, especificar por item ou pelo conjunto de itens que utilizem o mesmo parâmetro. Exemplo:*

| Nº do item(ns) | Parâmetros utilizados  | Justificativa para escolha                    |
|----------------|--|---|
| 1, 2 e 7       | [Indicar o parâmetro ou a combinação de parâmetros utilizados] | [Apresentar justificativas para a escolha...] |
| 3, 4, 5 e 6    | [Indicar o parâmetro ou a combinação de parâmetros utilizados] | [Apresentar justificativas para a escolha...] |
| ...            | ...  | ...   |

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º da IN Seges/ME nº 65/2021.

OU

2.2. Não foram priorizados os parâmetros do artigo 5º, incisos I e II da IN Seges/ME nº 65/2021, porque [apresentar as justificativas tais quais: não foram encontrados resultados suficientes etc.]

*Atenção! No caso de contratações diretas - dispensas ou inexigibilidades de licitação:*

- justificar quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º
- em caso de estimativa de preço realizada junto à futura contratada, justificar quando a futura contratada não tiver comercializado o objeto anteriormente

2.3. Na consulta direta com fornecedores, foi enviada comunicação às seguintes empresas:

| Fornecedor           | Apresentou resposta?                                  | Justificativa para escolha                 |
|----------------------|---|--|
| [Nome do fornecedor] | S / N<br>(em caso positivo, indicar sequencial/folha) | [Apresentar justificativas para a escolha] |
| [Nome do fornecedor] | S / N<br>(em caso positivo, indicar sequencial/folha) | [Apresentar justificativas para a escolha] |
| ...                  | ...   | ...  |



2.4. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN Seges/ME nº 65/2021.

OU

2.4. Não foi possível a obtenção do mínimo de três preços para estimativa do preço da contratação, pois *[apresentar justificativas]*.

### III - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

*Observação: Relatar a série de preços coletados para obtenção do valor estimado, podendo anexá-la a este documento em processo eletrônico.*

### IV - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

*Observação: especificar por item ou conjunto de itens, se o for caso, quando utilizado o mesmo método.*

4.1. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme abaixo:

| Nº do item | Fonte                                  | Preço                                   | Caracterização  | Justificativa  |
|------------|--|---|---|--|
| 1          | <i>[Especificar a origem do preço]</i> | <i>[Especificar o valor encontrado]</i> | <i>Inexequível/<br/>Inconsistente/<br/>Excessivamente elevado</i> | <i>[Apresentar a razão pela qual o preço foi desconsiderado]</i> |
| 2          |  |   |   |  |
| 3          |  |   |   |  |
| ...        | ...                                    | ...                                     | ...   | ...  |

4.2. A obtenção do preço estimado deu-se com base na *média/mediana/menor/outro* dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão de *[justificativa para a escolha da metodologia]*.

| Nº do item | Método utilizado                 | Justificativa para escolha                        |
|------------|----------------------------------|---|
| 1          | <i>média/mediana/menor/outro</i> | <i>[Apresentar justificativas para a escolha]</i> |
| 2, 3 e 4   | <i>média/mediana/menor/outro</i> | <i>[Apresentar justificativas para a escolha]</i> |
| ...        | ...                              | ...   |

## V - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O preço estimado da contratação é de R\$ .... *[escrever por extenso]*, conforme memória de cálculo abaixo:

*(reproduzir a planilha contendo a memória de cálculo dos preços obtidos pela Administração, podendo ainda anexá-la a este documento em processo eletrônico)*

5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN Seges/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado *[ou é vantajoso para a Administração, se for caso de dispensa ou inexigibilidade]*.

## VI - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: *[nome do agente público]*, matrícula nº *[xxxx]*.

*[Cidade], [data].*

Nome e assinatura

Cargo

Nome e assinatura

Cargo

Nome e assinatura

Cargo

## ANEXO II - Lista de verificação

| Item                            | Questionário  | Sim/ Não/ NA | Obs. |
|---------------------------------|---|--------------|------|
| <b>Formalização<sup>6</sup></b> |   |              |      |
| 1.                              | A pesquisa foi materializada em documento e acostada aos autos do processo, inclusive com a memória de cálculo?                             |              |      |
| 2.                              | A formalização da pesquisa apresenta descrição suficiente do objeto a ser contratado?   |              |      |
| 3.                              | Há identificação dos agentes responsáveis pela pesquisa?  |              |      |
| <b>Parâmetros<sup>7</sup></b>   |   |              |      |
| 4.                              | Há indicação das fontes/parâmetros consultados?   |              |      |
| 4.1                             | <i>Foram usados preferencialmente os parâmetros I e II do art. 5º da IN nº 65, de 2021?</i>   |              |      |
| 4.2                             | <i>Na ausência de uso dos parâmetros prioritários, foi apresentada justificativa técnica com a comprovação da tentativa de seu emprego?</i> |              |      |
| 4.3                             | <i>A justificativa do item anterior foi aprovada pela autoridade competente?</i>  |              |      |
| 5.                              | No caso de uso de <b>sistemas oficiais de governo (inciso I)</b> :  |              |      |
| 5.1                             | <i>A composição de custos unitários considerou apenas os valores menores ou iguais à mediana do item correspondente?</i>                    |              |      |
| 5.2                             | <i>Foi observado o índice de atualização de preços correspondente?</i>  |              |      |

<sup>6</sup> Na pesquisa de preços realizada no sistema Compras.gov.br, é gerado um Relatório que contém, entre outras, as informações do objeto, memória de cálculo, agente responsável pela pesquisa, fontes e parâmetros consultados.

<sup>7</sup> De igual modo, não foi abordado o parâmetro da base nacional de notas fiscais eletrônicas, pois se aguarda regulamentação.



|      |   |  |  |
|------|---|--|--|
| 5.3  | No caso de o valor estimado ter sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, o valor foi igual ou menor à mediana?   |  |  |
| 6.   | No caso de <b>contratações similares</b> (inciso II) da Administração Pública:  |  |  |
| 6.1  | Os preços coletados referem-se a contratações ainda em execução ou que foram concluídas em até um ano antes da pesquisa?  |  |  |
| 6.2  | Foi observado o índice de atualização de preços correspondente?   |  |  |
| 7.   | No caso de pesquisa em <b>mídia especializada, tabela de referência, sítios eletrônicos</b> (inciso III):   |  |  |
| 7.1  | Os preços coletados são atuais?   |  |  |
| 7.2  | Os dados estão compreendidos no intervalo de até seis meses antes da data de divulgação do edital?  |  |  |
| 7.3  | A pesquisa possui data e hora de acesso?  |  |  |
| 8.   | No caso de <b>pesquisa direta</b> (inciso IV):  |  |  |
| 8.1. | Foi justificada a escolha dos fornecedores?   |  |  |
| 8.2. | Houve algum fornecedor consultado que não enviou proposta?  |  |  |
| 8.3. | Se houve fornecedor que não respondeu, o fato foi registrado nos autos?   |  |  |
| 8.4. | Foi dado prazo de resposta ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto?   |  |  |
| 8.5. | A proposta encaminhada apresentou todos os elementos necessários: descrição do objeto, valor unitário e total, CPF ou CNPJ, endereço físico ou eletrônico, telefone de contato, data de emissão e nome completo do responsável com identificação? |  |  |

| Critérios <sup>8</sup> |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|
| 9.                     | Durante a coleta dos preços, foram consideradas as condições comerciais praticadas, como prazo, local de entrega, frete, necessidade de instalação e montagem, forma de pagamento, entre outros descritos no art. 4º da IN nº 65, de 2021? |  |  |
| Metodologia            |  |  |  |
| 10.                    | A série de preços coletados possui no mínimo três valores aceitáveis, desconsiderados os inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados?   |  |  |
| 10.1                   | <i>No caso de pesquisa com menos de três preços, foi apresentada justificativa técnica e autorização da autoridade competente?</i>   |  |  |
| 11.                    | Os preços coletados passaram por uma análise crítica quanto às condições comerciais praticadas?  |  |  |
| 11.1                   | <i>Os preços coletados foram retirados de contratos que possuem objetos semelhantes aos que pretendem contratar?</i>   |  |  |
| 11.2                   | <i>Houve desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis e excessivamente elevados?</i>  |  |  |
| 11.3                   | <i>Foi apresentada justificativa da metodologia usada para desconsiderar os valores?</i>   |  |  |
| 12.                    | Foi indicado e justificado o método estatístico aplicado para definição do valor estimado?   |  |  |
| 13.                    | A memória de cálculo e os documentos que dão suporte foram acostados aos autos?  |  |  |
| Contratações diretas   |  |  |  |
| 14.                    | Foi possível aplicar os parâmetros do art. 5º da IN nº 65, de 2021?  |  |  |

<sup>8</sup> Não foi abordada a previsão de taxa de risco, tendo em vista que ainda não há regulamentação, tratando-se, portanto, de regra de eficácia contida.



|               |  |  |  |
|---------------|--|--|--|
| <b>14.1</b>   | <i>Em caso negativo, a justificativa do preço foi realizada por meio da apresentação de NFs que a futura contratada emitiu para outros contratantes?</i>                                 |  |  |
| <b>14.2</b>   | <i>A NF apresentada refere-se a objeto idêntico contratado no período de até um ano anterior à data da contratação pela Administração?</i>   |  |  |
| <b>14.3</b>   | <i>No caso de o objeto não ser idêntico, a futura contratada comprovou que as especificações técnicas são similares ou compatíveis com o objeto pretendido?</i>                          |  |  |
| <b>14.4</b>   | <i>Algum outro método idôneo foi utilizado em substituição aos descritos nos itens 15.1 e 15.3?</i>  |  |  |
| <b>14.5</b>   | <i>A pesquisa de preços demonstrou possibilidade de competição no mercado?<sup>9</sup></i>   |  |  |
| <b>15.</b>    | No caso de dispensa baseada nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a cotação junto a fornecedores foi formalizada no processo?                          |  |  |
| <b>15.1</b>   | <i>A pesquisa considerou, no mínimo, o número de concorrentes participantes do procedimento de dispensa e os valores por eles ofertados, conforme § 1º do art. 16 da IN nº 67, 2021?</i> |  |  |
| <b>Sigilo</b> |  |  |  |
| <b>16.</b>    | O orçamento precisou ser classificado como sigiloso?   |  |  |
| <b>16.1</b>   | <i>Se sim, foi apresentada justificativa para a classificação?</i>   |  |  |

<sup>9</sup> Segundo art. 7º, § 3º, da IN nº 65, de 2021, é vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.



## **Anexo XXI - UNIFICADOS COMPRASNET.pdf**



MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA

**R\$ 172,83**

MEDIANA

**R\$ 138,22**

MENOR

**R\$ 114,89**

#### FILTROS APLICADOS

Unidade de Fornecimento Código Material/Serviço Descrição

Ano da Compra Modalidade da Compra

**METRO CÚBICO**

**14265**

**COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL**

**2023, 2024**

**Pregão**

Quantidade total de registros: 4

Registros apresentados: 1 a 4

| Identificação da Compra | Número do Item | Modalidade | Código do CATSERV | Descrição do Item                                     | Descrição Complementar | Unidade de Fornecimento | Quantidade Ofertada | Valor Unitário | Fornecedor                               | Órgão                                      | UASG   | Data da Compra |
|-------------------------|----------------|------------|-------------------|---|------------------------|-------------------------|---------------------|----------------|--|--|--|----------------|
| 00257/2023              | 00029          | Pregão     | 14265             | COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL |                        | METRO CÚBICO            | 1.500               | R\$114,89      | OF ENGENHARIA E MANUTENCAO LTDA          | ESTADO DE SAO PAULO                        | 986589 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ               | 19/02/2024     |
| 00033/2023              | 00003          | Pregão     | 14265             | COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL |                        | METRO CÚBICO            | 250                 | R\$122,44      | SABIA ECOLOGICO TRANSPORTES DE LIXO LTDA | UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA | 153177 - UTFPR - CAMPUS SUDOESTE PATO BRANCO           | 08/12/2023     |
| 00001/2023              | 00002          | Pregão     | 14265             | COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL |                        | METRO CÚBICO            | 240                 | R\$154         | BELMAR BEL DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA | COMANDO DO EXERCITO                        | 160283 - PREFEITURA MILITAR DA ZONA SUL/RJ             | 14/06/2023     |
| 00031/2023              | 00004          | Pregão     | 14265             | COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL |                        | METRO CÚBICO            | 6                   | R\$300         | DELURB AMBIENTAL LTDA                    | DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL            | 200356 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ | 03/01/2024     |

| MÉDIA             | MEDIANA           | MENOR             |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| <b>R\$ 172,83</b> | <b>R\$ 138,22</b> | <b>R\$ 114,89</b> |

Quantidade total de registros: 4

Registros apresentados: 1 a 4

#### FILTROS APLICADOS

| Unidade de Fornecimento | Código Material/Serviço | Descrição  | Ano da Compra | Modalidade da Compra |
|-------------------------|-------------------------|--|---------------|----------------------|
| METRO CÚBICO            | 14265                   | COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL /<br>COMERCIAL / INDUSTRIAL | 2023, 2024    | Pregão               |

## RESULTADO 1

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 00257/2023

**Número do Item:** 00029

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Registro de preços para prestação de serviços especializados em manutenção e instalação de forros nas Unidades Escolares do Município de Jacareí, de acordo com a necessidade e a demanda a serem verificadas, com completo fornecimento de material, disponibilização de equipamentos, ferramentas, máquinas, veículos e mão de obra pelo período de 12 (doze) meses.

**Quantidade Ofertada:** 1.500

**Valor Proposto Unitário:** R\$ 114,91

**Valor Unitário do Item:** R\$ 114,89

**Código do CATMAT:** 14265

**Descrição do Item:** COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** METRO CÚBICO

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 19/02/2024

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** OF ENGENHARIA E MANUTENCAO LTDA

**CNPJ/CPF:** 42583379000150

**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 986589 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

**Órgão:** ESTADO DE SAO PAULO

**Órgão Superior:** REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

---

## RESULTADO 2

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 00033/2023

**Número do Item:** 00003

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação do serviço de coleta, carregamento, transporte e destinação final de resíduos sólidos e/ou líquidos das classes I, IIA e IIB nos campi do Núcleo Regional Sudoeste da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

**Quantidade Ofertada:** 250

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 122,44

**Código do CATMAT:** 14265

**Descrição do Item:** COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** METRO CÚBICO

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 08/12/2023

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** SABIA ECOLOGICO TRANSPORTES DE LIXO LTDA

**CNPJ/CPF:** 07151208000150

**Porte do Fornecedor:** Outros

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 153177 - UTFPR - CAMPUS SUDOESTE PATO BRANCO

**Órgão:** UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

**Órgão Superior:** -

---

# RESULTADO 3

## DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 00001/2023

**Número do Item:** 00002

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza de fossa, retirada de entulhos para caçamba e destinação, para os Próprios Nacionais administrados pela Prefeitura Militar da Zona Sul.

**Quantidade Ofertada:** 240

**Valor Proposto Unitário:** R\$ 163

**Valor Unitário do Item:** R\$ 154

**Código do CATMAT:** 14265

**Descrição do Item:** COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** METRO CÚBICO

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 14/06/2023

## DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** BELMAR BEL DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA

**CNPJ/CPF:** 01594515000200

**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa

## DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 160283 - PREFEITURA MILITAR DA ZONA SUL/RJ

**Órgão:** COMANDO DO EXERCITO

**Órgão Superior:** -



---

# RESULTADO 4

## DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 00031/2023

**Número do Item:** 00004

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de empresa para prestação de serviço especializado, continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de coleta, transporte e disposição final de resíduos gerados nas áreas do Edifício Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro

**Quantidade Ofertada:** 6

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 300

**Código do CATMAT:** 14265

**Descrição do Item:** COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** METRO CÚBICO

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISPP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 03/01/2024

## DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** DELURB AMBIENTAL LTDA

**CNPJ/CPF:** 24219106000149

**Porte do Fornecedor:** Outros

## DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 200356 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ

**Órgão:** DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

**Órgão Superior:** -

